

DISCURSOS

Língua, Cultura e Sociedade

número especial

Uma Tensão Entre o Global e o Local



CICLO DE COLÓQUIOS

UMA TENSÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

Promovido pela Delegação Norte da
UNIVERSIDADE ABERTA
Porto, 15/01/1999-27/03/1999

COMUNICAÇÕES



Junho de 2001

Edição e propriedade:

UNIVERSIDADE ABERTA
Rua da Escola Politécnica, 147
1250 Lisboa

Composição: Nuno de Carvalho
Impressão: Guide, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal: 168462/01
ISSN: 0872-0738

Abril de 2001

ÍNDICE

Apresentação	9
Programa Geral do Ciclo de Colóquios -Uma Tensão Entre o Global e o Local-	13
Comunicações:	
Globalização e Platenarização: As Instituições Financeiras Internacionais e a Sociedade Civil	21
<i>Korinna Horta</i>	
Desenvolvimento Sustentável e Alterações Climáticas: Que Certezas?	33
<i>Carlos Borrego, Myriam Lopes</i>	
Universalismo e Particularismo Cultural em Contexto de Migração	47
<i>Maria Beatriz Rocha-Trindade</i>	
Migrations et Identités Regionales	59
<i>Guy Barbichon</i>	
Dar a Ver a Diáspora	69
<i>Filomena Silvano</i>	
Lugares de Partir, Lugares de Voltar: Espaços de Regresso na Emigração Portuguesa	79
<i>Joaquim Torres Costa</i>	
O Discurso da Identidade: O Nacional e o Regional	89
<i>Moisés de Lemos Martins</i>	
La Construction des Problèmes Publiques et L'action Collective	97
<i>Louis Quéré</i>	
O Global e o Local e a Nova Pluralidade de Espaços de Cidadania	115
<i>Luis Sá</i>	
Les Significations Sociales de la Santé et la Santé en Mutation — Un Regard Rétrospectif	135
<i>Claudine Herzlich</i>	

A Construção do Ambiente e a Sociologia da Investigação Biomédica	147
<i>João Arriscado Nunes</i>	
Lay Perceptions of Modern Medicine	179
<i>Michael Calnan</i>	
O Corpo em Contexto	187
<i>Berta Nunes</i>	
Os Media na Educação: Estado Presente e Tendências Globais	193
<i>Armando Rocha Trindade</i>	
L'éducation aux Médias Entre Langage et Citoyenneté	203
<i>Geneviève Jacquinet</i>	
Heterogeneidade e Diversidade nos Meios Educativos	213
<i>Juan de Pablos</i>	
LiNGuas Estrangeiras e Novas Tecnologias: das Experiências Globais às Experiências Locais	237
<i>Maria Emilia Ricardo Marques</i>	
Mesa Redonda -Os Media: Experiências Locais. Identidade e Diversidade-	245
<i>Antonio Manfredi Diaz, Elisio de Oliveira, Joaquim Fidalgo, Fernando Paulouro</i>	
A Harmoniosa Figura: Interpretações Geográficas Sobre a Formação de Portugal	265
<i>João Carlos Garcia</i>	
Construção da Identidade Nacional	273
<i>Maria José Ferro Tavares</i>	
Fronteira e Representação Parlamentar na Idade Média	283
<i>Humberto Baquero Moreno</i>	
Proposta para Um Estudo de Unidade e Diversidade no Pensamento Luso-Brasileiro	297
<i>Esteves Pereira</i>	
¿Existe un Espacio Proprio Latinoamericano?	305
<i>Reys Matte</i>	
Universal e Particular/Unidade e Diversidade	323
<i>Paulo Tunhas</i>	
La Modernidad como Estetica de Las Identidades Nacionales Ibericas	349
<i>José Luis Molinuevo</i>	

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Aqui se apresentam as comunicações feitas ao *Ciclo de Colóquios "Uma Tensão entre o Global e o Local"* que decorreu na cidade do Porto, nas instalações da Fundação Engenheiro António de Almeida no primeiro semestre de 1999.

Cada colóquio juntou estudiosos de facetas diversas do mundo em que vivemos, perspectivadas as intervenções em sete ângulos de visão que valorizaram o desenvolvimento sustentável, as identidades e territórios, o problema público, as diversidades culturais na saúde/doença, os media, as identidades e diversidades ibéricas, e as vivências de fronteira olhadas pela câmara.

Foram sete colóquios que tiveram como mote o global e o local. Tema escolhido em relação com o tempo em que vivemos e em que, implicados em equilíbrio instável, global e local, se constroem mutuamente num movimento em que o primeiro aparece como tendência nova, criada pelo que é moderno, e o segundo se lhe procura impor como condição identitária da existência desse após do moderno.

Entre nós, organizadores, este Ciclo foi, desde muito antes de se concretizar para o público, um motivo de encontro que abriu mais amplamente a porta da colaboração e da criatividade. Ser docente da Universidade Aberta na sua Delegação do Porto é fazer parte de uma pequena equipa em que a variedade disciplinar nos transporta para essa tensão estimulante que força a procura mental da integração dos conhecimentos e contraria a entrega às pequenas certezas de cada um.

A Universidade Aberta, de ensino a distância, des-localiza os procedimentos de estudo num espaço globalizado onde milhares de estudantes, em múltiplos pontos do país e do estrangeiro, circulam na aprendizagem universitária sem estarem delimitados pelas paredes físicas de um campus e pela presença face ao professor.

Como docentes da Universidade Aberta numa sua delegação no norte do país, representamos um contexto de aproximação local, situado nessa tensão entre o global e o local, metáfora da nossa própria vivência profissional e matriz de alguns dos desafios mais intensos do nosso mundo de hoje.

Pessoalmente, a organização e concretização deste Ciclo foi uma satisfação que agradeço a todos — aos participantes que vieram com as suas comunicações, aos apoiantes e mecenas, aos colegas, docentes ou com outras funções, e ao público que aos colóquios trouxe vida.

A terminar, a lembrança de Luis Sá que connosco colaborou e cuja comunicação felizmente podemos publicar. A morte dói e revolta quando gostamos de quem ela leva.

Porto, Setembro de 2000

LUISA FERREIRA DA SILVA

PROGRAMA GERAL

Programa Geral do Ciclo de Colóquios
«*Uma tensão entre o global e o local*»

Porto
15/01/1999-27/03/1999

Comissão Organizadora

Luísa Ferreira da Silva
Carla Almeida
Isabel Lança
Joaquim Torres Costa
José Guilherme Azevedo
Leonel M. Rosa
Luísa Aires
Luísa Oliveira
Rosário Bastos
Teresa Noronha
Ulisses Miranda

Comissão Científica

Maria José Ferro Tavares
Maria Emília Ricardo Marques
Maria Beatriz Rocha-Trindade
Cristina Carapeto
Hermano Carmo
Luísa Ferreira da Silva

Local de Realização

Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto

Desenvolvimento sustentável

(15/01/1999)

Coordenação: Ulisses Miranda — Universidade Aberta

O estado do ambiente em Portugal

José Guerreiro — Secretário de Estado do Ambiente

Desenvolvimento sustentável: condições, critérios e limites.

Viriato Soromenho Marques — Universidade Nova de Lisboa

*Globalização e platenarização: as instituições
financeiras internacionais e a sociedade civil*

Korinna Horta (Environmental Defense Fund — EUA)

Desenvolvimento sustentável e alterações climáticas: que certezas?

Carlos Borrego — Universidade de Aveiro

Desenvolvimento Rural Sustentável

Agostinho Carvalho — Universidade do Algarve

Processo de decisão das questões de saúde e ambiente em Portugal

José Manuel Calheiros — Instituto de Ciências

Biomédicas Abel Salazar

*Diversidade e Biodiversidade: Qual poderá ser o seu significado
em termos de desenvolvimento sustentável?*

João Carlos Marques — IMAR, Universidade de Coimbra

Identidades e territórios :

espaços, movimentos e representações.

(5/02/1999)

Coordenação: Joaquim Torres Costa — Universidade Aberta

Universalismo e particularismo cultural em contexto de migração

Maria Beatriz Rocha-Trindade — Universidade Aberta/CEMRI (Centro
de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais)

Migrations et identités regionales

Guy Barbichon — Centre d'Ethnologie Française, CNRS (Centre National
de Recherche Scientifique) — Paris

Dar a ver a Diáspora

Filomena Silvano — Universidade Nova de Lisboa/Departamento
de Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Lugares de partir, lugares de voltar: espaços de regresso
na emigração portuguesa
Joaquim Torres Costa — Universidade Aberta/CEMRI
(Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais)

O discurso da identidade: o nacional e o regional
Moisés de Lemos Martins — Universidade do Minho/
Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

O global e o local como problemas públicos
(19/02/1999)
Coordenação: Isabel Lança — Ecole des Hautes Etudes
en Sciences Sociales — Paris

La construction des problèmes publiques et l'action collective
Louis Quéré — Centre National de Recherches Scientifiques, Ecole
des Hautes Etudes en Sciences Sociales — Paris
*A procriação medicamente assistida em Portugal —
configuração de um problema público*
José Luís Garcia — ISCTE, Lisboa
O global e o local e a nova pluralidade de espaços de cidadania
Luís Sá — Universidade Aberta

A diversidade nos significados de saúde e de doença.
(5/03/1999)
Coordenação: Luísa Ferreira da Silva — Universidade Aberta

*Les significations sociales de la santé et la santé en mutation —
un regard rétrospectif*
Claudine Herzlich — Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris
A construção do ambiente e a sociologia da investigação biomédica
João Arriscado Nunes (Universidade de Coimbra)
Lay perceptions of modern medicine

Michael Calnan — Universidade de Kent, Reino Unido.
O corpo em contexto
Berta Nunes — Directora do Centro de Saúde de Alfândega da Fê.

Antropologia Visual
(12/03/1999)

Coordenação: José Ribeiro — Universidade Aberta

Seminário — Imagens de Fronteira

Moderadora: Maria Beatriz Rocha-Trindade (Universidade Aberta, CEMRI)

Participantes: José Ribeiro (Universidade Aberta, CEMRI); José Alexandre
Cardoso Marques (Universidade Católica); Ana Paula Beja Horta
(Universidade Aberta, CEMRI); Maria da Conceição Panda e Maria
de Fátima Nunes (CAE/CEMRI)

Os Media: da planetarização às experiências locais
(19/03/1999)

Coordenação: Leonel Rosa — Universidade Aberta

Os Media na educação: estado presente e tendências globais.

Armando Rocha Trindade — Universidade Aberta

L'éducation aux médias entre langage et citoyenneté

Geneviève Jacquinet — Universidade de Paris VIII

Heterogeneidade e diversidade nos meios educativos

Juan de Pablos — Universidade de Sevilha

*Línguas estrangeiras e novas tecnologias: das experiências
globais às experiências locais*

Maria Emilia Ricardo Marques — Universidade Aberta/CENTED
(Centro de Estudos de Ensino a Distância)

Mesa-redonda: *Os media: experiências locais. Identidade e diversidade.*

Moderadora: Diana Andringa (RTP).

Intervenientes: Elizabete Caramelo (Assessora do Presidente da República
para a Comunicação Social; fundadora da TSF); Antonio Manfredi (TV SUR;

Universidade de Sevilha); Elisio de Oliveira (RTC, Porto); Joaquim Fidalgo
(Público, Porto); Fernando Paulouro (Director do Jornal do Fundão)

Unidade e Diversidade ibérica
(27/03/1999)

Coordenação: Rosário Bastos e Teresa Noronha — Universidade Aberta

1.º Painel moderado por Luís Krus — Universidade Nova de Lisboa

*A harmoniosa figura: interpretações geográficas sobre a formação
de Portugal*

João Carlos Garcia — Universidade Porto

Construção da identidade nacional

Maria José Ferro Tavares — Universidade Aberta

Paradigmas do Pensamento Ibérico

José Luis Molinuevo — Universidade de Salamanca

2.º Painel moderado por José Marques — Universidade do Porto

Fronteira e Representação Parlamentar na Idade Média

Humberto Baquero Moreno — Universidade do Porto

*Proposta para um estudo de unidade e diversidade no pensamento Luso-
-Brasileiro* Esteves Pereira — Universidade Nova de Lisboa, Instituto
de Filosofia Luso-Brasileira

¿Existe un espacio propio latinoamericano?

Reys Matte — Universidade Complutense de Madrid

Universal e Particular/Unidade e Diversidade

Paulo Tunhas — Universidade Fernando Pessoa, Porto.

COMUNICAÇÕES

**GLOBALIZAÇÃO E PLANETARIZAÇÃO.
AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E A SOCIEDADE CIVIL**

KORINNA HORTA

ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND

Esta intervenção enquadra-se no pensamento de ecologia política que mantém que os problemas ecológicos, ou o desenvolvimento sustentável, tem uma dimensão biofísica, por um lado, e uma dimensão política, por outro. Nesta perspectiva, problemas de protecção do meio ambiente não podem estar desligados da protecção dos direitos humanos e da democratização.

Gostaria de começar por falar do trabalho das ONG's para influenciar a cooperação internacional, um trabalho em que tenho estado envolvida há mais de dez anos. Este trabalho encontra-se focado nas grandes instituições financeiras internacionais, que são os bancos multilaterais de desenvolvimento; o maior dos quais é o Banco Mundial que trabalha de mãos dadas com o Fundo Monetário Internacional, o seu vizinho do outro lado da rua em Washington. O problema é como tornar estas instituições mais responsáveis ecológica e socialmente perante as populações e as comunidades locais, que supostamente pertencem ao grupo dos beneficiários dos bilhões de dólares anualmente investidos em programas intencionadas em promover o desenvolvimento.

Em seguida falarei de uma iniciativa tomada pelo EDF — Fundo de Protecção do Meio Ambiente —, a organização não governamental e sem fins lucrativos pela qual trabalho, e que dedica a grande maioria dos seus recursos a trabalhar sobre problemas de meio ambiente dentro dos próprios EUA. Um dos seus projectos a nível nacional é "scorecard" ou registo de resultados, que é uma experiência de utilização da via electrónica, a Internet, para dar acesso mais fácil a particulares e a populações locais a dados e conhecimentos sobre a poluição nas suas áreas de residência e de trabalho. Assim, podem ficar a saber detalhadamente quais são as empresas industriais poluidoras,

quais as substâncias que emitem para o ar, a água ou o solo. Para além disto, este projecto informa como as comunidades e os indivíduos podem ter uma voz para influenciar estas empresas a reduzir a poluição, e tornar estas empresas mais responsáveis perante as populações que são afectadas pelos seus processos de produção ou os seus produtos.

O Nível Internacional

A nível internacional, as instituições financeiras internacionais têm uma influência, muitas vezes predominante, em determinar a qualidade de meio ambiente em muitos dos seus países credores. A missão oficial destas instituições (como se pode ler nas suas muitas brochuras coloridas), é de aliviar a pobreza e de promover o desenvolvimento sustentável nos países chamados em vias de desenvolvimento e, desde a desintegração da União Soviética, nos países com economias chamadas em transição. Estas instituições multilaterais são públicas, i.e. os seus financiamentos vêm directamente de contribuições dos seus Estado Membros mais ricos; em primeiro lugar os Estados Unidos, seguido pelo Japão, a Alemanha, a França e o Reino Unido. Portugal também é um país que contribui para estas instituições, a sua contribuição para o braço do Banco Mundial (International Development Association — IDA) que concede empréstimos aos países mais pobres é de cerca de 0,20% do capital, enquanto que os EUA contribuem cerca de 20%. Como o voto dentro destas instituições é proporcional à contribuição financeira, Portugal não tem tanta influência, mas tem um representante permanente no Banco Mundial, e em conjunto com outros países, poderia fazer ouvir a sua voz se tivesse a vontade política de o fazer.

Embora as instituições financeiras internacionais façam parte do sistema das Nações Unidas, o seu modo de funcionamento é muito diferente. Elas não são responsáveis perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, e de um modo geral, têm a reputação de serem muito arrogantes e de não trabalharem bem com as outras agências das Nações Unidas. Nas Nações Unidas cada país tem um voto, independente do seu tamanho ou poder na cena internacional, i.e. São Tomé e Príncipe e a China, têm cada um um voto. Enquanto, como já referi, nas instituições financeiras internacionais, o voto depende dos recursos financeiros com que o país contribui para as instituições. Esta contribuição pode ser directa, i.e. os países transferem uma pequena parte das receitas do Estado (impostos que toda a gente paga) para as instituições, ou pode ser uma contribuição indirecta sob a forma de garantias, que possibilitam as instituições angariar fundos nos mercados internacionais de capital. Outra diferença entre as agências das Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais, é que as primeiras dispõem de meios muito reduzidos em comparação com as instituições financeiras... só são estas

últimas que exercem uma grande influência dado o grande peso dos seus próprios investimentos, estimados em cerca de US\$30 bilhões por ano. Mas esta influência ultrapassa os seus próprios investimentos porque como é muitas vezes o caso — dinheiro atrai mais dinheiro —, *i.e.* os investimentos das instituições financeiras internacionais atraem outros doadores, como agências bilaterais de cooperação, e de uma forma crescente também investimentos do sector privado, que prefere investir onde já haja presença de investimentos públicos.

A nível internacional, somos poucos e espalhados por um número de países, os que estamos a trabalhar nesta área e os nossos meios são muito limitados. Decidimos trabalhar sobre as instituições financeiras internacionais precisamente por causa do seu grande peso... a ideia é de seguir o traço do dinheiro; como estes dinheiros de que falamos são meios financeiros públicos, o público tanto nos países que contribuem com o dinheiro, como nos países que são os destinatários do dinheiro, deveria ter o direito de saber como é que está a ser utilizado. Uma vez que a informação sobre o fluxo de capital está a ser assegurada, o problema é de tentar influenciar como este dinheiro é gasto, tentar impedir que em muitos casos continue a financiar desastres ecológicos que ainda tornam mais pobres as populações, que supostamente são os beneficiários da ajuda ao desenvolvimento. Para além de tentar fazer um controle dos danos ("damage control") criados pelas instituições, o problema que se põe é de oferecer alternativas positivas, *i.e.* investimentos que representam as prioridades das populações locais. Para além de investimentos nos sectores sociais, são investimentos em áreas que beneficiam o meio ambiente e os recursos naturais, de que grande parte da população do mundo depende directamente para a sua sobrevivência e o seu bem-estar material e espiritual. Este tipo de investimento alternativo muitas vezes tem de ser em pequena escala, e requer uma participação activa das populações nas tomadas de decisão, enquanto que as instituições financeiras internacionais estão estruturadas de uma forma que administrativamente preferem fazer empréstimos muito grandes de muitos milhões de dólares que estão cedidos directamente a Governos, e que por sua vez têm muitas vezes pouco interesse numa participação activa de populações locais na tomada de decisões.

As instituições financeiras internacionais são instrumentos da globalização. A sua filosofia — conforme as intenções dos países doadores — está baseada na doutrina económica neo-liberal, em que o desenvolvimento dos chamados países pobres depende de uma maior integração no mercado mundial, sem ter em consideração as consequências sociais e ecológicas da aplicação formulária desta doutrina.

O processo da globalização favorece a emergência de mercados financeiros internacionais, a integração vertical das empresas, um mundo único de consumo das mesmas coisas de uma faixa da população do mundo. A lógica por detrás da construção do global, é que o global domina as suas partes componentes, ou por

outras palavras, as partes estão a ser sacrificadas para possibilitar o global. As partes sacrificadas podem ser povos tradicionais, regiões, ecossistemas, etc.

O contrapeso, a globalização é o que alguém se lembrou de chamar de "planetarização". É uma reacção ao paradigma da globalização que oferece resistência ao sacrifício das partes. A ideia é de criar e reforçar a ligação entre as muitas partes componentes do global pelas suas bases sociais. É uma maneira de construir o mundo global baseado em todas as suas partes, sem necessitar do sacrifício e da exclusão de uma parte delas.

Na campanha para a reforma das instituições financeiras multilaterais, a ligação entre as bases sociais, muitas vezes representadas por organizações não governamentais, é crucial. Estas ligações são frequentemente feitas entre organizações de protecção do meio ambiente do Norte e organizações de acção social do Sul. Este intercâmbio e a formação de coligações entre grupos geograficamente distantes é muito facilitado pelos meios de comunicação — os mesmos que promovem a globalização — *i.e.*, o fax, melhores comunicações telefónicas, e cada vez mais a Internet como forma mais económica de trocar informação.

As ONGs do Norte têm frequentemente melhor acesso à informação sobre os planos das instituições multilaterais, especialmente nos Estados Unidos, onde os cidadãos podem ter mais acesso às instituições do Governo e aos seus representantes no Congresso americano do que na Europa, onde existe muito mais a tendência de burocrática dos Estados ou, do facto da própria Comunidade Europeia ser muito mais fechada. O exemplo que gosto de citar neste contexto é que nos Estados Unidos há um "freedom of information act", uma lei que cidadãos podem utilizar para obter informação sobre actividades do Estado, enquanto no Reino Unido há um "official secrecy act" em que muitas informações básicas beneficiam do segredo de Estado (incluindo as suas políticas de cooperação, uma coisa que o Governo Trabalhista promete mudar). No caso da Alemanha, por exemplo, que conheço bem, é muito mais difícil ir bater às portas dos altos responsáveis em Bona e ser-se recebido, do que em Washington. Neste momento, ONGs na Europa em países individuais, mas também a nível da União Europeia, estão a trabalhar no sentido de pressionar as instituições governamentais para haver uma maior transparência nas suas actividades, em particular no que se refere à sua cooperação com países chamados em vias de desenvolvimento.

Esta maior abertura inicial nos EUA, (que pode ter os seus efeitos também meio perversos como os detalhes do caso Clinton-Lewinski do relatório Starr espalhados pela Internet), tem ajudado a lançar a campanha internacional para a reforma das instituições financeiras internacionais.

As informações mais facilmente obtidas em Washington e em outras capitais do Norte podem dizer-nos, por exemplo, quanto dinheiro está a ser planeado para um determinado projecto, como a construção de barragens, ou para certos sectores como o sector florestal de um determinado país. Esta informação é

transmitida a organizações em outros países. Os grupos ou ONG's nos países do Sul muitas vezes não podem obter esta informação dos seus próprios Governos. Com base nesta informação básica, organizações locais podem informar e consultar as populações mais directamente afectadas e investigar quais as consequências sociais e de meio ambiente dos projectos propostos.

Em muitos casos, estas investigações demonstram que os projectos não tomam em conta que comunidades locais têm de ser reestabelecidas em outros lugares (por exemplo, para fazer espaço para a construção de uma barragem), e que estas comunidades perderão não só as suas casas, mas também a sua maneira de subsistir, porque perdem os seus campos, áreas de pastagem e sítios de abastecimento de águas, e toda uma maneira de viver, sem lhes oferecer uma alternativa que seja aceitável para elas. Também não tomam em conta os efeitos ecológicos, a erosão, os efeitos nas áreas de jusante, a diminuição da sua produtividade agrícola e o desaparecimento de muitas espécies de plantas e animais.

O intercâmbio dos conhecimentos profundos locais das organizações nas áreas onde se realizam os projectos com organizações do Norte, tem possibilitado a formação de "lobbies" efectivos para informar os media, membros do Congresso no caso dos EUA, e de membros de Parlamntos no caso da Europa, sobre os impactos de muitos destes projectos. Frequentemente, mega-projectos intencionados para promover o desenvolvimento estão, de facto, a subminar o potencial de desenvolvimento a longo prazo, e os seus efeitos ambientais negativos estão a levar a um maior empobrecimento de milhões de pessoas em muitos países do Sul. Os benefícios deste tipo de projecto, muitas vezes acentuam ainda mais grandes desigualdades sociais, com os benefícios concentrados nas elites nacionais do Sul e companhias multinacionais.

Um pequeno exemplo são investimentos do Banco Mundial na construção de estradas em Moçambique. Numa entrevista muito corajosa dada por um funcionário do Banco Mundial residente em Maputo, este critica os responsáveis da sua própria organização por terem gasto grandes quantidades de dinheiro na construção tecnicamente inapropriada de estradas em Moçambique. Não só eram intensivas em termos de capital, importando tudo desde os equipamentos até ao asfalto, etc. A manutenção também depende de importações, e por isso é muito cara e não sustentável. Poder-se-ia ter escolhido tecnologias mais apropriadas dependendo mais de matérias primas existentes no país e da mão-de-obra. Gastaram-se centenas de milhões de dólares que aumentam a dívida externa do país, mas as estradas de asfalto desintegram-se com a passagem do primeiro camião na época das chuvas.

Outro aspecto dos mega-projectos é que facilitam a corrupção. No caso da Indonésia, por exemplo, documentação interna do Banco Mundial revela que se sabia que uma grande percentagem dos seus investimentos era desviado por membros da família de Suharto e seus amigos, mas resolveu-se não agir. Pelo

contrário, não obstante os problemas de genocídio em Timor-Leste e a violação de direitos humanos em províncias da Indonésia, a Indonésia era caracterizada como um país modelo de desenvolvimento, um cliente exemplar do Banco Mundial, até à queda de Suharto.

Existe uma pluralidade de organizações que trabalham para influenciar a cooperação internacional, e o objectivo é de cada vez mais formar aquilo que o Prof. Viriato Soromenho Marques chama de "cidadania ambiental internacional". É necessário haver cooligações de organizações do Norte e do Sul. Quando organizações do Norte trabalham por si sós, podem facilmente cair numa atitude neo-colonialista. Infelizmente, algumas ONG's do Norte, especialmente aquelas estritamente preocupadas com questões de conservação da natureza e estabelecimento de parques naturais nos países do Sul, também não consultam as populações locais e não tomam em conta as suas necessidades e prioridades. As organizações do Sul, por si só, não têm fácil acesso aos media e aos responsáveis políticos do Norte, nem aos seus próprios países onde muitas vezes a classe dominante considera-as subversivas.

E em conjunto, que organizações da sociedade civil podem fazer sentir a sua influência? Depois de 10 anos deste tipo de trabalho, as instituições financeiras internacionais têm sido obrigadas a adoptar uma série de directivas sociais e ambientais positivas. Por exemplo, agora as instituições financeiras internacionais estão obrigadas a realizar estudos de impacto ambiental com consultas directas das ONG's e populações afectadas. Existe uma política de informação que assegura o acesso do público aos estudos de impacto ambiental. Existe uma directiva de protecção dos povos indígenas que — pelo menos em teoria — obriga as instituições a não financiar projectos nas áreas indígenas tradicionais sem o explícito consentimento dos povos indígenas, e sem assegurar que eles sejam beneficiários dos projectos.

Estas novas políticas têm feito alguma diferença, especialmente em casos em que a campanha das ONG's conseguiu captar a atenção dos media e de representantes políticos no Norte. Assim, houve o cancelamento do financiamento de algumas barragens, como a barragem Arun no Nepal, e a barragem Narmada na Índia. De uma forma geral, verificou-se que projectos que prejudicam o meio ambiente também não fazem sentido em termos económicos porque a sua viabilidade económica depende de fortes subsídios dos cofres públicos e o cálculo dos seus custos e benefícios não inclui os custos da degradação ambiental.

Em casos de outros mega-projectos, a atenção pública, gerada pelas ONG's, ajudou a fortalecer a posição dos especialistas de meio ambiente dentro das próprias instituições, o que levou a melhorias na execução dos projectos com mitigação dos seus impactos negativos, tanto em termos sociais como ambientais.

Mas estes ainda continuam a ser casos pontuais, e a implementação das novas políticas na prática, continua a ser muito problemática.

O exemplo da Política Florestal do Banco Mundial

Nos anos 80, o Banco Mundial financiou grandes projectos de colonização da floresta tropical no Brasil e na Indónesia a pedido das ditaduras militares naqueles países então no poder, que queriam ocupar a floresta amazónica brasileira, e as ilhas da faixa exterior do arquipélago indónesio, por razões geopolíticas. A campanha internacional contra estes projectos conseguiu demonstrar que estes projectos não só levaram à destruição massiva da floresta, como também empobreciam ainda mais os pequenos agricultores enviados para estas zonas, uma vez que o tipo de solos não se prestava à agricultura que eles conheciam. Ao mesmo tempo, levava à crescente marginalização dos povos indígenas da floresta e de outras comunidades, como o caso dos seringueiros no Brasil, que dispõem de conhecimentos de como viver na floresta e dos seus produtos sem a destruir. No caso do Brasil, a campanha estava baseada numa aliança entre organizações ecológicas do Norte e os sindicatos dos seringueiros no Estado do Acre no Brasil. O líder mais conhecido foi Chico Mendes, que a convite das organizações do Norte visitou os Estados Unidos algumas vezes para dar testemunho directo sobre os impactos dos programas financiados pelo Banco Mundial e pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento ao Congresso americano, e em encontros com directores dos próprios Bancos. A sua crescente reputação internacional como defensor da floresta não o conseguiu proteger das balas assassinas que o atingiram há 10 anos atrás. Mas o trabalho que ele e os seus colegas desenvolveram em conjunto com organizações de protecção ao meio ambiente, resultou na terminação de financiamentos internacionais para projectos de colonização de florestas. Também resultou numa maior atenção dada aos investimentos nas áreas de demarcação de terras indígenas e do estabelecimento de reservas extractivas, a colheita de produtos da floresta como a borracha, como alternativas à colonização e ao estabelecimento de grandes fazendas de gado.

Enquanto que a colonização das florestas deixou de ser financiada, os Bancos continuaram a investir na extração de madeiras, que é uma das causas principais da desflorestação. Uma parte destes investimentos foram dirigidos para a costa ocidental da África, para países como Cote d'Ivoire e o Gana que já tinham sofrido uma desflorestação muito grande, e conseqüentemente, alterações no regime das chuvas, e que como resultado viam a sua produção agrícola cada vez mais diminuída e menos capaz de contribuir para a segurança alimentar das suas populações. Uma campanha das ONG's em torno destas florestas levou o Banco Mundial a finalmente reformular a sua política de florestas. A nova política proíbe o Banco de investir directamente na extracção de madeiras em florestas tropicais húmidas, e promete que o Banco vai seguir uma política inter-sectorial no que se refere às florestas... quer dizer que vai ter em conta as conseqüências sobre as florestas de investimentos em outros sectores, como construção de estradas, barragens, etc.

Na prática, todavia, a implementação da política deixa muito a desejar, e o Banco continua a financiar muitos projectos como a construção de óleoductos e outras infraestruturas sem medidas eficazes para proteger a floresta e as populações que directamente dependem dela.

Uma crescente área de investimento são as plantações industriais de eucaliptos e pinheiros, com as quais Portugal também tem alguma experiência. São organizações na América Latina, especialmente no Uruguai e no Chile, que estão agora a liderar uma batalha para influenciar este tipo de investimentos. Não querem que as suas áreas naturais sejam transformadas em plantações de monoculturas que geram pouco emprego, necessitam de fortes subsídios do Estado para serem viáveis, destroem a biodiversidade, e perturbam os ciclos hídricos. Ainda por cima, os troncos são exportados sem nenhum valor acrescentado na forma bruta para serem transformados em outros países. Recentemente, ouvi um professor uruguaio dizer: 'Hoje estamos pior do que no principio do século; naquela altura, com a invenção das câmaras frigoríficas começámos a exportar a carne já processada, promovendo emprego e desenvolvimento; antes dos frigoríficos exportava-se gado vivo, que viajava em pé nos barcos com destino aos matadouros de Inglaterra para aí ser tornado em rosbife... Hoje exportamos os troncos cortadas das árvores... e como transportar o gado em pé?'

Barragem de Lesoto — África Austral

Peritos em questões hídricas estão cada vez mais a dar voz à sua preocupação de possíveis guerras de água. Uma destas guerras teve recentemente lugar na África Austral e resto do mundo soube pouco sobre isso. Foi quando tropas sul-africanas invadiram o pequeno reino independente do Lesoto. A invasão sul-africana deu-se na sequência de protestos no Lesoto contra a falta de reformas democráticas no país, que ameaçavam fazer cair um Governo corrupto e com pouco respeito pelos direitos básicos dos seus cidadãos. As tropas sul-africanas foram enviadas para o Lesoto não só para proteger o Governo, mas sobretudo para defender a barragem mais alta construída em toda a África. A barragem de Katse, que foi concebida durante os anos do Apartheid, tem como objectivo desviar as águas do Rio Orange das montanhas do Lesoto para a zona industrial da África do Sul, a área de Joanesburgo. A barragem de Katse foi possibilitada por um financiamento do Banco Mundial que levou muitos outros investidores a participarem também no projecto. O projecto criou grandes problemas sociais para as populações das montanhas, cuja subsistência está ameaçada pela inundação das suas poucas terras férteis, destruição das suas fontes de água, etc. Os problemas ecológicos só receberam uma atenção formal, sem levar a medidas eficazes de combater os problemas, como, por exemplo, a erosão, assegurar a

própria qualidade das águas na barragem, assegurar a sobrevivência de algumas espécies de pássaros, peixes, e de plantas medicinais locais, etc.

Mas, pode-se perguntar, "talvez esta água que agora vai para a área de Joanesburgo, ao menos vai abastecer as populações negras nos "townships" sul-africanas que sofrem desde os dias de Apartheid com a falta de água." Não, porque o projecto torna a água tão cara que não a podem comprar, e o projecto nem sequer inclui as infraestruturas necessárias para canalizar as águas para as áreas pobres.

Ecologistas sul-africanos fizeram cálculos e chegaram à conclusão que o abastecimento dos "townships" poderia ter sido feito a um custo que é só uma pequena fracção dos custos da barragem. O que era preciso fazer era reparações nos sistemas antigos de canalização para simplesmente eliminar as fugas de água (estimadas em cerca de 50%), e uma maior poupança de água na rega das relvas das casas das classes altas e médias na área de Joanesburgo e Pretoria, que representa o maior consumo de água.

A guerra do Lesoto levou à destruição de Maseru, a capital, e a um número desconhecido de mortos. O povo de Lesoto sofre, ele próprio, de faltas de água, e agora vê a sua água exportada. Os grandes beneficiários são as sociedades de construção e de engenharia, como o consortium das fábricas de cimento da África Austral, que recentemente festejaram o projecto. A última ironia da invasão do Lesoto, que foi anunciada esta semana na televisão sul-africana, é que o Lesoto vai ter que pagar pela invasão (afinal foi o Governo do Lesoto que convidou as tropas sul-africanas). Como o país não tem meios financeiros, vai ter que exportar a sua água para a África do Sul de graça.

É um exemplo do muito que resta a fazer para assegurar que os grandes financiamentos de cooperação sejam dirigidas a projectos em escala mais pequena, que tenham a questão da equidade de água como prioridade.

A campanha internacional ainda não conseguiu romper o círculo vicioso do funcionamento das instituições financeiras internacionais. Este funcionamento continua a ser dominado por prazos a cumprir, grandes quantias de dinheiro que têm de ser movimentadas em prazos curtos. Infelizmente, os incentivos dos funcionários das instituições financeiras internacionais para avançar nas suas carreiras profissionais continuam a ser baseados na quantidade de dinheiro movimentado, e pouco tem a haver com a qualidade dos projectos financiados. Ficam prejudicados os funcionários que têm a ousadia de levantar questões sobre a substância dos processos consultivos com populações locais, a qualidade ambiental dos projectos, e a sustentabilidade dos investimentos a longo prazo. Este tipo de pergunta pode levar a atrasos no desembolso dos recursos financeiros, que por sua vez pode levar a uma diminuição das contribuições financeiras dos Estados Membros doadores para as próprias instituições, e assim, reduzir potencialmente o poder das suas grandes máquinas burocráticas.

Como vêem, o trabalho à nossa frente continua a ser muito. Para quem estiver interessado em saber mais ou participar mais directamente, estou à vossa disposição.

Chemical Scorecard

Temos estado a falar da necessidade de transparência a nível da cooperação internacional, e antes de terminar, gostaria de mencionar um trabalho no sentido de aumentar a transparência dentro dos EUA.

Depois da tragédia de Bhopal na Índia em 1984, que resultou de fugas de gás venenoso numa multinacional americana, e levou à morte cerca de 4000 pessoas, e afectou a saúde de talvez meio milhão de pessoas, houve cada vez mais vozes a exigir o direito das populações a saberem quais os perigos tóxicos a que estão expostas... em inglês, chama-se "Communities' Right to Know".

Milhões de kilogramas de substâncias químicas estão a ser lançadas para o ar e para as águas todos os anos. Algumas destas substâncias estão reconhecidas como perigosas para a saúde humana, outras são suspeitas, e de um grande número destas substâncias pura e simplesmente sabe-se muito pouco ou nada. Nos EUA, as companhias têm de informar a Agência de Protecção do Meio Ambiente sobre as suas emissões de substâncias químicas. Mas estas informações não são facilmente acessíveis a pessoas particulares ou comunidades.

O EDF pensa que uma das melhores formas de proteger o meio ambiente é dar às pessoas a informação que necessitam para identificar perigos químicos para lhes ajudar a evitar estes perigos, e de fazer ouvir a sua voz na pressão face às companhias responsáveis por estas substâncias, de modo a melhorar as suas medidas de segurança.

Por isso, desenvolveu um livro de registo de resultados ("Scorecard") electrónico que possibilita o acesso a informações sobre a poluição industrial nas áreas onde as pessoas vivem ou trabalham.

Pode-se ir à Web site do EDF, procurar a "scorecard", e depois que uma pessoa entra no seu código postal, pode ficar a saber:

- (1) Quem são os poluidores na área?
(Os dados só cobrem os poluidores que estão obrigados a fornecer dados à U.S. Toxics Release Inventory).
- (2) Qual é o grau de poluição?
- (3) O que sabemos das substâncias químicas?
(Características das substâncias químicas contendo informação sobre resultados de testes dos seus impactos sobre a saúde humana, os seus impactos no meio ambiente, e se existe legislação).
- (4) Que tipos de substâncias químicas podem causar certos efeitos na saúde humana?
- (5) O que faz o Governo para controlar estas substâncias químicas?
- (6) O que é que nós, os cidadãos comuns, podemos fazer?
(Como, por exemplo, enviar um fax às empresas responsáveis, etc.).

Este tipo de transparência está a levar a mudanças ecológicas positivas. A transparência não é só útil para os particulares, mas também para o Governo, porque é um sistema que lhe custa quase nada em termos administrativos, e é útil para as próprias empresas porque aumenta a consciência da sua gerência, e fornece informações importantes aos seus investidores e às companhias de seguros. Esta transparência também promove o diálogo porque torna mais difícil para as companhias não responderem às perguntas e preocupações do público. Para além disto, permite estabelecer ligações entre indivíduos e organizações com o interesse comum de partilhar as suas estratégias técnicas ou não-técnicas.

O livro de registo de resultados é um bom começo, mas ainda há muita informação que não está disponível, como por exemplo, a informação relativa à poluição de águas causada pela indústria petroléira que continua a ser muito incompleta.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: QUE CERTEZAS?

CARLOS BORREGO E MYRIAM LOPES

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E ORDENAMENTO, UNIVERSIDADE DE AVEIRO

O efeito de estufa e o balanço radiativo global

O clima é fundamentalmente controlado pelo balanço radiativo global, ou seja, o balanço entre a energia solar que atinge a Terra e a energia emitida pela superfície terrestre. A atmosfera tem um papel importante no balanço radiativo, uma vez que tem a capacidade de absorver radiação de diferentes comprimentos de onda. De facto, parte da radiação solar, nomeadamente a radiação ultravioleta, é absorvida no seu percurso até atingir a superfície terrestre. A Terra, ao aquecer, liberta energia na forma de radiação infravermelha, sendo de novo enviada para o espaço; no entanto, parte desta energia é absorvida pela atmosfera, resultando num incremento de temperatura da atmosfera. Este fenómeno natural, habitualmente designado por efeito de estufa (Figura 1), é responsável por uma temperatura média superficial de 15° C, significativamente superior à temperatura que se verificaria na sua ausência, e que segundo as estimativas seria de cerca de -15° C.

A capacidade da atmosfera em absorver de forma diferencial a radiação solar e terrestre está associada à sua composição, muito diferente da atmosfera de outros planetas. Os gases associados ao efeito de estufa (GEE) são aqueles que absorvem a radiação de grande comprimento de onda (infravermelha), a maior parte dos quais se encontram presentes na atmosfera em resultado de processos naturais, como o vapor de água (H₂O), dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) ou o ozono (O₃).

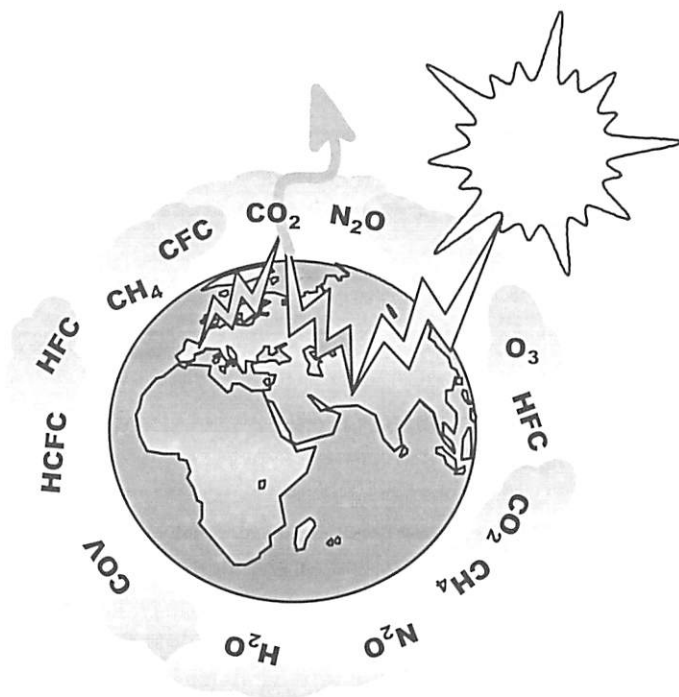


Figura 1. Representação esquemática do efeito de estufa (Borrego e Lemos, 1997).

Além destes gases, que contribuem directamente para o efeito de estufa, existem também diversos compostos fotoquímicos cuja contribuição para a intensidade do efeito de estufa é indirecta. São compostos que desempenham o papel de precursores na formação de ozono troposférico, nos quais se incluem o monóxido de carbono (CO), os óxidos de azoto (NO_x) e diversos compostos orgânicos voláteis não metano (COVNM).

As emissões de compostos para a atmosfera, resultantes de actividades antropogénicas, alteram o equilíbrio dos ciclos em que tais compostos intervêm, além de introduzirem na atmosfera um novo conjunto de GEE, como é o caso de diversos compostos halogenados (clorofluorcarbonetos — CFCs, hidrofluorcarbonetos — HFCs, perfluorcarbonetos — PFCs, hexafluoreto de enxofre — SF_6).

O contributo de todos estes gases para o efeito de estufa não é homogêneo, dependendo entre outros factores, da própria constituição da atmosfera e do tempo médio de permanência dos gases na atmosfera. O metano, por exemplo, tem um tempo de permanência de cerca de 12 anos, enquanto que o óxido nítrico permanece na atmosfera cerca de 120 anos. Torna-se, por isso, necessário efectuar uma correcção dos valores emitidos por estes gases de forma a representar o potencial efectivo para o aquecimento global (GWP, do inglês *Global Warming Potential*), referente a um dado horizonte temporal. Em termos físicos, o GWP de

um gás é definido como o aquecimento resultante de uma emissão instantânea de 1 kg desse gás relativamente ao CO₂. Na Tabela 1 apresentam-se os valores de GWPI00 (horizonte temporal de 100 anos) para os principais GEE.

Tabela 1. Valores do potencial de aquecimento global (GWPI00) para os principais GEE, considerando um horizonte temporal de 100 anos (IPCC, 1995)

GÁS	GWPI00	NOTAS
CO ₂	1	
CH ₄	21	(1)
N ₂ O	310	
HFCs	140 a 11 700	(2)
SF ₆	23 900	
PFCs	6500 a 23900	(2)
CO	3	(*)
COVNM	11	(*)
NO _x	40	(*)

(1) Inclui efeitos directos e indirectos

(2) Depende do composto específico

(*) Gases com efeitos indirectos

O aumento de temperatura global e as alterações climáticas

Existe consenso, no seio da comunidade científica, de que as actividades antropogénicas têm contribuído para um aumento tanto nas emissões como nas concentrações atmosféricas de GEE, nomeadamente de CO₂ (Figura 2).

Com base nas tendências actuais em termos de emissões e assumindo que não se desenvolvem quaisquer esforços para limitar as emissões de GEE, os modelos climáticos estimam que a temperatura global irá aumentar cerca de 1 a 3,5° C por volta do ano 2100. Esta projecção de temperatura, é maior do que qualquer variação climática ocorrida durante os últimos 10 000 anos. De facto, as medições efectuadas mostram um aumento da temperatura global nos últimos 130 anos da ordem dos 0,3 a 0,6° C, além de que os 10 anos mais quentes do último século ocorreram depois de 1980.

Algumas consequências directas do aumento de temperatura são a ocorrência de eventos climáticos extremos, como sejam as secas, as chuvas intensas, as inundações, as tempestades e ciclones, o aumento do nível médio das águas do mar, o derretimento das calotes polares e diminuição da massa de *icebergs*.

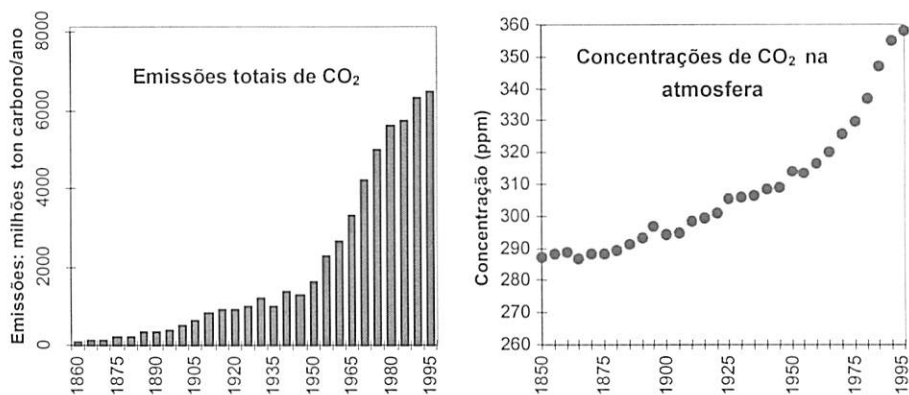


Figura 2. (a) Emissões totais de CO₂ e (b) concentrações de CO₂ na atmosfera.

Prevêem-se no entanto outros impactos indirectos — comumente designados de mudanças globais — como sejam a afectação dos ecossistemas, diminuição da biodiversidade, desertificação, afectação da agricultura, a fome, erosão de zonas costeiras e degradação de áreas construídas principalmente no litoral, diminuição da disponibilidade de água potável, afectação da saúde (problemas cardiovasculares e respiratórios), proliferação de doenças e pestes, etc.

Evidentemente, não existem certezas acerca das alterações climáticas e sua influência nas mudanças globais, quer do ponto de vista qualitativo como quantitativo, no entanto, algumas evidências permitem tirar ilações importantes sobre estes impactos. Um exemplo de avaliação típico, é a análise dos bem conhecidos fenómenos de “El Niño”, que ocorrem de tempos a tempos no Hemisfério Sul e se caracterizam por um aumento da temperatura da água do ar, alteração esta que provoca uma conseqüente modificação nos padrões de circulação atmosférica.

Alterações climáticas: o caminho até Buenos Aires

O primeiro grande passo em matéria de alterações climáticas foi dado em 1979, durante a 1.^a Conferencia Mundial do Clima, com o estabelecimento do Programa Mundial para o Clima.

Em 1988 foi criado, conjuntamente pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente e pela Organização Meteorológica Internacional, o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), cujo propósito é a avaliação da informação científica e técnica relacionada com todos os aspectos relevantes para a questão das alterações climáticas. Das actividades do IPCC destacam-se a publicação até à data de dois Relatórios de Avaliação (IPCC, 1990 e 1995), estando em fase de revisão para publicação o terceiro, bem como a actividade desenvolvida pelos

três grupos de trabalho orientados, respectivamente, para três grandes áreas de estudo:

- i) Estado do conhecimento científico sobre o funcionamento do sistema climático e alterações potenciais induzidas pelas actividades antropogénicas;
- ii) Avaliação dos impactos potenciais, medidas de adaptação e mitigação ao nível dos sistemas ecológicos e sócio-económicos;
- iii) Avaliação das implicações económicas das alterações climáticas, incluindo a avaliação das tendências evolutivas nas emissões de GEE.

A publicação do 1.º Relatório de Avaliação do IPCC coincidiu com a realização, em 1990, da 2.ª Conferência Mundial do Clima, na qual se iniciaram os trabalhos de preparação de um Tratado sobre Alterações Climáticas que culminou com a adopção em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC).

A UNFCCC, que entrou em vigor em Março de 1994, constitui actualmente, instrumento central dos esforços a nível internacional de luta contra o aquecimento global. Esta convenção tem como objectivo último a estabilização da concentração atmosférica dos GEE a um nível que previna a interferência antropogénica no sistema climático terrestre. A maioria dos estados signatários desta convenção, 154 países incluindo Portugal, comprometeu-se a adoptar políticas e medidas que permitissem repor as suas emissões para a atmosfera de GEE em 2000 aos níveis de 1990. Dois importantes princípios saíram desta convenção:

- O Princípio da Precaução, segundo o qual as incertezas do conhecimento científico não devem ser utilizadas como uma desculpa para adiar a implementação de medidas quando existe o risco de ocorrência de danos profundos e irreversíveis;
- O Princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas.

O órgão supremo da UNFCCC é a Conferência das Partes (COP), na qual estão representados todos os estados que ratificaram a convenção, e cuja função é a revisão periódica dos compromissos existentes à luz dos objectivos da convenção, novos avanços científicos e o estado de implementação efectiva dos programas nacionais sobre alterações climáticas. A COP tem uma periodicidade anual, tendo a primeira decorrido em Berlim, em 1995, coincidindo com a publicação do 2.º Relatório de Avaliação do IPCC. Curiosamente, só durante a COP-2, realizada em Geneve em 1996, foi *reconhecida a influência humana nas alterações climáticas*. Este facto possibilitou por um lado, a responsabilização da Humanidade para esta

problemática, e por outro que fossem dados passos importantes para a definição de uma estratégia global de controlo das emissões de GEE, processo que culminou na adopção do Protocolo de Kyoto, em Dezembro de 1997, durante a COP-3 que teve lugar em Kyoto, Japão.

Adoptado por consenso, o Protocolo de Kyoto contém metas de emissão de GEE para o conjunto de países do Anexo I do protocolo (países desenvolvidos). Globalmente os países desenvolvidos concordaram em reduzir as suas emissões equivalentes de 6 GEE (dióxido de carbono — CO_2 , metano — CH_4 , óxido nitroso — N_2O , hidrofluorcarbonetos — HFC's, perfluorcarbonetos — PFC's e hexafluoreto de enxofre — SF_6) em 5,2% até ao período de 2008-2012, relativamente aos valores de 1990. No entanto foram estabelecidas quotas de redução diferenciadas para os vários estados (Tabela 2).

A redução conjunta prevista no Artigo 4 do Protocolo de Kyoto, estabelecido quase exclusivamente para a UE, cria uma diferenciação interna ("burden sharing"), permitindo que alguns Estados Membros possam aumentar as suas emissões à custa do esforço de redução ou estabilização dos restantes. Esta ideia de diferenciação interna surgiu logo durante à assinatura da UNFCCC sendo defendida pelos países de coesão europeia (Espanha, Portugal, Grécia e Irlanda), os quais, incapazes de reduzir ou estabilizar as suas emissões por razões económicas, defenderam que a União Europeia se apresentasse como um todo. Assim, de acordo com a diferenciação interna, Portugal pode aumentar as suas emissões equivalentes de CO_2 e do conjunto dos 6 GEE em 40% e em 27% respectivamente, dentro dos períodos estabelecidos no Protocolo de Kyoto.

Tabela 2. Metas estabelecidas por alguns países no Protocolo de Kyoto.

ESTADO	META ACORDADA EM KYOTO
União Europeia (UE), maioria dos países da Europa central e oriental e Suíça:	redução de 8%
Estados Unidos:	redução de 7%
Japão e Canadá:	redução de 6%
Nova-Zelândia, Rússia e Ucrânia:	estabilização
Noruega:	aumento de 1%
Austrália:	aumento de 8%
Islândia:	aumento de 10%

Acrescente-se que a análise dos cenários de desenvolvimento (cenário A — cenário de crescimento pouco acentuado, cenário B — cenário *business as usual*, C — cenário de crescimento significativo) para Portugal (Figura 4), indicia uma tendência de crescimento económico acompanhada por um aumento das emissões

de GEE para os níveis estabelecidos ou mesmo acima destes, o que compromete as metas estabelecidas em Kyoto (Borrego *et al.*, 1999).

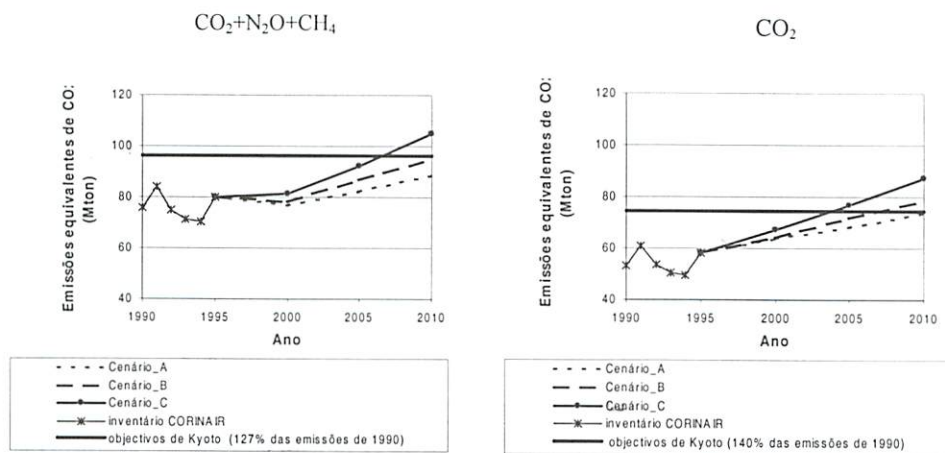


Figura 4 — Cenários evolutivos possíveis das emissões equivalentes de GEE (Borrego *et al.*, 1999a)

Na agenda da COP-4, Buenos Aires, 1998, estava proposta a discussão dos mecanismos de mercado previstos no Protocolo de Kyoto, mecanismos estes desenvolvidos com o intuito de promover a diminuição dos custos de implementação das metas de redução de emissões. Estes mecanismos representam três modalidades da mesma realidade, *i.e.* comércio de emissões e são: i) implementação conjunta, ii) comércio de emissões e iii) mecanismos de desenvolvimento limpo.

A COP-4 ficou marcada por dois factos importantes, o anúncio da Argentina de que estaria disposta a assumir compromissos de limitação das suas emissões de GEE e a assinatura do Protocolo de Kyoto por parte dos Estados Unidos, e ainda pela aprovação do chamado Plano de Acção de Buenos Aires, contendo um conjunto de questões a debater nos 2 anos a seguir à COP-4.

No que respeita à União Europeia, a Comissão Europeia tem vindo a promover e/ou incentivar os estados-membros para adoptarem um conjunto de medidas mitigadoras de GEE, com particular incidência no CO₂ (EEA, 1998). Destacam-se, neste âmbito, as taxas sobre produtos energéticos e sobre as emissões de carbono, os Programas de I&D SAVE (aumento da eficiência energética), JOULE-THERMIE (desenvolvimento de energias limpas) e ALTENER (desenvolvimento de energias renováveis), as Directivas Comunitárias sobre eficiência energética e ainda a limitação das emissões de CO₂ pelos veículos automóveis. Internamente, os estados-membros, designadamente Portugal, têm vindo a implementar medidas

concretas e sectoriais que englobam entre outras, os acordos voluntários com sectores industrial e energético, a implementação de instalações de co-geração, a substituição de combustíveis para gás natural, medidas sobre a mobilidade e modo de condução e (re)floretação.

Desenvolvimento sustentável: de Estocolmo até ao Rio

As alterações induzidas no ambiente pelas actividades humanas vão muito para além do efeito de estufa e das alterações climáticas. São aspectos relevantes a utilização heterogénea do uso do solo e os desequilíbrios de distribuição das populações. Particular atenção deve ser dada às zonas costeiras que sendo das zonas mais susceptíveis do ponto de vista ambiental, com potenciais impactos associados às alterações climáticas, concentram simultaneamente uma fracção significativa da população e das actividades antropogénicas. A título de exemplo refira-se que metade da humanidade e 80% da população portuguesa habita em zonas costeiras (Borrego, 1996, Lopes e Borrego, 1998).

É sabido que a o planeta Terra está em constante mudança desde a sua origem e que tem uma capacidade intrínseca de resposta e adaptação. No entanto, os estudos científicos mostram que os problemas ambientais gerados pela humanidade induzem alterações mais rápidas e profundas do que as que ocorrem naturalmente, começando o planeta a mostrar alguma incapacidade de resposta a todas estas pressões e em restabelecer o equilíbrio, entrando por isso mesmo em colapso.

Em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que decorreu em Estocolmo, constituiu o primeiro grande fórum de debate das questões ambientais a nível internacional. Com uma agenda extensa, abrangendo virtualmente todos os aspectos relativos aos usos dos recursos naturais, teve como ponto fulcral a ameaça ao ambiente natural causada pelo crescimento económico e a poluição industrial. Esta era de facto uma das maiores preocupações dos países desenvolvidos, os proponentes desta conferência. Em contraposição, para os países em desenvolvimento a pobreza constituía o problema de fundo, tanto para o bem estar das populações como para o ambiente, e o desenvolvimento económico era encarado não como um problema mas como uma solução destes.

A Conferência de Estocolmo ficou assim marcada pela polarização de opiniões e prioridades — protecção do ambiente *versus* crescimento económico — manifestada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o mesmo é dizer, entre os países ricos do norte e os países pobres do sul.

Em Portugal, esta conferência foi praticamente ignorada pelas autoridades da época, uma vez que o regime político que vigorava era manifestamente contra

o debate da situação social, mesmo quando tal dizia respeito a questões ambientais. Apesar disso foi produzido um relatório oficial para a conferência (JNICT, 1971), onde curiosamente, alguns dos problemas ambientais identificados a nível nacional foram: áreas urbanas e zonas costeiras.

Durante a década de 80, um novo paradigma político e de desenvolvimento começou a emergir, como que tentando reconciliar estes objectivos em conflito. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento publicou o documento *Our Common Future*, mais conhecido como relatório Brundtland. O relatório define o conceito de "desenvolvimento sustentável", uma perspectiva integrada para políticos e decisores, na qual a protecção ambiental e o crescimento económico a longo prazo são vistos como complementares e não incompatíveis, em última análise mutuamente dependentes: a solução dos problemas ambientais requer recursos que apenas podem ser disponibilizados pelo crescimento económico e, por sua vez, o crescimento económico é posto em causa se a saúde humana e os recursos naturais são afectados pela degradação ambiental.

A publicação do relatório Brundtland pôs em marcha um processo que culminou na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), que teve lugar em 1992 no Rio de Janeiro. A comparação dos planos de acção produzidos pelas Conferências do Rio e de Estocolmo, ilustra bem o salto dado no conhecimento e compreensão dos problemas de longo prazo relacionados com o desenvolvimento da Humanidade. Se por um lado em Estocolmo é adoptada uma perspectiva orientada para a fonte, para os problemas de poluição e da depleção dos recursos não renováveis, a posição adoptada no Rio realça as estratégias integradas para promover o desenvolvimento através do crescimento económico baseado na gestão sustentada dos recursos naturais (Figura 5).

De facto, a *Agenda 21*, que constituiu o plano de acção da Conferência do Rio, reafirma a mensagem central do relatório Brundtland, de que o desenvolvimento sócio-económico e a protecção do ambiente estão intimamente ligadas e uma estratégia política efectiva deverá considerá-los simultaneamente.

Ao mesmo tempo e como já foi referido, durante a UNCED, e com base no resultado dos trabalhos desenvolvidos pela UNFCCC, é estabelecido como objectivo prioritário a estabilização das concentrações atmosféricas de GEE. Em termos de protecção da atmosfera, a UNCED estabeleceu ainda como prioridades (FLAD/ESW, 1996):

- A análise de incertezas com vista ao desenvolvimento de uma base científica credível para apoio à decisão;
- Desenvolvimento de novas tecnologias no campo da energia, transporte, indústria, etc.;
- Prevenção da depleção da camada de ozono estratosférica;
- Prevenção do transporte transfronteiriço de poluição.

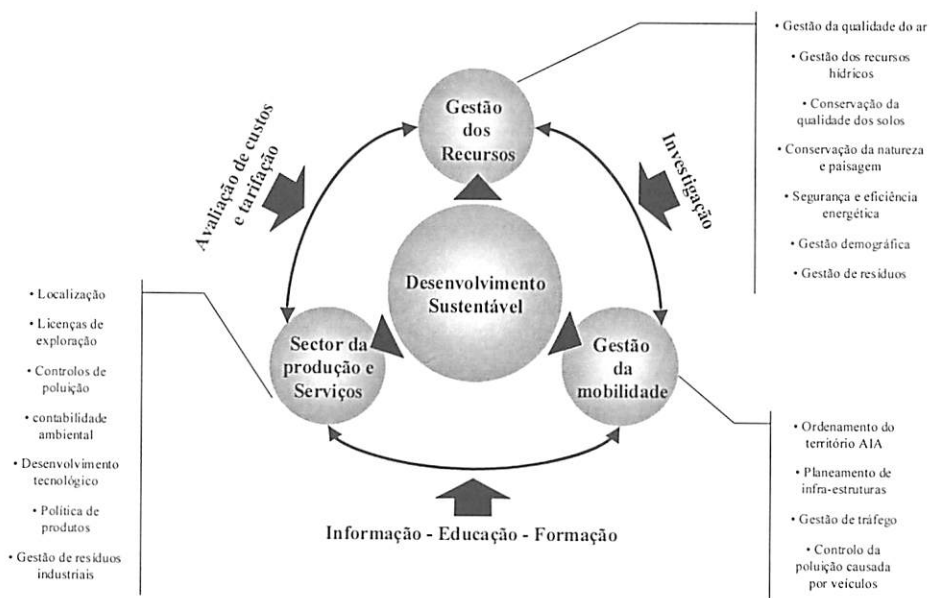


Figura 5. Esquema de actuação do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21: progressos e retrocessos

O relatório de análise dos 5 anos passados sobre a UNCED, o mesmo é dizer sobre a adopção da Agenda 21 (The Sustainable Development Agenda 1998), mostra que na globalidade as promessas efectuadas no Rio não se concretizaram na prática. No entanto mesmo não tendo demonstrado progressos significativos desde a Conferência do Rio, os vários estados signatários reafirmaram o seu compromisso relativamente à Agenda 21, que continuam a considerar o programa de acção fundamental para atingir o desenvolvimento sustentável.

De facto existe ainda um longo caminho a percorrer uma vez que, 5 anos volvidos sobre o Rio, persistem ainda grandes problemas globais:

- aumentou a população em situação de pobreza;
- aumentaram as desigualdades entre diferentes países e no seio destes;
- persiste a desigualdade de participação e tratamento das mulheres nas diversas actividades económicas, sociais e políticas;
- os compromissos assumidos nas várias convenções assinadas no Rio, designadamente na UNFCCC, continuam por implementar;
- alargou-se o fosso tecnológico entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- falta de transposição legal dos Princípios do Rio;

- necessidade de implementar a Agenda 21 — ao nível financeiro, da transferência tecnológica, assistência técnica e formação específica;
- a maioria dos países desenvolvidos não cumpre os objectivos propostos em termos do desenvolvimento do sistema de apoio social (retenção de 0,7% do PIB para a assistência social).

Mas nem tudo foram más notícias nestes 5 anos. De facto, foram dados alguns passos importantes e implementadas medidas específicas que contribuíram para que se verifica-se:

- o declínio da taxa de crescimento da população mundial;
- o declínio da mortalidade infantil;
- um maior acesso do público à informação;
- menos poluição e menor degradação dos recursos naturais;
- o aparecimento do negócio "verde" (uma nova oportunidade de mercado);
- a melhoria das práticas agrícolas, o que contribui para a gestão adequada dos recursos;
- o incremento no uso de instrumentos económicos para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O mesmo estudo apresenta ainda algumas áreas e acções futuras prioritárias, sendo de destacar:

- conservação da biodiversidade;
- promoção do turismo sustentável;
- gestão e eliminação segura de resíduos perigosos;
- promoção da sustentabilidade na agricultura e uso do solo;
- gestão adequada da água que permita maior disponibilidade e melhor qualidade;
- preservação do recurso ar, em particular a diminuição das emissões de GEE;
- desenvolvimento de padrões sustentáveis de produção, distribuição e uso de energia;
- desenvolvimento de uma política ambiental de transportes;
- alteração dos padrões de produção e consumo;
- gestão adequada dos oceanos e mares;
- gestão sustentável das florestas.

As medidas destacadas dizem também respeito à questão das alterações climáticas, uma vez que este problema e em particular o efeito de estufa, pode ser significativamente minorado se as medidas referidas forem adoptadas e implementadas de forma consistente. Estas medidas contribuem positivamente para

a mitigação do efeito de estufa quer directamente, através da diminuição das emissões de GEE, quer indirectamente, fomentando o papel dos sumidouros destes gases, como é o caso da floresta e dos oceanos.

Conclusões

O desenvolvimento sustentável assenta em três pilares muito claros: gestão de recursos, gestão de mobilidade e sectores da produção e dos serviços. A gestão e integração destes três pilares requer um fluxo muito grande de informação, bem como a garantia da educação e a formação de pessoas, a investigação, a avaliação de custos e aplicação de taxas.

Não restam dúvidas de que é preciso pagar para um ambiente limpo, isto é, o desenvolvimento sustentável tem custos. As taxas, um instrumento económico de política de ambiente, constituem um mecanismo fulcral para uma estratégia quer de desenvolvimento sustentável, quer de alterações climáticas, bivalente no sentido em que incorporam preocupações económicas e ambientais.

Muitos dirão que não existem certezas relativamente à extensão e impactos das alterações climáticas, e que tudo não passa de uma visão catastrófica de um grupo de cientistas preocupados. É certo que não existem certezas, mas também é certo que não podemos viver no *Crepúsculo das Ilusões*, e ficar à espera para ver o que acontece. É necessário agir, é necessário fazer opções e enfrentar os desafios que se apresentam para se atingir o desenvolvimento sustentável através de um processo por si próprio sustentável. Esta é uma questão urgente e na qual todos nós devemos intervir e todos temos um papel activo, quanto mais não seja em prol da nossa cidadania.

Bibliografia

- Borrego, C. (1996): Integrated Coastal Zone Strategy: Need for a more quantitative approach. In Environmental Problems in Coastal Regions, ed. A.J. Ferrante and C. A. Brebbia, Computational Mechanic Publications, Southampton, pp. 23-32.
- Borrego, C. e Lemos, S. (1997): Indústria e Efeito de Estufa: desafios e soluções. *JANUS 98* — Anuário de Relações Exteriores, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, pp. 70-71.
- Borrego, C.; Miranda, A. I.; Conceição, M.; Carvalho, A. C.; Lopes, M. and Tchepel O. (1999): Climate change and air quality management: emissions and consequences. *Proceedings of the*

- 6th Conference on Environmental Science and Technology*, Vol. A. 30 August — 2 September, Pythagorion, Samos, Greece, pp. 438-446.
- European Environmental Agency — EEA (1998): *Europe's Environment: The Second Assessment*, Office for Official Publications of the European Communities, published by Elsevier Science Ltd. (ISBN 0-08-043202-6).
- Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Earth Summit Watch — FLAD/ESW (1996): *Environmental Democracy, Sustainable Development and Agenda 21*, presentations from a European-U.S. Conference.
- Intergovernmental Painel for Climate Change — IPCC (1990): *Climate Change: The IPCC Scientific Assessment*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Intergovernmental Painel for Climate Change — IPCC (1996): *Climate Change 1995, The IPCC Second Scientific Assessment*. Eds. J.T. Houghton, L.G. Meira Filho, B.A. Callander, N. Harris, A. Kattenberg and K. Maskell., Cambridge University Press, Cambridge.
- JNICT (1971): *Relatório Nacional sobre Problemas Relativos ao Ambiente: a submeter à Conferência sobre Ambiente Humano promovida pelas Nações Unidas (Estocolmo, Junho de 1972)*. JNICT/Presidência do Conselho, Lisboa.
- Lopes, M. e Borrego, C. (1998): *Climate Change and Coastal Zone Management — Towards the sustainable development. Summer Institute on Global Environmental Issues*, Relatórios elaborados pelos participantes, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 59-70.
- The Sustainable Development Agenda 1998, An Environment Strategy Publication. Campden Publishing Limited, London, UK, 1998 (ISBN 1-898750-40-8).

UNIVERSALISMO E PARTICULARISMO CULTURAL EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO — A DESCONSTRUÇÃO DOS FLUXOS EMIGRATÓRIOS

MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE

UNIVERSIDADE ABERTA, CENTRO DE ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES
E DAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS/CEMRI

1. Passado, Presente e Futuro

A mudança de milénio tem servido para criar uma marca temporal precisa que separa tudo aquilo que constitui o Passado, do que imaginamos venha a ser o Futuro. Nesse contexto, o Presente quase se reduziria só ao imperceptível momento que medeia entre 31 de Dezembro de 2000 e 1 de Janeiro do ano 2001; momento mágico de mudança, durante o qual se farão sentir todas as mudanças e todas as inovações.

Faremos o mesmo no tocante ao fenómeno da emigração portuguesa, debruçando-nos sobre o seu passado e tentando inferir, em termos prospectivos, o que será o seu futuro.

Enquanto a primeira parte do exercício é trivial, pois que se baseia no que bem conhecemos — sujeito embora a interpretações que podem fugir ao puramente factual — a atitude divinatória oferece riscos evidentes, pese embora a fundamentação que tenha, por via da análise e extrapolação de tendências bem visíveis.

Neste sentido associaremos o passado da emigração portuguesa a um contexto de *particularismo cultural*, directamente ligado a colectivos de base territorial, permitindo que sejam transportadas, reconstruídas e sincretizadas as culturas de origem, no seu processo de radicação em terra estrangeira.

Em oposição dialéctica a essa situação, os movimentos de indivíduos, num quadro de futuro, serão antes uma consequência da globalização planetária ou, se se preferir, do *universalismo*.

Tomado o caso da emigração portuguesa como paradigmático (dados os seus pergaminhos de antiguidade e permanência), nem por isso deixará de ser extensível ao que se virá a produzir em outras regiões do globo, em época indefinida do futuro.

2. O Passado da Emigração Portuguesa

Beneficiando de um recuo histórico de quase dois séculos, propusemos num escrito anterior a consideração de três fases distintas da emigração portuguesa: a *fase clássica* ou transoceânica, dominada pela emigração para as Américas e, sobretudo, para o Brasil; a *fase moderna*, em que os destinos europeus se afirmam e vêm a ultrapassar largamente os destinos americanos; a *fase contemporânea*, de contornos um pouco mais indefinidos e na qual se verificam traços comuns aos de épocas passadas, bem como alguns mais de características essencialmente novas.

2.1. A Fase Clássica

Nestes termos, situaremos com alguma arbitrariedade a *fase clássica* entre 1822 e o fim do segundo quartel do presente século. O limiar inferior marca a independência do Brasil, a partir da qual os Portugueses aí chegados passam a assumir as características de migrantes internacionais. O facto de existir, bem antes dessa data, um fluxo emigratório visível para os E.U.A. não prejudica grandemente a escolha daquele limite inferior.

Na fase clássica, o custo, duração, extensão e riscos das viagens transoceânicas eram incompatíveis com qualquer tipo de improvisação: os engajadores estabeleciam os contactos e os contratos, as autoridades do país de origem intervinham tanto quanto podiam na regulamentação e organização das partidas, as autoridades dos países de recepção controlavam chegadas, facultavam alojamentos, promoviam encaminhamentos.

Em paralelo com as intervenções oficiais, as redes de compatriotas (familiares, conhecidos ou apenas profissionalmente interessados) produziam outras formas de enquadramento aos novos imigrados.

Foi essa uma etapa caracterizada frequentemente por um resultado de radicação definitiva com dois tipos de excepção marginal. A primeira traduzia-se pelo total insucesso (por doença, acidente ou simples má sorte) conduzindo a repatriamentos em situação de miséria total ou à morte, de todos esquecida, em terra estrangeira. A segunda, mais risonha mas também mais rara, concretizava-se por um magnífico sucesso económico, fazendo apeter o retorno às origens em situação de alta visibilidade pública.

Curiosamente, foi muito mais apercebida em Portugal a figura característica do «Brasileiro» rico¹, do que a presença, em terra brasileira ou norte-americana, de uma parte significativa da população portuguesa, perdida para sempre para os campos e cidades de onde partiu.

Regulares e anualmente significativas, as correntes migratórias transatlânticas dominaram largamente todo o século anterior e ainda metade deste, originando sucessivas multiplicações de gerações nos países de acolhimento.

Transportando uma cultura de raízes essencialmente rurais e com proveniências conhecidas e reconhecidas, as comunidades portuguesas assim reorganizadas nos países de destino mantiveram e acarinham os traços mais emblemáticos da sua herança cultural: festas, danças e cantares, celebrações e devoções, histórias, provérbios e chistes vindos da tradição oral, feriados e dias de santos².

Sem deixarem naturalmente de ser afectadas pela cultura da sociedade maioritária, estas comunidades caracterizam-se por uma extra-territorialidade cultural que faz reviver, em terra estrangeira e após várias gerações, algo de remanescente do Entre-Douro-e-Minho, dos Açores ou da Madeira.

2.2. A Fase Moderna

O que foi designado como *fase moderna* tem duração temporal muito menor, apenas abrangendo o terceiro quartel deste século.

Foi iniciada com a explosão da oferta de emprego nos países do Centro e Norte da Europa, que abriu de par em par o mercado de trabalho aos migrantes do Sul europeu, do Magrebe e da Turquia. Fixámos convencionalmente como *terminus* a retracção económica provocada pela «crise do petróleo» (1973), na medida em que não só cessaram as facilidades — por vezes extremas, no caso da França, onde a imigração clandestina foi absolutamente consentida — como ainda os países receptores começaram a tomar medidas de estímulo ao regresso dos trabalhadores estrangeiros aos seus países de origem.

Nesta época começou a ser posto em causa o papel do Estado de origem no próprio processo emigratório: a impossibilidade de estancar o fluxo dos clandestinos através das fronteiras terrestres tornou esse processo totalmente incontrolável.

Apesar de a emigração portuguesa intra-europeia, neste contexto, resultar muito mais de iniciativas individuais do que de um fluxo organizado, nem por isso ela deixou de assumir características essencialmente colectivas. Continuou, sim, a verificar-se, para cada região de origem, uma significativa especialização de destinos, o que permitiu o transporte de culturas locais e regionais.

Tratando-se igualmente de uma emigração familiar (tornada possível por custos e durações de viagem comportáveis) a emigração intra-europeia nasceu,

cresceu, desenvolveu-se e atingiu plena maturação muito mais rapidamente do que aconteceu durante toda a fase clássica.

Por último, a manutenção de interações fortes entre comunidades emigradas e as remanescentes em Portugal não causou a efectiva «perda» destes migrantes para o património humano nacional, sendo triviais as situações de permanência pendular entre um extremo e outro do percurso migratório.

Em nota adicional, lembre-se que esta migração continental não estancou os fluxos tradicionais transoceânicos, nem comprometeu a expansão dos novos destinos venezuelano e sul-africano.

2.3. A Fase Contemporânea

Situamos a *fase contemporânea* no último quartel do século que agora termina. Caracterizam-na o fecho virtual da imigração na generalidade dos países europeus; a vivência de Portugal como Estado democrático, onde o direito individual de partir é constitucionalmente assegurado; a realidade do nosso país como parte da União Europeia.

Em termos de características distintivas da emigração portuguesa neste período, será de assinalar o seu carácter difuso, fragmentário e essencialmente de menor duração.

A primeira característica advém da proliferação de situações para-migratórias: estabelecer residência ou actividade profissional num país da União Europeia (o que tecnicamente não se conforma com uma situação de emigração); exercer funções no estrangeiro ao serviço de entidade ou empresa nacional ou multinacional; ter dupla residência e dupla actividade económica, em espaços nacionais distintos — são apenas alguns exemplos do carácter difuso que se referiu.

Abundam igualmente as situações de permanência temporária no estrangeiro, em exercício de actividades empresariais ou profissionais, por vezes enquadradas em contratos de duração plurianual; e, se exceptuarmos o caso da fidelíssima corrente migratória açoriana para os Estados Unidos, a maioria dos outros casos constitui muito mais um conjunto heterogéneo de partidas individuais para países de destino diferentes, do que fluxos macroscópicos, colectivos e uniformes, entre uma origem e um destino pré-definidos.

Talvez esta última característica prenuncie a morte estrutural das razões profundas da emigração portuguesa, aventadas, ao longo da memória, por um conjunto de autores que continuamente têm vindo a assinalá-las³. A miséria, a fome, o sub-desenvolvimento e a falta de horizontes de esperança parecem não constituir mais, depois de séculos, ameaças colectivas para o conjunto genérico da população portuguesa.

Tentando finalizar a caracterização, ainda que superficial, da fase contemporânea da emigração portuguesa, sugere-se que a sua falta de dimensão colectiva,

quanto a cada um dos países ou regiões de destino, a coloca aquém da massa crítica necessária para garantir um transporte, uma conservação e uma permanência da cultura originária, a qual tenderá a estiolar no seio da sociedade maioritária, por falta de vivência e de convivência.

2.4. Particularismos Culturais

Aquilo que foi referido como tendência para a especialização de destinos, por parte dos emigrantes oriundos de determinadas regiões portuguesas, tem como consequência visível a possibilidade de identificar traços característicos dessas mesmas regiões, no quotidiano de muitas das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro.

Essa evidência é mais forte quando as origens são predominantemente rurais ou quando se trata de áreas naturalmente circunscritas (como acontece para os arquipélagos atlânticos), em ambos os casos dotadas de marcada especificidade cultural, cujos traços distintos são mais facilmente transportados e assumidos, em terra estrangeira.

A apropriação simbólica deste modo efectuada nos espaços de implantação portuguesa contribui para a identificação dos grupos nacionais⁴.

Pelo contrário, no tocante aos emigrantes de proveniência urbana e, sobretudo de regiões metropolitanas de dimensão apreciável, são mais difusos os traços culturais que consigo transportam e, conseqüentemente, os que são capazes de conservar.

3. O Futuro da Emigração Portuguesa

3.1. Prospectivas de Contexto

É mais fácil afirmar que serão muito diferentes as características da sociedade do futuro, do que identificar, com algum grau de segurança, em que consistirão as principais diferenças, medidas em relação ao mundo e ao momento em que actualmente vivemos. Não é possível, também, prever a escala de tempo para as mudanças vindouras, apenas sendo seguro pensar que ocorrerão ainda mais depressa do que teríamos tendência a esperar.

O fenómeno da globalização pode rapidamente ser descrito como a prevalência das determinantes de nível grande-regional ou planetário, sobre as dimensões nacional ou local.

Os graus de liberdade de decisão política, de realização económica ou de intervenção social são cada vez em menor número, retirando margem de manobra a governos, a partidos políticos, a organizações da sociedade civil.

Mercados globais, comunicações globais, negociações globais, são apenas alguns dos aspectos mais visíveis deste fenómeno. No entanto, se se considerarem alguns indicadores concretos, eles apontam exactamente na mesma direcção. Tomem-se os casos da tentativa de extradição de um ex-chefe de Estado, para ser julgado noutro país que não o seu; o modo como toda a economia mundial reage à má gestão financeira da Federação Russa; a proliferação do negócio de utilização de marcas sob licença, como a McDonald's, a Pizza Hut e a Benetton e, inversamente, a instalação de um mercado mundial de «produtos brancos», não menos rendível; ainda, a forma como a utilização da INTERNET tem vindo a acolher cada vez maior número de segmentos da actividade humana.

Compram-se e consomem-se, em cada momento, os mesmos produtos de alimentação, de vestuário ou de lazer, em todos os hipermercados do mundo, tornando obsoleto o qualificativo de «produto exótico». Concebem-se e fabricam-se produtos ou partes de produtos em vários países diferentes, nenhum deles coincidente com o local da sede dessa indústria, estando o *out-sourcing* condicionado pela existência de mão-de-obra barata ou de encargos sociais baixos.

Procura-se a internacionalização de todas as actividades produtivas, políticas, sociais, culturais. O nascimento das cadeias globais de comunicação e de informação mantém os povos de todo o mundo ao corrente do que em cada instante acontece no planeta.

De todo este conjunto de indicadores podem extrair-se algumas tendências gerais, com forte probabilidade de serem extrapoláveis para o futuro:

1. Assiste-se ao triunfo da economia de mercado e à sua internacionalização, tal significando a profunda interdependência dos mercados nacionais e regionais, em termos de produtos, serviços, negócios e circulação de capitais;
2. Observa-se o encurtamento da duração de vida das empresas e a redução drástica da dimensão das unidades produtivas; em consequência, uma notória diminuição da segurança de emprego e o risco permanente de despedimento colectivo e de desemprego endémico;
3. Verifica-se um progressivo e visível aumento da incorporação de tecnologias de comunicação e de tratamento da informação, tanto nas actividades produtivas, como no exercício profissional, como ainda nos processos e actos da Administração Pública e na vivência quotidiana dos próprios cidadãos;
4. Cresce exponencialmente a cobertura e o consumo dos *media* e de todos os sectores a eles associados: informação noticiosa geral e especializada, espectáculos, desporto, difusão cultural, publicidade, compras, etc.
5. Trivializam-se as deslocações internacionais, em serviço profissional, em lazer ou para estudo, acompanhadas do contacto virtual com outras culturas através dos *media* e dos seus produtos;

6. Diminuem progressivamente (pelo menos nos países desenvolvidos) os domínios de intervenção do Estado na gestão das actividades colectivas e individuais, bem como na administração dos grandes sistemas que servem o público em geral: transportes, comunicações, saúde, educação, segurança social, banca e seguros, além de muitos outros;
7. Acresce o poder de intervenção de organizações internacionais ou de integração regional naquilo que anteriormente era considerado como do domínio dos assuntos internos de cada país.

A simples enumeração destas tendências não nos permite caracterizar a sociedade do próximo milénio, que tem sido designada, de forma algo redutora, como a *Sociedade da Informação*. Na realidade, a vertente puramente tecnológica, que sem dúvida afectará todas as profissões e todos os quotidianos, não basta para caracterizar as mutações profundas a que viremos a estar submetidos nos quinquênios ou decénios próximos⁵.

3.2. As Migrações no Futuro

Do contexto presente e das tendências que nele se vêm delineando pode traçar-se um cenário prospectivo do que virá a constituir a problemática das migrações.

Considere-se, em primeiro lugar, a progressiva diluição das fronteiras nacionais, a serem substituídas pela envolvente externa de grandes espaços regionais que prosseguem interesses económicos, sociais e políticos dotados de alguma afinidade e homogeneidade. Os modelos organizativos da União Europeia, NAFTA, MERCOSUL e ASEAN poderão evoluir para outras formas mais complexas e sofisticadas de harmonização de interesses⁶.

Não é de excluir que venha a existir liberdade de circulação e de exercício de actividade económica no interior de cada um desses espaços.

Todavia, duvida-se que a situação de desemprego, pontual ou maciço, no seio de cada um desses espaços venha a determinar o renascimento do *welfare state*. No entanto, talvez não seja de excluir o ressurgir da figura do trabalhador itinerante (*hobo*), prestando serviços temporários a quem deles necessite.

A migração internacional será provavelmente contratualizada de forma directa, entre uma organização empresarial e os trabalhadores de que necessite, qualquer que seja o seu país de origem e sem interferência dos poderes públicos, de um e de outro lado das partes contratantes.

Este tipo de mobilidade será facilitado pelo mais alto valor possível das qualificações do candidato ao contrato, independentemente de terem, ou não, raiz tecnológica: o artista, o atleta e a pessoa detentora de rara artesanaria (sem esquecer o cozinheiro goês e o massagista tailandês) serão provavelmente mais apetecidos do que o especialista em programação.

Num mundo em que os empregos poderão vir a ser essencialmente instáveis e temporários, a iniciativa individual terá proeminência completa. A capacidade de adquirir novos e valiosos conhecimentos e competências; a familiaridade com o uso das comunicações e com todas as fontes de acesso à informação; a capacidade de comunicar, de convencer, de efectuar o seu próprio *marketing* individual, utilizando o maior espectro possível de linguagens de comunicação; a adaptabilidade a outros ambientes, outras culturas e outras formas de pensar e de actuar — serão os novos atributos indispensáveis a esta forma diferente, essencialmente auto-determinada, de emigrar.

Tratar-se-á de um processo totalmente desburocratizado, essencialmente privado, indissociavelmente ligado à personalidade única de cada indivíduo. Cidadão do mundo, mais do que de um país ou de uma região, radicado por tempo indefinido num outro qualquer local, só por acaso aí encontrará compatriotas ou conterrâneos capazes preservação da correspondente cultura. Nestas condições consideramos que, nesses primórdios do século XXI, só dificilmente virão a constituir-se novas comunidades portuguesas no estrangeiro, sem prejuízo da manutenção das já constituídas.

Não se perca de vista, por outro lado, que as telecomunicações avançadas permitem hoje (e certamente muito mais, com o fluir dos anos) que se possa exercer um grande número de actividades profissionais a qualquer distância do local onde elas produzam efeitos. Tanto no sector industrial ligado à produção de *software* (cuja extensão se prevê que atinja dimensão gigantesca), como no domínio dos serviços, vêm cada vez a ser mais evidentes as oportunidades de produzir *tele-trabalho*, com o empregado e o empregador situados em países, regiões ou continentes diferentes.

A referida situação é passível de duas interpretações distintas. Ou se considera que o tele-trabalho em âmbito internacional constitui uma alternativa à emigração ou, atendendo à diferente nacionalidade do empregador, que determina também a localização da relação de trabalho, se considera, pelo contrário, ser esta uma situação de *emigração virtual*.

Não se exclui, aliás, que o conhecimento e a satisfação mútua que possam verificar-se entre os dois extremos desta relação laboral possam conduzir à contratualização subsequente de uma situação de migração real.

3.3. Universalismo versus Particularismo Cultural

As duas noções apresentadas antagonicamente em título estarão talvez ligadas a uma idêntica oposição entre tradição e mudança, ou entre passado e futuro.

Aceite-se o postulado de que a emigração portuguesa do passado, com origens predominantemente rurais, composta de indivíduos de modesta habilitação

académica e fraca qualificação profissional se constituía sob a forma de *fluxos colectivos*, dirigidos essencialmente para um número restrito de destinos internacionais. E que, pelo contrário, as migrações do futuro abrangerão em maioria indivíduos de extracção urbana, com média ou alta habilitação e qualificação, e não mais constituídas em correntes bem definidas, mas antes sob forma atomizada quanto aos seus inúmeros possíveis destinos. Nessas circunstâncias, entende-se que o universalismo que enformará tais movimentos acabará por se traduzir na «desconstrução» dos *fluxos emigratórios* tal como os conhecíamos.

Em tal situação, é difícil evitar concluir que a mobilidade das pessoas, dos produtos, das ideias e dos valores tenderá a fazer diluir as diferenças (isto é, os particularismos) culturais, fazendo emergir uma cultura de traços muito mais homogêneos, mercê da aculturação generalizada e entrecruzada a que cada vez mais as sociedades humanas vêm sendo submetidas.

O universalismo cultural representaria o cúmulo de um tal processo, fruto de miscigenações de ideias, infinitas vezes repetidas, até que fossem apagadas todas as especificidades originais.

Tendencialmente, é para lá que caminhamos. Das diferenças, apenas reizará a História e aquilo que remanesça nas memórias colectivas.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, ed. aut., 1994, 394 p.
- CÉSAR, Guilhermino, *O Brasileiro na Ficção Portuguesa: O Direito e o Averso de uma Personagem-Tipo*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1969, 155p. (Ensaio; 4).
- CHARBIT, Yves; HILY, Marie-Antoinette; POINARD, Michel, *Le Va-et-Vient Identitaire. Migrants Portugais et Villages d'Origine*, Paris, Presses Universitaires de France/Institut National d'Études Démographiques, 1977, 144p. (Travaux et Documents, 140).
- COSTA, Affonso, *Estudos de Economia Nacional — O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, 188 p.
- FARIA, Manuel Severim de, "Dos remédios para a Falta de Gente" in António Sérgio *Antologia dos Economistas Portugueses*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, pp. 117-163.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, "L'Émigration Portugaise (xv-xx siècles): Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde", in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa (1), Jan.-Jun., 1978, pp.5-32.

- GONÇALVES, Albertino, *Imagens e Clivagens — Os Residentes Face aos Emigrantes*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 1996, 298p. (Biblioteca das Ciências do Homem).
- GPAN (Grupo-Peritos de Alto Nivel), *Construir a Sociedade Europeia da Informação para Todos*, Luxemburgo, Comissão Europeia, 1997, 70 p.
- MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração* (1.^a ed. 1891), Lisboa, Guimarães Editores, 1956, 285 p.
- MONTBRIAL, Thierry de, JACQUET, Pierre (dir.), *RAMSES 98. Synthèse Annuelle de l'Évolution du Monde*, Paris, Dunod, 1998, 398 p.
- MUÑOZ, Marie Claude, "Les Fêtes au Portugal", in *Informations Sociales* (70), 1998, pp. 43-51.
- NENO, Pinho, *Morrer no Brasil*, Lisboa, Vega, 1989, 113 p. (Outras Obras).
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz
 "Emigração Portuguesa: As Políticas de Trajecto de Ida e de Ciclo Fechado", in *Revista de História Económica e Social*, Cadernos 1-2, Lisboa, 1981, pp. 71-90. (Cap. 2).
 "Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil", in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol.XXII (90) 1986, pp. 139-156. (Cap. 5).
O Sonho do Emigrante. [Videograma 3 — Somam-se as Pátrias], Lisboa, Projecto Universidade Aberta/RTP, 1988, 28 min.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*, 4.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982, 245 p. (Horizonte: 12).
- SILVA, Fernando Emygdio da, *Emigração Portuguesa*, Lisboa, ed. aut., 1917, 382 p.

Notas

¹ O paradigma do emigrante português regressado que, no Brasil, alcançou grande fortuna e notoriedade, além de ter sido objecto de numerosas menções na literatura da época (Guilhermino César, 1969) e na tradição popular, tem vindo a ser reanalisado no presente (M. B. Rocha-Trindade, 1986; Pinho Neno, 1989; J. Fernandes Alves, 1994; entre outros), tal qual na actualidade é a figura do «Francês».

² Muitos estudiosos da emigração portuguesa têm-se debruçado sobre este aspecto (M. B. Rocha-Trindade, 1981, 1988; M. C. Muñoz, 1996; Y. Charbit, M.-A. Hily et M. Poinard, 1997). Michel Poinard e Marina Hily, co-autores de *Va et Vient Identitaire*, retomaram recentemente a análise das expressões culturais dos migrantes, depois de um continuado trabalho que os tem feito acompanhar a comunidade portuguesa estabelecida em França, tanto nesse país como em Portugal.

³ Coube essencialmente aos historiadores sociais a análise das causas profundas da emigração portuguesa: Manuel Severim de Faria (1655); Oliveira Martins (1891); Affonso Costa (1910); Fernando Emygdio da Silva (1917); Joel Serrão (1972); Vitorino Magalhães Godinho (1978).

⁴ Albertino Gonçalves (1996, pp.150-151) aborda a questão das representações distintas em contexto migratório.

⁵ Ver a este propósito *Construir a Sociedade Europeia da Informação para Todos*, relatório produzido pelo Grupo de Peritos de Alto Nível (GPAL), em 1997, para a Comissão Europeia, onde se abordam as previsíveis consequências sociais induzidas pela inovação e evolução tecnológicas.

⁶ No relatório RAMSES 98 (pp.247-264) do Instituto Francês de Relações Internacionais é tratado o problema da mundialização das migrações, num contexto de diluição das fronteiras nacionais.

GUY BARBICHON

CENTRE D'ETHNOLOGIE FRANÇAISE; C.N.R.S.

Mon objet est de proposer quelques observations et réflexions sur les rapports entre la conscience d'identité régionale et la migration, à l'intérieur ou hors du territoire national.

L'identité territoriale est généralement perçue et traitée sous deux formes extrêmes : locale et nationale. Mon propos est ici de réfléchir sur l'identité qui s'applique à la forme intermédiaire que, par convention de langage, j'appellerai identité *régionale*. Le terme *national* renvoie ici, par convention également, à l'Etat-nation, au sens français, particulier, du terme. La «nation» n'est donc pas retenue ici dans son acception fondamentale de groupe socio-culturel, «ethnique». Dernière précaution terminologique : j'utilise indifféremment les termes de migration *intérieure*, ou *interne*, ou *intra-nationale* — à l'intérieur du territoire national — par opposition à la migration *internationale* — du territoire national d'origine à un autre territoire national (étatique).

Les éléments d'analyse qui suivent prennent en compte le fait qu'un même milieu-hôte d'immigration comprend, dans le cas le plus général, des autochtones et éventuellement une, ou plusieurs, populations d'immigrés.

La transplantation et la formation de l'identité régionale

Il n'est pas difficile de comprendre que la situation d'émigration sous ses formes graduées — vers un lieu proche ou vers un lieu éloigné — soit activatrice ou génératrice de sentiment identitaire territorial. La séparation d'avec un milieu d'existence et, dans le milieu nouveau, l'absence d'attaches et de repères, le brouillage de l'image de soi, qu'aggrave

souvent le bouleversement provoqué par un changement complet de cadre de vie, dû au passage de la campagne traditionnelle à la ville industrialisée, sont autant d'éléments qui provoquent, par réaction, un renforcement des sentiments et des expressions d'appartenance au groupe territorial d'origine. En revanche on se demandera pourquoi dans le cas des migrations intérieures la réaction identitaire dirigée vers l'origine se reporte sur la région plutôt que sur la localité étroite d'émigration. Et pourquoi, de manière encore moins attendue, dans le cas de migration internationale des réactions identitaires prennent pour territoire de référence la région plutôt que la nation en son ensemble, sinon la localité étroite d'origine.

D'une manière générale la confrontation de migrants d'une même origine territoriale, tant avec la population autochtone qu'avec d'éventuels autres groupes migrants, entraîne des effets quasi mécaniques de regroupement et de «ségrégation neutre» (Barbichon, 1996). Le milieu-hôte déjà socialement aggloméré risque d'être débordé par un afflux d'arrivants ; les cohortes simultanées d'arrivants se regroupent, chacune pour sa part, unies à travers un réseau propre d'information et de solidarité ; les cohortes successives quant à elles connaissent la concurrence entre arrivants nouveaux et migrants occupant déjà la place. Tout concourt à ce que chaque groupe soit distingué par les autres, et s'applique à se distinguer lui-même grâce à une image de soi construite ou renforcée. A ces effets automatiques de regroupement, d'agrégation et d'isolement peuvent se superposer les phénomènes collectifs de rejet et d'hostilité active qui généralement retiennent le plus l'attention en raison des tensions sociales et des perturbations manifestes qu'ils entraînent.

Pour la clarté de l'analyse de ce qui porte les «congrégations» migrantes à affirmer une identité régionale j'examinerai successivement la situation de migration intérieure et la situation de migration internationale.

Immigration intranationale et identité régionale

Pourquoi en milieu de migration intranationale l'identification régionale peut-elle concurrencer l'identification avec la communauté locale d'origine? Le regroupement s'opère à travers un réseau d'installation et de résidence durable. En France, par exemple, ont été étudiés les regroupements à Paris d'émigrés de provinces distinctes — Auvergne, Savoie, Limousin, Bretagne... — au XIX^e siècle et durant une large partie du XIX^e siècle (Ethnologie française, 1980). Les solidarités locales de parenté jouent un rôle considérable surtout quand l'émigration atteint un niveau élevé et s'institue comme un régime collectif de la communauté d'origine. Toutefois dans la grande ville d'arrivée s'opèrent des contacts entre originaires de communautés locales appartenant à une même région. Cet effet d'agrégation de second degré se manifeste notamment dans les associations d'originaires. Avec

mes collègues j'ai pu les observer chez les Bretons de Paris (Prado et Barbichon, 1978). En outre, il est un fait sur lequel il faut insister : le phénomène d'agrégation régionale devient primordial lorsque des communautés locales de départ de petite dimension ne fournissent que des effectifs restreints d'émigrés. L'appartenance régionale commune supplée alors à l'appartenance locale non manifestée.

L'identification régionale s'adresse et répond à deux groupes d'interlocuteurs principaux. D'abord aux autochtones qui sont mus par le besoin de qualifier collectivement les arrivants et qui ne peuvent le faire qu'en les concentrant dans une même catégorie. Ensuite aux groupes d'immigrants qui cherchent à s'identifier réciproquement. Vis-à-vis de ces deux groupes d'interlocuteurs il peut s'agir, en particulier, de faire valoir une antériorité d'installation ou de se distinguer positivement de catégories de migrants méprisés.

La volonté de se distinguer positivement au regard des autochtones, ou d'autres groupes exogènes, peut procéder d'une démarche d'ingratiatio vis-à-vis d'une instance dominante ou concurrente. La chose a pu s'observer en Italie du Nord pendant les années de grande expansion industrielle de cette région. Deux flux de nationaux s'y sont rencontrés, les uns venus des campagnes du Nord, les autres venus du Mezzogiorno, région perçue négativement dans le milieu urbain industriel de l'Italie. Les migrants ruraux du Nord, premiers arrivants, se trouvaient en situation de faire valoir leur origine régionale, bénéficiant à la fois d'un préjugé culturel favorable et de l'avantage d'entrer dans un milieu d'activité où leurs compatriotes avaient déjà fait leurs preuves.

Plus généralement, une identité consolidée par l'histoire migratoire ou par l'histoire de la région d'origine elle-même encourage l'affirmation identitaire régionale. Une telle attitude peut être notée à Paris chez les Alsaciens, et les Bretons (Barbichon 1983). Toutefois, dans la situation opposée l'appartenance à un groupe régional sous-valorisé est susceptible de provoquer une accentuation identitaire sous des formes réactives que la psychologie sociale et la sociologie ont maintes fois décrites : affirmation défensive, éventuellement provocatrice (qui retourne en traits positifs les traits négatifs évoqués par autrui), dissimulation de l'identité à l'extérieur du groupe mais affirmation exaltée à l'intérieur.

Il paraît opportun de noter que le dessin des circonscriptions régionales d'identification peut être considérablement influencé par les conditions de la migration. Des flux voisins d'émigration peuvent composer en milieu d'arrivée des colonies encourageant la formation d'une unité collective territoriale qui n'existait pas dans l'aire géographique d'origine. En France par exemple, des maçons venus du centre du pays à Paris au *xix*^e siècle ont contribué à composer un territoire référé au département de la Creuse, qui est une circonscription administrative arbitraire, dont l'unité identitaire tient pour une bonne part à sa qualité d'aire d'émigration commune. Il en est de même des Aveyronnais (du département de l'Aveyron, découpé aux confins du Massif Central) (Barbichon, 1980).

Immigration internationale et identité régionale

Examinons maintenant comment l'identification régionale est amenée à se développer dans un milieu d'immigration internationale. On s'explique sans difficulté que les immigrants originaires d'un même pays soient conduits à afficher leur identité nationale, en milieu étranger, tant vis-à-vis de la nation-hôte que vis-à-vis des éventuels groupes d'immigrants d'autres nationalités. Une identité régionale néanmoins s'affirme. Plusieurs éléments encouragent cette affirmation. S'il est vrai que l'attribution d'une qualification nationale peut affermir la représentation de soi vis-à-vis du milieu étranger les migrants n'en demeurent pas moins dans la nécessité de consolider la relation plus immédiate avec leur terroir d'origine. Ils se trouvent alors dans la même situation que les migrants intérieurs, amenés à dépasser la référence étroitement locale, pour compenser la rareté des originaires.

Le recours à l'identité régionale représente également un moyen de se distinguer des divers groupes migrants de même origine nationale mais d'origines régionales différentes. Dans l'observation de la migration bretonne à Paris Patrick Prado a noté la formation de constellations regroupant des immigrés de différentes provinces de France et de pays étrangers au sein desquels les Français proclamaient très haut une identité régionale face à des compagnons immigrants étrangers, invités à les distinguer à l'intérieur de la foule apparemment homogène des Français ou des Parisiens (Prado et Barbichon, 1978, p. 148). Enfin, vis-à-vis de la population autochtone cette identification intermédiaire permet de se distinguer d'une masse indistincte de nationaux (les Turcs, les Italiens, ...) et, éventuellement, d'appliquer des manoeuvres d'ingratiation en direction de la société-hôte.

Dans les situations de migrations intérieures ou internationales des facteurs supplémentaires suscitent la concentration du sentiment identitaire sur la région. J'ai mentionné le rôle des associations d'originaires (Prado et Barbichon, 1978, p. 195) ; elles sont susceptibles d'engendrer des références régionales, en fonction des circonstances migratoires, selon des délimitations qui ne sont pas celles que connaissent les migrants dans leur aire d'origine. Le mariage entre migrants de terroirs distincts mais voisins encourage également l'adoption par les conjoints d'une référence commune, plus étendue (Miranda, 1996, p. 195). Dans son étude de l'immigration portugaise à New Bedford aux Etats-Unis Bela Feldman-Bianco (1992, p.159) a mis en lumière le processus particulier d'identification régionale que déclenche la nostalgie. La perte regrettée d'un mode traditionnel de vie paysanne, idéalisé, qui incite le migrant à magnifier la région qui a été le cadre concret de son existence, tristement rêvée. Le même auteur fait également remarquer l'effet d'activation identitaire qu'entraîne la lutte pour le leadership parmi les différentes colonies d'immigrants originaires des grandes régions du Portugal. De multiples facteurs jouent donc en faveur de l'attraction identitaire du « tiers-lieu » que constitue

la région. J'en évoquerai encore un. La région représente une référence optimale pour les émigrés internationaux qui appartiennent à des populations, le plus souvent minoritaires, qui ont dû abandonner et renier le territoire un Etat hostile à leur égard, déprécié à leurs yeux, ou bien qui ont quitté une région détachée d'un Etat dont le territoire a été découpé ou désintégré, suite à des bouleversements politiques. Les migrants originaires de l'Europe orientale offrent maintes illustrations de cette éventualité.

L'influence du milieu-hôte sur l'identité régionale

Plusieurs observations qui précèdent ont évoqué l'influence qu'exerce le milieu-autochtone sur la formation et le développement de l'identité régionale. Il faut ajouter que la perception que la population-hôte a de la population des migrants et de son territoire d'origine ne coïncide pas nécessairement avec le dessin de sa configuration ordinairement reçu dans ce territoire même. A Paris au XIX^e siècle l'image des migrants est largement dépendante de leur activité et de leur regroupement. Les migrants sont identifiés dans une même catégorie régionale récapitulative par référence à des isolats de résidence ou à des réseaux d'activité — parfois des quasi-monopoles —, longtemps après qu'a disparu leur prédominance: chiffonniers auvergnats, ramoneurs savoyards... (Raison-Jourde, 1976).

Le fait que de grandes catégories régionales soient capables de se superposer et de se combiner, voire de se substituer, à des catégories moins amples peut être pour une part la conséquence d'une perception administrative, d'ordre politique, qui s'institue dans le milieu-hôte. Alain Corbin le montre, à Paris, dans le cas des maçons du Limousin (Corbin, 1980). La fusion identitaire induite par le milieu-hôte provoque ou renforce parmi les migrants eux-mêmes la tendance au regroupement régional — dans la perception et dans la pratique — dont j'ai esquissé la description.

Un autre aspect de l'action du milieu-hôte mérite d'être évoqué. La société-hôte, qui n'est pas toujours une société passivement ou activement ségrégative peut se vouloir «milieu d'accueil» — surtout parmi les membres de certains groupes dirigeants ou militants—. Les volontés d'harmonie communale entre les fractions indigènes et allogènes de la population s'expriment par exemple par l'appel aux groupes folkloriques des migrants à l'occasion de manifestations festives (Leandro 1995). Ces exhibitions se fondent naturellement sur une base régionale et l'esprit de compétition, ou au moins de différenciation, n'en peut pas être absent. Le milieu-hôte contribue, ici encore, à stimuler l'identification régionale. Dans le même ordre de faits, évoquant la perspective d'une action non étroitement locale du milieu-hôte, Bela Feldman-Bianco (1992, p.156) souligne comment un programme de politique générale multi-ethnique a encouragé des communautés

nationales à l'autoségrégation. Sous son effet une grande latitude a été donnée au jeu des rivalités régionales à l'intérieur d'une communauté nationale des migrants, qui a trouvé l'assurance d'être reconnue en tant que telle et n'est donc pas mobilisée par la nécessité d'une action essentiellement défensive vis-à-vis du milieu environnant.

Influences identitaires du milieu d'origine, influences sur le milieu d'origine

On le sait le fonctionnement de la migration — en termes de causes et d'effets — ne se lit pas dans le seul espace du milieu d'arrivée. La dynamique de l'identité régionale n'échappe pas à cette donnée.

Le lien avec la société du lieu de départ n'est pas rompu avec la migration. L'espace d'origine est symboliquement ou effectivement un lieu de retour. Avant d'aborder ce point, je veux souligner que la société du lieu de départ, et ses instances politiques, qui oriente activement ou passivement les mouvements, est très souvent attentive à leur devenir et à leur contrôle. Les analystes des migrations portugaises et de leurs aspects transnationaux (Feldman-Bianco, 1992, Rocha-Trinidad 1999) mettent en lumière cet aspect et donnent à percevoir certains effets identitaires que peut entraîner la politique étatique portugaise de maintien des liens entre diaspora et patrie nationale. Ainsi, dans son analyse des migrants à New Bedford Bela Feldman-Bianco (1990, p.168) analyse comment la concurrence entre les grandes régions (Portugal continental, Açores, Madère) et l'Etat central portugais induit les pouvoirs politiques de chaque région d'émigration à intervenir auprès de la colonie portugaise pour imposer leur leadership en Nouvelle Angleterre. Une telle stratégie en milieu d'émigration ne peut qu'exalter l'identité régionale à la fois chez les migrants et chez les non-migrants demeurés au Portugal. Adelina Miranda (1996, p. 14) dans une étude des migrants italiens de Casalvieri, à l'intérieur et hors de l'Italie, relève une illustration suggestive de l'imposition d'identité par la région d'origine. Les émigrés du village de Casalvieri établis dans la région parisienne regroupés dans l'«Association des originaires de Casalvieri» ont été contraints pour obtenir les subsides de leur région italienne de se rebaptiser — artificiellement — «Association régionale du Latium»...

La perspective du retour, qu'il soit préparé et attendu, empêché, voire refusé, agit pour alimenter les représentations identitaires. Tous les migrants, on l'a vu, ne retournent pas dans leur localité étroite d'origine mais dans la région plus étendue qui l'entoure. Le retour du migrant dans sa communauté de provenance est susceptible de provoquer des réactions négatives maintes fois analysées (Barbichon 1983, p. 334). Le retour est une nouvelle épreuve migratoire. La région comme paradis visé et éventuellement obtenu représente un optimum réaliste. Le dépla-

gement d'une inscription dans une localité étroite à une réinscription dans la région qui l'englobe est particulièrement approprié lorsque la localité quittée à l'origine est une localité rurale et que le migrant ne veut, ou ne peut, envisager qu'un retour dans un milieu urbain. L'événement de la migration n'exerce pas une influence identitaire régionale sur les seuls migrants. En sens opposé, les migrants eux-mêmes induisent ou s'efforcent d'induire une conviction identitaire dans leur milieu de retour. De «retour au pays» certains migrants veulent retrouver dans la réalité l'image idéale et nostalgique qu'ils ont cultivée durant leur éloignement. Ils s'efforcent d'imposer une identité archaisante à des compatriotes — locaux ou régionaux — réticents, plus souvent soucieux de transformations que de conservation du passé (Barbichon, 1983, p. 332). Cette volonté d'imposition identitaire passiste est d'ailleurs souvent observable chez des personnes qui ont choisi de s'établir dans une communauté qui leur est étrangère, dont elles attendent qu'elle exprime un attachement à ses traditions et qu'elle affirme avec vigueur une identité provinciale bien typée.

En sens inverse, des migrants de retour, convaincus de l'excellence de leur expérience et détenteurs de ressources peuvent être portés par une volonté transformatrice, modernisatrice, inégalement appréciée par leurs compatriotes demeurés au pays, et inégalement ajustée à la situation de leur espace d'origine. Ces volontés de transformation économique sont susceptibles d'embrasser des espaces qui débordent la localité. Lorsqu'elles se fédèrent elles s'organisent autour d'une affirmation identitaire régionale. En France, des organisations bretonnes de développement animées à partir de la région parisienne illustrent ce processus de conjugaison des identités culturelle et socio-économique (Prado, Barbichon, 1978, p. 197).

La présence des migrants de retour en provoquant le durcissement des résistances aux transformations ou, au contraire, en incitant aux innovations positives n'est pas, dans certaines conditions, étrangère à un renforcement de l'auto-identification régionale.

Un ultime effet des migrations peut être interrogé. Il semble bien que dans les aires de dépression économique vidées d'une fraction de leurs forces par les migrations, les revendications collectives de survie chez les habitants restés sur place aient tendance à obéir à la «loi de regroupement» centré sur l'identification régionale observée chez les migrants. Sur le terrain de départ la migration laisse dispersées les forces qui restent en place. Celles-ci, quand elles se rassemblent, sont amenées à porter des appels et des revendications auprès des puissances — politiques — opérant sur des subdivisions étendues de l'Etat national. Elles sont ainsi conduites à s'identifier en tant qu'entité territoriale régionale.

*
* * *

L'identité *territoriale* ne se réduit pas à un bloc élémentaire. Elle intègre une composition variée d'espaces. L'imbrication est encore plus complexe dans le cas de la migration. La référence à la région peut alors se multiplier. Selon le lieu où il est présent le migrant est identifié et est enclin à s'identifier par rapport au lieu qu'il quitte. L'émigré breton est Breton à Paris et Parisien en Bretagne (Prado, Barbichon, 1978). L'immigré de Casalvieri est Italien en France et Français en Italie (Miranda, 1996). Le jeu des mariages, la succession des générations d'immigrés dans une même famille introduisent des variations et des recompositions, par exemple la revendication d'une identité choisie entre plusieurs possibles dans une situation de multiples appartenances, en cas de mariages «interrégionaux». Mais en outre l'analyse de l'identité *collective* dans ses rapports à la migration ne peut se confiner dans la considération de l'identité d'appartenance à un même groupe ethnique territorial, ou à un ensemble de groupes territoriaux articulés entre eux. L'identité collective des migrants inclut des composantes — sociales, culturelles, religieuses, linguistiques, idéologiques, politiques... — plus ou moins étroitement liées aux références territoriales (la migration provoquée par la persécution, par exemple, représente une situation de renforcement identitaire axé sur de telles références).

Références bibliographiques

- BARBICHON, Guy ; PRADO, Patrick, *Vivre sa ville. Migrants bretons et champ urbain*. Paris, Centre d'ethnologie française, DGRST, 1978, 217 p.
- BARBICHON, Guy, «Provinciaux et provinces à Paris. Propositions pour l'analyse», *Ethnologie française*, t. 10, n° 2, 1980, pp. 119-127.
- BARBICHON, Guy, Migration et conscience d'identité régionale. L'ailleurs, l'autre et le soi, *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. LXXV, 1983, 321-342.
- BARBICHON, Guy, Agrégation, congrégation, ségrégations. Cheminements migratoires et automatismes de distanciation. *La ville: agrégation et ségrégation sociales*, Nicole Haumont (éd.), Paris, L'Harmattan, 1996, 161-171.
- BARBICHON, Guy, Provinciaux et provinces à Paris. Numéro thématique *Ethnologie française*, t. 10, n° 2, 1980, 119-218.
- CORBIN, Alain, Les paysans de Paris. Histoire des Limousins du bâtiment au XIX^e siècle, *Ethnologie française*, t. 10, 1980, n° 2, 169-176.

- FELDMAN-BIANCO, Bela, Multiple Layers of Time and Space : The construction of Class, Ethnicity, and Nationalism among Portuguese Immigrants, *Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*, edited by Glick Schiller, N., Basch, L., and Blanc-Szanton, N., New York, Annals of the New York Academy of Sciences, vol. 645, 1992, 145-173.
- LEANDRO Maria Engrácia, *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris, CIEMI-L'Harmattan, 1995.
- Familles portugaises en trajectoire. Projets et destins*, Paris, CIEMI-L'Harmattan, 1995.
- MIRANDA, Adelina, *Migrants et non-migrants d'une communauté italienne, Mouvements et enracinements*, Paris, L'Harmattan, 1996.
- RAISON-JOURDE, Françoise, *La colonie auvergnate de Paris au XIX^e siècle*, Paris, Commission des travaux historiques de la Ville de Paris, sous-commission de recherche d'histoire municipale, xiv, 1976, 406 p.

DAR A VER A DIÁSPORA¹

FILOMENA SILVANO

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Os estudos de lugar foram, até há relativamente pouco tempo, uma espécie de emblema da antropologia. Correspondiam-lhe os *lugares antropológicos*, de que fala Augé (1992). Estes resultaram de uma concepção de espaço que privilegiou o estudo das relações estabelecidas no interior das fronteiras de espaços delimitados (por isso, eram relacionais, identitários e históricos), o que, conseqüentemente, levou à subvalorização do sistema de relações que esses mesmos lugares estabeleciam com o exterior. Hoje, qualquer lugar se encontra em relação directa ou mediatizada com o exterior e, por isso, a sociedade contemporânea não se adapta a análises desse tipo. Se é verdade que alguns fenómenos têm uma expressão local, podendo por isso ser estudados de um ponto de vista que privilegia os limites internos do lugar, também é verdade que muitos outros exigem o estudo das múltiplas relações que o lugar estabelece com o exterior; estamos frente a uma sociedade complexa que solicita novas formas de abordagem.

Pôr em causa a noção de *lugar* (ou de *estudo de lugar*) significa interrogarmo-nos sobre a sua construção. O *lugar*, como refere Appadurai (1988), foi *uma prisão metonímica para encarcerar nativos*. Cada nativo teve o seu próprio lugar, cada lugar correspondeu a uma descrição etnográfica e a cada descrição correspondeu uma análise antropológica. Cada um desses lugares teve um *autor*: o antropólogo e o seu texto inquestionável.

A ideia de *Multilocalidade* tem sido apresentada por vários autores como uma alternativa à figura do *lugar*. Num texto de 1992, Margaret Rodman sistematizou, em quatro pontos que passo a resumir, os sentidos que geralmente lhe são atribuídos: 1. Descentralização do ponto de vista. O lugar de onde parte a observação não deve ser

apenas o lugar do antropólogo, ou seja, o Ocidente, mas também os lugares dos outros. Esta perspectiva crítica associa a questão do lugar à questão da voz. Saber quem é que fala é também saber de onde, a partir de que lugar, é que se fala. 2. Estudo das interações que se estabelecem entre múltiplos lugares. A noção de "rede" ou a de "sistemas de lugares" surge nesta proposta. 3. Relação reflexiva com os lugares, resultante das múltiplas formas de afastamento do lugar de origem, produzidas pela mobilidade. 4. Polissemia do espaço, resultante dos sentidos que os diferentes indivíduos lhe atribuem (Rodman 1992, 646 e 647).

A ideia de *multilocalidade* acaba por pôr em evidência uma outra figura, a da *fronteira*, tida não como uma linha que separa espaços estáveis, mas como um espaço intermédio, derrapante, poroso (aeroportos, meios de transporte, campos de refugiados, bairros de emigrantes, são alguns exemplos possíveis). Como sabemos, uma parte significativa da vida contemporânea desenrola-se nesses lugares, que os antropólogos reconhecem, mas que têm dificuldade em abordar. A construção da noção de *ethnoscape*, de Appadurai, é, no meu entender, uma das tentativas mais interessantes de construir uma resposta para os desafios atrás enunciados. Com ela o autor pretende não só dar conta dos dilemas pósmodernos, relativos ao posicionamento do observador e às representações daí decorrentes, mas sobretudo dar conta das questões relacionadas com as transformações sociais e territoriais do mundo contemporâneo e das implicações das mesmas nos processos de reprodução das identidades de grupo. Apelando para uma panóplia de sentidos que podemos organizar em torno de palavras como fuga, evasão, escapada, Appadurai propõe-se observar fenómenos que se desenvolvem em espaços de fronteira (no sentido atrás referido).

There is an urgent need to focus on the cultural dynamics of what is now called deterritorialization (Appadurai 1997:49)

As groups migrate, regroup in new locations, reconstruct their histories, and reconfigure their ethnic projects, the ethno in ethnography takes on a slippery, nonlocalized quality, to which the descriptive practices of anthropology will have to respond (Supra, 48).

A proposta metodológica de Appadurai, que, segundo ele, deverá dar forma a uma etnografia cosmopolita, tem por base os denominados "estudos culturais", mais particularmente o estudo da relação entre a *expressão* e o *mundo*. Baseia-se no pressuposto segundo o qual a *imaginação* adquiriu um novo e singular poder na vida social.

There is an urgent need to focus on the cultural dynamics of what is now called deterritorialization (Appadurai 1997:49)

As groups migrate, regroup in new locations, reconstruct their histories, and reconfigure their ethnic projects, the ethno in ethnography takes on a slippery, nonlocalized quality, to which the descriptive practices of anthropology will have to respond (Supra, 48).

Mas, como afirma Geertz, (...) ninguém vive no mundo em geral (Geertz 1996, 262). Vivemos todos em lugares, mais ou menos imaginados, mas especialmente localizáveis, e a nossa relação com os lugares é um elemento fundamental para a construção das nossas identidades, tanto individuais como colectivas. Torna-se por isso imperioso ensaiar formas de estudar os novos mecanismos de construção do lugar.

Pretendi colocar aqui algumas questões que, no meu entender, interpelam a antropologia na sua globalidade e, mais particularmente, o sub-campo que se convencionou chamar *antropologia do espaço*. Essas mesmas questões estiveram, de uma forma ou de outra, na base do meu trabalho de investigação, que concebo como uma tentativa de ir encontrando soluções metodológicas e conceptuais operantes para a abordagem do espaço e da cultura contemporâneos. Numa primeira fase trabalhei, no quadro de um projecto de investigação transdisciplinar², em torno do objecto *representações do espaço*. O produto final dessa investigação surgiu sempre nas formas clássicas de relatórios científicos, textos e livros (Pellegrino 1986 e Silvano 1988, 1994, 1997). A vontade de encontrar outras formas de expressão, que não a escrita, surgiu da insatisfação relativa às possibilidades desta. Por isso mantive os objectos e os interesses teóricos iniciais, mas comecei a trabalhar, mais uma vez no quadro de um equipa transdisciplinar, num novo tipo de abordagem, a do cinema documental³. É a essa experiência de trabalho que, a partir daqui, me referirei.

Filmar uma cultura desterritorializada

Passo agora a referir-me ao trabalho de concepção e montagem que deu origem ao documentário *Esta é a minha casa*. Na base do projecto inicial esteve a questão da *desterritorialização* dos processos culturais contemporâneos, uma questão que reunia o interesse dos elementos da equipa, a saber, de Amândio Coroado, responsável pela ideia inicial, de João Pedro Rodrigues, o realizador, e de mim própria, a consultora científica. No meu caso, como já referi, interessava-me continuar a trabalhar as temáticas relativas à relação entre a mobilidade espacial e a construção das identidades, individuais e colectivas, mas queria fazê-lo, não a partir das formas de escrita mais tradicionais, mas a partir de outras formas de construção da narrativa. Como construir discursos reflexivos que tenham por

objecto processos que se desenrolam sob a forma da simultaneidade (problematização do espaço) e da não linearidade (problematização do tempo)? Tinha estas questões presentes, quando aceitei o projecto de colaborar na realização de um filme sobre os espaços de vida de uma família de emigrantes, e tinha também a convicção de que o cinema, e as possibilidades de construção da narrativa que decorrem do trabalho de montagem, é um lugar privilegiado para encontrar formas de responder às questões que a cultura contemporânea coloca à escrita etnográfica.

If ethnographic description can no longer be circumscribed by the situated locale or community, the place where cultural process manifests itself and can be captured in the ethnographic present, what then? How to render a description of cultural process that occurs in transcultural space, in parallel, separate, but simultaneous words? This recalls a defining problem of literary modernism concerning representation in a linear form of simultaneity (Marcus 1995:38).

A questão essencial era encontrar formas de filmar, e depois de mostrar, vidas deslocalizadas. De algum modo, tratou-se de um processo de trabalho progressivo, em que as respostas foram sendo encontradas sem serem necessariamente sujeitas a uma reflexão objectivante. Só depois de o filme se encontrar terminado, me foi possível iniciar, em diálogo com o realizador, essa tentativa de entender, desmontando-a, a narrativa final.

Viagens, santuários e simultaneidades

As filmagens decorreram durante o Verão de 1997 e, no essencial, diria que filmámos o dia a dia da família de José Oliveira do Fundo. Uma família de emigrantes portugueses em trânsito entre as suas várias casas: a casa pequena, de porteira, no centro de Paris, a moradia grande e com jardim, na periferia de Paris, as casas dos sogros, uma de emigrantes, outra não, em Trás-os-Montes. Filmar pessoas em trânsito foi a maneira que encontrámos para mostrar como é que uma família, de origem portuguesa mas em constante percurso entre duas aldeias de Trás-os-Montes e a cidade de Paris, constrói o seu próprio universo cultural e, conseqüentemente, a sua identidade.

A casa que filmámos não é afinal uma casa, seguindo Appadurai, diria que se trata de uma figura derrapante, imaginada (e também realizada) que conjuga os vários lugares habitados pela família Fundo. Também Avtar Brah (1998), numa obra que desconstrói a noção de diáspora, nos coloca face à mesma complexidade espacial.

The concept of diaspora places the discourse of "home" and "dispersion" in creative tension, inscribing a homing desire while simultaneously critiquing discourses of fixed origins.(193)

As imagens de viagem são o elemento de ligação mais óbvio e transformam-se facilmente numa forma expressiva capaz de falar do carácter fluido das fronteiras. A primeira opção de montagem teve a ver com a utilização dos planos da viagem entre Paris e Trás-os-Montes como sequências de ligação. O filme salta constantemente de Paris para Trás-os-Montes e de Trás-os-Montes para Paris, de uma forma absolutamente não linear. Por isso, pode parecer confuso. Há planos em que não sabemos exactamente onde estamos, nem de quem é aquela casa, nem quem lá vive. Tal como a vida da família Fundo, que nos pareceu passada entre várias casas, sempre em mudança. Mas a ligar estas situações está, para lá da viagem, a religiosidade. Penso que, aqui, João Pedro Rodrigues conseguiu um dos elementos de organização da narrativa mais interessantes do filme e, ao mesmo tempo, um dos elementos que mais dizem da singularidade daquelas pessoas. Viajam, mas há sempre memórias, materializadas nas figuras dos santos e na repetitividade das práticas rituais, a ligar os espaços que habitam. Durante a montagem, a presença do religioso foi-se tornando num dos elementos fortes do filme: inicia-se com um plano filmado na missa da paróquia de St. Joseph, em Paris, antes da partida, e as práticas rituais vão-se repetindo, ao longo de todo o filme, tal como os planos da viagem. Vemos as paragens nos santuários, a romaria de S. Bartolomeu, a apresentação da nova capela e a comunhão de Léa (a filha do casal).

A família Fundo participa, de diversas formas, duma lógica social que se socorre das práticas religiosas para pôr em prática estratégias de aliança e de afirmação no interior da comunidade de origem. Por exemplo, José investe, de forma produtiva e inovadora, na vida ritual da aldeia de Jacinta. Concebeu, e levou a cabo, o projecto de construir uma capela para uma pequena imagem que, até aí, "habitava" um pequeno nicho, e iniciou uma festa, organizada por dois mordomos, um rapaz e uma rapariga, ambos solteiros. *Uma festa para os jovens, porque os mais velhos já tinham a deles.* Com esta iniciativa, preparada a partir das teias de relações sociais francesas, José conseguiu acumular um considerável capital social e simbólico, reconhecido tanto na aldeia da mulher como na comunidade de emigrantes franceses. Este processo, de revalorização do local num contexto de deslocalização, integra-se nas preocupações formuladas por Appadurai:

The terms of the negotiation between imagined lives and deterritorialized worlds are complex, and they surely cannot be captured by the localizing strategies of traditional ethnography alone. What a new style of ethnography can do is to capture the impact of deterritorialization on the imaginative resources of lived, local experiences.(Appadurai 1997:52)

Como disse no início, partimos para este projecto com vontade de dar a ver uma cultura desterritorializada ou, dito de outro modo, uma cultura de fronteira. Filmámos uma família de emigrantes e pareceu-nos que as pessoas vivem e constroem a instabilidade que essa mesma figura concede ao mundo. Até à chegada a Portugal, a outra forma da fronteira, a da linha de separação entre espaços estáveis, não nos tinha parecido pertinente para as suas vidas. Mas nesse momento tudo mudou. No filme vemos que, a dada altura durante a viagem, José e Jacinta começam a dar sinais de vivacidade, descontração e alegria. Percebemos que nos estamos a aproximar da fronteira portuguesa e vamos acompanhando um crescendo de emoção que termina numa gritaria (no momento da passagem da fronteira de Quintanilha), imediatamente seguida de hesitação, perplexidade e mesmo frustração. Tudo isso, porque já não é possível saber o lugar exacto onde começa Portugal. É o único momento do filme onde se manifestam as contradições resultantes de um mundo que mudou mais rapidamente do que as formas de o pensar.

A Câmara testemunha

A nossa câmara testemunhou o dia a dia da vida da família Fundo num contexto de envolvimento que englobou a vontade partilhada de fazer um filme. Esse método de trabalho coloca algumas questões, todas relacionadas com o facto de estarmos a lidar com processos de comunicação intersubjectiva (Crawford 1995). O facto de a vida quotidiana de uma pessoa ser registada por uma câmara manipulada por uma outra pessoa coloca a primeira, inevitavelmente, numa situação de auto-reflexão. Primeiro, porque a aceitação de fazer um filme passa por uma reflexão prévia que implica a definição das suas próprias motivações. Neste caso, porquê fazer um filme sobre o "ser emigrante". Ao ser contactado, José referiu-o explicitamente. Sem nos interrogar, no sentido de apurar as nossas motivações, aceitou ser filmado e explicou porquê: *é importante para os mais novos saberem como foi a vida dos pais*. Para ele, fazer o filme significou fixar, conscientemente, uma memória. Esse facto implicou uma interpretação da sua própria condição de emigrante, dito de outro modo, implicou a construção de uma narrativa identitária. De uma narrativa que ele quis ver fixada e que, por isso, aceitou representar. Nesse sentido, a sua voz foi sempre uma voz "pública" e, de certa forma, distante. Ele trabalhou, conviveu e falou face a uma câmara que estava ali para registar aquilo que ele quer que seja a imagem pública de si próprio e da sua família. Uma imagem de trabalho, êxito e entendimento familiar. A vida decorreu como todos os dias, mas a presença da câmara, assim como a presença de três pessoas estranhas ao quotidiano, não foi nunca esquecida⁴. O filme acabou mesmo por o obrigar a fazer, em interacção com a equipa de filmagem, um trabalho

acrescido de construção da narrativa sobre si próprio. Por exemplo, quando fizemos a viagem de Paris para Lisboa, parando apenas três vezes e pondo toda a família em perigo de vida, dissémos: *porque é que não param? Isto assim é perigoso*. José teve dificuldade em justificar racionalmente um comportamento que se revelava claramente imprudente, e acabou por responder utilizando um cliché: *porque é assim a vida do emigrante. É uma vida de sacrifício*. Como a resposta era pouco convincente, ainda acrescentou: *Até os árabes fazem assim. Vão até Marrocos sem dormir*.

Filmar pessoas

O exemplo anterior serve para colocar mais duas questões. A primeira tem a ver com o facto de as vozes das pessoas filmadas serem dissonantes e, por vezes, mesmo conflituais, e a segunda com o facto da presença da câmara ser manipulada pelas pessoas que estão a ser filmadas (no sentido em que é utilizada para os seus próprios interesses, num contexto de negociação). Voltemos então à viagem. Enquanto José e a mãe faziam questão de a fazer sem parar, aproveitando a ocasião para assinalar a dificuldade da performance e, conseqüentemente, as qualidades viris do condutor, Jacinta mostrava-se contrariada e tentava argumentar, procurando o nosso apoio — era evidente que não estávamos muito satisfeitos por estarmos a pôr a nossa própria vida em risco — com o facto de ser perigoso e desnecessário viajar daquela maneira. Este pequeno exemplo revela o conflito interno do casal, a desigualdade de poder entre o homem e a mulher e o facto de os dois terem duas vozes frequentemente não-coincidentes.

The value of the subjective voice, in anthropology and in the documentary film, is that it can give access to the crossing of different frames of reference in society — to what otherwise is contradictory, ambiguous, and paradoxical (MacDougall, 1995:221).

Como já referi, a voz de José é uma voz “pública”, que pretende produzir e fixar uma imagem de família. Ao contrário, a voz de Jacinta é uma voz “privada” e destituída desse poder de construção e fixação da “verdade”. Por isso, ao contrário de José, ela exprimiu discordâncias e referiu conflitos.

Testimony is what gives us the subjective voice of the historical person, yet we are implicated in the destiny of others through narrative; and the mythic attributes of social actores are heightened through the distancing created by exposition (Supra:250).

A situação criada pela viagem é exemplar. Sozinha num carro com o marido e a sogra, Jacinta não teria qualquer possibilidade de se fazer ouvir. Mesmo na minha presença, a sogra bloqueou qualquer hipótese de manter uma argumentação sensata, vangloriando-se de já ter feito a viagem Paris/Trás-os-Montes sem comer nem dormir. Ao longo do trabalho de campo, tornou-se claro que a família de José forma um sólido bloco, de difícil manipulação, e, neste contexto, a nossa presença acabou por se traduzir, para Jacinta, num momento único de se fazer ouvir, não hesitando por isso em deixar a câmara registar as suas queixas, relativas às opções de vida da família. Estão filmadas duas longas sequências que correspondem ao que acabei de referir. Na primeira, filmada na casa de Paris, ela confessa-se infeliz naquela casa e revela o seu desejo de ir viver para a “casa de campo”, ou então para um novo apartamento, a comprar em Paris. Na segunda, filmada na casa de Trás-os-Montes dos sogros, no quarto do casal sentada na cama, ao lado de um enorme caixote de papel, ela mostra o seu conteúdo — as prendas de casamento — e diz que o marido não as deixa tirar dali, nem para as levar para Paris, nem para casa da mãe dela. O conflito revela que, face à situação criada pela emigração, o homem e a mulher constroem de forma diferente as suas identidades e que esse facto se insere num processo de negociação de poder. O poder do homem mantém-se e reforça-se através das ligações (mantidas no interior de uma configuração estritamente tradicional que reifica o seu poder) à sua família, à família da mulher e, por extensão, às comunidades rurais de origem de ambos, enquanto as possibilidades de adquirir mais liberdade passam, para a mulher, pelo afastamento destas e pela integração na sociedade urbana parisiense⁵. Em termos espaciais, essa negociação passa pela vontade de Jacinta comprar um apartamento grande em Paris, onde possa ter um quarto para cada filho, pôr todos os seus objectos e viver de acordo com um estilo de vida urbano, e pela vontade de José continuar a viver no apartamento de porteira e a ir passar os fins de semana na “casa de campo”, junto dos pais. Face a uma situação deste tipo, é óbvio que os seus discursos têm de ser diferentes. O homem relata uma história de vida de êxito e tranquilidade, nunca referindo qualquer conflito interno à família. É ele o detentor do poder, e por isso produz um discurso não conflitual. A mulher, pelo contrário, utiliza a possibilidade de testemunhar para tentar obter, num quadro de conflito, algum poder negocial.

The word diaspora often invokes the imagery of traumas of separation and dislocation, and this is certainly a very important aspect of the migratory experience. But diasporas are also potentially the sites of hope and new beginnings. They are contested cultural and political terrains where individual and collective memories collide, reassemble and reconfigure. (Brah 1998:193)

Bibliografia citada

- Augé, M. 1992, *Non-Lieux*, Paris, Seuil.
- Appadurai, A., 1988, "Putting Hierarchy in Its Place" in *Cultural Anthropology* 3:36-49.
- Appadurai, A., 1997, *Modernity at large — Cultural dimensions of globalization*, University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Brah, A. 1998, *Cartographies of diaspora, contesting identities*, London and New York, Routledge.
- Crawford, Peter I., 1995, "Film as discourse: the invention of anthropological realities in *Film as ethnography*", Manchester University Press, Manchester.
- Geertz, C., 1997 "Afterword", in *Senses of place*, Santa Fe, School of American Research Press.
- MacDougall, D., 1995, "The subjective voice in ethnographic film", in *Fields of vision*, University of California Press, Berkeley.
- Marcus, E. George, 1995, "the modernist sensibility in recent ethnographic writing and the cinematic metaphor of montage", in *Fields of vision*, University of California Press, Berkeley.
- Rodman, M. 1992, "Empowering Place: Multilocality and Multivocality", in *American Anthropologist* 94(3):640-56.

Notas

¹ Esta comunicação retoma extractos do texto: Silvano, Filomena, 1997, "Vidas em trânsito", in *Trabalho de campo*, Ethnologia n.º 6-8, Lisboa, Cosmos.

² Refiro-me ao projecto PNUD/POR/81/003/A/01/13 "Spatial Development" que teve, como directores nacional e internacional, respectivamente, o Professor Doutor Augusto Guilherme Mesquitela Lima e o Professor Doutor Pierre Pellegrino.

³ Refiro-me ao meu trabalho de consultora científica e de assistente de realização nos documentários de João Pedro Rodrigues *Esta é a minha casa* e *Viagem à EXPO*.

⁴ Cabe aqui um comentário sobre a forma de integrar a presença da câmara. Ao contrário do que se poderia esperar, raramente os nossos "actores" olharam para a câmara. No entanto, a consciência da sua presença levou, logo no início, José a dizer: *veja lá, se for preciso repetir alguma coisa diga*. Os outros membros da família, nomeadamente os pais do casal, viram-nos entrar pelas suas casas dentro, sem fazer um único comentário. A mãe de Jacinta limitou-se a dizer ao João Pedro: *é uma casa pobre, mas filme o que quiser*.

⁵ Lembro aqui que Jacinta é a porteira do prédio onde moram. Com um horário de trabalho que a obriga a estar em casa a maior parte do dia, estabelece relações com todos os vizinhos, facto que, dada a proximidade com as suas vidas privadas, lhe permite conhecer e comparar diferentes estilos de vida urbana.

LUGARES DE PARTIR, LUGARES DE VOLTAR: ESPAÇOS DE REGRESSO NA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

JOAQUIM TORRES COSTA

UNIVERSIDADE ABERTA — CENTRO DE ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES
E DAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS

1. Percurso migratório, regresso e “mitologia do enraizamento”

A migração, porque fenómeno de transposição fronteiras (objectivas e subjectivas), porque envolve os que ficam e os que partem, os que chegam e os que recebem, fornece um campo de observação multifacetado às formas e modalidades de *territorialização das identidades sociais*. Desse conjunto de abordagens possíveis que o fenómeno migratório oferece à análise da relação dos comportamentos e representações sociais com o espaço e com o território, escolherei nesta comunicação uma dimensão específica: o *regresso*.

Começaria por chamar a atenção para que o regresso (real ou imaginado, projectado ou concretizado), enquanto momento dos percursos migratórios, se apresenta à análise como um terreno especialmente favorável ao desenvolvimento do que poderemos chamar *mitologias do enraizamento*, isto é, de construções discursivas que tendem a organizar-se de dois eixos fundamentais (cf. SILVA 1996): o *primordialismo* (que pressupõe uma vinculação territorial dos indivíduos independente dos processos históricos da sua produção e reprodução nas acções e nas representações dos agentes sociais) e o *essencialismo* (que pressupõe uma imutabilidade, através de todas as circunstâncias que desafiam os comportamentos adaptativos dos indivíduos e dos grupos, das vinculações originais e dos traços identitários que elas comportam).

Em face deste tipo de mitologias, profundamente incorporadas nas representações dos actores e das insti-

tuições sociais, coloca-se à perspectiva sociológica o desafio de uma verdadeira contra-abordagem que (sem descuidar o papel que as simbologias do enraizamento desempenham na organização institucional ou existencial da experiência dos actores) atenda às condições históricas e sociais da produção e da reprodução da vinculação ou da referência a territórios ao longo dos percursos migratórios.

2. A construção social da “orientação para o regresso”

Deste ponto visto, vale a pena lembrar aqui, muito esquematicamente, três linhas de investigação histórica, sociológica e antropológica do fenómeno migratório cujos resultados têm consistentemente apontado para existência de correlações significativas entre a orientação para o regresso (ou regresso efectivo) dos emigrados e certos conjuntos de variáveis sociais independentes.

A primeira dessas linhas de investigação é que atende às condições nacionais e transnacionais da emigração: nela se tem revelado que o regresso tende a ser função do papel nacional da emigração (dada a posição do país emissor nas hierarquias do desenvolvimento económico e da divisão internacional do trabalho), das políticas migratórias dos Estados e do modo como estes intervêm de forma prática e ideológica na orientação para o regresso na população emigrada (cf. PEREIRA 1981 ou MONTEIRO 1994).

A segunda dessas linhas de investigação é que atende às características regionais e locais da emigração: esta tem permitido concluir que o regresso tende a ser função do papel da emigração na reprodução das comunidades locais e das famílias, dada a posição destas na organização económica e social nacional, bem como das formas como as comunidades locais visam reproduzir, através *do culto do regresso*, o vínculo entre emigrados e residentes (cf. ROCHA-TRINDADE 1976).

A terceira linha de investigação é a que tem acentuado as propriedades e as trajectórias sociais dos migrantes ao longo do percurso migratório, apontando para a dependência da evolução dos projectos de regresso em relação às trajectórias sociais dos migrantes, nomeadamente por efeito das diferentes de estratégias agrupamento familiar na emigração, de instalação e de inserção destes na sociedade de acolhimento (cf. ROCHA-TRINDADE 1977).

Sem intenção aqui de convocar uma análise da problemática do regresso em toda a sua amplitude (considerado como etapa de um ciclo ou como alternativa de um percurso), serve esta referência esquemática aos resultados do já vastíssimo património de investigação social do fenómeno migratório para sublinhar o que nesses resultados aponta afinal, de forma sistemática, no sentido inverso do que atrás designei como “mitologias enraizamento”: *o regresso quer como representação quer como acontecimento não resulta de um predisposição imutável de um grupo ou duma comunidade para o enraizamento no país natal, mas da acção*

de circunstâncias histórico-sociais que modelam as opções migratórias disponíveis em cada momento e em cada circunstância.

3. Do território de partida ao território de regresso: uma opção socialmente construída

Não sendo o regresso nem um objectivo, nem uma etapa necessária dos percursos migratórios, mas uma modalidade condicional deles (cf. ROCHA-TRINDADE 1984 ou POINARD 1991), focar-me-ei nesta comunicação no caso em que o regresso se concretiza, e no modo como dessa concretização participam as escolhas relativas ao território.

Tomando como ponto de partida dois estudos realizados nos anos oitenta — um deles, com dimensão continental, coordenado por Manuela Silva (SILVA, AMARO, CLAUSSE, CONIM, MATOS et al. 1984), e o outro coordenado por Maria Beatriz Rocha-Trindade centrado na diocese de Coimbra (ROCHA-TRINDADE, JACINTO, CORDEIRO e SANTOS 1987) — sobre amostragens suficiente representativas da realidade portuguesa para que as suas conclusões pudessem ser tomadas como retratando validamente as tendências gerais da emigração de regresso, atenderei aqui àquela verificação que nesses estudos remete para o tema desta comunicação. Trata-se do facto de que *os emigrantes portugueses regressavam massivamente, à data desses estudos, aos concelhos e mesmo às freguesias de partida* (90% segundo o estudo nacional coordenado por Manuela Silva, 92% no estudo coordenada por Maria Beatriz Rocha-Trindade na diocese de Coimbra).

No entanto, e desde logo, a ventilação dos resultados realizada nesses mesmos estudos permitia detectar, sob este facto massivo do regresso aos locais de partida (facto particularmente favorável ao desenvolvimento do que há pouco chamei mitologias do enraizamento), a existência de um conjunto de modulações e diferenciações socialmente significativas. Assim, por exemplo, o regresso aos locais de partida era superior à média nos concelhos rurais, nos migrantes regressados de idade mais avançada ou entre aqueles, por exemplo, que tinham emigrado para França (presumivelmente por força da menor qualificação profissional dos emigrantes com esse destino quando comparados, por exemplo, com os emigrantes para a Alemanha) e inferior à média nos casos opostos, isto é, entre os emigrantes regressados aos concelhos urbanos, com idade menos avançada ou que tivessem, por exemplo, emigrado para a Alemanha. Em suma, uma análise fina das grandes regularidades estatísticas apontava desde logo para a correlação entre certos variáveis independentes (rural/urbano, idade, ramo de actividade, qualificação escolar/profissional) e a escolha do lugar de regresso (com o consequente perfil sócio-demográfico e regional desse regresso).

Sendo certo que as estruturas de comportamento social reveladas nas estatísticas se formam, se reproduzem ou se modificam através das estratégias dos actores, o que aquelas diferenciações fazem justamente despertar é a seguinte pergunta: *como é que a opção por um território integra as decisões de regresso dos emigrantes?*

Na verdade, atendendo aos resultados da investigação social de que a emigração portuguesa tem sido objecto, tudo aponta para que a possibilidade de darmos conta do modo como a opção por um território integra a decisão de regressar envolve necessariamente um modelo interpretativo de três dimensões.

A primeira dessas dimensões é a que atende à articulação entre *emigração e reprodução social*. Com efeito, a escolha do local de regresso deve ser situada no quadro das formas diferenciadas de reprodução da existência dos grupos e comunidades no interior das quais o recurso à emigração é uma estratégia pertinente (para os que partem e para os que ficam), na medida em que essas formas de reprodução estão intrinsecamente associadas a uma forma de territorialidade (propriedade, residência, etc.). Desse ponto de vista, têm sido observadas diferenças significativas a três níveis das estruturas de reprodução: ao nível dos modelos de família e de nupcialidade (variações regionais de modelos de reprodução familiar, por exemplo, aparecem associadas a diferentes predisposições para o regresso (cf. por exemplo, ROCHA-TRINDADE 1977 e BRETTELL 1986); ao nível das formas de transmissão patrimonial (por exemplo, variações na posição familiar dos indivíduos e das suas perspectivas de acesso à herança podem reflectir-se em diferentes opções de regresso (cf. BRANDÃO 1993); ao nível da economia e das formas de propriedade nos locais de emigração — as diferenças nas formações económicas locais reflectem-se também em diferentes predisposições para o regresso (cf. POINARD 1979).

A segunda dimensão é a que se focaliza sobre as relações entre *emigração e mobilidade social*. Com efeito, as modalidades territoriais do regresso aparecem relacionadas com o modo como o próprio regresso representa para o emigrado uma condição da materialização e do reconhecimento da sua trajectória ascensional — na medida em que as condições de conversão do capital económico adquirido em formas de “prestígio” (capital simbólico) estejam mais ou menos sujeitas a limites territoriais. Desse ponto de vista, tem sido possível verificar que a tendência para regressar aos locais de partida por parte de emigrantes de origem maioritariamente rural resulta do efeito complementar de duas dinâmicas: de uma dinâmica endógena — a que dimana do controlo interno das comunidades de partida, onde se estabelecem as formas legítimas de ascensão social (como por exemplo construção de uma casa, a aquisição de um terreno); de uma dinâmica de exógena, especialmente a que resulta da impossibilidade, dada a origem social dos emigrados, de estes operarem a conversão do capital econó-

mico adquirido na emigração em capital simbólico (prestígio) nos contextos burgueses e urbanos (cf. BRETTELL 1983, GONÇALVES 1996).

Finalmente, a terceira dimensão é a que atende às *trajectórias sociais na migração*. Na verdade, os efeitos resultantes das duas dimensões anteriores, tanto a que decorre o modelo estratégico de emigração escolhido como a que decorre do modelo de ascensão social, dependem, conforme as condições e estratégias escolhidas no estrangeiro, da inércia dos sistemas de disposições/aspirações dos emigrados ao longo do percurso migratório. É assim possível observar que a maior ou menor transformação dos sistemas de disposições e aspirações dos emigrantes durante o percurso migratório (por exemplo as que decorrem da educação dos filhos no país de destino ou do acesso das mulheres a uma condição social mais autónoma) produz alterações e diferenciações nas lógicas de pertença e de referência dos emigrantes aos locais de origem (cf. NETO 1986, LEANDRO 1992).

Dois campo de análise se abrem à aplicação deste modelo tridimensional. Um será o que remete para as *transformações do projecto de regresso ao longo a trajectória migratória* (do regresso projectado ao "regresso imaginado") e para os efeitos dessa evolução na transfiguração do lugar de partida de espaço físico em espaço simbólico, do território de origem em "mito" positivo ou negativo (cf, por exemplo, MONTEIRO 1993 e FELDMAN-BIANCO e HUSE 1995). Um outro campo de análise será o que remete para a consumação efectiva do regresso e, portanto, para as modalidades de pertença e de referência que estruturam *tanto as formas objectivas de reinstalação como as formas de subjectivas de apreensão dessa experiência de reinstalação no país de origem*. É neste último campo que situarei seguidamente a parte final desta comunicação.

4. Trajectórias migratórias e "modos de territorialização do regresso": um exemplo

Tive recentemente oportunidade de, no quadro de uma investigação sobre as trajectórias de emigrantes para a Venezuela entretanto regressados (COSTA 1997), de, quanto à opção que esses ex-emigrantes fizeram do seu local de regresso, me defrontar com a pertinência daquele modelo tridimensional de análise que atrás esquematizei. Apenas a título de enquadramento sumaríssimo do âmbito dessa investigação, direi que no terreno em que ela se desenvolveu, o concelho de Vila Nova de Gaia, a emigração para a Venezuela apresentou como característica localmente dominante o facto de se ter configurado inicialmente como uma emigração da e para a construção civil, no prolongamento da lógica de emigração pendular (entre as freguesias de residência e os centros urbanos locais) de camponeses parciais empregados naquele ramo de actividade.

Ora, a análise dos percursos de alguns desses emigrantes que regressaram permitiu justamente mostrar que variações nas condições de reprodução, de ascensão e de trajectórias sociais conduziram, de facto, a modalidades diferentes das escolhas territoriais no seio das decisões de regresso. Assim, de acordo com a análise realizada, foi possível reconhecer, a partir do conjunto das trajectórias observadas, a existência de três grupos cuja relação objectiva e subjectiva com o regresso, bem como as opções relativas à escolha do local desse regresso, se revelaram significativamente distintas.

O primeiro grupo, localmente dominante, é o dos ex-emigrados cujas trajectórias foram marcadas por uma sólida coerência prática entre as condições de reprodução social iniciais, as estratégias de acumulação na emigração e a lógica de mobilidade desenvolvida — a emigração vivida segundo a lógica de poupança regida pela reprodução da família alargada residente; as trajectórias adequadas às formas de ascensão social localmente aceites (aquisição de um terreno, construção de uma casa); diluição ou recalçamento dos conflitos com a comunidade local no momento do regresso; nula disposição para emigrar outra vez ou mudar de território de residência dentro do país. Foi entre os regressados deste grupo que se verificou justamente a permanência de uma forte coerência entre espaço de pertença e espaço de referência ao longo da trajectória migratória (a freguesia e até o lugar de onde se partiu), coerência que, traduzida na recusa de qualquer integração na sociedade venezuelana, resultou finalmente na decisão de regressar à freguesia de partida e num elevado grau de integração social após o regresso.

O segundo grupo é o dos ex-emigrados cujas trajectórias foram marcadas por uma incoerência relativa entre as condições de reprodução social iniciais (baixo capital económico e cultural), as estratégias de acumulação na emigração e a lógica de mobilidade desenvolvida (que conduziu entre eles a uma emigração orientada para a melhoria imediata das condições de vida da família nuclear e, por isso, a trajectórias que não se tendo conformado com os valores dominantes de sacrifício e de poupança entraram em conflito com formas de ascensão localmente aceites). Tendo regressado aos locais de partida em condições compulsivas (por força da degradação das condições económico-sociais na Venezuela) e contraditórias com os projectos migratórios de mobilidade social (nomeadamente por não terem logrado o aforro socialmente considerado como suficiente) estes ex-emigrados revelam uma relação conflituosa com a comunidade local e uma forte predisposição (imaginária) para mudar de território dentro do país (de facto, objectiva e subjectivamente contrariada pelos limites materiais e pelas lógicas de exclusão imposta pela burguesia urbana e diplomada). Verifica-se, pois, entre os regressados deste grupo uma incoerência entre espaço de pertença (a freguesia de onde se partiu e à qual se regressou) e espaço de referência (o espaço urbano a que se teve acesso na Venezuela, mas onde não foi possível permanecer) ao longo da trajectória migratória, da qual resultou uma decisão mais compulsiva do que

voluntária de regresso ao local de partida e um significativo grau de insatisfação e conflituosidade social nas relações com a comunidade local.

Finalmente um terceiro grupo, localmente pouco representativo mas socialmente significativo, é o dos ex-emigrados cujas trajectórias assentaram em condições de reprodução social inicial (especialmente por possuírem maior capital escolar e não terem sido prematuramente integrados nas formas menos qualificadas de trabalho), em estratégias de acumulação na emigração e em lógicas de mobilidade estruturalmente divergentes das dos grupos anteriormente referidos. Prevaleram, com efeito, entre este grupo de ex-emigrados a lógica de ascensão individual (por oposição às lógicas familiares), as trajectórias inicialmente orientadas para a instalação na Venezuela (segundo os padrões das classes médias urbanas) e a independência em relação às relações sociais das freguesias de partida. Em resultado disso, se o regresso a Portugal se realizou em condições relativamente compulsivas (também por força da degradação das condições económico-sociais da Venezuela), a idade média (mais jovem) e o capital cultural destes ex-emigrados mostraram-se passíveis, através de formas mais qualificadas de trabalho, de serem reinvestidos segundo as disposições e aspirações urbanas. Revelando uma relação predominantemente *instrumental* com o território de residência (determinada pela conjuntura mais favorável — emprego, escola, etc. — à família nuclear), este grupo veio, no momento do regresso, a rejeitar a instalação nas freguesias de partida (socialmente modeladas pelas formas de reprodução semi-camponesas) em favor dos modelos de residencialidade e sociabilidade urbanas (análogos aos da Venezuela) que puderam encontrar noutros locais do concelho ou da região. Observa-se assim que, entre estes ex-emigrados, a reformulação das condições de coerência entre espaço de pertença e espaço de referência ao longo da trajectória migratória, acabou, contra a lógica social e a tradição migratória locais, por excluir a decisão de regressar à freguesia de partida.

5. Conclusão

Em contraste com os pressupostos do que atrás designei como “mitologias do enraizamento”, o que estas observações (necessariamente estenográficas) extraídas de um pesquisa empírica permitem reafirmar é que, no que respeita ao território de concretização, o regresso não se realiza segundo uma lógica unívoca e intemporal de enraizamento (real ou imaginário), mesmo nos contextos sociais onde esse regresso se dirige maioritariamente para os locais de partida. Elas confirmam, pelo contrário, que é preferível, numa perspectiva sociológica bem construída, falar de *modos de territorialização do regresso* associados às condições de reprodução, acumulação e mobilidade que estruturam as estratégias dos emigrados ao longo do percurso migratório. É em função das trajectórias geradas

nessas condições social e historicamente contingentes que opera a opção pelo o local a que se regressa, assumindo esta, por isso, expressões variáveis tanto no plano das formas objectivas (modelos de residencialidade, sociabilidade, mobilidade) como no plano das representações subjectivas que lhe estão associadas.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO (1993) — O bom emigrante à casa torna?, in *Emigração/ Imigração. Actas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Ed. Fragmentos, pp. 163-183.
- BRETTELL, Caroline B. (1983) — Emigração, a Igreja e a festa religiosa do norte de Portugal: Estudo de um caso, *Estudos Contemporâneos*, n.º 5, pp. 175-204.
- BRETTELL, Caroline B. (1986) — *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, trad. port. Ana Mafalda Tello [1991], Publicações Dom Quixote.
- COSTA, Joaquim Torres (1997) — Percurso com regresso(s). Estratégias e trajectórias sociais num percurso local da emigração para a Venezuela, Mestrado, Porto, Universidade Aberta.
- FELDMAN-BIANCO, Bela e HUSE, Donna (1995) — Entre a Saudade da Terra e a América: Memória Cultural, Trajectórias de vida e (Re)construções de Identidade Feminina na Intersecção de Culturas, *Ler História*, n.º 27-28, pp. 45-73.
- GONÇALVES, Albertino (1996) — *Imagens e clivagens. Os residentes face aos emigrantes*, Porto, Eds. Afrontamento.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1992) — Au-delà des apparences. L'insertion sociale des portugais dans l'agglomération parisienne, Doctorat, 4 vols., Paris, Université Paris V -René Descartes-.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1993) — Emigrantes imigrados: da Lousã ao Connecticut, uma investigação em dois tempos, in *Emigração/Imigração. Actas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Ed. Fragmentos, pp. 323-347.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1994) — *Emigração: o eterno mito do retorno*, Oeiras, Celta Editora.

- NETO, Félix (1986) — *A migração portuguesa vivida e representada. Contribuição para o estudo dos projectos migratórios*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981) — *A política portuguesa de emigração 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- POINARD, Michel (1979) — *Le retour des travailleurs portugais*, La documentation française, Paris, La Documentation Française/Ministère du travail et de la participation.
- POINARD, Michel (1991) — *Les portugais dans l'émigration: une géographie de l'absence*, Doctorat d'État, 2 vols., Université de Toulouse — Mirail.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1976) — *Comunidades migrantes em situação dipolar. Análise de três casos de emigração especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França*, *Análise Social*, xii, n.º 48, pp. 983-997.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1977) — *Structure sociale et familiale d'origine dans l'émigration au Portugal*, *Ethnologie Française*, vii, n.º 3, pp. 277-286.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1984) — *O regresso imaginado*, *Nação e Defesa*, Separata, n.º 28, pp. 13.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; JACINTO, Rui; CORDEIRO, Ana Paula e SANTOS, António (1987) — *O fenómeno migratório na Região Centro. Regresso e Reinserção na Diocese de Coimbra*, 1 vols., Coimbra, Coordenação da Região Centro — Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Caritas Diocesana de Coimbra.
- SILVA, Augusto Santos (1996) — *Identidades sociais: continuidade e mudança*, in *Dinâmicas multiculturais — novas faces outros olhares. Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Vol. 1, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, pp. 31-36.
- SILVA, Manuela; AMARO, Rogério; CLAUSSE, Guy; CONIM, Custódio; MATOS, Madalena, et al. (1984) — *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Cadernos IED (8), Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

O DISCURSO DA IDENTIDADE: O LOCAL, O REGIONAL E O NACIONAL

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

UNIVERSIDADE DO MINHO, INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Depois das palavras amáveis da Prof.^a Engrácia Leandro, passei a ser o conde que corou ao ser condecorado, de que falava o poeta Alexandre O'Neil. As expectativas foram colocadas a um nível demasiado alto, e eu coro de vergonha, receando não corresponder ao que de mim se espera.

Agradeço à Universidade Aberta o convite que me foi feito para este colóquio, que me enche de júbilo. Saúdo os meus colegas de mesa e saúdo também todos os presentes. Ser o último interveniente tem, naturalmente, algumas vantagens, mas também tem inconvenientes. É verdade que vou falar para resistentes, o que quer dizer neste caso, para pessoas determinadas, para quem desafia o cansaço, e pelo que se vê aqui ainda há muita gente assim. Pode dizer-se também que, insistindo vós em ficar, sendo eu o último a intervir, me sinto muito lisonjeado, imaginando (é pelo menos reconfortante ter estas ilusões) que permaneceis na sala para me ouvir precisamente a mim. Mas se é uma grande alegria ter pessoas interessadas naquilo que fazemos, acontece, no entanto, que intervir no fim de um colóquio nos torna praticamente dispensáveis.

Esta constatação chama-me à realidade: a partir de agora, começa a minha luta para que me não dispenseis. Vou agarrar-me às minhas palavras, e se é que assim me posso exprimir, vou fazê-lo como se da minha própria pele se tratasse... a pele, que de modo nenhum é em nós, por estar à superfície, aquilo que há de mais superficial; pelo contrário, a pele é o que de mais profundo existe em nós, porque nela se joga a nossa própria vida. É claro que aqui se trata apenas de uma metáfora. Eu vou é agarrar-me a palavras, a discursos, como digo no título da minha comunicação.

Sou um estudioso da noção de identidade em muitas das suas utilizações, e designadamente da identidade local, regional e nacional. Tenho-me ocupado de várias utilizações do conceito de identidade, fazendo trabalho de sociólogo, mas o olhar do sociólogo que eu sou, cruza-se com o olhar do historiador, que todo o sociólogo também é. Utilizando uma fórmula de efeito, diria que o sociólogo é o historiador do presente. E é nestes termos que eu de facto me vejo no meu ofício: alguém que faz a história do presente.

A identidade colectiva, local, regional e nacional, é objecto de um modo de produção de enunciados, ou seja, é objecto de um modo de produção de discursos, que definem a realidade social, o que quer dizer que definem especificamente a nação e as comunidades locais. Classificar ou definir a realidade não se confina ao mero acto de dar nomes à realidade, não é uma tarefa superficial. Estou a falar como se se tratasse da pele, porque classificar a realidade, defini-la, concorre para a existência dela, ou então, para a sua "inexistência", para a subversão da realidade que existe.

Em vez de falar de enunciação (embora o meu propósito seja esse, o de me ocupar de discursos da identidade), poderia referir-me à encenação, ao acto de pôr em cena, e faria todo o sentido que o fizesse, uma vez que a identidade colectiva é objecto de um teatro que encena o tema das relações entre a nação e as comunidades locais.

Pode indistintamente falar-se de enunciação e de encenação, porque enunciar, pôr em discurso, é sempre colocar em cena, e da mesma maneira, encenar, colocar em cena, é sempre de algum modo pôr em discurso. O que é que, por exemplo, fez aqui entre nós a Prof.^a Filomena Silvano? Fez um discurso sobre gente que colocou em cena, a comunidade de Vizela.

Mas equivocamo-nos se pensamos que a identidade dá crédito apenas a um regime de formas, de formas verbais, e de formas visuais. Como bem se entende, nem a enunciação é um simples regime de vocabulário, nem a encenação é um mero regime de guarda-roupa. Nação, região, comunidade local, estas palavras exprimem lutas, polémicas, tentativas apaixonadas para delimitar e afirmar territórios e pertenças, para delimitar e afirmar identidades. Não são unicamente referências semânticas para a produção de uma sociedade que se efectuará no essencial fora da linguagem.

Explorando as noções de nação, região, comunidade local, direi então que não se trata aqui de esboçar uma gramática, entendida como uma sintaxe ou uma semântica. Nação, região e comunidade local não são objectos meramente teóricos, embora a minha comunicação, pelos vistos, tenha esse cunho. Aquilo que fundamentalmente está em jogo quando interrogamos o sentido de nação, de região, de comunidade local, é a interpretação da lógica social da linguagem empregue. Que lógica social têm as classificações, as definições que fazemos da identidade colectiva? Ao colocar o acento na linguagem, tenho em atenção o facto de ela ser

simultaneamente representação (um dizer) e acção (um fazer), mas a minha insistência está em conhecer a lógica social da linguagem. Quer isto dizer que trato de indagar até que ponto a linguagem é um poder na luta pelo poder de interpretar, censurar, afirmar, recusar. Ao classificarmos a realidade social, batendo-nos, por exemplo, por um modelo de regionalização, ou então combatendo-o, o que estamos a fazer é a interpretar Portugal. E a nossa interpretação do território significa muitas vezes a censura das interpretações alheias, e mesmo, em certos casos, a sua recusa.

Conhecer a lógica social da linguagem significa, pois, que se indague até que ponto a linguagem é um poder nesta luta em que todos estamos envolvidos, a de uma permanente procura de sentido para a comunidade. Numa palavra, do que se trata é de ver até que ponto a linguagem, que diz as divisões da realidade, concorre para que o que existe se mantenha, ou pelo contrário, para que o que existe deixe de existir.

No entanto, o facto de todo o discurso sobre a identidade revelar o campo de combate por uma específica ordenação simbólica da sociedade, autoriza a conclusão de que o que se decide nessa luta é quem tem o poder para definir a realidade. Andamos todos envolvidos nesta luta pela definição da realidade social, mas a partir do momento em que seja colocada a questão da "boa" interpretação, logo surgem dúvidas sobre a legitimidade de quem fala, do género: por quem se toma aquele para nos falar como fala da identidade?

Em síntese, o que se decide nestas lutas pelas "boas" definições da nossa identidade, que felizmente são feitas com símbolos e não com bala, é a legitimidade dos actores sociais, é a legitimidade daqueles que intervêm publicamente para dizerem o que dizem e para fazerem o que fazem. É que os discursos da identidade são classificações práticas, que estão subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais.

Por exemplo, eu não vou dizer o que se joga de funções práticas e de efeitos sociais na classificação de Portugal como um país multirracial e pluricontinental, que se estende do Minho a Timor, mas certamente que são diferentes daqueles que vamos encontrar na definição que nos é dada de Portugal na *Jangada de Pedra*. Na configuração do rochedo peninsular apresentada por Saramago, Portugal aparece com um destino inextricavelmente ligado a Espanha. Como devem estar lembrados, na interpretação de Saramago, Portugal e Espanha, qual navio-nação peninsular, desprende-se da Europa, por artes romanescas, ficando a vogar no meio do Oceano, ao largo da Europa, da América e da África. Periféricos relativamente aos três continentes, Portugal e Espanha pertencem simultaneamente a todos eles.

É uma visão curiosa. Não esqueçamos que 1986 é o ano da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, e a *Jangada de Pedra* é o contributo específico que Saramago empresta a este combate. Ao propor a sua di/visão, ou seja, a sua outra

visão de Portugal, Saramago entra em liça pela construção da nossa realidade colectiva. Não sei avaliar o peso desta intervenção de Saramago na constituição da realidade que somos. Podemos perguntar-nos, em todo o caso, pelo que é feito desta definição. Ao que vemos, o rochedo não se desprende do Continente, e mesmo em termos simbólicos, vai-se acentuando a nossa ligação à Europa.

Disse na abertura da minha comunicação que ia falar de discursos. Com efeito, por opção pessoal, sou um sociólogo que interroga, sobretudo, as representações sociais, e não tanto as estruturas, embora saiba que a história das comunidades humanas tanto é feita de representações como de estruturas.

Devo, no entanto, contrariar a ideia de que as estruturas sociais é que são a realidade concreta da vida das comunidades, e que as representações não passam de uma ficção, ou então, de uma falsa imagem da realidade, invertida, ilusória, alienada. De modo nenhum as representações sociais têm a realidade de uma qualquer superestrutura. Os sistemas simbólicos de uma comunidade, ou por outra, o seu imaginário colectivo (religião, folclore, língua, mitos, ritos), são o incessante trabalho, através do qual as comunidades humanas se constituem e ao mesmo tempo dão conta da sua existência.

A identidade de uma comunidade local, regional e nacional é sempre, deste modo, o produto histórico de uma diferenciação cumulativa, ou seja, o resultado de um combate por classificações, definições e pertenças. Neste entendimento, eu diria mesmo que a identidade depende menos do espaço que do tempo e da história:

Disse atrás que, por opção pessoal, tenho interrogado mais as representações (a dinâmica social) do que as estruturas (a estática social). Quer isto dizer que a minha análise dos fenómenos identitários das comunidades humanas passa sobretudo pela indagação da dinâmica social da memória histórica: o seu movimento, os processos e as relações sociais que a constituem. É verdade, no entanto, que a dinâmica social não contradiz a estática, para utilizar essa clássica formulação de Gurvitch. A dinâmica social não contraria o trabalho da memória, quando a memória se faz instituição, quando a memória se faz coisa, quando se faz estado social, quando se faz relação social reificada, ou seja, quando a memória se faz estrutura. Assim, por exemplo, os municípios, as freguesias, o património histórico e artístico (uma rua, uma praça, uma cidade, museus e arquivos), se quisermos centrar-nos na realidade local. Trata-se de relações sociais, embora reificadas, o que faz com que sejam coisas sociais, instituições. Devemos, no entanto, acrescentar que esta realidade estrutural não se contrapõe às representações que dela fazemos.

Mas o que é uma representação social? É um trabalho de memória, é o trabalho simbólico a que as comunidades se entregam, no acto em que se constituem e em que nos dão conta da sua existência. Mantendo o exemplo dos municípios, vou-lhe acrescentar os exemplos da região e da nação. A realidade local, regional e nacional

não é separável das representações que fazemos a favor ou contra a realidade que existe. Tanto a fronteira nacional como as divisões administrativas regionais e locais, são realidades homólogas das ideias de identidade nacional, identidade regional e identidade local. Em qualquer dos casos, quer quando traçamos linhas de divisão, quer quando imaginamos outras linhas, exprimimos objectivos, lutas, tentativas apaixonadas para delimitar territórios e afirmar pertenças.

As linhas de divisão social são pois objecto de um intenso combate social de resultado incerto, exactamente como aconteceu no combate simbólico de Novembro passado, pela divisão regional do país, ou então no combate simbólico pela constituição do concelho de Vizela, ou ainda noutros combates, pela constituição dos concelhos da Trofa, da Lixa e de Ermesinde.

Fixemo-nos na representação da realidade social. Duas coisas são de ter em atenção. Por um lado, o que existe socialmente, é sempre representação, o que quer dizer, enunciação, encenação. Por outro lado, o que existe é também vontade. É representação, porque o que existe, ou seja, a identidade de uma comunidade local, regional ou nacional, é sempre uma realidade percebida como distinta, é sempre uma realidade que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros, de contrário não faria sentido falarmos nisso. E é vontade, porque a identidade de uma comunidade local, regional ou nacional, é sempre um acto de adesão permanentemente reiterado a um dado estado social, ou a uma dada divisão da realidade. Aquilo que historicamente somos supõe a vontade social de querermos ser o que somos, supõe a adesão a uma dada classificação da realidade, e não a outra. Sem a adesão da vontade não é pensável uma ideia consistente de identidade.

Percebeu-se isso exactamente no combate de Novembro passado: como não houve vontade popular, não houve regionalização. De pouco valeram, então, as representações/enunciações/encenações regionalistas. Não havendo vontade, não há realidade, uma vez que a linguagem não é tudo. A linguagem concorre para a realidade do que existe, mas é bom não esquecer que a linguagem não é o próprio poder: a linguagem representa-o e simboliza-o, de maneira que o poder vem-lhe de fora; a magia da palavra é social.

O combate de Novembro passado sugere-me ainda outra ideia sobre as representações/enunciações/encenações, a de que os interesses mais poderosos são os quiméricos, são os sonhados, não os calculados. Em Novembro passado viu-se, com efeito, que os interesses mais poderosos não foram, nem de ordem económica, nem de ordem política. Foram invocadas muitas razões económicas e políticas em favor da regionalização, mas prevaleceu um interesse simbólico preciso: um certo sonho de nação e de pátria. A verdade é que os interesses sonhados costumam prevalecer sobre todos os outros. Por exemplo, todos aqueles que amam sabem a que ponto isso é verdade: quando acreditamos numa pessoa, mostramo-nos decididos a meter as mãos no fogo por ela (uma coisa deveras espantosa, mesmo

tratando-se de uma metáfora); mas livramo-nos bem de o fazer, se porventura duvidamos.

Feita em termos gerais esta aproximação a uns tantos usos da noção de identidade, ainda sobra margem para uma incomodidade séria. Sabemos já que os sonhos são mais importantes que as ideias, que o imaginário é mais importante que a ideologia. Mas não podemos evitar que qualquer conceito de identidade possa revestir-se de um certo halo essencialista. Os colegas que me precederam no uso da palavra foram também muito claros neste aspecto, ao acentuarem o sério risco de o conceito de identidade poder dar azo a uma mistificação, sendo convertido em essencialidade e em destino aquilo que é do domínio histórico.

A identidade cultural de uma comunidade é o resultado de um processo histórico, pelo que é uma produção social. Para uma comunidade não há destino fixado uma vez por todas. Converter em destino social uma fronteira nacional, uma divisão administrativa local, ou uma divisão administrativa regional, converter em comunidade está associada à história que se faz coisa, instituição, relação social reificada. Mas de igual modo, a identidade é história que se faz corpo, é história que destino social uma qualquer figuração da identidade, é esquecer que a história é processo e contingência, ou seja, é esquecer que a história é o resultado de determinação sociais. E se esquecermos isso, convertemos a história em natureza e a contingência em eternidade.

Disse que a identidade de uma comunidade é fecundada por uma dupla condição: pela estática (e a identidade é instituição) e pela dinâmica (e a identidade é movimento e transformação). Há, com efeito, coisas históricas. E a identidade de uma se faz movimento. Nestas circunstâncias, a identidade de uma comunidade é sempre coisa e corpo simultaneamente.

Mas eu sublinho que a nossa identidade cultural, sendo coisa e corpo, não pode ser feita exclusivamente das narrativas do passado de uma comunidade numa situação singular. Na nossa identidade não há só narrativas do passado. Mal fora que uma comunidade se cingisse a isso! A identidade é sempre trabalhada pela prospectiva. Estou a referir-me ao trabalho de efabulação que percorre todos os momentos da vida de uma comunidade. Não é novidade para ninguém que a propósito de um lugar e do seu futuro trabalha aquilo a que Paul Veyne chama de "imaginação constituinte". Com efeito, na constituição da realidade, entra muito de sonho e de imaginação. Também disso falou a Prof.^a Filomena Silvano. Sendo assim, podemos garantidamente dizer que o sentido de uma comunidade não está apenas atrás de si, no seu passado como uma coisa velada. Se isso fosse verdade, o sentido de uma comunidade não passaria de um destino e de uma essência a desvelar. O sentido de uma comunidade está sobretudo à sua frente, como uma coisa a descobrir e abrir, como um mundo possível e como uma maneira possível de ela se orientar neste mundo.

Olhando, por exemplo, a vida quotidiana de uma comunidade qualquer, grande ou pequena, não nos passa despercebida a sua dimensão fantástica, demonstrada nas coisas mais simples da vida dos seus constituintes. Com efeito, comer, vestir-se, cantar, bailar, prover a subsistência própria ou alheia, apropriar-se do espaço, construindo casas, rasgando estradas, levantando pontes, projectando jardins, são actividades cheias de fantasia, de emoção estética e de magia. Quotidiano e fantástico aparecem então como a dupla face da mesma realidade, podendo nós concluir que a autenticidade das comunidades humanas se atesta nas actividades da vida quotidiana, dado aí se misturarem, em permanência, o passado, o presente e o futuro delas mesmas.

Antes de finalizar a minha intervenção, gostaria de introduzir, em movimento breve, um último andamento na minha reflexão. Procurei demonstrar que a identidade das comunidades humanas é feita tanto de tradição como de prospectiva. Importaria talvez assinalar agora que a identidade de todas as comunidades humanas é hoje uma realidade complexa e paradoxal. Porquê? Porque a nossa experiência histórica já se não revê numa realidade estável, fixa e permanente. A nossa experiência histórica é hoje não só uma experiência de construção do mundo, como é também uma experiência da sua oscilação, pluralidade e erosão. Vivemos, com efeito, uma realidade fragmentada, fecundada embora por uma condição translocal, de maneira que a mais pequena comunidade não deixa de sofrer o impacto daquilo a que chamamos globalização. Também a ela chegam as parabólicas e os hipermercados, pelo que a sua identidade participa desta condição fragmentária e translocal, vivida a todos os níveis da sua existência, que passa a ser a de uma realidade simultaneamente localista e cosmopolita, ou seja, uma realidade heterógena e específica, e por outro lado, homogénea e global.

Quer isto dizer, e eu concludo assim a minha intervenção, que apesar de sentirmos por todo o lado os efeitos de uma racionalidade macrocéfala e total, com medidas a serem decididas não se sabe bem onde, mas que afectam a vida dos mais recônditos lugares do Planeta, a identidade das comunidades humanas, qualquer que seja a escala, é simultaneamente um factor de resistência e uma possibilidade de abertura (mais virada a resistência para o passado, e para o futuro a abertura), além de constituir ainda a condição da autenticidade dessas mesmas comunidades.

LOUIS QUÉRÉ

ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

L'étude de la construction des problèmes sociaux est un domaine bien établi de la sociologie, en particulier de la sociologie américaine. On y parle tantôt de problèmes sociaux, tantôt de problèmes publics. Choisir une dénomination plutôt qu'une autre n'est pas sans importance. Je fais partie de ceux qui, avec Joseph Gusfield (*The culture of public problems*) considèrent que les deux termes ne sont pas équivalents, et que les problèmes publics constituent une catégorie particulière de problèmes sociaux. C'est à caractériser cette catégorie de problèmes et leur structuration que je veux consacrer mon exposé.

Mon intérêt pour la construction des problèmes publics est triple. Cela fait longtemps que je m'intéresse à la théorie de l'espace public, en particulier à la question de son institution continue par des pratiques socialement organisées. Parmi ces pratiques, j'ai accordé une attention spéciale à la publicisation des événements et à la manière dont le traitement public des événements ouvrait son champ à l'action publique. En second lieu, viennent mes préoccupations dans le domaine de la théorie de l'action. Je conteste aussi bien ceux qui reprennent la psychologie ordinaire comme cadre conceptuel pour analyser l'action d'un point de vue sociologique, que ceux qui soutiennent que les agents sociaux sont déterminés, dans leurs pratiques, par des structures objectives et des *habitus*. Je considère qu'agir c'est autre chose que former des intentions et les réaliser, que délibérer et prendre des décisions et les exécuter, que faire des plans et les suivre: c'est traiter des situations au fur et à mesure qu'elles se présentent en organisant des enchaînements d'actes, ce qui implique de répondre aux événements qui surviennent, le plus souvent inopinément, de se saisir des opportunités qu'ils offrent et de prendre appui sur l'éclairage qu'ils portent sur les situations. Bref, j'essaie

de reconstruire une théorie de l'action dans laquelle les événements et les situations prennent la place des intentions, des buts, des motivations subjectives et des délibérations comme instances de contrôle de l'expérience. En troisième et dernier lieu, j'essaie de comprendre ce qui spécifie l'organisation de l'expérience dans la sphère publique et, en particulier, en quoi elle est très différente de ce qu'elle est dans la vie ordinaire. Pour caractériser cette différence en deux mots, je dirai que l'expérience publique s'organise de part en part dans le cadre d'une «réflexivité discursive», et que la formulation et l'examen discursifs de problèmes publics en sont le pivot. S'il y a un domaine dans lequel «des récits marchent devant les pratiques pour leur ouvrir un champ», pour reprendre la belle formule de Michel de Certeau, c'est bien celui de l'action publique.

Je vais articuler mon argument autour de trois questions. D'abord, pourquoi parler de problèmes publics plutôt que de problèmes sociaux? Ensuite, pourquoi lier expérience publique et événements? Peut-on rendre compte de la construction des problèmes publics sans faire référence aux formes et aux procédures de l'Etat de droit? Enfin, l'impact social des problèmes publics passe-t-il uniquement par l'organisation de l'action publique?

1. Pourquoi parler de problèmes publics?

Il est plus courant de parler de problèmes sociaux, aussi bien dans le langage ordinaire que dans le langage sociologique, que de problèmes publics. Est un problème social tout ce qui fait problème pour une société à un moment donné sur un arrière-plan déterminé de valeurs, de croyances et d'us et coutumes, et en fonction d'un certain «champ d'expérience» et d'un certain «horizon d'attente». Dans la France contemporaine, le chômage, la violence urbaine, la «ghettoïsation» des banlieues des grandes villes, la violence à l'école, l'échec scolaire, la délinquance des mineurs, l'insécurité, l'immigration clandestine, la baisse de la natalité, la progression du divorce, le suicide des jeunes, la faillite imminente du système de la protection sociale, etc., sont des problèmes sociaux actuels, et on pourrait allonger la liste de tout ce qui fait problème aux yeux de toute ou de certaines parties de la population du pays. Mais, comme le soulignait J. Gusfield, tous les problèmes sociaux ne sont pas des problèmes publics. Alors qu'est-ce qui spécifie les problèmes publics? Pour répondre à la question je vais d'abord évoquer un exemple. Ensuite, je prendrai en considération la définition de Gusfield, puis je la discuterai brièvement.

L'exemple est un reportage présenté il y a quelques années à la télévision française sur une catastrophe écologique dans l'ex-URSS : l'assèchement de la mer d'Aral, qui est une mer intérieure, suite au détournement du lit des deux fleuves qui l'alimentaient pour irriguer des zones consacrées à la culture industrielle du coton, ce détournement ayant été décidé et réalisé par les planificateurs de l'Etat sovié-

tique. Cet assèchement s'est traduit par la baisse du niveau de la mer de 14-15 mètres et par le recul des côtes d'au moins 60 km. Ce qui a fait que ce qui était autrefois des ports de pêche s'est retrouvé en pleine terre, ou plus exactement en plein désert — le terrain laissé libre par la mer, dont le sol est du sable mélangé à du sel, constitue en effet un véritable désert balayé par des vents de sable et de sel qui asphyxient progressivement tous les alentours. Economique, cette catastrophe écologique est aussi une catastrophe sanitaire, qui se traduit entre autres, via la pollution de l'eau et l'accroissement de sa teneur en sel, par une augmentation considérable des malformations des enfants. Ce qui m'avait frappé dans ce reportage c'était la manière de réagir des personnes interviewées, en particulier des personnes confrontées aux conséquences économiques et sanitaires de la catastrophe, et qui savaient très bien les analyser. En effet, ces conséquences n'étaient jamais traitées comme relevant d'un problème public. Et cela se sentait à la manière dont était minimisée l'«altérabilité» de la situation (puisque c'est une malédiction divine, qu'y peut-on?), dont étaient établies les responsabilités et envisagés les recours et les solutions possibles. En particulier, les médecins et personnels soignants interrogés n'abordaient jamais la résolution des problèmes qu'en termes d'engagement professionnel, de dévouement individuel ou éventuellement d'information, par le corps médical, de la population sur les risques sanitaires qu'elle encourait. La raison en était, m'avait-il semblé, que faisait totalement défaut, dans l'ex-URSS, ce que Gusfield appelle «une culture» des problèmes et de l'action publics. Seuls les représentants des organisations internationales mobilisées par cette catastrophe l'abordaient en termes de problèmes publics traitables par une action publique.

Cet exemple nous fait entrevoir, par la négative, ce que peut être une «culture des problèmes publics». Mais comment définir une telle culture en termes positifs? Il s'agit manifestement d'une manière bien spécifique de problématiser les événements, de définir l'inacceptabilité et l'altérabilité des situations posées comme problématiques, et d'envisager la façon de les résorber. Mais il faut se garder de l'identifier à une culture politique de l'Etat-providence, qui consiste à se tourner vers l'Etat dès que le moindre problème surgit et de lui demander de le résoudre. Les problèmes publics ne sont pas les problèmes dont on attribue la responsabilité et le traitement aux pouvoirs publics ou à l'Etat-providence. Que sont-ils alors?

Pour répondre à la question, je partirai de la définition de Gusfield. Gusfield a étudié, entre autres, la constitution du problème de l'alcool au volant (i. e. de la conduite automobile sous l'emprise de l'alcool) en problème public. Gusfield est un sociologue; ce qui l'intéresse c'est de mettre en évidence la structuration de la construction des problèmes publics par des systèmes de pensée, des configurations institutionnelles et des rapports de concurrence, de compétition ou de conflit entre groupes sociaux. Selon les critères qu'il introduit, pour qu'un problème soit public, il faut:

- a) qu'il soit thématiqué comme faisant problème pour la société dans son ensemble et comme comportant un enjeu important pour elle. Or, ce qui fait problème pour une société varie historiquement et est fonction, entre autres, de sa sensibilité morale et de sa conception du politique. Ainsi un affinement de la sensibilité morale rendra-t-il intolérables des situations et des pratiques qui ne l'étaient pas auparavant (cf. par exemple l'enfance maltraitée, ou la soumission des femmes). Mais il ne suffit pas qu'une situation soit vécue comme inacceptable (ou anormale, dangereuse, etc.) pour qu'elle devienne un problème public. Il faut aussi qu'elle soit thématiquée à la fois comme problématique et comme altérable; et cette thématiquisation est à la charge de ceux qui, en vertu d'une certaine distribution sociale des pouvoirs et des compétences, sont habilités à définir et à analyser les problèmes qui se posent à la société.
- b) qu'il soit constitué en objet de débat contradictoire et conflictuel dans des arènes publiques (médias, tribunaux, assemblées politiques, réunions de citoyens, discussions entre experts ou scientifiques dans des colloques, des séminaires ou des revues, etc.). C'est à travers un tel débat public, sur fond de concurrences, de conflits de compétences et de luttes autour du pouvoir symbolique, que sont établies les causes de la situation problématique, fixées les responsabilités, défini le domaine de compétences légitimes dont relève son traitement, stabilisée une manière déterminée d'envisager le problème et sa résolution, etc.
- c) qu'il soit constitué en objet d'une action publique visant à le résoudre. Cette action publique est celle d'une instance légitime qui est désignée, dans l'examen public du problème, comme étant l'agent social auquel incombe le traitement du problème. Cette instance peut être telle ou telle composante des pouvoirs publics (le ministère de la Santé, par exemple, et les services administratifs qui en dépendent), une institution existante ou une institution spécialement créée pour traiter tel ou tel aspect du problème, ou n'importe quelle organisation publiquement investie de la responsabilité d'y apporter une solution. Se réclamant de K. Burke et d'E. Goffman, Gusfield souligne l'aspect dramaturgique de cette action publique : d'une part, la formulation et la prise en charge des problèmes tendent à être dramatisées (aux différents sens du terme, dont la ritualisation, la cérémonialisation et la composition d'une fiction, ainsi que le jeu sur une scène devant un public); d'autre part, la rhétorique y joue une place importante, car il s'agit d'une oeuvre de persuasion publique.

Cette conception ne me satisfait pas complètement, pour la raison suivante. Il est normal qu'un sociologue s'intéresse aux systèmes de pensée, aux modes de raisonnement, aux cadres institutionnels et aux rapports sociaux qui structurent la construction des problèmes publics. Mais le risque est quand même grand qu'il

ne donne à ce processus un contexte autre que celui qui est le sien propre, qu'il ne substitue un contexte abstrait, qui n'est qu'un construit analytique, au contexte socio-culturel concret dans lequel le phénomène prend effectivement place. C'est un peu le travers dans lequel je vois Gusfield tomber. Je trouve qu'il ne prend pas assez en considération des dimensions importantes de la construction des problèmes publics, dont les trois suivantes.

La première concerne la dynamique d'ensemble dans laquelle prend place le phénomène. La construction des problèmes publics n'est pas un fait isolé. De ce point de vue, la description sociologique ne peut pas se contenter d'exhiber un contexte social, formulé dans le vocabulaire des sciences sociales; elle doit aussi caractériser une dynamique d'ensemble, et par exemple restituer le caractère «pragmatique» et la structure logique des enquêtes sur les événements ou de l'examen public des situations problématiques. Il y a en effet tout lieu de penser que de telles enquêtes prennent place dans un processus d'organisation de l'expérience publique, dont l'enjeu normal est d'agencer une conduite ou une action appropriée. C'est dans le cadre d'un tel processus qu'on peut saisir l'horizon pratique de l'enquête publique sur une situation problématique. C'est pourquoi il me semble utile d'introduire une problématique de l'expérience publique, dans laquelle l'observation et l'analyse des événements occupent une place centrale. Je vais m'en expliquer dans un instant.

Une deuxième dimension qui me paraît négligée par Gusfield est le lien entre les problèmes publics et la culture politique qui se développe dans un Etat de droit démocratique. A mes yeux, il ne suffit pas de conjuguer l'aspect enjeu sociétal, l'aspect débat public ou confrontation dans une arène publique et l'aspect dramaturgique pour spécifier le caractère public des problèmes publics tels que nous les connaissons. Empruntant à la philosophie des sciences la notion de «référentiel» (un «référentiel» est ce qui encadre ou informe la représentation d'un phénomène, ou la configuration de l'objet visé par la connaissance scientifique), je dirai que les problèmes publics sont configurés dans un référentiel particulier, celui de l'action publique dans un Etat de droit (impliquant entre autres la notion de bien public, des principes éthico-juridiques tels que ceux de justice, de solidarité, de défense des droits individuels, de respect des identités, etc., et surtout les formes et les procédures de l'Etat constitutionnel).

La troisième et dernière dimension concerne des aspects plus particuliers de la thématization des problèmes publics, que Gusfield ne relève pas et qui me paraissent importants. Jen relève deux qui m'intéressent plus particulièrement. Le premier, sur lequel je reviendrai, est une médiation assez particulière de la construction des problèmes sociaux en général: la création d'espèces sociales (*social kinds*) de personnes et d'actes, qui ont des propriétés assez singulières. Le second est la détermination du contenu des problèmes à la fois par les possibilités d'explication et de résolution pratique disponibles.

Je vais examiner d'un peu plus près ces trois points.

2. La logique des événements

Les problèmes publics surgissent de plusieurs manières. Ils peuvent résulter d'impératifs techniques ou gestionnaires. Par exemple, la réduction des dépenses de santé en France est présentée comme une exigence si l'on veut éviter l'implosion du système de la protection sociale, compte tenu de son mode de financement et de l'évolution de la consommation médicale. Il s'agit, entre autres, d'amener les médecins, qui pratiquent la médecine de manière libérale, à diminuer leurs prescriptions. Le problème est construit de façon à faire tenir ensemble deux principes incompatibles: la gestion rationnelle du dispositif de protection sociale, donc la soumission à des contraintes d'équilibre budgétaire, et le respect de l'exercice libéral de la médecine. Mais les problèmes publics peuvent aussi surgir d'initiatives ou de décisions politiques. En France on débat fort ces jours-ci de l'opportunité d'inscrire dans la Constitution le principe de la parité hommes/femmes dans la composition des assemblés politiques élues au suffrage universel. Cette question a sans doute été constituée en problème public depuis plusieurs années, en particulier à la faveur du développement des mouvements féministes. Mais le débat particulier en cours est dû à une initiative du gouvernement qui veut moderniser la vie politique, dans un contexte très spécifique, celui d'une concurrence vive entre les deux têtes de l'exécutif, le Premier Ministre et le Président de la République, celui aussi d'un blocage de ce type de réforme par le parti du Président (au Sénat en particulier). Il est cependant une autre source, me semble-t-il plus importante, des problèmes publics: ce sont les événements de l'actualité. Il me semble non seulement que des événements sont à l'origine de nombre de problèmes publics importants, mais aussi que c'est à travers l'examen public d'événements saillants que des problèmes publics sont formulés, thématiques et rendus manipulables. En ce sens, l'enquête sur les événements fait apparaître et structure des champs problématiques où ils trouvent leur sens. Par champ problématique, j'entends un ensemble de problèmes enchevêtrés, dont l'analyse est plus ou moins établie (en termes de causes et de conséquences, de types d'agents et de type de raisons d'agir) et dont le traitement est envisagé en termes d'alternatives relativement définies.

Quelques exemples d'abord. Dans l'actualité immédiate, considérez la manière dont on a rendu compte, dans la presse, de la mort du Roi Hussein de Jordanie. D'une certaine manière cette mort annoncée n'a pas retenu l'attention pour elle-même, mais pour le champ problématique dans lequel elle a pu être inscrite: l'équilibre précaire actuel des forces au Moyen-Orient, l'avenir du processus de paix israélo-palestinien, la viabilité même de l'Etat jordanien, menacé de partition du fait de la composition de sa population (elle est composée à plus de 60% de Palestiniens), etc. La mort du Roi Hussein affecte cet équilibre, compte tenu du rôle politique que le souverain a pu jouer ces dernières décennies dans cette région du

Moyen-Orient. On voit bien ici comment un événement singulier peut révéler un champ problématique plus général, l'éclairer sous un jour nouveau, faire apparaître non seulement des risques et des dangers, qu'il crée en partie, mais aussi des occasions et des opportunités à saisir, et ainsi relancer l'examen des problèmes, faire émerger de nouvelles tâches ou de nouvelles perspectives pour l'action publique.

Cet exemple concerne un cas où le champ problématique est déjà constitué pour l'essentiel. Un exemple similaire dans l'actualité récente de la France est le problème de l'insécurité urbaine lié au problème des banlieues et à celui de la délinquance des mineurs. Ces problèmes sont récemment revenus sur le devant de la scène à la faveur de plusieurs événements, dont des émeutes dans un quartier de la banlieue de Toulouse au mois de décembre 1998, provoquées par le meurtre d'un jeune du quartier par un policier, puis par la multiplication des incendies de voitures dans plusieurs grandes villes la nuit du nouvel an (les «feux de la Saint Sylvestre», qui tendent à devenir un rituel annuel, auquel les médias sont désormais quasiment invités à assister!). S'ajoute à ces événements le contexte politique à la fois de la cohabitation à la française, où les deux têtes de l'exécutif se sont récemment livrées à une surenchère électorale sur le problème de la sécurité, et de la «majorité plurielle» où plusieurs sensibilités politiques coexistent et s'affrontent. En fait, tous ces événements ont été inscrits dans des champs problématiques relativement bien définis : le problème des banlieues, de la délinquance juvénile, de la cohabitation, de la viabilité de la diversité de la «majorité plurielle», etc. Mais ils ont aussi permis de faire apparaître ces champs sous un nouveau jour, d'y révéler de nouveaux aspects (par exemple, le développement de nouvelles formes de violence urbaine ou l'expérimentation, en cours, de nouvelles formes de prise en charge des jeunes délinquants dits «multirécidivistes»).

Il se peut cependant que le champ problématique à associer à un événement ne soit pas déjà constitué : dans ce cas, c'est à la faveur de la réception publique de l'événement que le champ problématique est défini. Un exemple actuel en France est le débat public sur le PACS, lancé par un projet de loi des socialistes. Ce débat porte, entre autres, sur la question de savoir s'il convient de garantir par la loi l'égalité des formes de vie sexuelle, donc de savoir si la société doit traiter sur le même pied les différentes formes d'union, qu'elles soient hétérosexuelles ou homosexuelles, ou encore si la loi doit cautionner la forme de relativisme moral que traduit cette revendication d'égalité des formes de vie sexuelle. Un exemple plus ancien est l'affaire dite du «foulard islamique», dans laquelle un incident local dans un lycée de la région parisienne — le refus par des lycéennes de famille musulmane de tomber le tchador à l'école, ce qui a été interprété comme une infraction au principe de la laïcité qui régit le fonctionnement de l'Education nationale en France — a monté en généralité, devenant ainsi le point d'appui de la construction d'un nouveau champ problématique : faut-il, oui ou non, adapter les

principes qui sont au fondement de nos institutions sociales et politiques au développement d'une société multi-ethnique et multi-culturelle? On peut noter en passant que le passage de l'événement au problème public implique, outre une montée en généralité, un effacement de la singularité de l'événement, un changement radical de contexte et la substitution d'un problème, qui est une entité discursive formulée dans un langage déterminé, à une occurrence mondaine.

Ces exemples illustrent l'argument pragmatiste que je veux introduire, et que j'exprimerai dans les termes suivants:

1. Il y a un lien étroit entre événements et champs problématiques, tout comme il y en a entre événements et intrigues dans une herméneutique du récit. Je reprendrai les termes de G. Deleuze pour formuler ce lien: «les événements sont des singularités qui se déploient dans un champ problématique et au voisinage desquelles s'organisent des solutions». On peut expliciter cet énoncé comme suit: notre expérience des événements n'est jamais une expérience d'objets isolés, mais toujours d'événements qui font partie d'un «tout contextuel» (J. Dewey). Ces tous contextuels peuvent être des situations, qui ont une structure d'intrigue ou d'histoire, ou des champs problématiques, au sens défini *supra*. Une formule de J. Dewey permet de préciser cet aspect: «il y a toujours un champ dans lequel se produit l'observation d'un événement singulier. L'observation de ce dernier sert à découvrir ce champ par référence à quelque réponse active d'adaptation à faire pour promouvoir un train de comportement (*a course of behavior*)».
2. L'attention aux événements singuliers n'est donc pas gratuite, ni uniquement commandée par un intérêt de connaissance. Elle est prise dans une enquête ou dans une exploration dont la visée est pragmatique: il s'agit de réduire l'indétermination et l'éclatement de la situation à laquelle on est confronté de manière à produire une conduite cohérente, intelligible, appropriée et proportionnée aux circonstances. Donc, la détermination de l'événement (comprendre de quoi il s'agit exactement, pourquoi c'est arrivé, etc.) permet d'identifier une situation locale par rapport à un problème soumis à l'enquête, situation qui est critique par rapport à l'organisation d'un cours d'action. Les événements singuliers auxquels on prête attention sont ainsi cruciaux pour l'étape du développement d'une situation globale à laquelle on est parvenu. Dans le traitement de cette situation globale on est confronté à une succession de situations locales dont on identifie les traits problématiques en se focalisant sur un objet ou un événement particulier, en référence à l'enquête à effectuer *hic et nunc*. Cette situation globale est toujours présente en arrière-plan comme ce qui réunit et intègre les phases successives et les oriente vers une fin. Dans les termes de

Dewey, «si la séquence n'était déterminée par une situation globale dont la nature qualitative envahit et réunit chaque étape successive, l'activité serait une affaire incohérente et dépourvue de signification.» (in *Logique, théorie de l'enquête*, Paris, PUF, 1993, p. 191).

3. Cette manière d'organiser l'expérience en se servant des événements singuliers comme pivots pour l'enquête sur un champ ou une situation problématique, et pour l'organisation d'une conduite, ne vaut pas seulement pour l'expérience individuelle, mais aussi pour l'expérience publique. Car l'organisation de l'expérience est une affaire anonyme de transaction avec un environnement, et elle est contrôlée par des situations «qualitatives et qualificatives». Elle ne requiert donc pas le support d'un sujet, d'une conscience ou d'un esprit individuel. L'enquête peut être publique, c'est-à-dire distribuée sur une multitude d'agents focalisés sur un même champ problématique, tout comme peut l'être la définition d'un «train de comportement» approprié à la situation. En tout cas, l'enquête et l'action publiques ne requièrent pas quelque chose comme un macro-sujet, doté de compétences, cognitives et pratiques, calquées sur celles du sujet individuel.
4. La seule chose que l'on doit présupposer, dans mon argument, c'est qu'il y a quelque chose comme un registre particulier d'activité sur lequel se déploie l'organisation de l'expérience publique. On peut considérer que ce registre est défini par les principes éthico-juridiques et les cadres institutionnels de l'activité politique dans un Etat de droit. Ce qui distingue ce registre d'organisation de l'expérience publique par rapport à l'expérience de la vie courante est d'une part que l'arrière-plan en fonction duquel est établi le caractère problématique des événements et des situations est plus restreint et plus spécifié que les «*background expectancies of everyday life as a morality*» (Garfinkel) qui servent à problématiser des aspects de la vie quotidienne et, d'autre part, que l'enquête qui réduit l'indétermination de ces mêmes événements et situations, et qui définit un mode d'investissement et un train de comportement appropriés, est, beaucoup plus que dans la vie courante (dont elle n'est cependant pas absente, loin de là), de l'ordre de la réflexivité discursive. Ajoutons qu'il y a, implicite dans cette manière de raisonner, l'idée que le domaine public n'est pas «un panorama d'apparitions et de disparitions soudaines et discontinues», et que l'expérience publique n'est pas une succession de phases sans rapport les unes avec les autres focalisées sur des événements «soudains et discontinus»: par définition, l'organisation de l'expérience tire des configurations signifiantes de simples successions; elle introduit des connexions, des relations d'ordre et de la continuité là où il y a dispersion, discontinuité, éclatement. Et cela vaut aussi pour ce registre d'activité qu'est l'action publique.

3. Le référentiel des problèmes publics

Voilà donc la dynamique d'ensemble dans laquelle il convient, me semble-t-il, de placer la thématization des problèmes publics. Il me faut maintenant revenir à la définition du caractère public de ces problèmes, dont j'ai dit qu'il ne me semblait pas défini de manière tout à fait satisfaisante par Gusfield, qui considère que ce qui rend publics ces problèmes c'est qu'ils sont configurés dans des arènes publiques (les arènes sont des lieux de confrontation et de lutte pour le pouvoir symbolique) et qu'ils font l'objet d'une présentation dramaturgique sur la scène publique. Je me suis proposé de remédier aux lacunes du modèle de Gusfield en essayant de spécifier le caractère public des problèmes publics en référence aux principes et aux institutions de l'Etat de droit démocratique, en particulier à la forme qu'y prend l'activité publique. C'est le point que je vais tenter d'éclairer maintenant.

Je partirai de nouveau d'un exemple que j'ai étudié avec Michel Barthélémy il y a quelques années. Il s'agit de l'affaire du cimetière israélite de Carpentras. Un beau matin du printemps 1990, le gardien du cimetière a découvert que des tombes avaient été profanées dans la nuit, et un cadavre exhumé, sur lequel un empalement avait été simulé à l'aide d'un piquet de parasol. Rapidement prévenu, le Ministre du Culte de l'époque avait immédiatement réagi, condamnant vivement la profanation, la qualifiant d'acte antisémite et l'attribuant à des militants d'extrême-droite, membres ou sympathisants du Front national qui, à l'époque, était en très forte progression dans les élections et les sondages. L'enquête policière et judiciaire qui, faute d'aboutir, avait plus ou moins abandonné la piste de l'extrême-droite pour s'intéresser à des jeunes de bonne famille de la ville, qui avaient l'habitude de se retrouver au cimetière pour s'y livrer à diverses activités, dont des jeux de rôles, a finalement trouvé son issue l'an dernier avec l'autodénonciation d'un des auteurs du délit (qui faisaient effectivement partie à l'époque de groupuscules fascistes). En tant que profanation, cet événement ne pose pas de problème public (je laisse de côté les aspects enquête politico-judiciaire et sanction pénale d'un délit): d'une part, son caractère problématique existe d'abord et avant tout pour une communauté religieuse, sur un arrière-plan de croyances et de pratiques dotées de valeur, et bafouées par un tel comportement, ou encore pour tout homme qui considère qu'on doit certaines formes de respect aux défunts; d'autre part, le traitement de la situation problématique créée par cet événement passe essentiellement par le rétablissement d'un ordre matériel et symbolique perturbé et, en particulier, par la réparation rituelle de l'offense commise vis-à-vis de Dieu, du défunt, de ses proches, de la communauté israélite, etc. Par contre, sa caractérisation comme acte antisémite dans le cadre d'une dénonciation publique des idées et des agissements de l'extrême-droite l'inscrivait dans un champ problématique relativement bien défini: celui de l'inquiétude suscitée par la progression électorale du Front national en France et par le succès populaire (dans un contexte

de crise économique et de fracture sociale) d'une idéologie fondamentalement contraire aux principes et aux idéaux de la démocratie et de la République, et donc dangereuse pour l'intégration de la société. Le traitement de cette situation problématique, découverte à partir d'une certaine description de l'événement, devait prendre les voies instituées de l'action publique: non seulement la recherche et la sanction des auteurs du délit, mais aussi la mobilisation collective contre la montée de l'extrême-droite, allant des grandes manifestations de rue aux formes multiples du combat idéologique.

Il me semble qu'on a là une illustration correcte de la configuration des problèmes publics dans le cadre d'un référentiel particulier, celui des principes de l'Etat de droit, celui des orientations éthiques de base de la forme de vie instituée dans ce type d'Etat, incorporées dans ses lois et dans son droit, et celui du langage dans lequel une communauté politique définit son identité collective, formule les règles de la coexistence de ses membres et énonce la conception que les citoyens ont d'eux-mêmes et de leur «vivre-ensemble». Ce référentiel, informulé mais néanmoins disponible (et explicitable à la lumière des événements qui se produisent), donne des repères d'arrière-plan pour établir le caractère problématique des événements et des situations, pour définir et formuler les problèmes soumis à l'enquête et à la discussion publiques et pour définir les actions et les agents qui vont les traiter. Considérons brièvement ces aspects. La réponse que je vais esquisser est plutôt de l'ordre d'une conjecture, sur laquelle j'aimerais avoir votre jugement.

Comme je l'ai déjà dit, une situation n'est pas problématique en soi. D'un point de vue pragmatique, une situation est problématique quand, n'étant pas suffisamment déterminée, elle ne contrôle pas l'organisation de l'expérience et empêche la production d'une conduite cohérente et appropriée. Mais une situation peut aussi être problématique parce que l'un ou l'autre de ses éléments va à l'encontre de ce qui était attendu, de ce qu'on croyait être le cas, ou des croyances, principes et valeurs que l'on pensait partager avec les autres membres de la collectivité — ce qui oblige à réviser ses croyances. Une situation peut ainsi être problématique parce qu'elle ne concorde pas avec les attentes de comportement que nous formons sur la base d'une sensibilité morale et d'orientations éthiques développées dans notre forme de vie culturelle. C'est ainsi que certains comportements à l'égard des enfants, qui allaient de soi au 19^{ème} siècle, en sont venus à constituer des cas de maltraitance réprouvés moralement et sanctionnés par la loi. On peut dire que ce problème est devenu un problème public (et pas seulement un problème social) dès lors qu'il a été thématiqué en référence aux droits subjectifs fondamentaux garantis par l'Etat de droit, et aux orientations éthiques développées dans notre forme de vie, et dès lors qu'il a fait l'objet de dispositions juridiques visant à protéger les enfants et à sanctionner les comportements abusifs, et de dispositions institutionnelles mettant en place des dispositifs publics de prévention, de surveillance et d'accueil des enfants maltraités. C'est un cas où le développement

historique d'une certaine sensibilité morale a conduit à publiciser le problème, au sens fort du terme. On pourrait cependant envisager le cas où ce problème n'aurait été pris en charge que par des associations caritatives, spécialisées dans ce domaine, qui l'auraient exposé sur la place publique, et ainsi l'auraient fait connaître de tous, mais sans faire aucunement référence au système des droits fondamentaux des citoyens, ou aux principes éthico-juridiques qui président à l'action concertée des citoyens, mais plutôt à des valeurs fondamentales ou à des principes moraux. Serait-ce un problème public? Compte tenu du critère que j'ai introduit, j'aurais tendance à dire qu'il ne serait public qu'en un sens faible, et qu'il ne deviendrait public au sens fort que lorsqu'il serait reformulé en référence au système des droits subjectifs garantis par l'Etat de droit, lorsqu'il serait reconnu comme impliquant des comportements qui doivent être prévenus, sanctionnés et réparés par des dispositions juridiques et institutionnelles inspirées par les principes éthico-politiques d'une société démocratique, lorsqu'il entrerait donc dans le domaine traité par cette activité spécifique qui, dans une société démocratique, vise l'auto-organisation, par les citoyens, via un certain nombre de procédures et grâce à la disposition des moyens de la Loi et du droit, des cadres symboliques et normatifs de l'existence collective. Le but de l'action publique n'est pas simplement de résoudre des problèmes sociaux ou économiques (par des dispositions administratives ou techniques, par exemple); il est surtout d'instaurer un monde commun par l'action concertée des citoyens, qui déterminent entre eux ce qu'ils ont à faire ensemble en tant que citoyens libres et égaux, soucieux non pas d'un certain nombre de valeurs fondamentales ou de principes moraux, mais de principes éthico-juridiques (l'équité, la justice, la solidarité, le respect des identités, etc.). Le but de la construction des problèmes publics est ainsi d'instituer, à travers l'enquête et la discussion publiques, un agir concerté des citoyens, qui disposent d'un certain nombre de relais institutionnels (juridiques, administratifs, techniques, etc.) pour faire aboutir leurs préoccupations.

On pourrait prendre un autre exemple, celui de l'insécurité urbaine. Il devient un véritable problème public non pas lorsqu'il est pris en charge par les pouvoirs publics, par la police et la justice par exemple, mais par l'Etat en tant qu'il garantit des droits fondamentaux (dont celui à la sécurité, mais aussi à des conditions de vie décentes, à l'égalité sociale des chances de vie, etc.) et qu'il est traité en tant que problème présentant des risques pour l'intégration ou l'identité collective de la société. Bien sûr, il convient que tant l'élaboration du problème que la définition d'un traitement possible se fassent dans des arènes publiques, et qu'elles ne soient pas réservées aux techniciens de l'action administrative, de l'éducation de rue, de l'organisation des interventions policières ou de la gestion de l'argent public. D'ailleurs, rien n'implique que le traitement du problème relève d'un monopole des pouvoirs publics et des services administratifs qui sont à leur disposition. Les voies de l'action publique sont multiples, et elles incluent en particulier la mobilisation

et l'investissement d'associations et de comités de citoyens. Par exemple, s'agissant d'insécurité urbaine et de délinquance des mineurs, les journaux ont rapporté, au moment de la crise française du mois de janvier, les exemples de traitement dans les pays scandinaves, où l'action d'associations de parents, «les mamans et les papas en ville», constitue un des maillons importants de la prévention du développement de la délinquance juvénile dans les quartiers périphériques des grandes villes. On pourrait cependant concevoir que leur investissement repose sur des mobiles religieux ou moraux, ou sur un attachement à des valeurs fondamentales, sans aucune référence au bien public (défini comme ce dont se soucient les citoyens); dans ce cas, leur action ne serait publique qu'en un sens faible; elle ne serait publique au sens fort que si elle s'adossait aux principes éthico-juridiques qui fournissent leur cadre de référence à l'action publique des citoyens dans un régime démocratique. Mais là j'introduis un concept très normatif de «public», qui prend position par rapport à un certain nombre de débats actuels en philosophie politique.

4. La construction des problèmes publics comme fabrication de mondes sociaux

Dans son travail sur la construction des problèmes publics, Gusfield a beaucoup insisté sur trois aspects: l'obtention du pouvoir de définir et de décrire le problème, dans le cadre d'une lutte entre plusieurs compétiteurs dans une arène publique; l'explication causale du phénomène; et la fixation de la responsabilité de son traitement (la désignation de l'agent auquel incombe l'obligation d'intervention). Il me semble que, dans cette analyse, deux aspects mériteraient d'être mieux examinés. Le premier est l'implication de *social kinds*, le second, le statut des explications causales du problème. A travers ces deux aspects on peut saisir des facettes supplémentaires de l'impact social de la construction des problèmes publics.

J'évoquais plus haut le problème de l'enfance maltraitée (depuis la violence parentale jusqu'à la pédophilie). C'est un problème auquel Ian Hacking, philosophe des sciences de son état, a consacré deux articles très intéressants. Hacking ne s'intéresse pas à la construction sociale des problèmes publics, mais à la dimension sémantique ou conceptuelle de la configuration des problèmes sociaux par le discours public. En effet, une des caractéristiques de la construction socio-discursive des problèmes publics est l'émergence et la stabilisation relative d'une dénomination du problème et d'une catégorisation des actes et des personnes impliqués: le problème des banlieues, ceux de la violence urbaine, de la violence à l'école, de l'insécurité urbaine, etc., qui impliquent des actes et des scènes de violence (y compris de la part de la police), des émeutes et des émeutiers, des

pillards et des délinquants «multirécidivistes», ou des «sauvageons», etc. Dans le langage de Hacking, la formulation d'un problème social passe par la création de telles catégories, plus exactement d'espèces sociales, de *social kinds*. Hacking, qui suit le philosophe Nelson Goodman (*Manières de faire des mondes*), formule sa thèse en termes goodmaniens: on fabrique des mondes sociaux en fabriquant des espèces sociales (de personnes et d'actes, d'événements et de situations). Changez ces espèces sociales, vous aurez un nouveau monde social. En construisant des problèmes sociaux, on fabrique aussi des mondes sociaux.

Hacking oppose les *social kinds* aux *natural kinds*. Ce qui sépare les premières des secondes, c'est qu'elles ont des effets rétroactifs sur les personnes et les actions classées, qui modifient leur contenu. En d'autres termes, les choses sociales catégorisées, en particulier les personnes, réagissent de différentes manières à leur catégorisation. Si bien que ces *social kinds* sont condamnées à s'ajuster continuellement à la réactivité de ce sur quoi elles portent. Un des aspects les plus spectaculaires de ces effets rétroactifs est la capacité qu'a une nouvelle catégorie de changer le passé et le futur des personnes concernées: des gens en viennent ainsi à considérer qu'ils ont de fait été victimes de sévices quand ils étaient enfants, en réinterprétant, à la lumière de la catégorie «enfance maltraitée», des événements passés qu'ils avaient jusque-là ignorés ou vus différemment, ou même des comportements qu'ils avaient pu trouver justifiés. Avec le développement de cette catégorie d'actes et de personnes, des adultes ont pu ainsi en venir à considérer les comportements de leurs propres parents comme réellement délictueux. Pareillement, pour ce qui est du futur, à partir du moment où la catégorie se met à exister et à être appliquée, les enfants vont avoir une expérience différente des violences qu'ils subiront et des souffrances qu'elles provoqueront, et les auteurs des mauvais traitements une expérience différente de leur comportement. «Les gens sont affectés par la façon dont nous les appelons et, surtout, par les classifications disponibles à l'aide desquelles ils peuvent décrire leurs propres actions. Les gens agissent et décident sous des descriptions, et dès que de nouvelles possibilités de description apparaissent, de nouvelles sortes d'action émergent» (et aussi de nouvelles émotions, motivations, etc.).

Selon Hacking, on ne découvre pas un problème social en découvrant de nouveaux faits ou de nouvelles situations, comme on peut par exemple découvrir les causes et les processus d'une maladie, mais d'une part «en affinant notre sensibilité morale» ou en modifiant nos orientations éthiques, d'autre part en inventant de nouvelles espèces sociales de personnes, d'actions et d'événements. Bref, changez vos descriptions, modifiez vos orientations éthiques et affinez votre sensibilité morale, l'expérience d'une situation ou d'un événement sera toute différente, et un nouveau monde surgira.

Les espèces sociales (les *social kinds*) sont, continue Hacking, des espèces morales. Par exemple, il n'est pas possible de dire, au sujet de quelqu'un, qu'il a

maltraité un enfant ou qu'il en a abusé sexuellement sans l'accuser d'un délit et sans le condamner moralement. Les concepts qui dénomment ces espèces sociales sont des concepts évaluatifs. Quand on construit ainsi une catégorie d'acte, on met en fait ensemble plusieurs sortes de comportements, qui suscitent chacune des réactions morales différentes, mais une fois ces sortes de comportements mises ensemble dans une catégorie, celle-ci représente quelque chose d'absolument répréhensible du point de vue moral, maltraiter un enfant, par exemple (or il y a des manières très différentes de maltraiter un enfant, qui n'ont pas toutes la même gravité). Les espèces sociales-morales sont chargées de valeurs; c'est pourquoi les gens impliqués dans ces espèces changent ou travaillent à modifier les catégories. Avec l'apparition d'une nouvelle catégorie émergent ainsi de «nouvelles personnes à être» ou qu'il faut «éviter d'être», ou qu'il a été bon d'être («résistant/collaborateur» en France, par exemple). Émergent aussi de nouvelles appréciations que les personnes ont de leur valeur personnelle, ou du type moral de personnes qu'elles sont. C'est bien pourquoi l'introduction d'une nouvelle espèce sociale «crée un monde de différence». Outre ses implications sur l'auto-évaluation des personnes et de leurs comportements, il y a celles sur les pratiques et les institutions: par exemple, pour prévenir la pédophilie, on met en garde les enfants contre certains comportements des adultes, on leur donne une information dans les écoles, sans compter toutes les institutions, organisations et associations qui se mobilisent contre le phénomène.

Enfin, dit Hacking, les concepts d'espèces sociales sont des «concepts normalisateurs». En effet, certaines pratiques, comportements, situations acquièrent leur caractère problématique en fonction de leur écart à ce qui est jugé normal, à des standards de conduite socialement recommandés et valorisés du point de vue du sens commun, à un moment donné. Par exemple, le mauvais traitement des enfants a été progressivement considéré comme anormal, déviant, voire pathologique. Mais pour que cette catégorie de comportement apparaisse, il a fallu que soient configurés des standards de normalité, ce qui s'est fait à travers la division progressive des comportements entre ce qui était normal et ce qui ne l'était pas. L'idée de normalité est des plus complexes, puisque ce qui est perçu comme normal correspond à la fois à ce qui est usuel, conforme aux us et coutumes, à ce qui est typique, ce qui introduit la référence à ce que pense et fait le plus grand nombre, et à ce qu'il est juste ou bon de faire, conformément aux définitions légitimes de l'ordre des choses. Quand il y a déplacement de la frontière entre le normal et l'anormal, les gens en viennent à se voir différemment et à modifier ce qui est usuel dans leurs conduites, car «il est bon d'être normal» et ils sont bien contents d'être dans la normalité. Car «ce qui est inusuel devient anormal et ce qui est anormal devient mauvais (*wrong*)», sinon pathologique.

Ainsi donc, en utilisant des catégories, des *social kinds*, pour construire des problèmes publics — en France, nous avons désormais la catégorie des «sauva-

geons» qui poussent dans les banlieues défavorisées — le discours public fabrique aussi des mondes sociaux. Et cela parce que les concepts utilisés ne sont pas purement cognitifs et descriptifs : ils ont aussi une charge morale et évaluative, qui affecte ceux à qui ils sont appliqués et les amène à se voir et à se comporter différemment, et à modifier ce qui est usuel dans leurs conduites. Mais je ne suis pas sûr qu'on puisse élargir ce constat à tous les problèmes publics.

Sur un autre point, Hacking conteste le lien qui est spontanément établi entre un problème et ses causes. Si l'on prend le champ problématique de la violence urbaine dans les banlieues des grandes villes, on a toute une batterie de causes qui sont immédiatement disponibles pour expliquer le phénomène, depuis les erreurs urbanistiques commises dans les années 60 jusqu'au manque d'intégration et de représentation des jeunes des banlieues à problèmes dans la vie politique de la cité, en passant par le chômage, l'exclusion du système scolaire, l'absence d'intelligence et de tact de la police, le trafic de drogue, etc. La définition de ces causes fait intrinsèquement partie de la construction du problème (et des catégories qui sont utilisées pour le spécifier), ainsi d'ailleurs que celle des actions envisageables pour l'éradiquer. Mais, nous dit Hacking, on n'a pas d'abord le problème et ensuite ses causes et leur traitement, on a d'abord les causes et les idées pour les réduire, et ensuite le problème: «les idées que nous avons sur les causes précèdent les idées que nous avons sur ce dont elles sont les causes». En d'autres termes, nous configurons les problèmes d'après (ou à travers) les causes et les solutions pratiques (qui sont fonction de nos institutions et de nos habitudes d'action) que nous leur trouvons: «les gens ont eu différentes conceptions des causes du mauvais traitement des enfants; certains ont invoqué la pauvreté, d'autres la maladie, d'autres encore une violence endémique ou la cruauté patriarcale. En fait la perception des causes du mauvais traitement des enfants et les formes de prévention qu'on en a dérivées, ont déterminé, dans une grande mesure, la classe des événements qu'on a considérés comme sévices infligés aux enfants». Si l'idée de la précession des causes et des solutions sur les problèmes est peut-être exagérée, ce que Hacking lui-même reconnaît, il faut cependant reconnaître que son analyse met le doigt sur un fait avéré: les problèmes publics sont configurés en fonction des causes et des remèdes pratiques que nous leur trouvons, dans le cadre de nos habitudes de penser et de nos habitudes (et de nos capacités) d'action. Ainsi, le problème de la violence urbaine aurait-il une allure complètement différente, et serait constitué de faits différents, si l'on définissait autrement ses prétendues causes et si sa prévention et son traitement pratiques étaient envisagés en d'autres termes; il serait tout simplement un autre problème.

Bibliographie

- D. Cefaï, «La construction des problèmes publics», *Réseaux*, 75, 1996, p.43-67.
- Certeau, M. de, *L'invention du quotidien*, Paris, UGE, 1980.
- J. Dewey, *Logique. La théorie de l'enquête*, Paris, PUF, 1993 [1938].
- J. Gusfield, *The culture of public problems. Drinking-driving and the symbolic order*, Chicago, University of Chicago Press.
- J. Habermas, *L'intégration républicaine*, Paris, Fayard, 1998 (1996).
- I. Hacking, «The making and molding of child abuse», *Critical inquiry*, 17, 1991, p. 253-288.
- I. Hacking, «World making by kind making», in M. Douglas & D. Hull, *How classification works*, Edinburgh University Press, 1992.
- E. Tassin, «Qu'est-ce qu'un sujet politique? Remarques sur les notions d'identité et d'action», *Esprit*, 230-231, 1997.

LUIS SÁ

UNIVERSIDADE ABERTA

A cidadania, tida como um elenco de direitos e deveres de cada um face à *polis* e como a sua possibilidade e capacidade de participar nos assuntos de todos, foi concebida tradicionalmente em espaços territoriais determinados e por aqueles, ou parte daqueles, que aí viviam¹. O elenco de cidadãos podia ser limitado e excluir os escravos, as mulheres, os não proprietários, etc. Mas a cidadania não deixou de corresponder aos que eram titulares de direitos e à ideia de participação nos assuntos comuns. Nesse sentido, ser cidadão é o oposto de ser súbdito em relação ao poder.

Naturalmente que ao longo da História, como referimos, tal como este facto não significou todos terem direitos, nem significou a titularidade corresponder a uma efectiva capacidade de exercício, também não representou uma uniformidade no modo de exercício. Foi o que se verificou sucessivamente a nível da Cidade-Estado, como aconteceu na Grécia antiga, ou do Estado-nação, tal como aconteceu com as revoluções liberais. E hoje, segundo muitos, já se colocam novas alternativas ao Estado-nação, que para alguns situam-se em espaços territoriais definidos de maior dimensão.

Também foi frequente, de direito ou de facto, em cada espaço público de exercício do poder não se ver a cidadania como implicando ter que olhar para todos por igual, ou conferir a todos idênticos direitos. A cidadania começou por excluir os escravos e as mulheres. Excluiu depois os não proprietários, ou os que tinham uma renda mínima, as mulheres, os analfabetos, etc., consoante as épocas e as sociedades.

Afirmou-se por fim juridicamente a coincidência plena entre a titularidade da cidadania e a mera titularidade da nacionalidade. Mas o elenco de direitos reconhecidos foi

muito variável. De uma lista limitada de direitos, acima de tudo de abstenção do poder face a uma esfera individual de liberdade em que não poderia interferir, bem como de possibilidades restritas de participação, a cidadania projectou-se sucessivamente, do ponto de vista teórico, em novas áreas. Daí ter surgido a referência a «gerações de direitos fundamentais», concebidos em função do tempo histórico do seu aparecimento e não como uma hierarquia de importância, que não pode nem deve ser aceite numa ordem constitucional como a portuguesa. Mas é evidente que o elenco de direitos efectivamente assegurados é diferente, na generalidade dos casos, do elenco de direitos proclamados, em especial no que respeita às camadas mais carecidas.

Em todo o caso, de um conflito entre a liberdade e a igualdade quase constante passou-se a uma afirmação da necessidade da sua conjugação. Mas a cidadania e o estatuto face à *polis* o que implicam é, na generalidade dos casos, verificar-se aí uma fonte de lutas e conflitos constantes, o que faz com que falar em cidadania não seja, nem nunca tenha que ser, uma forma de escamotear a existência de conflitos sociais e de classe, mas sim uma área em que a sua existência se projecta de forma particularmente nítida e no qual os que menos têm procuram um campo para combater e para alterar a sua situação.

Hoje, vamos deparando com novas teses que apresentam a História como sendo uma sucessão de etapas². Neste caso, iriam mudando no tempo os espaços de exercício do poder político.

A ideia de novidade, também aqui, não é tão ampla como poderia parecer. Podemos recordar, desde logo, o célebre texto de Ernest Renan sobre a nação, que apresentava mesmo a hipótese de verificar esta realidade, apresentada como o «plebiscito de todos os dias», mas de não ser eterna e vir a ser substituída pela confederação europeia³. Mais recentemente podemos recordar a tese de Duverger, para quem a *Comunidade Europeia*, que se projecta como *União Europeia*, numa metamorfose ainda inacabada, vai no futuro substituir o Estado-nação, tal como o Estado no passado substituiu a cidade⁴.

Sobre a ideia de que entramos na era da “globalização” abunda a bibliografia. O termo parece ter origem na comunicação social. Começa a ser objecto de uma utilização crescente na vida política, na economia e no comércio internacional. Passa a merecer atenção crescente em diferentes ramos das ciências sociais. Aqui, é relevante a sociologia, que se interessa pela intensificação das relações internacionais à escala do globo, decorrentes designadamente das novas tecnologias em áreas como os transportes, as comunicações e a informação⁵; é relevante a economia, que se interessa pelo estudo da produção de bens à escala internacional, pelo estudo da proliferação de empresas multinacionais e transnacionais, pela sua coordenação multi-espacial, pela deslocalização de mão-de-obra, pela explosão de capitais e de fluxos financeiros, em muitos casos especulativos ou mesmo ligados a processos de «lavagem» de dinheiro de origens ilícitas, pelo crescimento das trocas

internacionais, sobretudo neste caso à escala dos países mais desenvolvidos, pela «trindade institucional» constituída pelo Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial e as orientações que impõe⁶, como expressão de uma «tirania financeira» que funciona sobretudo em prejuízo dos países mais pobres e menos desenvolvidos⁷. A «globalização» é objecto de atenção igualmente pela geografia, que se debruça sobre a alteração da função dos locais na nova situação criada⁸, e desperta igualmente a atenção da ciência política, que aprecia a hipótese da deslocação da sede de exercício do poder, em muitos casos, do Estado-nação para outras instâncias. Neste caso, é muito frequente estabelecer uma distinção entre ciência política do Estado e ciência política das relações internacionais, em vez de caminhar para a visão integrada destes dois campos e da sua interpenetração que se impõe de um modo cada vez mais intenso.

Neste plano, mais do que a descoberta de novos espaços de poder em uma sucessão inelutável em relação a outras épocas, defenderemos que o que actualmente se verifica é a coexistência e a interpenetração crescente dos vários níveis de decisão. Trata-se de um quadro em que o Estado-nação não é substituído por outros espaços de poder, ao contrário do que muitas vezes se afirma, mas sim em que se mantém como unidade importante, mas que se torna cada vez menos exclusiva, de decisão política. O Estado-nação mantém-se também como uma unidade muito relevante para a disputa de poder político. É mesmo a única unidade verdadeiramente relevante de disputa directa de poder por via da democracia representativa, se não incluirmos a situação particular do Parlamento Europeu e das instituições comunitárias. No entanto, a contradição que se verifica é que as entidades que são apresentadas como detendo as funções representativas vêm-se destituídas de poderes reais em muitos casos. Frequentemente entregam-se apenas a «pseudo-actividades»⁹, sem qualquer alcance prático, e que contribuem para um descontentamento difuso a respeito da chamada «classe política»¹⁰.

Quando se fala de «globalização» a economia parece começar por ser a questão central. Mas logo surgem referências a outros aspectos, para além da construção de blocos económicos, da mobilidade dos chamados «factores produtivos» e da liberalização do comércio internacional, tais como as facilidades e a velocidade da comunicação e da informação, as novas tecnologias, etc. No jogo de metáforas conhecidas, tais como «aldeia global», verifica-se a transnacionalização do capital e, mais do que uma centralização ou «descentralização política»¹¹, uma indeterminação ou imprecisão frequente dos centros de poder. Mesmo quando se fala com frequência de «governo mundial»¹² é evidente que estamos longe de um poder político bem definido, que se substitui aos restantes centros de poder existentes. Estes surgem, não raras vezes, interpenetrados entre si e também com o poder económico e com os «poderes invisíveis» (Bobbio), com uma frequente carência de regulação em favor de valores essenciais como os direitos de quem trabalha e dos mais carecidos, a protecção do ambiente e os valores de toda a comunidade¹³.

Os mais sensatos no estudo de um fenómeno que reconhecem novo, entretanto, pelo menos na sua extensão, não deixam de apelar à interdisciplinaridade, à prudência, a não tirar conclusões definitivas¹⁴. Procuram sobretudo conjugar a análise do que há de objectivo, decorrente das novas tecnologias, do que resulta de processos politicamente conduzidos para favorecer o domínio das empresas multinacionais e os seus lucros, decorrentes da internacionalização da mão-de-obra e da perda de direitos cívicos, de desorganização, da deslocalização ou ameaça de deslocalização de empresas ou unidades produtivas e da chantagem daí decorrente sobre os poderes públicos e os trabalhadores, do triunfo politicamente conduzido da liberalização do comércio internacional e da orientação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial de Comércio no sentido de determinar politicamente a economia dos Estados mais pobres e menos desenvolvidos¹⁵.

Neste âmbito, importa separar o que é efectivamente global e o que não o é, ou sendo-o, pode ser tratado aos mais diferentes níveis de poder. Importa, sobretudo, estar prevenido contra os que invocam o problema da globalização em áreas em que existem efectivamente problemas globais, como é o caso do ambiente, não para promover uma efectiva resolução dos problemas, mas sim para legitimar poderes instalados que se referem a essas preocupações globais para actuar com preocupações completamente diversas¹⁶.

Ao mesmo tempo, no entanto, outros afirmam que a globalização «não traduz nada de essencialmente novo, com a agravante de poder contribuir para mistificar a realidade»¹⁷. E há mesmo quem jure que nunca se escreveu sobre um assunto tantas «bobagens», que é «ideologia» e uma «cortina de fumaça» de que os governos se servem para «isentar-se de responsabilidades sobre tudo o que de negativo acontece na economia, transferindo-a para o âmbito de forças supranacionais fora do seu controle»¹⁸. A globalização seria para esta corrente característica apenas dos que pretendem afirmar o neoliberalismo e apagar qualquer regulação pública. Fazendo o jogo desta ideologia e destes interesses, teríamos «uma pequena indústria académica de esquerda, que se especializou em produzir textos, em geral de qualidade duvidosa, sobre a globalização»¹⁹; nesta linha, insiste-se em que quando falamos de globalização estamos perante um fenómeno muito antigo, que remonta às navegações ibéricas do século xv; e sublinha-se os altos níveis de internacionalização já atingidos em certos períodos como entre 1860 e 1914²⁰.

Julgamos que é certo que há elementos ideológicos em muitas formas de ver — ou de preconizar — a «globalização». Os que assim pensam pretendem apresentar o que foram conquistas da civilização e os direitos fundamentais, incluindo de carácter social, como estando ultrapassados no quadro da economia global. E querem apresentar como avançado e inelutável o abstencionismo dos poderes públicos, o individualismo e a competição inerentes a este tipo de globalização de raiz neoliberal. Seriam mais inovadores os que pensam assim do que aqueles que

defendem a intervenção dos poderes públicos a favor do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, da protecção do ambiente ou dos mais carecidos, ou a defesa da intervenção pública e dos serviços públicos baseada em valores como a cooperação e a solidariedade.

O neoliberalismo surgiria, assim, por via da "globalização" concebida nestes termos, como algo de inevitável, como uma etapa inelutável na vida da Humanidade, e não como algo política e economicamente determinado e que serve interesses concretos devido aos termos em que se desenvolve. O resultado em geral é o de criar sérias tensões que não estão imediatamente à vista e legitimar a desregulação, pondo em causa as relações e as conquistas sociais criadas nos países mais desenvolvidos após a Segunda grande guerra. Certamente que essas relações são feitas de conflitos constantes; mas, envolvendo o Estado e políticas públicas de carácter social, asseguram um mínimo de direitos sociais e de outros direitos conquistados por trabalhadores, ou por parte importante deles, nas empresas e nas sociedades.

A transnacionalização da mão de obra e a liberalização dos movimentos de capitais na procura da menor medida possível de salários, direitos sociais e protecção ambiental, não poderiam deixar de afectar os níveis de direitos adquiridos²¹.

A verdade é que a História não é feita de etapas em sucessão rigorosa e com apeadeiros inevitáveis, sendo agora obrigatória a desregulação e a uniformidade universal das relações económicas e sociais e a passividade nas formas de as encarar. É construída pela espécie humana que, até certo ponto, pode escolher o seu destino e lutar por valores como a justiça e a igualdade.

Mas também não nos parece ter cabimento negar os fenómenos que se colocam neste momento como novos, no plano económico, social e político, quer pela sua natureza, quer pela sua extensão. Refira-se, entre tantos exemplos, o facto de 200 multinacionais concentrarem 75% do Produto Mundial Bruto²²; o facto de as migrações de mão de obra adquirirem uma extensão crescente, a que se acrescentam grandes massas de desempregados e de pauperizados²³; verificarem-se constantes movimentações de empresas, sempre à procura dos mais baixos salários e da menor extensão de direitos²⁴, de aumentar a extensão dos movimentos especulativos de capitais, tudo perante a irrelevância ou quase das fronteiras dos Estados²⁵. Com efeito, face a esses novos fenómenos que se verificam no mundo, o que importa concluir não é a inevitabilidade da desresponsabilização dos poderes públicos, mas sim a necessidade de mais luta pela regulação pública aos mais diferentes níveis. E o que será verdadeiramente essencial que aconteça não será manter toda a regulação a nível do Estado ou suceder-se a este um outro centro essencial do poder político, com a "polis" a deslocar-se do Estado-nação para um nível supranacional, mas sim assumir a necessidade de que existam diferentes níveis de exercício do poder, sempre com

o objectivo de regular e garantir os direitos fundamentais, designadamente de carácter social e de carácter ambiental.

Nesse âmbito, é essencial estudar o sistema de poder que está criado a nível mundial, as perspectivas do seu desenvolvimento, as interpenetrações com sistemas de poder como o da União Europeia e dos Estados membros, e as possibilidades de contrapor programas e estratégias alternativas.

É mais provável, por isso, que se verifique um exercício real dos poderes públicos, interpenetrados entre si e com os poderes económicos, na sequência de lutas e de movimentações dos povos, simultaneamente aos mais diversos níveis. Assistiremos simultaneamente a fenómenos de exercício do poder a nível supranacional e global, com uma intervenção que pode ser maior ou menor, mas não deixará de ser determinante do Estado-nação. A grande questão que se coloca é a de saber se os partidos, os sindicatos e os movimentos sociais que conseguiram alargar os salários e os direitos fundamentais à esfera económica e social, mesmo nos Estados capitalistas, poderão, e em que termos, enfrentar a ofensiva para, com a «mundialização», afectar as conquistas históricas obtidas e que, sobretudo num quadro em que o capitalismo não foi derrotado, não deixam de ser vitórias importantes.

Como se sabe, a tendência do século xx para a urbanização de grandes massas foi evidente e marcante. No século xxi verificar-se-á também, provavelmente, em conjunto com a internacionalização de processos produtivos e do poder económico, um aprofundamento da tendência para um exercício do poder na cidade, e ao nível local e regional, no quadro de uma necessidade crescente de descentralização e de procura de laços de pertença mais fortes por parte dos membros de diferentes comunidades.

Fala-se já mesmo de um “novo localismo” que se sucede ao período em que o Estado-nação se encarregou da “grande política” (*high politics*) encarregando as autarquias da “pequena política” (*low politics*), em especial questões sociais menores e urbanização²⁶. Pelo contrário, face às tendências para a transferência de poder para grandes espaços e para as grandes deslocações de mão-de-obra, cresce a consciência da potencialidade das pequenas escalas como espaços — em ligação com outros mais vastos — para desencadear processos de desenvolvimento integrado e sustentado, com a participação do maior número possível²⁷.

Neste âmbito, a capacidade de aproveitar laços de pertença, ou de os suscitar, revela-se especialmente importante, em particular na dimensão cultural, desportiva e social do desenvolvimento. Daí que já não se possa conceber a actividade autárquica como uma parte da “política menor” como aconteceu tantas vezes no passado.

De qualquer modo, a intuição ou mesmo o conhecimento da exacta natureza da globalização e da deslocação do poder para outros espaços públicos de base territorial, ou outra, vai previsivelmente aumentar e não diminuir a necessidade de valorizar a cultura e a participação local.

O problema do poder e da participação vai igualmente colocar-se — já está a colocar-se — seguramente ao nível "supranacional", ou de blocos de integração, desde que este não seja concebido como substitutivo dos restantes; e também se terá que colocar ao nível continental e ao nível global, desde que se parta do princípio de que a globalização deve ser a consciência e o tratamento conjunto dos problemas que são efectivamente comuns e não o triunfo do neoliberalismo, com abstenção de todos os outros poderes face à liberalização total do comércio, do investimento internacional e da eventual delapidação dos recursos naturais.

A deslocação do poder público para os mais diferentes níveis tem que se traduzir num elenco cada vez mais enriquecido de direitos e numa cada vez mais larga participação. À tendência para a acomodação, apontada por Habermas como fruto do Estado-providência e como colocando em causa o exercício efectivo da cidadania, e que por vezes se terá verificado, vão ter que se suceder novas formas de intervenção individual e comunitária em torno de antigos e de novos problemas.

A falta ou défice de protecção social face aos processos de inovação tecnológica e de integração, bem como de globalização, exige não o fim, mas sim o enriquecimento da cidadania nacional, assumindo que a preocupação da justiça e da igualdade envolve o seu carácter de classe.

O carácter de classe da ideia de cidadania, assumidamente contraditório com a sua negação de direito ou de facto a camadas exploradas, surge como bem comprovado pelas lutas históricas contra a discriminação. Independentemente da controvérsia sobre esta questão, parece-nos clara a ideia de que a cidadania é um *status* que pode diminuir com a desigualdade de classes ou com a desigualdade social e que está em conflito com elas, sobretudo na medida em que os direitos fundamentais inerentes à cidadania se alargarem no seu elenco, na medida em que houver igualdade proclamada e esta proclamação contribuir para os movimentos e as lutas sociais, que contribuem por sua vez para que a realidade se aproxime mais do acesso efectivo à cidadania por todos os que eram preteridos ou esquecidos²⁸.

Por que razão o carácter contraditório da cidadania em relação à discriminação de classe, de sexo, de raça ou outra, nos surge como evidente? A resposta afigura-se-nos clara: obter a cidadania para os que não a tinham e alargar os direitos que a integram são conquistas resultantes essencialmente das lutas dos que menos têm e dos que eram discriminados. Mas, por outro lado, trata-se de formas de os integrar em sociedades que não são governadas a seu favor, diminuindo o seu poder revolucionário ou transformador. Sempre num quadro complexo, que o mesmo Marshall assinala, com todas as suas insuficiências que tantas discussões geraram²⁹, é necessário assinalar que «a contradição entre cidadania e classe é fundamental e insolúvel, e portanto que a integração nunca está completa e o conflito e a tensão de classe são sempre possíveis»³⁰.

Mas impõe-se, entretanto, romper com a coincidência própria das revoluções liberais, entre a titularidade da cidadania e titularidade da nacionalidade com carácter de exclusividade. Importa enriquecer a cidadania essencial a esse nível com «novas cidadanias», quer a nível europeu, quer a nível global, quer eventualmente a vários níveis de carácter infranacional³¹.

Com efeito, perante cada nível de poder é preciso hoje afirmar-se uma nova cidadania, como um feixe de direitos fundamentais, em especial dos que menos têm, em face de cada espaço público de exercício do poder. Há formas de limitação de poder e de afirmação de direitos fundamentais em face dele, que são típicas do Estado, mas que terão que vir igualmente a ser afirmadas a outros níveis, que também dispõem de poderes, eventualmente em ritmo crescente e que demonstram igualmente que podem dele abusar. Além disso, fenómenos como a deslocalização de mão-de-obra não podem deixar de levantar o problema dos seus direitos políticos e da sua participação política e administrativa. A experiência mostra que a participação em eleições a partir dos círculos eleitorais do exterior dos países de origem é muito limitada e que se tem de caminhar também para uma maior participação política nos países de destino.

Ora, podemos dizer que há campos nesta matéria em que entramos já na História, e há outros em que estamos na pré-História. O conceito de cidadania europeia é usado no Tratado de Maastricht e em documentos anteriores, mas é relativamente incipiente. O que é verdade é que, normalmente, em Direito Constitucional, o conceito de cidadania é assimilado ao conceito de nacionalidade. A integração comunitária não atribui ao conceito de cidadania europeia um conteúdo que corresponda ao feixe de direitos e deveres que é habitual um cidadão deter perante o moderno Estado de Direito Democrático. Não há, por outro lado, uma verdadeira participação do «cidadão europeu» nos assuntos da CE, ou sequer um verdadeiro interesse pelos assuntos comunitários, ou pela eleição do Parlamento Europeu. E quanto à «globalização», a verdade é que continua a ser um fenómeno sobre que se fala muito e se investigou pouco, mesmo quando se pensa que passa por aí a conquista de um futuro para a Humanidade.

Quanto ao caso específico da cidadania europeia, integrando direitos e deveres específicos, remonta aos anos 60, tendo os trabalhos preparatórios tido início em meados dos anos 70. O projecto foi integrado no contexto da União Europeia em 1990. Mas ficou longe do que as correntes mais radicais desejavam, porque o acesso à condição de «cidadão europeu» depende da atribuição da nacionalidade por um Estado-membro (artigo 8.º/1, 2.ª parte). Não cabe à Comunidade a definição autónoma das condições de aquisição dessa qualidade e não há qualquer perspectiva, já defendida, de harmonização das legislações dos Estados-membros sobre a outorga da nacionalidade³². Não há, portanto, uma ligação directa e pessoal do cidadão à União Europeia, o que exclui a existência de uma nacionalidade europeia.

Está ainda prevista a possibilidade da protecção diplomática que cada Estado

concede aos seus cidadãos ser alargada aos cidadãos de outro Estado-membro da CE, no que foi chamado de «dimensão externa da União»³³. Neste caso estamos, porém, perante um direito de tipo especial, porque não é de um direito a exercer face à União que se trata, mas sim de um mero «direito de ser protegido por outro Estado-membro da União que não o da sua nacionalidade, se este assim o entender fazer», devendo, em todo o caso, «agir como faria se se tratasse de um dos seus nacionais»³⁴.

De acordo com a base jurídica (o Tratado da União Europeia), o estatuto de cidadania da União implica a existência para todos os cidadãos de um direito à livre circulação e de um direito de permanência no território dos Estados membros; o exercício da capacidade eleitoral activa e passiva nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições autárquicas do Estado membro de residência, nas mesmas condições de que os nacionais do Estado em questão; o direito de petição ao Parlamento Europeu, o direito de recurso a um Provedor de Justiça e ainda o direito à concessão de protecção diplomática no território de países terceiros.

A cidadania europeia, tal como é referida no Tratado, reporta-se em geral, em boa medida, a uma mera proclamação de boas intenções. Assim, o direito à livre circulação e à permanência conta ainda com numerosos obstáculos, devido, na maior parte dos casos, à regra da unanimidade. Por outro lado, está naturalmente condicionada pela situação do mercado de trabalho actualmente na Europa. A liberdade de circulação está, pois, colocada ao nível da circulação de pessoas, com objectivos turísticos ou outros, que não sofrem qualquer limitação. A outro nível, como o da circulação de trabalhadores, esta está condicionado por grandes e variados obstáculos.

No âmbito do exercício da capacidade eleitoral activa para as autarquias locais foram estabelecidas várias derrogações, nomeadamente em França, Luxemburgo e Bélgica. Recorde-se, em particular, que a directiva 93/109/CE, do Conselho, permite que os Estados membros em que a proporção de «cidadãos da União nele residentes, que não tenham a sua nacionalidade e tenham atingido a idade de voto, ultrapassar 20% do conjunto de cidadãos da União em idade de votar e aí residentes» possam reservar o direito de voto aos eleitores comunitários que tenham residido nesse Estado-membro durante um período mínimo de cinco anos; e que estão igualmente autorizados a reservar a capacidade de ser eleito aos elegíveis comunitários que tenham residido durante um período mínimo de residência superior a 10 anos.

Prevaleceu, assim, o receio de que os países em que existem órgãos de autarquias locais, em cujo território reside um número de habitantes originários de outros países membros, tivessem nas autarquias um peso que pudesse ser decisivo para o resultado das eleições.

Foi também invocada a eventual influência indirecta do voto nas eleições autárquicas sobre a composição de segundas câmaras, em casos como o Senado

francês, em que participam representantes das comunas, departamentos e regiões.

A influência possível do voto do imigrante prevalece, assim, perante o que nos Estados é proclamado como um dos direitos fundamentais do cidadão. Este e outros exemplos mostra que estamos, neste caso, perante um fenómeno em que grande parte do percurso para os direitos fundamentais de uma mão-de-obra internacionalizada ainda está em aberto.

Regressamos, assim, a Aristóteles: em vez de a cidadania ser um *status* decorrente automaticamente de uma constituição, é um feixe de direitos fundamentais que uns têm e outros não têm consoante é estabelecido.

A verdade é que, em geral, entendemos que as condições objectivas exigem que se enfrentem problemas que exigem uma unidade e complementaridade dos espaços de poder, ou novos espaços de poder para dar resposta aos novos problemas.

Uma necessidade essencial é a de assegurar os direitos sociais, para que a ausência destes, os baixos salários e mesmo atentados gritantes a normas geralmente aceites como a proibição do trabalho infantil, não sejam fontes de deslocalização produtiva³⁵. Em geral, o problema da fixação de limiares mínimos de direitos dos trabalhadores tem estado em debate desde a liberalização do comércio internacional e da criação da Organização Mundial do Comércio, com opositores variados, que por vezes vêm de países menos desenvolvidos que apostam numa via de «desenvolvimento» assente no trabalho sem direitos e se justificam dizendo que esta foi a via dos países mais desenvolvidos.

Também já se tem afirmado nesta matéria, por outro lado, que a fixação na actualidade de quaisquer limiares mínimos de direitos sociais ou ambientais representaria um favorecimento de poderes globais e mesmo a sua justificação.

Outro exemplo mais destacado é o da questão ambiental. É um problema que se coloca nas mais pequenas aglomerações humanas, mas que também se levanta à escala de países inteiros, de continentes, da Humanidade inteira. Por isso, uns falaram nele como um dos «problemas globais da Humanidade», outros falaram nele como uma parte de uma «primeira revolução global»³⁶, ou como sendo uma parte essencial da procura de uma nova ordem global³⁷. O facto de o ambiente se colocar desde o nível global ao nível local já levou a propor um neologismo, «glocal».

Assistimos, é certo, a exercícios que distinguem diferentes problemas que se colocam a diferentes níveis. Assim, seriam locais a poluição atmosférica, a poluição dos meios aquáticos, a poluição dos solos; seriam globais o efeito de estufa, as chuvas ácidas, o buraco de ozono na estratosfera, o nevoeiro fotoquímico, a poluição radioactiva. Existe, porém, uma conexão entre alguns dos problemas «locais» e os problemas «globais»; e alguns dos primeiros estão claramente associados a outros, como o subdesenvolvimento. Por isso, este tipo de separação pode ser útil, mas tem que ser visto com reserva em face da conexão entre os campos e destes problemas com outros³⁸.

Parece-nos especialmente necessário assegurar a profunda articulação dos problemas e dos poderes, rompendo com o paradigma clássico dos diferentes ramos das ciências sociais, em grande medida baseado na existência de compartimentos relativamente estanques entre os poderes do Estado, ou criados a partir do Estado, e entre estes e os poderes transnacionais.

Seja como for, o que é mais frequente não é encontrar uma diversidade de espaços de poder, mas sim a sua exclusão. Em vez da pluralidade dos espaços do poder e dos espaços de cidadania encontramos versões de outro tipo. Nuns casos, o poder político procura a sua legitimidade na entidade social que lhe está subjacente, esforçando-se por transformar em «natural» o próprio poder apesar de este constituir, obviamente, uma criação humana. Assim, por exemplo, fala-se de uma pátria europeia, de uma cidadania europeia, ou de uma era pós-nacional, como substituta de uma outra, que estaria já ultrapassada, ou do poder comunitário como sendo alternativo e substituto, e não como destinado a coexistir com os restantes espaços de poder existentes.

A verdade é que há uma entidade social e uma cultura europeias. Mas se há marca distintiva a preservar deve ser assumir a pluralidade de culturas e de espaços de exercício do poder.

A questão essencial, com efeito, é a de saber se não emergirão no futuro novas realidades sociais que sejam fonte de novas legitimidades, quer se afirmem como novas nações, como «comunidades» ou com qualquer outro título. Mas estamos aqui perante um novo problema, o de saber se o poder não passará em muitos casos de entidades públicas, com uma legitimação democrática maior ou menor, mais ou menos discutível, para o domínio de outras entidades, agora de carácter privado, com um poder de facto mais ou menos efectivo, mas em muitos casos mais importante do que o dos Estados. Ignacio Ramonet, por exemplo, fala da perspectiva de estarmos perante novos conquistadores neste limiar do século XXI, à semelhança dos que existiram no século XV; só que agora esses novos conquistadores já não seriam os Estados mas sim as empresas e os conglomerados, os grupos industriais e financeiros privados³⁹.

Assim, teremos um fenómeno duplo: por um lado, a afirmação da necessidade de não existir regulação pública ou poderes públicos, como melhor forma de afirmação de poderes privados e de triunfo do neoliberalismo, com regressão da generalidade das conquistas sociais atribuídas ao Estado-providência, em nome da necessidade da concorrência; por outro lado, verifica-se a pluralidade e interpenetração de espaços de poder público, com manutenção do espaço correspondente ao Estado como tendo um carácter central, mas coexistindo com outros. E existirá certamente a mesma preocupação por parte de cada espaço público de exercício de poder, no sentido de que a entidade social que lhe está subjacente seja afirmada como uma unidade com dimensão cultural e eficácia simbólica, que justifique o exercício (e alargamento) do seu poder, mesmo que este seja mais aparente do que real.

É muito frequente a ideia de que a tendência para a globalização corresponderia a uma etapa inelutável, a uma tendência objectiva, independente da vontade humana e uma espécie de fim da história. Estaríamos aqui perante o regresso ao individualismo, triunfante com as revoluções liberais, bem como à liquidação das responsabilidades sociais das diferentes entidades públicas.

O «pré-keynesianismo» e a desregulação mais completa, característicos do século XVIII, são aqui apresentados como grandes novidades. Só que onde o liberalismo proibia as corporações, como aconteceu com a Lei Le Chapelier em 1791, hoje são as multinacionais, as corporações, os poderes invisíveis de que fala Bobbio, que decidem na sombra e assumem a luta pela desregulação plena, ou pela regulação no sentido que lhes for mais favorável, consoante os momentos e os interesses em causa.

A democracia, como «governo do povo», coloca sempre a questão de saber quem é o «povo», como exerce o poder ou como escolhe quem exerce o poder em nome dele. Termos como «povo», «nação», «comunidade» e outros, são frequentemente utilizados por quem exerce o poder, mesmo em tempos de globalização e integração. Por isso, podem ser objecto de uma utilização política, tornar-se conotados com certos regimes e deixar mesmo de ser utilizados, ou ser menos utilizados durante certos períodos. Lembre-se a frequente alusão a uma época «pós nacional» que estaríamos a viver⁴⁰, e que é particularmente referida por todos os que entendem que a integração comunitária se teria que fazer não só à custa da soberania tal como era classicamente entendida, mas também à custa do próprio princípio das nacionalidades e do «Estado-nação», e talvez da própria relevância política da ideia de nação: as análises acerca da «crise da nação» aparecem claramente influenciadas, em muitos casos, mais pelo projecto que se pretende defender do que por uma análise serena das realidades existentes.

Julgamos que a chamada «crise do Estado-providência» não tornou menos mas sim mais actual a necessidade da cidadania ao nível do Estado-nação. E que o aprofundamento da integração comunitária levanta a outro nível a necessidade não apenas de um elenco de direitos fundamentais que protejam o cidadão face aos novos poderes, mas sobretudo de um envolvimento efectivo nas grandes batalhas e na escolha das grandes alternativas políticas. E se podemos encontrar em França ou na Dinamarca, a propósito do Tratado da União Europeia, um esboço desse debate, a verdade é que em Portugal tal nunca aconteceu verdadeiramente, nem nesse momento, nem ulteriormente a propósito da implementação da moeda única ou do Tratado de Amsterdão. Estamos assim longe, neste plano, de construir o novo «espaço público» em torno dos problemas centrais que se colocam a nível comunitário, da mesma forma que estamos longe de o conseguir a outros níveis, tal como a nível global.

O que nos parece é que estamos longe de percorrer a distância que vai da «publicidade crítica», com capacidade de comunicação e emancipatória, à «publicidade manipulatória», que continua a predominar nas várias escalas que se

colocam⁴¹. De resto, mesmo a nível local, a participação emancipatória é substituída não raras vezes por formas de poder próximas do caciquismo em que com frequência tem degenerado o exercício do poder local.

A questão que se coloca, portanto, é a de excluir que a crise da cidadania como reportando-se apenas ao Estado exclua também a coexistência da multiplicidade de «espaços públicos» e implique a existência de um povo europeu e de uma pátria europeia, que sejam a base de legitimação de um novo «super Leviatão»; ou, em alternativa, de uma «pátria global», com o correspondente poder global, qualquer deles destinado a suceder-se ou substituir-se aos restantes.

Julgamos que não está à vista uma tal perspectiva. A nação vai continuar a ser uma matriz fundamental, embora por vezes tenhamos uma «nação de nacionalidades», como acontece em Espanha ou no Reino Unido, e estas previsivelmente prossigam a procura de um seu estatuto emancipado. Podemos também admitir que os povos europeus contem muito em comum, e que se abra uma base para uma real «cidadania europeia» aprofundada, mesmo que não queiramos reduzir a herança cultural europeia exclusivamente, como tantos fazem, à filosofia grega, ao direito romano e à religião cristã.

Seja como for, temos que contar também agora com a existência de uma comunidade mundial que resulta de irrecusáveis problemas e de um destino comum cada vez mais claro a este nível, da mesma forma que fomos encontrando irrecusáveis problemas a outros níveis territoriais ao longo da História humana.

Daí que, bem mais do que a existência de uma cultura comum a este ou aquele nível, se coloquem face à cidadania múltipla, duas questões essenciais: a existência de um poder público ou a sua necessidade, e a existência de um conjunto relativamente vasto de problemas comuns. Mesmo ao nível local, em que foi tradicional em Marcello Caetano ou Diogo Freitas do Amaral afirmar a vizinhança como critério, elemento ou fundamento da existência de autarquias, vemos a sua crise em áreas metropolitanas ou grandes urbanizações e a necessidade de construir o poder sobretudo numa base de racionalidade da organização administrativa, em que os laços sociais de pertença podem não ser claros.

Haverá um lugar para as formas tradicionais de poder político, apesar dos processos de integração formal. Mas o mundo é, ou tende a ser, um «sistema de sistemas»⁴². A questão será saber qual o papel de outros sistemas de menor âmbito, como a Comunidade Europeia, os Estados e as outras entidades «menores» neste novo contexto.

Mas a tendência será seguramente para as diferentes formas de exercício do poder, como os municípios nas áreas metropolitanas procurarem estimular os novos laços de pertença. O mesmo farão todas as entidades que procurarem suscitar a colaboração dos novos «vizinhos» em torno de questões ambientais, ou outros «interesses difusos», ou as velhas ou novas formas de associativismo, na empresa, na escola ou na residência.

Este facto não significa aderir à posição daqueles que, como os neo-comunitaristas americanos, na expressão de Gérard Raulet, consciente ou inconscientemente, regressam a Rousseau, com base na ideia de que a República Democrática só seria viável através dos pequenos Estados⁴³. Mas exclui também não só o fim da nação como a ideia de que esta e o estado-nação seriam o único centro da vida política e pública.

O que resulta deste quadro é a convicção de que, aos diferentes níveis de poder privado ou de facto têm que corresponder direitos fundamentais e o seu efectivo exercício, bem como formas de regulação e participação social. E o problema central não é nesta situação a velha controvérsia entre a "Sociedade" e a "Comunidade", e onde termina uma e outra, mas sim transformar os espaços em que se movimentam poderes em espaços democrática e normativamente regulados, com a consciência de que o problema vai, no mundo actual, "do global ao local".

Como se sabe, a ideia da Reforma de que «cada Rei é imperador no seu reino» faz desaparecer a ideia de unidade em torno da *Res Publica Christiana*. Mas apareceram outras propostas de organizações laicas para regular a vida internacional, sobretudo para manutenção da paz, como a Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas. E a verdade é que se avolumaram motivos para preconizar um mínimo de regulação mundial de alguns interesses comuns. Os acontecimentos mostram a Terra como finita, em que avulta a interdependência dos interesses. A actuação de muitos Estados invocando indiscriminadamente a sua soberania ou de empresas multinacionais ou outras entidades, pode ter consequências globais negativas para a Humanidade. Daí que aumente a consciência de algumas formas de unificação ou regulação, sem prejuízo de se manter uma extrema complexidade e, em aparente contradição, um recrudescimento dos particularismos.

São conhecidos factores que noutra era contribuíram para a unificação na diversidade do sistema-mundo. Foi o caso das grandes descobertas marítimas, da expansão de diversas religiões, dos impérios que aspiravam a um carácter universal. Mais recentemente, verifica-se a internacionalização relativa da mão-de-obra e do comércio e a existência de um poder económico transnacionalizado. Ao mesmo tempo, a técnica facilita cada vez mais as comunicações e a informação à escala do globo. No conjunto, surge a tendência para fenómenos que, tendencialmente, assumem um carácter planetário, e que deveriam ser regulados a este nível. Refira-se a guerra e as armas de destruição massiva, a fome, a situação do chamado Terceiro Mundo ou de «periferia», a necessidade de aspectos importantes do desenvolvimento, para ser equilibrado. Têm que ser abordados a uma escala global: é o caso referido de parte significativa das questões ambientais. Surge a referência a uma «pátria planetária», em que já não existem «nações, países, regiões, indiferentes para o resto do humanidade, o que se exprime na unidade política do mundo»⁴⁴.

De há muito surge, entretanto, o debate sobre a existência de um «Estado mundial»⁴⁵. Mas predomina largamente uma opinião desfavorável, sobretudo atendendo aos actuais protagonistas e orientações previsíveis⁴⁶.

Mas este facto não exclui a necessidade de reforço da cooperação e regulação internacional de questões de interesse global.

Permanecem, entretanto, problemas tais como a contradição entre a reivindicação do controlo dos recursos naturais pelos países menos desenvolvidos (isto é, pelos Estados), e a delapidação destes recursos poder lesar interesses gerais da Humanidade (exemplo: as florestas tropicais). Existem casos como a Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, aprovada em 1974, por uma resolução das Nações Unidas, que consagra a ideia da soberania dos Estados sobre as suas riquezas e controlo nacional dos recursos, com base nas reivindicações do Terceiro Mundo. Noutra caso a Convenção de Montego Bay sobre o Direito do Mar, alargou o domínio marítimo, definindo um mar territorial de doze milhas marítimas e uma Zona Económica Exclusiva até 200 milhas, mas acompanha este favorecimento dos Estados ribeirinhos com a consagração do importante conceito de património comum da Humanidade. Mas não foi aprovada a Convenção das Florestas no quadro da Conferência do Rio, e outras que poderiam avançar para a ideia de que os recursos fundamentais da Humanidade, sendo património de cada Estado, são património da Humanidade.

Novas medidas, como a liberalização do comércio internacional, devem acentuar novas formas de regulação internacional, em especial para combater pelo menos as formas mais ostensivas de *dumping social* e *dumping ecológico*.

Mas importa identificar as questões efectivamente globais ou que se tendem a globalizar, as quais são os novos poderes emergentes na «sociedade internacional» e o seu âmbito de actuação previsível.

A verdade é que o Estado era o grande actor da vida internacional, mas actualmente é um actor que é objecto de concorrência e um actor ameaçado. Entretanto, a «internacionalização da vida privada» impõe, sob pena de prejuízos para os mais desfavorecidos e os recursos naturais, que se caminhe para uma certa *internacionalização da vida pública*.

A aplicação da perspectiva sistémica às «relações internacionais» não se limita às relações dos Governos dos Estados (Morton Kaplan) ou às unidades políticas que mantêm relações regulares, e que podem ser implicadas numa guerra generalizada (Raymond Aron). Pelo contrário, são partes do sistema não só os Estados, mas também outras organizações de integração como a CE, organizações internacionais clássicas e organizações de novo tipo, empresas multinacionais, grupos de pressão e movimentos sociais e de opinião, religiões e cadeias de informação com projecção internacional e influência política relevante, etc. Estamos perante um sistema fechado, com carácter tendencialmente global, em que os *inputs* nascem no seio do próprio sistema e em que os *outputs* se repercutem nele próprio⁴⁷.

Na «ideologia mundialista», há duas correntes essenciais: em primeiro lugar, a liberalização da circulação do comércio e a unificação mundial dos mercados, dos capitais e do trabalho, e que inserem a mundialização na luta contra qualquer regulação pública da vida económica, social e ambiental; em segundo lugar, os que defendem a regulação mundial com objectivos como combater o *dumping* social e a nível ambiental, bem como assegurar a conservação dos recursos naturais e o património cultural de interesse da Humanidade, o combate às desigualdades de desenvolvimento e ao drama do subdesenvolvimento, bem como assegurar os direitos básicos, individuais e colectivos.

A actual internacionalização, a manter-se, tem que ser acompanhada pela protecção em caso de violações de direitos humanos básicos nas relações de produção ou de limiares mínimos de protecção ambiental.

A liberalização do comércio mundial e a internacionalização dos processos produtivos, excluem soluções assentes no nacionalismo fechado. As «integrações regionais» e a mundialização da regulação de algumas questões essenciais tem que assentar na igualdade das partes, em vantagens mútuas, no reconhecimento da infinita pluralidade de culturas.

O sistema-mundo em formação deve assentar no policentrismo e máxima descentralização das decisões.

A defesa da nação aberta e do patriotismo aberto, em conjunto com a valorização do que é regional e local e da pluralidade dos actores, constitui o caminho para a nova ordem mundial pluricêntrica.

Há uma realidade que hoje conhecemos, quer de forma empírica, quer com comprovação científica: a profunda distância ao poder dos cidadãos nos nossos dias⁴⁸. É a cidadania como caminho para a igualdade, a participação e a democracia que importará recuperar, por mais penosos que sejam estes tempos, concebendo-a como algo que deve ser exercido a todos os níveis de poder.

Notas

¹ Para um tratamento desenvolvido do conceito de cidadania ver Luis Sá, *A Crise das Fronteiras. Estado, Administração Pública e Comunidade Europeia*, Lisboa, Cosmos, 1997, p. 440 e segs e bibliografia citada.

² Recorde-se, de resto, que o próprio Fukuyama e o seu «fim da História», reinvidicam-se da inspiração de Marx — cujo pensamento se afigura mais complexo do que refere. Embora dizendo que chegou a conclusões diferentes, Fukuyama afirma que na nova era a globalização será reinante. Ver Daniel Drezner, «Globalizers of the World, Unite!», *The Washington Quarterly*, vol. 21, Inverno de 1998, pp. 209 e segs, para uma análise deste caso e também de outros autores que apresentam em comum a teorização da erosão da influência do Estado-nação e mesmo da sua substituição, no quadro de uma etapa de outra natureza: num caso, como o de Robert Kaplan, *The Ends of the Earth: a Journey at the Dawn of the 21st Century*, Nova Iorque, Random House, 1996, surge a ideia do fim do Estado-nação e do início do caos, invocando as alterações demográficas e ambientais; noutros, como Benjamin Barber e Fukuyama, a ideia de que as forças económicas que estão a criar uma cultura mundial homogénea tornarão o Estado supérfluo; para Samuel Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1996, por sua vez, a civilização está a substituir o Estado como a unidade central na política global; Kenichi Ohmae, *The End of the Nation State: the Rise of Regional Economies*, Nova Iorque, Free Press, 1995, é um dos diversos autores (ver infra o caso de Duverger) que defende que a autoridade dos Estados está a ser substituída pela autoridade das organizações regionais.

³ Ernest Renan, *Que es una Nacion*, trad., Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1983 (c. 1882).

⁴ É a tese, designadamente, de Maurice Duverger, *A Europa dos Cidadãos — A Metamorfose Inacabada*, trad., Lisboa, ASA, 1994. Ver ainda Kenichi Ohmae, *The End of the Nation State: the Rise of Regional Economies*, New York, Free Press, 1994.

⁵ Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, trad., Oeiras, Celta, 1992; podem, entretanto, ver-se outras abordagens do problema da globalização numa óptica sociológica e na perspectiva de construção da «sociedade global» em Malcolm Waters, *Globalização*, Oeiras, Celta, 1999.

⁶ Mário Murteira, *Economia Mundial. A Emergência duma Nova Ordem Global*, Lisboa, Difusão Cultural, 1995 e *Economia do Mercado Global. Ensaio sobre Condicionantes Mega e Macro das Estratégias Empresariais*, Lisboa, Presença, 1997; Jacques Adda, *A Mundialização da Economia* (2 volumes), trad., Lisboa, Terramar, 1997; Michel Husson, *Miséria do Capital. Uma Crítica do Neoliberalismo*, Lisboa, Terramar, 1999, sobretudo pp. 93 e segs; Philippe Paraine, «A Aldeia-Mundo- e o seu Castelo. Ensaio Contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial», trad., Lisboa, Avante!, 1998; para uma descrição sintética pode ver-se, entre nós, Manuel Belo Moreira, «A Globalização e o Movimento Cooperativo», *O Cooperativismo no Novo Milénio. A Vantagem Cooperativa*, Lisboa, Congresso das Cooperativas Portugueses, Abril de 1999.

⁷ A expressão é de Jean-Paul Fitoussi, *O Debet-Tabú. Moeda, Europa, Pobreza*, Lisboa, Terramar, 1995.

⁸ Olivier Dollfus, *A Mundialização*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.

⁹ Peter Slöterdijk, *No Mesmo Barco. Ensaio Sobre a Hiperpolítica*, Lisboa, Século XXI, 1996, pp. 55-56.

¹⁰ Idem. O Autor coloca uma questão sugestiva: «Seria de considerar, se as crónicas recriminações contra a classe política não são a projecção de uma insatisfação da cultura mundial, que apenas se cristaliza nas personalidades políticas» (p. 56).

¹¹ Marcilio Toscano França Filho, «Integración Regional y Globalización de la Economía: las dos Caras del Nuevo Orden Mundial», *Revista de Estudios Políticos*, n.º 100, Abril-Junho de 1998, p. 102.

¹² Ver, por exemplo, Philippe Paraire, *A-Aldeia-Mundo- e o seu Castelo. Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial*, Lisboa, Avante!, 1999, que atribui o embrião dessa função ao triângulo Fundo Monetário Internacional — Banco Mundial — Organização Mundial de Comércio, que seriam o «protótipo do futuro 'governo mundial', conseguindo associar-se à extraordinária vitória do Capital Global que constitui a assinatura do Tratado da OMC em Marraquexe» (p. 32); mais adiante fala-se pura e simplesmente na existência de um «governo mundial» (p. 90) e de «um poder planetário em vias de se tornar incontrolável» (p. 234). A OMC aparece classificada aqui como «um verdadeiro instrumento de recolonização do mundo» (p. 72), em relação ao Banco Mundial afirma-se que é um «banco de desenvolvimento que já não desenvolve senão a miséria dos pobres» (p. 85), e em relação ao FMI acentua-se a sua função no sentido de impor soluções tipicamente políticas, de raiz conservadora e neoliberal. Entretanto, vai-se acentuando por parte de alguns sectores o esforço para encontrar os rumos de um governo mundial, ou de «uma 'governança global efectiva'. É o caso do chamado «Grupo de Lisboa», constituído por especialistas de onze países: ver Grupo de Lisboa, *Limites à Competição*, 2.ª edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994.

¹³ Marcilio Toscano, artigo e local citado.

¹⁴ Idem. É particularmente interessante nesta situação um texto de Celso Furtado, *O Capitalismo Global*, Lisboa, Gradiva/Fundação Mário Soares, 1999, p. 26 em que se refere o esforço da CEPAL de *restauração da economia como ramo da ciência política* e em que acentua a necessidade de compreensão da dimensão e raiz política das decisões económicas (sublinhado nosso).

¹⁵ Recorde-se, aliás, o fracasso do AMI — Acordo Multilateral de Investimento, promovido pela OCDE — Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, que pretendia introduzir restrições escandalosas à capacidade de os Estados imporem regras sociais e ambientais ao investimento estrangeiro e a tentativa de voltar às mesmas soluções no âmbito dos EUA, Europa e Organização Mundial do Comércio, procurando «afastar os últimos obstáculos ao livre jogo das "forças do mercado" e consagrar a subordinação dos Estados e a submissão dos povos à expansão desenfreada das multinacionais» (Christian de Brie, «Na Opacidade das Negociações Transatlânticas, O Novo AMI está a Chegar», *Le Monde Diplomatique*, ed. portuguesa, Maio de 1999. O Autor é membro do Observatório da Mundialização).

¹⁶ Ver, por exemplo, Philippe Paraire, *A-Aldeia-Mundo- e o seu Castelo*, ob. cit., designadamente pp. 206, 214, 216 e segs., que refere a exploração da crise ecológica a partir da Conferência do Rio para justificar um governo global de raiz e orientação neoliberal, bem como as alusões ao ambiente e ao desenvolvimento sustentado por parte de organizações como o Banco Mundial que têm financiado verdadeiras catástrofes ecológicas em múltiplos países.

¹⁷ Ver alusão a esta corrente e a autores que a adoptam em Manuel Belo Moreira, «A Globalização e o Movimento Cooperativo. Tópicos para o Debate», *Cooperativismo no Novo Milénio. A Vantagem Cooperativa*, p. 54.

¹⁸ Paulo Nogueira Baptista Jr., Prefácio à edição brasileira de Paul Hirst e Grahame Thompson, *Globalização em Questão. A Economia Internacional e as Possibilidades de Governabilidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

¹⁹ Paulo Nogueira Baptista Jr., «Globalização e Administração Tributária», *Princípios. Revista Teórica, Política e de Informação*, nº 46, Agosto/Setembro/Outubro de 1997, p. 9.

²⁰ *Idem*.

²¹ Dani Rodrik, «Le Débat sur la Mondialisation: Leçons du Passé», *Politique Étrangère*, p. 567 e segs, refere a propósito o facto de a mundialização actual colocar em causa o «contrato social implícito» estabelecido no após-guerra entre empregadores e assalariados, na medida em que não tem nada subjacente que se assemelhe a um Estado-providência e a uma adopção de políticas públicas activas.

²² Ver, por exemplo, Philippe Paraire, *ob. cit.*, p. 188.

²³ *Idem*, p. 205.

²⁴ *Idem*, p. 186. Nesta obra também se referem situações de preferência da França em relação à Alemanha, como há outras de preferência dos «dragões» asiáticos em relação à Europa. Portugal já conhece, de resto, um bom número de casos em que foi preferido ou preterido, consoante os momentos, em função do critério dos menores salários, do menor elenco de direitos, do regime fiscal, das menores exigências ambientais.

²⁵ Pode ver-se um bom levantamento da situação em Hans-Peter Martin e Harold Schumann, *A Armadilha da Globalização — O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social*, Terramar, Lisboa, 1998.

²⁶ Cfr. Clemente J. Navarro Yanez, «Limites al Nuevo Localismo: Gobierno Municipal de las Democracias Occidentales», *Revista de Estudios Políticos*, nº 100, Abril/Junho de 1998, p. 274.

²⁷ *Idem*, pp. 273 e segs. e bibliografia aí citada.

²⁸ Para as modernas abordagens da cidadania é essencial a obra de T. H. Marshal, *Citizenship and Social Class* (1950). Sobre o tema pode ver-se J. M. Barbalet, *A Cidadania*, trad. Estampa, Lisboa, 1989.

²⁹ É oportuna, por exemplo, a crítica de Dahrendorf segundo a qual as tensões e conflitos a que Marshall se refere omitem o problema da autoridade e da sua distribuição social. Cfr. J. M. Barbalet, *A Cidadania*, Lisboa, Estampa, p. 147.

³⁰ J. M. Barbalet, *ob. cit.*, p. 146.

³¹ Entre nós pode ver-se uma defesa de uma cidadania múltipla em Luís Sá, *A Crise das Fronteiras. Estado, Administração Pública e Comunidade Europeia*, Lisboa, Cosmos, 1997; Francisco Lucas Pires, «Múltiplos da Cidadania: o caso da Cidadania Europeia», *Ab Uno ad Omnes. 75 Anos da Coimbra Editora*, 1998, p. 1268, 1272 e 1276 e segs.

³² Marie-Françoise Labouz, «Les Accords de Maastricht et la Constitution de l'Union Européenne», p. 31.

³³ *Idem*, p. 122.

³⁴ *Idem*, p. 123.

³⁵ Entre a proposta de um conjunto de respostas à globalização pode ver-se a de «uma aliança para o trabalho cidadão» no trabalho do sociólogo Ulrich Beck, *Qué es la Globali-*

zación? *Falacias del Globalismo, Respuestas a la Globalización*, Paidós, Barcelona/Buenos Aires/México, pp. 195 e segs.

³⁶ Alexander King e Bertrand Schneider, *The First Global Revolution — A Report to the Council of the Club of Rome*, Londres, Simon & Schuster, 1991.

³⁷ Ver Hans d'Orville (ed.), *The Search for Global Order: The Problems of Survival*, *passim*, que contém os trabalhos do InterAction Council, com destaque para o capítulo I, que inclui o relatório final aprovado em Querétaro, no México, em Maio de 1992. Um dos capítulos é dedicado ao triângulo «população-ambiente-desenvolvimento», que são matérias na nossa opinião ostensivamente inseparáveis.

³⁸ J. J. R. Fraústo da Silva, «A Poluição Ambiental: Questões de Ciência e Questões de Direito», in Diogo Freitas do Amaral e Marta Tavares de Almeida (coord.), *Direito do Ambiente*, Lisboa, INA, 1994, pp. 83 e segs.

³⁹ *Geopolítica do Caos*, 2.^a ed., Petrópolis, Vozes, 1997, p. 9.

⁴⁰ Ver, por exemplo, Jean-Marc Ferry, «Pertinence du Postnational», Jacques Lenoble e Nicole Dewandre (dir.), *L'Europe au Soir du Siècle. Identité et Démocratie*, pp. 39 e segs.

⁴¹ As distinções entre uma e outra são de Habermas, *L'Espace Public*, trad., Paris, Payot, 1988, p. 246. São, de resto, referidas curiosamente por F. Lucas Pires, *art. cit.*. Julgamos, no entanto, que a etapa que vivemos e o próprio debate em torno do Tratado de União Europeia está bem mais recuado do que é referido por este Autor, que aliás centra a sua análise nos casos em que se verificou um grande debate público, a Dinamarca e a França.

⁴² Ver a utilização do termo in Marie-Françoise Durand, Jacques Lévy e Denis Retaillé, *Le Monde: Espaces et Systèmes*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Science Politique & Dalloz, 1993, p. 249.

⁴³ «Néo-Communitarisme et Citoyenneté», *Actuel Marx*, n.º 24, PUF, Paris, 1998, p. 57.

⁴⁴ Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, I, Lisboa, Associação Académica da Universidade Internacional, 1993-94, p. 104, com referência à obra de Theillard de Chardin. Ver também Edgar Morin e Anne Brigitte-Kern, «A Idade de Ferro Planetária», *Terra Pátria*, Lisboa, Instituto Piaget, 1993, p. 20, para quem a «a consciência ecológica é uma componente da nova consciência planetária» e Edgar Morin, Gianluca Bocchi e Mauro Ceruti, «Repensar a Europa», *Os Problemas do Fim do Século*, pp. 63 e segs, que atribuem um papel essencial à Europa, ético e político (p. 65), no sentido de ultrapassar o Estado-nação e multiplicar as «confederações, as fórmulas metanacionais» (p. 71).

⁴⁵ Sobre o debate pode ver-se John Burnheim, «Democracy, Nation States and the World System», in Davil Held e Christopher Politt (ed.), *New Forms of Democracy*, Londres, Sage/Open University, 1986, pp. 219 e segs.

⁴⁶ Ver uma análise particularmente radical em Philippe Paraine, A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo. Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial, Lisboa, Edições Avante!, 1998.

⁴⁷ Marcel Merle, *Sociologie des Relations Internationales*, Paris, Dalloz, pp. 120 e segs e 407 e segs.

⁴⁸ Ver Manuel Villaverde Cabral, *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta, 1997. O estudo dos indicadores e índices considerados leva a afirmar que que «nenhum recurso parece estar tão mal distribuído, na sociedade portuguesa, como o “poder”, ou melhor talvez, a cidadania» (p. 146); o estudo conclui igualmente que «quanto mais baixo o seu estatuto social, mais distantes do poder...» (p. 147).

LA DIVERSITÉ DANS LES SIGNIFICATIONS DE LA SANTÉ ET DE LA MALADIE
LES SIGNIFICATIONS SOCIALES DE LA SANTÉ ET LA SANTÉ EN MUTATION:
UN REGARD RÉTROSPECTIF

CLAUDINE HERZLICH

ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

L'étude des "conceptions profanes" dans le domaine de la santé, distinctes de celles des professionnels, constitue depuis plusieurs décennies un secteur important de la sociologie de la santé. En France, on emploie volontiers le terme de "représentations sociales de la santé et de la maladie"; les sociologues et psycho-sociologues anglo-saxons ont développé l'étude des "health beliefs"; les anthropologues se réfèrent aux "modèles explicatifs" de la maladie. En fait il s'agit, dans tous les cas, des relations qu'entretiennent les personnes avec leur santé et, plus largement, avec leurs états corporels. Il s'agit aussi, plus largement, de s'interroger sur la place de la notion de santé dans le discours des sociétés contemporaines et dans leurs productions symboliques. Il s'agit enfin de comprendre son rôle dans la formation de ce que l'on peut appeler, en utilisant un terme un peu désuet, nos "visions du monde". Il faut noter que si ce problème intéresse les sciences sociales, il est aussi un de ceux qui fondent notre rencontre avec les médecins, cliniciens ou spécialistes de santé publique. Ceux-ci se tournent vers nous pour "savoir ce que les gens pensent" afin de fonder leurs interventions. Sur cette base, des coopérations se sont nouées depuis longtemps mais aussi de nombreux malentendus se sont développés.

Certains d'entre vous savent que j'ai mené une des premières recherches dans ce domaine, portant sur "les représentations sociales de la santé et de la maladie" dans la population française au cours des années soixante¹. Depuis cette époque, de très nombreux travaux se sont développés, bien plus sophistiqués que le mien. C'est pourquoi je voudrais adopter aujourd'hui un regard rétrospectif sur cet ensemble de recherches, allant des années soixante à aujourd'hui, et me livrer à une relecture de ces travaux, incluant le mien, et à une analyse des contextes dans lesquels ils se

sont développés. Cette relecture risque d'apparaître narcissique et elle sera, d'autre part, rapide et, en conséquence, simplificatrice. Néanmoins je voudrais, à travers ce réexamen de mon propre travail et de ceux qui ont suivi, orienter la réflexion dans 2 directions:

- Une esquisse d'histoire de notre discipline: comment avons-nous évolué dans l'abord de ces phénomènes? Quels ont été les raisons, scientifiques mais aussi idéologiques, politiques, sociales, de cette évolution? Quel a été, d'autre part, le rôle des financements et des opportunités de recherche dans le développement de ces travaux?
- Une histoire plus générale des évolutions ayant marqué le champ de la santé et de la médecine dans les pays occidentaux au cours des dernières décennies.

Les deux aspects sont évidemment liés. Le développement de notre discipline, la sociologie de la santé, s'ancre dans la prise de conscience d'une évolution majeure de la société: sa médicalisation croissante. Au risque évident de schématiser un peu brutal, je distinguerai plusieurs périodes: la première va de la fin de la Deuxième guerre mondiale à la fin des années 60, la seconde nous mène à la 2ème moitié des années 80, moment de la prise de conscience du tournant que constitue l'épidémie de sida; enfin j'aborderai la période actuelle.

L'analyse débute donc à la fin de la Deuxième Guerre mondiale dans un contexte marqué par d'importantes avancées thérapeutiques (la découverte des antibiotiques) et le développement des États-providence, soutenu par la croissance économique. C'est le début d'une extraordinaire expansion des services de santé et des recours aux soins médicaux. En France, par exemple, le nombre des médecins double presque de 1945 à 1960. C'est aussi à cette époque que l'intérêt pour les problèmes de la santé et de la médecine commence à apparaître dans les sciences sociales: dans les années cinquante aux États-Unis, dans les années 60 en Angleterre. Il ne s'amorce que plus tard en France: au cours des années 70. Il faut donc le souligner: la construction scientifique de ce nouvel objet est inscrite d'abord dans les transformations du monde qui nous entoure.

Cependant je suivrai l'opinion du sociologue anglais Mike Bury² pour lequel, durant cette première période, l'intérêt pour les conceptions profanes est faible ou, du moins, doit-on souligner qu'il apparaît dans une perspective très particulière: les médecins et les pouvoirs publics attendent des sociologues qu'ils analysent les points de vue profanes en tant qu'obstacles culturels, "croyances" irrationnelles en particulier des groupes minoritaires qui, pensent-ils, font entrave à l'expansion des services médicaux. Face à eux, de nombreux sociologues commencent, après E. Freidson³, à dénoncer la "dominance professionnelle" du corps médical, l'autorité excessive des médecins concernant la santé. Pour les sociologues, la mise en

évidence d'un "système de référence profane" n'a donc pas tellement d'intérêt en elle-même. Elle est essentiellement destinée à faire contre-poids à l'autorité professionnelle et reste centrée essentiellement sur les malades. Elle demeure donc dans l'orbite d'une analyse sociologique de l'expansion médicale.

Mon étude des représentations sociales de la santé et de la maladie a débuté au cours des années soixante mais dans un contexte différent. Pour des raisons diverses, il n'y a pas, alors, en France, d'interrogation sur la santé et, malgré les écrits pionniers de Marcel Mauss sur les problèmes du corps au cours des années 20 et 30⁴, il n'y a pas de chemin menant des problèmes de santé aux sciences sociales renaissantes, en particulier à la sociologie. Ceux-ci ne se dessineront qu'une dizaine d'années plus tard.

C'est, en revanche, chez les philosophes et les historiens que s'amorce un intérêt pour le domaine biologique et médical. *"Histoire de la folie"* de Michel Foucault date de 1961 et *"Naissance de la clinique"* de 1963⁵. Lui même était l'élève de G. Canguilhem dont on connaît le texte fondateur sur les conceptions du normal et du pathologique dans la pensée médicale⁶. En 1967, Philippe Ariès publie un article sur l'histoire de la mort qui aura un très grand retentissement: "la mort inversée"⁷. À partir des années soixante d'ailleurs, les objets de l'histoire se diversifient: les phénomènes biologiques, les épidémies, le corps, "l'homme malade et son histoire", pour reprendre le sous-titre d'un article de J.P. Peter et J. Revel paru dans le recueil "Faire de l'histoire" en 1974⁸, en font désormais partie. En 1969, La revue des Annales fait paraître un numéro spécial "Histoire biologique et société"⁹ où figurent les noms de Le Goff, Leroy-Ladurie, Flandrin, Vovelle, Grmek, Biraben, etc... La rédaction semble encore hésitante quant au statut à accorder à ces "nouveaux objets": dans la présentation du numéro, on entend *"effacer la césure scolastique entre l'homme physique et l'homme moral"* mais on parle aussi de *"défrichage d'une zone mal connue du domaine historique"*.

Ma propre tentative, cependant, ne s'est pas élaborée au contact de l'histoire mais au carrefour de la psychologie sociale et de l'anthropologie et, il faut le dire, dans une totale ignorance des problèmes empiriques de la maladie, de la santé et de la médecine. Je les ai choisis comme domaine d'étude par hasard — en fait le hasard d'un séminaire de C. Lévi-Strauss analysant des mythes d'origine des maladies dans des populations amérindiennes. En revanche, la notion de représentation sociale était alors, pour moi, centrale. Le terme de représentation sociale ou représentation collective a été proposé, on le sait, par Durkheim qui voulait mettre en évidence la spécificité et la primauté de la "pensée sociale" par rapport à la pensée individuelle. Je rappelle une formulation célèbre de Durkheim: *"Les manières collectives d'agir ou de penser ont une réalité en dehors des individus qui, à chaque moment du temps, s'y conforment. Ce sont des choses qui ont leur existence propre. L'individu les trouve toutes formées et il ne peut pas faire qu'elles ne soient pas ou qu'elles soient autrement qu'elles ne sont"*¹⁰.

En 1961, la publication de l'ouvrage de S. Moscovici, *La psychanalyse, son image et son public*¹¹ allait redonner vie à cette notion mais dans une autre orientation que strictement durkheimienne. Il y avait bien au départ de sa tentative l'hypothèse d'un rôle premier, d'un fait global de la société; pour Moscovici l'homme est un être social, modelé en particulier par la langue de la société à laquelle il appartient et donc par un univers cognitif et symbolique qui lui est préexistant. Son objectif était bien de réintroduire dans les travaux des psychologues sociaux cette "dimension sociale" au sens fort. Pourtant son intérêt principal allait moins vers la détermination sociale des phénomènes de représentation que vers la "construction sociale de la réalité" par les acteurs sociaux par le biais de leurs représentations. Il s'agissait, évidemment, du problème peut-être le plus banal des sciences sociales mais aussi le plus difficile: la part réciproque de la structure sociale et de l'acteur. La notion de représentation sociale constituait une tentative pour les articuler mais l'accent était mis par Moscovici sur le sujet actif construisant son monde à partir des "matériaux", des "répertoires" que la société lui fournit: on peut noter ici une certaine similitude de préoccupation avec les travaux de Berger et Luckman sur la "construction sociale de la réalité" qui seront publiés quelques années plus tard¹².

Il faut aussi situer ce travail dans son contexte de l'époque: celui d'une psychologie sociale à dominante strictement behavioriste. C'est par rapport à ces modèles très réducteurs que Moscovici souhaitait introduire une dimension simultanément cognitive, symbolique et culturelle organisant les conduites des individus et des groupes; celles-ci n'étant donc pas conçues comme de simples "réponses" à des "stimuli" dont la signification n'importe pas. Empiriquement, dans le cas de la psychanalyse, Moscovici voulait montrer comment, à travers leur assimilation des concepts psychanalytiques, les personnes construisaient une nouvelle réalité de la vie psychique, la leur et celle des autres, et lui donnaient sens. Il montrait aussi comment une communication se construisait, un accord s'édifiait autour d'un modèle abstrait qui se muait alors en expérience directe et commune à tous.

Dans mon propre travail entrepris à la suite de Moscovici, il ne s'agissait pas de partir, comme dans le cas de la psychanalyse, d'une théorie scientifique et d'étudier son intégration dans la conscience collective. Je souhaitais, tout au contraire, étudier les représentations sociales de la maladie et de la santé comme réalités *sui générés*, indépendantes des modèles médicaux. C'est à ce niveau que mon inspiration se situait dans la lignée des travaux anthropologiques — convergeant d'ailleurs avec l'idée chère à Durkheim d'une pensée sociale. J'avais retenu de l'anthropologie l'idée de l'existence dans toute société d'un discours sur la maladie, solidaire de l'ensemble de ses constructions mentales, expression mais aussi voie d'accès privilégiée à ses valeurs et à ses rapports de sens. Il était donc important de montrer que, quelle que soit l'importance de la médecine scientifique moderne, la maladie est un phénomène qui la déborde et que la représentation n'est pas

assimilable à la formulation de savoirs ou de croyances mais quelle est une activité d'interprétation et de quête de sens. Dans ces interprétations, s'articulent ordre biologique et ordre social. Avec le recul du temps, il me semble toujours que tel a été l'apport principal de ce travail.

L'analyse de la genèse de la maladie, de ses causes, montrait que celle-ci était imputée à la société agressive et contraignante: la société exerçait son action nocive à travers un "mode de vie" urbain, "malsain", "non naturel" et imposé à l'individu, tandis que ce dernier s'identifiait à la santé. À l'individu sain faisait donc face l'environnement social pathogène. La double opposition "santé-maladie" et "individu-société" qui organisait la représentation donnait donc sens à la maladie. Réciproquement, à travers un discours sur les faits corporels nous avions accès à la perception de la société et de ses contraintes, à la perception des rapports noués avec elle. À travers ce modèle, s'exprimait donc une mise en relation de nos visions du biologique et de nos visions du social que l'on peut retrouver sous d'autres formes dans de nombreuses sociétés. À la même époque Mary Douglas, par exemple, analysait de quelle façon les conceptions de la pollution, les tabous et les rituels qui y sont associés correspondent eux aussi à une socialisation, voire une politisation du "naturel" dans les sociétés traditionnelles.

Cependant, cette étude laissait de nombreux problèmes irrésolus. En conséquence, malgré un écho généralement positif, les critiques adressées à ce travail furent de divers ordres et plusieurs d'entre elles étaient très justifiées. Certaines s'adressaient plutôt aux limites de ce travail. Il est vrai que cette étude portant uniquement sur des membres des classes moyennes et supérieures ignorait la possibilité de variations des représentations selon les groupes sociaux. Il est vrai aussi que ce travail laissait dans le flou le problème de l'articulation des représentations avec les conduites individuelles. De même, aurait-il été utile de mieux marquer l'enracinement social et historique de ces représentations. Elles doivent, à l'évidence, être reliées à l'histoire de l'idée de "nature" dans la pensée occidentale¹³: elles sont proches de la vision rousseauiste des rapports de l'homme et de la nature, de l'homme et de la ville, qui s'exprime à la fin du XVIII^e siècle. Tout récemment, l'historien américain Charles Rosenberg¹⁴ a noté la rémanence et aussi la stéréotypie de la thématique de la ville pathogène dans la pensée médicale anglo-saxonne des XVIII^e et XIX^e siècles. Plus largement, j'ai essayé par la suite dans un livre publié avec Janine Pierret¹⁵ de resituer ces conceptions de la maladie et des malades dans leur évolution historique.

D'autres critiques étaient plus fondamentales. Pour certains sociologues de l'école de P. Bourdieu, par exemple Luc Boltanski qui à la même époque s'est intéressé au problème des rapports au corps¹⁶, la critique portait sur la tentative même d'attribuer aux représentations une réalité et un rôle autonome. Ils y voyaient le danger du resurgissement de la "sociologie spontanée" dans la connaissance sociologique: on ne pouvait faire reposer l'explication de l'action ou du

fonctionnement d'un "champ" de la vie sociale sur le sens que leur donnent les acteurs individuels dans leur appréhension immédiate. Cependant, quelques années plus tard, l'expérience des sujets, le sens qu'ils donnent à leurs actions, sont redevenus des objets pleinement légitimes pour les sciences sociales. D'ailleurs, Bourdieu lui-même a élaboré un modèle d'analyse beaucoup plus complexe du fonctionnement des systèmes symboliques.

En revanche, on peut certainement adhérer aujourd'hui à la critique de la notion même de représentation sociale, de son caractère imprécis, assez "fourre-tout" d'une part, et trop global de l'autre. Au cours des récentes décennies, le mouvement intellectuel des sciences sociales nous a amenés à une méfiance justifiée vis à vis de ces catégories globalisantes et homogénéisantes, comme celles de "culture", d'"identité" ou de "représentation". Dans le cas de mon étude, l'adoption de cette notion avait sûrement poussée à réduire la richesse de l'analyse en occultant la diversité des discours tenus, la différenciation des expressions des informateurs, au profit de la recherche du code commun, donc le plus général, s'appliquant à tous ces discours. Même si ce niveau d'analyse garde une certaine pertinence, aujourd'hui il est évident que les chercheurs ne peuvent s'y limiter.

Cependant, ce travail a incontestablement contribué à éveiller, en France, l'intérêt des sciences sociales pour le domaine de la santé. Dans les pays anglo-saxons, il a été connu grâce à sa traduction anglaise en 1973¹⁷ ; il s'est donc inscrit dans un courant de recherche naissant au cours des années 70 et qui s'épanouira au début des années 80 en particulier en Angleterre: celui des "health beliefs research".

Pour parler de ces recherches, il nous faut revenir au contexte historique et donc retracer les orientations idéologiques et politiques dominantes, et en partie contradictoires, de ce qui m'apparaît comme constituant une deuxième période. Elles ont contribué à structurer les objectifs et le contenu des recherches. Au cours des années 70, la santé a été un des terrains où s'est exprimé le plus fortement le discours critique qui, dans les pays occidentaux, a affecté l'ensemble de la vie sociale. On dénonce alors la délégation excessive à la médecine des problèmes de la santé et du corps, la dépossession des profanes de tout savoir, et même de tout regard légitime concernant leurs corps et ses souffrances. Les groupes dominés, les classes populaires, les femmes, en sont considérés comme le meilleur exemple. Les études se préoccupant des croyances profanes concernant le corps et la santé dans la vie de tous les jours, portant le plus souvent sur les femmes des classes populaires, s'inscrivent donc, à mon avis, dans cette mouvance intellectuelle et dans ce contexte politique global.

En second lieu, il faut aussi noter que c'est en 1974 que la croissance économique s'interrompt dans la plupart des pays occidentaux, en particulier la France. Les certitudes antérieures sont alors ébranlées. Un débat politico-administratif s'engage. Dans ce nouveau contexte, on ne s'interroge pas seulement sur les coûts

en eux-mêmes mais aussi sur la possibilité de rendement décroissant des dépenses de santé: on prend conscience que davantage de médecine n'est pas, nécessairement, toujours positif. L'exigence d'optimisation des ressources et de gestion rationnelle s'amorce et, d'un autre côté, l'intérêt se renforce pour les politiques préventives au détriment de l'orientation curative dominante jusqu'alors. L'accent va être mis en particulier sur l'importance des comportements individuels (consommation de tabac et d'alcool, alimentation, exercice, sécurité dans les rapports sexuels) et des styles de vie dans la détermination des maladies. La recherche, qui s'était d'abord intéressée aux conceptions globales de la santé et de la maladie et à leurs causes, dans le but de montrer la spécificité du discours profane sur les phénomènes corporels, s'infléchit sous l'influence de cette nouvelle politique, fréquemment assortie d'offres de financements par les pouvoirs publics. Elle s'est donc de plus en plus clairement orientée vers l'étude de la prise de conscience de la responsabilité individuelle dans la conservation de la santé et vers l'analyse de l'adoption de "comportements sains", dans un univers culturel désormais marqué par la diffusion massive de l'information sur la santé.

Cette orientation de recherche a inspiré des travaux en France mais elle a surtout été développée en Angleterre à partir des années quatre-vingt. Je ne peux en rendre compte en détails mais je voudrais dire quels sont, à mes yeux, leurs acquis principaux. Il faut citer ici les noms de Mildred Blaxter, Roisin Pill, Jocelyn Cornwell, Michael Calnan, Kathryn Backett, Charley Davison, Rory Williams, etc...

Ces travaux ont, en premier lieu, exploré très finement la différenciation sociale des croyances et des représentations de la santé. Il est ainsi apparu que, si le modèle "environnemental" que j'avais analysé pouvait être assez généralement retrouvé dans d'autres populations, il était néanmoins typique des classes moyennes et supérieures et était moins fréquemment évoqué par les membres des classes populaires¹⁸. En outre, sous l'influence des campagnes de promotion de la santé, une conception "individualiste", l'idée d'une participation de l'individu au déclenchement de la maladie, se diffuse peu à peu dans tous les groupes sociaux. Elle n'est pourtant pas toujours dominante: au cours des années ultérieures, différents auteurs¹⁹ montreront que, d'une part, la représentation d'un rôle de l'environnement social dans le déclenchement des maladies perdure, en particulier dans les classes moyennes et supérieures; d'autre part, les travaux mettront en évidence la permanence d'attitudes "fatalistes", centrées sur les vieilles notions de "chance" et de "destinée" pour expliquer la survenue d'une pathologie.

Ces recherches ont par ailleurs bien éclairé les liens existant entre les croyances et les conduites. Certes, sur ce plan aussi, l'insistance mise par les experts à faire connaître l'importance d'un "style de vie sain" a, globalement, été opérante. Peut-être peut-on résumer l'impact des campagnes d'information sur les comportements par la formule suivante: aujourd'hui, dans les sociétés développées, personne ne "fait tout" pour sa santé, mais plus rares encore sont les personnes qui

"ne font rien" dans ce domaine. Mais, à partir de ce constat global, l'analyse se complexifie: d'abord il est apparu clairement qu'il n'y avait pas de lien univoque et direct entre l'univers des croyances et représentations et celui des conduites. Au contraire, il semble que, paradoxalement, ce sont souvent les personnes éprouvant des difficultés à adopter un "style de vie sain" qui sont les plus fortement persuadées de son importance pour la santé. Ensuite, lorsque l'on s'efforce d'analyser le poids respectif, dans la formation des "styles de vie", de l'information et des croyances d'une part, des "facteurs structurels", des ressources et contraintes liées à la position sociale dans le cadre de la vie quotidienne d'autre part, clairement les variables classiques d'origine sociale et de niveau d'éducation sont les plus influentes, de même que ce sont aussi ces facteurs structurels (notamment l'origine sociale et le niveau d'éducation) qui expliquent, plus que la modification des conduites individuelles, la différenciation des états de santé²⁰.

Ces études nous ont considérablement fait progresser sur tous ces plans. Mais, il convient de les envisager, en second lieu, à un niveau plus "sociétal". Sur ce plan, leur intérêt dépasse le cadre de la seule sociologie de la santé. Plus fondamentalement, ces recherches éclairent le rôle de la connaissance scientifique et sa réception dans les sociétés d'aujourd'hui. La très large diffusion de l'information (tous les auteurs, dans tous les pays, soulignent le bon niveau de connaissance des risques pour la santé révélé par les différentes enquêtes) est typique des sociétés modernes avancées dans laquelle le savoir joue désormais un rôle prépondérant. De ce point de vue, les "health beliefs", pas plus que d'autres univers cognitifs, ne peuvent être aujourd'hui étudiés isolément, comme je l'avais fait dans ma première étude, sans référence aux savoirs professionnels.

Mais de nombreuses recherches montrent aussi, d'abord, l'attitude active des personnes envers cette information qu'elles "travaillent", modèlent et utilisent en fonction de leurs perspectives propres, débouchant alors sur une véritable "épidémiologie profane"²¹ souvent extrêmement complexe. Une réflexivité continue, accompagnée parfois de doute, s'exerce à l'égard de ce savoir qui n'est d'ailleurs pas lui-même sans incertitudes et ambiguïtés. Aujourd'hui, on assiste d'ailleurs à des évolutions paradoxales: d'un côté le discours scientifique gagne chaque jour en complexité et paraît plus éloigné que jamais de la pensée profane; néanmoins les frontières entre discours experts et conceptions profanes, entre science et sens commun sont parfois mouvantes; les interrogations de sens commun nourrissent souvent celles des scientifiques et l'on peut repérer la présence de notions profanes à la base de discours savants et de recherches extrêmement sophistiqués.

Les recherches sur les "health beliefs" ont aussi mis en évidence que le modèle "rationnel", "socialement acceptable", diffusé par les messages informatifs, celui de l'individu préoccupé de sa santé et "responsable" à son égard, s'il peut être actualisé facilement en réponse aux questions des enquêteurs, n'est cependant pas toujours

présent et dominant dans la conscience des personnes interrogées. Les mêmes personnes qui se montrent parfaitement averties des modalités de la "vie saine" et déclarent s'en préoccuper, ne font aucune allusion à la santé, ou aux conduites nécessaires pour en prendre soin, lorsqu'elles sont simplement interrogées sur le déroulement de leur vie quotidienne. Une étude de M. Calnan et S. Williams²² le montre particulièrement clairement mais aussi les travaux de Davison ou d'autres écrits français, par exemple de Bastard et Cardia-Vonèche²³ ou de J. Pierret²⁴. Toutes ces études montrent l'erreur qu'il y a à considérer la santé comme une valeur autonome, dissociée de l'ensemble de la vie des personnes, de leurs stratégies, de leurs trajectoires, de leurs relations familiales et de leurs insertions sociales.

La recherche retrouve alors, à mon avis, l'inspiration qui avait été celle de l'étude des représentations sociales de la santé et de la maladie: montrer que celles-ci ne doivent pas seulement nous intéresser par leur contenu mais *en tant qu'elles constituent une mise en relation de l'ordre biologique et de l'ordre social et participent de visions du monde plus larges ainsi que de logiques plurielles*. J'interprète dans cet esprit les résultats de nombre des travaux concernant les "health beliefs". D'abord, ce que nous pensons de la santé peut varier selon les contextes et s'exprimer sur des registres différents. Ensuite, nos croyances ou nos "représentations", quel que soit le terme utilisé, ne nous renseignent pas seulement sur la relation que nous entretenons avec les phénomènes corporels et notre propre état de santé, mais sur les relations qu'à travers eux nous entretenons avec les autres et avec le monde et l'ordre social.

Il me paraît souhaitable que la recherche retrouve cette orientation plus largement anthropologique, de même qu'il me semble qu'elle gagnerait à adopter une perspective rompant en partie avec la tradition parfois trop instrumentale des études des "health beliefs". En effet, bien que la plupart des chercheurs travaillant sur ces problèmes se soient attachés à dénoncer dans leurs travaux le biais "individualiste" des politiques d'information et de prévention, on peut néanmoins se demander s'ils ne se sont pas, dans une certaine mesure, laissés piéger par cette orientation liée aux points de vue de la politique sanitaire. Ces "croyances" ont, en effet, été étudiées essentiellement du point de vue de leur contenu spécifique, en tant que croyances d'un individu à propos de sa propre santé, et dans leur rôle d'orientation de ses conduites et de son "style de vie". Cette perspective a trop souvent fait oublier que l'intérêt de l'étude des représentations sociales se situe probablement davantage au niveau de l'éclairage de phénomènes collectifs plutôt que de celui des seules conduites individuelles; leur étude nous permet de comprendre pourquoi certains problèmes deviennent saillants dans une société, en quoi ils se situent au centre de la communication sociale et de débats publics et parviennent à constituer des enjeux collectifs. De ce point de vue d'ailleurs, la santé constitue aujourd'hui pour les sciences sociales un objet exemplaire qui ne doit pas

seulement intéresser les spécialistes. Tous les chercheurs en sciences sociales doivent être concernés par le statut que nos sociétés accordent au malheur biologique et les réponses qu'elles y apportent.

Au cours des deux dernières décennies, d'ailleurs, les problèmes de la santé ont considérablement gagné en visibilité dans la vie sociale. La santé, longtemps conçue comme un problème technique du seul ressort du corps médical, est devenu un "problème public" faisant "la une" de nombreux médias, impliquant des intervenants multiples et interpellant fortement le pouvoir politique. En France, récemment, diverses "affaires" éclatant à propos de problèmes de santé, dont le "scandale du sang contaminé" est l'exemple le plus fort, expriment une perte de confiance qui s'adresse à la science et à la médecine mais atteint surtout le pouvoir politique. Dans ce contexte, le rôle de la maladie, de la santé, du corps, comme objets métaphoriques, supports du sens de notre rapport au social - que j'ai qualifié ailleurs de "signifiant social"²⁵ me semble aujourd'hui, simultanément, de plus en plus important et de plus en plus problématique.

Les problèmes de la santé et les interrogations qui s'y rattachent se posent d'ailleurs, sur tous les plans, de manière nouvelle que je ne peux qu'aborder très rapidement. Aujourd'hui, depuis environ une décennie, nous sommes entrés dans une autre période. Le contexte actuel n'est pas marqué seulement par le problème des coûts de la santé et la nécessité de rationalité, ou par une contestation d'ordre essentiellement culturel comme c'était le cas au cours des années soixante-dix. La crise est probablement plus profonde: notre vision de la santé est menacée simultanément par l'incertitude fondamentale engendrée par la réapparition inattendue de pathologies infectieuses et épidémiques, par la conception d'une "société à risques", selon le terme d'Ulrich Beck²⁶, en particulier sur le plan sanitaire, et par des interrogations portant sur le développement scientifique lui-même et son utilisation parfois problématique d'un point de vue éthique.

Le modèle "socio-environnementaliste" que j'avais mis en évidence dans ma première étude garde, dans ce contexte, sa fonction essentielle: il "met en cause" l'ordre social par le biais de ses effets supposés sur nos corps. Mais peut-être son contenu devient-il plus complexe. Il s'exprime d'abord sur un registre plus global que durant les années soixante: les maladies ne nous apparaissent plus seulement comme des maux de la société urbaine mais comme traduisant une réalité environnementale d'ensemble modifiée négativement et, sur le long terme, par l'évolution²⁷. On peut ensuite noter que le modèle que j'avais dégagé — celui de "l'individu sain" opposé à la "société malsaine" — s'est en quelque sorte étendu pour inclure la médecine elle-même: aujourd'hui la société et ses dangers paraît s'incarner aussi dans la médecine et ses interventions. La récente étude de S. Williams et M. Calnan montre clairement la grande ambivalence des perceptions collectives de la médecine moderne²⁸.

On peut alors se demander quel est l'impact potentiel de ces représentations sur la réception des messages "rationnels" de l'éducation pour la santé. N'est-il pas plus difficile à des individus, percevant leur environnement social comme de plus en plus menaçant et doutant de la légitimité et du caractère positif des interventions médicales, d'adhérer à la norme d'un individu demeurant en bonne santé grâce à la maîtrise de leur mode de vie, elle-même fondée sur les acquis de la connaissance scientifique?

Enfin, les représentations s'élaborent aujourd'hui sur un registre plus politique que par le passé, centré sur la responsabilité et les carences de l'État dans le déclenchement des maladies. On peut d'ailleurs souligner, de ce point de vue, le paradoxe de l'évolution actuelle. Dans certains cas, la santé non seulement apparaît comme le seul langage légitime du social mais, de plus, la référence à la santé parvient à autoriser l'action politique: en France, dans certains quartiers défavorisés où prévalent de nombreux problèmes de chômage, de pauvreté, de mauvaises conditions de vie et de logement, c'est la traduction sur le plan sanitaire de ces problèmes sociaux (l'apparition d'une pathologie) qui rend seule possible la tentative d'action réformatrice. La "santé" permet l'apparition d'un problème social dans l'espace public; elle est alors le signifiant des mauvaises conditions de vie en elles-mêmes inexprimables. Réciproquement, nous ne devons pas nous étonner de ce que le "scandale" dans le domaine sanitaire, lorsque le rôle protecteur de l'État en vient à être mis en doute, soit alors perçu comme symbolisant, plus que tout autre problème, la dégradation de la vie collective et de ses régulations.

Notas

¹ C. Herzlich, *Santé et maladie, analyse d'une représentation sociale*, Paris, Mouton-EHES, 1ère édition 1969, réédition 1992.

² M. Bury, *Health and Illness in a Changing Society*, London, Routledge, 1997.

³ E. Freidson, *Profession of Medicine*, New York, Dodd and Mead, 1970 et *Professional Dominance*, New York, Atherton, 1970.

⁴ M. Mauss, "Effets physiques chez l'individu de l'idée de mort suggérée par la collectivité", In: *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 1968, pp. 311-330 (première édition 1926).

⁵ G. Canguilhem, *Le normal et le pathologique*, Paris, PUF, 1966 (première édition 1943).

⁶ M. Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, Plon, 1961; *Naissance de la clinique: une archéologie du regard médical*, Paris, PUF, 1963.

⁷ P. Ariès "La mort inversée", *Archives européennes de sociologie*, 1967, vol. VIII, p. 169-195.

⁸ J. P. Peter, J. Revel, "L'homme malade et son histoire" In: J. Le Goff, P. Nora, *Faire de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1974.

⁹ "Histoire biologique et société" *Annales (Économies, Sociétés, Civilisations)*, 1969, n°6.

¹⁰ E. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, PUF, 13ème édition 1956, p. xxii.

- ¹¹ S. Moscovici, *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, PUF, 1961, réédition 1976.
- ¹² P. Berger, T. Luckman, *The social Construction of Reality*, New York, Doubleday, 1966.
- ¹³ R. Lenoble, *Histoire de l'idée de Nature*, Paris Albin Michel, 1969.
- ¹⁴ C. Rosenberg, "Pathologies of progress: the idea of civilization as risk" *Bulletin of History of Medicine*, 1998, 72, pp.714-730.
- ¹⁵ C. Herzlich, J. Pierret, *Malades d'hier, malades d'aujourd'hui. De la mort collective au devoir de guérison*. Paris, Payot, 1984, nouvelle édition 1991.
- ¹⁶ L. Boltanski, "Les usages sociaux du corps", *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 1971, n°1, pp. 205-231.0
- ¹⁷ *Health and Illness, a Social Psychological Analysis*, Academic Press, 1971.
- ¹⁸ Voir par exemple: M. Blaxter, "The causes of disease: women talking", *Social Science and Medicine*, 1983, 17, pp.59-69 et R. Pill et N. Stott, "Concepts of illness causation and responsibility: some preliminary data from a sample of working-class mothers", *Social Science and Medicine*, 1982, 16, pp.43-52.
- ¹⁹ Voir, en particulier, C. Davison, S. Frankel et G. Davey-Smith, "The limits of popular life-style: reassessing "fatalism" in the popular culture of illness prevention", *Social Science and Medicine*, 1992, 34, pp. 675-685.
- ²⁰ Sur tous ces points voir en particulier: M. Blaxter, *Health and Lifestyles*, London, Routledge, 1990.
- ²¹ C. Davison, G. Davey-Smith, S. Frankel, "Lay epidemiology and the prevention paradox: the implications of coronary candidacy for health promotion", *Sociology of Health and Illness*, 1991, 13, 1, pp.1-19.
- ²² M. Calnan, S. Williams, "Style of life and the salience of health: an exploratory study of health-related practices in households from differing socio-economic circumstances", *Sociology of Health and Illness*, 1991, 13, pp. 506-529.
- ²³ L. Cardia-Vonèche, B. Bastard, "Préoccupations de santé et fonctionnement familial", *Sciences sociales et santé*, 1995, xiii, 1, pp.65-80.
- ²⁴ J. Pierret, *Cultures ou production de santé dans la famille: différenciations et inégalités sociales*, Paris, CERMES, multigraphié, 1996, 165 pages.
- ²⁵ C. Herzlich "Médecine moderne et quête de sens: la maladie "signifiant social", In: M. Augé, C. Herzlich, *Le sens du mal: anthropologie, histoire, sociologie de la maladie*, Paris, Archives contemporaines, 1985, pp. 189-215.
- ²⁶ U. Beck, *The Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage, 1992.
- ²⁷ Voir C. Rosenberg, op. cit.
- ²⁸ S.J. Williams, M. Calnan, *Modern Medicine: Lay Perspectives and Experiences*, London, UCL Press, 1996.

A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE NA INVESTIGAÇÃO BIOMÉDICA: O CASO DO CANCRO *

JOÃO ARRISCADO NUNES

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O ambiente aparece, hoje, como uma dimensão fundamental da investigação biomédica e da actividade clínica e de prevenção no domínio da saúde, estando, mesmo, na origem de novas especialidades das ciências da saúde, como a saúde ambiental ou a patologia ambiental. No domínio da investigação, o ambiente foi sempre uma preocupação prioritária dos estudos epidemiológicos. Apesar dessa centralidade, o ambiente tem sido definido e operacionalizado de modos diversos, consoante as interrogações e os procedimentos estabelecidos nas diferentes áreas e especialidades da biomedicina e, em geral, das ciências da saúde que com ele lidam.

O domínio da investigação e prevenção do cancro surge como um caso exemplar da importância central atribuída ao ambiente enquanto dimensão relevante na determinação das causas e das características do surgimento e desenvolvimento de patologias; mas é aqui, também, que encontramos alguns dos exemplos mais interessantes da diversidade de definições e de operacionalizações acima referida. Ao longo das páginas que se seguem, iremos examinar algumas das formas de construção do "ambiente" enquanto categoria da investigação oncobiológica e da patologia tumoral, assim como as suas implicações em termos de intervenção pública sobre o cancro enquanto problema de saúde.

Cancro e ambiente

... a maioria dos cancros humanos é reconduzível a exposições ambientais e, por isso, potencialmente prevenível (OMS, 1964).

Foi estimado que cerca de 75% a 80% de todos os cancros humanos nos Estados Unidos são devidos a factores ambientais (Fraumeni et al, 1993).

Através de comparações país a país, os epidemiologistas puderam concluir que 70 a 90 por cento dos cancros na América têm causas ambientais (Varmus e Weinberg, 1993).

A esmagadora maioria dos cancros humanos tem origem ambiental (Manuel Sobrinho-Simões, 1994).

A afirmação de que a maioria dos cancros humanos tem causas ambientais tornou-se quase um lugar-comum para os que, de alguma maneira, se encontram envolvidos na prevenção, tratamento ou investigação do cancro. Esta ideia parece ser partilhada mesmo por aqueles que têm expressado, de maneira veemente, a convicção de que, em última análise, a nossa compreensão do cancro e a nossa capacidade de sobre ele actuar dependem da compreensão dos seus mecanismos moleculares¹. Abordagens mais recentes na biologia do cancro têm procurado, de modo explícito, articular perspectivas sobre o cancro centradas nas células ou nas moléculas com uma atenção ao ambiente, como se torna claro na seguinte definição dada por um investigador: "O cancro é uma desregulação da proliferação e diferenciação das células que as torna menos dependentes de mecanismos regulatórios ambientais"².

Segundo o historiador Robert Proctor, as causas do cancro são "bem conhecidas — e são-no há já algum tempo"; elas incluem "produtos químicos no ar que respiramos, a água que bebemos, e os alimentos que comemos..., maus hábitos, más condições de trabalho, mau governo e má sorte — incluindo a sorte do que nos "sai" geneticamente e a cultura em que nascemos" (Proctor, 1995: 1). Proctor documentou, com grande pormenor, a longa história da associação do cancro com causas ambientais, uma ideia que se consolidou na década de 1960. Mas também mostrou como as definições do "ambiente" estão longe de ser estáveis e homogéneas e que a definição do que é o "ambiente" para fins de identificação das causas do cancro é uma operação com uma acentuada carga política.

O "ambiente" pode incluir desde agentes identificados com precisão — como os que Wilhelm C. Hueper associou, nos anos 40, à exposição a "agentes carcinogénicos químicos, físicos e a parasitas"³ — a um leque de entidades heterogéneas, desde carcinogénios "naturais" a substâncias produzidas pelos seres humanos, desde agentes relacionados com localizações específicas a práticas associadas a estilos de vida. Em 1969, em resposta ao que considerava ser uma atenção excessiva e injustificada aos carcinogénios de origem industrial e às exposições a carcinogénios nos locais de trabalho, John Higginson afirmava que o "ambiente" incluía muito mais do que a indústria — os hábitos alimentares, o comportamento

sexual, as influências hormonais, as pressões sociais, etc.⁴ Numa entrevista de 1979, a sua concepção do "ambiente" era alargada da seguinte maneira:

O ambiente é o que envolve as pessoas e se impõe a elas. O ar que respiramos, a cultura em que vivemos, os hábitos agrícolas da nossa comunidade, os hábitos sociais e culturais, a pressão social, os químicos com que se contacta, a dieta, etc. Muita confusão surgiu recentemente porque a maior parte das pessoas não reviu a bibliografia mais antiga, mas usou a palavra ambiente com o significado exclusivo de "químicos" (cit. in Proctor, 1995: 57).

A definição do que é o ambiente implica a atribuição de responsabilidades o que a transforma num jogo conflitual. Diferentes definições do que é ou não é "ambiental" têm sido muitas vezes usadas para diluir ou minimizar o alegado impacto dos carcinogénios de origem industrial na saúde humana, ou para atribuir efeitos carcinogénicos a opções no plano dos estilos de vida e, conseqüentemente, a comportamentos individuais (como no caso do fumo ou dos hábitos alimentares). Esta tem sido uma linha de argumentação comum entre a oposição conservadora à regulação ambiental e dos locais de trabalho, e que encontrou a sua expressão política mais eficaz nos esforços das administrações de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, para desmantelar ou cooptar o aparelho de regulação que havia sido montado durante a década de 1970. Os efeitos dessas iniciativas sobre a prevenção do cancro e sobre a regulação dos carcinogénios levou mesmo Proctor a afirmar que "Ronald Reagan pode ter sido o mais poderoso dos novos carcinogénios da década de 80" (Proctor, 1995: 100).

O desenvolvimento recente de abordagens "genéticas" do cancro suscitou novas interrogações sobre os modos como "gatilhos" ambientais actuam sobre mecanismos celulares e moleculares que, por sua vez, são considerados como causas "próximas" do cancro. Esses desenvolvimentos confirmaram uma tendência para centrar o estudo da carcinogénese — a acção geradora de cancros de certos factores "ambientais" — nos processos de mutagénese — as mutações genéticas associadas ao cancro na sequência da exposição a carcinogénios⁵. O estudo da mutagénese suscitou uma compreensão mais complexa do processo da carcinogénese, em especial do seu carácter "multietápico" e das diferenças entre carcinogénios que actuam como iniciadores ou como promotores da proliferação celular própria do cancro⁶. É preciso não esquecer, contudo, que a concentração na mutagénese exige o recurso a procedimentos experimentais *in vitro* que não esgotam todos os processos e condições associados à carcinogénese que afectam organismos vivos. Continuam a ser necessários tanto estudos epidemiológicos como estudos laboratoriais para que seja possível uma descrição "completa" ou "complementar" (no sentido Bohriano) do cancro e da carcinogénese⁷. Como veremos, alguns procedimentos híbridos de desenvolvimento recente (como a

epidemiologia molecular) não tornaram redundantes abordagens mais convencionais, assim como não tornaram a identificação e a definição do “ambiente” mais homogêneas ou mais estáveis.

A ênfase crescente dos programas de investigação e dos financiamentos da investigação na compreensão dos mecanismos moleculares ligados ao cancro, no desenvolvimento de formas de diagnóstico precoce e na procura de terapias eficazes tem-se feito, na opinião de alguns especialistas mais críticos à custa do desenvolvimento de intervenções eficazes no plano da prevenção, invariavelmente ligadas à identificação de condições ambientais enquanto causas “últimas” do cancro. Entre essas condições, o tabagismo aparece com um realce particular. É muito significativo que, no que respeita ao vínculo entre o tabagismo e o cancro do pulmão — que, durante décadas, foi demonstrado, de modo convincente para a maioria dos cientistas, independentemente das suas inclinações políticas ou das suas pertenças disciplinares, através de dezenas de estudos epidemiológicos (aliás, este parece ser o mais consensual dos resultados até hoje obtido na investigação sobre o cancro) —, a tática, muito usada pelas companhias tabaqueiras, de “alimentar a dúvida” invocando as conclusões incertas dos estudos epidemiológicos acerca da ligação próxima entre o tabagismo e o cancro do pulmão, tenha sofrido um golpe significativo apenas quando a “prova” dos mecanismos moleculares na base dessa ligação foi estabelecida e publicada. Voltarei a este assunto mais adiante.

O consenso de cientistas, clínicos, responsáveis pela regulação e políticos em torno da identificação do tabagismo como uma causa do cancro assenta no seu estatuto ambíguo enquanto factor “ambiental”. Se é possível lançar as culpas para a indústria tabaqueira ou para a inexistência ou insuficiência da regulação da exposição de não-fumadores ao fumo de tabaco, muitos activistas e porta-vozes conservadores do antitabagismo preferiram incluí-lo no rol dos factores ligados aos “estilos de vida”, juntamente com hábitos alimentares, de ingestão de bebidas alcoólicas, de exercício ou sexuais, o que, em última análise, desloca a responsabilidade pelo dano resultante desses hábitos para o indivíduo e para as suas escolhas. O tabagismo é, de facto, o exemplo mais flagrante das dificuldades em definir o “ambiente” e estabelecer as suas relações com o cancro.

Essa dificuldade é facilmente identificável na prática da investigação sobre o cancro, incluindo a investigação em biologia do cancro. Na medida em que a autoridade para definir causas e atribuir responsabilidades com respeito ao cancro assenta na invocação rotineira da investigação científica e dos seus resultados, é importante examinar mais de perto as modalidades de definição e especificação do “ambiente” como um conjunto de conceitos e procedimentos “viáveis” na prática científica. Por outras palavras, como se constrói o ambiente nas, e através das, práticas científicas na investigação em biologia do cancro? Esta pergunta suscita, por sua vez, uma outra: existe alguma ligação explícita entre o

modo como o ambiente é construído e realizado praticamente na biologia do cancro e as abordagens do ambiente desenvolvidas na ecologia? Não irei lidar aqui com todos os aspectos da segunda questão, que mereceria uma discussão alargada e pormenorizada das linguagens e imagens da medicina e da pesquisa biomédica — e, em particular, dos conceitos de “sistema” e de “especificidade” —, que ultrapassa o âmbito deste artigo⁸. Voltarei, brevemente, a este ponto na conclusão, para sugerir que o complexo de práticas associadas aos modos de construção do cancro enquanto objecto da investigação, da prática clínica e da prevenção pode ser tratado, de forma muito produtiva, recorrendo ao conceito de *ecologias de práticas*, proposto por Stengers (1997), e à abordagem “ecológica” defendida e praticada pela sociologia de inspiração pragmática e interaccionista (Star, 1995). Essas abordagens sugerem que a construção do ambiente deverá ser tratada como parte dessas ecologias de práticas, e que as ecologias do cancro e as ecologias das práticas que envolvem o cancro devem ser tratadas, para todos os efeitos práticos, como coincidentes ou co-extensivas⁹.

Um estudo etnográfico da investigação oncobiológica numa instituição de pesquisa sobre o cancro em Portugal oferece-nos um contacto em primeira mão com os modos de construção do ambiente nas práticas de investigação. Essa instituição é o Centro de Investigação em Biopatologia e Oncobiologia/Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (CIBO/IPATIMUP). Trata-se de um centro de pesquisa sem fins lucrativos, associado à Universidade do Porto e financiado por uma conjunto de fontes públicas e privadas. A primeira geração de cientistas que trabalharam — e trabalham — no Centro inclui uma proporção significativa de médicos especializados em patologia, que desempenharam um papel determinante na configuração de abordagens complexas, multiescalares e multifactoriais do cancro. Os investigadores mais jovens, a maior parte deles estudantes de pós-graduação ou bolseiros de pós-doutoramento, têm, predominantemente, formação em biologia. A unidade fulcral do Centro, o laboratório de patologia tumoral, recebe amostras de tecidos e identifica os casos de cancro. O seu pessoal é constituído por técnicos que dominam uma diversidade de técnicas de diagnóstico de patologias tumorais. As abordagens usadas nas várias unidades e subunidades do Centro vão da análise histomorfológica de tecidos à imunoquímica, passando pela citometria estática e de fluxo, pela imunofenotipagem e pela biologia molecular. O Centro mantém sólidos laços de cooperação com outras instituições na Europa (especialmente na Escandinávia, Holanda, Grã-Bretanha, França e Espanha), África (Moçambique), América Latina (Brasil, México, Chile), Estados Unidos e China. A cooperação inclui o intercâmbio de professores visitantes e de estudantes de pós-graduação, a participação em reuniões científicas e em conselhos de redacção de publicações científicas, a arbitragem de textos para publicação, projectos de investigação conjuntos, cursos de formação, e actividades de consulta no domínio do diagnóstico do

cancro. Tanto o leque de actividades e de orientações como a formação heterogénea dos investigadores e dos estudantes obrigam a definir meios para estabelecer uma linguagem comum e para partilhar orientações teóricas e competências técnicas. Entre esses meios contam-se os programas de ensino e de formação com uma forte componente prática e o uso de livros de texto e manuais comuns, que são regularmente utilizados como material de ensino e de referência¹⁰.

Dois desses manuais foram particularmente úteis para identificar o conjunto dos conceitos e das abordagens mais utilizadas na investigação oncobiológica e no diagnóstico de rotina do cancro. O ambiente aparece, nesses manuais, integrado seja nas abordagens epidemiológicas, seja na "patologia ambiental". Como veremos mais adiante, esta última ecoa mais o tipo de trabalho que se faz na oncobiologia, sempre que existe uma interface entre a investigação "básica" e os problemas clínicos, e quando se dá uma convergência entre abordagens distintas, como acontece no Centro. Após uma discussão de como o "ambiente" é definido e transformado em conceitos e em objectos de investigação "viáveis" nos dois textos, irei centrar-me na realização de um estudo levado a cabo no Centro, que oferece um interessante exemplo de uma abordagem multiescalar e multifactorial sensível às condições ambientais e às relações entre causas "últimas" e causas "próximas" das patologias gastrointestinais e, em particular, do cancro do estômago. Os materiais utilizados incluem descrições etnográficas, entrevistas com os investigadores, projectos de investigação, relatórios e publicações. Na conclusão, será retomada a questão da possibilidade de uma abordagem ecológica do cancro e da investigação sobre o cancro.

A epidemiologia do cancro: exposições e causas

A epidemiologia é definida como "o estudo das variações na frequência de doenças entre grupos populacionais e dos factores que influenciam essas variações" (Fraumeni, Jr., *et al*, 1993: 150). Diferentemente das abordagens clínicas e de outras modalidades de investigação biomédica, a epidemiologia lida com populações e não com casos individuais, com a frequência da ocorrência de doenças e com a quantificação dos riscos associados a diferentes causas, e com a distribuição e determinantes das doenças. No caso do cancro, os estudos epidemiológicos permitem a "detecção e quantificação dos riscos associados a exposições ambientais e factores do hospedeiro específicos" (Fraumeni, Jr., *et al*, 1993: 151). Diferentemente dos estudos laboratoriais, a epidemiologia lida com populações humanas, e não com modelos animais ou com sistemas experimentais envolvendo a manipulação de materiais biológicos.

A noção de "exposição ambiental" está no centro da epidemiologia do cancro e a sua definição e operacionalização são passos cruciais de qualquer estudo. Mas

essa noção é também, frequentemente, objecto de vigorosa controvérsia. Proctor (1995) mostrou, de maneira muito pormenorizada, a impossibilidade de separar o científico e o político na definição do que é o ambiente e do que significa a exposição ambiental. Uma dificuldade adicional reside na própria distinção entre “exposições ambientais” e “factores do hospedeiro”. Um manual de patologia ambiental oferece-nos um exemplo deste problema. Numa secção sobre “factores do hospedeiro” relacionados com doenças dos pulmões, são mencionados “factores genéticos, adquiridos e ambientais” (McGee *et al*, 1992: 722). Os factores ambientais podem ser convertidos em factores do hospedeiro — isto é, factores incorporados que têm uma origem ambiental —, tais como os que resultam de uma exposição prolongada a agentes patogénicos no local de trabalho, por exemplo. Certas características raciais e étnicas, geralmente atribuídas a indivíduos, são conhecidas também pela sua forte relação com influências que poderiam ser descritas, da maneira mais adequada, como ambientais. Algumas doenças associadas a condições ligadas à raça ou à etnia são frequentemente vinculadas a práticas culinárias ou a hábitos alimentares, por exemplo, e a sua incidência pode ser reduzida ou eliminada na sequência de migrações para lugares onde essas práticas e hábitos são diferentes — como se verificou em relação à diferente incidência do cancro do estômago entre Japoneses residentes no Japão e Japoneses imigrados nos Estados Unidos.

Uma afirmação repetidamente encontrada em manuais de epidemiologia é a de que os estudos epidemiológicos não permitem uma identificação directa das causas do cancro, mas somente das associações entre a presença da doença numa dada população e os riscos de desenvolvimento de certos tipos de cancro. A passagem das associações às causas obriga a que sejam formuladas inferências causais. Estas, por sua vez, tornam-se especialmente importantes quando se procura definir medidas de prevenção. O caso da associação entre o tabagismo e o cancro do pulmão é uma ilustração clássica desse processo, a que voltarei mais adiante. Para além do seu papel de tornar disponíveis informações relevantes para a prevenção e os meios para avaliar as medidas e os programas de prevenção, os estudos epidemiológicos desempenham dois papéis adicionais. Por um lado, eles fornecem pistas para a compreensão da etiologia de diferentes formas de cancro, nomeadamente através da identificação das “peculiaridades na distribuição da doença” (Fraumeni, Jr., *et al*, 1993: 151). Estas, por sua vez, oferecem, com frequência, sugestões úteis para estudos ulteriores sobre os mecanismos da carcinogénese, recorrendo a abordagens laboratoriais e a modelos animais. Por outro lado, a epidemiologia permite que os riscos associados a diferentes exposições (sejam elas carcinogénicas ou protectoras) sejam quantificados, seja através do recurso ao cálculo de diferentes taxas — de incidência, mortalidade ou prevalência, por exemplo —, seja através do controverso método de elaboração de curvas de dose-resposta¹¹.

Do que foi dito, parece ser claro que “exposição” e “risco” são dois termos cruciais para a epidemiologia do cancro. A sua definição e conversão em entidades observáveis e manipuláveis é um problema central para os epidemiologistas que trabalham nesta área. De facto, o modo de existência do “ambiente” na epidemiologia depende da definição da exposição: quem está exposto a quê, onde, quando e como? A exposição, por sua vez, é o ponto de partida para a avaliação quantitativa dos riscos atribuíveis a cada tipo específico de exposição¹².

Um dos manuais de oncologia mais utilizados (DeVita *et al*, 1993) subsume as principais causas do cancro nas rubricas “tabaco”, “álcool”, “riscos profissionais”, “poluição ambiental”, “radiação ionizante”, “radiação solar”, “vírus” (e outros agentes infecciosos), “dieta e nutrição” e, finalmente, “susceptibilidade genética”. Esta última é geralmente excluída do rol dos factores rotulados de “ambientais”, mas as interações entre genes e ambiente constituem um importante foco de atenção na investigação em biologia do cancro, especialmente nos estudos de epidemiologia molecular. Um quadro incluído nesse manual apresenta uma especificação mais pormenorizada dos elementos implicados na noção de “causas ambientais” do cancro humano (Fraumeni *et al*, 1993: Quadro 9-17).

O quadro é construído como uma série de relações horizontais entre a localização da ocorrência duma forma particular de cancro, o tipo de exposição que gera um risco de cancro nessa localização e o agente carcinogénico envolvido (geralmente uma substância química, um processo físico ou um agente biológico). Um quadro deste tipo é, ao mesmo tempo, o resultado de estudos epidemiológicos e laboratoriais do cancro e a base para o lançamento e interpretação de novos estudos epidemiológicos. O “tipo de exposição” envolve, geralmente, um complexo de factores sociais, económicos, culturais e políticos que são, com frequência, “apagados” quando se realiza a tradução entre exposição e “agente”. Apesar de o quadro estar organizado com base na ordenação alfabética dos agentes, é possível tomar qualquer coluna ou qualquer “célula” em qualquer coluna como ponto de entrada para a identificação de relações relevantes entre exposição, agente e localização. Quer isso dizer que uma definição prévia de um tipo de exposição pode orientar a procura de populações em risco, sendo o inverso também verdadeiro. A identificação de padrões de distribuição do cancro em populações determinadas e entre populações, no espaço — como acontece quando existem concentrações espaciais de certos tipos de cancros — e ao longo do tempo, podem apontar para a identificação de tipos de exposição considerados relevantes, bem como dos agentes envolvidos. Nestes casos, a exposição é deduzida ou pressuposta a partir de padrões de distribuição dos diferentes tipos de cancros.

É possível sugerir outras possibilidades de leitura do quadro. A mesma localização pode estar sujeita a diferentes tipos de exposições e à acção de diferentes agentes carcinogénicos. Inversamente, o mesmo tipo de exposição ou o mesmo agente podem afectar várias localizações. Certas leituras, contudo, são impedidas

pelo modo como foi construído o quadro. Alguns estudos publicados sugerem que um determinado tipo de exposição ou um dado agente podem ter um efeito carcinogénico numa dada localização e um efeito de protecção noutra; podem surgir interacções ou sinergias entre agentes ou tipos de exposições; e outros estados e agentes patogénicos podem estar envolvidos na exposição a certos tipos de cancros. É importante, por isso, sublinhar que a maneira como um quadro é construído permite certas leituras e exclui outras.

A epidemiologia pode ser dividida em dois grandes tipos de abordagens: *descritivas* e *analíticas*. As abordagens descritivas incluem estudos da distribuição da frequência da doença, expressa em taxas (de incidência, de prevalência, de mortalidade ou de *case-fatality*), referidas a uma dada população num dado momento ou período de tempo¹³. A exposição é, frequentemente, pressuposta ou tomada por certa para todos os efeitos práticos, na base do conhecimento prévio da população em estudo ou de populações com características consideradas semelhantes às desta; ou ela é deduzida da presença, na área de residência da população, de "factores" que, presumivelmente, constituem um risco carcinogénico ou, inversamente, conferem protecção contra certas formas de cancro. Os estudos descritivos recorrem, em geral, a dados agregados obtidos a partir de registos de cancro, muitas vezes baseados em inquéritos específicos, registos de doentes oncológicos mantidos por hospitais ou certidões de óbito. Estas fontes fornecem diferentes tipos de informações e referem-se a populações construídas na base de diferentes princípios de inclusão e de selecção. Acontece com frequência que os estudos descritivos recorram ao que é geralmente designado por abordagem *correlacional* ou *ecológica* (é interessante notar que esta é uma das raras utilizações do termo *ecológico* em estudos que tratam das causas ambientais do cancro...), em que as taxas referentes a populações são comparadas com a distribuição geográfica ou no tempo de factores suspeitos de serem factores de risco (Fraumeni, 1993: 153). São bem conhecidos os problemas que esta abordagem suscita, nomeadamente em relação ao perigo da *falácia ecológica*, isto é, de "saltar" de conclusões baseadas em informações sobre populações para conclusões sobre indivíduos ou sub-grupos específicos de uma população, especialmente se se tiver em conta a possível existência de "factores de perturbação" que tendem, seja a obscurecer, seja a conferir excessiva visibilidade ao factor de interesse. Este problema esteve na origem de muitas controvérsias em torno das relações entre o cancro do pulmão e a exposição a riscos profissionais entre trabalhadores ou mineiros que lidavam com amianto, especialmente quando também fumavam. A referência, no passo citado, a factores "suspeitos" de serem factores de risco, e não factores definidos e quantificados com precisão, é um sintoma destes problemas.

Os estudos analíticos são usados para testar hipóteses etiológicas — isto é, hipóteses referentes à origem das doenças. Para esse efeito, são seleccionados indivíduos em certas populações e recolhida informação sobre factores suspeitos

de serem factores de risco. Os indivíduos são divididos em grupos segundo a exposição ao factor de risco e/ou a ocorrência da doença em estudo. Outros factores de risco ou variáveis potencialmente perturbadoras são controladas, de modo a que "o risco de doença associado à exposição possa ser estimado". Os grupos devem ser de dimensão suficiente, e os "intervalos de tempo entre a exposição inicial e a iniciação do tumor suficientemente longos para que se possa identificar risco em excesso de pequena magnitude que se considere importante detectar" (Fraumeni, 1993: 165). Há três tipos de estudos analíticos: estudos de coortes, estudos de tipo *case-control* e estudos experimentais. Os dois primeiros tipos são baseados na constituição de dois grupos, um sujeito e o outro não sujeito a uma dada exposição. Os estudos de coortes seguem indivíduos nos dois grupos ao longo do tempo, comparando taxas de incidência e taxas de mortalidade. Esta abordagem "é usada, sobretudo, quando é possível avaliar exposições elevadas em subgrupos claramente definidos de uma população", especialmente os que estão sujeitos a uma exposição facilmente identificável, como o consumo de tabaco, drogas administradas por indicação médica ou radiações ou riscos profissionais" (Fraumeni, 1993: 165). Os estudos de tipo *case-control* assentam na constituição de dois grupos, um de portadores da doença em estudo, outro de não-portadores. Os indivíduos em ambos os grupos são "emparelhados" de acordo com características consideradas relevantes, de modo a poderem ser comparados entre grupos. É recolhida informação sobre exposições anteriores, de modo a que seja possível associar exposições diferenciadas com a presença ou ausência da doença (Fraumeni, 1993: 165).

Os chamados estudos de intervenção ou experimentais são incluídos num terceiro grupo de estudos analíticos. São usados, com frequência, para confirmar associações sugeridas por estudos dos outros dois tipos, como, por exemplo, quando se procura avaliar os efeitos da dieta ou da nutrição. Neste tipo de estudo, as exposições são manipuladas, o que suscita, por vezes, problemas éticos sérios.

A própria exposição é, muitas vezes, baseada na informação fornecida pelos sujeitos incluídos no estudo. Um problema que surge, com frequência, sobretudo nos estudos de tipo *case-control* — que dependem da informação prestada pelos sujeitos sobre exposições passadas — é o dos vieses que podem levar ao sobre-registo ou ao sub-registo de exposições. Isso pode estar ligado, por sua vez, às características sociais e culturais associadas às populações, grupos ou contextos específicos em que se inserem os sujeitos. Num editorial recentemente publicado no *Journal of the National Cancer Institute*, dois membros proeminentes do NCI, Douglas Weed e Barnett Kramer, discutiram esse problema em relação com os resultados contraditórios de estudos de tipo *case-control* sobre as possíveis ligações entre o aborto provocado e o cancro da mama. Um estudo de mulheres de duas áreas dos Países Baixos — as regiões mais "liberais" do Oeste e as regiões mais "conservadoras" do Sudeste — sobre o uso de contraceptivos orais e o cancro da

mama produziu alguns resultados perturbadores. A associação entre o aborto provocado e o cancro da mama era muito fraca nas regiões liberais, e muito forte nas regiões conservadoras. O risco relativo ajustado era de 1.3 para as primeiras e 14.6 para as segundas. Como sugerem Weed e Kramer, este e outros trabalhos sobre o tema

tornam credível a ideia de que a relação modesta referida em estudos sobre as últimas quatro décadas possa ser explicada, pelo menos em parte e talvez mesmo em grande medida, pelos vieses de resposta (recordação). O viés aparece quando se pergunta às mulheres se alguma vez fizeram um aborto. Por razões muito pessoais e talvez mesmo subconscientes, as mulheres — especialmente as mulheres saudáveis — tendem a subestimar uma decisão que tem uma forte carga emocional¹⁴.

Esta questão insere-se no problema mais amplo de como definir a exposição, de como a especificar em termos de variáveis quantificáveis e de como avaliar a fiabilidade desse tipo de informação. O problema pode ser reformulado em termos da definição do modo de existência do ambiente nesses estudos. Muitas das exposições ou dos factores descritos como ambientais aparecem, muitas vezes, como incorporados em indivíduos, como resultado de exposições anteriores. A já mencionada dificuldade de traçar uma linha divisória clara entre factores ambientais e factores do hospedeiro é, aqui, particularmente evidente.

Os estudos epidemiológicos geram três tipos principais de inscrições¹⁵: quadros, mapas e gráficos com curvas cronológicas ou distribuições de frequências. Nos estudos descritivos, cada um desses tipos de inscrições inclui informações explícitas sobre localizações, tempo ou variáveis relacionadas com o sexo, a idade, a raça ou a etnia, o estatuto socioeconómico (geralmente a partir do rendimento e do nível de escolaridade), assim como medidas de incidência, prevalência ou mortalidade para diferentes tipos de cancros. As variáveis relacionadas com a exposição estão geralmente ausentes deste tipo de estudos. Em seu lugar, são usados padrões ou tendências de incidência, prevalência ou mortalidade como “sucedâneos” de condições ou exposições ambientais (Fraumeni *et al*, 1993: 168). A componente “ambiental” das causas do cancro é, muitas vezes, estimada através da subtracção das taxas da população em estudo de taxas referentes à população apresentando o risco registado mais baixo. “O risco mais baixo é considerado o nível de base para os chamados tumores espontâneos que, teoricamente, não podem ser evitados” (Fraumeni *et al*, 1993: 154). Nesses casos, o ambiente é tratado como a soma dos “factores” associados ao cancro para além do nível de base comum dos tumores de ocorrência “espontânea”.

Convém notar que, na maioria dos estudos descritivos, a exposição não é especificada em termos quantitativos, e que, apesar de todas as precauções com

respeito à necessidade de separar “associações estatísticas” de “coincidências espúrias” e “associações causais e não-causais” (Weed e Kramer, 1996: 1698), as inferências causais são apresentadas, com frequência, como altamente plausíveis, senão como inescapáveis. Nos debates sobre a relação entre o tabagismo e o cancro, procurou-se estabelecer orientações que funcionassem como critérios para avaliar a plausibilidade e a credibilidade de inferências causais. Essas orientações incluíam a avaliação da força e da especificidade das associações, a presença de gradientes de dose-resposta, a consistência e a reprodutibilidade dos resultados e a sua plausibilidade e coerências no plano biológico, e a adequação das sequências cronológicas observadas (Fraumeni *et al.* 1969). Contudo, como revela esta enumeração, esses critérios não incluem apenas procedimentos alegadamente “objectivos” e mensuráveis, mas também outros baseados numa espécie de “razoabilidade” pragmática:

Em geral, as inferências causais a partir da epidemiologia desenvolvem-se gradualmente após ter sido considerada toda a informação biológica relevante, incluindo os estudos laboratoriais. Embora as observações epidemiológicas possam acumular-se até atingirem o ponto em que a identificação de causas é virtualmente inescapável, não é possível, no sentido estrito da expressão, provar a causalidade recorrendo unicamente a esses meios. Apesar disso, pode-se demonstrar, muitas vezes, que as causas são suficientemente prováveis para estabelecer uma base convincente para a prevenção e para a intervenção em saúde pública, e é certamente isso que acontece no caso do tabagismo e do cancro do pulmão (Fraumeni et al, 1993: 170).

As inferências causais podem desenvolver-se gradualmente através da acumulação de observações epidemiológicas, até ao ponto em que se torna virtualmente inescapável a identificação de nexos causais, mesmo que tal não signifique que, rigorosamente falando, a causa possa ser provada. A referência mútua entre estudos epidemiológicos e estudos laboratoriais permite que interpretações apoiadas em toda a informação biológica relevante se tornem afirmações persuasivas de umnexo causal que, mesmo sendo insuficientes enquanto prova científica, são o bastante para justificar medidas e intervenções preventivas. Na ausência do que os autores citados consideram ser padrões rigorosos de prova, as inferências causais adquirem a sua qualidade persuasiva através de um consenso entre investigadores e clínicos sobre como interpretar informações provenientes de fontes diversas e produzidas através de diferentes procedimentos, que se confirmam mutuamente (Fraumeni *et al.* 1993: 169). O rigor e a precisão são associados, como noutros tipos de prática científica, à possibilidade de quantificar os resultados. O número de sujeitos ou a dimensão das populações incluídas nos

estudos epidemiológicos são considerados como critérios determinantes de avaliação das hipótese etiológicas e dos níveis de risco. O que acontece, de facto, é que os julgamentos sobre a exposição e sobre os riscos associados à exposição são, geralmente, efectuados através de uma versão do que Garfinkel (1967) designa por "método documental de interpretação". Weed e Kramer (1996: 1698) oferecem-nos, num passo que merece ser extensamente citado, uma descrição bastante clara dos problemas relacionados com o julgamento e a inferência nos estudos epidemiológicos:

A produção desses julgamentos em situações de considerável incerteza e complexidade é uma questão séria, que exige prudência e a sobreposição de métodos qualitativos e quantitativos... Os julgamentos infereciais aparecem, tipicamente, em recensões, editoriais, capítulos de manuais e relatórios de organizações. Nessas publicações, os julgamentos reflectem os valores científicos dos autores, que podem diferir em consequência da formação, do desenvolvimento profissional e de outros factores. Dito de outro modo, a prova não se "aguenta sozinha" na ciência médica e nas publicações que dão conta dos seus resultados. Não há provas semelhantes às que se encontram na matemática teórica. As avaliações da evidência, mesmo quando são expressas em termos quantitativos, são mais qualitativas do que a maior parte dos "leigos" pensa. Embora os conceitos quantitativos sejam inegavelmente relevantes, os nossos julgamentos são, em última análise, qualitativos. Até mesmo a força da associação, uma ideia muito quantitativa, entra nos julgamentos em termos da consideração muito qualitativa do âmbito em que factores de perturbação desconhecidos (e por isso não mensuráveis) existem.

Excepto no que diz respeito à referência a um ideal epistemológico de precisão — a matemática teórica —, os comentários dos autores estão na linha de alguns dos argumentos defendidos pelas abordagens construcionistas nos estudos sociais da ciência e da medicina. Eles acabam por não conseguir identificar, porém, *porque* é que certos argumentos são mais persuasivos do que outros, e *para quem* é que eles são persuasivos.

A relação entre o tabagismo e o cancro

A investigação sobre a relação entre o tabagismo e o cancro do pulmão é um exemplo interessante de consenso entre cientistas e médicos, mas também da dificuldade em produzir argumentos a favor dessa relação capazes de se imporem à indústria tabaqueira e ao sistema judicial.

A relação entre o tabagismo e o cancro do pulmão está hoje identificada através de estudos epidemiológicos, tanto descritivos como analíticos. O risco de cancro associado ao fumo ou à exposição ao fumo de tabaco foi estabelecido de maneira directa através de estudos analíticos, em que tanto a existência de exposição como o grau dessa exposição podiam ser determinados através da identificação individual de fumadores e de não-fumadores e das quantidades e duração do fumo para os primeiros, assim como um leque de indícios indirectos da exposição afectando os não-fumadores (tais como o estar casado/a com um(a) fumador(a), ou a co-habitação com um ou mais fumadores, ou o trabalho num meio exposto ao fumo de tabaco). A mesma associação foi sugerida indirectamente através de estudos descritivos de distribuições por idades e diferenças entre sexos e das respectivas evoluções ao longo do tempo no respeitante à incidência do cancro do pulmão. O recente fenómeno de “achatamento” das curvas de incidência do cancro do pulmão entre os homens e a subida concomitante das curvas para as mulheres, por exemplo, podem ser interpretadas, plausivelmente, como mostrando uma ligação a mudanças de exposição que, por sua vez, estão associadas a mudanças no hábito de fumar.

Desde que essas associações foram estabelecidas através de estudos epidemiológicos, a maior parte dos investigadores e médicos têm aceiteado os resultados desses estudos como uma prova convincente da existência de uma ligação. Isso deveu-se, em boa medida, a um consenso muito amplo acerca do valor e da fiabilidade da informação epidemiológica, apoiado nas culturas profissionais e científicas partilhadas pelos clínicos e pelos investigadores em biomedicina. A indústria tabaqueira, contudo, recusou-se a reconhecer que a associação teria sido provada, invocando a inexistência de dados sobre os mecanismos que gerariam essa ligação baseados em investigação bioquímica e em biologia molecular. Foi só depois da publicação, em 1996, na revista *Science*, de um artigo assinado por Michael Denissenko e vários co-autores, demonstrando os mecanismos moleculares através dos quais um composto carcinogénico presente no fumo de cigarro induz mutações no gene supressor de tumores *p53*, que as empresas tabaqueiras começaram a aceitar acordos para o pagamento de indemnizações a doentes com cancro do pulmão, cuja condição pudesse ser ligada ao tabagismo. As frases que abrem e concluem o resumo do artigo são afirmativas e directas: “Cigarette smoke carcinogens such as benzoapyrene are implicated in the development of lung cancer... These results provide a direct etiological link between a defined chemical carcinogen and human cancer” (Denissenko *et al*, 1996: 430). Como mostra este exemplo, em última análise, a autoridade da ciência não depende de uma inferência causal baseada em estudos epidemiológicos e na sua convergência com estudos laboratoriais — por muito que essas inferências sejam convincentes, tanto para os cientistas como para os “leigos” ou para os responsáveis por políticas públicas. Ela assenta, antes, na demonstração de umnexo causal “próximo” —

molecular, neste caso. Esta situação suscita, como é óbvio, muitas questões a respeito tanto do estatuto dos estudos epidemiológicos como das explicações das causas do cancro como sendo ambientais, quando confrontados com a autoridade de um estilo de trabalho científico e de explicação científica como o da biologia molecular.

Mais recentemente, o nexa tabagismo-cancro veio suscitar outras questões interessantes. Tanto clínicos como investigadores estão de acordo, hoje, em reconhecer a associação do tabagismo não só com o cancro do pulmão, mas também com cancros da laringe, da boca, da faringe, do esófago, da bexiga e do pâncreas, assim como com riscos acrescidos de cancros do rim e do pelvis, do colo do útero, das cavidades nasais, do estômago, e de leucemias. Mas um estudo recente, de tipo *case-control*, sobre mulheres portadoras de mutações dos genes BRCA1 e BRCA2, e por isso em risco de virem a desenvolver uma forma hereditária de cancro da mama, mostrou que as mulheres que fumavam estavam menos sujeitas ao risco de desenvolvimento desse tipo de cancro do que as não-fumadoras, e adiantou "a possibilidade de o tabagismo reduzir o risco de cancro da mama em portadoras de mutações dos genes BRCA1 e BRCA2" (Brunet *et al*, 1998: 761). A explicação, mais uma vez, é bioquímica: "Descobriu-se que o fumo de cigarro tem efeitos antiestrogénicos, e que o tabagismo está associado a uma menopausa precoce, com um risco acrescido de osteoporose e um risco reduzido de cancro do endométrio" (Brunet *et al*, 1998: 761). A questão, aqui, não é a de o tabaco não ser um carcinogénio, ou de, enquanto carcinogénio, não ser tão perigoso como se pensava, mas a de certos agentes carcinogénicos poderem, em circunstâncias diferentes, ter um efeito de protecção sobre certas localizações. Essa possibilidade, com efeito, já tinha sido adiantada num estudo anterior, que afirmava que o tabaco pode ter efeitos opostos, carcinogénicos e antiestrogénicos. Esses efeitos teriam consequências diversas para diferentes grupos de pessoas, dependendo do tipo de riscos a que estavam expostos (Brunet *et al*, 1998: 761). A especificidade de localização dos estudos sobre o cancro torna difícil tomar em linha de conta a ecologia mais complexa da carcinogénese e da protecção contra a carcinogénese, e o modo como diferentes "factores" ambientais podem actuar de maneiras diferentes em localizações diferentes.

A patologia ambiental: diagnosticando os efeitos da carcinogénese

A patologia pode ser definida como "o estudo científico das causas e dos efeitos da doença", sendo a segunda caracterizada, por sua vez, como "uma variação anómala na estrutura e na função de qualquer parte do corpo" (Anderson, 1985: 1.1). Ao longo do último século, a patologia evoluiu de uma "descrição morfológica

grosseira de órgãos doentes” para um campo heterogéneo de práticas que vão das descrições morfológicas diagnósticas de tecidos a um conjunto de técnicas da biologia molecular e celular e da imunologia (McGee *et al*, 1992: vol. 1, v).

A patologia tumoral é uma componente central da investigação e da prática clínica que incluem o diagnóstico e a descrição de diferentes tipos de cancros. Os patologistas analisam as características de amostras de tecidos que foram preparadas e fixadas em lâminas de vidro, coradas e submetidas a reacções com anticorpos específicos. Essas amostras são examinadas para determinar a presença de “variações anómalas”, recorrendo a um leque de técnicas laboratoriais. O primeiro objectivo do trabalho de rotina na patologia tumoral é a identificação de casos “positivos” de patologias cancerosas, excluindo os casos identificados como “negativos” ou “falsos positivos”. A patologia tumoral pode ser descrita como uma actividade de resolução de problemas que articula um conjunto heterogéneo de práticas relacionadas, entre outras, com a histologia (o estudo de alterações estruturais em tecidos), a citologia (o estudo de alterações em células), a bioquímica ou patologia química (a investigação das perturbações metabólicas ligadas às doenças através de procedimentos experimentais), a imunologia (a identificação de condições anómalas no sistema imunitário através de reacções específicas entre antigénios e anticorpos), ou a biologia molecular (o estudo dos processos moleculares envolvidos no desequilíbrio entre a proliferação celular e a morte celular programada ou apoptose)¹⁶. O trabalho da patologia tem como pano de fundo um conhecimento pormenorizado da anatomia e da fisiologia dos organismos humanos (Nunes, 1997b). Os patologistas recorrem, conforme as necessidades, a competências diversas, de modo a permitir comparações sistemáticas de novos casos com casos anteriores e com um corpo de conhecimentos partilhados, tratando cada novo caso como um exemplo de uma categoria mais geral de casos e, ao mesmo tempo, revendo as categorias existentes, quando tal se torna necessário, a fim de poderem incluir os novos casos. A referência a protocolos, obras de consulta ou manuais é frequente. Embora geralmente descrita como “rotina”, a descrição patológica de neoplasias é um passo necessário na localização de novos materiais para a investigação sobre o cancro.

Independentemente da sua formação — em biologia, bioquímica, medicina ou farmácia —, é exigido a todos os investigadores, assistentes de investigação, técnicos e estudantes de pós-graduação, no CIBO/IPATIMUP, que adquiram alguma competência em patologia e que dominem um vocabulário comum. Essas tarefas são realizadas com a ajuda de um manual, *o Oxford Textbook of Pathology* (McGee *et al*, 1992), ao qual se recorre, regularmente, tanto para o ensino como para consultas. O manual é uma extensa obra em três volumes, organizados à volta dos “Princípios da Patologia” e da “Patologia dos Sistemas”, e que se apoia numa representação da patologia baseada na especificidade de localizações ou de sistemas, mesmo quando procura fazer convergir diferentes abordagens e técnicas em torno de cada sistema (Quadro 1)¹⁷.

A discussão pormenorizada desses sistemas, das suas funções "normais" e das suas patologias, é complementada com um capítulo sobre técnicas de diagnóstico e de investigação. Essas técnicas incluem a preparação de biópsias para diagnóstico, a análise imunocitoquímica de tecidos humanos, a análise de ácidos nucleicos de tecidos (hibridização *in situ*, detecção viral, análise de ARN *in situ*, extracção de AND e ARN, "Northern blotting" e "Southern blotting", PCR), citopatologia exfoliativa, aspiração com agulha fina, citometria de fluxo, e uma breve discussão de alguns desenvolvimentos recentes da biologia molecular. Cada uma dessas técnicas tem um papel a desempenhar nos estudos que ligam a epidemiologia — em particular a epidemiologia molecular — e a patologia ambiental, e todas elas suscitam interrogações sobre o que se define como "ambiente", enquanto parte de conjuntos específicos de práticas.

O volume sobre "Princípios", por sua vez, assenta na observação pormenorizada das células, da sua estrutura e função, e dos processos moleculares que estão na sua base. Um conjunto de capítulos lida com o tema específico da patologia, sob títulos como "Dano e morte das células", "Mecanismos de defesa", "Resposta a danos", "Patofisiologia da infecção" e "Distúrbios da circulação". O cancro é objecto de dois capítulos, sobre "Crescimento, dimensão e diferenciação celulares" e "Neoplasia". Os capítulos finais incidem na "Patologia ambiental" e nos "Princípios da patologia do desenvolvimento". O longo capítulo sobre patologia ambiental é o que, aqui, nos vai interessar mais. Apesar de não ser dada nenhuma definição deste subdomínio da patologia, parece claro que ele lida com a relação entre causas atribuíveis a factores ambientais e os seus efeitos na estrutura e função de localizações específicas (órgãos ou sistemas). A identificação dessa relação requer uma descrição pormenorizada das características físicas, químicas ou biológicas do agente causal, dos seus efeitos sobre a localização em causa e dos mecanismos específicos através dos quais o agente gera esses efeitos. Mais do que procurar associações entre a exposição a um agente e a ocorrência da doença — como nos estudos epidemiológicos —, o objectivo da patologia ambiental é o de determinar as trajectórias e os mecanismos que seguem os agentes patogénicos que actuam sobre localizações específicas. Em geral, essa tarefa assume a forma de descrições pormenorizadas das propriedades dos agentes causais e das reacções próprias das localizações por eles afectadas.

Diferentes secções, da responsabilidade de diferentes autores, lidam com um tipo particular de agentes ou com doenças associadas a esses agentes, incluindo:

- Doenças provocadas pelo pó (associadas a sílica, carvão e amianto);
- Poluição ambiental (associada a moléculas naturais e sintéticas e à "poluição do ambiente em geral", através da acção de produtos agroquímicos, pesticidas ou DDT, incluindo baixos níveis de contaminação por carcinogénios);
- Perturbações ligadas à nutrição (incluindo as relacionadas com a saciedade e a selecção nutricional; nutrientes; avaliação da nutrição, disponibilidade

de alimentos; tubo gastrointestinal e doenças associadas a excessos ou privações no plano da nutrição);

- Reacções adversas a drogas (relacionadas ou não com doses);
- Fotopatologia (incluindo reacções à radiação ultravioleta);
- Radiação ionizante;
- Danos provocados em tecidos normais pela radioterapia.

As relações entre agentes patogénicos e as reacções aos seus efeitos podem, bem entendido, variar em função da localização e do tipo de agente ou efeito em causa. Mas os agentes patológicos descritos como “ambientais” têm um aspecto em comum: eles são identificáveis em termos das suas propriedades físicas, químicas ou bioquímicas e das reacções que desencadeiam em diferentes localizações. A construção de entidades “viáveis” que possam ser identificadas e, eventualmente, quantificadas, dotadas de propriedades especificáveis e ligadas aos seus efeitos sobre órgãos ou sistemas específicos é uma condição *sine qua non* do uso adequado de procedimentos utilizados regularmente na patologia. A incidência na especificidade — ou, mais precisamente, em relações ou processos especificáveis — é crucial. A patologia ambiental tem de se apoiar em objectos reconhecíveis pela sua adequação aos modos e escalas dos procedimentos que utiliza.

Das exposições ambientais às ecologias do cancro

A convergência da investigação, da prevenção e da intervenção clínica ocorre, por vezes, no âmbito de programas envolvendo as autoridades responsáveis pela saúde pública, as instituições clínicas e as unidades de investigação, e que incidem sobre o rastreio e o tratamento de certas doenças. Alguns tipos de cancros prestam-se a essas iniciativas, criando oportunidades interessantes para a articulação de um conjunto de práticas, de procedimentos e de actores que lidam com diferentes aspectos da relação entre as causas “últimas” ou ambientais do cancro e os mecanismos identificáveis com as suas causas “próximas”. A iniciativa discutida a seguir permite lançar alguma luz sobre o potencial e os limites das abordagens actuais donexo entre o ambiente e o cancro.

Diferentemente de outros países europeus e dos Estados Unidos, Portugal continua a apresentar uma forte prevalência do cancro do estômago. Não será surpreendente, por isso, que este figure entre as prioridades da investigação e das iniciativas no âmbito da saúde pública e da prevenção do cancro. Ao longo da última década, a investigação sobre o carcinoma do estômago procurou identificar, quer as causas da doença que poderiam ser atribuídas a factores “ambientais” — como a dieta —, quer os mecanismos da carcinogénese e da mutagénese. Em 1995, foram iniciados no CIBO/IPATIMUP dois projectos de investigação, cujos

objectivos eram identificar novos genes em células gástricas, o possível papel de factores genéticos na susceptibilidade variável às doenças gástricas em geral e ao carcinoma gástrico em particular, e a sua interrelação com factores ambientais. A descoberta do âmbito da infecção endémica da população portuguesa (mais de 80%) por *Helicobacter pylori*, uma bactéria associada a doenças gastrointestinais, apontava para uma importante condição ambiental susceptível de contribuir para a elevada prevalência do cancro do estômago. A investigação em biologia molecular mostrou que, "durante a carcinogénese em geral e a carcinogénese gástrica em particular", as glicoproteínas designadas por mucinas, que desempenham um papel significativo na protecção contra agressões ambientais, passavam por "alterações sistemáticas", e que estas estavam ligadas, por sua vez, ao elevado polimorfismo dos genes das mucinas. Indivíduos com genótipos de MUC1 e MUC6 (genes que codificam mucinas) codificando "pequenas" mucinas eram mais susceptíveis ao cancro do estômago (CIBO/IPATIMUP, 1995). Em 1997, um artigo baseado num estudo de epidemiologia molecular de doentes com carcinoma gástrico e de doadores de sangue do Norte de Portugal examinou a informação que apontava para a associação entre o carcinoma gástrico e as agressões ambientais, com realce para a infecção por *Helicobacter pylori*. Tornou-se possível, assim, estabelecer uma associação significativa entre o facto de se ter mucinas "pequenas" e o diagnóstico de carcinoma gástrico, confirmando-se o papel crucial das mucinas na susceptibilidade às doenças gástricas, correlacionado com o polimorfismo dos genes que codificam as mucinas (Carvalho *et al*, 1997)¹⁸.

Em 1998, uma equipa de investigadores do CIBO/IPATIMUP associou-se à Administração Regional de Saúde do Norte e aos serviços de cirurgia, gastroenterologia e imunoterapia do Hospital de S. João, do Porto, com vista a lançar um programa de rastreio e investigação de patologias gástricas ligadas à infecção por *Helicobacter pylori*. A população-alvo era constituída pelos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. A escolha dessa população deveu-se à sua localização — numa das áreas de maior incidência de doenças gástricas e, em particular, do carcinoma gástrico —, mas também às condições de acesso oferecidas pela administração dos Estaleiros, que assim se tornaram a quarta entidade envolvida no programa.

O principal interesse do programa, no que diz respeito ao tema que aqui nos tem ocupado, reside na sua preocupação explícita como o que geralmente se designa por interacções genes-ambiente relacionadas com a exposição ao cancro, e na possibilidade de examinar em pormenor a emergência de uma "zona de transacção"¹⁹ em que um "factor ambiental" — a infecção por *Helicobacter pylori* — surge como um elemento central. O programa oferece, ainda, um contexto privilegiado para examinar as diferentes ecologias de práticas envolvidas no processo de construção do "ambiente" na investigação sobre o cancro e na definição das ecologias do cancro que lhes correspondem.

O objectivo explícito do programa era o estudo de factores de risco envolvidos no desenvolvimento de uma diversidade de tipos de patologias gástricas associadas à infecção por *Helicobacter pylori* na população-alvo²⁰, partindo da seguinte hipótese principal:

A constituição genética de indivíduos (genótipos de mucinas e grupos sanguíneos nos sistemas ABO/Lewis) e a virulência das estirpes de H. pylori são factores determinantes (isoladamente ou em conjunto) das consequências da infecção por H. pylori na mucosa gástrica, nomeadamente das lesões da gastrite crónica atrofica (GCA), considerada como uma condição precursora do carcinoma gástrico. É também postulado que os mesmos factores relacionados com hospedeiro e microorganismo determinam a evolução da GCA, através de metaplasia intestinal (MI), no sentido do carcinoma gástrico (CG).

O programa é claramente baseado numa orientação para um tipo localizado de patologias, as patologias gástricas. Essa orientação, contudo, pode ser qualificada através das seguintes características:

- O programa não se ocupa exclusivamente de um tipo de patologia, como acontece, muitas vezes, tanto com programas de rastreio como com programas de investigação. Ele lida com um leque de patologias, examinando as suas interrelações.
- O programa é baseado numa atenção explícita à interacção entre a susceptibilidade genética e os factores ambientais. O “ambiente” emerge da interacção de dois elementos: *H. pylori*, explicitamente referida como um “factor ambiental”, e as mucinas, o mais importante componente da camada de muco que envolve a mucosa gástrica e a protege de agressões ambientais, e que surge como a interface crucial entre genes e ambiente.
- Apesar da clara orientação para uma localização, esta é construída de modos diferentes, conforme o tipo de trabalho realizado pelos diferentes participantes no projecto e os modos de intervenção, associados a diferentes escalas, dos investigadores e dos clínicos.

As consequências destas características podem ser examinadas através do modo como o projecto é executado e das várias práticas envolvidas.

Em Setembro de 1998, 352 sujeitos participavam no projecto, na sua maioria homens (328), com idades entre os 19 e os 62 anos (mediana 43 anos). Esta composição por sexo e idade está ligada, como seria de esperar, ao facto de se estar a lidar com uma população de trabalhadores de estaleiros navais. As histórias clínicas permitiram identificar a maioria (72.7%) como assintomáticos em relação à maior

parte das patologias consideradas no programa. Menos de um terço dos indivíduos apresentavam queixas de dispepsia, e apenas três sofriam de úlceras pépticas.

A população foi sujeita à recolha de histórias clínicas pormenorizadas, utilizando formulários que incluíam dados pessoais, antecedentes familiares e pessoais de patologias gástricas, e a situação corrente no respeitante à presença de sintomas das patologias em estudo. A seguir, foram recolhidas amostras de sangue de todos os participantes. Essas amostras forneceram os materiais para um conjunto de procedimentos cujo objectivo, num primeiro momento, era a determinação dos grupos sanguíneos (ABO, Rh e Lewis) de todos os indivíduos e do polimorfismo do gene MUC1, que codifica mucinas. Foi também realizado um estudo serológico para identificar uma possível infecção por *H. pylori*. No estágio seguinte, todos os sujeitos com dispepsia ou assintomáticos mas com serologia positiva para *H. pylori* foram aconselhados a realizar uma endoscopia para localizar lesões gástricas. Os mesmos sujeitos foram, depois, submetidos a biópsias (excepto um). É importante sublinhar o facto de que estas intervenções não foram orientadas para um único tipo específico de patologia, como o carcinoma gástrico, mas baseiam-se na compreensão do que pode ser adequadamente designado por uma ecologia de condições e lesões interrelacionadas que, em certas condições, pode evoluir para o cancro. Essa compreensão é crucial em intervenções orientadas para a prevenção, dado que permite a identificação de lesões que aumentam o risco de cancro, ao mesmo tempo que constituem a fonte de uma diversidade de patologias localizadas na zona gástrica.

Depois de transformados e analisados, os materiais obtidos a partir destas diferentes intervenções são objecto de três tipos de comparações:

- entre o diagnóstico clínico/endoscópico e os estudo serológico e histológico;
- entre a infecção por *Helicobacter pylori* e o polimorfismo do gene MUC1;
- entre a serologia e a histologia, no respeitante à infecção por *H. pylori*.

Estas tarefas exigem a participação activa de clínicos, sujeitos/pacientes e investigadores. A recolha de histórias clínicas é realizada conjuntamente por clínicos e sujeitos/pacientes, assim como a recolha de amostras de sangue, as endoscopias e as biópsias. A interpretação e o diagnóstico baseados nas histórias clínicas e nas endoscopias competem aos clínicos, que recorrem, para tal, às suas competências especializadas. Estas duas fases do projecto configuram ecologias de práticas que incluem um leque de actividades envolvendo observações e intervenções *in vivo*. A presença dos sujeitos/pacientes e a necessidade da sua sujeição aos procedimentos clínicos é uma etapa fundamental no acesso aos materiais indispensáveis aos procedimentos *in vitro* realizados pelos investi-

gadores. Nesta etapa, é ainda reconhecível uma demarcação entre o corpo e o ambiente, ainda que o uso de procedimentos invasivos redefina essa demarcação, deslocando-as para o interior do corpo dos sujeitos/pacientes e realocalizando-a na "superfície interna" do sistema gástrico. A remoção de tecidos através de amostras de sangue e de biópsias realocaliza, de novo, a demarcação. Esses tecidos, que estavam "dentro" do corpo, tornam-se eles próprios os "corpos" que virão a ser submetidos a procedimentos laboratoriais, uma espécie de versão em forma de *sinédoque*²¹ do sujeito/paciente e do seu corpo, ao qual continua ligada através dos dispositivos de registo (formulários e rótulos) que permitem reconstituir a cadeia de operações que lhes deu origem. Uma vez chegados ao laboratório, os tecidos são submetidos a manipulações e transformações que tornam o "corpo sinédóquico" um ambiente para o agente infeccioso, mas também para a proteína que confere protecção contra esse agente e que aparece como o agente de uma nova demarcação, desta vez entre os tecidos e células a proteger e a bactéria.

A sequência de procedimentos usados pelos investigadores para lidar com os materiais biológicos recolhidos é inseparável das sucessivas redefinições da demarcação entre o corpo e o ambiente ou entre o organismo e o ambiente em condições *in vitro*. Para cada procedimento é criado um ambiente adequado, através do recurso a instrumentos, a materiais biológicos e químicos e a intervenções humanas, de modo a evitar a decomposição precoce, a contaminação ou a modificação não controlada das amostras, e a maximizar a sua subordinação às exigências de cada procedimento. O uso dos "instrumentos certos" é crucial para gerar as ecologias que permitem o desempenho adequado de cada material específico (Clarke e Fujimura, 1992). Por isso é tão importante a especificação pormenorizada dos materiais e dos procedimentos, de que são dados alguns exemplos a seguir:

- As biópsias são montadas em blocos de parafina, cortadas e coradas usando diferentes métodos. O exame morfológico e a avaliação histológica são realizados recorrendo ao chamado sistema de Sidney modificado, com avaliação adicional de parâmetros como: a lesão da superfície epitelial, infiltrados inflamatórios, atrofia glandular, metaplasia intestinal (completa e incompleta), displasia e infecção por *H. pylori*.
- O estudo do polimorfismo do gene MUC1 realiza-se através do procedimento designado por "Southern blotting". O ADN é extraído a partir de sangue periférico (dado o seu elevado peso molecular). Depois de "digeridas" com um enzima de restrição apropriado (EcoRI), as amostras são separadas por electroforese em gel de agarose, numa placa de vidro, sendo depois transferidas para membranas de nylon e hibridizadas com uma sonda específica para o MUC1. A partir dessa matriz estável, é possível obter imagens autorradiográficas que permitem "ler" comparativamente as amostras.

- Os fenótipos ABO e Lewis dos gupos sanguíneos são estabelecidos recorrendo a métodos de rotina. A infecção por *H. pylori*, por sua vez, é determinada através de um método serológico, em que se recorre a um *kit* diagnóstico para detectar a presença de anticorpos anti-*H. pylori*.
- As estirpes de *H. pylori* são caracterizadas a partir de biópsias congeladas, usando PCR e hibridização reversa, com sondas específicas para alelos diferentes, e incidindo sobre dois genes (*vac A* e *cag A*).

Este leque de procedimentos gera uma massa de informação que é reunida sob a forma de quadros, permitindo a comparação dos resultados dos diferentes procedimentos. Embora cada procedimento construa os seus próprios objectos e constitua uma ecologia de práticas irredutível a outras²², é possível o seu relacionamento com outros procedimentos que recorrem a “conceitos de fronteira” — “conceitos definidos de maneira vaga que, precisamente por causa desse carácter vago, são adaptáveis a condições locais e podem facilitar a comunicação e a cooperação” — e a inscrições bidimensionais que “achatam” as materialidades potencialmente incomensuráveis emergentes das diferentes ecologias de práticas e permitem a sua recombinação e compatibilização com os objectivos do momento²³.

Conclusão

Como observava, em entrevista, um investigador, a definição do ambiente na investigação sobre o cancro depende dos dispositivos experimentais ou de observação que o investigador acciona. Mudando os procedimentos de investigação e, sobretudo, mudando a escala em que o procedimento define o seu objecto, o que é um “objecto” numa dada escala pode tornar-se parte do “ambiente” noutra escala, e vice-versa. Assim, a célula pode ser o objecto de procedimentos que incidem, precisamente, sobre as células (como na imunocitoquímica ou na citometria estática ou de fluxo), e os tecidos situados em localizações específicas podem ser definidos como o ambiente dessas células, no âmbito desses procedimentos. Mas a célula pode tornar-se, por sua vez, o ambiente em abordagens baseadas na biologia molecular. Se a escala muda e com ela, os procedimentos de pesquisa, muda, concomitantemente a definição do que é o “ambiente”. O mesmo núcleo de uma célula mamária está ligado à geração de tecido mamário, se o ambiente em que é manipulado for o de uma célula mamária, enquanto a transferência do mesmo núcleo para um outro ambiente, o de um óvulo esvaziado do seu núcleo, dá origem a um animal completo, como sucedeu na clonagem da famosa Dolly. O objectivo último da investigação sobre o cancro tem sido, precisamente, o oposto: a manipulação do ambiente de modo a deter a proliferação celular anómala. Essa manipulação pode implicar, seja a mudança do ambiente man-

tendo o objecto estável — como sucede na transferência de células ou de AND entre diferentes modelos animais —, seja a mudança do objecto mantendo o ambiente estável, através de condições experimentais controladas. O reconhecimento da qualidade heterogénea dos tecidos cancerosos torna ainda mais urgente que seja dada mais atenção aos ambientes em que se manifesta o desequilíbrio entre a proliferação celular e a morte celular programada (apoptose) que define o cancro²⁴.

Faz sentido, assim, falar de uma diversidade de ecologias do cancro, que não dizem respeito apenas às condições complexas e interactuantes num dado contexto, com as exposições a carcinogénios e os riscos de cancro que nele aparecem. Essas ecologias incluem um leque de dispositivos e de procedimentos de observação e de experimentação através dos quais a investigação sobre o cancro, a intervenção clínica ou as medidas preventivas são postas em prática. Segundo Star (1995: 2), falar em ecologias nos estudos sociais da ciência significa “tentar entender as propriedades sistémicas da ciência por analogia com um ecossistema e, o que também é importante, todos os componentes que constituem o sistema”, rejeitando, ao mesmo tempo, uma perspectiva orgânica e funcionalista de sistema fechado, assim como a rigidez das dicotomias baseadas nas oposições entre o social e o natural ou entre o social e o técnico, propondo, em seu lugar, a invenção de “unidades de análise sistemáticas e dialécticas”. No mesmo sentido, Law e Mol (1998; Mol, 1998) propõem que diferentes doenças — e os modos como elas são definidas e geridas em contextos distintos — devem ser abordadas a partir da identificação da heterogeneidade de práticas, de actores e de recursos. A própria investigação sobre o cancro pode ser concebida como um conjunto de ecologias de práticas que implicam movimento entre diferentes escalas e procedimentos, construindo objectos cujas propriedades, sejam elas “naturais”, “biológicas”, “sociais” ou “técnicas” se entretecem. Esta perspectiva tem consequências importantes para a política da investigação — e, em especial, para os modos de definir ou de transgredir fronteiras e demarcações, de incluir, excluir e organizar actores, materiais, recursos e actividades.

Os estudos mencionados que documentam efeitos opostos do tabagismo no plano da exposição ao cancro do pulmão, por um lado, e da protecção contra o risco de cancro hereditário da mama, por outro, podem ser reinterpretados à luz destas considerações. A selecção do tipo e da localização do cancro e a configuração específica de actantes — no sentido em que Latour (1987) usa o termo para designar actores humanos, instituições, materiais biológicos e instrumentos — ligada a cada procedimento de pesquisa definem diferentes ecologias de práticas que, simultaneamente, são ecologias-do-cancro-como-objecto-de-investigação. Para todos os efeitos práticos, as ecologias do cancro confundem-se com as ecologias de práticas através das quais o cancro se torna objecto de investigação, de diagnóstico, de tratamento e de prevenção.

Referências bibliográficas

- Anderson, R.J. (org.), 1985, *Muir's Textbook of Pathology*, London: Edward Arnold (12.^a edição).
- Beck, Ulrich, 1992, *The Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage.
- Berg, Marc, e Annemarie Mol (orgs.), 1998, *Differences in Medicine: Unravelling Practices, Techniques And Bodies*, Durham, North Carolina: Duke University Press.
- Brunet, J.B., *et al*, 1998, Effect of smoking on breast cancer in carriers of mutant BRCA1 or BRCA2 genes, *Journal of the National Cancer Institute*, 90: 761-766.
- Carvalho, F., *et al*, 1997, MUC1 gene polymorphism and gastric cancer — an epidemiological study, *Glycoconjugate Journal*, 14: 107-111.
- Carvalho, Filipa Abreu Gomes de, 1999, *Mucin genes (MUC1 and MUC6) Polymorphism and Gastric Carcinoma Risk*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- CIBO/IPATIMUP, 1995, *Identificação de novos genes em células gástricas utilizando 'expressed sequence tags'*, projecto de investigação.
- Clarke, Adele C., e Joan H. Fujimura (orgs.), 1992, *The Right Tools for the Job. At Work in the Twentieth-Century Life Sciences*, Princeton: Princeton University Press.
- Denissenko, M.F., *et al*, 1996, Preferential formation of benzo[a]pyrene adducts at lung cancer mutational hotspots in *p53*, *Science*, 274: 430-432.
- DeVita, Jr., Vincent T., Samuel Hellman, Steven A. Rosenberg (orgs.), 1993, *Cancer: Principles and Practice of Oncology*, Filadélfia: J.B. Lippincott Co. (4.^a edição).
- Fraumeni, Joseph F., *et al*, 1993, Epidemiology of Cancer, in De Vita *et al* (orgs.), 150-181.
- Fujimura, Joan H., 1992, Crafting science: standardized packages, boundary objects, and 'translation', in Andrew Pickering (org.), *Science as Practice and Culture*, Chicago: University of Chicago Press, 168-211.
- Fujimura, Joan H., 1996, *Crafting Science: A Sociohistory of the Quest for the Genetics of Cancer*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Galison, Peter, 1997, *Image and Logic: A Material Culture of Micro-physics*, Chicago: University of Chicago Press.

- Garfinkel, Harold, 1967, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs: New Jersey: Prentice-Hall.
- Heyman, Bob (org.), 1998, *Risk, Health and Health Care: A Qualitative Approach*, London: Arnold.
- Irwin, Alan, 1995, *Citizen Science: A Study of People, Expertise and Sustainable Development*, London: Routledge (tradução portuguesa *Ciência Cidadã*, Instituto Piaget).
- Irwin, Alan, e Brian Wynne (orgs.), 1996, *Misunderstanding Science: The Public Reconstruction of Science and Technology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Jasanoff, Sheila, 1990, *The Fifth Branch: Science Advisers as Policymakers*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Keating, Peter, e Alberto Cambrosio, 1999, *Biomedical Platforms* (inédito).
- Keating, Peter, e Alberto Cambrosio, no prelo, 'Real compared to what?': diagnosing leukemias and lymphomas, in M. Lock, A. Young e A. Cambrosio (orgs.), *Intersections: Living and Working with the New Medical Technologies*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Lash, Scott, Bronislaw Szerszinsky e Brian Wynne (orgs.), 1996, *Risk, Environment and Modernity: Towards a New Ecology*, London: Sage.
- Latour, Bruno, 1987, *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*, Milton Keynes: Open University Press.
- Latour, Bruno, 1990, Drawing things together, in Michael Lynch e Steve Woolgar (orgs.), *Representation in Scientific Practice*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 19-68.
- Latour, Bruno, e Steve Woolgar, 1986, *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*, Princeton: Princeton University Press (2.^a edição revista).
- Law, John, e John Hassard (orgs.), 1999, *Actor Network Theory and After*, Oxford: Blackwell Publishers/The Sociological Review.
- Löwy, Ilana, 1992, The strength of loose concepts: boundary concepts, federative experimental strategies and disciplinary growth: the case of immunology, *History of Science*, xxx: 371-396.
- Löwy, Ilana, 1996, *From Bench to Bedside: Science, Healing, and Interleukin-2 in a Cancer Ward*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

- Lynch, Michael, 1985, *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Sop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*, London: Routledge and Kegan Paul.
- McGee, James O'D., Peter G. Isaacson e Nicholas A. Wright (orgs.), 1992, *Oxford Textbook of Pathology, Volume 1: Principles of Pathology*, Oxford: Oxford University Press.
- Mitchell, Lisa M., e Alberto Cambrosio, 1997, The invisible topography of power: electromagnetic fields, bodies and the environment, *Social Studies of Science*, 27: 221-271.
- Mol, Annemarie, 1998, Missing links, making links: the performance of some atheroscleroses, in Berg e Mol (orgs.), 144-165.
- Mol, Annemarie, e John Law, 1998, *Situated bodies and distributed selves: on doing hypoglycaemia*, comunicação ao seminário "Theorizing the Body in Medical Practice", Centre de Sociologie de l'Innovation, École Nationale Supérieure des Mines de Paris, 9-11 de Setembro.
- Moulin, Anne-Marie, 1991, *Le Dernier Langage de la Médecine: Histoire de l'Immunologie de Pasteur au SIDA*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Nunes, João Arriscado, 1996a, A política do trabalho científico: articulação local, conversão reguladora e acção à distância, in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Ciência e Democracia*, Venda Nova: Bertrand Editora, 251-276.
- Nunes, João Arriscado, 1996b, Escala, heterogeneidade e representação: para uma cartografia da investigação sobre o cancro, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 46: 9-46.
- Nunes, João Arriscado, 1996c, The transcultural lab: articulating cultural difference in/through scientific work, *Oficina do CES*, 84.
- Nunes, João Arriscado, 1996d, Entre comunidades de prática e comunidades virtuais: os mundos da ciência e as suas mediações, *Oficina do CES*, 70.
- Nunes, João Arriscado, 1997a, Shifting scales, articulating cancer: towards a cartography of oncobiological research, *Oficina do CES*, 98.
- Nunes, João Arriscado, 1997b, Publics, mediations and situated constructions of science: the case of microscopy, *Oficina do CES*, 103 (tradução portuguesa no prelo, in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras: Celta).
- Nunes, João Arriscado, 1998, Ecologies of cancer: constructing the 'environment' in oncobiology, *Oficina do CES*, 133.

- Podolsky, Scott H., e Alfred I. Tauber, 1998, *The Generation of Diversity: Clonal Selection Theory and the Rise of Molecular Immunology*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Plotnitsky, Arkady, 1994, *Complementarity: Anti-Epistemology After Bohr and Derrida*, Durham, North Carolina: Duke University Press.
- Proctor, Robert N., 1995, *Cancer Wars: How Politics Shapes What We Know and Don't Know About Cancer*, New York: Basic Books.
- Rastreo/Estudo Piloto de Patologia Gástrica Associada à Infecção por *Helicobacter Pylori* na População Constituída por Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo — Resultados Intercalares, 1998, Edição da Administração Regional de Saúde do Norte.
- Star, Susan Leigh (org.), 1995, *Ecologies of Knowledge: Work and Politics in Science and Technology*, Albany, New York: State University of New York Press.
- Star, Susan Leigh, e James R. Griesemer, 1989, Institutional ecologies, 'translations', and boundary objects: amateurs and professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39, *Social Studies of Science*, 19: 387-420.
- Stengers, Isabelle, 1997, *Cosmopolitiques, Tome I: La Guerre des Sciences*, Paris/Le Plessis-Robinson: La Découverte/Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- Tauber, Alfred I., 1994, *The Immune Self: Theory or metaphor?*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Tauber, Gary, 1995, Epidemiology faces its limits, *Science*, 269: 165-169 (e discussão, 1325-1328).
- Varmus, Harold, e Robert A. Weinberg, 1993, *Genes and the Biology of Cancer*, New York: Scientific American Library.
- Weed, Douglas L, e Barnett S. Kramer, 1996, Induced abortion, bias, and breast cancer: why epidemiology hasn't reached its limit, *Journal of the National Cancer Institute*, 88 (23): 1698-1700.
- Weinberg, Robert A., 1997, *Racing to the Beginning of the Road: The Search for the Origin of Cancer*, London: Bantam Press.

Quadro 1

Classificação de sistemas na patologia

- Sistema circulatório
- Sistema respiratório
- Boca, glândulas salivares, maxilares e dentes
- Ouvidos, nariz e garganta
- Sistema alimentar
- Fígado e sistema biliar
- Pâncreas exócrino
- Rins
- Sistema genital masculino
- Sistema genital feminino e ovários
- Mama
- Sangue e medula óssea
- Tecidos linforeticulares
- Sistema nervoso
- Sistema endócrino
- Sistema de locomoção
- Pele

Notas

* Uma versão anterior deste texto, em inglês, foi apresentada à conferência conjunta da Society for the Social Studies of Science e da Environmental Studies Association of Canada, Halifax, 28 de Outubro — 1 de Novembro de 1998. A investigação que lhe serviu de base foi realizada no Centro de Estudos Sociais, no âmbito de dois projectos de investigação financiados pela (extinta) Junta Nacional de Investigação Científica e pelo Programa PRAXIS XXI. Agradeço o precioso apoio dos Professores Leonor David e Manuel Sobrinho-Simões, do CIBO/IPATIMUP, na preparação deste texto.

¹ Varmus e Weinberg, 1993: 50. Mais de 90 por cento dos cancros humanos ocorrem em células epiteliais — como as da mama, o pulmão, do estômago, do fígado, da boca, do útero, do cólon, da bexiga, do colo do útero ou da pele —, o que está, presumivelmente, ligado às suas “localizações expostas”, que as põem em contacto directo com muitos agentes carcinogénicos” (*ibid*:36). Sobre a “geneticização” e “molecularização” do cancro, veja-se Fujimura, 1996, e Weinberg, 1997. Weinberg foi um dos principais protagonistas do desenvolvimento da investigação em biologia molecular do cancro desde a década de 1970.

² Manuel Sobrinho-Simões, entrevista, 27.12.94. Numa entrevista mais recente (23.02.98), o mesmo investigador redefiniu “desregulação” como um desequilíbrio entre a diferenciação celular e a morte celular programada (apoptose).

³ Citado por Proctor, 1995: 44.

⁴ Citado por Proctor, 1995: 56.

⁵ Para uma discussão pormenorizada e acessível da mutagenese, veja-se Varmus e Weinberg, 1993: 61-65.

⁶ Varmus e Weinberg, 1993: 160ss. Sobre a carcinogénese viral, química e física, veja-se os capítulos 10-12 de DeVita *et al*(orgs.), 1993.

⁷ A descrição “complementar” de um fenómeno tal como este é gerado através de práticas experimentais ou de observação exige que sejam utilizados diferentes procedimentos — que não podem ser integrados num procedimento único — que permitam fornecer uma descrição “completa” do fenómeno de interesse para os objectivos específicos da investigação em causa. Esta parece ser uma exigência de rotina na actividade de investigação biomédica. Para um tratamento pormenorizado das origens da noção de complementaridade baseado numa discussão dos trabalhos do físico Niels Bohr, e para algumas interessantes sugestões sobre os seus usos possíveis nos estudos culturais e nos estudos sociais da ciência, veja-se Plotnitsky, 1994. É importante deixar claro que esta apropriação da noção de complementaridade não implica qualquer tomada de posição no debate sobre os trabalhos de Bohr no quadro da física quântica. Ela pretende, tão só, mostrar a utilidade dessa noção para descrever de modo consistente as articulações de procedimentos de pesquisa que podem ser rotineiramente observadas em laboratórios de investigação biomédica.

⁸ Seria interessante, nessa perspectiva, explorar a história e as práticas contemporâneas da imunologia. Como mostrou Anne-Marie Moulin, nas fases iniciais da sua história, no século XIX, a investigação e a prática clínica centradas nos mecanismos de imunidade e nas respostas imunitárias recorriam, com regularidade, à noção de “meio”. A definição posterior da imunologia como a ciência da distinção entre o *self* e o outro sugere a extensão da analogia com a linguagem das relações ambiente-organismo. A dificuldade em desenvolver uma abordagem “ecológica” na medicina e nas ciências biomédicas, incluindo a imunologia, pode estar ligada à centralidade do conceito de especificidade e ao modo como ele veio a dominar a investigação e a prática da medicina. Veja-se, a este respeito, Moulin, 1991; Tauber, 1994; Podolsky e Tauber, 1998.

⁹ Para um estudo exemplar de como exposições e riscos ambientais são construídos e circulam entre diferentes contextos, através do trabalho de identificação, medição e monitorização dos efeitos de campos electromagnéticos, veja-se Mitchell e Cambrosio, 1997.

¹⁰ Para uma apresentação e discussão mais pormenorizada do centro, veja-se Nunes, 1996a, b, c, d, 1997a, b, 1998.

¹¹ Proctor, 1995: 153-173. A medição da exposição e a sua centralidade tanto para avaliações especializadas como “profanas” dos efeitos dos campos electromagnéticos é analisada e discutida, com grande pormenor, em Mitchell e Cambrosio, 1997.

¹² Rigorosamente falando, o termo “risco” deveria ser reservado para aquelas situações em que o número de acontecimentos associados a um dado tipo de exposição pode ser relacionado com uma população em risco. É comum, porém, ver o termo usado em estudos epidemiológicos de um modo mais “qualitativo”, veiculando um sentido “forte” de probabilidade de uma associação entre a exposição e a ocorrência de um acontecimento. A literatura científico-social que trata do risco é já vasta e com tendência para crescer. O risco

tornou-se um tema popular na esteira da tese de Ulrich Beck sobre a *Risikogesellschaft* (sociedade de risco) e dos debates que suscitou. Algumas das mais interessantes entre as contribuições recentes para esse debate incidem não só na avaliação e regulação do risco — em particular do risco ambiental —, mas também, de maneira mais geral, no modo como diferentes actores, tanto entre os “peritos” como entre os “leigos”, constroem e definem o risco (Jasanoff, 1990; Irwin, 1995; Irwin e Wynne, 1996; Lash *et al*, 1996). Para um exemplo recente de trabalhos nesta linha que lidam com os riscos de saúde, veja-se Heyman, 1998. A Introdução a esse volume (1-23) lida com diferentes problemas ligados aos sentidos e usos do termo “risco” e de conceitos com este relacionados — como o de “probabilidade” — nas ciências da saúde e nos cuidados de saúde.

¹³ Para uma definição das diferentes taxas e dos seus usos na epidemiologia, veja-se Fraumeni *et al*, 1993.

¹⁴ Weed *et al*, 1996: 1698. Para uma discussão mais geral sobre a epidemiologia, veja-se Tauber, 1995: 168-169 e 1325-1328.

¹⁵ Sobre o conceito de inscrição, veja-se Latour e Woolgar, 1986; Latour, 1990; Lynch, 1985.

¹⁶ Discussões pormenorizadas da maneira como estas abordagens são articuladas e co-existem no caso dos linfomas e das leucemias podem encontrar-se em Keating e Cambrosio, 1998, 1999. Agradeço a Alberto Cambrosio ter-me facultado cópias desses trabalhos antes da sua publicação.

¹⁷ No manual, a patologia das infecções tropicais é tratada separadamente.

¹⁸ Para uma discussão mais extensa desse artigo e da investigação que lhe serviu de base, veja-se Nunes, 1996b, 1997a. Os resultados da investigação foram integralmente publicados em Carvalho, 1999. Agradeço à Doutora Filipa Carvalho ter-me facultado um exemplar do seu trabalho.

¹⁹ A expressão “zona de transacção” tem origem no trabalho do historiador da física Peter Galison (1997) e é usada, aqui, para designar um espaço em que convergem práticas distintas de teorização, observação, experimentação e intervenção protagonizadas por um conjunto heterogêneo de actores, de modo a permitir a cooperação para a produção, seja de novos conhecimentos e de novos objectos, seja de actividades de rotina.

²⁰ *Rastreo/Estudo Piloto de Patologia Gástrica Associada à Infecção por Helicobacter Pylori na População Constituída por Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo — Resultados Intercalares*, 1998, Edição da Administração Regional de Saúde do Norte, p. 3. Agradeço à Professora Leonor David ter-me permitido o acesso a este documento. Nas páginas que se seguem, citarei livremente a partir deste relatório.

²¹ A sinédoque é uma figura de estilo em que uma parte representa o todo.

²² Veja-se Lynch, 1995 e 1997, sobre a identificação da especificidade das práticas e as suas características situadas. Para um argumento diferente, mas que vai no mesmo sentido, veja-se Stengers, 1997. A noção de *ecologia* é usada por Galison (1997: 3-4) como base para a distinção que propõe entre o “laboratório interno” e o “laboratório externo” enquanto, respectivamente, micro- e macro-ambientes do trabalho dos físicos.

²³ Löwy, 1992: 374-375. As propriedades e usos das inscrições bidimensionais são discutidas em Latour, 1990. Sobre objectos de fronteira, veja-se ainda Star e Griesemer, 1989, e Fujimura, 1992.

²⁴ Segui, aqui, muito de perto, os argumentos do Professor Manuel Sobrinho-Simões, em entrevista realizada em 21.08.98.

MODERN MEDICINE: LAY PERSPECTIVE AND EXPERIENCES

MICHAEL CALNAN

UNIVERSIDADE DE KENT

How do lay people view modern medicine? Are people simply passive, accepting and have trust and blanket faith in modern medicine; or are they active, critical and sceptical and doubtful about modern medicine or a mixture of both? Do views differ between different groups or segments of the social and cultural order and has the relationship between modern medicine and the lay public changed in the contemporary era? These are issues which have been the focus of medical sociological debates for years and yet answers still remain largely unclear.

The aim of this paper is to critically discuss and review some of these debates and evaluate their strengths and weaknesses in the light of recent social change.

Sociological theory and public perceptions of modern medicine

Sociologists appear to differ in the way they portray the public's idea about modern medicine (Calnan and Williams, 1992). Some social theorists working at the macro level have made the assumption that the public accepts for whatever reason that modern medicine is effective and thus has complete faith in the value of scientific medical knowledge. Similarly, social historians, tracing the development of modern medicine and its rise during the nineteenth century, argue that public's views about scientific medicine were transformed from suspicion to a general acceptance. Others, however, have been less concerned with the public's perceptions as their theories suggest that power lies in control over knowledge and the structures and practices which sustain it. The implication is that the congruence

between the prevailing dominant medical discourse and lay perceptions is not a relevant issue as lay perceptions have limited influence.

This discourse or ideological determinism is well illustrated by the thesis of medicalisation. Put simply, medicalisation (Gabe and Calnan, 1989) refers to the way in which the jurisdiction of modern medicine has expanded in recent years and now encompasses many problems that formerly were not defined as medical entities such as alcoholism and homosexuality. Medicalisation can occur at least at three levels: conceptually, when a medical vocabulary is used to define a problem; institutionally, when medical professionals legitimate a programme or problem in which an organisation specialises; and on the level of doctor patient interaction, when the actual diagnosis and treatment of a problem occurs.

Writers differ considerably in their views as to the **causes** of medicalisation. Some critics, for example, have argued that the expansionist tendencies of medicine are primarily due to the medical profession exercising its power to define and control what constitutes health and illness in order to extend its professional dominance. Others have considered medicalisation to be the result of broader social processes such as industrialisation and bureaucratisation to which doctors are merely responding. In contrast to the emphasis laid upon industrialisation and bureaucratisation it has been argued that this phenomenon is a means of social control which serves the interests of particular powerful groups in society such serving the interest of the ruling capitalist class. Here, the creation and manipulation of consumer dependence upon medicine is seen as merely one instance of a more general dependence upon consumer goods created by that class.

Feminist writers have also stressed the ways in which women's bodies and lives have been increasingly medicalised and subjected to control by a patriarchal medical profession. In particular they have tended to pay most attention to those forms of medical technology which are experienced solely or mainly by women such as reproductive technology or psychotropic drugs. The medicalisation of childbirth, for example, may lead to women feeling estranged from their bodies and reproductive lives due to losing control over what is a natural process.

Foucault and social constructionist perspectives on medical knowledge and disease have also been influential in drawing attention to important elements of social control and surveillance which medicine exercises over our bodies and our lives. Thus, for Foucault the medical view of the body as "something docile" that could be surveilled, used, transformed and improved that emerged at the end of the eighteenth century was reflected in broader social changes which were occurring in society at the time. Moreover, it has been argued that this approach has been consolidated in the twentieth century beyond the confines of the clinic which is illustrated in the current emphasis upon health promotion, fitness and the 'post modern self'.

An 'overdrawn' view of modern medicine?

A number of problems emerge with these perspectives. For example, a common assumption concerns the portrayal of the individual or the lay public more generally as essentially passive and uncritical in the face of modern medicine's expansionist tendencies, whatever their source of origin. Thus, given the power of discipline and surveillance, it is difficult to know how one could locate or explain opposition, criticism or resistance to medicine, or indeed any other form of dominance. Critics argue that this 'overdrawn' view of modern medicine exaggerates the hold which modern medicine has over contemporary experience (Gerhardt, 1989).

Some theorists have been more concerned with the fit between dominant ideology and lay thinking. For example, Crawford (1984), although also offering a somewhat deterministic perspective via a more explicitly Marxist oriented framework, does at least address the issue of lay perspectives on health. He shows how the two dominant conceptions of health – health as 'control' and health as 'release' – can be traced back to and reflect the logic and contradictions of the capitalist economic system. Other sociologists rather than moving from the macro to the micro levels have tended to start at lay accounts and show how they reflect wider interests in society. For example, Cornwell (1984) drawing on the writings of Habermas makes a distinction between medicalisation 'from above' and medicalisation 'from below'. Medicalisation 'from above' concerns the changes in the Western view of mind and body which have occurred as a result of scientific medicine. In contrast, medicalisation 'from below' relates to the changes in both social life and in dividends and sub-cultural groups to accept these modern lay imitations for health and illness vis-à-vis the traditional (common sense and moralistic) legitimisations which have hitherto held sway within the lay populace. It also relates to the impact which the practical achievements of modern scientific medicine make on the 'collective consciousness'.

Lay perceptions of modern medicine: empirical examples

In the previous sections theoretical perspectives have been presented in an attempt to explain the link between the micro and macro levels. This section focuses on empirical studies which explore lay perceptions of modern medicine although it is important not to divorce these perceptions from wider social changes which have taken place over the last decade or more. These changes, it is claimed, have involved an increasing disillusionment with scientific medicine which is said to be associated with the emergence of the reflexive social order which is a significant feature of 'late' modernity. More specifically, it is argued that

this involves lay people in systematic examination, appraisal and critical scrutiny of all beliefs and practices in the light of changing social circumstances. In this context, doubt becomes a pervasive feature of modern critical reasoning and 'trust' has to be won and retained rather than automatically accepted. Hence, the relationship between modern medicine and the lay public becomes increasingly interpreted in terms of a shifting dialect between 'trust' and 'doubt' (Williams and Calnan, 1996a). This ambivalence to modern medicine with its mix of disillusionment and reverence is well illustrated in an empirical study by Calnan and Williams (1992) of lay evaluation of modern medicine. The study shows lay views appeared to differ on the relative merits of modern medicine according to which specific forms of technological intervention were being considered. Most criticism appeared to be levelled at low-level forms of medical technology such as tranquillisers, high-tech forms of medicine were not uncritically received. Rather, they aroused deep feelings of ambivalence and raised awkward ethical and moral issues particularly in relation to transplantation surgery and the new reproductive technology. Indeed, as the authors suggest, the criteria which lay people use in order to evaluate these differing forms of medical technology appear to be structured according to a complex array of factors, including whether or not it is life saving, quality of life enhancing, natural, independence restoring and 'good value for money' (See Figure 1)

Outcome/Evaluation

	'Good'		'Bad'
Criteria/	Life-saving	—	Life-threatening
Dimension	Quality of life enhancing	—	Quality of life threatening
	Natural	—	Unnatural
	Moral	—	Immoral
	Necessary	—	Unnecessary
	Restoring independence	—	Promoting addiction/ Dependence
	Good value for money	—	Waste of money

Figure 1. A typology of lay evaluative criteria

Thus, hip replacements, for example, tended to be regarded as 'good' due to their quality of life enhancing and independence restoring capacities. In contrast, tranquillisers tended to be seen as 'bad' as they were felt to be 'unnecessary', and also, more importantly, because they tended to lead to addiction and dependence. Again, in contrast, test-tube babies tended to be predominantly evaluated in terms of the 'natural/moral' versus the 'unnatural/immoral' dichotomy; the out-

come in many cases being one of expressed ambivalence. Similarly, concerning the issue of heart transplantation surgery, whilst many informants concerned that it was life-saving and quality of life enhancing, the 'natural' — 'unnatural' and the 'moral' — 'immoral' dichotomies also tended to generate considerable ambiguity within the lay populace about the benefits of this particular form of medical technology. Finally, particularly within the present economic and political context there was also some evidence of a lay concern that due to the NHS's finite resources and the issue of competing priorities, certain forms of medical technology (e.g. heart transplants, test-tube babies) were too costly and that the money should instead be diverted elsewhere (e.g. to the care of the elderly) where the pay off in terms of numbers treated would be greater.

Challenge to medicine?

This evidence seems to suggest that the lay populace are critical, reflexive agents who are active in the face of modern medicine and technological developments. However, without similar types of evidence from previous historical periods it is difficult to see how far this is a shift in lay perspectives or a reflection of perceptions which had been prevalent for a long while. However, other ammunition for this argument might be found in the significant growth in the popularity of 'complementary' therapies amongst the lay populace. Use of non-orthodox therapies is now widespread which might reflect that the lay public in Western society is coming to distance itself culturally from the medical profession; a phenomenon which can be related to broader cultural and political changes where there is emphasis on individual responsibility and control over the body, self and wider environment. However, whilst the rise of 'complementary' therapy might be perceived as a threat to orthodox medicine evidence suggests that users mainly consume 'complementary' therapy as a complement not a substitute for orthodox medicine. However, as Crawford (1984) argues, health has become a symbol or metaphor for the contradiction inherent in capitalism involving discipline and control and reverence and indulgence. Hence, involvement in health related activities reflects that imperative to be in control of the body but involvement with certain 'health' activities reflects 'taste' and 'lifestyle' which is a reflection of the influence of consumer culture.

Certainly, it is clear that, in both Britain and the United States, patient and public voices tended to be most critical of medical science and practice in certain specific areas such as the management of reproduction, chronic illness and disability where medicine has little to offer, and in areas of experimental treatment which advance fundamental societal concerns such as the new reproductive technologies. In addition, the growth of self-help groups can also be seen in terms

of a lay resistance of medical science over experimental forms of knowledge. Similarly, the emergence of critical lay perspectives on public and environmental health issues pose a potentially significant political challenge to conventional biomedical perspectives. In addition in the United Kingdom there has been the development of 'lay' epidemiology (Williams and Popay, 1994) where self-help groups or local communities such as in the case of the Bristol Cancer Help Centre and the 'Camelford Poisoning' have draw on their own expertise to contest expert and difficult evidence. Certainly many writers and commentators have suggested that we are witnessing not only the end of an era of optimism about scientific medicine, but also the end of the era of the passive patient which is ushering in a new active consumerism or 'challenge from the articulate consumer'.

Some writers such as Lupton (1997) have argued that notions of consumerism tend to assume that lay people act as "rational" actors in the context of the medical encounter which align with broader sociological concepts of the "reflexive self" as a product of late modernity; that is, the self who acts in a calculated manner to engage in self-improvement and who is sceptical about expert knowledge. Lupton in an empirical study of lay perceptions of medicine showed consensus among the informants that the status of the medical profession has diminished in recent years and that doctors as a group are no longer necessarily viewed or unproblematically accepted as "heroes in white coats". Lupton showed that for many people the discourse of consumerism and the reflexive subject position are important parts of the contemporary medical encounter. However, despite a general agreement that the medical profession is subject to more criticism than in previous times, most people still articulated respect for doctors and faith in medical science. Even these people who had appeared to support and adopt the discourse of consumerism suggested that at least on some occasions that they would be willing to invest their trust and faith in a particular doctor, should that doctor earn this trust. This suggests the importance of acknowledging the personal experiences of individuals and recognise the complexity and changeable nature of the desires, emotions and needs that characterises the patient-doctor relationship and that many forms of consumption take place at the unconscious levels involving a high level of emotional investment.

In conclusion, this paper has explored sociological perspectives in relation to lay perceptions of modern medicine. Earlier formulations portray the lay public as passive and dependent upon modern medicine and possibly duped by medical ideology and technology. Empirical evidence suggests that this image is too simplistic and lay people are more critical, sceptical and ambivalent then portrayed in these earlier perspectives. More recent theorists suggest a far more critical distance is beginning to open up between modern medicine and the lay populace. Drawing upon the recent work of writers such as Beck and Giddens (see Williams and Calnan, 1996b) the growth of social reflexivity in late modernity raises the

issues of trust and doubt. In a society where all knowledge is provisional, doubt becomes a defining feature of critical reasoning. As a consequence trust has to be increasingly won and maintained in the face of growing public criticism and scepticism. These developments in turn tend to be an increasing 'demystification' of science and carry important implications for the credibility and legitimacy of modern medicine in the contemporary era.

The empirical evidence to support such theories is, at present, in short supply. Certainly, some evidence has suggested that patients in the context of doctor-patient relationship are dependent and passive and put their faith in medicine. It also raises the question of how issues such as if 'active' trust, risk and lay re-skilling are handled in the context of the medical encounter between doctors and patients, and are the uncertainties of medical practice more acute than in the past. Also, it is not clear how the medical profession responded to such developments and has there or is there a re-configuration of professional power and dominance is beginning to take place.

References

- Calnan M and Williams S (1992), Images of Scientific Medicine, *Sociology of Health and Illness*, 14, 2, 233-254.
- Cornwell J (1984), *Hard-Earned Lives*, London: Tavistock.
- Crawford R (1984), A cultural account of health-control, release and the social body. In J McKinley (ed.), *Issues in the Political Economy of Health*, London.
- Gabe J and Calnan M (1989), The limits of medicine — women's perceptions of medical technology. *Social Science and Medicine*, 128, 223-31.
- Gerhardt U (1989), *Ideas about illness: an intellectual and political history of medical sociology*, Macmillan, London.
- Lupton D (1997), Consumerism, reflexivity and the medical encounter, *Social Science and Medicine*, 45, 3, 373-387.
- Williams G and Popay J (1994), Lay knowledge and the privilege of experience. In *Challenging Medicine* (Eds Gabe J et al). Pp 104-117, Routledge, London.
- Williams S and Calnan M (1996a), The 'Limits' of medicalization? Modern Medicine and the Lay Populace in 'Late' Modernity, *Social Science and Medicine*, 42, 1609-1620.
- Williams S and Calnan M (1996b) (eds), *Modern Medicine: Lay perspectives and experiences*, UCL Press, London.

O CORPO EM CONTEXTO

BERTA NUNES

CENTRO DE SAÚDE DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O corpo na medicina Ocidental é um corpo descontextualizado isolado, fechado em si mesmo, individual, e dividido entre o corpo físico e psique. O primeiro (corpo físico) é conceptualizado como uma máquina em que qualquer órgão pode ser reparado, substituído/transplantado, dependendo do avanço tecnológico, de forma a repor o bom funcionamento do corpo.

A psique, inclui aspectos psicológicos que no modelo biomédico são secundarizados em relação aos orgânicos, podendo mesmo dizer-se que a doença mental é muitas vezes olhada como não sendo uma verdadeira doença ou como um estigma, que pode ser factor de exclusão social do doente.

Neste modelo, os aspectos sociais do funcionamento do corpo não são sequer tidos em consideração, daí a primeira afirmação de que no modelo biomédico o corpo é algo de individual e descontextualizado.

Cecil Helman (1) fala em relação a este último aspecto de um ego, "encapsulado na pele" comum na cultura ocidental e contrapõe este conceito ao que se encontra nas culturas em que o grupo é considerado mais importante que o indivíduo e em que os limites do corpo podem incluir membros da família, clã, aldeia e às vezes mesmo os animais domésticos, a casa ou um pedaço de terra dos antepassados.

Nessas sociedades e culturas, o corpo não pertence ao indivíduo, mas à sociedade, cabendo ao indivíduo o dever de o preservar de forma a cumprir a sua função social de reprodução no seu sentido mais lato.

Na cultura por mim estudada (Berta Nunes 1997(2)) os idosos dizem constantemente "tomara que Deus me levasse, já não ando cá a fazer nada..." Cumprida a sua função social já não faz sentido continuar a manter-se vivo. No entanto o

suicídio está fora de causa já que “o corpo pertence a Deus...” segundo os mesmos idosos.

Este segundo conceito de corpo, comum nas culturas rurais da Europa já descrito por André Breton (3) foi por mim estudado em pormenor na aldeia de Vales (concelho de Alfândega da Fé).

Na cultura rural estudada o corpo não está isolado, “encapsulado na pele”, mas é um corpo “aberto” às influências cósmicas, espirituais, psicológicas e sociais que são todas importantes na explicação do funcionamento ou disfuncionamento desse corpo.

Embora os camponeses também considerem o corpo como “uma máquina” que é preciso manter em bom funcionamento por uma alimentação adequada e hábitos de vida regrados, também incluem na explicação do funcionamento do corpo os elementos atrás citados, sendo o corpo no mundo rural um corpo em contacto com o cosmos, a natureza, a comunidade e o mundo dos antepassados.

Um corpo em contacto com o cosmos e a natureza... o corpo age sobre a natureza pelo que uma mulher menstruada não deve mexer no fumeiro e em certos alimentos porque eles podem estragar-se.

O cosmos e a natureza agem sobre o corpo... uma mulher anda grávida “nove luas” desde a concepção ao parto, sendo a concepção determinada pelas fases da lua.

O calor e a humidade excessivos podem ser causa de muitas doenças como reumatismos, constipações, pneumonias (sendo estas últimas por vezes descritas como “frio concentrado”).

Existem lugares perigosos para as pessoas como as encruzilhadas e as clareiras e lugares benéficos e “águas santas”. Estes são alguns exemplos do conceito de corpo em contacto com a natureza encontrados na cultura rural estudada.

Nesta comunidade o corpo pode ser também vítima de “forças sociais”. A “bruxaria” é normalmente fruto da inveja de um vizinho que tem o poder de fazer mal, ou procura quem o tenha, de forma a causar infortúnios e doenças na pessoa, sua família ou seus haveres. O mau olhar ou mal de inveja tem a mesma causa e pode ter consequências semelhantes. Desta forma tensões sociais podem-se traduzir em doenças ou desgraças e para se protegerem as pessoas devem evitar o contacto e todo o tipo de comunicação com as pessoas suspeitas (“não se deve responder a uma bruxa que nos interpela”; “não se deve deixá-las tocar nas crianças”; “deve-se evitar cruzar o olhar com a pessoa capaz de lançar o mau-olhado”) — estas são algumas das recomendações para se subtrair às forças sociais perigosas que podem trazer doenças e todo o tipo de desgraças a quem não se proteger.

Assim este “corpo” está ligado à comunidade a que pertence e está no centro de um campo de forças que um gesto, um olhar, uma palavra podem desencadear, e das quais é necessário proteger-se.

O corpo da cultura rural estudada é também um corpo solidário com as emoções. Emoções fortes com o medo (susto) a raiva, a cólera e a tristeza intensa

(paixão) podem ser causa de doenças ou contribuir para o seu agravamento. Paradigmático a este respeito é a história de uma mulher que “tinha um bolo (nódulo) no peito”. A mulher segundo contam andou com “aquilo” muito tempo e nunca teve problemas, até ao dia em que foi a lavar para o tanque e veio uma grande trovoadas. “Os relincos (relâmpagos) e trovões eram tantos que ela se afadigou (assustou) e aquilo começou a dar-lhe guerra”. O nódulo do peito começou a aumentar e a doer e disso morreu a mulher.

Assim o susto, que apanhou com a trovoadas, foi a causa do desenvolvimento da sua doença que a levou à morte.

Muitas histórias contadas pelas pessoas da aldeia ilustram a influência directa e forte das emoções no estado (funcional ou disfuncional) do corpo e as emoções são exprimidas mais facilmente através de sintomas físicos (soma-tização) do que através de um discurso racional e introspectivo (racionalizado) que raramente encontramos na comunidade estudada.

Este corpo está ligado ao mundo dos antepassados e o seu estado pode ser modificado pelos espíritos dos mortos que têm a capacidade de entrar no corpo dos vivos.

As “almas do outro mundo” entram no corpo das pessoas mais facilmente em períodos particularmente vulneráveis e por qualquer orifício (boca, vagina e uretra são os mais frequentemente citados).

No caso das mulheres a menstruação e o parto são os momentos mais perigosos e por isso uma mulher neste estado tem de tomar precauções e uma delas é não passar perto do cemitério e evitar ir a funerais. Se o fizer pode ser presa fácil para um espírito desses que erram pelo mundo, porque tendo deixado “qualquer coisa por fazer” em vida precisam de alguém que faça isso por eles.

A pessoa que tem uma alma “encostada” ou que entrou no corpo deve ir a um sábio (também chamado homem ou mulher de virtude) que fará falar a alma, que assim dirá o que pretende. A vítima terá de fazer o que lhe é pedido para que a alma possa ir para “bom lugar” e assim deixe a pessoa em paz. Para se proteger de novo episódio semelhante é necessário novamente recorrer a um sábio para “fechar o corpo” e o tornar menos vulnerável aos espíritos.

O Baptismo e o Crisma (2.º baptismo) também protegem o corpo dos espíritos que embora invisíveis “são tão espessos no ar como os mosquitos”.

As crianças antes do baptismo não devem passar perto da Igreja (onde dantes se enterravam os mortos) nem do cemitério, porque “podem apanhar um ar de terra ou um ar de defunto” e adoecerem ou morrerem. Pessoas a quem faltaram palavras no baptismo (porque o padre se esqueceu de as pronunciar) são particularmente vulneráveis aos espíritos, ficando sempre com um “axe” (ponto fraco).

O corpo é assim, o lugar de construção de crenças e símbolos. A cultura onde se cresce ensina a olhar esse corpo de uma forma particular, ensinando como perceber e interpretar as transformações do corpo ao longo da vida.

A imagem corporal é pois algo adquirido pelo indivíduo como parte de uma família, uma sociedade e uma cultura.

No entanto numa sociedade podem existir crenças e saberes heterogêneos sobre o corpo, existindo o saber dos leigos e os saberes e discursos mais ou menos especializados sobre o mesmo.

Na cultura estudada (2) os pastores que por força da sua profissão têm de "compor" as ovelhas e cabras quando partem os ossos tornam-se muitas vezes os endireitas das aldeias.

São as mulheres, geralmente, que se especializam em "compor o desmanchado", uma doença que afecta as crianças e que se traduz por vômitos e anorexia.

As mulheres que já tinham tido vários filhos, tornavam-se frequentemente as parteiras da aldeia, há 50 anos atrás, em que os partos aconteciam em casa e só havia um médico para todo o concelho, que andava "a cavalo numa besta".

Os homens e mulheres de virtude que adivinham as causas das doenças e fazem falar as almas do outro mundo possuem um dos saberes mais valorizado sobre o corpo, resolvendo muitos problemas, orientando e aconselhando os que os procuram em horas de aflição.

Existe pois um saber pragmático, construído a partir da experiência (no caso dos endireitas, parteiras, mulheres que compõem o desmanchado, etc.) e um saber revelado no caso dos homens e mulheres de virtude, que sabem e curam, não por si próprios mas no cumprimento de um chamamento. O saber pragmático não especializado sobre o corpo, o saber dos leigos, vem em grande parte do conhecimento do corpo dos animais que criam e matam para comer, como o porco, as ovelhas e as cabras. Há mesmo um ditado popular que diz "mata o teu porco, conhece o teu corpo". Esse saber vem também da observação do funcionamento do próprio corpo humano.

Nesta comunidade o conhecimento do corpo humano é pois razoavelmente claro no que diz respeito aos órgãos e funções directamente observáveis ou deduzíveis do que se conhece da anatomia e fisiologia animal, ou da observação do próprio corpo humano.

As ideias sobre a fecundação são a este título ilustrativas.

Embora as mulheres sejam normalmente responsabilizadas quando acontece um caso de infertilidade, conhece-se o contributo do homem para a fecundação, desconhecendo-se no entanto a ovulação. Considera-se que o sangue é o princípio fecundante feminino porque "uma mulher que não é menstruada não consegue engravidar" e pensa-se em consequência que as mulheres que têm uma menstruação abundante são mais férteis e que se engravida "ao ir ou ao vir a menstruação" ou "durante a menstruação".

Assim para que haja fecundação existem dois elementos necessários, o líquido claro que sai do homem (esperma) e o sangue que sai da mulher. Este é um conhecimento construído de uma forma racional a partir do que se pode observar, sem

recurso a uma tecnologia mais avançada que só no Sec. xx veio a descobrir a existência dos óvulos e a sua função central na fecundação.

O conhecimento cultural sobre o corpo é pois uma mistura de factos e de símbolos, que só podem ser entendidos no contexto da cultura em que se integram e pelo conhecimento da relação do corpo com tudo o que o rodeia. Daí este conceito de corpo complexo e holístico que se contrapõe ao conceito reducionista da teoria biomédica a quem o corpo só interessa como objecto de manipulação e conhecimento.

Bibliografia

- (1) Helman Cecil, (1985) 1994, *Culture, Health na Illness*, Butterworth Heinman.
- (2) Nunes Berta, 1997, *O Saber Médico do Povo*, Editora Fim de Século.
- (3) Le Breton, A., 1990, *Anthropologie du Corps e Modernité*, PUF.

A. ROCHA TRINDADE
UNIVERSIDADE ABERTA

1. Educação e Formação

No contexto do presente texto, o termo Educação será tomado numa perspectiva, tão aberta e abrangente quanto possível, de desenvolvimento de recursos humanos num dado espaço de referência: escola, empresa, localidade, região, país; ou, até, numa parte ou no conjunto da escala planetária.

Por outro lado, poderão estar incluídos neste conceito quaisquer níveis, regimes ou modalidades de aprendizagem: pré-escolar, escolar e extra-escolar; de ensino básico, secundário e terciário; educação específica de dado intervalo etário ou transposta para distintos outros, como acontece para o ensino básico de adultos; ensino formal, conducente a habilitações ou graus académicos bem definidos ou, pelo contrário, não conferente de certificados ou diplomas. Incluir-se-á ainda tudo o que diga respeito à formação dita vocacional e profissional, mesmo que confiado a sistema distinto do designado Sistema Educativo e abrangido em diferente pelouro governamental de tutela.

Finalmente, farão parte integrante deste conceito alargado de educação tanto a formação inicial como a formação contínua; e tanto a adquirida em âmbito institucional como a que resulte da iniciativa do indivíduo por só, tirando partido dos mecanismos de aprendizagem que a sociedade tenha posto à sua disposição.

Não é por intenção de originalidade, nem por intenção de procura de máximo abrangimento teórico que se postula esta aproximação: antes, por se ter a convicção de que o aparecimento de paradigmas de aprendizagem distintos daqueles que a escola clássica tem posto à nossa disposição

vieram a provocar um diluir de fronteiras entre educação e formação, entre ensino escolar e aprendizagens extra-escolares, entre formação inicial e formação ao longo da vida.

Este último conceito é de excepcional riqueza e utilidade para o enquadramento dos cidadãos numa sociedade cada vez mais complexa e cada vez mais difícil de gerir, tanto em termos dos projectos individuais de vida como da segurança das organizações que constituem a substância íntima da tessitura social. A formação ao longo da vida não é apenas uma opção facultativa e uma mera mais-valia para as sociedades afluentes deste fim de milénio mas antes uma imperativa prioridade social para todas as nações e um recurso de elevado valor estratégico para o exercício da cidadania plena.

2. Globalização e Incerteza

Não constitui qualquer manifestação de pessimismo (e o presente autor não é, decerto, suspeito de tal) considerar-se que a evolução das sociedades conduz necessariamente a um maior grau de incerteza quanto ao estado das suas componentes. Se tal evolução apontar para um aumento geral da escala dos sistemas postos em interacção e, simultaneamente, para um incremento dos graus de liberdade individuais dos elementos que os compõem, ensina-nos a Física que aumenta a incerteza quanto ao estado destes últimos. A planetarização de grande parte das actividades humanas, dos negócios aos sistemas monetários e financeiros, das notícias e telecomunicações à facilidade das deslocações internacionais, da produção e do consumo, das ideias e dos gostos, das políticas e das estratégias — conjuga-se com o aumento das liberdades individuais e com o acréscimo de acesso do indivíduo à informação, conferindo-lhe os meios e as condições para opções de amplitude mais vasta do que as que se lhe ofereciam no passado.

Mais uma vez em termos físicos, à diminuição de entropia representada pela formação de sistemas macro-cristalinos de extensão global, tem de corresponder um aumento, de valor absoluto ainda maior, da soma de todas as indeterminações individuais. Verifiquemos que, na realidade, tal tem vindo a acontecer.

A globalização da produção, do comércio e dos demais serviços tem como consequência directa a instabilidade dos mercados regionais ou locais, à mercê da competição de produtos de proveniência exterior que sejam mais novos, melhores, mais baratos, mais bem desenhados ou promovidos de forma mais atractiva. A dimensão e a duração de vida previsível das empresas reduzem-se consideravelmente, por forma a tornar mais ágil a sua reconversão, logo que os mercados lhe sejam adversos. A sua deslocalização para outras partes do mundo onde seja mais abundante e barata a mão de obra, ou menos gravosos os encargos sociais, contribui também para a instabilidade do emprego.

Assim é que se vai tornando trivial que, ao contrário do que acontecia meio século atrás, um profissional mude três, quatro ou mais vezes de empregador ao longo da sua vida activa, ou que tenha de modificar o seu próprio perfil de competências, para se conformar com um outro tipo de trabalho.

Estas acrescidas mobilidade e instabilidade profissionais são ainda agravadas pelo ritmo, crescentemente acelerado, com que se vem processando a evolução e a inovação científica, técnica, tecnológica e metodológica. A cada momento, exigem-se a um profissional novos conhecimentos, novas atitudes, novas competências; quiçá, que esqueça tudo o que aprendeu e tudo o que entretanto fez, para começar tudo de novo, em novas bases e num novo contexto de desempenho.

Assim acontece para um crescente número de profissões que o mercado destruiu quase completamente ou que a evolução tecnológica vem tornando obsoletas. O mineiro, o canteiro e o tecelão; o dactilógrafo, o tipógrafo e o desenhador técnico são alguns exemplos imediatos.

Em alguns casos, a sobrevivência profissional consegue-se pela promoção de antigos ofícios à categoria de artesanato de luxo, para um nicho de mercado mais restrito, mas bem pago; na maioria dos casos, porém, a reconversão profissional torna-se indispensável, sob risco de se fecharem definitivamente as portas do mercado de emprego.

Por outro lado, a mobilidade internacional desse mesmo mercado torna extensivos às pessoas os riscos já visíveis da competitividade empresarial: não basta que o meu perfil profissional seja actualizado e relevante, importa ainda que eu o saiba gerir e defender perante competidores de diferentes proveniências que concorrem ao mesmo posto de trabalho.

Nestes termos, torna-se evidente que a formação ao longo da vida constitui o único mecanismo com valor positivo para a sobrevivência do cidadão como detentor de um potencial permanente de criação de riqueza, para si e para a sua família, bem como para as organizações da sociedade para as quais contribui. Nesse sentido, a estratégia de educação e formação dos governos, bem como dos diversos instrumentos de que a sociedade civil dispõe para esse fim, não pode deixar de apontar para a prioridade a atribuir ao desenvolvimento continuado dos recursos humanos nacionais, por forma a proporcionar, ao maior número possível de pessoas, um espectro alargado de qualificações de alto valor de mercado, correspondentes a profissões e ocupações com elevado valor acrescentado.

3. A Escola Convencional

Passemos, por momentos, do contexto da formação ao longo da vida para a sua componente inicial, tipicamente ocorrida em contexto escolar. Precedida ou não de educação pré-escolar e prolongada, nos países desenvolvidos, por um longo

número de anos que abrangem pelo menos o nível de ensino básico mas que tendencialmente virão a cobrir também a totalidade do ensino secundário, a escolaridade obrigatória visa, sobretudo, perfazer a formação para a cidadania, isto é, conferir a todos os futuros cidadãos a soma integrada de conhecimentos, aptidões e atitudes considerados como indispensáveis à sua inserção, eunómica, esclarecida e participante, na sociedade.

Considerada como um tronco comum que engloba apenas o ensino básico, este modelo manifesta objectivos excessivamente modestos para o futuro de um país: ao postular que o ciclo seguinte de estudos é *não obrigatório* induz a pensar que ele não é absolutamente indispensável e, por conseguinte, que uma parte muito significativa da população jovem poderá não os prosseguir, como hoje infelizmente acontece. Pese embora a sobrecarga de custos que a extensão da escolaridade obrigatória por mais três anos implique para os recursos do Orçamento de Estado, ela não pode deixar de constituir prioridade primeira na próxima e urgente revisão dos objectivos educativos nacionais.

De qualquer modo, seja o ensino a nível secundário incluído ou não na escolaridade obrigatória, ele deve visar claramente o objectivo de prefigurar uma orientação da subsequente formação vocacional: ou como formação profissionalizante que prescindir de um prosseguimento de estudos a nível superior ou, pelo contrário, lançando as bases para o sucesso de uma subsequente integração neste nível de ensino.

Curiosamente, não são muito diferentes em estilo e nos modos de actuação pedagógica e didáctica as escolas de ensino básico e as de ensino secundário, pesem embora as distintas naturezas dos seus objectivos e conteúdos. Nelas não se distingue o que é o conteúdo da formação para a cidadania do que seja um ensino propedéutico da situação de continuação de estudos. Em particular, ser reprovado no ensino básico significa que se não dispõe de condições para vir a ser um cidadão completo; ou então, talvez as competências que, naquele âmbito, foram avaliadas não correspondam exactamente aos objectivos para aquele nível de ensino definidos mas antes, em clara remanescência de épocas passadas, àqueles que eram definidos para uma minoria de pessoas que tinham acesso à educação.

No tocante ao ensino secundário, não é ainda suficientemente clara, em termos de estratégias pedagógicas e de conteúdos curriculares, a distinção entre via de ensino e via profissionalizante; mas, por outro lado, não foram facilitados suficientemente os mecanismos de transição horizontal que facultem uma correcção de opção sem excessiva perda de tempo.

Como síntese da análise crítica que aqui brevemente se introduz, dir-se-ia que há uma tendência genérica para a *licealização* dos diversos níveis de ensino (incluindo o ensino básico e, mais gravemente ainda, o ensino superior), bem como para uma atitude algo *escolar* de todos os níveis de aprendizagem, com uma ênfase excessiva no recurso à aula clássica e à actuação, não menos clássica, do professor.

A escola convencional — aqui tomada em caricatura, para melhor visão dos seus defeitos — põe a ênfase no curriculum e despreza todo o afastamento em relação aos seus ditames; infantiliza os conteúdos, como que pressupondo o baixo nível mental dos seus alunos; relega para plano periférico a compreensão da realidade exterior à escola, como se esta fosse origem única, e fim último, de todo o conhecimento; resigna-se à posição de estar tecnologicamente desfasada da realidade circundante; ignora a capacidade dos alunos de aprenderem por si próprios, a partir de fontes externas à própria escola.

O próprio diálogo didáctico enferma de limitações, insustentáveis nos dias de hoje: as aulas de “papel e lápis” (ou como dizem os Britânicos, com o humor algo negro em que são mestres, aulas de “talk and chalk”) predominam largamente em todo o espectro de actividades escolares. Não se ouve música, não se escutam debates, não se analisam filmes ou programas de televisão, não se exercitam programas interactivos, não se utiliza software educativo, não se organizam conferências, concertos, exposições e campeonatos de competências. O professor prefere o discurso directo (de que ele é o iniciador quando não o intérprete único) aos discursos mediatizados; a afirmação de certezas, mais do que a admissão de dúvidas; o convencional, face ao inovador; a disciplina do pensamento, mais do que a liberdade de criar.

4. O Advento de Novos Paradigmas de Aprendizagem

O aparecimento de um novo paradigma de aprendizagem, baseado na diversificação dos discursos pedagógicos, apareceu com o desenvolvimento da rádio, do cinema e da televisão, meios estes que, transpostos para a sala de aula e devidamente adaptados a esse contexto, passaram a ser designados, no seu conjunto, como Meios Audiovisuais e, um pouco mais tarde, como instrumentos de Tecnologia Educativa.

A introdução de tais meios ou tal tecnologia nas escolas conheceu sorte diversa e quase nunca um sucesso visível, quanto a se ter com eles atingido uma efectiva melhoria da qualidade, ou da eficácia, da aprendizagem. Em primeiro lugar, de pouco ou nada servem novos instrumentos de discurso educacional se não existir, também, uma produção regular de novos documentos didácticos baseados nesses discursos. Seguidamente, continuou a existir uma clivagem entre os professores que adoptaram tais tecnologias, procurando familiarizar-se com o seu manejo e correcta utilização, e aqueles que, sob pretexto de leccionarem conteúdos não tecnológicos, nunca aceitaram fazer esse esforço.

Pode afirmar-se que, de todos os meios tecnológicos introduzidos nas escolas, apenas o retroprojector mereceu ser adoptado como instrumento de utilização regular por uma maioria de professores. Pelo contrário, a utilização maciça das

tecnologias educativas revelou-se um sucesso quando novos sistemas de ensino-aprendizagem foram inteiramente concebidos com base nelas, implicando o apetrechamento da correspondente rede com equipamentos terminais, a produção centralizada de materiais didáticos mediatizados e a adopção de esquemas eficazes de apoio e enquadramento pedagógico, não apenas ao estudante mas também ao professor, como aconteceu em Portugal no caso da Telescola.

Um outro paradigma surgiu, décadas mais tarde, com o advento dos novos sistemas de ensino a distância designados por Universidades Abertas. Utilizando de igual modo os meios de comunicação de massas e as telecomunicações como instrumentos do diálogo educativo, complementado por mecanismos de interacção visando dar apoio aos estudantes, tais sistemas romperam a relação, necessária no caso do ensino convencional, entre o estudante, o professor, o local de aprendizagem e o momento em que ela é suposta ocorrer. Ao abstrair da necessidade de uma determinação rígida entre espaço, tempo e presenças face-a-face, a metodologia de aprendizagem a distância veio a evidenciar uma realidade até então quase ignorada: a capacidade humana para a auto-aprendizagem, desde que para tal exista um mínimo de condições favoráveis, entre as quais, decerto, a motivação para aprender.

O sucesso e a credibilidade completa atingidos pelas instituições universitárias de ensino a distância determinaram, numa primeira fase, a adopção de tal modelo em grande número de países do mundo, em todos os continentes, nas décadas de 70 e 80. Nos anos subsequentes, idêntica metodologia foi adoptada para outros níveis e contextos de educação e de formação, sobretudo pela intenção de servir populações-alvo às quais, por razões de número, residência, profissão, obrigações familiares, limitações físicas ou contexto social, estava vedado o acesso à educação e à formação.

Nos anos 90 começou a desenhar-se uma outra tendência, fruto de condições desfavoráveis para o financiamento do ensino superior, na generalidade dos países. O aumento explosivo da procura de qualificação neste nível de ensino obrigou a abandonar a perspectiva anterior quanto ao papel das universidades, essencialmente restritivo e selectivo pela determinante da formação de elites, em favor de uma democratização do acesso e da qualificação de massas. A nova perspectiva, para todos os contextos socio-económicos em que o poder aquisitivo da maioria da população é incompatível com o suporte da quase totalidade dos custos do ensino superior, obriga os Estados a recusarem reforçar as verbas que consagram ao financiamento daquele nível de ensino e, em muitos casos, até a restringi-lo.

Deste modo, na maioria dos países desenvolvidos da Europa e da Norte-América, começou a desenhar-se um outro modelo de funcionamento para as metodologias de ensino a distância, tipificado pela situação de universidades convencionais que adoptam, pelo menos para um determinado número de cursos

e para uma parte das suas populações-alvo, tais metodologias. Consabido que é serem, nesse regime, os custos de funcionamento, per capita de estudante, entre metade e dois terços dos custos homólogos em regime de ensino convencional (pese embora o investimento inicial muito significativo, que onera gravosamente os sistemas de ensino a distância) compreende-se que o número de universidades convencionais que adoptaram tal solução tenha vindo a crescer explosivamente.

A lógica de tais sistemas é a de poderem expandir o número dos seus estudantes, em resposta à pressão crescente do acesso, sem que os seus orçamentos anuais atinjam igual proporção de gravame.

Como indicadores do recente interesse das universidades convencionais pelos métodos de ensino a distância, refem-se assituações seguintes:

- Na grande Conferência da UNESCO sobre o ensino superior, ocorrida em Outubro de 1998, seis dos oradores da sessão solene de abertura fizeram referência aos métodos de ensino a distância como instrumentos para o desenvolvimento futuro deste nível de ensino;
- A Organização dos Ministros de Educação do Sueste Asiático (SEAMEO) convidou o Presidente do ICDE para a participação regular nas suas Conferências anuais, como Membro Afiliado;
- A Confederação das Conferências de Reitores das Universidades Europeias solicitou ao signatário a elaboração de um documento de estratégia sobre ensino a distância, para uso por aquele organismo;
- A Conferência de Reitores Europeus (CRE) solicitou a sua presença, como observador, nos trabalhos do Groupe de Liaison, organização de diálogo entre as Redes Europeias de ensino a distância e a Comissão Europeia;
- As autoridades educacionais da República da China decidiram proceder à expansão do sistema de ensino superior por via do uso intensivo de ensino a distância.

Neste contexto, acredita-se que os dois tipos de sistemas de ensino a distância (o dedicado, do tipo Universidade Aberta, e o de modo duplo, acima referido) venham a convergir ainda mais, pela adopção de uma perspectiva generalizada de modo de operação *misto*, segundo o qual ambos os tipos de instituições combinassem, para todos os seus estudantes, o modo presencial e o modo a distância, cuja incidência variaria consoante a natureza dos cursos e matérias a serem aprendidos.

Incidentalmente, o presente Governo recusou, pela boca do seu ministro da Educação, que à Universidade Aberta fossem atribuídos, a prazo, os fundos que lhe permitiriam operar esta reconversão. Pena é: muito embora se não possa exigir a um Ministro que seja detentor de conhecimentos aprofundados em todas as questões do seu pelouro, talvez um pouco de humildade lhe pudesse recomendar

prudência na decisão quanto a essa proposta, vinda de quem veio e com a autoridade que, a nível internacional, bem ou mal, lhe é reconhecida.

A proliferação recente dos sistemas de ensino a distância, em quase todos os países do mundo (cerca de 5000 fazem actualmente parte do International Council for Open and Distance Education, ONG mundial que federa as instituições e organizações deste tipo em 130 países), não atingiu ainda o seu auge. Dois factores contribuem para a afirmação precedente: a necessidade de formação ao longo da vida e a generalização do acesso à INTERNET.

5. A Insuficiência das Abordagens Convencionais

Junte-se ao requisito de deverem existir mecanismos permanentes e universais de acesso à formação contínua (designadamente profissional) ao longo de toda a vida activa de quem trabalha, à óbvia necessidade de ajudar a população em geral a ajustar-se, em permanência, à perfusão das inovações tecnológicas no próprio quotidiano do cidadão comum e às alterações que tal induzirá necessariamente, na própria tessitura social — e somos conduzidos a constatar que nem a melhor e mais abrangente rede de estabelecimentos educativos de todos os níveis de ensino, junta a todas as instituições e centros de formação, situados dentro e fora das empresas, poderão alguma vez ser julgadas suficientes para dar resposta aos requisitos acima enunciados.

Mais uma vez, a solução corresponde a mobilizar recursos presenciais e técnicas de ensino a distância. Quanto aos últimos, o potencial estratégico da INTERNET permitirá, a custos baixos, colocar ao alcance das populações os benefícios da formação, da simples informação, da sensibilização cívica e comunitária, ao mero lazer intelectual, artístico e cultural. Funcionará aqui o princípio do bufete de iguarias, das quais cada um se servirá à medida da sua fome, e do pagamento ao peso, isto é, consoante a medida bruta da mais-valia recebida. A multiplicação, por milhões, do número de consumidores de tais produtos e serviços culturais, permitirá, por um lado, o florescimento deste tipo de indústria; por outro, o abaixamento dos preços unitários do benefício fornecido.

Este cenário não se afigura como utópico nem como de concretização muito distante no tempo. Significará, talvez, o aparecimento de novos actores no novo panorama da educação e da formação, constituídos por uma aliança estratégica entre empresas proprietárias das redes de telecomunicações, fabricantes de hardware e de software, produtores de conteúdos dos *media*. Todos contribuirão para juntar aos consumidores de notícias, de entertainment, de debate e de teleshopping, toda a nova e imensa clientela aqueles que consumirão os produtos e serviços de formação.

Esta possível des-institucionalização das novas organizações de educação e de formação não representará, talvez, ameaça grave para as instituições que até

então o vinham fazendo. Para além do exercício da actividade docente, em regime presencial ou misto, bem como o exercício da actividade de investigação, caber-lhes-á também a autoria dos conteúdos que virão a circular nas redes generalizadas de informação, mediante subcontratação pelas mega-empresas que deterão, elas, o quase monopólio da formação contínua.

Quem sabe? Pode ser que tal corresponda, até, a uma época áurea das universidades...

Porto, Março de 1999

GENEVIÈVE JACQUINOT

UNIVERSITÉ DE PARIS 8

Déjà invitée au Portugal, en février 1997, à l'occasion de la création de l'Association nationale de l'éducation aux médias, c'est avec un plaisir renouvelé que je me retrouve aujourd'hui, parmi vous. Pour alimenter les débats de cette matinée, je voudrais intervenir sur trois points essentiels:

- rappeler l'ambiguïté de l'expression «éducation aux médias», concept «flou» mais paradigme structurant, du moins en termes militants;
- situer, telle que je la vois, la problématique de l'articulation «global-/local», notamment par rapport à l'éducation aux médias;
- prendre position sur le véritable défi de l'éducation que représente la présence des médias pour l'école de demain.

1. De l'ambiguïté de l'expression «éducation aux médias»

Tout le monde parle d'éducation aux médias mais au fond, qu'est-ce que cela veut dire? Je me souviens de l'étonnement de certains de mes étudiants lorsque, pour leur expliquer ce qu'était l'éducation aux médias, je faisais référence aux cours qu'ils suivaient en Licence d'Information et Communication...

Pourtant, l'objectif et surtout les finalités de ces enseignements sont différents:

- rappeler l'ambiguïté de l'expression «éducation aux médias», concept «flou» mais paradigme structurant, du moins en termes militants;

- dans un cas, à l'université, il s'agit d'acquérir des savoirs constitutifs d'un champ disciplinaire, ou du moins d'un «objet de recherche», la presse, la radio, la télévision... et maintenant les NTIC: ce faisant, il est vrai, les étudiants apprennent à voir et à entendre, à modifier leur attitude «naïve», non instrumentée, par rapport à ces «objets concrets», familiers, trop familiers que sont les médias qui les entourent;
- dans l'autre, à l'école, de la maternelle à l'entrée à l'université, c'est l'inverse. Il s'agit de faire prendre très vite conscience aux futurs citoyens, des enjeux économiques, politiques, culturels et sociaux de ce qui caractérise notre «société de l'information»: ce faisant, il est vrai que les élèves acquièrent des savoirs spécialisés, fondamentaux n'ai-je pas peur de dire, autres que les savoirs lire, écrire, parler, compter ... de l'école de Jules Ferry... savoirs et prises de conscience qui peuvent, chemin faisant, les aider à mieux apprendre aussi «par» les médias, notamment par ceux qui ont vocation éducative.

Dans une première approche, on peut donc dire que l'éducation «aux» médias se situe entre l'éducation «par» les médias éducatifs et les études disciplinaires spécialisées sur les modes de fonctionnement des différents médias (presse, cinéma, télévision, nouvelles technologies...) dans nos sociétés modernes.

Mais on peut être plus précis — car il faut tout de même rappeler que ces activités hétérogènes, regroupées sous le paradigme fédérateur d'Éducation aux médias, existent depuis longtemps (les années 60 ou 70 selon les «historiens») — et rappeler **les différentes** définitions, qui ont scandé, dans une certaine diachronie, l'évolution des préoccupations: ces tentatives successives de l'éducation aux médias ont dessiné progressivement, dans le champ complexe des relations école/médias, un secteur d'intervention spécifique appelé «éducation aux médias».

1-1.

Une première définition stabilisée en 1973, par Conseil International du Cinéma et de la Télévision met l'accent sur la différence entre éducation «par» les médias et «aux» médias: *Par éducation aux médias, il convient d'entendre l'étude, l'enseignement, l'apprentissage des moyens modernes de communication et d'expression considérés comme faisant partie d'un domaine spécifique et autonome de connaissances dans la théorie et la pratique pédagogiques, à la différence de leur utilisation comme auxiliaires pour l'enseignement et l'apprentissage dans d'autres domaines de connaissances tels que celui des mathématiques, de la science et de la géographie.*

Il me semble important d'insister, à l'heure actuelle, sur la *complémentarité des deux démarches*, alors que très souvent, du moins en France, cela renvoie à deux

types de pratiques et à deux catégories différentes d'enseignants. Même si la fréquentation audiovisuelle entraîne une certaine acculturation spontanée, ce n'est que par un travail d'arrêt sur image et sur son que l'on peut espérer doter progressivement les élèves d'un appareil critique vis-à-vis des médias qui les entourent et structurent leur perception de beaucoup de réalités. On peut d'ailleurs en tirer un principe pédagogique qui est de prendre l'élève (et avant l'enseignant en formation) là où il en est de sa relation aux médias, pour l'amener à l'objectiver et à la penser.

1-2.

La seconde définition, stabilisée en 1979, lors d'une rencontre UNESCO à Paris dessine à grands traits les contenus et modalités de ce qui fait la spécificité de l'éducation aux médias: *«Toutes les manières d'apprendre et d'enseigner à tous les niveaux... et en toutes circonstances, l'histoire, la création, l'utilisation et l'évaluation des médias en tant qu'arts pratiques et techniques, ainsi que la place qu'occupent les médias dans la société, leur impact social, les implications de la communication médiatisée, la participation, la modification du mode de perception qu'ils engendrent, le rôle du travail créateur et l'accès aux médias».*

Cela renvoie à des pratiques extrêmement hétérogènes, où l'absence de cursus défini, de place dans les programmes scolaires et de formation des enseignants, peut entraîner le pire et le meilleur depuis les très riches occasions de «faire avec les machines» et de vérifier l'impact de ce que l'on a produit (journal scolaire, radio locale ou réalisation multimédia) sur un public réceptif, ou de comparer la façon dont trois journaux différents «font l'évènement» au jour le jour, jusqu'à l'introduction de la presse à l'école pour apprendre l'orthographe et la grammaire, la dissection de l'image pour repérer les angles de prise de vue et autres codes figés ou encore le cours ex-cathédra sur les grands classiques cinématographiques ou sur le «mystère» de la réception télévisuelle.

D'où la nécessité de ce que j'exprime régulièrement sous la formule familière: «Que fait-on en le faisant?» Ce questionnement me semble nécessaire:

- par rapport aux théories et modèles des médias et de l'éducation; la conception que l'on se fait de l'éducation aux médias est fonction en effet de celle que l'on a des médias.

Les théories de la communication inspirent les expériences européennes, les théories du développement celles des pays moins avancés économiquement, les théories sociopolitiques les expériences latino-américaines où l'on souhaite mettre l'éducation aux médias au service de la «libération» du peuple...

On pourrait prendre un autre exemple, à savoir, les différentes conceptions que cache l'objectif unanime de «développement de l'esprit critique».

Selon la théorie des médias à laquelle on se réfère, plus ou moins explicitement, le jeune téléspectateur critique est:

- ou bien celui qui arrive par lui-même à réduire sa consommation de télévision pour se prémunir contre les dangers du média (c'est la théorie de «l'effet direct» ou de l'*innoculative paradigm*);
- ou bien celui qui est capable de justifier ses goûts et ses préférences en portant des jugements éclairés étayés sur des critères d'analyse explicites (c'est la théorie dite des «uses and gratifications» ou encore «cafétéria culturelle»);
- ou bien celui qui est capable d'échapper au pouvoir manipulateur des médias qui véhiculent des réalités biaisées (c'est la théorie de «l'influence indirecte» ou «representation paradigm»);
- ou bien celui qui est capable d'oeuvrer de manière active, tout au long de sa vie, pour que les médias soient mis au service de la démocratie (c'est la théorie de l'Ecole de Francfort, ou «éducation critique» contre l'aliénation culturelle et la concentration économique des médias);
- ou bien celui qui parvient à comprendre la façon dont s'y prennent les médias pour signifier et imposer certains cadres interprétatifs: (c'est le modèle européen par excellence, dit «modèle sémiologique» où les médias sont étudiés comme des systèmes signifiants parmi d'autres (littérature, cinéma...));
- ou bien celui qui participe activement au processus de création sociale du sens des messages, en fonction de sa position sociale, elle-même largement déterminée par le contexte économique, social et culturel dans lequel il évolue: c'est le modèle de l'Ecole de Birmingham des «cultural studies» qui met l'accent sur les processus de réception active.

Mais la conception que l'on se fait de l'éducation aux médias est fonction aussi de la conception que l'on a de la pédagogie et qui peut être soit plus orientée vers l'axe «apprendre», ou vers l'axe «enseigner» ou vers l'axe «former» ce qui renvoie à des pratiques extrêmement variées. Une thèse récente, soutenue par un de mes étudiants, portant sur l'analyse d'une expérience menée dans l'Académie de Paris, intitulée «Classes images, médias» met bien en évidence que, malgré les déclarations d'intention et les activités de formation, l'éducation aux médias est souvent réduite à n'être qu'une «matière de plus», dans la corbeille déjà chargée des disciplines scolaires.

Par rapport aux objectifs déclarés (et réalisés) qu'il s'agit de:

- de dynamiser l'enseignement (oui... on sait... l'audiovisuel a longtemps servi aussi à cela, puis l'informatique et Internet maintenant!);

- de renforcer l'enseignement disciplinaire;
- de former le citoyen, ce que certains appellent «la «socialisation politique», d'autres «la citoyenneté»;
- de former à l'autonomie;
- de diminuer les effets de la violence à la télévision, l'argument est plus récent;
- de former l'esprit critique du lecteur ou du téléspectateur...

Quant aux exercices dits «pratiques», ils mettent l'accent tantôt sur l'analyse (sémiologique) du média (le média), tantôt sur le circuit de communication et le groupe de récepteurs, (la communication), tantôt sur les dimensions esthétiques de la création par l'image et le son et donc, sur le plaisir des réalisateurs (la création).

Mais certains font de l'éducation aux médias, pour jeter un pont entre deux cultures, celle des jeunes et celle de l'école comme dans le cas de la vidéo-correspondance scolaire, nouveau rituel pédagogique; d'autres font des pratiques de création vidéo un instrument thérapeutique permettant une évolution des jeunes à travers des phases identifiées, régression et défoulement pulsionnel, présentation de soi et de l'environnement, phase d'imitation des genres médiatiques avant la période d'invention et d'expression authentique.

Pour certains, on ne pourra parler d'éducation aux médias qu'à l'intérieur d'un cadrage minimum, comprenant:

1. l'histoire des supports et techniques et de leur influence sur les modes de représentation;
2. les conditions de production et de diffusion, les institutions et acteurs, les contraintes et compétences;
3. l'analyse des langages sonores, visuels et multimédias, la notion de genre et de fonction sociale des messages;
4. l'analyse de conditions et modalités de réception et de consommation, les audiences, les publics et la diversité des réceptions.

On voit donc la nécessité qu'il y a de préciser les finalités et objectifs des activités introduites sous la rubrique générique d'«éducation aux médias».

2. De la problématique du «global» et du «local»: l'éducation aux médias et la place des médias dans la société

Je reviendrai ici à une troisième définition proposée en 1990 lors du Colloque International de Toulouse organisé par le CLEMI, Centre de Liaison de l'Enseignement et des Moyens d'Information, dépendant de l'Education Nationale, par un

groupe de collègues indiens et latino-américains désireux de *rectifier une conception unescienne un peu trop ethnocentrique de l'éducation aux médias: "Une éducation aux médias est une pratique et un processus éducatifs destinés à permettre aux membres d'une collectivité de participer de façon créative et critique (au niveau de la production, la distribution, et la présentation) à l'utilisation des médias technologiques et traditionnels, afin de développer et libérer les individus et la collectivité et de démocratiser la communication"*.

En effet, l'éducation aux médias doit être pensée à l'intérieur des structures politiques, culturelles et sociales dans lesquelles elles s'insèrent, ce qui annule toute prétention à une charte internationale d'éducation aux médias:

- les médias sont de plus en plus transculturels, non seulement avec le développement des technologies de diffusion comme les satellites ou Internet, mais compte tenu de la concentration des entreprises médiatiques, la presse comme la télévision et comme déjà les nouvelles technologies, phénomène complexe que tente de recouvrir le concept de mondialisation;
- en même temps, ces médias de plus en plus transculturels sont perçus de façon de plus en plus multiculturelle, c'est à dire, diversifiée; d'une société à l'autre mais aussi à l'intérieur d'une même société, ce qui a fait dire que «la façon dont on regarde *différencie davantage que ce que l'on regarde*»; cela renvoie d'une part, à la diversité des pratiques télévisuelles (télévision "tapisserie" ou «bouche trou») et d'autre part, aux modalités diversifiées de compréhension où l'on peut retrouver le concept de localisation.

D'où la nécessité de penser l'éducation aux médias en fonction de la spécificité politique, sociale et culturelle de la société ou du micro-groupe dans lequel on intervient:

- dimension sociale et culturelle: une universitaire et journaliste japonaise Midori F.Suzuki a rappelé l'absence d'une tradition critique dans le système éducatif public, résultat à la fois de l'intense compétition pour les examens et «du complexe politico-économico-industriel dicté par le centre», ce qui prédispose peu à la formation d'un citoyen critique;
- dimension politique: il faut insister sur le fait que l'objectif dit de «formation du citoyen» ou «de formation à la démocratie» n'aura pas le même sens dans un pays «à tradition démocratique» comme on le dit de la France par exemple, et dans un continent où une région qui doivent encore lutter pour obtenir «la liberté de penser et d'expression».

En Amérique latine, par exemple, par l'éducation aux médias, on vise moins la formation de l'esprit critique que la mobilisation au service du développement.

D'où la nécessité de se méfier des discours simplistes sur la mondialisation, comme le recommande mon collègue Armand Mattelart (La Communication-

-monde, p. 298, La Découverte): «Toutes ces échelles de la réalité, l'international, le local, le régional et le national n'ont de sens que si on les articule entre elles, que si l'on met en relief les interactions, que si l'on refuse d'établir des dilemmes, des binarités pour rechercher les passerelles, les médiations et les négociations qui s'opèrent entre les diverses dimensions, sans négliger pour autant l'existence bien réelle des rapports de force entre elles»? Ce type de réflexion fait aussi partie de l'éducation aux médias.

3. De l'éducation aux médias comme chance radicale de repenser le rapport au savoir?

Suspendre des logiques disciplinaires, repenser l'organisation du temps scolaire, partir de l'enfant, de l'adolescent, de son actualité pour aller vers des interrogations qui sont souvent des savoirs non constitués, le moment est venu, à l'occasion de cette réflexion sur l'éducation aux médias, de (re)penser le rôle de l'école dans la société technologique qui est et sera de plus en plus la nôtre. Or, comme le faisait remarquer déjà François Mariet en 1990, *«à une époque marquée par les satellites de télécommunication et le minitel, l'école vit au rythme de la machine à vapeur»*.

Le changement nécessaire ne peut s'opérer qu'à trois conditions:

1. Que l'école et avec elle les enseignants reconnaissent qu'ils n'ont plus le monopole de la transmission des savoirs et qu'il n'y a pas que le maître qui a droit à la parole.

Déjà les enseignants et notamment ceux qui ont introduit les médias à l'école, la presse ou la télévision, ont pu s'apercevoir que cela entraîne un changement dans les objectifs et les méthodes de l'enseignement. En particulier:

- cela dépossède l'enseignant de l'unique expertise qui se trouve ainsi davantage dispersée;
 - l'enseignant qui travaille sur les médias ne dispose pas d'un corps de connaissances transmissibles de celui qui sait vers celui qui ne sait pas car, l'information appartient à tous et les médias «mettent (presque) sur un pied d'égalité élèves et professeurs»;
 - quand on travaille avec les médias, on centre davantage l'attention sur celui qui apprend, et pas seulement sur ce qu'il apprend;
 - enfin, avec l'éducation aux médias, ce qui est appris à l'école sort vite du cadre de celle-ci et se prolonge dans la vie de tous les jours.
2. L'école et les enseignants doivent admettre que les nouvelles générations ont d'autres modes d'apprentissage: les machines audiovisuelles (à com-

mencer par la télécommande et le magnétoscope) ont habitué les jeunes générations aux lectures multiples et non linéaires, contrairement à leur parents et enseignants (à certains d'entre nous!) habitués à une lecture linéaire de la télévision (une seule chaîne et un seul programme à la fois) — d'où cette «intelligence télévisuelle des jeunes» qui a été mise en évidence par des recherches internationales.

Les théories de la communication comme les théories de l'apprentissage aujourd'hui convergent pour substituer au paradigme de la «transmission» des savoirs, comme des valeurs, celui de la «médiation» entendue comme modèle interprétatif et relationnel de l'appropriation des connaissances.

3. Devant la prolifération des sources d'information et de savoirs, l'école (et leurs enseignants) doivent plus que jamais réaffirmer leur rôle irremplaçable qui a toujours été non pas d'accumuler des savoirs — que l'on peut toujours trouver ailleurs — mais de se servir des savoirs pour accéder à la connaissance, et développer une compétence conceptuelle, instrumentale, pour construire une représentation objective du monde qui nous entoure et s'adapter à diverses situations.

Pour cela, il faut construire «les concepts manquants», comme ces notions de «réseau», de «banque de données», de «traitement de l'information», de «temps réel», de «différé», de «réel» et de «virtuel». Avant d'aborder un thème ou une notion, il faut demander aux élèves ce qu'ils savent de la question, où ils l'ont appris, leur demander de confronter leurs sources d'information, de rectifier les erreurs ou de combler les trous, en ayant toujours pour double objectif d'exiger le respect des valeurs démocratiques (formation du citoyen) et d'accompagner les démarches cognitives de chacun (formation aux divers langages).

En tout état de cause, et vous l'aurez compris, l'éducation aux médias ne serait être pour moi:

- ni une matière supplémentaire (et laisser les autres intactes);
- ni un moment privilégié où l'on aurait la joie d'apprendre et de faire, sans rien modifier aux autres disciplines et occasions de rapport au savoir;
- mais une façon de contribuer au nécessaire renversement des occasions d'apprendre.

La place relative des divers médias, selon les familles, et le statut culturel qui leur est accordé, est une source d'inégalité: il revient à l'école démocratique et aux enseignants, en priorité, d'en corriger les effets en valorisant les différentes formes et modalités d'apprentissage et en les mettant au service de la formation du futur citoyen du 21^e siècle.

Petite bibliographie non exhaustive, et ni lusophone ni espagnole

- BAZALGUETTE, Cary, BEVORT, Evelyne et SAVINO, Josiane (coordonné par), *L'éducation aux médias dans le monde, nouvelles orientations*, BFI, CLEMI, UNESCO, 1992 (version française et anglaise).
- BUCKINGHAM David, *Children talking television*, London, The Falmer Press, 1993.
- GONNET Jacques, *De l'actualité à l'école, Pour des ateliers de démocratie*, A Colin, 1995.
- JACQUINOT Geneviève, «Il faut déjà rénover l'éducation aux médias...», in revue *Communication*, spécial Education aux médias, Université Laval, Québec, vol. 16, 1995.
- JACQUINOT Geneviève, «Chercheurs et praticiens: pour mieux savoir ce que l'on fait en le faisant», Revue *Educations*, n.º 14, «Education aux médias», Emergences éditions, décembre 1997.
- MASTERMAN Len; MARIET François, *L'éducation aux médias dans l'Europe des années 90*, Ed Conseil de l'Europe, 1994.
- MASTERMAN Len, *Teaching about Television*, London, Macmillan 1980, *Teaching the media*, London, Comedia, 1986; The Media Education Revolution, *Canadian journal of Educational Communication*, vol. 22, n.º 1, p. 5-14, 1992.
- PIETTE Jacques, *Education aux médias et fonction critique*, L'Harmattan Education et formation, Série Références et travaux universitaires, 1996.

Revues et magazines

- Le Français dans le monde*, N.º spécial, juillet 1994, Médias, faits et effets de société.
- Revue *Educations*, n.º 14 «Education aux médias», Emergences éditions, Décembre 1997.
- Jeunes téléspectateurs, futurs citoyens*, (collectif) CNDP/CSA, Les Cahiers de Téléscope, 1998.

COMUNICACIÓN Y NUEVAS TECNOLOGÍAS: EL JARDÍN DE SENDEROS QUE SE BIFURCAN

JUAN DE PABLOS PONS

UNIVERSIDADE DE SEVILHA

1. Presentación

El marco de referencia de esta propuesta que pretende una aproximación a las complejas relaciones entre las nuevas tecnologías de la comunicación y la educación, no es muy convencional. Este análisis está planteado desde perspectivas que cabe considerar como alternativas tal como sugiere el título borgiano. Básicamente, las argumentaciones que el lector va a encontrar a lo largo de las próximas páginas, se apoyan en los análisis desarrollados por los denominados estudios culturales.

¿Qué entendemos por estudios culturales? De una manera sintética podemos decir que se trata de una perspectiva caracterizada por una visión global que precisamente considera como positivo el hecho de que existan diferencias entre los modos de abordar la realidad por parte de distintas disciplinas sociales. El intento de hacer converger (complementar) análisis provenientes de campos como la sociología, la psicología, la antropología o la filología, entre otras, para tratar de entender la teoría, la producción y el consumo culturales, constituye el referente fundamental. Es evidente, por tanto que el carácter multidisciplinar y, en muchas ocasiones interdisciplinar, es consustancial con esta perspectiva. Instituciones que han contribuido sobremanera al desarrollo de la misma, como son el *Centro de Estudios Culturales Contemporáneos de la Universidad de Birmingham* o el *Goldsmiths' College* de la Universidad de Londres, nos ilustran sobre el origen académico de esta corriente. Como señalan Curran, Morley y Walkerdine (1998), nos enfrentamos a una época en la que las grandes construcciones teóricas dirigidas a estudiar las ideologías o las bases epistemológicas de las diferentes

ciencias, han dejado paso al interés por la búsqueda de nuevas temáticas más realistas, que nos permitan comprender y anticipar el futuro social y cultural. En este sentido, el postestructuralismo, los nuevos estudios sobre comunicación, la psicología cultural o el feminismo, representan bases de referencia para el desarrollo de la teoría cultural en la actualidad.

Otra vertiente susceptible de ser analizada hace referencia a la industria cultural. Dirigida su producción al desarrollo de la denominada "cultura de masas" es una actividad fundamentalmente mercantilista que busca continuamente legitimarse socialmente, tratando de aparecer como creativa y renovadora. En este marco, editoriales, productoras audiovisuales, medios de comunicación escritos, radio, televisión etc., fomentan determinados modelos de transmisión y vivenciación cultural, dominados por la estandarización y la serialización (Zallo, 1997). Esta realidad resulta paradójica pues la cultura es por definición liberadora y el acceso a ella indudablemente positivo para la formación de la persona. La clave evidentemente está en que la industria del consumo desnaturaliza a la cultura, al elaborarla como un producto. Desde un punto de vista educativo, resulta fundamental saber discernir, y enseñar a hacerlo, entre las diferentes ofertas culturales. El docente debe ser en último término un elemento constitutivo del proceso cultural, en su sentido creativo, y no un mero intermediario de la mercantilización de productos culturales.

Foucault argumentó en su momento, que en psicología el individuo no es lo mismo que la persona, sino que es una forma históricamente específica del sujeto. Este, a su vez está determinado en gran medida por el control que sobre él ejercen las instituciones, creando un sujeto "bajo determinadas normas" en el marco del mundo social. A partir de esta perspectiva, los modelos universalistas utilizados en la psicología del desarrollo empezaron a ser cuestionados. Es evidente que en las aproximaciones al desarrollo cognitivo, los aspectos vinculados al lenguaje, y en relación a él, la influencia de factores como el género, los modelos culturales, el origen racial, etc., no podían dejarse fuera. Sin embargo, la comunidad científica de psicólogos no ha sido muy receptiva cara a considerar la importancia de esta perspectiva. Cosa que de hecho sólo ha empezado a ocurrir a partir de los años noventa.

Los estudios culturales, cuyo desarrollo más importante se ha producido en los últimos diez años, manejan unas perspectivas caracterizadas por visiones preferentemente interdisciplinarias, tratando de abordar problemas provenientes de la realidad. En todo caso, la teoría literaria y el postestructuralismo representan puntos de referencia muy importantes. O por decirlo de forma más precisa, determinados enfoques o giros que se han producido en estos campos teóricos en los últimos años. Así, en el ámbito de la teoría literaria, los análisis dirigidos al conocimiento de los procesos de simbolización, representación, género, o la construcción de la identidad, han abierto nuevas líneas de análisis sobre problemas

sociales. Los estudios culturales se han centrado en el estudio de las relaciones entre clase social y lenguaje; y más recientemente han abordado problemas vinculados a la discriminación apoyada en elementos raciales, de género, etnia y colonialismo.

En el caso del postestructuralismo, que sabemos arranca de una crítica global al materialismo dialéctico, se rechazan los presupuestos marxistas de que la conciencia es un reflejo de la materia y de que las relaciones económicas constituyen el eje del orden social. El postestructuralismo llama la atención sobre la importancia del lenguaje como un modo de representación, que forma parte de la realidad, por tanto, no solo la simboliza. El poder y la autoridad se refuerzan con los lenguajes que los individuos utilizan en sus relaciones interpersonales. El yo se construye dentro del lenguaje, y con él la identidad, que como aquél es contingente, cambiante y diferida (Derrida, 1976).

Por tanto, desde estas perspectivas el lenguaje aparece como un factor de primer orden. Un componente imprescindible tanto en la vertiente individual como en la social, al actuar como un agente decisivo en la formación de la identidad tanto personal como colectiva. Y además, actuar como un factor determinante en el establecimiento de las relaciones de poder entre los grupos y los individuos. Una variante de esta concepción interdisciplinar, que nos acerca a los campos psicológico y educativo, es el denominado enfoque sociocultural, que es en el que nos vamos a centrar a partir de ahora.

2. El enfoque sociocultural

La denominación teoría *histórico-cultural* o *sociocultural*, identifica un campo de investigación emergente en el marco de las ciencias sociales, y específicamente en el ámbito de los denominados estudios culturales. El rasgo definitorio más visible desde una óptica externa es su carácter interdisciplinar. Ciencias tan caracterizadas como la antropología, la comunicación, las ciencias cibernéticas, la didáctica, la psicología o la filosofía, se integran en propuestas paradigmáticas que tratan de superar los límites estrictamente disciplinares. En una aproximación más sistemática, más que una "escuela" o tendencia concreta, la perspectiva sociocultural "canaliza la inquietud de diversas tendencias científicas para abordar aspectos esenciales que nunca deben ser marginados al investigar la construcción del hecho humano" (Del Río, Alvarez y Wertsch, 1994, 12). La vitalidad del enfoque sociocultural es verificable a través de diferentes vías, tales como la existencia de sociedades científicas que dirigen su actividad al apoyo y fomento de este paradigma; así como la celebración de congresos internacionales y la publicación a través de revistas y libros de trabajos que reflejan la producción científica en este campo. Algunos referentes básicos se ofrecen a continuación para ilustrar esta realidad.

En el año 1982 se organizó por primera vez una Conferencia Internacional dedicada al estudio del aprendizaje y la enseñanza, tomando como referencia a la teoría de la actividad, cuerpo teórico básico para el enfoque sociocultural, y que tuvo como sede la ciudad de Espoo (Finlandia). Coordinado por el profesor Yrjö Engeström, fue el primer encuentro europeo de carácter científico sobre la citada teoría de origen vygotskiano y desarrollada en su etapa canónica por Leontiev. La segunda Conferencia se llevó a cabo el año siguiente en Dinamarca. Y la tercera tuvo lugar en la ciudad de Utrecht (Holanda) en el año 1984. El objetivo de todos estos eventos fue propiciar el diálogo entre investigadores que apoyaban sus trabajos en la teoría de la actividad. En el encuentro de Utrecht se produjo una bifurcación entre dos sectores, lo que dio lugar a la creación de dos asociaciones científicas diferenciadas: la *European Association on Research on Learning and Instruction* (EARLI); y de otra parte, la *International Society for Cultural Research and Activity Theory* (ISCRAT). Alternando la organización de sus eventos científicos a partir de ese momento. Esta diferenciación dio carta de naturaleza a diferentes perspectivas dentro del enfoque general. Así en las tres primeras conferencias organizadas por EARLI tomó fuerza una interpretación de la teoría de la actividad inspirada en las aportaciones de Davydov, que junto con las concepciones de Leontiev y la actualización de la teoría de Vygotski llevada a cabo preferentemente por algunos psicólogos norteamericanos, como es el caso de Sylvia Scribner, Michael Cole, o Norris Minick, entre otros, favorecieron la puesta en actualidad de este enfoque. En el tercer congreso celebrado en Moscú, el año 1995, bajo el título específico de "Teoría de la actividad y la práctica social", se reforzó la importancia de la teoría de Vygotski para el enfoque sociocultural.

En 1992, bajo los auspicios de una nueva agrupación, la *Society of Socio-Cultural Research Conferences*, tuvo lugar la primera Conferencia sobre Investigación Socio-Cultural en Madrid, bajo la organización de Amelia Alvarez, Pablo del Río y James Wertsch¹. La segunda Conferencia se celebró cuatro años después en Ginebra, donde Vygotski y Piaget fueron homenajeados, con Bernard Schneuwly (1996) como coordinador; y la tercera en Brasil el año 2000 con Ana Smolka² como presidenta. Por su parte, ISCRAT ha celebrado su cuarto congreso en la universidad de Aarhus (Dinamarca) en el verano de 1998, bajo la presidencia de Mariane Hedegaard (Hedegaard y Chaiklin, 1998).

Otro referente que nos permite constatar la vitalidad del enfoque sociocultural es la existencia de diferentes publicaciones periódicas, especializadas en difundir los estudios desarrollados en este campo. En este apartado podemos citar entre otras: *A Multidisciplinary Newsletter for Activity Theory*, creada en 1988 y que se mantuvo hasta el año 1994. *Mind, Culture and Activity*, con Michael Cole y Yrjö Engeström como editores; *Culture and Psychology*, editado por Jaan Valsiner; y *Human Development* editado por Barbara Rogoff, que son excelentes muestras de la producción científica generada por este enfoque.

En cuanto a los objetivos fundamentales que persigue la investigación apoyada en esta perspectiva científica, podemos formular algunas tesis básicas. Siguiendo a Goody (1985), nos situamos en una perspectiva que nos permite dar pasos adelante en el análisis de los efectos que la oralidad y la escritura, como manifestaciones del lenguaje, proyectan sobre los modos de pensamiento. Muchos autores han visto en el desarrollo y uso de las lenguas un prerrequisito del mismo pensamiento. De hecho Vygotski se plantea el pensamiento como un "diálogo interior". La conexión lenguaje/pensamiento admite muy variados análisis. Las diferencias entre los pueblos en función de que tengan o no escritura y lo que de esto se deriva, o un planteamiento que contemple un análisis de los medios de comunicación, vinculado a los desarrollos del pensamiento humano, son algunas de las posibles opciones. La caracterización de un tipo de razonamiento vinculado al uso de la escritura, diferenciado de un pensamiento apoyado sólo en la oralidad, supone un proyecto de estudio característico del enfoque sociocultural. En Asia central, Luria encontró una enseñanza asociada a asunciones basadas en los silogismos lógicos (Scribner y Cole, 1973), apoyados en un sistema gráfico, y sólo con el dominio de este, aquellos pasaban al acervo coloquial.

El dominio de la escritura, y por extensión el de cualquier lenguaje o código, tiene consecuencias en la capacidad de abstracción, lo que da como resultado un proceso de descontextualización del conocimiento. A su vez este proceso facilita el camino a un tipo de pensamiento progresivamente más complejo. Desde una perspectiva historicista el objeto central de este programa de investigación, se origina en la crisis producida en la historia de la comunicación humana cuando la oralidad griega se transformó en la civilización de la escritura griega (Havelock, 1996).

Así, el papel de las instituciones sociales y de la cultura, se revela trascendental. La educación es concebida como una construcción cultural. Otras perspectivas en este marco de desarrollo son: el análisis de la interacción generada en los procesos de enseñanza-aprendizaje; el estudio de diferentes modalidades de acción mediada apoyada en el uso de instrumentos; la investigación de diferentes formas de práctica social; las organizaciones y sus modelos institucionales desde la óptica de la teoría de la actividad.

En este contexto científico, entendemos que especialmente relevante para el ámbito educativo, en el que son factibles aproximaciones en distintas claves (psicológicas, institucionales, sociológicas, lingüísticas, formativas, metodológicas, etc.), queremos presentar algunos de los rasgos más característicos de una construcción teórica a la que denominamos enfoque sociocultural, y dentro de la cual resulta especialmente relevante la obra de Vygotski.

En el momento socio-histórico en el que Vygotski desarrolla su producción científica fundamental (1924-1934), lamentablemente truncada por su prematura desaparición, y que es evidentemente una propuesta a contracorriente respecto

a la concepción psicológica dominante, la revolución que sus escritos generan está apoyada en algunas formulaciones básicas. Su concepción de la conciencia, está enfrentada a la teoría vigente en ese momento, defensora de que los fenómenos psicológicos tenían una base neurofisiológica y comportamental. Este antirreduccionismo, junto a su rechazo al sustancialismo, consecuencia de sus lecturas sobre William James, caracterizan la posición base de Vygotski. A partir de ella, el autor bielorruso identifica tres temas generales de estudio: a) los procesos psicológicos superiores tienen su origen en procesos sociales; b) los procesos psicológicos pueden entenderse analizando los instrumentos y signos vinculados a un proceso clave: la mediación; y c) la formulación del método genético (Wertsch, 1988).

Por tanto, uno de los conceptos revolucionarios (término éste que solo tiene sentido contextualizándolo adecuadamente), es el de mediación cognitiva, teniendo presente el peso de la psicología pavloviana en ese periodo histórico. Lo que el estímulo supone para la psicología conductista, lo representa el signo en la teoría de Vygotski. El signo (tanto lingüístico como no lingüístico), en tanto que poseedor de significado, es el eje sobre el que pivotan los procesos de mediación. Por ello, el componente semiótico resulta muy importante.

Dada la importancia de los signos en la construcción teórica de Vygotski, las concepciones del lingüista ruso Mijail Bajtín permiten una conjunción de esfuerzos con un gran interés para el paradigma sociocultural. Las ideas desarrolladas por Bajtín en relación a la filosofía del lenguaje y la teoría literaria, descubren vías y procedimientos para el estudio de problemas psicológicos y educativos. Diversos autores (Wertsch, 1993; Silvestri, 1993; Hicks, 1995/96), han establecido conexiones entre Vygotski y Bajtín, lo que resulta de enorme interés y trascendencia para el estudio de la mediación simbólica y el papel que esta desempeña en los procesos de enseñanza-aprendizaje.

3. Bajtín y la noción de acción mediada

La noción de acción mediada que surge directamente de la intersección de los escritos de Vygotski y de Bajtín fue planteada por Zinchenco (1985). Otras fuentes formulan con anterioridad términos próximos a esta noción. En este sentido, John Dewey (1938) propone la noción de "acción instrumental" relacionada en algunos aspectos esenciales con la acción mediada; las ideas planteadas por Kenneth Burke (1968) sobre "acción simbólica" podrían ser usadas desde un punto de vista similar. Según Wertsch (1994), la acción mediada implica un tipo de dialéctica entre los instrumentos mediadores proporcionados por el escenario sociocultural y el uso contextualizado y único de esos instrumentos en acciones concretas y particulares de los individuos. Como expondremos aquí, los instrumentos mediadores son el resultado de la actividad humana, social; de esta forma, son creados y usados en

situaciones sociales y culturales, donde adquieren significados concretos. Estos instrumentos son portadores de patrones socioculturales y representan el bagaje cultural de la humanidad. No obstante, la acción mediada reconoce el papel activo que desempeñan los seres humanos en el uso y transformación de los instrumentos culturales y sus significados. Por ello, podemos decir que la acción mediada "trasciende (...) la frontera entre lo individual y lo social" (Wertsch, 1988, 215); los planos intra e interpsicológico son parte inherente del propio concepto de acción mediada.

En relación con esta propuesta, surge el concepto de agencialidad, que hace referencia a la capacidad que el agente tiene para realizar una acción, sean cuales fueren las intenciones que le animan en el momento de su realización (Giddens, 1990; Ramírez, 1995). El agente tiene la capacidad de hacer algo cuando posee el dominio de determinados instrumentos y el conocimiento adecuado de la situación (Ramírez, 1995, 44). El hablante es agente en tanto que, cuando habla desarrolla una acción de la que es responsable y con la que pretende influir sobre la audiencia. En este sentido, el hablante depende del conocimiento de sus interlocutores y de los argumentos de éstos para responder a ellos, por lo que su capacidad de *hacer* depende de este conocimiento de la situación comunicativa. Pero la agencialidad también depende del uso de instrumentos culturales, medios adecuados, para actuar. Por ello, la acción en desarrollo depende en parte del agente (dominio de instrumentos) y en parte de las condiciones en las cuales se desenvuelve.

En las obras de Bajtin, el concepto de enunciado supone una forma de acción mediada, ya que aquél refleja la relación dialéctica entre los patrones propuestos por los diferentes escenarios (escuela, familia, iglesia, ejército, empresa, etc.) y el uso individual (creativo) de los instrumentos que dan lugar a nuevas formas semióticas más elaboradas y complejas. En este sentido, Bajtin desarrolló ampliamente patrones relativamente estables asociados a contextos o situaciones típicas de comunicación en relación con el lenguaje como instrumento mediador y analizó cómo los individuos, mediante su uso, dominio y combinación, crean otros, transformando el sentido y naturaleza de los primeros.

A partir del estudio de las obras de Vygotski y Bajtin, diversos autores han propuesto como unidad de análisis la acción mediada (Wertsch, 1993; Cubero, 1994; Sawyer, 1995; Engeström, 1995; De Pablos, 1996a).

Desde el punto de vista epistemológico, la teoría de Bajtin integra en una estructura coherente un amplio abanico de conceptos, inicialmente asociados a disciplinas aisladas. Sus investigaciones en el campo de la psicología, la lingüística o la crítica literaria presentan asuntos recurrentes que preconizan la necesidad de situar los aspectos semánticos en la especificidad de los discursos, la primacía del diálogo sobre el monólogo, la incapacidad de los sistemas descriptivos basados en los modelos lógicos para comprender la historicidad y la variedad del significado. Esta dimensión interdisciplinar es compartida por la teoría sociocultural y, ya ha

quedado concretada en las investigaciones desarrolladas por Wertsch (1988, 1993, 1997), Ramírez (1988; 1995) y De Pablos (1995, 1996b, 1997).

Bajtín elabora su perspectiva particular como un filósofo conceptual que elimina la "impureza" de las perspectivas disciplinares atomizadas. En la obra *ESTÉTICA DE LA CREACIÓN VERBAL* (1979), el autor desarrolla la dimensión más comprensible de su translingüística. En ellos determina la mayor parte de los postulados que fundamentan todos sus trabajos: el papel de los signos y la función de la enunciación en el lenguaje. Cada uno de estos tópicos oscila entre una amplia generalidad y la más explícita particularidad. A partir de esta concepción dialógica nos encontramos ante una historia en movimiento, abierta, que no contempla cualquier forma de descripción conceptual metafísica y que se plasma a través de formas continuamente re-interpretables.

La dialogicidad implica una metodología de comprensión viva, intersubjetiva y hermenéutica que puede liberar el contenido que duerme en todo el discurso (Zavala, 1991). En síntesis, en la dialogicidad bajtiniana existen, por lo menos, tres posibilidades: la desintegración de la estructura rígida del tiempo; la liberación del pasado como autoridad y la liberación de lo simbólico. Esta concepción del lenguaje que posibilita una aproximación crítica de los objetos históricos, en su totalidad, está también asociada a una Teoría Cultural centrada en la especificidad de los fenómenos históricos concretos.

4. Bajtín y el enfoque sociocultural

La dimensionalización del enfoque sociocultural en todas sus vertientes implica la progresiva ampliación de su cuerpo teórico, lo cual, dadas sus bases interdisciplinares, supone la incorporación de nuevos autores. La obra de Mijail Bajtín por su valía para este enfoque ha sido reconocida ampliamente en el círculo de investigadores socioculturales (Silvestri y Blanck, Wertsch, Ramírez). La coincidencia entre el pensamiento de Bajtín y Vygotski, señalada con frecuencia, ha dado lugar a su integración en la órbita de la teoría sociohistórica. Coincidencia que se extiende a sus avatares personales, dada la época histórica en que vivieron. Aunque fueron contemporáneos no llegaron a conocerse personalmente, sin embargo su concordancia filosófica condujo a ambos a conclusiones similares respecto al origen social de la conciencia humana y a reconocer el importante papel de los signos como mecanismos generadores del psiquismo.

La búsqueda de una definición objetiva de la conciencia constituye un tema primordial para Bajtín, prestando especial interés al ambiente ideológico en que vive y se genera la conciencia. En esta valoración coincidió con Vygotski, el cual desarrolló sus trabajos a partir de la concepción de la conciencia sobre el principio de la progresiva descontextualización, propiciada por los instrumentos culturales.

Como revela Silvestri (1993), bajo la influencia de la filosofía marxista, Bajtín propuso la conciencia como un producto social derivado de la relación dialéctica entre sociedad y naturaleza. De esta forma, la dialéctica objetiva que establece el sujeto con la realidad se reproduce como dialéctica subjetiva en el pensamiento humano. Pero esta reproducción no constituye una copia, sino una construcción apoyada en unas herramientas que le son exclusivas: los signos que funcionan como mediadores de la realidad. Bajtín estudió el lenguaje desde esta perspectiva generadora del pensamiento humano.

El proceso de construcción de las funciones psicológicas superiores (concepto vygotskiano), que conforman la conciencia se desarrolla a través de actividades, en las que los sujetos en interacción adquieren gradualmente, de una manera dinámica y evolutiva, los instrumentos mediadores (entre ellos el lenguaje). Este proceso se produce en el transcurso de actividades socialmente significativas, en los que los sujetos progresivamente operan con signos que sustituyen a los objetos y sus relaciones. El uso y dominio de estos signos para relacionarse con problemas de la realidad implican una ruptura con la inmediatez en la relación con ésta. En este sentido, una de las ideas principales de la teoría sociocultural es la desnaturalización de las funciones psicológicas mediante el uso y el dominio de instrumentos culturales. El lenguaje, al igual que otros sistemas de signos, es un producto de la actividad humana y, como tal, sólo puede formarse en sociedad. Al internalizarse se convierte en instrumento subjetivo de la relación con uno mismo, autodirigiendo y regulando la propia conducta y el pensamiento (Vygotski, 1995).

El análisis de la relación de complementaridad entre las teorías de Bajtín y de Vygotski, en lo que se refiere al funcionamiento mental humano, constituye uno de los elementos más innovadores de la teoría sociocultural de hoy. Medio siglo después de su formulación, las teorías de Vygotski y de Bajtín han contribuido a la creación de un modelo teórico poderoso que integra perspectivas provenientes de disciplinas de la Ciencia Social, artificialmente separadas (Wertsch, 1988, 1997). Una dimensión central de la intersección de las teorías de estos autores se relaciona con las concepciones de sentido y contexto. En los comentarios relativos al predominio del *sentido* sobre el *significado* en el discurso interno, Vygotski enfatizó la importancia del contexto creado lingüísticamente y que rodea una palabra o expresión.

Sin embargo, en determinados aspectos de su obra, Vygotski parece sugerir que la noción de contexto podría ser alargada a textos más amplios, abriéndose a nuevas posibilidades sobre los modos como el sentido de una expresión del discurso interno puede ser influenciada por el contexto. Sugiere, en este campo, que el amplio conjunto de textos que constituyen la estructura simbólica de una cultura puede comprender un contexto más general del enunciado y, por eso, puede contribuir a la determinación del sentido. Si los comentarios de Vygotski nos subrayan la sensibilidad del autor sobre este tema, hay que tener presente el hecho que Vygotski no manejó esta noción en las investigaciones que desarrolló.

A su vez, Bajtín explora intensamente este tema en su perspectiva sobre la historia del discurso en la novela y complementa, en cierta forma, la concepción de Vygotski más centrada en los procesos psicológicos que en la interrelación de los textos en determinado nivel sociocultural. Bajtín enfatiza la diferenciación entre estos tipos de significado referenciados por Vygotski y propone dos planteamientos analíticos distintos: mientras la "significación neutral" de un enunciado constituye el objeto de estudio de la lingüística, el estudio del lenguaje concreto constituye, a su vez, el objeto de estudio de la metalingüística. Wertsch (1988), explorando esta vía, concluye que tanto Vygotski como Bajtín detectaron esta distinción entre signos contextualizados y descontextualizados.

Paralelamente a esta intersección de las teorías existen también diferencias. Y, en esta línea, Wertsch (1988, 64) considera que a pesar de considerar pertinente la integración de algunos constructos de la teoría de Bajtín en la teoría sociocultural, es importante que esa integración se realice adecuadamente. Wertsch (1988) afirma que los constructos de Bajtín que mejor se avienen a esta relación de complementariedad son los de heteroglosia (en cuanto inter-animación de voces), ideología, lenguajes sociales (en cuanto sistemas de creencias sociolingüísticas concretas que definen la relación del "yo" con el "otro" y que no se ajustan a una definición lingüística) y de géneros discursivos.

4.1 La internalización: desde el dominio hacia la apropiación

La asunción de que la naturaleza de la conciencia es semiótica implica el reconocimiento de que el pensamiento humano se forma mediante la adquisición, uso y dominio de instrumentos mediadores. Para Bajtín y Vygotski, esta adquisición se produce en el transcurso de actividades socialmente significativas, lo que ha dado lugar al interés por descubrir unidades de análisis que permitan el estudio del proceso de construcción de la conciencia y el papel de los instrumentos culturales en dicho proceso. No obstante, las consideraciones hechas por Bajtín en torno a la naturaleza del lenguaje y su forma dinámica de producción han abierto el camino a los investigadores socioculturales no sólo para proponer unidades de análisis que permitan estudiar el proceso de desarrollo de las funciones psicológicas superiores, sino que también han generado una reelaboración de constructos claves de la teoría sociocultural que explican el paso mental de un plano social (externo) a un plano individual (interno) de las ideas, conceptos y sistemas de relaciones (ver ilustración 1).

Uno de los conceptos claves en la teoría sociocultural, es el de internalización, que supone la incorporación al plano individual (intrapsicológico), de lo que previamente ha pertenecido al ámbito de nuestras interacciones con los demás

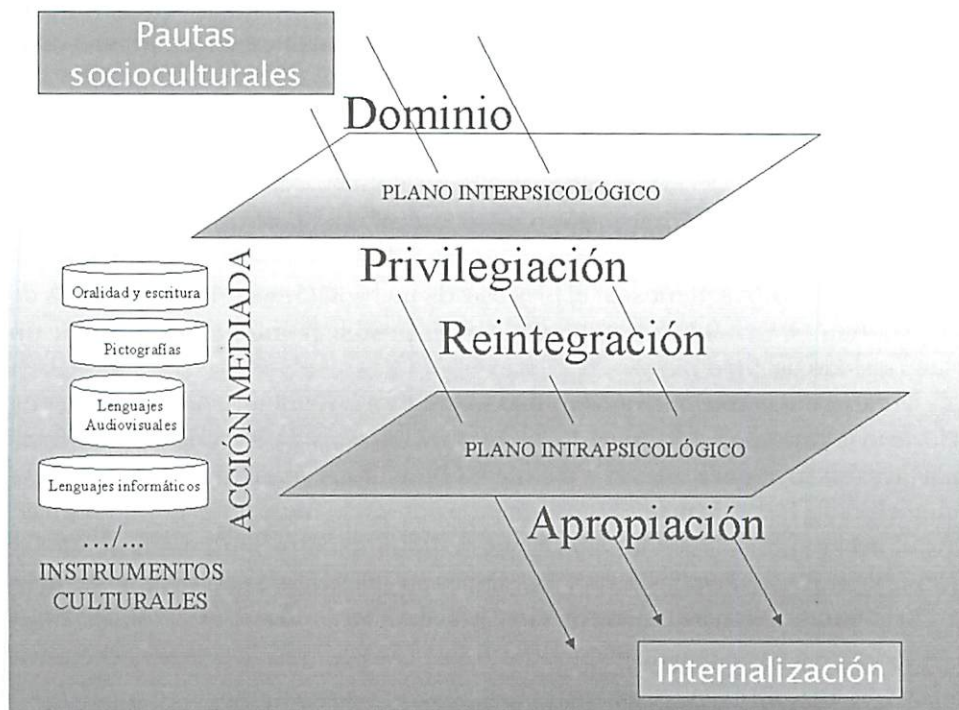


Ilustración 1. Construcción de la identidad cultural individual.

(interpsicológico). Leontiev se refiere a este concepto en los siguientes términos: el proceso de internalización no es la transferencia de una actividad externa al plano preexistente e interno de la conciencia; es el proceso por el cual este plano es formado (1981, 57). En un intento por superar la polaridad que subyace en la explicación del término internalización, apoyada en el juego de los planos antes mencionados, Wertsch aporta algunas claves para su operativización en su trabajo *MIND AS ACTION* (1997). De este modo, define la internalización en términos de *dominio* y *apropiación* de los instrumentos mediadores por parte de los individuos. Estas caracterizaciones del término hacen referencia a niveles de competencia que han de desarrollar los individuos para usar instrumentos mediadores con pericia. De un lado, la internalización requiere por parte del individuo el *dominio* cognitivo del instrumento cultural. Este dominio se genera a través de la irreducible tensión, entre escenarios socioculturales y voces individuales, originada en el desarrollo de actividades socialmente significativas. De otro lado introduce, como complementario al anterior, el concepto de *apropiación*. Este hace referencia a la capacidad de hacerse con algo, en el sentido de tomar algo que pertenece a otros (desde un punto de vista sociocultural). Desde esta perspectiva, se puede definir la naturaleza del proceso de internalización como un continuo entre: 1) el dominio

que los sujetos deben ejercer sobre los instrumentos mediadores, como consecuencia de su adaptación a los contextos que proponen dichas herramientas; y, 2) la apropiación que se refiere al proceso por el cual un individuo toma algo que pertenece a otros y lo hace propio. En dicho proceso, el binomio interpsicológico-intrapsicológico queda superado en tanto suponen dos planos que coexisten en interacción dialéctica a lo largo de todo el continuo.

Este replanteamiento no supone olvidar el papel de ambos planos en la construcción de la conciencia, sino que focaliza la atención sobre la función que desempeñan ambos planos en el proceso; dicha función ha de ser analizada de forma dinámica, en interacción, ya que no es posible plantear la función de un plano aislado del otro.

Por un lado, el concepto de dominio se refiere a un conjunto de habilidades de uso de instrumentos culturales en distintos escenarios; a través de la práctica de uso de estos instrumentos por parte de los individuos en distintos contextos se adquieren destrezas vinculadas al grado de dominio. Por tanto, el dominio surge, en su nivel más básico, en los contextos reales de la cultura humana; donde las herramientas son propuestas por los grupos sociales, desde núcleos muy básicos como la familia o los pequeños grupos sociales hasta instancias formales. Estas son creadas de forma institucional, como es el caso de la escuela y, de hecho, estas herramientas pasan a formar parte de la vida cotidiana de muchos escolares por nuestra determinación de asegurar la transmisión de la cultura.

Por otra parte, la apropiación que llevan a cabo los individuos, de las herramientas propuestas por los diferentes entornos hace referencia al paso del control de uso de estos instrumentos de los escenarios al individuo. Esto implica una toma de conciencia de la existencia de estos mediadores y su papel en los contextos concretos, para orientar su acción hacia ellos. El contexto real pasa a un segundo plano, tomando relevancia la representación particular que de dicho contexto se hace el individuo. En este caso, los individuos toman la iniciativa, proponiendo el uso de instrumentos en contextos diferentes en los que han sido generados, creando las condiciones para iniciar de nuevo el proceso de dominio. Esta acción emprendida por los sujetos individuales posibilita la reconstrucción del instrumento, dándole otras dimensiones, y descubriendo nuevos usos. La responsabilidad de este trasvase es individual, compete a los individuos agentes, que ponen a prueba el conocimiento de los instrumentos y los contextos, creando posibilidades para ampliar el plano de la conciencia, no sólo individual, sino colectiva. Desde este plano, el bagaje cultural de los individuos funciona como contexto virtual latente y supone la materia prima para la creación de nuevas funciones y desarrollos culturales.

En el contexto dinámico de la mediación, el proceso que supone el binomio *dominio-privilegiación* no agota epistemológicamente la complejidad de la concepción, el uso e internalización de las herramientas mediadoras. Concebir la

mediación desde el proceso de dominio-privilegiación de instrumentos reduce las posibilidades de uso por parte de los individuos; al analizar el uso de determinados géneros discursivos en contextos educativos corremos el riesgo de atribuir al estudiante un papel meramente pasivo, en la medida en que la acción de los mismos se limita a privilegiar, entre un abanico de instrumentos mediadores, el modelo más adecuado a determinado contexto. No obstante, la teoría de Bajtín no nos encamina hacia una postura de este tipo. En las nociones de dialogicidad e intertextualidad, Bajtín abre el espacio al constructo "reintegración", que nos permite "identificar los posibles trasvases conceptuales que el sujeto puede llevar a cabo entre diferentes contextos culturales, apoyándose en determinados instrumentos" (De Pablos, 1995, 14). En este ámbito de acción y desde el punto de vista de la oralidad, este constructo puede observarse cuando el sujeto compone su discurso integrando en su voz las voces de los otros. Es precisamente en la relación del "yo" con el "otro" donde la reintegración se procesa. Bajtín utilizó la palabra "apropiación" para referirse a este proceso.

A partir de las aportaciones realizadas por Emerson y Holquist en el glosario incorporado a la obra de Bajtín *THE DIALOGIC IMAGINATION: FOUR ESSAYS*, Wertsch (1997) propone el uso de las palabras "apropiar" y "apropiación" para traducir los términos rusos *prisvoit* y *prisvoenie*, considerando que estas palabras nos reenvían hacia el 'hacer nuestro' algo que pertenece a los otros. Como Emerson y Holquist afirman, Bajtín asoció la expresión "de uno mismo" a la palabra del otro; el lenguaje y las palabras son entendidas en función de esa tensión permanente entre 'chuzhoi' (del otro) y 'svoi' (propio). En esta perspectiva, la producción del discurso supone un proceso de apropiación de las palabras del otro, haciéndolas, por lo menos en parte, nuestras.

Sin embargo, los lenguajes no definen el habla de los agentes en su totalidad. Cuando "alquilamos" las palabras de los otros, esas palabras constituyen la mitad de alguien (Bajtín, 1986, 293). Bajtín mantiene que los hablantes impregnan las palabras de los otros con su propia intencionalidad y su propio registro, términos que hacen claramente referencia a la contribución del agente implicado en la acción a través de la producción de enunciados, y atribuyéndole al agente un claro poder de voluntad, de intencionalidad.

Los comentarios de Bajtín sobre la resistencia que las palabras pueden ofrecer a las tentativas de apropiación, nos sugieren un aspecto importante de este proceso y de la internalización. En un ámbito más general, las herramientas culturales no son fácilmente apropiadas por los agentes sino que, por el contrario, existe una resistencia o "fricción" entre los instrumentos mediadores y el uso único de éstos por parte de los individuos. Aquí, es importante tener en cuenta el hecho de que en algunas situaciones, los altos niveles de dominio están relacionados con la apropiación mientras que en otras acciones, la acción mediada puede caracterizarse por el dominio y por la no-apropiación de herramientas culturales. En el

último caso, el agente puede usar una herramienta cultural pero lo hace con un sentimiento de conflicto y de resistencia. Cuando este conflicto o resistencia aumenta, el agente puede rechazar el uso de determinada herramienta cultural, pudiendo considerarse que los agentes no reconocen esa herramienta cultural como suya. Si los agentes son invitados a usar esas herramientas, su *performance* se caracteriza por claras formas de resistencia como, por ejemplo, la disimulación o la ironía.

El proceso indicado supone en sí mismo una experiencia de traspaso del control o regulación de la propia actividad, desde los contextos sociales en que naturalmente se desarrollan hacia el individuo mismo. Dicha experiencia hace consciente al individuo sobre el propio proceso de constituirse como ente autónomo. Por ello, podemos decir que los sujetos sociales aprendemos a “construirnos” como individuos (se toma conciencia de sí mismo) autorregulando nuestro proceso de crecimiento cultural. En este marco, la construcción de la propia identidad cultural de cada sujeto supone una utilización consciente (metacognitiva si se quiere) de la experiencia previa de dominio de la cultura propia en un escenario sociocultural concreto.

4.2. Privilegiación y reintegración

En consonancia con los supuestos teóricos anteriores, dos nuevos constructos, como formas intermedias de los anteriores, nos permiten profundizar en el proceso de internalización. Ambos hacen referencia a *formas de acción* de los individuos en el proceso de internalización. La privilegiación implica una acción orientada al contexto y a los instrumentos que éste propone; mientras que, la acción de reintegrar implica una orientación del individuo hacia el instrumento descontextualizado (fuera de contexto real). Estas formas de acción entran en juego a lo largo de todo el proceso de internalización, dando carta de naturaleza al proceso de construcción de la conciencia. En este marco, cada tipo de acción adquiere mayor relevancia en función de las fases que lo constituyen. Concretamente, en el caso de las fases vinculadas al dominio, la privilegiación es la forma básica de acción de los sujetos, mientras que en la apropiación ambas formas de acción — privilegiar y reintegrar — son requeridas.

El constructo “privilegiación” supone asumir que los sujetos pueden usar una diversidad de instrumentos, de los cuales sólo algunos son considerados por el sujeto como más apropiados, por su eficacia, en el desarrollo de una actividad en un determinado contexto sociocultural.

La privilegiación se refiere al hecho de que un instrumento mediador, tal como un lenguaje social, se concibe más apropiado o eficaz que otros en un determinado escenario sociocultural (Wertsch, 1993, 146).

En este sentido, las personas aprenden que determinados instrumentos mediadores son más válidos para abordar determinadas situaciones. A partir de este supuesto es posible analizar la acción mediada de forma dinámica, de manera que nos permita conocer la "organización interna" de la acción que realiza una persona apoyándose en distintos instrumentos mediadores y su incidencia en lo que aprende (Wertsch, 1993, 146). Como advierte este autor, es importante asumir la noción de privilegiación desde una perspectiva eminentemente dinámica dado que se produce en el marco de una interacción dialéctica entre el sujeto y el contexto.

La reintegración es la acción mediante la cual los individuos, que han dominado instrumentos culturales privilegiados en determinados contextos, proponen su trasvase y transformación para ejercer funciones vinculadas a nuevos contextos. Ello implica un proceso de descontextualización creativa cuya actividad se centra en la propuesta de "formas nuevas" de los instrumentos vinculables a los nuevos contextos. Este hecho remite al sujeto a otras experiencias vividas y le sugiere la insistencia en instrumentos primados en esas experiencias. La responsabilidad individual que implica la reintegración supone un acto secundario, derivado del sistema de relaciones que cada individuo mantiene en cada uno de los campos de actividad humana. Por ello, debe definirse como intersubjetiva, como producto de la interacción con el otro. El reconocimiento, por parte de dos o más personas, de instrumentos culturales que se comparten sugiere proponerlos, trasvasarlos o extrapolarlos desde los contextos de origen con cierta probabilidad de éxito.

La mente humana en lugar de interactuar con los problemas planteados por el entorno, participa en relaciones indirectas mediadas por sistemas de instrumentos simbólicos cada vez más elaborados (Kozulin, 1994, 135). Esto tiene implicaciones para la investigación sobre nuevas tecnologías y medios de comunicación que están apareciendo y se van rápidamente incorporando como instrumentos mediadores en prácticas sociales; el estudio del papel de estos nuevos instrumentos en la enseñanza y, en general, en las actividades de las instituciones educativas sugieren nuevos horizontes en el conocimiento sobre y para la práctica educativa.

La *reintegración* es un constructo ligado a las nociones de dialogicidad, lenguaje social y género discursivo, elaboradas por Bajtin (1986). Este constructo permite identificar los posibles trasvases conceptuales que el sujeto puede llevar a cabo entre diferentes contextos culturales, apoyándose en determinados instrumentos. La relación y complementariedad entre estos constructos ha quedado plasmada de manera gráfica en la ilustración I.

5. Las nuevas tecnologías de la comunicación en clave educativa

Una cuestión clave que debe ser tenida presente a la hora de investigar la influencia de los medios de comunicación, sean convencionales o "nuevos", es el tipo y las modalidades de interactividad que generan. Los nuevos medios han introducido "nuevas formas de comunicación" entre los usuarios de los mismos. Características como la pluridireccionalidad, el ritmo de la comunicación, o la actividad como emisor y como receptor, entre otras, han sufrido cambios preferentemente cualitativos. Estas nuevas situaciones traen como consecuencia una transformación del papel del usuario y por extensión también una transformación del contexto y del entorno de aquél.

Realmente la invención de medios como el libro, el telégrafo, la televisión o el ordenador, han supuesto, cada uno en el momento de su aparición, cambios que han ido mucho más lejos de lo que representaba el logro técnico como tal. Los cambios producidos a nivel cultural, sociológico, económico, etc., han sido tan evidentes que su trascendencia ha sido enorme en multitud de campos. Cada uno de los medios que ha llegado a tener un gran impacto sociológico, se ha caracterizado por haber aportado un lenguaje propio, unos códigos específicos orientados a generar modalidades de comunicación alternativas en relación a las de los medios precedentes. Lo mismo cabe pensar sobre los nuevos soportes como internet o el CDROM. Es decir, más allá de sus peculiaridades técnicas, su verdadera innovación, estará apoyada en que sean portadores de unos lenguajes característicos, o si se quiere decir de otra manera, las estrategias comunicativas que ponen en juego, representan una variación cualitativa respecto a las ya existentes (De Pablos, 1998).

En relación con las redes digitales, fundamentalmente Internet, frente a las narraciones estructuradas de la novela o el cine, basadas en esquemas de desarrollo como el que responde a la secuencia: planteamiento, desarrollo y desenlace; la lógica discursiva en internet rompe esa linealidad. En palabras de Gil Calvo: a diferencia del relato, cuya lógica discursiva es lineal, la red de comunicación circular posee una lógica laberíntica, donde todos los puntos están interconectados sin que existan líneas privilegiadas que permitan jerarquizar sus relaciones (1996).

Es decir, los esquemas narrativos, los recursos y claves interactivas que manejan los lectores de textos, los aficionados al cine o los espectadores de la televisión no sirven para dotar de una estructura significativa a la información obtenida a través de internet, la cual carece del "hilo de Ariadna" que permite orientarse en el laberinto discursivo. La discontinuidad argumental es la característica básica de la comunicación desarrollada en la interacción con las redes informáticas. De la misma manera el CDROM, dadas sus características técnicas

genera un "tiempo interactivo" diferente. Igual que en el caso de Internet, la interacción que permite el soporte CDROM no es lineal, dada la posibilidad de gestionar la información contenida en los discos. Sin embargo, el proceso generador de esta modalidad de lenguaje ha sido consecuencia de la lógica evolución que trata de optimizar un nuevo recurso.

En definitiva, la aparición de nuevos medios y soportes, cada vez con una base tecnológica más sofisticada, y que son generadores potenciales de nuevas situaciones de aprendizaje, constituyen un reto para los investigadores educativos. No se puede profundizar en el conocimiento y en el estudio de sus posibilidades con metodologías e instrumentos de investigación convencionales. O si se quiere, metodologías y técnicas diseñadas para el análisis de medios intrínsecamente distintos. Además de fundamentadas en bases teóricas hoy superadas. Afrontar los nuevos retos requieren ciertas dosis de inquietud, capacidad de riesgo y creatividad. También en el campo de la educación.

El conjunto de propuestas que constituyen el legado científico de Bajtin, tanto conceptual como metodológico, es susceptible de ser aplicado en ámbitos distintos al de la crítica literaria. El empleo de su método de análisis puede tener importantes consecuencias para el desarrollo de modelos de enseñanza-aprendizaje, diseño de situaciones de enseñanza, de materiales educativos, etc. Por otra parte, las sugerencias metodológicas que proponen los conceptos claves de esta teoría permiten el estudio de la mediación producida por diferentes instrumentos culturales.

Siguiendo a Wertsch, la aproximación bajtiniana al significado, distinguiendo entre lenguajes sociales y géneros discursivos, permite acceder a las cuestiones de heterogeneidad y el papel de las herramientas (cognitivas). Es decir, un ámbito como el educativo, es susceptible de ser analizado a partir de los lenguajes sociales y los géneros discursivos que propicia, fomenta o privilegia la institución educativa. Y también es caracterizable en función de los tipos de herramientas que en ella se ponen en juego. Tal como hemos explicado en páginas anteriores, la diferenciación entre un género discursivo y otro viene apoyada por los criterios que definen los enunciados puestos en juego. Esta aproximación permite que, en función del tipo de lenguaje utilizado estemos en condiciones de determinar contextos educativos específicos. Diferentes géneros discursivos tienen conexión con situaciones de actividad, vinculables a su vez con herramientas cognitivas concretas y sus modalidades de uso.

Desde un punto de vista educativo, la noción de apropiación puede protagonizar un papel central en cuanto herramienta que, junto con los demás constructos de la teoría sociocultural, nos abre una vía interesante para la interpretación del discurso educativo. El estudio de los procesos de dominio-privilegiación y reintegración-apropiación de los géneros discursivos de los estudiantes, nos descubre nuevas posibilidades para analizar los procesos inter e intra personales desde una

perspectiva dinámica, abriéndonos una nueva vía de estudio sobre los procesos de aprendizaje.

Como han señalado Gee y Green (1998), la perspectiva del lenguaje como cultura sugiere que los llamados "modelos culturales" no son fijos ni estables sino que están abiertos a modificación, expansión y revisión por las personas en instancias concretas de comunicación. En estos contextos, las personas crean significados basados en la definición particular que hacen del contexto y en sus experiencias pasadas en diferentes contextos socioculturales. La trascendencia e importancia que se concede a las opiniones e ideas de otros sobre un tema, el eco de sus voces, la conservación y enfoque que se le da a sus opiniones resuenan y encuentran su lugar en los discursos sociales a través de su presencia en los enunciados de otros. Los lenguajes sociales y géneros discursivos son elaboraciones culturales, que tienen un origen social vinculado a contextos específicos, que se han creado y se utilizan para facilitar niveles cada vez más elevados de intersubjetividad entre individuos según los escenarios socioculturales en que actúan las personas. En este sentido, la noción de "otredad" introducida por Bajtin como principio organizador del discurso de un individuo constituye una pieza clave, desde el punto de vista educativo, para la construcción de un espacio de intersubjetividad y comprensión mutua, necesarias para la generación de los discursos sociales (característicos de contextos institucionales).

Esta concepción cultural de los lenguajes se centra en la identificación de diferentes formas de uso de éstos por parte de los individuos para presentarse y representarse mutuamente los significados culturales que marcan y definen un contexto sociocultural (por ejemplo el centro educativo). De este modo, al proponer o instar a los alumnos a usar determinados textos o producciones en el contexto escolar, se crean zonas para el desarrollo de relaciones con ese medio, en las que se descubren las formas de acción que éstos sugieren y proponen a los alumnos.

El establecimiento de un nexo de unión entre la acción mediada y el escenario sociocultural representa una vía de análisis que preserva las relaciones entre instrumentos y contextos. Esta perspectiva que permite examinar el funcionamiento interpsicológico y el intrapsicológico, en el marco de escenarios socioculturales concretos, ha sido enriquecida por las aportaciones de Mijail Bajtin. Nociones como *dialogicidad*, *lenguaje social* y *género discursivo*, permiten examinar las interrelaciones que se producen entre las acciones mediadas y los escenarios en los que se desarrollan, o si se quiere, entre los procesos psicológicos y los contextos culturales.

La acción mediada implica un tipo de dialéctica entre los instrumentos mediadores proporcionados por el escenario sociocultural y el uso contextualizado y único de esos instrumentos en acciones concretas y particulares de los individuos. Los instrumentos mediadores son creados y usados en situaciones sociales y

culturales donde adquieren significado. Estos se convierten en portadores de patrones socioculturales como resultado de la actividad humana, social. La acción mediada reconoce el papel activo que desempeñan los seres humanos en el uso y transformación de los instrumentos culturales y sus significados. Por ello, la acción en desarrollo depende en parte del agente (dominio de los instrumentos), y en parte de las condiciones en las cuales se desenvuelve.

Desde la perspectiva sociocultural, la investigación sobre la acción educativa y el papel jugado por los instrumentos mediadores para propiciar el aprendizaje, sufre un giro respecto a los fundamentos que han venido siendo dominantes hasta ahora. La tradición empírica y las corrientes cognitivas han venido imponiendo modelos y metodologías de investigación e intervención, pero se han manifestado limitadas en algunas facetas, fundamentalmente a la hora de interpretar determinadas situaciones o procesos. Bajo el paradigma sociocultural, partiendo de una unidad de análisis: la acción mediada, es posible estudiar con nuevas claves los procesos de enseñanza, apoyándonos en constructos como los que la teoría de Bajtín propone. En la exposición de los diferentes conceptos aquí presentados, se han ido planteando algunas de las posibles conexiones o aplicaciones al campo educativo. De hecho, ya podemos encontrar algunos trabajos de investigación basados en la perspectiva sociocultural, que están trasladando las contribuciones realizadas por Bajtín para intentar comprender y explicar diversos fenómenos, que originen modelos y pautas de acción en la práctica educativa. En este sentido, Fernández (1996) se apoya en los constructos de dialogicidad e intertextualidad para analizar el proceso de aprendizaje de una segunda lengua por parte de los niños. Por su parte, Uemura (1996) partiendo de una perspectiva transcultural, focaliza su atención en el proceso de socialización de los niños en la cultura japonesa, observando los diversos lenguajes sociales y géneros discursivos adoptados en la familia y en la escuela así como sus formas de utilización para la transmisión de patrones culturales. En otro trabajo, Staragina (1998) analiza en niños de preescolar (dos a cinco años), la relación que se establece entre las formas orales y escritas (Ong, 1982). La selección de palabras viene determinada por el conocimiento del niño de géneros discursivos primarios (orales). Este estudio analiza el papel de una propuesta formativa que crea condiciones específicas de aprendizaje para favorecer la elaboración de géneros discursivos secundarios (escritos).

Los conceptos aportados por Bajtín en relación con el papel mediador del lenguaje sugieren la exploración de formas de mediación apoyada en otras producciones culturales y basadas en el uso de lenguajes alternativos de gran complejidad en algunos casos. Las modernas tecnologías han introducido nuevas formas de comunicación. Estas nuevas situaciones traen como consecuencia una transformación del papel del usuario y por extensión, también una transformación del

contexto. Desde esta perspectiva, es posible fundamentar una interpretación de los procesos de enseñanza-aprendizaje, concebidos como procesos mediados por instrumentos culturales; lo cual debe propiciar una mejor y más argumentada aplicación de medios y materiales educativos, de manera que podamos entender más profundamente la trascendencia e incidencia reales que estos medios tienen en quienes aprenden con ellos.

Bibliografía

- BAJTÍN, M. (1979, 1995): *Estética de la creación verbal*. México, Siglo XXI.
- BAJTÍN, M. (1986): *The dialogic imagination: Four essays*. Austin, University of Texas Press.
- BLANCK, G. (1993): Vida y obra de Bajtín y sus Círculos. En A. Silvestri y G. Blanck (Comp.): *Bajtín y Vygotski: la organización semiótica de la conciencia*. Barcelona, Anthropos.
- BURKE, K. (1968): *Language as symbolic action*. Berkeley, University of California Press.
- CLARK, K.; HOLOQUIST, M. (1984): *M. Bakhtin: Life and Works*. Cambridge, Harvard University Press.
- CUBERO, M. (1994): Algunas derivaciones de la Teoría de la Actividad. *Infancia y Aprendizaje*, n.º 67-68, pp. 3-18.
- CURRAN, J., MORLEY, D. Y WALKERDINE, V. (1998): *Estudios culturales y comunicación*. Barcelona, Paidós.
- DE PABLOS, J. (1995): *La mediación de la televisión en el ámbito de la educación de adultos (diseño con un nivel microgenético)*. Sevilla, Facultad de Ciencias de la Educación (investigación inédita).
- DE PABLOS, J. (1996a): *Tecnología y Educación. Una aproximación sociocultural*. Barcelona, Cedecs.
- DE PABLOS, J. Y OTROS (1996b): *La mediación en el marco de la investigación sobre los medios de enseñanza. La metodología microgenética*. En B. Schneuwly (Ed.): *11nd Conference for Sociocultural Research*, Ginebra, University of Geneva, p. 80.
- DE PABLOS, J. (1997): As aprendizagens mediadas: uma perspectiva sociocultural, Comunicação apresentada no *Encontro Comunicação, Novas Tecnologias e Aprendizagem*, Escola Superior de Educação de Bragança. (Documento inédito).

- DE PABLOS, J. (1998): La innovación en el aprendizaje con medios: nuevas bases teóricas y nuevas tecnologías. En *II Congreso Internacional de Comunicación. Tecnología y Educación. "Educación y Tecnologías de la Comunicación."* Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, pp.30-46.
- DEL RIO, P., ÁLVAREZ, A. Y WERTSCH, J. (Eds.)(1994): *Explorations in Socio-Cultural Studies. Vol. I (Historical y Theoretical Discourse)*. Madrid, Fundación Infancia y Aprendizaje.
- DERRIDA, J. (1976): *Of Grammatology*. Baltimore, Johns Hopkins University Press
- DEWEY, J. (1938): *Logic: The theory of inquiry*. New York: Holt, Rinehat and Winston.
- ENGSTRÖM, R. (1995): Voice as communicative action. *Mind, Culture and Activity*, 2(3), pp. 193-214.
- FERNANDES, M.T.O.S. (1996): Narrative speech development: The emergence of different voices. En *IIInd Conference for Socio-cultural Research*, Ginebra, Septiembre de 1996. Documento policopiado.
- GEE, J.P.; GREEN, J. (1998): Discourse analysis, learning and social practice: a methodological study. *Review of Research in Education*, 23, pp.119-169.
- GIDDENS, A. Y OTROS (1990): *La teoría social hoy*. Madrid, Alianza Universidad.
- GIL CALVO, E. (1996): *Ariadna enmarañada (del relato a la red)*. El País 15/8/1996, p.7.
- GOODY, J. (1985): *La domesticación del pensamiento salvaje*. Madrid, Akal.
- HAVELOCK, E. (1996): *La musa aprende a escribir*. Barcelona, Paidós.
- HEDEGAARD, M Y CHAIKLIN, S. (Eds.) (1998): *Activity Theory and Cultural Historical Approaches to Social Practice (Abstracts)*. Aarhus, Denmark Institute of Psychology.
- HICKS, D. (1995/96): Discourse, learning, and teaching. *Review of research in Education*, 21, pp.49-95.
- KOZULIN, A. (1994): *La Psicología de Vygotski*. Madrid, Alianza editorial.
- LEONTIEV, A. (1981): *Problems of Development of Mind*. Moscow, Progress Publishas.
- ONG, W. (1982): *Orality and Literacy. The Technologizing of the Word*. London, Routledge.

- RAMÍREZ, J.D. Y OTROS (1988): *Educación y procesos cognitivos: una aproximación sociocultural*. Monografías de Educación de Adultos, nº. 5. Junta de Andalucía.
- RAMÍREZ, J.D. (1995): *Usos de la palabra y sus tecnologías. Una aproximación dialógica al estudio de la alfabetización*. Buenos Aires, Miño y Dávila.
- SAWYER, R.K. (1995): Creativity as mediated action: A comparison of improvisational performance and product creativity. *Mind, Culture and Activity*, 2(3), pp. 172-192.
- SCRIBNER, C.; COLE, M. (1973): Cognitive consequences of formal and informal education. *Science*, 182, pp. 533-559.
- SILVESTRI, A. (1993): Bajtin y Vygotski: la organización semiótica de la conciencia. En A. Silvestri y G. Blanck (Comp.): *Bajtin y Vygotski: la organización semiótica de la conciencia*. Barcelona, Anthropos.
- SCHNEUWLY, B. (Ed.) (1996): *II Conference for socio-cultural research (Abstracts)*. Geneva, University of Geneva.
- STARAGINA, I. (1998): *A Bakhtinian Approach to speech in the teaching of Writing*. En M. Hedegaard, M y S. Chaiklin, S. (Eds.): *Activity Theory and Cultural Historical Approaches to Social Practice (Abstracts)*. Aarhus (Denmark), Institute of Psychology, pp. 174 y 175.
- UEMURA, K. Y OTROS (1996): The development of dialogicality in child's utterance. En *IInd Conference for Sociocultural Research*, 11-15 de Septiembre de 1996, Ginebra. Documento policopiado.
- VYGOTSKI, L. (1995): Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. En *Obras Escogidas. Vol. III*. Madrid, Visor.
- WERTSCH, J. (1988): *Vygotsky y la formación social de la mente*. Barcelona, Paidós.
- WERTSCH, J. (1993): *Voces de la mente*. Madrid, Visor.
- WERTSCH, J. (1994): The primacy of mediated action in sociocultural studies. *Mind, culture and activity*, 1(4), pp. 202-208.
- WERTSCH, J. (1997): *Mind as Action*. New York: Oxford University Press.
- ZALLO, R. (1997): *Economía política de la cultura*. En A. SAN MARTÍN (Ed.): *Del texto a la imagen*. Valencia, Nau Llibres, pp. 36 a 54.
- ZAVALA, I. M. (1991): *La postmodernidad y Mijail Bajtin: Una poética dialógica*. Madrid, Espasa Calpe.

- ZAVALA, I. M. (1996): *Bajtín y sus apócrifos*. Barcelona, Anthropos.
- ZINCHENCO, V. P. (1985): *Vygotsky's ideas about units for the analysis of mind*. En J.V. Wertsch (Ed.): *Culture, Communication and Cognition: Vygotskian perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 94-118.

Notas

¹ Los trabajos presentados en la Conferencia han sido publicados en 4 volúmenes bajo el título genérico de *Explorations in Socio-Cultural Studies*. P. del Rio, A. Alvarez y J. Wertsch (General Editors) (1994).

² Los trabajos de este Encuentro han sido publicados en un volumen con el título: *III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural. Novas condições de produção de conhecimento: globalização e práticas sociais*. Universidade Estadual de Campinas. Pontificia Universidade Católica de São Paulo. Universidade de São Paulo (2000).

MARIA EMÍLIA RICARDO MARQUES
UNIVERSIDADE ABERTA

1.

Uma língua não pode ser ensinada, só pode ser percebida, intuída (*awareness*), adquirida experiencialmente, logo de modo complexo, aprendida (D. Kolb, 1984)¹ em processo reflectido, marcado por estratégias adequadas que até podem ser sugeridas/ensinadas.

Uma hipótese deste tipo exige mudança total de comportamentos e de atitudes; exige a aceitação de uma rede complexa de competências e de perícias, de discursos verbais e não verbais, de sujeitos enunciadorees que se assumem como «êtres de parole et de sujets communicants, ces totalités qui mettent en œuvre un "agir communicationnel"» (R. Marques, 1988:104-108)². Exemplifiquemos. Assim, no domínio do oral articulamos fenómenos produzidos pela voz (a nível segmental e supra-segmental), com fenómenos paralinguísticos, marca do sujeito comunicante: posturas, gestos, expressões faciais, movimento dos olhos... Ao contrário de alguns linguistas, incluímos o tom de voz na categoria do supra-segmental e não na da kinésica. Observe-se ainda outro exemplo. No que respeita à *deixis* social e a fenómenos de distância social, fisicamente marcada, lembramos que as propostas actuais os situam em diferentes níveis de análise: estritamente linguístico (segmental — ex.: distância enunciativa — ou supra-segmental), kinésico (gestos, mímica, olhares, sorrisos, ...) ou proxémico (posturas, distância física/psicológica, ...).

Fenómenos de variação podem ocorrer em qualquer um destes componentes. E, na aprendizagem de línguas estrangeiras, tal variação é fundamental. Articula-se, aliás, com as competências listadas por Van Ek³ e que passamos

a discriminar (*compétence linguistique, compétence socio-linguistique, compétence discursive, compétence stratégique, compétence socioculturelle, compétence sociale*, articulando-as, embora, com novas capacidades profissionais, a nível de **competências de desempenho** — compreensão e manuseamento de vários instrumentos de trabalho [e a palavra é um deles]; **competências de comunicação**, enraizadas em capacidades relacionais; **competências culturais** — que abarcam a das culturas institucionais e/ou organizacionais e uma transitoriedade que advém da mudança”; isto, para além daquelas que eu própria analisei em “A aprendizagem de línguas em estações de trabalho”⁴ — a saber: **Competência do aprendente como aprendente**, estimulada pela curiosidade, pela inovação, pelo desejo de saber, de investigar [...]; **Competência tecnológica**, a necessária para poder usar eficazmente um ambiente tecnológico de aprendizagem; **Competência de comunicação alargada**, porque também decorrente da habituação a novos canais e suportes. É uma competência que também abarca o domínio da língua materna, sempre a desenvolver, até porque há o perigo de o mesmo fossilizar, acarretando fossilização do pensamento verbalizado. Acontece que, nesta competência, como conhecimento prático, se enraizam regras psicológicas, culturais e sociais que comandam a utilização do verbal, oral ou escrito, num determinado contexto social e numa situação específica [...].

Visamos, como se vê, para além de processos complexos de competênciação, atingir uma actividade comunicativa fluente, dinâmica, criativa.

Para isso, as novas tecnologias ser-nos-ão particularmente úteis, visto permitirem

- **flexibilizar reportórios cognitivos**: «Cognitive flexibility involves the *selective* use of knowledge to *adaptively fit* the needs of understanding and decision making in a particular situation; the potential for maximally adaptive *knowledge assembly* depends on having available as full a representation of complexity to draw upon as possible. [...] the goals of advanced knowledge acquisition in complex and ill-structured domains can best be attained [...] by the development of mental representations that support cognitive flexibility.» (Spiro, 1988)⁵.
- **enriquecê-los**, até no âmbito de mecanismos tão simples, como os de comparação — contraste — diferenciação;
- **torná-los**, assim, **apropriados**, na sua interdependência e complementaridade, ao processamento de objectos complexos, verbais e não verbais, que irão sendo experienciados no decurso da aprendizagem.

Na aprendizagem de línguas acontece, contudo, que dessas competências há apenas **aplicações limitadas**, reduzidas ao manipular de um subconjunto de elementos, “topic based” ou “situational based”, numa perspectiva behaviorista que

automatiza **fazer X**, em detrimento de simulações criativas que, apesar de tudo, se aproximam do real (verbal e não-verbal). O que se detecta em tais aplicações é a

- **Representação atomística do sistema** como conjunto de séries não conexas, de estruturas lógicas, gramaticais ou temáticas, isoladas e segmentadas, a não *awareness* às relações entre componentes, às irregularidades da estrutura, ... Observa-se ainda uma estranha incidência **naquilo que é extremamente difícil**. E depois, falta tudo o resto. E falta sobretudo, uso em contexto, e, segundo D. Walls, "**Extensive use and experimentation** in language practices".⁶
- **Falta** ainda, e conseqüentemente, o desenvolvimento de **skills interpessoais**, de uma outra intuição linguística, ..., para além dos habituais OUVIR, FALAR, LER, ESCREVER. É diferente mergulhar no complexo e no irregular de uma "authentic language in real use", na adequada e relevante exposição ao maior número de experiências autênticas, no espectro largo de contextos, estilos, níveis, discursos mediáticos, ... textos numa língua com fins específicos, — todo enraizado numa sociedade — cultura — linguagem determinada.

Atente-se pois

- no facto de cada escolha implicar uma **espessura** de redes (sociais, culturais ...)
- no **carácter fluido** e no **continuum** estabelecido entre níveis, a dinâmica constante que tem de existir entre eles, níveis intra- e intercomunicantes; dinâmica criada marca, por conseguinte, aprendizagem (ns) em si, tanto quanto conteúdos programáticos em organização hipertextual, actancial ou, meramente, em progressão aritmética.

A mesma dinâmica inter-níveis existe ainda nos dois modelos de estruturação linguística, seja o de Coseriu, seja o de Tournier, em que nos baseamos. Qualquer um destes esquemas abarca FALA/DISCURSO, logo o problema da oralidade — oralidade inseparável do estudo da kinésica e da proxémica⁸, trate-se de oral espontâneo, de um espontâneo simulado (mediático, com, ou sem, teleponto), de um oral cuidado ou de um escrito oralizado.

2.

Deixo de lado, por agora, o "oral escolar" dominante e passo à palavra no trabalho⁹ e ao muito que dela podíamos extrair e introduzir na sala de aula.

Permitam-me por isso que cite aqui uma outra obra, esta de 92, escrita por Mary Munter¹⁰ e onde se tenta seriar as várias situações em que qualquer quadro de empresa se exprime (língua materna).

Listam-se então, e apenas, não só os usos mais frequentes, como os que exigem mecanismos dialógicos típicos de situações do quotidiano empresarial. Assim, temos,

- 1.º **Reunião de duas pessoas** que ou pedem/dão/negam informações, ou constroem, juntas, um projecto limitado.

A troca comunicacional pode ser presencial ou a distância (oral — se por telefone, ou escrita — e.mail, fax, ...), surgindo relativamente equilibrada e marcada por mecanismos de “interplay” (J.Gumperz), numa sucessão de perguntas-resposta, de directivas,...

- 2.º **Transmissão de informação de uma pessoa para um auditório**, mais ou menos vasto (mediatizada ou não, escrita, (se fôr, por ex., tipo IRC ou correio electrónico a distribuir por “mailing lists” ...), (oral, em audio-/videoconferências): o discurso flui de um para vários e a retroacção pode ir, de limitada, a nula. Inclui-se nesta categoria, tanto a comunicação académica/científica, como o relatório — balanço das actividades de uma empresa ante a assembleia dos seus accionistas.

- 3.º **Comunicação intragrupo**, mesmo se alargado, com o objectivo de co-produzir algo, de elaborar um projecto, resolver uma questão, ou encontrar uma solução, em função da análise de determinado problema. Poderíamos mesmo modelizar tais situações, a partir de um esquema actancial, em que a comunicação fosse a ferramenta produtiva que permite transformar o real. Pressupõe-se, naturalmente, que, quer a tomada de palavra, quer o grau de intervenção individuais são relativamente equilibrados.

Perguntemo-nos agora que tipo de acontecimentos de fala podem ocorrer em cada uma destas categorias. Talvez por ser a mais complexa, proponho que nos detenhamos na comunicação intragrupo. Nela, o eixo comunicacional (onde se cruzam processos generalizados de enunciação — locução e de co-enunciação — alocução) surge dependente de outros processos, por vezes rotinizados, quando não ritualizados, processos mais ou menos pontuais e temporalmente pré-demarcados, o modo de condução de uma reunião ou modalidades específicas de gestão da palavra (por exemplo, em assembleias/conselhos), palavra que integrará macroacontecimentos de fala-tipo, como INFORMAÇÃO, ADESÃO, DECISÃO¹¹, acontecimentos, diferentemente marcados, quer por modalidades típicas, ou de emissão, ou de recepção, quer pela *deixis* social, quer por graus diversificados de implicação/responsabilização no discurso dos vários participantes activos, quer, enfim, por aquelas modalidades e estratégias argumentativas diferenciadas, que lhes são

próprias. Entre tais actores, embora com funções muito específicas, incluímos o responsável pelo desenrolar da sessão, que organiza a distribuição da palavra, chegando por vezes a cronometrar tempos de produção e cujo treino, na observação dos participantes, lhe deve permitir também incitar, estimular certas intervenções ou, pelo contrário, moderá-las, cortá-las até.

3.

Tentámos clarificar, em esquematização redutora, mas próxima do real, algumas das transações verbais que podem ocorrer em certas sessões de trabalho e que podemos — ou devemos — **didactizar no quotidiano escolar**. Quer através de **estudos de casos** (sequências filmicas onde ocorram tipos discursivos específicos — Ex: *Wall Street*, filme integral pedido num videoclub e analisado num grupo que estudava a linguagem da economia), quer de **simulações**, enraíza-se — e motiva-se — a produção oral na língua-alvo, tendo o cuidado, em função do complexo de competências atrás referido, de variar, por exemplo, níveis de língua, ou tipos de expressão: literal, metafórica, retórica.

Assim, tendo sempre presente que um "agir comunicacional" é marcado de intencionalidade, logo, passível de integração, mesmo se redutora, em categorizações nocionais/funcionais, perguntamos por que não organizar, nessa óptica, materiais multimedia que, posteriormente, o trabalho em pequenos grupos activaria? E aí seriam exercidas as múltiplas competências já referidas, em processo dominado por trama sociopedagógica, por uma aprendizagem semi-autónoma cooperativa, por um modelo dual em que o macrogrupo se segmenta em pequenos grupos de estudantes, polos dinamizadores de percursos psicopedagógicos mais individualizados. Vejamos como.

A **sociopedagogia** torna-nos atentos a factores de ordem sociológica que condicionam o processo pedagógico e que determinam o acto de formação. Este acto tem hoje de sofrer profunda alteração e essa **aprendizagem semi-autónoma cooperativa** deve valorizar, sobretudo, mecanismos e estratégias de AQUISIÇÃO.

Este tipo de situação será sempre marcado, por restrições constituintes e condicionantes do acto de formação.

Dai que proponhamos um **modelo dual** que integre os elementos individuais e psicopedagógicos ligados aos actores em presença na formação, sem dúvida, mas, enraizado sobretudo, no meio ambiente, seja ele endógeno ou exógeno. Note-se ainda haver autores que deslocam este último tipo de oposição (endógeno vs. exógeno) para marcar os conteúdos socioculturais presentes nas primeiras fases da aprendizagem (De Grève, Endelhoff, Porcher), criando assim modelos tematicamente opostos.

Dadas as opções até aqui seriadas, destaquem-se por fim aqueles modelos de aprendizagem que nos surgem como os mais adequados aos objectivos que temos

vindo a delinear e que decorrem de uma opção dominante, a de criar, desde cedo, um complexo *continuum* de aprendizagem que se prolongue vida fora. Eis os modelos por que optámos:

A. Modelo Sociocultural de H. Gardner¹² — PARÂMETROS

1. **entorno sociocultural**: nível societal — macro sociológico, nível sistémico (educacional), nível institucional (organizacional), nível situacional (formação);
2. **situação e contexto de aquisição** (actos de formação);
3. **factores individuais**, específicos, próprios a cada aprendente;
4. **objectivos** (linguísticos, ...) de uma aprendizagem localizada (eu/aqui/ agora).

Constatam-se nele os factos seguintes:

1. O **entorno** demarca valores e atitudes culturais que podem pesar, negativa ou positivamente, na aprendizagem.
2. **Sistema organizacional**, que, estruturando contexto e situação e pré-determinando influencia o aprendiz (estilos, metodologias, formalismo decorrente de tipo de ensino, rotinas verbais ou de comportamentos), abarcando tanto o cognitivo, como o afectivo ou o relacional (atmosfera, clima psicológico), afectando **factores individuais**.
3. Os objectivos orientam todo o sistema e necessitam uma mutação profunda que acompanhe a evolução de uma didáctica das línguas que passou, precisamente, **de uma "didactique des langues à la didactique du plurilinguisme"**, título da obra de homenagem a Louise Dabène¹³ (1998).

B. Modelo de David Kolb (1984)¹⁴ — FASES:

1. experiência concreta
2. experiência observada, analisada
3. generalizações e hipóteses
4. validação destas em situação, criando-se uma nova experiência e re-iniciando-se o processo.

C. Modelo de Phil Race (1993)¹⁵ — FASES:

1. a **motivação**, o querer (aquisição individual).
2. o fazer — a **acção**, o treino, a tentativa e o erro (práticas individuais, em interacção, seja com o computador, seja com o grupo).

3. a **reacção a, a apreciação de**, abrindo processos de retroacção — percepção imediata da eficácia da comunicação, seguida, ou não, de análise automática e de correcção.
4. a **apropriação dos resultados** que reabre 1.

Cito ainda, na hipótese de aplicação deste modelo ao ensino superior, a formulação de Zuber-Skerrit¹⁶.

4.

Acentuemos, para finalizar, a dinâmica constante que tem de existir entre os vários níveis postulados, fluidos, tanto inter- como intracomunicantes. Ora tal dinâmica incide, como vimos, tanto na(s) aprendizagem(-ens) em si, como em conteúdos programáticos sob forma ou hipertextual ou actancial (vejam-se as hipóteses atrás postas).

Estes esquemas modelos mostram bem a complexidade do que, hoje, se nos depára, sobretudo, numa sala de aula onde se aprenda uma língua estrangeira. Tudo muda.

E é o professor que vive a mudança mais drástica de papel, por se encontrar no cruzamento de dois paradigmas educacionais: um de transmissão, outro de apropriação. Assim se explica a evolução complexa, que sofremos hoje e em que destacamos

1. a construção de "*both content and process skills into an academic shared experience*",¹⁷
2. uma abertura de processos de aprendizagem activos e flexíveis, em que o estudante aprende como
 - dominar a criatividade, na observação/análise de problemas;
 - detectar/localizar estes últimos
 - intervir produtivamente em períodos de "brain-storming"
 - avaliar propostas de outrém, pôr novas hipóteses de solução
 - testar a respectiva implementação — optar pela mais adequada.
3. o surto e o desenvolvimento de processos de liderança, colaboração, confiança mútua, desenvolvimento organizacional: "*social skills, social responsibility, trust [...], the interaction of critical thinking and problem solving with conflict management, and consensus decision making, in a cooperative learning environment [...], complements the whole language approach and the hollistic perspective on knowledge*".¹⁸

Será talvez este o caminho para o desenvolvimento das comunidades de aprendizagem (*learning organizations*), que poderão durar toda uma vida. Contudo,

a constituição de comunidades deste tipo é longa e arriscada, até por não implicar práticas estandardizadas.

De facto, o que nelas acontece é que o aluno, apesar do grupo, desenvolve um processo individual de aprendizagem, processo esse centrado no que marca qualquer processo de aprendizagem como tal, logo, caracterizado por actividade, personalização, individualização, cooperação, enraizamento em situação, contexto, cenários, ambientes. Daí que possa também ser afectado por factores externos, por implícitos socioculturais, por universos de referência não controláveis, e que reduzem, em muito, uma certa estabilidade organizacional, até pela interdisciplinaridade que os marca.

Notas

¹ *Learning Styles Inventory*

² A complementação verbal. Estudo sociolinguístico, Vol. II. Lisboa, UNL-FCSH.

³

⁴ 1992. *Revue de Phonétique Appliquée II*. Université de Mons, pp. 219-230.

⁵ SPIRO, Rand J.; COULSON, Richard L.; FELTOVICH, Paul J.; ANDERSON, Daniel K. (1988) — "Cognitive Flexibility Theory: Advanced Knowledge Acquisition in Ill-structured Domains" (Center for the Study of Reading, University of Illinois at Urbana-Champaign, Technical Report n° 441). Ver também SPIRO, Rand J.; COULSON, Richard L.; FELTOVICH, Paul J.; JACOBSON, Michael J. (1991) — "Knowledge Representation, Content Specification, and the Development of Skill in Situation-Specific Knowledge Assembly: Some Constructivist Issues as They Relate to Cognitive Flexibility Theory and Hypertext", *Educational Technology*, September 1991.

⁶ Walls, D. 1994. Language Learning. At sea, in a complex domain: the implications of a theory of cognitive flexibility. IN *Discursos 6*, pp. 45 a 63.

⁷ *ibidem*

⁸ Ver, por ex: Pease, A. 1989. *Body language*. London, Sheldon Press.

⁹ Drew, P. e Heritage, J. 1992. *Talk at work. Interaction in institutional settings. Studies in Interactional settings 8*. Cambridge, C. U. P.

¹⁰ *Guide to Managerial Communication*. Englewood Cliffs — N.J., Prentice-Hall.

¹¹ Ricardo Marques, M. E., 1988. op. cit., p. 161.

¹² Ver ainda Gardner, Howard. 1993. *Frames of Mind. The theory of Multiple Intelligence*. (2nd edition). New York, Basic Books.

¹³ Editada pelo CDL-LIDILEM — Université Stendhal — Grenoble III.

¹⁴ "On management and the learning process", IN *Organizational Psychology: A book of Readings*. Englewood Cliffs — N.Y., Prentice-Hall. Ver também *Learning Styles Inventory*.

¹⁵ A Fresh Look at Learning, IN *Trading and Development*.

¹⁶ 1992. *Action Research in Higher Education*. London, Kogan Page.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

FERNANDO PAULOIRO (JORNAL DO FUNDÃO)

O Alfredo Maia quer partir do particular para o geral, e nesse aspecto não só me põe a falar em 1.º lugar, como me questiona imediatamente sobre uma questão da actualidade e que vai ser certamente interessante em termos daquilo que são as questões de hoje da informação em Portugal e na Europa. Refiro-me à concentração de títulos.

Então é assim. De facto, o "Jornal do Fundão" tem uma história que começou em 1946. É reconhecidamente um caso singular no panorama da imprensa portuguesa. Por questões de rebeldia antes do 25 Abril, o que levou à suspensão do Jornal; por questões de atenção à questão cultural de uma forma prioritária; por ser um território de liberdade, onde, de facto, nestes últimos 50 anos, colaboraram as figuras mais destacadas da cultura portuguesa, quer como colaboradores permanentes, quer através de suplementos literários ou na participação em diversas iniciativas. Em tempo de supressão de liberdades, o Jornal afirmou-se como um território plural, fecundo espaço de debate de ideias, matriz que faz parte da sua identidade.

Precisamente no início deste ano, iniciou-se uma nova fase da sua história. Eu e o Alfredo Maia somos hoje jornalistas a trabalhar para o mesmo grupo, a *Lusomundo*, que é o maior grupo multimédia do país (além da TSF, detém a titularidade do *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias da Madeira*, *Açoriano Oriental*). A *Lusomundo* participa agora, maioritariamente, no capital do *Jornal do Fundão*.

O que é que este desafio pode representar?

Eu julgo que isto pode relançar imediatamente o debate para aquilo que é o tema desta sessão. Em relação ao *Jornal do Fundão*, numa perspectiva muito imediata, pode representar a consolidação de um projecto informativo em direcção ao futuro. É um grande desafio em relação aos jornalistas, em relação àqueles que participaram ou que ajudam a construir a imagem do *Jornal do Fundão*, para sabermos se, de facto, a matriz do Jornal em termos editoriais e em termos daquilo que é o seu alimento privilegiado, as questões sociais e culturais, irá ou não continuar a ter lugar. Para já, estamos no início, e a ideia que eu tenho é que foi um passo importante em relação à consolidação do projecto em termos de gestão, e pode representar uma garantia importante em relação à estabilidade do trabalho dos jornalistas, à melhoria das suas condições de trabalho, visto que este passo só se compreende se, de facto, for possível fazer um jornal melhor e maior. É nessa batalha que nós, para já, estamos empenhados, na perspectiva de que somos tributários de um grande compromisso, que passa pela exigência da manutenção daquilo que é a identidade do jornal, isto é, a consolidação do projecto informativo sem desfigurar a sua identidade.

Isto levar-me-ia também ao tema central deste debate. De facto, é hoje um lugar comum dizer-se que vivemos no século da comunicação e que a informação tem agora um papel fundamental e determinante na vida social. No início dos anos 80, a Unesco promoveu uma reunião que englobou representantes políticos de todos os Estados, pessoas ligadas à cultura e à informação. Lembro-me que um dos que esteve presente foi Gabriel Garcia Marquez... Precisamente produziram um extensíssimo relatório a que deram um título curioso, *Um só mundo, vozes múltiplas*. Nesse relatório, fundamentalmente, havia um consenso: diziam os seus intervenientes ser necessário e urgente criar uma nova ordem na informação mundial.

Curiosamente, já antes, representantes políticos, economistas, cientistas sociais, tinham reconhecido ser necessária uma nova ordem económica internacional que atenuasse o continuado jogo das desigualdades. As duas realidades andam sempre muito próximas. Em 1980, ou no início da década, falávamos muito em aldeia planetária. Ainda não se utilizava o conceito de globalização que se tornaria fenómeno marcante neste final de século, fenómeno que, na sequência de um liberalismo económico excessivo, mudou, ou impôs mudanças à própria mudança, numa onda de massificação padronizada que cada vez mais põe em causa as identidades nacionais. Quem vive ou trabalha na informação, nas suas várias escalas, não escapa a essa realidade. E esta é a 1.ª questão.

É impossível fugir a esse padrão mundial, com o qual estamos permanentemente em confronto, e que nos oferece às vezes, o melhor, outras vezes o pior, em termos informativos. Vivemos um final de século problemático, onde os fenómenos da fome, da guerra, da exclusão social adquiriram uma dimensão total. Todos estamos hoje muito perplexos com aquilo que é esta mundialidade e a problemática social que dela decorre.

E essa nota, que eu introduzi aqui poderia levar a supor que nessa jangada em que todos nós estamos envolvidos, e que é marcada por essa planetarização da informação, os jornais periféricos, os jornais que à partida estão na periferia, e há múltiplas periferias, estariam assim menos envolvidos nessa realidade. Eu penso que não. Nós, *Jornal do Fundão*, publicámos em Novembro um suplemento a que chamámos "GLOCAL". Tomámos a palavra de empréstimo ao Prof. Roque Amaro, que foi em Portugal quem melhor desenvolveu este conceito, e precisamente quisemos com isso relevar que há hoje uma multiplicidade de interdependências entre aquilo que é o global e o local, e que os problemas vividos a uma escala menor podem ser lidos ou podem ser trabalhados numa perspectiva sempre mais global. E essa perspectiva, no fundo, esteve sempre presente, ainda que não se falasse em globalização, naquilo que é também o projecto informativo do jornal que eu aqui represento. Porque o jornal surgiu no interior português, e desde o seu início, como projecto, tentou sempre romper barreiras e fazer aquilo que o Cardoso Pires, que foi colaborador importante do jornal (e não foi certamente por casualidade que o último artigo que ele publicou na imprensa portuguesa o tenha sido no *Jornal do Fundão*)... ele dizia esta coisa: que o *Jornal do Fundão* fazia um pouco a crónica da região à escala do país, não transigindo com aquilo que era o habitual mundo provinciano, a *pax ruris* e de campanário que marcavam muito a imprensa local ou regional.

Diz-se que imprensa local ou regional é um mundo muito diverso onde entram experiências muito diversificadas. Também esse universo conheceu uma mutação acelerada. Nos últimos tempos surgiram projectos que se desenvolveram sobretudo com jornalistas. O problema da profissionalização, o problema de projectos em que o jornalista é, de facto, parte fundamental, tem hoje uma leitura nova na imprensa regional e que muitas vezes não é tida em conta. A imagem que passa é geralmente a de uma imprensa enfeudada a todo o tipo de interesses, onde o jornalismo é uma coisa marginal. Eu julgo que quer a imprensa regional, quer as rádios locais, impondo o trabalho dos jornalistas, mudaram e obrigaram a uma transformação qualitativa no panorama da imprensa portuguesa, e são projectos a ter em conta.

Eu dizia, portanto, que nessa definição do *Jornal do Fundão* que o Cardoso Pires deu, "fazer a crónica semanal de uma região à escala de um país", se define o propósito de tratar os problemas com um sentido nacional. Daí que no próprio trabalho que se foi desenvolvendo, e que marcou a identidade do Jornal, possamos descobrir uma atenção fundamental em relação à cultura (como eu disse há bocado quando o Alfredo Maia introduziu aquela questão), em relação àquilo que é a participação das pessoas — o que hoje se chama uma nova cidadania — levando os leitores a intervir, a participar na discussão dos problemas da realidade, e, sobretudo, a estar atentos aos problemas fundamentais do ponto de vista social que, marcando a região da Beira Interior, marcam inevitavelmente o país.

Esta forma de olhar a realidade, de reunir colaboradores, onde encontramos, por exemplo, António José Saraiva, não quando regressou a Portugal, mas quando estava exilado em França, e no *Jornal do Fundão* escreveu durante anos “Uma Carta de Paris”, até que a censura o proibiu definitivamente. O António José Saraiva, o José Cardoso Pires, que eu citei aqui, o Eugénio de Andrade, que é cidadão do Porto, mas é também cidadão da Beira, pois ele é natural do concelho do Fundão, o José Régio, o José Saramago, muito antes de ser um nome da galáxia internacional da cultura foi colaborador durante anos do Jornal, precisamente com uma crónica de ficção, que ele um dia reconheceu ter sido trabalho fundamental em relação à preparação daquilo que vieram a ser os seus trabalhos ficcionais de vulto, que o conduziram de resto ao prémio Nobel da Literatura.

E, portanto, esse painel de personalidades, desde logo ajuda a perceber que há um projecto informativo, que rompe com as limitações do meio, nasceu numa vila que tinha provavelmente alguns cinco mil habitantes, e que se tornou objectivamente porta voz de uma região, contribuindo para a sua própria identidade e coesão social e regional, num tempo em que não se falava ainda muito em regiões em Portugal.

Outros exemplos serão sintomáticos desta perspectiva de globalização. Eu vou citar só dois. Um deles, o Carlos Drummond de Andrade, publicou durante sete anos uma crónica semanal no *Jornal do Fundão*. O brasileiro Carlos Drummond de Andrade é de facto um dos grandes nomes da literatura de expressão portuguesa.

Esta dimensão objectiva da cultura na informação pode hoje parecer estranha. De facto, o conceito de notícia alterou-se e os projectos informativos vivem, sobretudo, daquilo que são as audiências, ou daquilo que é, não o interesse social, o interesse público (eu julgo que os jornalistas cumprem também sempre uma tarefa de serviço público fundamental), mas uma nova matriz civilizacional, fornecida pelo monopólio da imagem, pela rapidez da informação, pelo comando do sensacionalismo. Isto alterou não só o tipo de narrativa informativa que é hoje o discurso dos jornalistas que se vão adaptando de alguma forma a esse novo mundo, como alterou também aquilo que é muitas vezes a ideia do que é verdadeiramente interessante ou de grande interesse colectivo, em contraponto àquilo que muitas vezes é um interesse específico do sensacionalismo e do universo da audiência.

Nessa perspectiva, também eu penso que a imprensa regional é um contraponto essencial àquilo que é hoje a informação mais rápida, cada vez mais padronizada, cada vez mais massificadora. A imprensa regional é muitas vezes a possibilidade de trazer-mos à superfície a emergência do quotidiano, a dimensão humana das coisas. Os jornalistas, na maior parte dos casos, continuaram envolvidos naquela velha frase de que o trabalho fundamental que têm a fazer, se por um lado, é seleccionar a realidade, por outro é, sobretudo, dar voz àqueles que a não têm. E esse, julgo eu, é o grande desafio também deste final de século, com todas as

mudanças tecnológicas, com todo o admirável mundo novo, ou com todo o negativismo e todos os falhanços que levaram um homem como Edgar Morin a dizer que a democracia estava em crise e que era preciso reinventar uma nova cidadania.

Agora, quando o Saramago recebeu o Nobel, lembrou nomes como Carlos Drummond de Andrade ou João Cabral Melo Neto, que poderiam também ter recebido o Nobel. Todos colaboraram no *Jornal do Fundão*. E essa faceta junta-se a outra. Por exemplo, em 1989, ainda estava longe a implosão da União Soviética, e o Presidente Gorbatchov era uma figura do estrelato internacional. Pois bem, uma mensagem especial escrita pelo seu punho, foi publicada no *Jornal do Fundão*. Isto é espantoso porque, no fundo, permite perceber como, não perdendo a identidade nem aquilo que são os fenómenos específicos e as características de uma região, é possível ir muito mais longe.

Outro dado importante: ainda não havia cooperação transfronteiriça em Portugal e o Jornal há muito que a tinha desenvolvido com os nossos vizinhos de Castela e Leão e da Extremadura Espanhola. E de tal forma, que eu julgo que será o único Jornal em Portugal, que publica uma crónica em castelhano, escrita por um grande dramaturgo de Badajoz, o Manuel Martinez Mediero. E essa ideia de publicar uma crónica de um autor espanhol em castelhano, de facto, vem ao encontro de outras realidades.

Isto não é tão estranho na cultura portuguesa, porque Gil Vicente também escreveu em castelhano, Camões escreveu em castelhano, e nós todos somos tributários da mesma fronteira. Essa ideia fundamental vem ao encontro do que o Herberto Helder disse, quando acrescentou à ideia de Fernando Pessoa, de que se a minha Pátria é a Língua Portuguesa, então o falar luso-castelhano não deixa de ser também uma Pátria idiomática comum que vale a pena ser virtualizada.

O jornalismo é uma forma eficaz de inventar novas cidadanias contribuindo para uma maior consciencialização dos problemas, e, sobretudo, para aquilo que é a intervenção cívica na construção colectiva do futuro.

ANTONIO MANFREDI DIAZ
CANAL SUR; UNIVERSIDADE DE SEVILHA

Creo sinceramente que el título de este coloquio plantea con claridad el verdadero debate que en estos momentos vivimos muchos profesionales de la información, que hemos tenido que cabalgar en los últimos 20 años entre el convencimiento de que debíamos aceptar y asumir la planetarización o mundialización como algo evidente e higiénico, teniendo en cuenta de donde veníamos;

pero, al mismo tiempo, hemos tenido que adaptar nuestros medios a la experiencia local, que se impone cada vez más, hasta el punto de que se convierte, en muchos casos, en excluyente.

Procuraré explicar con más detenimiento cuanto he dicho en este primer párrafo, aunque, eso sí, añadiré un componente que a mí me parece fundamental y novedoso en todo este debate. Y es que los nuevos *media* tienden a coincidir todos en un punto: una temática y un lenguaje mucho menos racional y más afectivo, que, a la postre, deja sin cuestión aparente este dilema entre lo cercano y lo lejano. Como les digo, voy a intentar explicar este concepto a lo largo de mi intervención, porque la cuestión es de plena actualidad.

Cuando yo me incorporé a la vida profesional, hace ahora 20 años, teníamos en España una estructura política y social heredera del franquismo, todavía con un desarrollo económico intervencionista y dependiente, sin autonomías en la decisión. Los periódicos eran meras correas de transmisión de determinados poderes, aunque ya habían florecido medios de expresión que apostaban abiertamente por el cambio, y me refiero claramente a la experiencia del diario EL PAIS, verdadero referente de la democracia española en sus primeros 10 años de vida.

Pero, en general, los periodistas nos encontrábamos con unos medios que seguían a estructuras económicas y de poder que se negaban, en muchos casos, a aceptar una realidad sin duda cambiante. En ese contexto, la información local era, apenas, un compendio de informaciones oficiales filtradas siempre por ayuntamientos y gobiernos civiles. De hecho, podríamos decir que los medios de comunicación, prensa y radio, eran meros portavoces de una realidad oficial, a menudo, muy distante de la realidad social que se vivía en multitud de colectivos.

De alguna manera esta situación acabaría pasando factura y se vivía una tensión que acabaría en fuertes enfrentamientos sociales, que a punto estuvieron de romper la frágil estructura democrática española. Les recuerdo el golpe de estado del 23 de febrero de 1981. Precisamente esa olla a presión de una sociedad española cambiante, con miles de colectivos pidiendo su sitio y su negación en la prensa oficial, provocó una situación muy crítica, sólo comparable a la de los últimos meses de democracia en Grecia, antes del llamado Golpe de los Coroneles, aunque aquí felizmente superamos la bota militar.

Y les pido por favor que se sitúen ustedes en una sociedad rural, retrasada, de amplio analfabetismo funcional y escasos referentes democráticos. Así era la mayor parte de la España de entonces, y muy especialmente la que a mí me tocó vivir, en la España del Sur, orgullo del cacique, generadora de emigración y con muy escasa autonomía en las decisiones.

Estábamos, pues, ante una realidad que los periodistas queríamos cambiar por encima de todo. Algunos teóricos nos denominaron "garantes del cambio" apelativo que a mí me parece exagerado pero que, de todas maneras, es bueno que pase a la pequeña historia del periodismo español de aquellos años.

Había una sensación de ahogo predominante, nos mirábamos los unos a la cara de los otros, sin saber exactamente qué hacer, soportando sistemas de censura directa e indirecta.

De repente, vino una solución que, entonces, nos pareció determinante. Todos descubrimos la realidad del mundo exterior, y apostamos por normalizar nuestro periodismo y adecuarlo a lo que se nos aparecía como la regla más exacta, la del periodismo francés y anglosajón. Muchos de nosotros fuimos invitados a viajar a esos países. Personalmente estuve en París y en Berlín en 1980 y puedo asegurarles que el aire fresco de entonces, la sensación de libertad, todavía me dura y muchas veces la envidio.

Eran tiempos de apertura y normalización democrática, de abrir ventanas hacia todos los lados. Sin querer, dimos rienda suelta a la diversidad más directa y dejamos guardada en el armario del olvido nuestra propia identidad. La literatura, la música, el cine... todos abrimos la puerta al exterior y los medios de comunicación dábamos prioridad a informaciones que provenían, en la mayor parte de los casos, de más allá de nuestras fronteras.

Eran, al mismo tiempo, insisto, tiempos de una dura realidad social, con un índice del coste de la vida altísimo, impensable hoy día, con créditos al consumo por encima del 25 por ciento. Fuimos, pues, también, y así hay que reconocerlo, algo injustos con nuestra realidad, que ocultábamos a favor de personajes como Mitterrand, Margaret Thatcher, Ronald Reagan y todo lo que ellos representaban, ya sea en sentido positivo o negativo.

Puede decirse que veíamos pasar por delante de nosotros una realidad dramática que, a costa de nuestra necesidad de diferenciarnos, convertíamos prácticamente en un espejismo.

Políticamente, España caminaba hacia un proceso de descentralización política que, paradójicamente, debía compartir e incluso luchar contra una información que, a menudo, rechazaba la problemática local, como les estoy explicando y miraba hacia el exterior como todo bálsamo de esperanza. Dábamos credibilidad a cuanto venía de fuera, porque su estructura, su lenguaje, nos convenía claramente y, al mismo tiempo, nos ofrecía un velo suficiente para mirar nuestra realidad más cercana con cierto distanciamiento.

Hay algunos estudiosos que hablan de cierto poder narcotizante de la realidad. Yo no diría tanto, ni tampoco establecería una regla estricta en torno a estos comportamientos. En el País Vasco y Cataluña convivieron ambas tendencias, claramente. En Andalucía, en el sur de España, de donde yo vengo, venció claramente la antiinformación local. Los periodistas cerramos los ojos y miramos hacia la frontera exterior.

En todo caso, repito, no hagamos una regla estricta. Digamos que, hace 20 años, por efecto de una necesidad de apertura social y política, miramos hacia otros modelos exteriores, ocultando una realidad propia. A partir de 1982 esta realidad empezaría a cambiar.

Y lo hizo porque llegó la autonomía política y se crearon estructuras sociales más cercanas, mientras que los ayuntamientos empezaban a operar con contundencia política, en defensa de intereses propios. La autonomía política coincidió además con un desembarco masivo de nuevos periodistas, hombres y mujeres jóvenes de la universidad de finales de los 70, que llegaron con una idea clara: cambiar la realidad y hacerla propia, cercana. Y creo sinceramente que lo consiguieron. Porque las estructuras sociales y económicas dejaron de admitir intervencionismos exteriores y apostaron por mirar hacia adentro. Fue como un péndulo y todos tuvimos que aprender sobre la marcha a poner el acento en lo que representábamos nosotros mismos. De nuevo volvimos a vivir muchas contradicciones, pero los números empezaron a cantar. Los periódicos empezaron a vender más. Se crearon, además, buen número de ellos. Entre 1979 y 1992, se crearon en España 26 nuevos medios escritos. El gobierno, además, concedió 125 licencias de emisoras de radio. Todos estos medios pusieron proa a la información local. Aunque, todo hay que decirlo, muchos de sus responsables confundieron información local con folklore local.

Pero la tendencia estaba clara. Los primeros años 80 fueron una explosión de localismos que recibieron, insisto, el inmediato aplauso del público. TVE, la única televisión del momento, apostó por la información regional y potenció los llamados centros territoriales. Las nuevas emisoras de radio concedidas por el gobierno se lanzaron a una desenfrenada guerra por la audiencia y la publicidad local y muchos periodistas llegaron a rincones donde, hasta este momento, nunca se había llegado. En el caso de Andalucía, la radio se convirtió en un referente fundamental que aún hoy está por estudiar, quizás porque los sistemas de control son de ascensión anglosajona, donde la radio tiene un sitio muy particular. En España, insisto, la radio es un referente sin el que no se pueden entender muchos movimientos sociales y políticos.

Así pues, coincidiendo con la entrada de España en la CEE, hoy Unión Europea, podríamos decir que se produjo un equilibrio en estas dos tendencias. Persistió el interés por lo extraño o externo, intelectualmente aceptado por todos, pero amaneció un poder local que, a la postre, sería definitivo.

Las estructuras sociales demandaban ambos tipos de información y convivieron durante años sin mayores problemas. Se produjo, digamos, un equilibrio, también en la inversión publicitaria, en la venta de ejemplares de periódicos, en los índices de audiencia. La Televisión, todavía, no había tenido su protagonismo.

Muchos hubieran querido que este equilibrio hubiera continuado por muchos años, pero, allá por 1988, la situación empezó a cambiar, poco a poco, casi sin darnos cuenta. Fue, en mi opinión, demasiado poco tiempo para asentar ese equilibrio. El desarrollo económico y sobre todo — subrayo este concepto — la accesibilidad a medios técnicos hasta entonces prohibitivos, abrieron la puerta a la Televisión Local, que revolucionó la situación. Pero esta ruptura vino, como digo, sin haber

conseguido el asentamiento de la radio local, que se vieron desasistidas. Perdieron a cientos de profesionales, que pasaron a otros mejores puestos de trabajo. Los periódicos locales dieron la espalda a una realidad social que empezó a degenerar en grandes bolsas de población marginada y apostaron abiertamente por las tradiciones locales. Decidieron olvidarse de miles de ciudadanos que llenaron barrios marginales, que habían abandonado el campo en busca de una sociedad mejor y, aún hoy, están pagando esta exclusión social. Los fuertes ingresos publicitarios y los intereses de los grupos propietarios de los medios establecieron un férreo control que, en algunos casos, perdura hoy. El dinero — los ingresos publicitarios — no admitían una realidad social que se hizo muy dura para muchas capas de población.

Fueron los años de la explosión de la Semana Santa y otras muchas tradiciones; que, como digo, muchas de ellas fueron artificialmente potenciadas. Surgieron cientos de actividades hasta entonces desconocidas o minoritarias, que tenían además un aliciente turístico importante.

Llegamos así a los años 90. Llegan las televisiones privadas a España y se rompe el monopolio estatal. Para entonces, ya existían en España más de 100 emisoras locales de Televisión, con una audiencia relativa muy importante.

Aquí, permítanme un comentario muy especial que, intento, sea mi aportación a este gran foro de debate. La llegada de las televisiones provoca un cambio en el lenguaje y la temática periodística. Es lo que estos días ha sido el fenómeno Lewinsky, en el sentido de dar a la información un fuerte contenido afectivo, por encima del racional. Insisto, poniendo el acento no en los aspectos meramente racionales, si no en los que reclaman la atención afectiva del espectador ¿Qué otra cosa son la muerte de Diana de Gales o el caso Lewinsky? Noticias que dejaron de lado muchas otras y que, por sí mismas, provocaron hasta ataques aéreos a terceros países.

Insisto en este concepto del cambio de lenguaje — esta es la contribución de la Televisión a la historia del periodismo, entre otras cosas — porque me parece fundamental para entender procesos consiguientes.

La carrera hacia esta situación está siendo frenética. Y que me perdonen los teóricos, pero insisto en que este lenguaje que yo defino como 'afectivo' impregna todos los medios de comunicación. La Prensa y la Radio buscan afanosamente contenidos colaterales a los emitidos por la TV para seguir siendo referentes. Los periodistas cuentan las noticias como verdaderos guiones cinematográficos y géneros señeros hasta ahora, como la entrevista, prácticamente han desaparecido de la Prensa.

Los años 90 nos han abierto una perspectiva, pues, distinta. La creación de las televisiones autonómicas o regionales — yo trabajo en una de ellas — y el fuerte desarrollo de las televisiones locales, no han conseguido más que convencer al receptor que puede tener lo que quiera cuando quiera, cuando, en realidad, les

hemos dado lo que podíamos cuando podíamos. El secreto es el lenguaje y el sistema de control social, claramente cedido a la TV. Dicho de otro modo, aceptamos la exclusión social, el paro, la crisis, la bonanza económica, la creación de nuevas clases sociales dominantes, lo que ustedes quieran, pero lo hacemos a través de un lenguaje eminentemente afectivo, llamado a sustituir el debate racional y minoritario, sustituido por una "comprensión de masas" que busca un efecto evasivo y no comprometido con la propia realidad.

En estos momentos, la situación es de un equilibrio en los medios, que nos convierte en un país abiertamente desarrollado, pero la existencia de ese nuevo lenguaje, que impregna la totalidad de los medios de comunicación, desequilibra este entendimiento, generando una realidad ficticia; tanto desde el punto de vista general, cómo particular. La realidad es hoy, más que nunca, una relatividad implícita, una imagen sesgada por una necesidad numérica, cifrada en términos de tirada de ejemplares o de audiencia de los medios. La pugna a la que aludí antes de esa tensión entre lo particular y lo general ha desaparecido hoy, en pos de un equilibrio que, a base de miles de horas de producción de informativos y de miles de hojas de periódicos, asume y engulle informaciones de cualquier punto, porque la referencia ya no es, principalmente, la geográfica. Ahora es la emocional y es ésta la que nos concede nuevos papeles en este mundo mediático. El Norte y el Sur recuperan así una nueva dimensión, mucho más trascendental y, normalmente, injusta.

El niño que aparece muerto, víctima de una brutal agresión es noticia de apertura, como lo es el sufrimiento de miles de seres del Tercer Mundo, asumiendo cada uno su papel en este espectáculo de imágenes que los periodistas tenemos que administrar en pos — y aquí introduzco otro concepto para la discusión — de intereses que, muchas veces, están por encima de lo esencialmente periodístico y se acerca a la política de mercado, abierta y clara, que hoy todos tenemos que aceptar. Les confieso que admitir el concepto de industria en la actividad periodística me ha costado; y hoy la asumo como un punto del desarrollo en nuestro trabajo, y acepto sus contradicciones; convencido de que es el camino hacia la sociedad del siglo 21. Desarrollo tecnológico, productividad, eficacia... con un lenguaje periodístico mucho más centrado en aspectos dirigidos a una mayoría acrítica y deseosa de evasión personal.

Fijense; pues, ustedes, el camino que he intentado resumirles en apenas 20 años. Conceptos por los que hubiéramos dado la vida hace años hoy han quedado convertidos en toda una relatividad extraña. Luchábamos por sentirnos como los demás. Luego quisimos ser nosotros mismos por encima de todo. Más tarde la situación nos permitió convivir en este equilibrio siempre inconstante, y conseguimos enviar a los ciudadanos mensajes equilibrados; contrastados, hasta que la aparición de la Televisión de masas y las mediciones de audiencia nos han llevado a este nuevo sistema de información, plagado de inconsistencias

pero técnicamente casi perfecto, poniendo al telespectador donde quiere y cuando quiere, o al menos dando la sensación de eso.

Ya no hay debate ni tensión entre lo global y lo local. El debate y la tensión está en la búsqueda de un lenguaje que ha convertido la geografía, la economía y hasta la filosofía en una cuestión de medidas de audiencia o tirada. La industria ha impuesto sus leyes.

ELISIO DE OLIVEIRA (RTC, PORTO)

A pergunta do Alfredo Maia tem toda a pertinência. Eu creio que no Alfredo Maia reside um grande receio, nele e em todos nós, do que se passa nas televisões e nas rádios locais.

As minhas experiências de mais de 23 anos na RTP na área da produção, na elaboração de projectos de rádios locais aqui na região do Porto, e ainda uma outra extraordinariamente gratificante que tive na emigração, concretamente no Canadá, durante uns anos, a fazer rádio, dão-me uma visão prática que, associada à função comercial que agora tenho, me permite observar a actividade da comunicação social de uma forma mais integrada. Com efeito, os projectos locais originais que tendem de alguma forma a ser uma reprodução dos projectos nacionais ou globais, estão condenados ao fracasso.

Se não se diferenciam pela área de cobertura ou por aquilo que a área de intervenção exige e solicita, são nivelados pelos projectos de maior dimensão. Isto tanto ocorre na rádio como na televisão.

A televisão é dos negócios mais caros que há e é dos negócios mais complicados e multidisciplinares que eu conheço na área da comunicação. Por isso, se não há uma diferenciação relativamente aos projectos nacionais, em que as armas são tão diferentes, sobretudo no plano económico, os projectos locais e regionais têm grande dificuldade em avançar.

Como a temática deste encontro é "A tensão entre o global e o local", quero dizer-vos que, no meu ponto de vista, a globalização não transporta somente perigos. É que, para além de factores qualitativos no plano formal a que submeteu os *media* locais e regionais, obrigando-os a um esforço suplementar, a globalização determinou a urgência na redescoberta dos espaços da acção e da ciência humana.

Temo ser redundante naquilo que aqui já foi dito. A verdade é que a globalização deu-nos uma outra dimensão do mundo. A velocidade com que através dos processos comunicativos se consegue fazer movimentar e determinar acções ao mesmo tempo em diferentes partes do globo — hoje em dia somos capazes, em simultâneo, de comprar um disco em Nova Iorque e um livro em Paris, com o clicar do botão... cá está um termo utilizado agora... enquanto ouvimos uma rádio local

do Chile — através da Internet, dá-nos uma ideia completamente diferente do que era o planeta há poucos anos atrás.

A utilização destas novas tecnologias, num ponto de vista meramente pessoal, reduz a capacidade do homem de pensar e de reflectir. A rapidez no acesso à informação e a forma descontextualizada com que muitas vezes essa informação nos é dada, através da utilização dos chamados motores de pesquisa, interfere no processo de abstracção e reflexão que o homem tem necessidade de introduzir na criação.

A actividade da comunicação social, seja ela local, regional ou nacional, tem uma elevadíssima componente criativa. Se não for criativa não consegue adesão.

No limite, a utilização da linguagem nos novos meios, apoia-se em textos que se caracterizam pela rapidez e pela especificidade informativa, retirando-lhe, por vezes, elementos poéticos fundamentais para a reflexão e para o entendimento do mundo que nos cerca. Creio que já foi aqui referida esta questão que as novas tecnologias introduziram, ou seja, a comunicação passou a ser mais fria. Mas se estes elementos, associados a outros, contribuem para a criação de estereótipos, o mesmo já não se pode dizer do efeito perverso que essa força invisível está a criar e que é a necessidade que o homem tem de reflectir sobre a sua essencialidade como ser social, com alma, e não como algo ligado a uma ficha e dependente de uma visão generalizada que despreza os valores do seu meio.

É aqui que os valores começam a inverter-se. O homem começa a ter necessidade absoluta de saber o que está a passar-se ali, à sua volta, no seu bairro, na sua cidade, no seu país e não, com tanta intensidade, o que se passa nas pequenas cidades dos grandes países.

É neste contexto, nesta necessidade, que reside a força dos projectos locais e regionais da imprensa, rádio e televisão. E isto é tão verdade que, numa dimensão tão pequena como a do nosso país, nos interrogamos, muitas vezes, sobre a utilidade de nos bombardearem diariamente com os problemas, como disse o Joaquim Fidalgo, do Largo do Rato ou da Calçada de Carriche, ou ainda sobre um prédio em ruínas num bairro qualquer de Lisboa, quando há dezenas de prédios na mesma situação espalhados por todo o país.

A resposta do homem a esta necessidade de se manter informado acerca do seu meio está na utilização da rádio, da televisão e da imprensa locais.

É evidente que em Portugal há rádio local mas ainda não há televisão local. Foram as rádios locais que vieram animar o panorama informativo, apesar de muitos projectos terem nascido sob o signo da facilidade de implantação e, sobretudo, de um elevado amadorismo.

Eu entendo que há cinco áreas importantes quando se pensa em estabelecer uma estação de rádio ou de televisão local.

Primeiro, a detecção das necessidades e desejos da audiência em termos informativos. É a primeira e grande questão que qualquer projecto de comu-

nicação local, regional ou nacional tem de considerar.

Depois, impor a diferença face aos grandes meios já existentes. Tem de ser diferente no conteúdo e tentar inovar, ainda que não muito, na forma.

E aí entramos na terceira grande questão, que é optar por um produto qualitativamente pouco diferenciado em relação ao que é oferecido pelos grandes meios. Com efeito, o elemento estético, quer na rádio quer na televisão, é importantíssimo para a aceitação junto do auditório. Uma estação de rádio ou de televisão local que, em termos técnicos e estéticos, demonstre ou transmita uma imagem *sonora* substancialmente diferente dos grandes *media* dando a ideia que é mais pobre e que tem mais dificuldades de meios, terá também muitas dificuldades em se implantar.

Depois, a quarta grande questão de um projecto local ou regional é a sua independência face aos grupos de influência. Estes meios de comunicação social, normalmente, actuam em meios pequenos, onde os grupos de influência são mais activos. Pressionam muito mais, exigem muito mais dos órgãos de comunicação e estes, infelizmente, precisam deles para viver. São esses grupos que, na maior parte dos casos, pagam uma boa parte da sua sobrevivência.

Isto aconteceu e acontece em Portugal. Há muitos municípios que sustentam as rádios locais. E isto não é bom para a liberdade de imprensa, para a liberdade dos trabalhadores das rádios locais.

Quinta e última grande questão. Os projectos têm de resistir à atracção da dimensão nacional e global. Os trabalhadores das rádios locais deste país, quase sem excepção, têm uma atracção pela dimensão nacional e desprezam o seu próprio auditório, desprezam os seus alvos e desprezam o meio que estão a servir, e conduzem, normalmente, os projectos ao fracasso porque lhes falta o tal factor diferenciador.

Estas são algumas das questões a ter em conta na implantação de um projecto de rádio ou televisão local.

Podemos também falar da crise das rádios locais.

A crise reside, unicamente e no meu ponto de vista, em duas questões: primeira, capacidade profissional das pessoas que lá funcionam. Tivemos aqui o exemplo do Jornal do Fundão, e isto pode transportar-se para a rádio e televisão. Quanto mais profissionalizadas forem as estruturas, melhor para o sucesso dos projectos.

Há exigências de carácter profissional de quem faz os investimentos. Nenhum projecto de comunicação vinga só com a utilização das boas vontades que existem no meio onde se implanta. É preciso que as pessoas sejam profissionalizadas e tenham garantida — uma questão fundamental para trabalhar em comunicação — a sua estabilidade profissional.

Segunda e grande questão são as audiências.

É muito difícil medir audiências nas rádios locais, e, sobretudo, porque entramos numa época em que as audiências são medidas única e exclusivamente em

factores de carácter quantitativo e não qualitativo. É muito difícil uma rádio local atingir valores audiométricos que atraiam um bom investimento para uma determinada região.

Como sabem, há uma coisa que hoje se aprende nos *media*, quer na televisão quer na rádio, que se chama GRP. Todos os publicitários falam nos GRP, um palavrão que despreza a análise qualitativa dos projectos; o que interessa é a quantidade, o que interessa é a massa, a massa indiferenciada para viabilizar os projectos.

Estas são as questões que eu levanto e que de alguma forma colocam as rádios locais em grandes dificuldades mas que, se forem encaradas de frente e com realismo, podem viabilizar a sua existência.

É óbvio que os projectos de comunicação só são viáveis quando há gente para os usar e utilizar. Também é óbvio que, sobre a viabilidade das rádios locais sedeadas no interior do país, onde a actividade económica e o potencial auditório são escassos, não podemos ter este posicionamento. Mas, mesmo assim, se essas pequenas rádios locais não se descaracterizarem face ao meio em que estão inseridas, se derem voz às populações, têm possibilidades, de facto, de alguma viabilidade.

O que foi, então, positivo em relação à criação das rádios locais em Portugal? — pergunta-se.

Foi positivo porque se alargaram os meios e a capacidade de intervenção das populações locais. Passaram a ter mais um meio de comunicação para se manifestarem — foi a democratização da informação. E é extraordinariamente positivo porque permitiu alargar também a actividade dos nossos profissionais e valorizar, de alguma maneira, aquilo que nos circunda.

Em contraposição atentemos ao que se passa na televisão. Com frequência diz-se “são sempre os mesmos”. E porquê? Como sabemos, as grandes estruturas de produção da televisão, situados nos grandes centros urbanos, geram à sua volta um conjunto de dependências, nos mais diversos domínios, da cultura ao espectáculo, e são sempre aqueles que ali estão mais à mão e que se impõem que se vai buscar e se coloca na pantalha; são esses que têm projecção nacional. Quantos e quantos artistas e intelectuais nós temos, aqui na cidade do Porto, por exemplo, que percorrem toda a vida completamente desconhecidos do país porque nunca tiveram acesso à televisão ou à rádio nacionais? Esta é que é a realidade. E é com este problema, esta tensão local/ regional, ou regional/nacional, que nós, trabalhadores das grandes empresas de comunicação social, vivemos e nos debatemos. Porque trabalhamos em meios mais pequenos, estamos sempre a solicitar espaços ao centro da decisão. Nós pedimos para trabalhar. Vivemos com uma preocupação enormíssima de dar voz às pessoas e ao meio que nos envolve. Temos a preocupação de fornecer elementos, de promover as pessoas e os intelectuais que vivem à nossa volta e, como dizia há pouco o Joaquim Fidalgo, muitas vezes essas pessoas não dizem nada a quem está lá em *baixo* e tem o poder de decisão. Passam, assim, oportunidades de essas pessoas terem algum destaque no país. Muito obrigado.

Relativamente ao tema que me foi proposto, e incidindo um pouco sobre a ideia das experiências locais e da tensão entre o local e o global, não deixa de ser curioso — curioso, gratificante, e significativo — que eu esteja aqui como jornalista e membro fundador do jornal *Público*, para falar exactamente da experiência local do Público.

Quando se fala no *Público*, diz-se que é um jornal nacional, é um jornal de referência. No entanto, é possível falar no *Público* também enquanto experiência local, e nesse aspecto, costumo dizer que tenho uma sorte enorme: enquanto jornalista, trabalho num jornal local, num jornal regional, num jornal nacional, trabalho num jornal europeu... e é o mesmo jornal.

Um dos aspectos mais estimulantes que esteve na génese deste projecto foi, precisamente, tentar fazer pontes diversas entre sectores, entre áreas, entre modos de estar e de fazer jornais, e que, em certas circunstâncias, tendiam a ficar mais repartidos por "quintas", ou mais cristalizados, digamos, em fronteiras fechadas.

No princípio, quando se discutia qual deveria ser o "slogan" do *Público* em termos publicitários, o Vicente Jorge Silva (querido amigo e nosso director durante os primeiros anos), insistia permanentemente na ideia do "jornal sem fronteiras". Era o tema que ele preferia e que nós discutíamos muito, porque pretendia ser sem fronteiras a todos os níveis: sem fronteiras em termos geográficos, sem fronteiras temáticas, sem fronteiras culturais, sem fronteiras ideológicas... Portanto, era um jornal que iria procurar, contra essa cristalização excessiva, encontrar pontos de ligação, pontos de tensão criativa entre áreas e domínios que podem às vezes ficar um bocadinho afastados. E um deles é precisamente a tensão ou complementaridade entre o local e o global, ou entre o local e o regional, ou entre o nacional e o internacional.

Em relação a isso, punha-se desde logo a questão: até que ponto é que faz sentido essa ligação num jornal novo, que pretende ser um jornal moderno, um jornal europeu? (um pouco o jornal que, em 1990, se sentia que faltava em Portugal, ao contrário do que sucedia na generalidade dos países europeus, quase todos com bons jornais diários de referência e de grande influência na opinião pública. Até que ponto faria sentido, então, compaginar essa ambição de jornal europeu moderno, aberto às novas questões da sociedade, também com uma atenção que se pretendia rigorosa, profissional, séria e valorizadora, às realidades locais e regionais?

Aliás, ainda esta semana, estando a pensar um bocadinho nisto, li no *El País* uma entrevista do director do Programa *Sócrates*, da União Europeia, onde ele dizia: "O contraste entre o local e o europeu dá-se entre todos os sectores da sociedade. Estamos constatando, e não só no mundo universitário, que o cidadão

rebaixou as conotações nacionais e move-se noutras dimensões, não só europeias mas universais... Só que ao mesmo tempo, por causa desta extensão, há uma espécie de necessidade de ligar-se à própria terra, ao local, devido às dimensões que tem de se viver todos os dias”.

É uma redescoberta de todos os dias: quanto mais se estende a Europa, mais tende o cidadão a agarrar-se também à sua origem, à sua terra. Ou seja, uma ideia que ultimamente tem sido muito discutida, de que uma certa forma de globalização não só não seca a sede e a vontade de aprofundar o que tem a ver com a identidade própria local, como, pelo contrário, é capaz de suscitar renovado interesse por ela, dada a nossa necessidade, enquanto seres humanos, seres sociais, de criarmos sentido de pertença, de proximidade, de ligação àquilo que faz parte da nossa vida quotidiana.

Portanto, nesse sentido, discutíamos o projecto do *Público* considerando que deveria ser possível articular as duas dimensões. E pretendia-se também fazer um jornal nacional, de expansão verdadeiramente nacional. Quem acompanha os jornais, sabe que o *Público*, aí, de facto, introduziu um elemento de alguma novidade. Ainda hoje, de uma forma bastante clara, a nossa imprensa nacional é nacional entre aspas, pois na imprensa diária há, basicamente, jornais do Porto que só se lêem até Coimbra, e há jornais de Lisboa que só se lêem de Coimbra para Sul. Isso era claríssimo em 1990 e continua ainda a ser razoavelmente claro hoje, com a excepção do *Público*, que introduziu uma novidade: como jornal efectivamente nacional, tem uma difusão de cerca de 60% no Sul e 40% no Norte do país — que é, no conjunto dos jornais diários, a distribuição mais equilibrada. Começam agora, já na esteira da nossa experiência, a fazer-se novas experiências, de que a mais recente é a do “Jornal de Notícias”, desde sempre tipicamente um jornal do Norte, um jornal do Porto, um jornal regional para todos os efeitos, que não era lido de Coimbra para baixo, que não era lido em Lisboa, e que decidiu criar uma edição própria com o centro em Lisboa, um pouco à imagem das edições diferenciadas que o *Público* inaugurou nos anos 90.

Portanto, a esse nível também pareceu que poderia ser interessante o desafio de conseguir fazer um jornal nacional, efectivamente nacional, mas que fosse simultaneamente um razoável jornal regional e local, claramente centrado nas zonas urbanas do Porto e Lisboa. E que pudesse integrar estas dimensões inclusivamente na sua diversidade, porque o país é pequeno mas é diverso, e quem, como nós, acompanha os jornais há muitos anos, percebe claramente como o tipo de jornal diário que se faz é muito diverso em Lisboa e no Porto, o tipo de ligações dos leitores ao seu jornal, o tipo de expectativas que eles têm em relação a ele... Tudo isso acabou por definir um certo tipo de consumidores de jornais, e que interagiu obviamente no próprio modo de os fazer.

Para além desta integração nacional-regional-local, quando se lançou o projecto do *Público* pretendeu-se ainda fazer um jornal, como diz o próprio

estatuto editorial, que contribuisse para a existência de uma opinião pública informada, activa, interveniente, sendo essa uma condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, que não fixa fronteiras regionais, nacionais e culturais.

Portanto, até que ponto teria ou não importância que o desenvolvimento efectivo de uma consciência de cidadania e de uma opinião pública activa e interveniente, implicasse que nós abordássemos também as temáticas do domínio local e regional com o mesmo rigor, com o mesmo profissionalismo, com a mesma atenção, e com a mesma valorização que as grandes temáticas nacionais, europeias ou mundiais? Porque a nossa perspectiva era um pouco de que o desenvolvimento dessa consciência crítica, dessa consciência de cidadania, desse desejo de participar e intervir, implica que se olhe para aquilo que vai à nossa porta, que vai pertinho de nós, porque aí também nós podemos e devemos muitas vezes ser capazes de intervir.

É, frequentemente, mais fácil pronunciarmo-nos e termos grandes discursos sobre os problemas do Extremo Oriente, do que termos um discurso semelhante, e ideias claras e assentes, relativamente ao problema do "extremo-oriente" da cidade do Porto... Daí o pensarmos que a nossa vontade de contribuir para formar uma opinião pública mais consciente e mais activa poderia não só aceitar, como inclusivamente estimular, que o tratamento noticioso das grandes questões mundiais fosse de par com o tratamento noticioso, igualmente rigoroso e aprofundado, das questões locais.

O modo como acabámos por definir a forma deste projecto é a de um jornal com duas edições diferenciadas, a de um jornal que tem uma atenção grande às grandes questões nacionais e mundiais, e depois, no seu interior, tem um segundo jornal que é diverso para o Norte e para o Sul, que é diverso para o Porto e para Lisboa, e cuja tradução na própria primeira página também muitas vezes é diferente. Uma forma que tenta, de alguma maneira, fazer essa ponte entre os dois meios, garantir uma certa unidade, garantir uma atenção global aos problemas gerais, mas também mostrar e estimular a própria diversidade existente no país.

Uma das questões que mais se discutiu e que ainda hoje se discute, e é uma questão difícil, é até que ponto a informação local, a informação regional, aparece aos olhos das pessoas como, digamos, "material de segunda". No caso do Público, muitas vezes no princípio havia essa ideia: "Temos aqui um tema muito interessante em termos locais... É muito interessante... Então sai do caderno local e passa para o caderno nacional". Ou seja, é 'promovido', já vai para a secção de Sociedade, ou de Política, ou de Economia... Esta era, em todos nós, a tendência inicial, mas que a pouco e pouco procurámos contrariar, porque isso implicava que de facto, quando se falasse em caderno local, quando se falasse em informação

local, falava-se quase em “caixote do lixo”, aquelas noticiuzinhas bizarras do povo, coisitas pitorescas que acontecem e que aparentemente não têm grande alcance...

Este é um processo que ainda está em curso, que dá quase debates semanais no Público, pois também tem a ver muito com o nosso país, tradicionalmente macrocéfalo. Eu costumo dizer que a grande novidade do *Público* não foi ter um caderno que se chama “Local Porto”, mas ter um caderno que se chama “Local Lisboa”. Ou seja, assumir que há acontecimentos passados em Lisboa e que apenas têm interesse local, regional — mas não nacional. E não foi por acaso que o processo de afirmação do caderno “Local Porto” foi mais fácil do que o caderno “Local Lisboa”, e que ainda hoje o produto “Local Porto” é um produto já mais profundo, mais elaborado, mais ambicioso do que o “Local Lisboa”... Porque ainda hoje, com alguma frequência, os responsáveis do “Local Lisboa” se queixam de que quando têm uma matéria muito interessante, e que é tipicamente local, as secções nacionais vão logo querê-la, porque acham que com isso a estão a valorizar — e, de facto, estarão a valorizar numa certa perspectiva, mas com isso estão também a desvalorizar claramente, e a repor no tal escalão “de segunda”, tudo o que tem especificamente a ver com questões locais e regionais.

É fácil constatar ainda hoje (e a própria televisão nesse aspecto é terrível), como nós, cidadãos do Porto, de Bragança, de Faro, do Fundão, estamos informadíssimos sobre questões de trânsito de Lisboa, sobre questões de obras da Linha de Cascais, estamos informadíssimos sobre as horas de ponta “na ponte” (a Ponte 25 de Abril, claro, ...), e isto é uma entorse antiga. Lembro-me de que aqui há uns anos fizeram-se grandes obras no Largo do Rato, em Lisboa, e houve uma vez que isso ocupou toda a parte de baixo da primeira página do Expresso (o jornal onde eu, e a totalidade dos fundadores do Público, trabalhava). O próprio Expresso, que é um jornal bastante nacional e tem uma difusão geograficamente bem mais equilibrada do que os jornais diários de Lisboa, acaba por ser um pouco produto disso tudo, desta nossa sociedade muito macrocéfala, muito centralista, e que acabou por “fazer” a própria cabeça das pessoas, por dar um cunho de exposição e projecção nacional a coisas que teriam toda a vantagem (mesmo do ponto de vista da sensibilização da opinião pública) em encontrar o seu lugar de valorização nos espaços próprios da informação local e regional, que são espaços um bocadinho desvalorizados por causa desta mentalidade. Mas que no caso do Público, por exemplo, se pretendia contrariar, e daí o objectivo de fazer deles um caderno, um caderno autónomo, diário.

Aliás, uma outra discussão que vem de trás e que divide as opiniões entre os jornalistas, é precisamente se a informação local e regional deve ir para um caderno autónomo ou se deve estar presente no jornal como um todo, repartida pelas diversas secções.

Diz-nos a experiência que sempre que um jornal, mesmo com a melhor das intenções, não cria uma secção ou uma área específica para a informação local e

regional (defendendo, por exemplo, que “não há diferenças entre o local e o nacional”, que “se a informação vale, vale por si, e vai para a secção que lhe compete”, etc...), diz-nos a experiência que, em 9 de cada 10 casos, essa informação vai mas é para o cesto do lixo, não chega a ser publicada, porque de facto há sempre muita informação, há sempre muitas notícias a dar, os jornais todos os dias deixam de fora dezenas e dezenas de notícias... E, portanto, muitas vezes essa boa intenção acaba por, na prática, não ter tradução concreta. E acabam por sair nas secções nacionais apenas aquelas histórias que têm origem local mas que são bizarras, anedóticas, pitorescas, e não propriamente porque valem enquanto informação.

Neste sentido, julgo que a fórmula que nós utilizamos no *Público* — com um caderno local — acaba, pelo menos, por nos obrigar a investir na informação local e na informação regional com o mesmo rigor, e com o mesmo profissionalismo, e com o mesmo sentido de valorização, que procuramos transmitir ao resto.

Para terminar, uma última nota que tem a ver ainda com este desafio de dar atenção às questões locais num contexto tão globalizado como aquele em que vivemos, e em que parece mais fácil nós termos muita informação sobre o que se passa em S. Francisco ou em Bruxelas, do que o que se passa em Vila do Conde ou em Vila Nova de Famalicão.

Há uma questão que me perturba um pouco, e que tem a ver com o papel da informação para as pessoas e com a sua importância para as pessoas. Com esta globalização, com o desenvolvimento técnico, com a rapidez das comunicações, hoje podemos saber quase tudo a todo o momento. Podemos escolher, podemos inclusivamente escolher quando queremos saber, podemos escolher se queremos saber ao meio-dia ou à meia-noite, ou de tarde ou de manhã, ou em casa ou no escritório, ou por telefone, ou com imagem ou sem imagem, podemos escolher, sendo certo que teremos sempre alguma hipótese... Para já não falar na Internet, onde podemos escolher se queremos ter escrito, ver em pormenor, se queremos ver muito, se queremos ver pouco...

(Temos a possibilidade de saber tudo em todos os momentos sobre o que se passa à escala global — mas... apenas dos sítios onde há telefones... Outro dia li uma estatística, já nem me lembro dos tantos milhões de pessoas que existem no mundo que ainda nunca usaram telefone. O número era realmente impressionante. E convém não esquecer isso, pois só sabemos muita coisa de “certos” sítios do mundo.)

Mas o que eu queria dizer, para além disso, é que a informação-espectáculo de algum modo também passa aqui. Eu quase diria, em jeito de provocação, que o terramoto em S. Francisco pode ser um espectáculo interessantíssimo em televisão... E de facto, quando nós vemos o terramoto em S. Francisco, o facto de estarem a morrer assim umas centenas de pessoas, não nos toca da maneira que nos tocaria sabermos de um terramoto aqui, em Freixo de Espada à Cinta, com um pequeno número de mortos...

Por um lado, acompanhamos muitas coisas importantes que se passam lá longe, no mundo, e acompanhamo-las também com o seu lado espectacular que lhes é fornecido muitas vezes pela televisão — o que até poderá constituir (dai a minha provocação...) um certo 'entretenimento', porque são coisas importantes que nós acompanhamos mas em alguma medida são exteriores a nós, são distantes. Por outro lado, enquanto isso se passa, ignoramos eventualmente muita coisa importante que se passa mesmo ao nosso lado. Sabemos muito sobre a fome em África, e sentimos, e preocupamo-nos, mas se calhar não sabemos da fome aqui, no bairro da Sé, no Porto... Este é um pouco o reverso da medalha da enorme circulação global de informação, que nos agrada, que nos dá enfim a sensação de sabermos tudo o que se passa em todo o mundo, mas que ao mesmo tempo nos 'distraí' do que também era preciso saber daqui de ao pé da porta — e que passa menos nos grandes (ou nos pequenos...) noticiários. Não tenho certezas quanto a isto, mas pergunto-me se o sabermos tudo de todo o lado não se arrisca também a 'adormecer-nos' um bocadinho, e a depois passarmos à frente, convencidos de que já estamos muito completamente informados. Ora conhecer melhor o que se passa no plano local também contribui para a nossa consciência de cidadãos — e, sobretudo, desafia-nos de uma maneira completamente diversa a fazermos qualquer coisa, a não ficarmos apenas a 'tomar conhecimento'.

A HARMONIOSA FIGURA: INTERPRETAÇÕES GEOGRÁFICAS SOBRE A FORMAÇÃO DE PORTUGAL

JOÃO CARLOS GARCIA

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA — FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A unidade e a diversidade ibéricas parecem, à primeira vista, temas eminentemente geográficos e, só depois, históricos, económicos, etnológicos ou políticos. Trata-se de discutir o espaço: o espaço de cada um e o espaço do "outro"; o espaço de cada comunidade e os espaços das outras comunidades. As leituras são habitualmente feitas a diversas escalas — a peninsular, a nacional, a regional e a local —, partindo do princípio, portugueses e espanhóis, que "a Península" é apenas e sempre "a Ibérica" e que, do ponto de vista geográfico, Portugal e a Espanha são dois países que podem e devem ser confrontados em igualdade de circunstâncias. É aqui que se revela determinante o aspecto das escalas: a Ibérica não é a única península no Mundo Mediterrâneo, nem muito menos na fachada ocidental da Europa; a estrutura da organização interna do espaço nacional em Portugal é completamente distinta da existente em Espanha, por razões naturais, históricas, económicas e sociais.

Assim, os problemas do espaço vivido e da alteridade na percepção dos espaços, por parte dos ibéricos, poderiam constituir bons pontos de partida para análises geográficas. Não é esse o nosso propósito mas, tão só, o de escolhido um assunto específico glosado por historiadores e geógrafos portugueses durante décadas — o da formação de Portugal —, que de modo particular se relaciona com a unidade e a diversidade ibéricas, e que agora, com o fim das fronteiras, parece ter sintomaticamente desinteressado uns e outros, tentarmos uma decomposição do discurso geográfico.

O tema da formação de Portugal esteve presente entre as preocupações dos geógrafos portugueses, mesmo antes desta ciência ser institucionalizada no nosso País, no início do século xx. É certo que a reflexão sempre aconteceu no quadro do privilegiado diálogo com os historiadores mas, também sempre em momentos política e ideologicamente bem marcados.

Foi em torno das polémicas da Geração de 70 que uma nova ideia sobre a construção histórica de Portugal foi elaborada: as raízes românticas eram profundas mas os revolucionários haviam lido muitos autores estrangeiros e muito sobre a ciência em geral e as ciências naturais em particular. O nome que se espera citado é o de Darwin, porque a sua doutrina se tentou passar nas Conferências do Casino com Jaime Batalha Reis, mas as matérias que virão a constituir a Geografia estão igualmente presentes, e Reclus (geógrafo e anarquista) será o autor de referência que circula entre todos os interessados. As novas ideias científicas e as novas opiniões sobre a relação entre o homem e o espaço transmitem-se através dos textos de intervenção de Antero, da ficção de Eça, da história de Oliveira Martins e da proto-Geografia de Bernardino Barros Gomes.

A herança romântica vem de Garrett mas, particularmente, de Herculano, o romancista e o historiador. O peso do seu método e das suas ideias, se foi esmagador por toda a segunda metade do século XIX, sobreviveu a duras críticas e como monumento historiográfico foi recuperado e reaproveitado por alguns autores pouco coniventes com a produção nacionalista do Estado Novo.

Na obra mais geográfica do agrónomo e silvicultor B. Barros Gomes, as *Cartas Elementares de Portugal* (1878) têm um lugar à parte como o primeiro atlas científico português. Nele o autor dedica especial atenção à divisão concelhia do País por a crer como a mais lógica, a mais histórica e a mais orgânica. As grandes divisões geográficas (que no mesmo trabalho estabelece), não são mais do que agrupamentos dessas células do todo nacional. São elas que dão unidade ao território português. Essas imagens cartográficas de um organicismo militante, embora com pouca divulgação e receptividade entre o público a que se destinavam (o do ensino básico), encontraram algum eco entre a elite intelectual.

No quadro da Geografia universitária criada pelo início do século XX, o tema da formação de Portugal é vagamente lembrado. Nos textos do médico Silva Telles e do geólogo Ferraz de Carvalho, os fundadores da disciplina em Lisboa e em Coimbra, procura-se discutir apenas a individualidade do País no conjunto da Península Ibérica do ponto de vista físico, em particular, geomorfológico. Será com a chegada do geógrafo alemão Hermann Lautensach, em meados dos anos 20, que os temas da Geografia cultural e histórica de Portugal continental começam a ter repercussão sobre a pequena e pouco desenvolvida escola portuguesa de Geografia, onde a Universidade de Coimbra, através de Amorim Girão, detém um preponderante papel.

As décadas de 30 e 40 são marcantes no desenvolvimento do tema, face ao contexto histórico que se vive: no exterior, anos economicamente difíceis e o conflito mundial; no interior, a consolidação do Estado Novo, a neutralidade tensa da Guerra, a organização do aparelho colonial. Estes são aspectos que estimulam o debate entre os políticos e os ideólogos do regime, mas também entre os historiadores e os geógrafos.

A individualidade geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica, título de um artigo de H. Lautensach publicado no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, em 1931, discute-se em torno de aspectos naturais mas igualmente dos históricos e dos culturais. A fronteira terrestre luso-espanhola, ou hispano-portuguesa (no dizer dos geógrafos espanhóis) é objecto de aturadas análises quanto ao seu estabelecimento e quanto à sua evolução. A formação de Portugal que, com base em Herculano, sempre terminara no fim da Reconquista, o que quer dizer, no reinado de Afonso III e na conquista final do Algarve, avança até D. Dinis e ao Tratado de Alcañices, de 1297. Em 1940, as comemorações do chamado Duplo Centenário (1140 e 1640), revitalizam a historiografia sobre a época áurea quinhentista dos Descobrimentos marítimos e fazem prolongar essa formação até 1640, tese também defendida entre os geógrafos mais afectos ao regime, como Amorim Girão.

É precisamente o chefe da Escola de Coimbra quem mais debate a formação da unidade nacional como uma das faces da medalha: a Lição de Sapiência que Girão profere a abrir o ano académico da Universidade de Coimbra, em 1935, tem justamente por título: *Condições geográficas e históricas da autonomia política de Portugal*. Mas, a outra face da medalha, particularmente cara ao autor, é a diversidade interna do território português. É a divisão regional que, complementando espaços de características distintas, explica a unidade e a longevidade do País, resistindo ao longo do atribulado quadro político da história da Europa. Amorim Girão é um dos grandes polemistas e um dos grandes obreiros das Províncias de Portugal, institucionalizadas entre os anos 30 e 50. A Nação diversa e una do Estado Novo.

Segundo o autor, a formação geográfica e histórica do País não se encontra desligada deste processo. Às teorias historiográficas oitocentistas das raízes medievais ligadas à Galiza, contrapõem-se agora origens anteriores que se comprovam através da Arqueologia, nas quais o centro do território — a Beira —, pelas suas características naturais, joga o papel de núcleo de resistência e de coesão. A tese de Portugal herdeiro da Lusitânia, recuperada uma vez mais dos clássicos humanistas do século XVI é agora restrita à sua área central.

A partir do início da década de 40, e apesar de minoritárias, ideias novas entram na Escola Portuguesa de Geografia pela mão de Orlando Ribeiro. Ele é para nós hoje o nome maior dessa escola, o que não acontecia então, e o autor a quem atribuímos maior relação com o tema da formação de Portugal. Três referências explicam esse interesse recorrente do geógrafo: Alexandre Herculano, autor eleito desde os tempos de juventude, quando planeava uma carreira de medievista; José Leite de Vasconcellos, sábio etnógrafo, viajante incansável da terra portuguesa e mestre directo e, finalmente, Hermann Lautensach, colega e companheiro de longas campanhas de trabalho de campo.

Se Herculano, como Alberto Sampaio e o arabista David Lopes deixaram marcas definitivas nas interpretações geográficas orlandianas sobre a formação

de Portugal, com Leite de Vasconcellos e com Lautensach foi o tema discutido muitas vezes. A partir deste fundo, confrontado com uma importante bibliografia francófona, foi elaborando desde cedo um corpo teórico que à sua volta e ao longo do tempo aglutinou novas reflexões e novos exemplos. São três, pelo menos, as obras que mais divulgaram as ideias de Orlando Ribeiro sobre a formação de Portugal.

A primeira é a "entrada" do *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, provavelmente a mais conhecida e justamente intitulada "Formação de Portugal" (Lisboa, 1968), e que constitui em grande medida o capítulo de Geografia histórica intitulado "La Tradición Cultural y la Formación del Estado", da obra *Portugal*, editada em castelhano (Barcelona, 1955), e só há alguns anos publicada na língua original (Lisboa, 1989). A segunda é a obra *Introduções Geográficas à História de Portugal* (Lisboa, 1977), que o próprio autor diz ser um *Estudo Crítico* sobre as ideias geográficas de Oliveira Martins, de Jaime Cortesão e de António Sérgio (entre outros), no respeitante à História de Portugal. O terceiro trabalho, *A Formação de Portugal* (Lisboa, 1987), reúne a maior parte dos estudos de Orlando Ribeiro, inéditos e publicados sobre o tema e conhecerá em breve uma nova edição.

No "Preâmbulo" de *A Formação...* faz o autor remontar o seu interesse pelo assunto a 1930, quando em tertúlia intelectual com os amigos, discutiam artigos jornalísticos de Manuel Heleno e as teorias de Bosch Gimpera. Mas será só quase uma década depois, e sendo já leitor de português na Sorbonne, que Orlando Ribeiro tomará posição pública sobre o tema, ao proferir, em Bruxelas, uma conferência intitulada "La Formation du Portugal". Corria o ano de 1939 e na Europa, face aos acontecimentos político-militares que começavam a suceder-se, os geógrafos tomavam também eles posições.

A síntese da Geografia de Portugal terá corpo pelo final da Guerra: *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Coimbra, 1945), a mais conhecida obra do autor, que a longo prazo terá marcante receptividade entre a comunidade científica portuguesa, particularmente no âmbito das Ciências Sociais. Como para muitos outros aspectos geográficos do território, aí deixa sintetizadas as principais ideias sobre a Formação de Portugal e a importância dessa formação na explicação da realidade portuguesa contemporânea.

Como referimos, estas ideias são retomadas em *Portugal* (Barcelona, 1955), a parte dedicada ao nosso País da grande *Geografía de España y Portugal* coordenada por Manuel de Terán. A propósito da fronteira terrestre, diz Orlando Ribeiro: "A fronteira portuguesa, fixada nas linhas gerais quando terminou a Reconquista, é o mais antigo limite político da Europa, perdurando há sete séculos com essa função. Regular no traçado, grosseiramente paralela à linha de costa, desenha com esta um rectângulo alongado no sentido do meridiano, que constitui uma das figuras de Estado mais harmoniosa e mais simples."

Das prolongadas e supostamente eruditas polémicas historiográficas pouco gostava Orlando Ribeiro de aproveitar, eram as minudências que havia que ultra-

passar — “perpassando nulidades” intitula um dos sub-pontos das *Introduções Geográficas à História de Portugal* —, e às tiradas nacionalistas muitas vezes as apelidava de “patacoadas”.

A citação sobre a fronteira parece-nos exemplar da sua busca de rigor científico e de elegância de escrita. É, de facto, a fixação das linhas gerais da fronteira que convém reter para discutirmos a formação do País. As indecisões de tempo (1249 ou 1297) e de espaço (entre cedências ou ganhos territoriais como Riba Còa), são dados que a longo prazo pouco contam, se tudo se define num escasso e conturbado meio século. O importante é reconhecer a fronteira como uma consequência da Reconquista cristã peninsular e a permanência e estabilidade desse limite político entre dois Estados, caso único e assim o mais antigo, num quadro europeu em constante mutação.

A segunda parte do parágrafo é talvez a mais interessante, como comentário à perfeição e ao equilíbrio da configuração territorial de Portugal. O traçado da fronteira terrestre, delimitadora do espaço é “regular” e “paralela” ao litoral, o que “desenha” uma particular figura, um “rectângulo alongado no sentido do meridiano”. As linhas de costa e de fronteira são paralelas entre si e paralelas a uma das linhas de medição da Terra, o meridiano. A perfeição geométrica completa-se com a ortogonalidade das fronteiras norte e sul, formando o rectângulo. A complementaridade geográfica está subjacente: o Norte Atlântico vs. o Sul Mediterrâneo, o Interior vs. o Litoral no quadro de uma clara coerência regionalista. Assim, Portugal como Estado independente, só pode possuir “uma das figuras mais harmoniosas e mais simples”. Esta é a irresistível imagem que ainda hoje perdura.

Orlando Ribeiro criticou severamente as “Introduções Geográficas” às difundidas Histórias de Portugal, redigidas pelos próprios historiadores, mas é um facto que os geógrafos convidados a participarem nas Histórias de Portugal com “Introduções Geográficas” não se têm saído da incumbência da melhor maneira. Perante a passividade da crítica historiográfica (que terá a matéria como não sendo do seu pelouro), os comentários internos sempre aconteceram, desde a polémica entre Amorim Girão e Vasconcellos e Sá, o geógrafo presente na chamada *História de Portugal* de Barcelos (1928), até às mais recentes e volumosas tentativas.

Porém, essa auto-crítica sempre respeitou a aspectos estritamente geográficos, quando, na nossa opinião, raramente o principal erro foi apontado: o da não ligação entre a Geografia e a História no discurso geográfico produzido. Atendendo ao objectivo das obras, essas “Introduções Geográficas” sempre foram estranhamente concebidas como pequenas Geografias de Portugal, dentro de uma tradição que remonta no nosso País ao século XVI. Ao público leitor de História pouco lhe interessará um capítulo de geomorfologia ou de fitogeografia e não será fácil estabelecer relações entre as mais actualizadas estatísticas da indústria ou da pesca com as informações do capítulo seguinte, que trata invariavelmente da Pré-História no futuro território português.

A explicação para estas “incompatibilidades” passa pela diminuta atenção entre nós pela disciplina de Geografia histórica e pelo restrito trabalho conjunto entre geógrafos e historiadores que, salvo raras exceções, é praticamente inexistente em Portugal. Esta realidade, que afecta também a vizinha Espanha revela-se mais grave se recordarmos a divulgação conjunta da Geografia e da História em alguns escalões do ensino. A Formação de Portugal continuará a ser transmitida ou numa versão histórica ou numa versão geográfica e quase sempre esquecendo o seu quadro ibérico, uno e diverso.

Bibliografia

- CARVALHO, A. Ferraz de — “Portugal” in *Geografia Universal*, III, Barcelona, Instituto Galach, 1930, p. 521-592.
- DAVEAU, Suzanne — “História e Geografia”, *Ler História*, Lisboa, 21, 1991, p. 162-169.
- DAVEAU, Suzanne — *Portugal Geográfico*, Lisboa, João Sá da Costa, 1995.
- GIRÃO, A. de Amorim — “Questões geográficas”, *Biblos*, Coimbra, V, 5-6, 1929, p. 304-314.
- GIRÃO, A. de Amorim — *Esboço de uma Carta Regional de Portugal*, Coimbra, 1930.
- GIRÃO, A. de Amorim — “Condições geográficas e históricas da autonomia política de Portugal”, *Biblos*, Coimbra, XI, 1935, p. 472-494.
- GIRÃO, A. de Amorim — *Atlas de Portugal*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, 1941.
- GIRÃO, A. de Amorim — *Geografia de Portugal*, Porto, Portu-calense Editora, 1941.
- GOMES, B. Barros — *Cartas Elementares de Portugal*, Lisboa, Lallemand Frères, 1878.
- LAUTENSACH, Hermann — “A individualidade de Portugal no conjunto da Península Ibérica”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 49.^a série, 11-12, 1931, p. 362-469.
- LAUTENSACH, Hermann — *Portugal. Auf Grund eigener Reisen und der Literatur*, 2 vol., Gotha, 1932 e 1937.
- MATOS, Sérgio Campos — *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998.
- MATTOSO, José — *A Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vol., Lisboa, Estampa, 1985.
- MATTOSO, José — *Formação da Nacionalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985.

- MATTOSO, José — *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- MATTOSO, J.; DAVEAU, S. — *O Sabor da Terra*, 13 vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.
- RIBEIRO, Orlando — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.
- RIBEIRO, Orlando — "Portugal" in *Geografía de España y Portugal* (dir. M. de Terán), V, Barcelona, Montaner y Simón, 1955.
- RIBEIRO, Orlando — "Formação de Portugal" in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968.
- RIBEIRO, Orlando — *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977.
- RIBEIRO, Orlando — *A Formação de Portugal*, Lisboa, ICALP, 1987.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. — *Geografía de Portugal. III — O Povo Português*, Lisboa, João Sá da Costa, 1989, p. 645-676.
- RIBEIRO, O.; DAVEAU, S.; ALEGRIA, M. F.; GARCIA, J. C. — "Les recherches de Géographie Historique au Portugal" in *Géographie Historique et Culturelle de l'Europe — Hommage au Professeur Xavier de Planhol* (coord. Jean-Robert Pitte), Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1995, p. 329-351.
- SÁ, M. de Vasconcellos e — "Condições geográficas" in *História de Portugal*, I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, p. 17-76.
- TELLES, A. Silva — "Introdução geográfica" in *Notas sobre Portugal*, I, Lisboa, 1908, p. 1-55.
- TELLES, A. Silva — "Portugal. Aspectos geográficos e climáticos" in *Exposição Portuguesa em Sevilha*, Lisboa, 1929.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

MARIA JOSÉ FERRO TAVARES
UNIVERSIDADE ABERTA

Num momento histórico em que se discute ou aventa a hipótese de uma Europa federalista ou confederalista, fará sentido falar de identidade nacional? Fará sentido abordarmos o conceito de identidade, quando um dos mais antigos símbolos dessa identidade, assimilado também a uma soberania autonómica, está em vias de desaparecer com a entrada do euro, moeda que, a partir de 1 de Janeiro 2002, irá identificar uma nova identidade, a da cidadania europeia?

Creio que nunca será inútil relemburar a consciência nacionalista que cada povo tem de si próprio, tanto mais que o próprio Tratado de Maastricht, ratificado em Amesterdão, no seu artigo 128, menciona com destaque a salvaguarda das identidades nacionais dos Estados, que constituem a União Europeia, ao afirmar "o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum".

Todos sabemos que nem todas essas nações nos chegaram, hoje, com uma autonomia política que lhes permita serem definidas como estados soberanos. Temos vários exemplos: os bávaros, os flamengos, os valões, os catalães, os galegos, ou se quisermos ultrapassar a Comunidade Europeia, poderíamos acrescentar os curdos, os arménios, etc.

No entanto, a história e a sociedade mundial reconhecem-lhes uma identidade, definida pela língua, pelo território de origem, pela tradição, pela memória histórica, onde, por vezes, está inerente a pertença a uma religião. Poderíamos acrescentar ainda, que, em alguns desses povos ou nações, a afirmação se fez também por meio da cunhagem monetária e da existência de uma bandeira e posteriormente de um hino, o sucedâneo do "grito" ou aclamação.

Mas regressemos ao tema da "Identidade nacional" que me foi proposto e a que acrescentei "construção da identidade nacional". E passo a explicar porquê. A identidade de um povo não é estática, é dinâmica, numa construção, desconstrução e reconstrução permanente. De facto, a consciência que nós, hoje, temos é diferente da dos portugueses de Setecentos, dos de Quinhentos, Trezentos ou Duzentos. Mas apesar dessa consciência ser dinâmica, ela remete-nos sempre para um paradigma imutável que nos leva a um território, a uma língua e a uma história, história essa que consubstancia a memória de um povo. A estes poderíamos acrescentar outros signos, que integraram esse paradigma, mas que na dinâmica evolutiva da consciência nacional se afastaram dela, respondendo à mutação própria do devir da História e das ideologias a ela inerentes, como a religião, a bandeira, o armorial ou a moeda.

O "ser português" foi gerado numa realidade territorial, a Península Ibérica, em conflitualidade com dois mundos: Leão e Castela e o Islão. Do núcleo embrionário, entre o Minho e o Mondego, limites do condado Portucalense, partiu a ofensiva para a conquista de um território que terminaria, a sul, no Oceano. A luta contra o infiel permitia a reconquista de um território, natural prolongamento do condado tornado reino, e que outrora identificara, em parte, a Lusitânia romana. Daí talvez a conquista de Olivença e a tentativa abortada de tomar Badajoz, por parte de Afonso Henriques.

Com Leão e Castela, a ofensiva assumiu contornos bélicos, em prol de uma autonomia e de uma soberania, perante Afonso VII, e conflitos diplomáticos contra o domínio eclesiástico de Santiago de Compostela e de Toledo sobre as dioceses e arquidioceses nacionais.

Mas vejamos, como nos denominámos e nos associámos a um espaço. Na carta que o cardeal Guido de Vigo levou ao papa, em 1143, D. Afonso Henriques intitulava-se *rex Portugalensis*, ou seja, utilizava o mesmo toponímico que o bispo do Porto, *Petrus Portugalensis episcopus*. Em 1147, *Portugalensis* surgia substituído por *Portugalensium rex*, ou seja, dos Portugueses (1). Anterior à assumpção do território, surgia a afirmação de um povo, que remontava a origem do seu nome a *Portucale*, na foz do Douro.

O nome de *Portugal* aparecia como emblema, qual grito face a Leão e ao Islão, nos selos rodados de D. Afonso Henriques, cantonando a cruz do recente território cristão. Portugal alternava com *Portucale*, *Portugalis* e *Portugalensis*, nos selos do primeiro soberano (2). Alexandre III dirigia-se, na bula *Manifestis probatum*, a D. Afonso Henriques como *Portugalensium rex* e ao reino como *Portugalense* (3). Apenas na confirmação desta bula a D. Afonso II por Honório III, em 1218, em que aquele é mencionado como rei dos Portugueses, nos surge o reino referido a *Portugalie* (4) e *Portugalia*, em carta do mesmo papa dirigida aos bispos de Lisboa e de Évora (5).

A consciência de uma individualidade colectiva, de pertença a uma nação, seria uma construção progressiva, afirmada por uma territorialidade definida em

finais do século XIII, em Alcanices, e por uma língua, o português, dissociado do galaico. D. Dinis foi o seu obreiro, alicerçando uma política voltada para o Oceano e para uma Europa onde se privilegiava o mar como estrada. João Zorro cantava-o assim, numa cantiga de amigo: *El-rei de Portugale / barcas mandou lavrare / e lá irá nas barcas migo, / mia filha, o voss'amigo. / El-rei portuguese / barcas mandou fazere, / e lá irá nas barcas migo, / mia filha, o voss'amigo (...)*(6).

Ele foi o iniciador dessa viragem, continuada por Afonso IV, o rei que primeiro atingiria as Canárias e seguida pelos monarcas de Quatrocentos. O mar era o horizonte visual, intrínseco aos homens e às mulheres portuguesas, que remanesce da literatura de Trezentos, nomeadamente nas cantigas de amigo, e se prolongaria como tema de poemas e prosa, até hoje. O tal "mar cruel" de Pessoa, gerador de monstros e mostrengos, que os Portugueses foram destruindo e vencendo na sua gesta marítima.

Consciência de ser português que se alimentaria na rejeição à dominação castelhana, em finais de Trezentos, e, mais tarde, de Seiscentos, ou à opressão inglesa, expressa no Ultimato, em Oitocentos.

Esta consciência de pertença a um colectivo comum, que remontava a antepassados e a um território, faria Fernão Lopes escrever, na *Crónica de D. João I*: "Nós não somos nados a nós mesmos, porque uma parte de nós tem a terra e outra os parentes". Assim que a terra em que os homens por longo costume e tempo foram criados, gera uma tal conformidade entre o seu entendimento e ela... "Noutra parte, o cronista assumia um relacionamento físico terra/homens, qual matriciado ou cordão umbilical que unia os portugueses à terra-mãe, gerando laços de irmandade entre uns e outros: "ca eu não os hei por meus irmãos em esta parte, pois que vêm para destruir a terra que os gerou..." "Destrinça que se afirmava entre os "Portugueses direitos" ou os "bons, naturais e leais portugueses", contra os que profanaram esse sacro telúrico, invadindo-o contra natura (7).

O Humanismo e o Renascimento utilizariam a palavra pátria. Assim, João de Barros, na *Década II*, referia a "lealdade ao rei e à pátria", e na *Década I*, no prólogo, qual mátria, o território era definido como o berço (8). Camões cantava os feitos dos *Lusíadas*, mencionando o "amor dos pátrios feitos valerosos" ou o "amor da pátria não movido/De prémio vil, mas alto e quase eterno". André Rodrigues Eborense identificava um apego físico a esse território, ao escrever "pois o homem, apesar de ser dotado de razão, apega-se/aos calores e frios da pátria onde nasceu" (9) e Estêvão Rodrigues de Castro chorava "Os ossos dos antepassados, que deixo em penhor de meu amor; / conservai-os; /os meus ossos, levá-los-ei para comigo morrerem em uma pátria./Acaso posso levá-los para uma pátria, eu, que deixo os pátrios lares?"(10).

A relação homem/pátria era assumida como um amor humano, quase físico, doloroso no seu relacionamento, entre a antítese da alegria e da tristeza/saudade, definido pelos sentidos, olhar, tacto (o abraço), audição (fala, voz, o som do mar, das águas cristalinas), o olfacto (o perfume do mar, das flores), etc.

Mas o Renascimento, com a sua apetência pelo passado greco-romano, associaria também Portugal à Lusitânia e os Portugueses aos Lusos ou aos Lusíadas, na designação de Camões, ou de uma forma mais vernácula *"Nação Portuguesa"*, identificando "nação", o povo, em João de Barros. De frente para o Atlântico, Portugal opunha-se ao "sertão" castelhano, no dizer do autor das *Décadas* (11).

A terra/berço, a terra/pátria identificava um povo e uma língua, que, como já referimos, D. Dinis autonomizara do galego, impondo-a na escrita obrigatória da sua chancelaria e que, mais tarde, nos finais do século XIV, D. João I alargaria às minorias judaica e muçulmana, obrigando-as ao seu uso escrito. O português tornava-se, assim, oficialmente a língua veicular, falada e escrita por todos os naturais do reino.

A língua, assumia-se como signo da nacionalidade e, como tal, seria exaltada pelos homens de Quinhentos. Camões cantá-la-ia: *E na língua, na qual quando imagina, /Com pouca corrupção crê que é a Latina*". Fernão de Oliveira, na sua gramática, identificava a língua com a construção do império: *"Apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que sempre a possamos ensinar a muitas outras. E, ao contrário, vemos em África, Guiné, Brasil e Índia não amarem muito os portugueses que entre eles nascem só pela diferença da língua e os delá nascidos querem bem aos seus portugueses e chamam-lhes seus porque falam assim como eles"* (12).

Samuel Usque, nas *Consolações*, justificava o uso do português, *"porque sendo o meu principal intento falar com Portugueses e representando a memória deste nosso desterro buscar-lhe por muitos meios e longo rodeio, algum alívio aos trabalhos que nelle passamos, desconveniente era fugir da língua que mamei e buscar outra emprestada para falar aos meus naturais"* (13).

A língua aparece, assim, associada à terra do nascimento, à família, ao leite materno, tornando-se o elemento primordial da comunicação entre naturais de um território ou de um império, e igualmente identificadora de um grupo ou de um corpo social.

Hoje, a Língua portuguesa está eivada de importações linguísticas de origem diversa. Às influências latinas, gregas, godas, hebraicas, árabes associaram-se, ao longo dos tempos, os neologismos de origem europeia, ou o português do crioulo ou do brasileiro. Por outro lado, a presença da língua portuguesa e da sua influência estende-se, hoje, da África à Ásia, onde foi conhecida como língua franca, no Índico, até à América. Mais uma vez, a língua se identifica com o império, melhor dizendo com a memória desse império, bem expressa na lusofonia.

Mas, anteriores a essa identidade linguística, outros símbolos se afirmaram. Assim, essa soberania autonómica que Afonso Henriques procurava afirmar perante Afonso VII e junto das outras cortes, incluindo a papal, iria explicar também o exercício de um direito que, na Península Ibérica, pertencia aos reis:

o direito de cunhar moeda. O dinheiro de bolhão, a primeira espécie lavrada, tinha a finalidade de afirmar Afonso, rei dos Portugueses, junto dos demais povos cristãos da Península, nomeadamente, entre os leoneses e galegos, contra os quais ele se procurava autonomizar, diferenciando-se como nação. Logo, nessas primeiras espécies, nos deparamos com uma simbologia, tão antiga quanto a nossa história e a nossa independência: a cruz equilateral ou a cruz do calvário. A mesma que igualmente aparecia nos selos rodados.

Não conhecemos, na numária do primeiro soberano, a utilização do escudo ou dos escudetes, como símbolos do armorial régio, embora este pudesse ter usado, logo no início, os escudetes em cruz, carregados de múltiplos besantes, a crermos no desenho que Faria e Sousa nos legou, a partir do escudo que existiria em Santa Cruz de Coimbra (14).

Pelo contrário, os cinco escudos em amêndoa, carregados de 4 besantes em cruz, aparecem-nos nas espécies áureas de D. Sancho I, cantonados por 4 estrelas, que, conjugados com a figura do rei guerreiro, podem querer significar a vitória sobre o Islão, representado na estrela de seis pontas. Nos dinheiros de bolhão, a tipologia variava, quanto ao que viria a ser definido por armorial régio: do escudo em amêndoa, carregado por 5 besantes em cruz, aos 4 e 5 escudetes cegos. Os selos deste rei confirmam a fixação numa cruz formada por 5 escudetes, carregados de inúmeros besantes, ou cegos.

Enquanto nas espécies áureas dos seus sucessores, a tipologia se manteria, tal não sucederia com a moeda de bolhão, onde predominava a variedade, quanto à representação das armas reais: do escudo único, com besantes em número e posições variadas aos 4 e cinco escudetes sem ou com um único ou vários besantes.

Podemos, no entanto, afirmar que a sua fixação — cinco escudetes em cruz, carregados de cinco besantes também em cruz, agora de Sto. André — seria feita no tempo de D. Dinis, o mesmo soberano que fixou a fronteira, em 1297, com o tratado de Alcanices e impôs o português como língua oficial. É, de facto, com este soberano que a identidade nacional e a afirmação de Portugal, como um reino com peso político dentro da Península Ibérica, se constrói e alicerça. Daí a ostentação assumida das armas de Portugal nos selos rodados, onde o armorial régio aparece nas duas faces, em posição de destaque.

Os escudetes em cruz constituíram a base do armorial dos reis de Portugal, independentemente da junção dos castelos com D. Afonso III, da cruz de Avis, ou do escudo, coroado ou não, com os cinco escudetes em cruz.

D. João II mexeria na posição dos dois escudetes laterais e, assim, o armorial nacional ficaria definitivamente estabelecido, até à República, momento em que agregaria a esfera armilar, tal como o vemos representado na bandeira nacional. No entanto, nas moedas, as armas portuguesas, integradas ou não no escudo, mantêm-se praticamente desde os primórdios.

A construção da memória deste armorial foi feita a partir de uma vontade política, alimentada com as vitórias contra Leão e Castela e, sobretudo, contra o Islão. Vontade política que, desde o início, ver-se-ia reforçada pela paulatina construção de uma ideologia autonómica de Portugal, frente a Leão e Castela, que o tratado de Zamora reconheceu, e na guerra contra o infiel. Assim a encontramos esboçada em Alexandre III, na bula *Manifestum probatum*, que reconheceu o mérito da independência de Portugal com base na força das vitórias alcançadas contra o Islão. Ideologia que definiria a nobreza como o braço armado do rei na expansão da cristandade, ao longo dos séculos xiv e xv.

O imaginário gerado à volta deste armorial seria traduzido em pensamento escrito e ideologia nacional no século xv, aparecendo associado à memória de Ourique, como o comprovam o *De ministerio armorum*, de 1414, as Crónicas de 1416 e 1419 e o discurso de Vasco Fernandes de Lucena, em 1485, portanto contemporâneo da alteração do escudo nacional (15).

Não possuímos documentação que nos permita associar o armorial das quinas, gravado nas primeiras moedas, com o pós-vitória de Ourique, como também ele não nos surge nos selos rodados do primeiro rei. Pelo contrário ele parece ser uma construção de Sancho I. Os escudos são acompanhados, no seu simbolismo, pela figura do rei-cavaleiro a combater, pois empunha a espada no braço erguido, tal e qual como nos morabitanos de ouro ou nos selos de Afonso III e sucessores. Estamos, pois, perante uma heráldica real que reflecte a ideologia do rei guerreiro, em luta contra o inimigo em prol dos Portugueses e do seu território, seja aquele o infiel ou o rei leonês e castelhano.

É na luta, contra Castela, após Aljubarrota, que se construiria a ideologia de um Portugal que se assumia independente frente a este reino, pela vontade do povo e pela vontade de Deus, interiorizada pela nação, tal como Camões cantava

“Já lhe foi (bem o vistes) concedido,
 C’um poder tão singelo e tão pequeno,
 Tomar ao Mouro forte e guarnecido
 Toda a terra que rega o Tejo ameno.
 Pois contra o Castelhana tão temido
 Sempre alcançou favor do Céu sereno.” (I, 25)

E acrescentava, dirigindo-se a D. Sebastião

“Vós, tenro e novo ramo florescente
 De uma árvore, de Cristo mais amada
 Que nenhuma nascida no Ocidente,
 Cesárea ou Cristianíssima chamada

(Vede-o no vosso escudo, que presente
Vos mostra vitória já passada,
Na qual vos deu por armas e deixou
As que Ele para si na Cruz tomou) (I, 7)

Camões cantava a ideologia, veiculada pela dinastia de Avis que nos remete para um reino e para a sua independência, construídos pela vontade de Deus.

De facto, seria na rejeição animica à dominação castelhana e na opção por um príncipe português, fosse ele o filho mais velho de Inês de Castro ou o Mestre de Avis, ou o duque de Bragança, que se construiu a nação. Todos eles e o povo que os seguiu souberam escrever o *evangelho português*, eivado de milenarismo, da ideia de uma *nova idade*, uma idade de ouro, identificada com o novo rei da nova dinastia.

Talvez devamos remontar a esta esperança quiliástica o pendor da *alma portuguesa* para a esperança messiânica do que se convencionou chamar *mito sebástico*, tão intimamente associada à *saudade* de um paraíso perdido. D. João I e a quinta idade, Bandarra e as suas *Trovas*, que consubstanciam os tempos messiânicos dos reinados de D. Manuel, D. João III ou de seu filho, o malgrado príncipe D. João, Camões que identifica o 5.º Império com o império português, — *Deveis ter sabido claramente / Como é dos Fados grandes certo intento / que por ela se esqueçam os humanos / De Assírios, Persas, Gregos e Romanos...* —, ou o padre António Vieira e a sua crença no 5.º Império, associado a D. João IV, a D. Afonso VI ou ao infante D. Pedro, ou, mais recentemente Pessoa, são fragmentos de uma mensagem, iniciada com Afonso Henriques e periodicamente reafirmada e alicerçada numa consciencialização da diferença de um povo, uma nação, perante os outros povos.

A madrugada irreal do Quinto Império, como cantava Pessoa no soneto a Vieira, tornava-se um mito em perpétua construção e desconstrução e assimilava-se idiossincraticamente à natureza dos Portugueses, misto de saudade e de fado, em busca perpétua de um regresso às origens, focalizado numa idade de ouro perdida, e a ser realizada, de novo, algures num tempo futuro.

Natureza de um povo que o remete a uma naturalidade, definida por um território, mais do que por uma religião. Por isso, judeus e mouros e outros povos que a História foi agregando, se afirmaram naturais de Portugal. E ainda hoje, a naturalidade define a pertença de um indivíduo ao território e à nação. Nação que, ao longo dos tempos, se foi caracterizando pela diversidade: diversidade das regiões, marcadas por tradições e origens ancestrais várias que perduraram nas suas características dialectais, de que é exemplo o mirandês, ou nas suas festas populares tradicionais, como a procissão do Espírito Santo, nos Açores, a festa dos Tabuleiros, em Tomar, ou a tourada de Barrancos, na festa de Nossa Senhora da Conceição; diversidade de etnias e religiões que, à condescendente tolerância da

medievalidade, acrescenta, hoje, o respeito pelas diferenças religiosa, linguística e cultural coexistentes e em diálogo com a maioria.

Diversidade que identificou secularmente a miscigenação intrínseca ao “ser português”, simbiose de iberos, celtas, latinos, judeus, árabes, berberes, negros, indianos, chineses, etc, realidade histórica que verifica e confirma a inexistência de culturas ou de raças “puras”, que as nações e a sua identidade se construíram e se constroem na diversidade e na multiculturalidade.

É esta consciência da unidade e da multiplicidade dos seres humanos e das nações, que deverá presidir, hoje, à formação de uma outra identidade, a da cidadania europeia. Esta só se poderá e deverá construir, no respeito pela diversidade cultural e linguística das várias regiões e/ou nacionalidades dos Estados que integram ou vierem a integrar a Comunidade Europeia, tal como Maastricht e Amesterdão reconheceram, sem subserviências de uns ou arrogâncias de outros, pois a Europa foi e é geográfica, linguística e culturalmente diversa e integra, nessas diversidades microcósmicas, o resultado de cruzamentos múltiplos de povos e de culturas. A Europa foi e é intrinsecamente diferente e multicultural.

Torna-se necessário e é desejável que, na construção da nova identidade europeia, as identidades nacionais sobrevivam, pois elas serão a voz da Europa reconstruída e renovada, no devir da História. É urgente que os políticos não se esqueçam, como actores visíveis dessa História, que, para construir não é necessário destruir, que a humanidade está cansada de tantos genocídios humanos, culturais e ambientais, que é necessário construir um novo mundo para o próximo milénio, a tal “aldeia global”, — tão virtual que ninguém e todos a conhecem —, una e múltipla, diversa e multicultural, mais justa, fraterna e plural.

Notas

(1) *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1960, tº I, pp. 1 e 3.

(2) Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases...*, Livraria Civilização, Porto, vol. II, pp. 147-151; José Mattoso, *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, ed. Circulo de Leitores, II, p. 13

(3) *Monumenta Henricina*, tº I, 18.

(4) *Ibidem*, tº I, p. 51.

(5) *Ibidem*, tº I, pp. 52 e 63.

(6) *Cantigas de amigo dos trovadores Galego Portugueses*, ed. José Joaquim Nunes, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, 1973, vol. II, p. 350.

(7) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I de boa memória*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, vol. I

- (8) João de Barros, *Décadas*, ed. São Carlos, vol. I, p. 10.
- (9) Carlos Ascenso André, *Mal de ausência. O canto do exílio na lírica do humanismo português*, ed. Minerva, Coimbra, 1992, p. 261.
- (10) *Ibidem*, p. 157.
- (11) João de Barros, *Década Primeira*,
- (12) Cit. in *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, Círculo de Leitores, vol. III, p. 358.
- (13) Samuel Usque, *Consolação às tribulações de Israel*, Fundação Calouste Guibenkian, vol. II, Prólogo.
- (14) *Monumenta Henricina*, vol. I, p. 63.
- (15) Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, INIC, 1987.

HUMBERTO BAQUERO MORENO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Em que medida é que as populações medievais sediadas ao longo da fronteira faziam ouvir a sua voz junto das instâncias do poder? Com que frequência, intensidade e expressão? Eis uma das muitas questões que se podem colocar em relação à presença dos concelhos medievais nos parlamentos. Outros temas prendem-se com a periferia e o sentimento de afastamento e até a consciência duma acentuada marginalização. Seria a fronteira um todo homogéneo ou antes existiriam segmentos de fronteira com as suas peculiaridades? Apenas com o recurso aturado à análise das situações é que poderemos visualizar os problemas na sua casuística. Nalguns casos são comuns, noutros variam consoante as realidades locais.

Percorramos a fronteira de norte a sul e detenhamo-nos em determinadas particularidades. Começemos pelo Minho. Ao estudarmos a linha fronteiriça galaico-minhota tivemos ensejo de verificar uma relação entre as duas comunidades que se pautava por uma cordialidade que se sobrepunha aos diferendos e aos conflitos. Pelo seu carácter paradigmático nunca será demais lembrar as palavras de um procurador de Vila Nova de Cerveira, o qual, nas cortes de Lisboa de 1459, se dirigiu a D. Afonso V nestes termos: — «Senhor vossa alteza [saberá] que antre os moradores desta villa e termo com os galegos ha o rrio em meyoos conuersamos huus com outros»¹.

Na vila piscatória de Caminha, na desembocadura do Minho, a vida não era fácil. Com vista a fixar homens do mar, o rei D. João I fundou nesse lugar, em 4 de Junho de 1406, um couto de homiziados. Documentos posteriores provam que os objectivos pretendidos não foram conseguidos. A população continuou a ser diminuta pelo que o lugar foi aberto a outros homens cuja faina não era a pesca².

O confronto económico com a Galiza causava apreensões aos seus homens bons. A título demonstrativo atente-se na petição de Vasco Fernandes, apresentada nas cortes de Lisboa de 1439, reunidas em Dezembro. No seu dizer «esta villa uai a grande proueza e mímica e desfalecimento polla dizima que foy posta dos pescadores». Alegava que lhe fosse concedida isenção tanto mais que «esta villa esta em este extremo de Galiza e tem vizinhos a villa da Guarda e de Bayona, em que nom ha taaes dizimas nem emposições». Consciente o infante D. Pedro da razoabilidade da petição, retirava em nome do rei a aplicação desse imposto aos seus moradores, aos que aí viessem morar que não residissem no litoral e ainda aos oriundos «de fora dos rregnos»³.

Algumas situações insólitas aconteciam em matéria de delitos. Um caso flagrante decorre em Ameixedo, no termo de Bragança. Em conformidade com o testemunho de João Rodrigues, declarava que quando tinha dezoito anos seu pai fora preso pelo juiz brigantino Egas Gonçalves, acusado de «çertos excessos». Inconformado com a prisão o detido pediu ao filho para que fosse a Castela «chamar çertos parentes e amigos que lla tijnha» para que o viessem libertar. Ao chegarem à cadeia esses homens encontraram o pai de João Rodrigues e mais quatro presos que «estauom folgando do soll e os tomarom assi presos como estauam e os leuarom ao moesteiro de Ssam Francisco hondesse todos soltarom e sse fora cada huu para ssua parte». Na alegação de João Rodrigues tanto seu pai como outros dois companheiros já se encontravam livres de qualquer acusação e haviam sido perdoados pelas partes. Paga a multa de mil reais brancos para a Arca da Piedade, o perdão real foi-lhe concedido em 26 de Maio de 1455⁴.

Como lugar de fronteira em que situação se encontrava Bragança em termos populacionais? Nas cortes de Lisboa de 1439 referia-se que tendo noutros tempos de 150 a 200 vizinhos não passava agora de 25 moradores. Os procuradores do concelho requeriam ao infante D. Pedro para que a vila passasse a ser um couto de homiziados, pretensão que foi satisfeita. Assim passou a ser um couto para cinquenta homiziados com privilégios idênticos aos do couto de Miranda do Douro. Já elevada a cidade, por D. Afonso V, em 13 de Julho de 1454, subiu este número para duzentos, invocando razões de defesa em termos estratégicos, dado localizar-se «na fronteira antre Portugall e Castella»⁵.

Muitas localidades fronteiriças viviam no temor dos ataques de além-fronteiras e ainda de serem «oferecidas» pela coroa a algum poderoso. É dentro desta lógica que os procuradores de Castelo Rodrigo às cortes de Lisboa de 1459, Gil Fernandes e Fernando Anes, requeriam ao permissivo D. Afonso V que respeitasse o privilégio concedido pelo rei D. Dinis para que a vila não fosse dada a nenhum fidalgo e apenas pertencesse à «coroa reall». Quem ousasse ir contra esta concessão teria a maldição, o que por certo impressionava o espírito sensível do monarca⁶.

O mesmo temor era revelado por a vila de Pinhel e outras localidades da raia ao sentirem a pressão dos poderosos. Nas referidas cortes de 1459 defendiam os

seus direitos a ser realenga através dos procuradores Alvaro Gonçalves e Alvaro Rodrigues. Mas lembravam a D. Afonso V que alguns fidalgos a pretendiam, o qual por sua vez dizia ser sua intenção manter-lhe o seu estatuto⁷.

Intranquilos os pinhelenses, através da voz do seu procurador Duarte Gonçalves, lembravam ao monarca que vários fidalgos requeriam a vila e dum modo particular a desejava D. João de Noronha. Desta vez a petição era feita nas cortes de Évora de 1473, tendo como resposta afirmado D. Afonso V que a vila não seria dada a ninguém, excepto a seu filho o príncipe herdeiro D. João⁸.

Tamanha pedra de escândalo foi quando o rei, esquecendo todas as promessas anteriormente feitas ofereceu em Toro, em 22 de Maio de 1476, a vila de Pinhel, ao marechal D. Fernando Coutinho, com plena jurisdição civil e criminal. Não sabemos qual teria sido a reacção imediata da população, mas os graves acontecimentos ocorridos em 1480, em que o fidalgo pôs tudo a ferro e fogo face à revolta popular, o que deu origem à sentença régia de 21 de Julho de 1481 contra o donatário, são prova da má política de D. Afonso V. O levantamento de Pinhel constitui a mais séria ocorrência revolucionária verificada em todo o século xv, que apenas tem paralelo em termos urbanos no ataque à Judaria de Lisboa ocorrido em Dezembro de 1449⁹.

Pinhel foi de facto uma localidade martirizada. São inúmeras as queixas apresentadas em cortes. Em termos demográficos qual era a sua população? Um precioso documento consistente numa petição apresentada nas cortes de Torres Vedras de 1441, revela-nos que em tempos passados a concelho chegou a ter entre 1500 a 2000 homens, mas que nesta altura devido às guerras e às pestes, a população masculina cifrava-se apenas em 700 almas, pelo que pediam, sem sucesso, que o número de besteiros do conto cifrado em 30 homens fosse reduzido¹⁰.

Rodeados de poderosos fidalgos os de Pinhel reclamavam contra os mesmos nas mencionadas cortes. Uma das queixas era dirigida contra o prepotente Gonçalo Vasques Coutinho e seu filho Vasco Fernandes Coutinho, que os ameaçavam a cada passo. Tendo o primeiro recebido a aldeia de Ervilhão, no termo do concelho, na qual residiam entre 15 a 20 homens, os mesmos opunham-se a que fosse vizinho, o que originou uma contenda entre as partes. A sentença régia dava razão aos aldeãos. Ferido com o veredicto, Gonçalo Vasques Coutinho começou a persegui-los ficando aos poucos a aldeia despovoada. A sua maldade era de tal ordem que transformou essa aldeia numa coutada onde eram lançadas vacas e éguas. Se algum morador de Pinhel fosse lá encontrado pagaria uma multa de 6.000 soldos. Com o aumento dessa fauna acontecia que os animais saiam dessa terra e acabavam por invadir as terras dos moradores de Pinhel, os quais sofriam fortes prejuízos em áreas de pão e de frutas. Os pinhelenses reclamavam indemnizações pelos estragos provocados e tentavam sensibilizar o infante D. Pedro para conseguirem «seruidam e logramento da dita aldeia como antigamente ouueram». O regente, em nome do rei, prometia que iria enviar um corregedor para se inteirar

se o acusado possuía licença de D. João I e de D. Duarte para que a aldeia fosse coutada¹¹.

Foros de gravidade assumia o comportamento do bando capitaneado por Nuno de Melo, filho de Pero Lourenço Ferreira, antigo alcaide do castelo de Pinhel. Fazia-se acompanhar de um grupo constituído por Gonçalo Meirinho, Diogo Martins, Afonso Esteves, João Fernandes, João Esteves, Martim Vaz, Afonso Lourenço, Fernando Frade, Gonçalo Frade, Afonso Frade, João Afonso, oleiro, e Luís Martins, moradores em Pinhel, e ainda Pero Pintalhão, Afonso Nicolau, Pero Afonso, João Fernandes, Afonso Eanes, Pero Morgado e João Martim do Bugalhal, residentes no termo da vila. Ao todo o bando era constituído por dezanove homens, além do cabecilha Nuno de Melo, que se fazia de igual modo acompanhar por seus irmãos. Actuavam solidariamente a «chamado» desse fidalgo. Ao pretender o corregedor Rui Dias do Pão prender no castelo da vila ao chefe do grupo, este e os seus comparsas resistiram à autoridade judicial. Pouco depois o corregedor acompanhado de seus homens dirigiu-se para o Baraçal com o propósito de os prender, mas eles conseguiram fugir. Entretanto o corregedor acabou por ser preso, ao que parece, às ordens de Nuno de Melo. Andando a monte com o bando manifestaram arrependimento ao declararem não haver participado no desacato ao corregedor, do mesmo modo que se lamentavam que ao se encontrarem desterrados, as suas fazendas se encontravam abandonadas e as suas mulheres e filhos passavam por imensas privações. O rei deu-lhes o seu perdão em 16 de Maio de 1455¹².

O problema não ficava encerrado no seu todo. Sucedia que o tabelião da vila de Pinhel, João Eanes, declarou que Filipe Eanes, ouvidor da Casa do Cível de Lisboa fora enviado a essa vila, por ordem do rei, para averiguar os factos. A missão do ouvidor relacionava-se com as «rreuoltas» cometidas pelos filhos de Pero Lourenço Ferreira, estando em sua opinião implicado o tabelião por ter aconselhado Nuno de Melo a fugir, quando o corregedor Rui Dias de Pão tinha intenção de o prender. A possível conivência do fidalgo com o tabelião deu origem a que ambos se preparassem para assassinar o corregedor. Ausente do castelo, Nuno de Melo, decorrida uma semana, preparou a resistência nesse baluarte com seus irmãos Martim de Melo e Diogo Ferreira. Para dirimir a contenda foram chamadas pelo corregedor gentes das aldeias. Entretanto João Eanes, não elaborou os alvarás destinados a convocar pessoas, porque obedecia ao mandado do corregedor para ir a Torvões, que distava dez léguas de Pinhel, com a incumbência de prender o tabelião Afonso Pires, acusado de irregularidades, o que depois não mereceu a aprovação do ouvidor Filipe Anes, o qual viria a privá-lo do seu ofício. Ausente, entretanto, o corregedor que partira para a corte levando consigo João da Costa detido, o cargo de tabelião foi dado a Martim Anes, ficando João Anes encarcerado às ordens do ouvidor durante quatro meses. À prisão seguiu-se o degredo para o Sabugal pelo espaço de dois anos, que não viria a cumprir. A amnistia foi-lhe entretanto concedida por carta régia de 1 de Julho de 1453. Naturalmente que todo

este imbróglio, com nuances nem sempre nitidas, era o reflexo das assuadas que se arrastaram durante algum tempo em Pinhel e no seu termo¹³.

As dificuldades que sentiam os procuradores de Pinhel para fazer ouvir as suas vozes nos parlamentos eram inúmeras. A lonjura e o tempo utilizado não se compadeciam com gastos aligeirados. Assim, segundo o testemunho dos procuradores Alvaro Gonçalves e Alvaro Rodrigues, às cortes de 1459, as ajudas de custo de 500 reais brancos, concedidas a cada um deles, partiam da presunção que os assuntos que levavam à reunião seriam despachados em dois ou três dias. Face à insuficiência da verba despendida requeriam ao rei que mandasse ao corregedor que fossem abrangidos pela «ordenança» de Trancoso, por lhes ser mais adequada. Com algum orgulho proclamavam que apesar do aperto financeiro em que viviam haviam conseguido cumprir a sua missão recorrendo ao seu dinheiro, próprio ou emprestado¹⁴.

Preocupações de diversa natureza afectavam os pinhelenses, o que se traduziu numa série de reivindicações apresentadas nessas cortes. Uma delas tinha a ver com o acentuado grau de pobreza em que viviam. Argumentavam os mencionados procuradores no sentido de serem os do concelho isentos da obrigatoriedade de pagar pedido, pois «esse lugar he tam pobre que os pobres escasamente sse podem manteer». O regime applicava-se ao Freixo e a toda a ribeira do Còa. Além disso tinham dispendido na construção duma ponte sobre o Còa à volta de umas duas mil dobras. Dado que haviam invocado terem o direito a esse privilégio, o rei desconfiado ordenou que fizessem prova testemunhal dessa concessão¹⁵.

Outra petição tinha a ver com a necessidade de construírem um «ospital» onde pudessem acolher os «pobres» viandantes que percorriam a longa estrada e eram obrigados a pernoitar ao relento, sendo muitas vezes vitimados pelo frio. De facto já o haviam erigido, mas não possuíam renda para o manter pelo que pediam ao rei o lançamento duma finta a todos aplicada, incluindo vassalos e besteiros. Encarregava D. Afonso V ao corregedor o cumprimento desta medida¹⁶.

Um assunto que preocupava esses procuradores relacionava-se com a poluição das águas. Acontecia que no verão os rios secavam acolhendo-se o peixe a «alguos poços grandes». Com certa dose de esperteza alguns homens deitavam «barbasco e eruas peçonhentas em os pegos» para assim fácilmente apanharem o peixe que vinha à tona da água. Acontecia que tanto os homens como os animais que bebiam essa água adoeciam e às vezes faleciam. Os infractores pagavam de início mil reais brancos, metade para o denunciante e outro tanto para a arca da piedade. À segunda a pena dobrava e à terceira eram presos¹⁷.

Uma nomeação que lhes causava engulhos era a de João Penteado, criado do conde de Marialva e residente em Trancoso. Fora designado sesmeiro em Pinhel e seu termo, funções que já vinha desempenhando na sua vila de residência. Insurgiam-se contra a nomeação alegando que no tempo de D. João I, no decurso das guerras com Castela, residiam nos arredores de Pinhel mais de quinhentos homens,

mas que devido a essas mesmas campanhas o total de indivíduos residentes na vila e no termo não passava de duzentos. Na sua alegação diziam que o mencionado monarca lhes concedeu o privilégio «por estarem na frontaria» de o juiz das sesmarias ser recrutado entre os juizes ordinários da vila, o que fora confirmado pelo rei D. Duarte. Pediam a destituição do sesmeiro, ao que o rei parecia anuir¹⁸.

Localidade próxima de Pinhel e ainda mais próxima da raia era Almeida. Nessas mesmas cortes de 1459 queixavam-se os procuradores Estevão Domingues e João André, do conde de Marialva, Gonçalo Vaz Coutinho, o qual não respeitava o privilégio da terra de dar o ofício de coudel a um homem bom natural e residente na vila. Fazia-o com a intenção de «mais sojugar a terra»¹⁹.

Mais ao sul o Sabugal era um importante couto de homiziados. Ao certo não se sabe quando foi criado, embora se possa admitir que a sua fundação se ficou devendo ao rei D. Dinis. A primeira referência que se colhe a seu respeito como couto remonta a 1369 no reinado de D. Fernando. A sua real importância aparece-nos bem testemunhada na lei de D. João I de 30 de Agosto de 1406²⁰.

Face às dificuldades de esclarecer a verdade, em questões bastante obscuras, muitos eram os que se lamentavam dos atropelos à margem do aparelho legislativo. Um morador em Langroiva da Beira de nome Alvaro Anes queixou-se que ao andar o ouvidor da corte Felipe Anes, pela comarca, o degredara por um ano, sem que ele soubesse o motivo, para o couto do Sabugal. A sentença que merecia a apreciação do tribunal da relação estava entregue ao doutor Beleagua, que entretanto veio a falecer. Desterrado e pobre requeria ao rei uma amnistia, que lhe foi concedida em 6 de Novembro de 1455²¹.

Embora sendo um couto régio de homiziados o concelho do Sabugal vivia com o temor de vir a ser entregue a um fidalgo. Por isso mesmo nas cortes de Lisboa de 1459 invocou um privilégio de D. Dinis para que a vila fosse sempre pertença da coroa²².

Mas apesar desta e doutras precauções tal não evitou, conforme o apresentado por João Gonçalves nessas cortes, que após a tomada de Alcacer-Ceguer, em 23 de Outubro de 1458, o rei tivesse doado a Vasco Martins de Resende a jurisdição civil e criminal da aldeia de Quadrazais, que pertencia por privilégio de D. Dinis a essa vila. D. Afonso V alegou desconhecimento do privilégio e considerou nula a outorga²³.

A cobiça de Pero Lourenço Ferreira era de novo objecto de reparos por parte do concelho de Penamacor, um couto de homiziados criado pelo rei D. Fernando, em 18 de Fevereiro de 1379, e destinado a 100 homens. A sua fundação devia-se a estar na fronteira e haver «pouca gente»²⁴.

Alegavam os de Penamacor às cortes de Torres Vedras de 1441, que o rei D. João I lhes fizera doação dos «maninhados» para seu sustento e dos bens pertencentes aos «çismaticos» que tinham partido para Castela após a crise de

1383. Já na posse do privilégio os castelhanos invadiram a vila e roubaram tudo. Agora havia a suspeita que o mencionado fidalgo pretendia esses «maninhados», o que aumentaria o despovoamento do lugar²⁵.

Ainda nessas cortes insurgiam-se os de Penamacor contra esse fidalgo que os ameaçava, sobretudo quando se deslocavam às feiras de Trancoso e da Guarda e havia o perigo de «topar com elles» e «fazer o que nom deue». Requeriam ao rei carta de segurança que os protegesse dele e dos seus apaniguados²⁶.

A circunstância de Monsanto ser vila fronteiriça causava-lhe algumas apreensões. Nas cortes de Lisboa de 1439 lembravam ao infante D. Pedro que «se mouem alguuas guerras» pelo que havia necessidade de «uellar» a cerca, onde o povo se poderia acolher em caso de necessidade. Acontecia que o alcaide do castelo estava na posse de todas as chaves e o concelho sem nenhuma. Pediam que lhes fosse entregue uma chave ao que o regente anuiá²⁷.

Em 17 de Abril de 1476 a pedido de D. João de Castro, conde de Monsanto, a vila passou a ser um couto de homiziados, naturalmente com o propósito de incrementar a sua população²⁸.

Em conformidade, com o testemunho do procurador de Castelo Branco às cortes de Lisboa de 1459, João Fernandes de Goios, eram imensas as dificuldades que se deparavam aos naturais sempre que alguém se deslocava às reuniões parlamentares. Na sua alegação declarava que o concelho era «mujto pobre» pelo que tinha de lançar uma finta que a todos abrangesse, incluindo os besteiros «sem embargo dos dictos priuilegios»²⁹.

Já no reinado de D. Manuel, em 21 de Fevereiro de 1509, passou a ser um couto de homiziados que acolhia os delinquentes que se encontravam em Portugal e Castela³⁰.

O problema do despovoamento era uma constante nas vilas alentejanas. O concelho de Nisa declarava nas cortes de Lisboa de 1459 que antes o lugar era bem povoado e que tinha um arrabalde em que viviam tantas pessoas como na vila. Não havendo pessoas no arrabalde e encontrando-se Alpalhão e Montalvão isentas de fornecer besteiros por privilégio do rei D. Duarte, interrogavam-se como poderiam manter o número de 28 besteiros. Sensível a esse argumento D. Afonso V reduziu esse valor para metade³¹.

Arronches passou a ser desde 3 de Abril de 1385 um couto de homiziados dado que a localidade se encontrava despovoada devido sobre tudo à guerra com Castela. Os naturais chegavam mesmo a queixar-se a D. João I que passavam fome, conforme nos dá fé uma carta desse rei de 12 de Julho de 1395³².

Numa visita de D. Afonso V à vila de Arronches, em 12 de Maio de 1475, o monarca mostrou-se sensibilizado com o poder local ao conceder que o lugar fosse sempre da coroa e nunca dado a nenhum senhor³³.

Ponto nevrálgico da fronteira portuguesa era a vila de Elvas em frente a Badajoz. Nas cortes de Évora de 1442 dirigiam-se ao rei, na pessoa do infante

D. Pedro dizendo ser a vila «huu dos logares de toda a frontaria que he mais temido». Conforme o seu testemunho acolhiam-se a esta praça forte os residentes dos «lugares do estremo» sempre que o perigo vindo do exterior espreitava. Do mesmo modo revelavam que o rei de Castela João II tinha concedido uma tença anual a 100 cavaleiros que permanecessem continuamente em Badajoz. Para contrabalançar este poderio pediam ao rei, através do regente D. Pedro, que pagasse mensalmente 100 reais, tal como sucedia no tempo do rei D. Duarte, a 200 vassallos que estariam «corregidos e prestes darmas e caualllos pera suportamento destes trabalhos». Dando uma resposta dúbia o regente concordava com a condição de o poder fazer caso a fazenda comportasse essa despesa³⁴.

Após a queda política do Infante D. Pedro, os procuradores elvenses Alvaro Abreu, cavaleiro da cada do Infante D. Henrique, e Alvaro de Aboim, fidalgo da casa do rei, manifestaram o seu descontentamento contra o antigo regente nas cortes de Lisboa de 1448. Referiam-se a Diogo Lopes de Sousa, fronteiro da vila, o qual «com fauor que lhe sempre o Ifante dom Pedro deu» abusou do poder concedido e praticou diversos crimes. Além de se apoderar de mantimentos alheios, agravou os mesteirais ao violentá-los e não lhes retribuir os seus serviços. Face às queixas o rei determinou que o corregedor averiguasse a fundo a natureza das faltas³⁵.

Os mencionados procuradores a essas cortes manifestavam o seu receio de que a vila fosse integrada no mestrado de Avis. D. Afonso V, quando o alcaide Álvaro Coitado partira para Castela, deu a sua alcaidaria ao mestre de Avis, Fernão Rodrigues de Azevedo e por morte deste, ao seu filho o infante D. Fernando. A seguir, por designação do regente D. Pedro, em nome de D. Afonso V, obtivera a alcaidaria do castelo Diogo Lopes de Sousa e após o seu falecimento o condestável D. Pedro, mestre de Avis³⁶.

Dando testemunho de fidelidade lembravam a D. Afonso V que o povo de Elvas havia combatido o seu alcaide, acima referido, porque «tomou voz» por Dona Beatriz. D. Nuno Álvares Pereira a pedido do concelho ordenou o derrube da barreira de acesso ao castelo e uma torre do mesmo. Com a protecção dada pelo Infante D. Pedro ao falecido Diogo Lopes de Sousa, este levantara uma «barreira muyto mais forte que antes era». Pediam ao monarca que a mandasse deitar abaixo, para mais facilmente tomarem o castelo, em caso de necessidade, ao que D. Afonso V anuiu ao declarar que iria escrever a seu primo o condestável D. Pedro, para proceder em conformidade³⁷.

A vila de Monsaraz não escapava ao quadro depressivo que afligia a fronteira e se traduzia em escassez de gente. Para atenuar esse mal D. João I, por carta de 21 de Julho de 1414, invocando que a vila se encontrava num estremo e se tinha despovoado devido às guerras e às pestes, fundou um couto para 200 homi-ziados³⁸.

O estado da questão em relação ao lugar de Monsaraz é apresentado pelo escudeiro Diogo Lourenço, vassallo da coroa, nas cortes de Lisboa de 1459. Referia

que no passado a vila tivera uma população de 5000 vizinhos e que presentemente o sítio encontrava-se despovoado devido a se encontrar no extremo e sofrer com as guerras contra Castela. Faltavam-lhe mesteirais como era o caso de ferreiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros e almocreves. A circunstância de ser couto de homiziados não lhe trazia pessoas de fora. Requeria ao rei isenção de pedidos para os referidos mesteirais, na qual seriam abrangidos os mouros e os judeus. D. Afonso V anuiu ao conceder esse privilégio a quatro mesteirais, a saber: um barbeiro, um sapateiro, um alfaiate e um ferreiro, cujas identidades lhe teriam de ser enviadas³⁹.

De idêntico teor era a exposição realizada pela vila de Serpa nessas cortes de 1459. Embora com a mesma imprecisão referiam que no passado o lugar foi muito povoado. Mas no presente devido às guerras e às pestes encontravam-se reduzidos à terça parte. De modo a atrair novos povoadores por se encontrarem na fronteira requeriam isenção de encargos e serviços, bem como de possuírem cavalos, armas, etc. Por razões óbvias D. Afonso V indeferia a petição e apenas outorgava por dez anos esses privilégios aos estrangeiros que fossem residir na vila⁴⁰.

Para obstar ao despovoamento o rei D. Manuel por carta de 15 de Abril de 1510 concedeu uma moratória de quatro meses a todos os homiziados que se encontrassem em Castela e que pretendessem fixar-se nesse couto de homiziados⁴¹.

Por seu turno Mourão manifestava ao regente D. Pedro nas cortes de Évora de 1442, que por o lugar se encontrar na fronteira tinha de suportar «trabalhos e fadigas dos lugares de Castella comarcãaos a ellas». Os castelhanos vinham muitas vezes a roubar gado, o que os compelia a ter sempre cavalos de dia e de noite, «seellados e nos armados e perçebidos como homeens que esperamos cada dia guerra e rroubos de nossos jmiigoos e numca estamos delles seguros». Com base nesta argumentação pediam isenção no pagamento de pedidos e escusa de servirem por terra e por mar atendendo à pouca gente, à topologia do lugar e ao facto da vila ser «huua chaue pequena e muy leall de uosso regno». D. Pedro, em nome do rei, outorgava-lhes o estatuto de vassallos pelo que ficavam isentos de pagar e em caso de necessidade haveria «maneyra de os relleuar desto como com rrazom bem podermos»⁴².

Devido à sua relativa proximidade da fronteira e de ser um porto de mar sujeito a ataques e em relação directa com Ceuta a vila de Tavira constituía um ponto crucial de inúmeras tensões sociais. Uma das áreas de fricção tinha a ver com o fronteiro-mor, o qual os obrigava a transportar pedra e cal para Alcoutim, conforme a queixa apresentada nas cortes de Évora de 1442. Não só o fronteiro coagiu os naturais da vila, como ainda forçou as barcas e caravelas a irem até à fronteira umas três a quatro vezes. Queixavam-se que em contrapartida os outros lugares do Algarve não eram sujeitos a tal obrigação pelo que pediam maior equidade no tratamento. Deveria esse adiantado pagar-lhes os trabalhos e dar-lhes manutenção, o que aliás merecia o acordo do duque de Coimbra⁴³.

Nestas mesmas cortes insurgiam-se contra a determinação do coudel que lhes impunha prazos apertados para se apresentarem com cavalos e armas. Ora sucedia que o termo de Tavira não possuía almargens, nem pastos de ervas, cevada ou palha suficientes para manter um número adequado de cavalos, até porque a terra é estreita e povoada de herdades, contrariamente ao que sucedia com as terras do Guadiana e do Ribatejo, onde havia grandes pastos para manterem a produção equina. Pediam um estatuto semelhante ao das cidades do Porto e de Lisboa. Assim um cavaleiro acontiado em cavalo e armas possuiria dois arnês, enquanto um cavaleiro de cavalo raso teria somente um arnês. O regente D. Pedro determinava «que o que for comtioso em cauallo e armas tenha o dito cauallo e armas pera nosso seruiço como lhe he mandado e o que for em cauallo rraso queremos que este tenha beesta de garrucha e arnes comprido e do cauallo seia escuso»⁴⁴.

Ainda nessas cortes referia-se que os besteiros de cavalo dificilmente poderiam pagar pedidos num prazo razoável porque devido à sua ida a Tânger em 1437 tinham perdido as suas montadas e armas e por isso se encontram «proues e dellapidados». Pediam uma dilação desse prazo, o que lhes era concedido em atenção ao estado em que se encontravam⁴⁵.

Já no termo do mandato do regente D. Pedro, nas cortes de Évora de 1447, lembravam a esse governante e ao rei que nas cortes de Lisboa de 1439, a pedido dos representantes municipais era-lhes concedido aos do reino que trouxessem armas, não obstante uma ordenação que impedia que os tavirenses pudessem usar armas, sob pena de pagarem pesadas multas. Estas medidas de interdição haviam sido intensificadas desde há três anos, o que para eles constituía o maior agravo que alguma vez tinha sido dado a um município de Portugal e do Algarve. Consideravam-se leais e «prestes pera o sempre fazer com ledos coraçõe» ao que acrescia se encontrarem «em frontaria de Castella e de mouros homde cada dia recreçem seruiços». A título excepcional eram autorizados por um ano, desde que se observasse «que uos husaees bem e como duees e viuees todos em asesequo sem amtre uos auer bandos nem aroidos nem outros ajuntamentos». Se dessem mostras de bom comportamento essa licença poderia ser dilatada por mais tempo⁴⁶.

A questão da interdição de uso de armas não ficou por aqui. Voltou a ser colocada nas cortes de Lisboa de 1455 pelo procurador Gil Lourenço, vassalo do rei. Nelas esse representante concelhio referia a proibição geral existente no reino «per causa dos bandos que em ella auja que nenhũ lugar nom trouxesse arma grande nem pequena». Ora sucedia que muitos estrangeiros vinham até Tavira sendo portadores de armas, as quais lhes eram apreendidas pelo alcaide pequeno, que lhes aplicavam coimas. Faziam-no no desconhecimento da lei. Pedia ao rei um tratamento especial para os estrangeiros, tanto mais que os mesmos não eram «chegados a nhuus dos bandos». Aquele que infringisse pela primeira vez e não

fosse natural da terra deveria ser alertado para a proibição sem sofrer qualquer consequência. Apenas se lhes aplicariam medidas sancionatórias se voltassem a desrespeitar a legislação em vigor. Exemplar era contudo a sentença de D. Afonso V ao dizer «que nom pidijis bem porque nos lugares em que gerallmente sse trazem as armas sem sseer possta defessa som coutadas aos estrangeiros quanto mais o deuem sseer em este lugar onde som coutadas».⁴⁷

O mencionado procurador «das coisas da vila» insistia na dedicação dos seus conterrâneos ao interesse nacional. Em diversos momentos críticos tinham mostrado «verdadeiro amor como leaaes e verdadeiros portugueses nossos subdictos». Lembavam a imensa dificuldade em «manteer cauallos» devido à escassez de pão, cevada e palha. Invocavam o seu sacrifício quando era mester servir com cavalos em Castela. Pedia ao rei que lhes conferisse o privilégio, semelhante ao que usufruíam os cidadãos do Porto, para poderem andar em «bestas muares» pelo que invocavam que «as bestas muares ssom bestas de grande serujdam e de pequeno mantijmento». D. Afonso V, contudo, não se comovia, ao declarar que sob esta matéria «sse guarde a hordenação porquantoo asy auemos por nosso serujço».⁴⁸

Reveste particular interesse o protesto deste procurador devido ao critério condenatório usado pelos alcaides maior e pequeno quando alguém ameaçava com a espada ou com o arremesso duma pedra sem ir além disso. Essas autoridades entregavam o caso a um juiz o qual aplicava uma sentença fundamentada numa lei usada pelo alcaide pequeno, a qual «nom tem nome delrey que a fizesse nem mes, dia, era que foy feicta». Essa ordenação não se encontrava «em os liuros das reformações que estam em a uossa chancelaria» e em seu entender devia remontar ao ano de 1139, quando se deu a batalha de Ourique. D. Afonso V dava-lhes razão ao instruir os juizes para que apliquem a lei das ordenações ou aquelas que avulsamente «forem aprouadas a asseelladas do nouso ssello por aquellas pessoas a que pertence».⁴⁹

Tavira tal como sucedia com a generalidade dos municipios nacionais localizados na periferia debatia-se com sérios problemas financeiros. Conforme o testemunho apresentado nas cortes de Lisboa de 1459 pelo procurador Gil de Faria ou da Feira e Martim do Carvalhal, o concelho não dispunha de recursos para enviar os seus representantes ao parlamento. Ora D. Afonso V tinha-os convocado para que estivessem presentes dois homens bons da vila. Por o concelho «ser mujto pobre» recorreu ao «terço» que o mesmo dava, para as obras dos muros no valor de 3.000 reais. Pediam ao rei que desse instruções ao recebedor e contador das obras para que essa quantia fosse considerada como despesa, o que merecia o seu acordo⁵⁰.

A interferência da coroa na vida concelhia vinha ao de cima, de acordo com esses procuradores, tendo em atenção que alguns tavirenses tinham requerido nomeação para o cargo de juizes, muitos alcançaram esses alvarás «contra djreiro».

Entendiam que essa designação apenas se deveria efectuar por eleição. Até «porque nos somos em mais perfeito conhecimento quem merece seer juiz que nom vossa senhoria». D. Afonso V concordava com esse modo de escolha, embora lembrasse «quanto aos aluaraaes que dizem que damos a alguuas pessoas pera seerem metidos nos dictos ofícios nom os entendemos de dar senam aaquellas pessoas que pera ello forem perteeçentes e per afeičam nem odio nom forem postos nos officios que merecem», o que significava manter a porta aberta à escolha de pessoas da sua confiança⁵¹.

Por último registre-se a queixa dirigida contra Alvaro Mendes, antigo corregedor e actual ouvidor do adiantado do Algarve, o qual havia determinado que quando alguma pessoa fosse requerer ao rei «alguua cousa» relativa ao concelho não poderia receber mais de mil reais ao mês, o que era insuficiente e motivo de não se encontrar quem se disponibilizasse a servir a autarquia. Sucedia, ainda, que o ouvidor não «quer leuar em despesa» o «que os dictos officiaes derom com acordo dalguus boons da terra», pelo que pediam ao monarca que corrigisse este estado de coisas. Acerca desta matéria D. Afonso V fazia doutrina ao ordenar «que se faça taixamento do dicto mantijmento per os officiaes do concelho aas pesoas que a taaes carreguos forem enuyados segundo as condicooes de suas pesoas e a calidade dos negocios que ouuerem de rrequerer, o qual taixamento sse faça sem afeičom e como deue dandolhes preço certo pera cada dia. E mamdamos ao ouujdor que achamdosse que sse faz uerdadeiramente e como deuya lhes leuem em conta que asi em ello for despeso»⁵².

Em termos gerais que imagem nos deixam os municípios fronteiriços sempre que exprimem os seus problemas nos parlamentos nacionais? Oferecem-nos sobretudo a ideia do perigo que representa viver na periferia, sujeitos a ataques provenientes de Castela e ainda a actos de prepotência praticados pelos poderosos, que longe da corte comportam-se com violência convictos da sua impunidade. O caso de Pinhel é paradigma de situações do género e da debilidade de D. Afonso V que dá o dito por não dito e esquece com facilidade as suas promessas. Com o maior realismo devemos considerá-la uma localidade mártir fustigada pela violência.

A insegurança é uma constante que aflora a cada passo e que explica o rosário de coutos de homiziados ao longo da raia. Apenas homens destemidos dispostos a caucionar os seus crimes, num regime penal aberto, é que se mostram disponíveis para viver nesses lugares. Mesmo assim apenas raras vezes o número clausus dos coutos é atingido. O caso de Monsaraz é demonstrativo da falta de atracção que o couto representa. Por todo o lado se tem a sensação que a fronteira se encontra despovoada. Dificilmente se explica, em conformidade com os testemunhos dos homens bons dos concelhos, como é que no passado (sempre um passado imemorial) o lugar tinha uma população razoável e encontra-se no século xv reduzido a um terço das pessoas. Guerras e epidemias são a explicação dada por esses homens para esta crise demográfica que afecta a periferia do território.

A fronteira nacional não se apresenta homogénea. No seu todo é desigual. O contraste é notório no Minho e na Galiza em relação aos outros segmentos. Na região minhota predomina a afectividade, enquanto que noutros espaços a conflictividade é maior, sobretudo no que respeita ao roubo de gado entre outros pertences. Em particular a raia beirã e alentejana são áreas ameaçadas e tidas por perigosas.

Outra ideia que emerge é a distância com que a fronteira e os seus municípios se encontram em relação ao poder. Deslocar-se às cortes, quando se realizam em Lisboa, ou noutra área do litoral, representa um pesado encargo. Como pagar as ajudas de custo dos procuradores quando o dinheiro escasseia. Apenas ao abrigo de expedientes que acabarão por ser sancionados pela coroa. Uma realeza que procura nomear para determinados cargos gente da sua confiança, o que colide abertamente com os interesses do poder local. Lógicas diferentes embora obedientes a interesses comuns.

O conceito de abandono face ao poder salta a cada passo. Um sentimento de orfandade atinge esses homens que tem a consciência que são a “almofada” que esbate os golpes que ameaçam Portugal e que por isso mesmo mereceriam um pouco mais de atenção por parte daqueles, que à excepção de Évora, deveriam olhar para eles com o maior cuidado. Lutar pela sobrevivência representa um desafio existencial que aflora no quotidiano do dia a dia. O problema das assimetrias regionais constitui um legado histórico que permanece como um desafio no decorrer dos tempos.

Notas

¹ Humberto Baquero Moreno, *Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV*, in «Revista da Faculdade de Letras», vol. VII, Porto, 1990, p. 38.

² Idem, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*, ed. Presença, Lisboa, 1986, p. 112.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, (A.N.T.T.), *Livro 4 de Além-Douro*, fols.230-231.

⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D.Afonso V*, livro 15, fol. 140v.

⁵ Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*, pp. 118-120.

⁶ A.N.T.T., *Livro 1 da Beira*, fol. 247.

⁷ A.N.T.T., *Chancelaria de D.Afonso V*, livro 36, fol. 172v.

⁸ Idem, *Ibidem*, livro 33, fol. 71.

⁹ Humberto Baquero Moreno, *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV*, ed. Presença, Lisboa, 1985, pp. 194-208.

¹⁰ A.N.T.T., *Livro 1 da Beira*, fol. 255v.

¹¹ Idem, *Ibidem*, fols. 254-254v.

¹² A.N.T.T., *Chancelaria de D.Afonso V*, livro 15, fol. 138v.

- ¹³ Idem, *Ibidem*, livro 15, fols. 60-60v.
- ¹⁴ Idem, *Ibidem*, livro 36, fol. 173.
- ¹⁵ Idem, *Ibidem*, livro 36, fol. 172v.
- ¹⁶ Idem, *Ibidem*, livro 36, fol. 172v.
- ¹⁷ Idem, *Ibidem*, livro 36, fol. 173.
- ¹⁸ Idem, *Ibidem*, livro 36, fol. 173.
- ¹⁹ Idem, *Ibidem*, livro 36, fol. 163v.
- ²⁰ Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses...*, pp.101-104.
- ²¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 128.
- ²² A.N.T.T., *Livro 1 da Beira*, fols. 209-210.
- ²³ Idem, *Livro 2 da Beira*, fols. 224v-225.
- ²⁴ Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses*. p. 107.
- ²⁵ A.N.T.T., *Livro 2 da Beira*, fol. 104.
- ²⁶ Idem, *Ibidem*, fol. 103v-104.
- ²⁷ Idem, *Livro 1 da Beira*, fol.193.
- ²⁸ Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses*. p. 124.
- ²⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fol. 173v.
- ³⁰ Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses*. p. 131.
- ³¹ A.N.T.T., *Livro 3 de Odiana*, fols. 131-131v.
- ³² Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses*. pp. 109-110.
- ³³ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 35, fol. 111.
- ³⁴ A.N.T.T., *Livro 6 de Odiana*, fols. 144v-145.
- ³⁵ Idem, *Livro 4 de Odiana*, fols. 79v-80.
- ³⁶ Idem, *Ibidem*, fol. 80v.
- ³⁷ Idem, *Ibidem*, fols. 79-79v.
- ³⁸ Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses*. p. 114.
- ³⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fol. 165v-166.
- ⁴⁰ Idem, *Ibidem*, livro 15, fols. 133-133v.
- ⁴¹ Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses*. p. 131.
- ⁴² A.N.T.T., *Livro 6 de Odiana*, fol. 146v.
- ⁴³ Idem, *Ibidem*, fols. 131-131v.
- ⁴⁴ Idem, *Ibidem*, fol. 131.
- ⁴⁵ Idem, *Ibidem*, fol. 132.
- ⁴⁶ Idem, *Livro 4 de Odiana*, fols. 71v-72.
- ⁴⁷ Idem, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 144.
- ⁴⁸ Idem, *Ibidem*.
- ⁴⁹ Idem, *Ibidem*.
- ⁵⁰ Idem, *Ibidem*, livro 36, fol. 71.
- ⁵¹ Idem, *Ibidem*, livro 36, fols. 71-71v.
- ⁵² Idem, *Ibidem*, livro 36, fol. 71v.

PROPOSTAS PARA UM ESTUDO DE UNIDADE E DIVERSIDADE NO PENSAMENTO LUSO-BRASILEIRO

JOSÉ ESTEVES PEREIRA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA E INSTITUTO DE FILOSOFIA LUSO BRASILEIRA

1. Um projecto de pensamento hispânico

A minha comunicação neste ciclo de Colóquios sobre as tensões entre o global e o local é essencialmente a divulgação de uma proposta de estudos sobre o pensamento luso-brasileiro nos seus aspectos convergentes e divergentes, o testemunho e avaliação pessoal de uma participação num projecto que se realiza desde 1990 em Portugal e no Brasil e o desejo de que se intensifique um diálogo no âmbito de heranças e experiências culturais comuns em âmbito hispânico, sempre no sentido da universalidade do pensamento.

2. Pensamento português, pensamento brasileiro, pensamento luso-brasileiro

Desde 1990 realizam-se, anualmente, colóquios de filosofia luso-brasileira, nos anos pares, em Portugal, e nos anos ímpares, no Brasil, colocados, os primeiros, sob a égide de Tobias Barreto (1839-1889) e os segundos sob a de Antero de Quental (1843-1891), autores que foram objecto de estudo monográfico em 1990 (Lisboa) e em Recife e Salvador (1991). Desde então, foi possível proceder a um estudo e a uma reavaliação de pensadores como Domingos Gonçalves de Magalhães (Lisboa e Évora, 1992), Sampaio Bruno (Aracaju e Rio de Janeiro, 1993), Teófilo Braga e Silvio Romero (Ponta Delgada, 1994), Cunha Seixas e Farias Brito (Fortaleza e São Paulo, 1995), Miguel Reale (Porto e Viana do Castelo, 1996), António Vieira e Leonardo Coimbra (São Luís do Maranhão e Brasília, 1997), Vicente Ferreira da Silva e Eudoro de Sousa

(Braga e Viana do Castelo,1998) (1). Mas outros autores têm sido objecto de análise, como é o caso de Oliveira Martins, Domingos Tarrozo Fernando Pessoa, Agostinho da Silva, Vergílio Ferreira, Eduardo Lourenço, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima/Tristão de Athayde.

Cumprir dizer que, se foi possível ao longo de décadas uma aproximação significativa no âmbito de vários saberes (e também encontros ou participações accidentais no terreno da Filosofia e da História das Ideias dos dois países), o mesmo não se poderá dizer de um questionamento ordenado e sistemático sobre as raízes e expressões de pensamento de brasileiros e portugueses. Quem conhece em Portugal o pensamento de Tobias Barreto, Domingos Gonçalves de Magalhães ou Vicente Ferreira da Silva? Mesmo o pensamento de Miguel Reale fora do campo mais especializado da Filosofia do Direito? A pergunta também se aplica relativamente aos brasileiros em relação a pensadores portugueses. Se é certo que a Enciclopédia Logos, da Editorial Verbo, disponibilizou um manancial de informações e referências da especulação luso-brasileira não poderia naturalmente abarcar toda a riqueza de conteúdos e renovados contributos interpretativos.

3. Pensamento brasileiro

O problema de um pensamento emancipado, autónomo, no Brasil não deixaria obviamente de pôr-se e interessa a um debate sobre identidade e diferença dos dois povos. É importante seguir a esse propósito a obra incontornável de António Paim, *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, hoje em 5.ª edição (Londrina, UEL, 1997) pela primeira vez publicada em 1967 pela Universidade de São Paulo em co-edição com a casa editora Grijalbo. O livro tem sido permanentemente actualizado pelo autor em edições da Universidade Estadual de Londrina (UEL) com o complemento de outros volumes especializados. Entre estes, António Paim publicou *Etapas iniciais da filosofia brasileira* (1998), um dos estudos complementares à sua obra principal onde nos é transmitida a conclusão de que, propriamente antes da mudança da Corte para o Rio de Janeiro, o Brasil compartilhava do “fechamento” de Portugal ao movimento de ideias suscitadas pela Época Moderna (2). É evidente que se poderá sempre afirmar que esse fechamento, ou ensimesmamento, tem significado histórico muito próprio e possibilita a compreensão do nosso destino colectivo, sobretudo no século XVII. Em todo o caso, o facto da independência (ou da pré-independência) na medida em que coincide com o estiolamento especulativo da Segunda Escolástica e uma dinâmica de afirmação de novas correntes (racionalismo, empirismo, sensualismo) e uma perspectiva crítica do saber tornaram adequado aos interesses e à afirmação de *brasilidade* os temas e os problemas que Silvestre Pinheiro Ferreira ou José da Silva Lisboa, (Visconde de Cairu) vinham trazer. A coincidência com a emergência do eclectismo (ou do filósofo eclético)

que na acepção de Diderot significava a ousadia de pensar por si mesmo”, em atitude afim do “sapere aude” kantiano, significava, também, independência relativamente à matriz escolástica. É evidente que o eclectismo foi, por igual, em Portugal e no Brasil, uma atitude de compromisso mas transportava, em todo o caso, pelo menos potencialmente, a superação integradora da escolástica no horizonte de um paradigma de modernidade.

Mas, a emergência de um pensamento brasileiro centrado na acção pedagógica levada a cabo por Silvestre Pinheiro Ferreira, que de Berlim (onde ouvira Fichte e Schelling) (3) partiu para junto da Còrte em 1808 e teve oportunidade de fazer preleções sobre vários temas filosóficos, com início em 1813, sendo sinal de uma posição superadora da escolástica poderá apresentar-se como momento instaurador de um *modus philosophandi* que incorporou o “empirismo mitigado”, assim definido por Joaquim de Carvalho, comum a Portugal e ao Brasil independente? Eis uma resposta:

“Quando os historiadores da filosofia distinguem os filósofos e as filosofias, quero crer que tal distinção implica o reconhecimento da natureza comum. “Natureza comum” e não apenas “natureza”, porque a natureza enquanto o modo como se concebe a existência das coisas é comum, mas o seu sentido enquanto o estado em que as coisas se encontram após o seu nascimento não é comum. Nessa perspectiva de entendimento, não é difícil provar que a filosofia portuguesa e a filosofia brasileira têm a natureza comum, mas não parece nada evidente o modo como elas se diferenciam. A única explicação disponível acerca do princípio de individuação da filosofia luso brasileira é uma versão francamente historicista da sua natureza — que poderíamos denominar argumento da separação — cujo principal expositor é o professor António Paim (Luis Alberto Cerqueira Baptista). A ideia de princípio da filosofia brasileira, Lisboa, 1994 (diss.policopiada), p. 9. (4)

Será efectivamente pertinente inquirir de uma natureza comum, de um espaço que a “contingência” da independência pode condicionar mas não determinar de um modo absoluto? A circunstância da independência teria alterado a necessidade de uma continuidade cultural com emergência de liberdade que, por certo, se insinua nas próprias opções dos intelectuais brasileiros. O problema pode ser ilustrado pelas posições de Domingos Gonçalves de Magalhães e que o autor acabado de citar apresenta justamente, como a figura que, ao introduzir o romantismo no Brasil e promover a modernização da cultura “como instância de individuação da filosofia brasileira, formula o princípio da conciliação como o meio de consentir-se no presente a tensão entre o passado, enquanto causalidade potencial, e o futuro, enquanto contingência possível”(5). Interpretaríamos assim esta disquisição dizendo que, além de uma afirmação interessada de *revelação da*

nacionalidade, é possível encontrar raízes comuns de cultura. Ao mesmo tempo que Domingos Gonçalves de Magalhães quer promover o seu projecto nacional romântico afirmando que “estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências” (6) e que “se o Brasil é hoje uma nação independente, uma só língua se fala em seu vasto território, em grande parte o devemos ao valor dos nossos indígenas, que aos portugueses se ligaram”(7). Não deixará de declarar, com firmeza, que “O povo que se olvida a si mesmo, que ignora o seu passado... esse povo ficará sempre na imobilidade... Nada de exclusão, nada de desprezo... Jamais uma nação poderá prever o seu futuro, quando ela não conhece o que ela é, comparativamente com o que foi” (8) — Por aqui se recupera não a cisão mas uma continuidade reflexiva no solo dos ideais e da existência física do país independente.

4. Para um pensamento hispânico

Não obstante o problema da origem da filosofia brasileira que atingiu depois do Colóquio dedicado a Domingos de Magalhães (II Colóquio Tobias Barreto), em Lisboa e Évora, em 1992, foros de polémica, o certo é que desafios mais recentes têm exigido abordar criticamente o peso de uma tradição e de uma perspectiva mais ampla de cultura não só brasileira, ou portuguesa, ou luso-brasileira, como também hispânica.

Assume particular importância, a este respeito, a obra recente, de 1998, de Vamireh Chacon, *O Humanismo Ibérico*. Perante uma análise em que se avalia o percurso brilhante de uma cultura e capacidade civilizacional partilhada por Espanhóis e Portugueses e transmitida a um vasto espaço, na altura em que “o século xx vai chegando ao fim a compreensão do nosso esquecimento transforma-se em desafio possível e necessário ao mundo: “É que é o niilismo que está por trás da razão auto-suficiente, tão oposta ao iluminismo com coração, que se articula com o que há de melhor no Renascimento e Idade Média rumo à modernidade também está pela escolástica progressista e daí para a pós-modernidade. Elos de uma mesma corrente de ascensão não de prisão, eles também ibéricos. Tem de ser exorcizada a *leyenda negra* inventada contra nós, ibéricos e ibero-americanos. De nós pode emergir ainda com mais vigor e rigor a repulsa aos niilismos, o maior dos desafios ameaçadores de toda a cultura.” (9)

Importa-nos reter deste livro (que merece uma análise demorada pela informação e reflexão que contém) a projecção ibero-americana (que eu caracterizaria antes de hispânica) e cuja análise e debate em termos de reflexão crítica importa desenvolver desde a heterodoxia priscilianista até ao presente, passando pela escolástica peninsular e pelo iluminismo.

Também em estudo recente Ricardo Velez Rodriguez (*La Philosophie contemporaine en Amérique Latine. Problèmes et tendances*), ao desvalorizar questões de

filiação doutrinal, que sempre transportam o problema de uma pretensa menoridade por parte de quem é mais receptor, aponta para a identificação das ligações e derivações que permitem apreender as linhas de continuidade real de uma meditação original comum. Se não nos envolvermos excessivamente numa ontologização de um pensar regional ou nacional, não obstante a especificidade das raízes próprias de cultura, certamente percorreremos com fecundidade renovados caminhos especulativos sinal de identidade para cada um de nós e identificação na universalidade do debate e do aprofundamento das ideias. Sempre aceitando a unidade e a diversidade, as resistências e as persistências, não recusando nunca a realidade das tensões ou a fecundidade das aporias.

Um exemplo significativo de abordagem de raízes comuns a portugueses e brasileiros é a obra de José Maurício de Carvalho intitulada *O Caminhos da Moral Moderna: A experiência luso-brasileira* onde o autor pretende aprofundar a temática e a problemática contra-reformista, as questões do tradicionalismo e de um patrimonialismo conexo para poder fazer a seguinte pergunta: Qual o fundamento e o horizonte da moral que nos formou, no cruzamento de experiências que, além da hispânica, foram para o Brasil, como as da inculturação do nativo, do escravo ou do emigrante? Neste momento da pergunta é necessário ver bem o que ainda hoje é efectivo fundamento de cultura estruturante, portanto, de uma prática política, social e jurídica. Na linha de António Paim, José Maurício de Carvalho pretende avaliar como as instituições do sistema representativo se viram enxertadas naquilo que define como o "velho estado patrimonial português".

Tendo por fundo a "evolução da moral no sentido de uma expressão laica da tradição ocidental cristã" e uma moral social consensual intersubjectiva desenvolvida a partir da "fórmula transcendental do direito público" de Kant, o autor brasileiro pretende ir ao encontro de uma perspectiva luso-brasileira sobre o problema. Emerge no seu estudo o assumir da influência tridentina que teria abafado a espontaneidade da consciência em nome de uma racionalização da vida. As paixões desregulavam o homem e confundiam o seu propósito. (10)

O que é certo é que o alcance da reforma católica, da dinâmica inquisitorial ou da pedagogia jesuítica esbatendo-se com a intervenção pombalina não alteraram significativamente a matriz moral que persiste. O autor vem a concluir que o pombalismo reitera um paradigma tradicionalista reforçando mesmo o patrimonialismo e o protecção de Estado nos antípodas portanto da autonomia da moral não se vislumbrando o individualismo resgatador da pregação tradicional. Por discutível que possa ser esta tese sobretudo no alcance que se pretende, tendente a explicar os condicionamentos patrimonialistas e burocráticos do estado brasileiro na actualidade o certo é que a José Maurício de Carvalho foi possível ir ao encontro do que, para mim, é o resultado final da Ilustração em Portugal na época pombalina: a afirmação de um neotonianismo moral que se

saldou por um lado através da aceitação de uma modernidade de método e de cientismo (mais cartesiana que lockiana e sobretudo aberta à harmonização leibniziana) mas, por outro lado, mediante o fechamento à especulação política e moral. A repressão do deísmo ou do filosofismo são os indicadores mais visíveis. Indo ao encontro do pensador brasileiro direi que, sem dúvida persistiu uma ética de salvação. Importa todavia, também em análise de contornos mais sociológicos e históricos ver em que medida era possível aceitar uma moral alternativa.

Outros exemplos de questionação das realidades culturais luso-brasileiras poderiam ser invocados. Pretendi apenas chamar a atenção para o interesse em, por via comparativa, se aprofundar o estudo de matrizes e experiências no contexto amplo do pensamento e da realidade hispânica.

Notas

¹ Os Colóquios Tobias Barreto, em Portugal e Antero de Quental no Brasil que dão nome a reuniões científicas sobre obras de pensadores de Portugal e do Brasil tem como coordenadores Luiz António Barreto, no Brasil e em Portugal o autor desta comunicação. Da actividade desenvolvida resultou, entretanto, a criação, em 1992, do Instituto de Filosofia Luso Brasileira que reúne investigadores dos dois países. Além das Actas publicadas sobre os autores estudados, foi criada uma colecção *Razão Atlântica* e organizado um *Curso Livre de Filosofia Luso Brasileira*, actualmente ministrado na Universidade Nova de Lisboa, no âmbito de um protocolo com o Centro de História da Cultura da UNL (Projecto Pensamento Hispânico).

² António Paim, Etapas iniciais da filosofia brasileira. Estudos complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil — Vol. III, Londrina, Editora UEL, 1998, p. 11.

³ A atenção prestada ao idealismo alemão não empolgou e não perturbou o ponto de partida empirista e sensualista de Silvestre Pinheiro Ferreira. Deve ter-se em conta ainda que pesou muito na formação do filósofo a Congregação do Oratório que abandonou em 1791. Cfr. J. Esteves Pereira, Introdução a Silvestre Pinheiro Ferreira, *Preleções Filosóficas*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1996, p. 15.

⁴ Sobre esta questão é útil ler as considerações expressas na 2.ª edição de *Contribuição contemporânea à história da filosofia brasileira. Balanço e perspectivas*, Londrina, Edições CEFIL, 1999, de José Maurício de Carvalho e que transcrevemos (texto de que não tinha conhecimento obviamente à data da comunicação):

Luis Alberto Cerqueira Batista (...) *preferiu adotar um outro modelo de interpretação da filosofia brasileira, ainda que sem chegar a contestar a sua existência. Argumentou Cerqueira Batista, em defesa de sua tese, que Silvestre Pinheiro Ferreira, por nós considerado como o iniciador da filosofia brasileira, foi desqualificado, desde Sampaio Bruno (1857-1915), quer como moderno, quer como opositor consistente do tradicionalismo português (Batista, Introdução à filosofia brasileira. Tese, 1998, p. 91-2). Como ele não considera a origem da filosofia

brasileira vinculada ao esforço teórico de Pinheiro Ferreira, entendeu que o ponto de partida estava em outra ocasião, situava-se na filosofia de Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Entendemos, em contrapartida, que Magalhães represente o segundo momento da filosofia brasileira. Para Cerqueira a originalidade da filosofia brasileira estava no fato *de que a sua emancipação começa pelo empenho de resgatar à própria formação da consciência de si (...) sem falseamento de sua verdadeira origem, remontando a tempos em que o sentido helênico da filosofia renasce em Portugal sob o influxo da espiritualidade renascentista.* Ao situar a origem da filosofia brasileira em Gonçalves Magalhães, Cerejeira tentou retirá-la quer da órbita de Silvestre Pinheiro Ferreira, tido como um dos filósofos portugueses estrangeirados, quer do empirismo de John Locke, veiculadas pelo próprio Silvestre, que defendia a experiência em detrimento das ideias inatas. Considerar a origem neste momento significa, explicou Cerqueira Batista, apostar na dependência cultural da filosofia brasileira. Ao tomar Magalhães como ponto de partida ele acreditou que se livrava da pecha da dependência cultural e podia explicar, adicionalmente, o caráter de conciliação pelo qual a filosofia aqui desenvolvida não apenas ganhava autonomia frente às correntes anteriores, mas também se vinculava à tradição neotomista que se estruturou com o contra-reformismo lusitano. Cerqueira permite-se também rever a interpretação da ideia de cultura elaborada por Tobias Barreto de Menezes (1839-1889) que, no seu entender, foi desenvolvida com base na mentalidade cientificista, não contradizendo o sentido de natureza encontrado no pensamento de Magalhães, mas introduzindo uma tensão que não estava presente nas ideias daquele pensador. Para Cerqueira a natureza de nossa formação intelectual está vinculada ao aristotelismo português. Por este motivo a filosofia de Magalhães simplesmente representa a adoção do espiritualismo moderno sem negar o antigo. Na medida em propôs uma atitude diversa da metafísica tradicional, Cerqueira enxergou no esforço de Tobias uma simples continuação do que fora iniciado com Magalhães, é verdade que introduzindo uma tensão não encontrada antes. Foi esta tensão que estimulou Farias Brito a buscar, segundo Cerqueira, uma conciliação dos dois autores, Gonçalves de Magalhães e Tobias Barreto, sugerindo uma unidade na história de uma filosofia brasileira em relação ao seu suporte originário. No que se refere ao reconhecimento de expressões singulares da filosofia, por exemplo, filosofia alemã ou francesa, ele não adota esta distinção, apenas enxerga um sentido universal na filosofia, o que não legitimaria a ideia de que existam filosofias nacionais. O que aproxima a filosofia brasileira e a portuguesa é o conjunto linguístico, o mesmo sistema de significação. No restante, pertencem ambas ao mesmo projeto universalista da filosofia que não se divide em singulares manifestações ou filosofias nacionais. Como se vê estamos distantes das posições de Cerqueira. Para nós que acompanhamos Miguel Reale, Antônio Paim, Constança Marcondes César, a filosofia brasileira nasceu não como uma conciliação com o espiritualismo lusitano originado nos anos seiscentos, como sugeriu Cerqueira, mas para superar os limites que ele trouxe. O espiritualismo dos seiscentos foi um movimento neotomista que ganhou impulso sob

o nome de Segunda Escolástica, período que se iniciou, na Península Ibérica, com Pedro da Fonseca (1578-1599) e se estendeu até o século XVIII. Santo Tomás havia dado uma interpretação muito singular à excelência moral e entendera diversamente de Aristóteles o ideal de vida e felicidade, pois transmudou-o, seguindo Boécio, *em busca da felicidade eterna após a morte, quando Aristóteles cuidava da atividade ajustada à satisfação de bem viver na polis*, conforme explicamos em *Caminhos da moral moderna*, Carvalho, 1995 (pp. 24-26).

⁵ Luiz Alberto Cerqueira, *ob.cit.*, pp. 20-21.

⁶ Gonçalves de Magalhães, *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão*, in *Obras*, t. VII, p. 3.

⁷ Idem, *Os indígenas do Brasil perante a história*, in *Obras*, t. VII, p. 215.

⁸ Idem, *Ensaio sobre História da Literatura do Brasil*, in NITEROY, Revista Brasiliense, Paris, Dauvin et Fontaine, 1836, n.º 1.

⁹ Vamireh Chacon, *O Humanismo Ibérico*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1998, p. 199.

¹⁰ José Maurício de Carvalho, *Caminhos da moral moderna: A experiência luso-brasileira*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte — Rio de Janeiro, 1995, p. 29.

¿EXISTE UN ESPACIO PROPIO LATINOAMERICANO?

REYES MATE

UNIVERSIDADE COMPLUTENSE DE MADRID

1.

Voy a abordar el tema teniendo en cuenta el horizonte de globalización o mundialización que hoy domina: ese horizonte de globalización, visto como el Zeitgeist, ¿avala o dificulta la búsqueda de un lugar propio iberoamericano?

A nadie se le oculta que ese tema admite muchos abordajes. El mio va a ser filosófico, de ahí que parta del último considerando por la sencilla razón de que un análisis del Zeitgeist remite a un enfoque eminentemente filosófico.

No me cabe la menor duda de que este enfoque no es el principal ni el más decisivo pues van a quedar en la penumbra aspectos tan fundamentales como datos empíricos de la sociología política y categorías muy conocidas de la filosofía política. Pero me mantengo en este planteamiento porque es aquél en el que puedo aventurar alguna sugerencia.

2.

Lo que quisiera poner de manifiesto es que la pregunta por el Zeitgesit afecta a la posibilidad misma de un espacio propio, multicultural e internacional, latinoamericano.

Pudiera ser, en efecto, que existiera voluntad política y hasta medios económicos para crearlo pero que, sin embargo, fuera inviable porque no hay ningún espacio libre en el que ese proyecto pudiera plasmarse.

3.

Antes de seguir adelante conviene aclarar qué es eso de la globalización.

Si atendemos a la literatura sociopolítica y económica la podemos entender a) como un desarrollo autónomo de la racionalidad económica en el seno de una estructura política que ha quedado presa de la forma estatal; b) esa situación anómala (desarrollo económico que desborda la figura política por excelencia: el Estado) plantea un grave problema de legitimación democrática al propio Estado pues éste tiene que moderar o deshacer al estado de bienestar para poder ser internacionalmente competitivo, sin que, por otra parte, tenga respuesta a la desintegración social que de ello se deriva.

Muchos autores (particularmente los defensores de la «Segunda Modernidad», tales como Ulrich Beck) han saludado fervorosamente la aparición en los años noventa del fenómeno de la globalización pues ésto supone dar carpetazo a las tesis postmodernas del fin de los grandes relatos así como a las prédicas neoliberales del final de la historia.

Para los espíritus más progresistas (J. Habermas, en Alemania o J. Estefanía, en España) la respuesta a los problemas de la globalización estribaría en acompañar la racionalidad política a la económica mediante un proyecto político que fuera, en primer lugar, global (porque engloba a todos los Estados) y que se dotaran, en segundo término, de unas instituciones que garantizaran la solidaridad mundial, en lugar de la solidaridad nacional que es lo que han generado los estados del bienestar hasta ahora conocidos.

Conviene señalar, antes de seguir adelante, que estas propuestas no coinciden del todo con lo que es la Unión Europea, por dos razones: la creación de grandes unidades políticas (grandes pero no mundiales) conducen a alianzas defensivas respecto al resto del mundo que minan las posibilidades universalizadores de la globalización. Y otra razón más: la Unión Europea sigue siendo, fundamentalmente, un mercado común. No se ha producido aún el paso del «ciudadano del Estado» (del «citoyen» o «Staatsbürger») al «ciudadano» sin más (al «bourgeois» o «Bürger»). Cada ciudadano nacional tiene los derechos sociales de su propio Estado pero no unos comunes. En Europa la globalización del mercado se conjuga con nacionalismo o particularismo social.

¿Qué es lo que entonces se nos propone?. Dado que las instituciones políticas no están de momento por la labor, ni parece que los Estados más ricos e influyentes estén por implementar la solidaridad mundial, tomándose en serio la figura del «ciudadano», lo que procede es recurrir a la opinión pública, a la sociedad civil del mundo entero para empujar a los políticos en esa dirección.

Lo que estos autores proponen, en el fondo, es la generalización del modelo occidental del Estado de Bienestar. Ese modelo hace muy difícil o innecesario el «espacio propio latinomericano» a no ser que fuera visto como un medio de presión para acceder antes y mejor al modelo occidental.

4.

Si esto fuera lo correcto, la reflexión podría acabar aquí. Las consideraciones teóricas deberían dejar paso, entonces, a propuestas estratégicas que permitieran optimar la negociación con quienes tienen la patente del modelo.

Claro que para que ese planteamiento fuera correcto habría que dar por hecho que el modelo de globalización se cohoneste con la pretensión de universalidad que debe caracterizar a un tratamiento filosófico, es decir, racional de la política. Y eso sí que no parece que sea el caso. Estamos pues obligados a seguir pensando.

Al margen de lo que los economistas o informáticos entiendan y expliquen — independientemente, pues, de los contenidos — la mundialización hay que entenderla, formalmente, como «occidentalización». El desarrollo planetario de la técnica lo que en realidad está universalizando es lo occidental.

Ahora bien, «occidente» u «occidentalización» no es un término ingenuo. Tiene, por el contrario, mucha historia y una gran carga teórica, alimentada secularmente por la reflexión filosófica. Ese trasfondo no puede ser pasado por alto sino, muy al contrario, debe ser explicitado y analizado.

Propongo resumir su significación en estas dos proposiciones: a) Europa se autoentiende como lugar de la universalidad y b) las realizaciones históricas de esa universalidad siempre son particulares con lo que el proyecto «Europa» siempre acaba frustrándose.

Veámoslo más detenidamente.

4.1.

Europa, lugar de la universalidad.

Se advertirá que hemos pasado del término «Occidente» al de «Europa» sin solución de continuidad. Geográficamente no son idénticos aunque culturalmente por idénticos se toman ya que Occidente será, como diría Ortega, plusquam Europa y, por eso mismo, fundamentalmente lo europeo.

Pues bien, esta Europa tiene una clara conciencia de ser la patria de la filosofía, el lugar del logos, de ahí que se vincule Europa con la pretensión de universalidad.

Esta convicción es una constante en la historia de la filosofía. Si sólo fuera un filosofema no habría que darle más valor que lo que merece una idea pura. Pero es algo más. Ese convencimiento, en efecto, ha sido el principio inspirador de la política europea lo que, por lo que sabemos de historia, tenía que afectar inevitablemente a la política mundial.

Esa tesis filosófica es pues un principio heurístico o clave política fundamental de Occidente.

Trataré de ilustrar la última observación con algunas calas históricas:

- Max Weber, en su reconstrucción de la racionalidad occidental, se pregunta por qué en Europa y sólo en Europa, el conocimiento es científico, es decir, goza de validez universal. En la Introducción a sus Ensayos sobre sociología de la religión Weber sentencia que «sólo en Occidente hay ciencia en aquella fase de su evolución que reconocemos actualmente como válida». Astrónomos, geómetras, químicos ha habido en muchas partes pero sólo en Europa se ha sabido fundamentar matemáticamente la geometría o someter las ciencias naturales a la experimentación racional. Otro tanto ha ocurrido en el campo de la política o del derecho: muchos son los pueblos que se han ocupado de ello pero sólo en Occidente es constatable una sistematización y racionalización de los conceptos. La misma diferencia llega hasta el arte. Muchos pueblos conocieron, por ejemplo, el arco de ojiva como decoración pero sólo en Europa se le transforma en bóveda gótica capaz de ampliar el espacio construido y de distribuirle a voluntad. Interés por el estudio y el conocimiento de la realidad ha habido en muchos sitios «pero el cultivo sistematizado y racional de las especialidades científicas, la formación académica del especialista como elemento dominante de la cultura es algo de lo que no hubo ni atisbos fuera de Occidente». De ahí la pregunta con que Weber abre su estudio: «¿qué encadenamiento de circunstancias ha conducido a que aparecieran en Occidente, y sólo en Occidente, fenómenos culturales que (al menos tal y como tendemos a representárnoslos) se insertan en una dirección evolutiva de alcance y validez universales?».

No vamos a rastrar la respuesta de Weber a su pregunta pues lo que de momento nos interesa es dejar constancia de esa conciencia de universalidad que tiene Europa.

- También Husserl, en la famosa conferencia de Wiena, de 1935, vuelve sobre el mismo convencimiento de base: Europa es el lugar de la filosofía. Ese es su genio. Se refiere Husserl a algo compartido por todos los pueblos europeos, pese a que nació en Grecia y pese a que la historia de Europa no es una historia comunitaria precisamente. Esa genialidad, dice, la aprecian bien los de afuera, por eso se sienten a aquí como en su propia casa. El genio Europeo es la filosofía, un telos infinito que atrae hacia sí a toda la evolución de la humanidad y que la impulsa a conformarse desde la idea de razón.

La tarea espiritual de Europa, el contenido de la idea filosófica de Europa, consiste en mostrarse como «teleología...de la opaca humanidad», lo que tiene como consecuencia «la libre configuración de su existencia (de

la humanidad) a partir de las ideas de razón» (328 de la traducción de Alianza).

- Pero es sin duda Hegel quien, con mayor claridad y contundencia, explica la relación entre Europa y universalidad. Y como además lo hace teniendo en cuenta la significación histórica de América, séame permitido detenerme un momento en su Filosofía de la Historia.

Recurro a la ayuda de Ortega y Gasset quien, en 1928, comenta la traducción al castellano de la citada obra, en una conferencia titulada precisamente «Hegel y América».

Las tesis del filósofo alemán son bien conocidas:

- a) El Weltgeist es europeo o, más exactamente, «germánico y protestante». África comienza en los Pireneos y de ese continente forma parte España, país latino y católico. Llama la atención que fundamente su eurocentrismo en la Reforma y la Revolución francesa, dejando a un lado el Descubrimiento de América que es, como bien ha visto E. Dussel, el acto fundamental del eurocentrismo moderno. Hasta ese momento Europa era un lugar sitiado por la cultura árabe.

La sede definitiva del Espíritu Universal es la Europa cristiana o, mejor, la Europa cristiano-germánica, como dice en el párrafo 358. Ahí en efecto asigna «al principio nórdico de los pueblos germánicos» la ingente tarea de la reconciliación universal.

- b) Centroeuropa, como Träger de la historia, tiene los títulos que le advienen al «caput» histórico de la humanidad: marcar el rumbo y ser reconocido como el sentido de la historia.
- c) América es lo pre-histórico. Hegel sitúa América en el capítulo geográfico, en la pre-historia. Todo lo americano está tocado por el carácter de inmadurez: «No pretendo quitar al Nuevo Mundo el honor de haber salido también en seguida de las aguas, cuando la creación del mundo. Sin embargo, el mar de las islas que hay entre América del Sur y Asia demuestra una inmadurez física: la mayor parte de tales islas tienen una constitución tal, que vienen a ser una especie de cobertura terrosa sobre rocas emergidas de una profundidad insondable; y llevan las trazas de ser algo originado tardíamente». (Hegel Werke 12, 107 y (Zeus) 105).

Y, junto a la inmadurez, la insuficiencia: «De América y su cultura, especialmente por lo que se refiere a Méjico y Perú, es cierto que poseemos noticias, pero nos dicen precisamente que esa cultura tenía un carácter del todo natural, destinado a extinguirse tan pronto como el Espíritu se le aproximara. América se ha mostrado siempre y se sigue mostrando floja tanto física como espiritualmente.

Desde que los europeos desembarcaron en América, los indígenas han ido decayendo, poco a poco, al soplo de la actividad europea...» (Ib).

Ahí asoma un pesado juicio de valor: América se encuentra en la pre-historia; es un momento de la Naturaleza. Si quiere salir de la barbarie tiene que incorporarse a la historia del Espíritu. Esa incorporación se produce mediante la disolución del propio espíritu, al contacto con el Espíritu universal.

Sobre quien o qué sea ese Espíritu que disuelve al Nuevo Mundo, no hay duda: «el Espíritu germánico es el Espíritu del Nuevo Mundo cuyo fin es la realización de la verdad absoluta, como autodeterminación absoluta de la verdad, que tiene por contenido su propia forma absoluta. El destino de los pueblos germánicos es el de suministrar los portadores del espíritu cristiano» (Hegel Werke 12, 413).

El destino de América es o bien occidentalizarse y disolverse como algo específico o bien mantenerse... en la prehistoria.

El planteamiento hegeliano podría tomarse como una exageración o excentricidad filosófica si no fuera, como ya ha quedado dicho, porque Hegel, en este caso como en tanto otros, opera como notario de la realidad. No en vano su filosofía pretende ser «una ciencia de la experiencia», es decir, una formalización de la historia real de los pueblos o, mejor dicho, de la conciencia que los pueblos han tenido de su historia. La tesis de Hegel, en efecto, se corresponde al espíritu de la Ilustración. Cuando ésta es definida por Kant como «salida de la humanidad de su culpable inmadurez», se está refiriendo a Europa. Es Europa la que llega a la madurez y marca el sentido a toda la humanidad. Y ese mismo espíritu es el que domina a Marx cuando, en su disputa con Bakunin sobre los derechos de conquista de los yanquis respecto al norte de México, legitima la conquista en nombre de las ideas ilustradas. Y es el mismo espíritu el que anima al «humanista» Ginés de Sepúlveda en su disputa con Las Casas sobre los títulos legitimadores de la conquista.

4.2.

La conciencia filosófica europea se ha traducido con frecuencia conocida en dominio sobre los demás hombres. Ese dominio no ha tenido inconveniente, como acabamos de ver, de recurrir a la violencia para hacerle efectivo. Lo nuevo, sin embargo, es que hoy el dominio se ejerce a través de la callada expansión de la técnica a escala planetaria. Eso permite un dominio no formalmente violento sino consentido y, por tanto, mucho más eficaz.

¿Podemos a estas alturas confundir universalización con «occidentalización»?

5.

No podemos, de ahí la segunda proposición aclaratoria: la realización histórica de esa universalidad es particular.

Tras lo dicho, pocas dudas deben albergarse a propósito del particularismo de la razón occidental: o bien se construye, dentro de lo occidental, un centro y una periferia, un sujeto histórico y unos sujetados o sometidos al líder histórico, o bien se construye la figura de la pre-historia adonde se envía todo aquello que no cabe en el concepto racional de historia.

La cruz de Europa es haber descubierto la universalidad pero sin haber logrado interpretarlo universalmente.

Ahora bien, si «occidentalización» no es universalidad, ¿cabe pensar la universalidad universalmente? ¿hay valores universales que no sean la expansión de los unos sino la expresión de todos?

Y, además, ¿qué papel juega en esa universalidad lo iberoamericano? ¿comparse o constructor?

Sobre la primera pregunta hay muchas respuestas. Los hay, como los postmodernos que dan por liquidado todo discurso universal, apoyándose en los desmanes que han generado todas las versiones del monoteísmo. Y los hay quienes, como Habermas, entienden que la razón es una y, si es verdadera, vale para todos.

Claro que también hay otras respuestas. Por ejemplo, la de Heidegger. El dijo cosas tan peregrinas como que sólo se podía filosofar en griego o en alemán. A muchos latinos — entre otros a Ernesto Grassi — esa arrogancia germana les resultaba intolerable. Pero no habría que dejarse atrapar por el tono provocador. En el fondo, Heidegger lo que no dejó de subrayar era el genio filosófico de Europa. La pregunta por el ser del ente era su capital cultural, un capital del que había terminado por no ser consciente. Pero eso no significa que el pensar se agote en la pregunta por el ser del ente, es decir, en la filosofía. Había otros mundos, otras maneras de acercarse a la realidad, distinta de la filosófica, de la europea.

Pero no voy a seguir el tortuoso camino de Heidegger sino otro mucho más a mano.

6.

Si la racionalidad occidental no lo es todo, aunque haya pretendido serlo, habrá que reconocer que algo ha quedado excluido de esa racionalidad. Vamos a seguir el camino de la excluido por el logos.

Ya hemos visto algunas exclusiones políticas (Hegel, a América; Sepúlveda, al indígena etc). Pero no me refiero ahora a las exclusiones físicas sino a las metafísicas: ¿qué es lo que la filosofía ha excluido del concepto humano de hombre? ¿qué hombres han quedado fuera del concepto de humanidad?

La Modernidad ha excluido a los judíos del concepto de hombre y a lo judío del de humanidad o racionalidad. Para ilustrar esta osada tesis podemos recurrir al Holocausto. Se les quiso exterminar porque no se les consideraba hombres. El relato de Primo Levi Si esto es un hombre recoge en el título la interiorización por

las víctimas del juicio de los verdugos. Como si a los propios ojos de las víctimas hubiera duda sobre el carácter humano de su pueblo. Pero alguien dirá: ¿qué tiene que ver Hitler o los nazis con la Modernidad?. Ellos eran unos bárbaros pero no ilustrados.

Ese es el problema, que Auschwitz es la estación final de un largo proceso intelectual que había empezado mucho antes. Se llegó a la liquidación física porque antes había tenido lugar la metafísica.

¿Cuando se produce esa barbarie filosófica? Cuando se reduce la realidad a una idea; cuando se convierte al concepto en la categoría fundamental del conocimiento. En ese momento se produce un atropello a la realidad pues se declara a todo aquello que no forma parte de la idea abstracta de hombre irrelevante teóricamente.

Al llegar a este punto es obligado remitirnos a Hegel. El se proclama el fin de la historia y de la filosofía porque con él el concepto llega a su perfección. Nada hay de lo dicho en la filosofía desde Anaximandro que esté ausente de su sistema. Para Hegel la filosofía es aprehensión de una época en conceptos. Eso vale para cualquier filosofía... menos para la suya. El hace un esfuerzo complementario para captar no sólo su tiempo sino toda la historia de la razón, que es la historia de Europa. La filosofía no brota individualmente de la mente del filósofo sino que la mente del filósofo refleja el desarrollo del pensamiento en el tiempo. El sujeto de la filosofía es la humanidad que él llama Espíritu Universal. Y él, el último de los filósofos, es el final porque con él llega a casa el Espíritu del Mundo. Hegel está convencido de ocupar un sitio privilegiado en la evolución del mundo, convencimiento que le permite afirmar «hasta aquí ha llegado el Espíritu Universal. La última filosofía es el resultado de las anteriores. Nada se ha perdido. Todos los principios se han conservado». Pero ¿cómo?.

Para Hegel la filosofía es Ciencia de la Lógica. «Logos» es el emblema de ese invento griego llamado filosofía, gracias al cual la humanidad sale del estadio de infancia marcado por el mito. A partir de ahora, en efecto, cuando el hombre se haga preguntas sobre el qué y por qué de las cosas no responderá contando historias sino refiriendo la explicación al logos. En ese sentido se puede decir que la filosofía siempre ha sido lógica.

Pero el logos no es un diccionario de consulta donde se explica las cosas que son sino lo que las cosas son. El logos tiene un fino olfato para lo ente o ónta. Pero sólo para eso. Solemos decir que las cosas son lógicas y lo que estamos dando a entender que las conocemos como el logos nos da a entender. Y la filosofía es la captación de la lógica de las cosas. El logos se convierte en el tribunal del ser.

El ser será muchas cosas pero sólo interesa al filósofo en cuanto captable por el logos. La filosofía no puede negociar con la realidad cruda sino con lo que es, con su representante lógico. La filosofía deviene pues onto-logia que es tanto como decir que a la filosofía sólo le interesa la realidad en cuanto gnoseo-logia, en cuanto alimento del conocimiento.

Pero, así se lo pregunta G. Scholem, «¿puede ser todo pensado?». ¿Se puede el logos hacer con toda la realidad?. Fuera del conocimiento lógico queda un mundo: lo desechado por el concepto o, dicho, en positivo, la experiencia.

Como lo desechado por el concepto es la experiencia, la experiencia es lo cognitivamente despreciado. ¿Qué significa despreciar cognitivamente la experiencia, es decir, los afanes de la vida?. Vaciarla de significación. El sentido le viene dado de fuera. Lo teóricamente relevante o significativo no es lo que sucede en la vida sino el concepto, que abstrae de ella. Para el conocimiento sólo vale la idea que nos hacemos de la vida.

Benjamin refleja esta crítica fundamental con una sobriedad inigualable: «para tratar tan humanamente (racionalmente) a todos los hombres en su conjunto, no hay que detenerse en la inhumanidad de los individuos concretos. Para dotar al colectivo con rasgos Humanos (racionales), el individuo tiene que cargar con lo inhumano (irracional), hay que despreciar a la humanidad (racionalidad) en el plano individual para que ésta aparezca en el plano del ser colectivo»).

Si la respuesta moral a los problemas políticos concretos es invocar principios regulativos, estamos haciendo algo de lo que tenemos que ser muy conscientes: estamos, por los motivos que sean, abstrayendo de la realidad. Imaginemos cualquier conflicto político, de convivencia entre personas o comunidades. La solución moral, desde el supuesto democracia, es exigir que todas las partes se atengan a unas reglas de juego que deben valer para todos. Ese planteamiento, en el fondo, no quiere entrar en el conflicto, no quiere oír a las partes y tomar partido. Dicho de otra manera: no concede importancia teórica a la situación concreta. Valdría aquí lo que Benjamin dice a propósito de la humanidad abstracta: los defensores de los derechos humanos, los apologetas modernos del humanismo, los que pronuncian frases como «todos somos iguales», «todos tenemos la misma dignidad» etc. sólo se lo pueden permitir a base de negar la realidad del individuo concreto que es desigual, que carece de derechos humanos y de toda dignidad. Se hará con la mejor intención del mundo, pero al precio de despreciar teóricamente su situación.

Estas críticas a la racionalidad que voy hilvanando en los últimos momentos se las debo a un grupo de pensadores de principios de siglos quienes, ante el espectáculo sobrecogedor de la Primera Mundial, entendieron que algo vital de la Modernidad se había frustrado y que había que osar un nuevo comienzo. Son los defensores del Nuevo Pensamiento. Para ellos la interpretación idealista de la realidad es un «crimen» teórico pues injusticia a la realidad privándola de todo sentido. Decir, por ejemplo, de un esclavo que es un sujeto humano, dotado con todos los derechos que los occidentales modernos reconocemos al hombre, es tan grave como decir de alguien que está prisionero que es libre.

El pensador idealista sólo tiene razón si abstrae de la realidad. Quien pronuncia una de esas frases regulativas — «todos somos iguales», por ejemplo — está

suponiendo que lo lógico es disponer de esos derechos, pero que si el esclavo no los disfruta es por una violencia que se ejerce sobre él. Bastaría con neutralizar esa violencia para que pudiera ejercer sus derechos.

Pero razonando así se está suponiendo que hay quien disfruta de esos derechos: por ejemplo, quien ejerce la violencia sobre el esclavo o el filósofo que teoriza sobre el particular. Se supone, en ese caso, que el sujeto de los derechos es la Humanidad, en abstracto, y basta que cada cual pueda aplicárselos para ser un sujeto de derechos. El inconveniente de ese planteamiento es que la Humanidad no existe; existen individuos y ¿cómo se puede decir que «todos somos iguales» si no los somos?. Habría que decir aquello de «sí, iguales, pero unos más que otros». ¿Puede ser uno «igual» por su cuenta?, ¿puede uno ser sujeto de los derechos humanos si los demás no lo son? o, más precisamente: ¿puede disfrutar de los derechos humanos el verdugo mientras su víctima es privado de ellos?. ¿Puede ejercer sus derechos un colono nacido en Oxford, viviendo en la India colonial con una cohorte de esclavos?

Sólo podemos responder afirmativamente si planteamos los derechos humanos al marge de la realidad, en la que no hay derechos con la universalidad de lo humano. Habría que recurrir a la figura de un reino de derechos — la Humanidad — de la que cada cual recibe el regalo de los derechos si consigue hacerse con ellos individualmente.

Pondré otro ejemplo para aclarar la diferencia entre un planteamiento «conceptual», abstracto, y otro «experiencial», concreto, refiriéndome a otro de los grandes tópicos modernos, por ejemplo, el de la tolerancia. En el *Natán el sabio* de Lessing tenemos bien expuesta la teoría ilustrada, moderna, de la tolerancia. Saladino piensa que las guerras de religión acabarían si alguien pudiera dar una razón de la superioridad de su creencia sobre las demás. Esa es la pregunta que encarga a Natán. El bueno y piadoso Natán no le da ninguna razón de la superioridad de su creencia, sólo le cuenta una historia, la «parábola de los tres anillos». Lo que de ella se desprende es que todos somos hombres antes que judíos, moros o cristianos. Estamos unidos en una humanidad común y esa base no legitima superioridad alguna sino que justifica la convivencia y el respeto a las diferencias.

No hay duda de que el argumento ha sido eficaz. En su haber está una positiva «Wirkungsgeschichte». Pero «cuan abstracto es ese argumento de la humanidad común». La crítica viene de otro miembro del pueblo judío, unos siglos después. Más que crítica es un reproche. Le reprocha que, durante toda la obra, Natán haga gala de un gran sentido moderno, humanista, al precio de negar su realidad individual de judío. No es que Natán oculte su judaísmo, al contrario, lo que oculta es su experiencia de convivencia: los cristianos le han matado a sus siete hijos y a su esposa por ser judíos. Si quiere hablar de tolerancia no debería hacer abstracción de su condición sino plantearla a partir de ella: ¿cual es la tolerancia entre víctima y verdugo?

De la exposición anterior se deduce que la Humanidad está dividida no tanto en dos clases sociales cuanto en dos complejos hermeneúticos: a) los que se sienten representados por la «universalidad occidental» (Los Natanes que en el mundo han sido) y b) los que hacen, dentro de ella, la experiencia de la particularidad. Es una línea divisoria teórica: interpretación «idealista», en un caso; interpretación «experiencial» de la realidad, en otro.

A los judíos se les echó del concepto de hombres no sólo por ser diferente sino por osar pensar no desde el concepto sino desde la memoria y la narración, es decir, desde la experiencia. Eso les llevó a los campos de concentración.

7.

Me he referido hace un momento a filósofos que se paran a medir los costos de un conocimiento «conceptual». Son judíos y no es una casualidad. Lo «judío» es uno de esos costos del conocimiento «conceptual».

Lo que caracteriza a estos críticos de la racionalidad occidental no es la mayor o menor agudeza teórica sino la veracidad de su crítica: criticaron al concepto desde la propia experiencia. Hicieron en las propias carnes la experiencia de la exclusión. Su propia biografía, al igual que la de su pueblo, muestran claramente el precio de la particularidad de la universalidad occidental.

Nada extraña entonces la radicalidad de su crítica respecto a la racionalidad occidental:

- a) de ella dirán que es «idealista». El idealismo no es un adjetivo aplicable a una época de la filosofía sino a toda la filosofía «desde los jónicos hasta Jena», es decir, desde los presocráticos hasta Hegel. Toda la filosofía ha vivido bajo la ilusión de que «pensar la realidad es pensarse». Ahora bien, esa manera de conocer denota pérdida de realidad. Para la filosofía la realidad está por pensar.

Este enorme juicio crítico es sólo comparable al que años después hará Heidegger cuando afirme de la metafísica occidental que es «olvido del ser». El «idealismo» de los unos y «el olvido del ser» de los otros apunta a la misma realidad.

- b) Lo que estos defensores del Nuevo Pensamiento proponen es pensar la realidad, partiendo de la experiencia.

La invocación a la experiencia es una vieja historia. El «Systemfragment» de 1800, acta fundacional del idealismo alemán, es una declaración de principios del filosofar a partir de la experiencia: «no aceptar nada como válido», dicen, «que no resistiera la prueba de la experiencia». Si hasta la Fenomenología de Espíritu de Hegel lleva por subtítulo «ciencia de la experiencia», aunque, eso sí, de la experiencia de la conciencia.

Claro que esa experiencia que ha guiado a la filosofía moderna tenía un vicio de origen: confundir experiencia con «conocimiento de la experiencia», con experiencia evaluable. Haciendo eso, como hizo Kant, reducíamos el campo de la experiencia a la científica. Ahora bien, la experiencia científica no sólo reduce el campo de la experiencia a la experimentación sino que lo acaba destruyendo (como bien muestra Heidegger en su comentario al concepto hegeliano de experiencia).

Esta depauperación experiencial explica el grave diagnóstico de Walter Benjamin aplicado, paradójicamente, a quienes había vivido uno de los acontecimientos de la historia universal (se refería a los soldados que volvían del campo de batalla) pero que afecta igualmente a todos nuestros contemporáneos: «volvieron mudos del campo de batalla. No enriquecidos, sino más pobres en experiencia comunicable».

El hombre moderno que piensa vivir tanto y tan de prisa tendrá muchas «vivencias» pero escasas «experiencias». Esta distinción benjaminiana es fundamental.

La «vivencia» es la experiencia de la técnica. La técnica, la máquina o el moderno modo de producción impone un ritmo de vida que se visualiza en la figura del «shock». El ritmo de la vida es el ritmo de la producción que, como bien captó Charles Chaplin en «Tiempos modernos», es una cadena de instantes, cada uno de ellos absorbentes pero repetibles en una intensidad cada vez más mareante. Juan Mayorga lo ha definido como «un impacto violento que colma la percepción de un hombre y suspende su conciencia; una conmoción que deja una marca indeleble en la memoria y, sin embargo, no crea ni recuerdo ni historia; una descarga que lo galvaniza y ante la que sólo le cabe reaccionar como un sistema de pulsiones. Es un elemento fundamental en el cotidiano existir del trabajador/consumidor contemporáneo, ante el que el mundo y la vida se deshacen en una secuencia de shocks». Un buen ejemplo de la «vivencia» es el tratamiento de la noticia en los medios de comunicación. Las noticias valen por su fuerza explosiva y mueren con el impacto de su publicación. Su contratación o veracidad es irrelevante pues una rectificación, por ejemplo, siempre llegará demasiado tarde. Decimos que «el medio es el mensaje» y lo queremos dar a entender es que el mensaje se agota en el instante de su publicación. No hay un antes con autoridad sobre el instante ni un después que pudiera corregir el error del instante.

- c) La «pérdida de realidad» del «idealismo» conlleva, en definitiva, a la simulación de la realidad, a tomarse el sueño por realidad. Es la vieja querencia del logos y en eso no hay diferencias entre Platón y la experiencia técnica. En ambos se elimina la memoria y la conciencia.

- d) Y ¿cómo describiríamos al «conocimiento experiencial»? Como una experiencia con tiempo. El tiempo permite insertar la vivencia en una entramado, en un contexto, en una tradición. Gracias al tiempo podemos entender que los acontecimientos o el presente (los problemas actuales, cualquier situación presente) no son un punto cero sino que tienen un historial y sólo los entenderemos si nosotros no aparecemos como ingenuos o inocentes sino como co-implicados.

Un conocimiento experiencial es, por eso, un conocimiento narrativo, un conocimiento con memoria. Cuando Heidegger decía que el problema del logos era «el olvido del ser» no estaba llamando la atención al logos por su mala memoria sino algo mucho más radical: que todo conocimiento tiene que ser recuerdo porque el ser, al manifestarse en el ente, se oculta al mismo tiempo.

8.

Pero ¿quién puede recordar lo olvidado incluso en nuestra forma de recordar? ¿quién puede recordar lo olvidado o desechado por el concepto?. No es asunto de buena o mala memoria. Recuerda aquel cuya existencia es un olvido. Recuerdan los perdedores de la historia, quienes pagan el precio de este presente sin tiempo.

Esta última reflexión nos aproxima al rasgo más definitorio del conocimiento experiencial: la importancia cognitiva del sufrimiento. El conocimiento que recuerda no es apático sino aquél que establece una relación entre el pensar y el pesar.

La reivindicación del papel heurístico del sufrimiento enlaza con las reflexiones que hemos hecho a propósito del valor teórico del conflicto. Es la realidad la que es teóricamente significativa y no ya la idea de realidad.

Para ilustrar la diferencia entre un conocimiento apático y un conocimiento con pathos, entre un conocimiento sin tiempo y un conocimiento anamnético podemos remitirnos a algo tan de actualidad como el tratamiento de la justicia.

- a) Todas las teorías contemporáneas — discursivas, contratualistas o comunitaristas — confiesan partir de la experiencia de la injusticia. Esa es su motivación. No se habla de la justicia para completar un tratado sobre las virtudes sino para responder de las injusticias.
- b) Lo que pasa es que ese buen comienzo no pasa de ser una buena o mera motivación. Se la pierde de vista en la elaboración teórica.

La razón es muy honorable. Se dice, en efecto, que la experiencia de la injusticia lleva a «tomarse la justicia por su mano» o, traducido al plano teórico, lleva a que cada uno se haga su propia idea de lo que es suyo o del

otro, de lo que es bueno o malo. Ahora bien, como vivimos en una sociedad moderna, esto es, plural, con tantas ideas del bien y del mal, hay que construir unos criterios de justicia que sean universales, es decir, aceptables para todos. ¿Cómo? Haciendo que esos criterios no me beneficien y mi y te perjudiquen a ti sino que sobrevuelen los intereses o las teorías particulares. Que sean pues neutros e imparciales.

Esos criterios no sólo sirven para resolver litigios concretos sino que deciden lo que es justo o injusto. Ya no sabemos por experiencia lo que es injusto sino que hay que esperar a que el discurso lo aclare.

- c) Si los criterios universales de justicia son la neutralidad y la imparcialidad no solamente perdemos de vista la motivación que ha puesto en marcha el mecanismo heurístico de la justicia (la experiencia de la injusticia) sino que hemos operado un cambio total de escenario: la teoría de la justicia se ha convertido en una teoría de la libertad o, si se prefiere, el problema de la justicia no son los casos concretos de injusticia sino el reparto equitativo de la libertad. Decimos, en efecto, que para que los criterios sean aceptables tienen que ser universales, es decir, decididos por todos. Pero no de cualquier manera. La decisión racional, si ha de ser comunitaria, tiene que hacerse por individuos simétricos, es decir, que dispongan del mismo grado de autonomía. La racionalidad está en función de la igualdad en la decisión, es decir, de la libertad. Por eso decimos que es un reparto equitativo de la libertad, aunque la justicia empezó siendo la demanda de una distribución equitativa del pan.
- d) ¿Dónde queda pues la experiencia de la injusticia?, ¿qué papel juega la memoria de injusticias pasadas?, ¿sólo se heredan las consecuencias de las injusticias pasadas y no las responsabilidades que de ellas derivan?

Parece que sólo hay herederos materiales del pasado pero no parece que el disfrute y la apropiación de injusticias pasadas planteen ningún problema moral. Respecto al pasado todos somos inocentes. Borrón y cuenta nueva, velo de ignorancia, situación simétrica, criterios neutros e imparciales... todas esas expresiones que de una manera u otra afectan al núcleo fundamental de las modernas teorías de la justicia denotan que esas teorías constituyen un anuncio solemne de amnistía general.

Pero a la gente común no se le escapa el pasado del presente. Hace unas fechas una viñeta gráfica de un periódico ilustraba perfectamente esta conciencia. Eran días en los que se hablaba de nuevos naufragos africanos que morían o eran capturados por la Guardia Civil en el Estrecho de Gibraltar al pretender pasar a España en unas frágiles pateras. Un grupo de ciudadanos comentaba en voz alta la penosa situación. Uno decía: «los colonizadores arruinaron su tierra» y otro añadía: «los poderosos les ofrecieron un trabajo indigno»; la señora precisaba: «los

políticos levantaron muros contra la inmigración» y el joven de verde apostillaba: «los mafiosos les embarcaron en pateras»; alguien del fondo gritaba «la gente les trató como delincuentes» y la señora de collares agregaba: «y la policía les detuvo por ilegales». Un niño preguntaba: «¿a todos?» y el señor calvo respondía: «No. Sólo a los afortunados. Los demás murieron ahogados» (un «chiste» de Nando en El Periodico de Catalunya del 13 de Agosto de 1998).

Esos jóvenes africanos que acaban en manos de la policía y son condenados por delincuentes proceden de un país que fue colonia de alguno de los países a los que ellos quieren emigrar y sin la que su bienestar actual es inexplicable. La justicia del derecho ¿puede plantearse sin tener en cuenta ese pasado?

9.

Volvamos a nuestro tema: ¿qué tiene que ver todo lo dicho con el espacio común latinoamericano?

Tiene que ver. Ningún espacio es posible si no nos libramos de la falsa universalidad occidental y, por tanto, de la falsa universalidad que supone el discurso de la globalización. Que la crisis económica del Japón o de Rusia afecta a las economías latinoamericanas y europeas sólo significa dos cosas: que el invento occidental «economía de mercado» se ha universalizado y que todos los mercados están relacionados. Pero ni el bienestar del mercado afecta al bienestar de todos y cada uno de los ciudadanos (y ésto ni en el Primer ni en el Tercer Mundo) ni siquiera el mercado agota las posibilidades de la economía. Hay que desinflar el globo de la globalidad.

Esa liberación supone la sustitución del «concepto» por la «experiencia»; del conocimiento «lógico» por el conocimiento «anamnético».

Lo que esa sustitución lleva consigo queda bien expresado en un mural de Rufino Tamayo, expuesto en el Bellas Artes de México y que tiene por título Nacimiento de la nacionalidad. La obra ilustra la presencia opresora del conquistador. El símbolo de ese poder europeo que somete al indígena es una columna jónica. El conquistador no sólo agrede con armas mortíferas sino con todo el potencial de la cultura grecolatina. Con ella ataca a la serpiente, símbolo de la cultura prehispánica. En la parte inferior del mural, una mujer indígena da a luz a una criatura, mitad blanco, mitad morena, símbolo del mestizaje que sobrevivirá al conquistador. La conciencia de mestizaje puede ser un símbolo apropiado del conocimiento anamnético. El mestizaje supone, en efecto, conciencia de dos sangres mezcladas, memoria de una violencia originaria y nuevo proyecto.

La memoria de la violencia originaria hace que la mezcla de sangres no pueda ser irónica: es interpelante. Plantea preguntas de una cultura a otra y sólo en la respuesta, en la asunción de responsabilidades puede haber paz.

El mestizaje supone un nuevo proyecto pues ninguna de las dos culturas originales pueden subsistir autónomamente. Sus destinos se han entrecruzado. Ni Europa es lo que es sin América, ni América sin Europa. Cada una de ellas es el resultado del cruce.

Eso es así. Ahora bien, si eso es así ¿cual es el problema?. Hacer consciente la historia. La prueba de que no hay consciencia de lo que supone para Europa la interpleación de América es cómo entendemos y aplicamos el concepto de «mestizaje». Aquí se lo aplicamos a los otros, a los «americanos». Es su problema. Occidente no tiene memoria, como no la tiene el logos.

El camino hacia la verdad y hacia la libertad pasa, en Europa, por escuchar las preguntas que nos vienen del pasado común. Sin esa escucha, sin esa interpelación no hay verdad ni libertad o, dicho más concretamente, no hay manera de construir una teoría de la justicia.

La respuesta afirmativa a la posibilidad de un espacio común iberoamericano depende de si lo iberoamericano puede constituirse o no en la memoria del logos.

No quiero decir con esto que el lugar de lo iberoamericano sea la novela y que haya que convertir a América Latina, en una nueva y original división mundial del trabajo, en una reserva de relatos y novelistas. Lo que quiero decir es otra cosa. América Latina puede ser la memoria histórica y dolorosa del logos. La racionalidad occidental no tiene memoria. No hay rastro de memoria en filosofía política, en su ética, en su filosofía del derecho. Y de la memoria, de la memoria del sufrimiento depende la conquista de la verdadera universalidad.

10.

Me he referido a la conferencia de Ortega y Gasset «Hegel y América» para mostrar el transfondo filosófico del problema político que plantea nuestro seminario.

Quisiera terminar recogiendo el «punctus saliens» de la reflexión orteguiana. Ortega se detiene en una paradoja afirmación de Hegel. Este coloca a América en la pre-historia con lo que a América no le quedan más que dos salidas: o entrar en la historia o mantenerse en la pre-historia. Si entra en la historia, América no tiene futuro pues esa historia ya ha tenido lugar en la Europa germana y protestante. Será un apéndice de Europa como el resto de pueblos bárbaros que quieran hacer historia.

Ortega observa que ese camino no apasiona a Hegel para quien «América es el país del porvenir. En tiempos futuros se mostrará su importancia histórica... Es el país de nostalgia para todos los que están hastiados del museo histórico de la vieja Europa. Se asegura que Napoleón dijo: cette vieille Europe m'ennuie. América debe apartarse del suelo en que, hasta hoy, se ha desarrollado en la historia

universal. Lo que haasta ahora acontece allí no es más que el eco del Vejo Mundo y el reflejo de ajena vida».

Y comenta Ortega: «lo que estimaría Hegel de América sería precisamente sus dotes de nueva y saludable barbarie». Lo que no nos dice es como se pasa de la pre-historia al futuro sin pasar por la historia. Como eso no le cabía en la cabeza a Hegel es por lo que renuncia explíctamente a pensar el futuro: «Más como país del porvenir, América no nos interesa pues el filósofo no hace profecias».

Hegel no podía pensar el futuro porque creía en la universalidad de su Historia Universal. Al ser ésta particular, si hay un espacio desde el que pensar el futuro. Ese espacio es la experiencia de quien ha pagado el precio de la historia universal. Desde esa experiencia sí se puede afirmar la particularidad de la universal occidental y, por ende, cuestionar la inevitabilidad de los tiempos que corren.

Bibliografía

- Ortega y Gasset, José «Hegel y América», en Obras, Madrid, Espasa Calpe, 1939, 598-605.
- Hegel Filosofía de la historia, Ediciones Zeus, Barcelona 1970 (traducción de J.M. Quintana).
- F. Rosenzweig La estrella de la redención, Sígueme, Salamanca 1998.
- AAVV Judaísmo y límites de la Modernidad, Riopiedra, Madrid 1998.
- Reyes Mate, Memoria de Occidente, Anthropos, Barcelona 1997.
- Reyes Mate, Heidegger y el judaísmo, Anthropos, Barcelona 1998.
- W. Benjamin «Experiencia y pobreza», en Discursos interrumpidos I, Taurus, Madrid 1973.
- J. Habermas Die postnationale Konstellation, Suhrkamp, Frankfurt, 1998.
- U. Beck (Hrsg), Politik der Globalisierung, Suhrkamp, Frankfurt, 1998.

PARTICULAR E UNIVERSAL: ASPECTOS CLASSIFICATÓRIOS, ANTROPOLÓGICOS, ONTOLÓGICOS E LÓGICO-GRAMATICAI¹

PAULO TUNHAS

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

O universo de questões abertas pela oposição *particular/universal* revela uma imensa paisagem. Podemos distinguir, nesta paisagem, algumas áreas mais ou menos individualizadas, com os seus próprios grupos de questões, e com uma exactidão variável no tratamento dessas questões. A enumeração de questões que proporei — e que não tem evidentemente a preocupação de ser exaustiva, embora aspire a ser qualitativamente significativa — discrimina algumas das áreas da oposição, de acordo com uma ordem que deveria idealmente partir do mais definido e encaminhar-se para o mais vago. Mas o mais definido — será uma das conclusões desta comunicação — é permeado pelo mais vago, e não é pouco habitual ver, numa discussão de um tópico em que os termos são bem definidos, a infiltração de algumas características de vagueza conceptual que revelam a presença das áreas mais obscuras da oposição particular/universal. Nesta comunicação procurarei distinguir quatro aspectos principais nos quais se manifesta, a diferentes níveis, a oposição particular/universal: 1. Classificações. 2. Aspectos antropológicos. 3. Aspectos ontológicos. 4. Aspectos lógico-gramaticais. Num quinto momento, abordarei a questão da relação entre o par particular/universal e diferentes maneiras de pensar. Terminarei com uma referência à importância destas questões para a problemática da diversidade cultural na sua relação com a comunicação filosófica.

Por falta de espaço, apenas tratarei com algum detalhe as questões relativas aos aspectos lógico-gramaticais, e peço-vos antecipadamente desculpa da eventual aridez das questões que abordarei nesta parte da minha comunicação. Em relação aos três primeiros pontos, limitar-me-ei a oferecer algumas rápidas indicações, que apenas visam sugerir alguns domínios de exploração da oposição par-

particular/universal. Por esta mesma razão, tive de introduzir uma alteração à ordem que inicialmente havia planeado. Tratarei assim em último lugar dos aspectos lógico-gramaticais, que representam o domínio onde a discussão se opera da forma mais definida. Mas os três primeiros pontos seguem o percurso ideal: do definido para o vago.

1. Classificações

Seria preciso, em primeiro lugar, abordar a oposição particular/universal à luz dos problemas que surgem na taxonomia científica (as questões postas pela taxonomia popular, a "etno-taxonomia", como pode ser chamada, colocam-se em termos ligeiramente diferentes, que serão adiante referidos).

Apesar dos enormes problemas que a rodeiam — sobretudo problemas respeitantes aos critérios de classificação², e a influência de teorias filosóficas como o nominalismo, o idealismo e o evolucionismo³ — a taxonomia é menos vulnerável do que, por exemplo, a lógica às infiltrações ontológicas. Neste domínio, o programa de um realismo científico desenvolvido por David Armstrong⁴, isto é, a doutrina segundo a qual o estabelecimento dos universais se faz necessariamente *a posteriori*, com base na globalidade da ciência, é frequentemente aplicado. De acordo com Armstrong, a determinação dos universais é o resultado do trabalho da ciência, e uma tal determinação exclui claramente qualquer forma de dogmatismo *a priori*. O que seria importante discutir neste contexto é a questão de saber se uma tal posição não implica igualmente a total rejeição de uma qualquer forma — forte ou fraca — de transcendentalismo, o que constituiria, a admitir-se que a ciência tem necessariamente de recorrer a pressuposições transcendentais, kantianas ou outras, um poderoso elemento de crítica à sua teoria.

Conviria igualmente discutir a proposta de Wittgenstein⁵, desenvolvida por Renford Bambrough⁶, segundo a qual a solução do problema dos universais consistiria na adopção da ideia de "semelhanças de família", de um "ar de família" como critério fundamental. Tal solução concebe-se como uma "dissolução" da questão dos universais, ao estilo terapêutico do segundo Wittgenstein. Ela eliminaria, de um só golpe, as posições nominalista e realista, exibiria a sua vacuidade. Mas a verdade é que, apesar de a ideia de semelhança desempenhar um papel principal nos processos classificatórios, ela não pode explicar por si mesma a natureza dos universais. Para mais, a própria ideia de semelhança possui conteúdos metafísicos fortes, e parece participar do problema que procura resolver.

O realismo *a posteriori* de Armstrong pode — *pace* o próprio Armstrong — ser aproximado da ideia popperiana de um Mundo 3⁷. O Mundo 3 popperiano, como se sabe, é constituído pelos produtos do espírito humano. Historicamente

criado, ele possui, no entanto, uma certa autonomia relativamente ao Mundo 1, o mundo da realidade física, e ao Mundo 2, o mundo dos conteúdos subjectivos da mente. É verdade que, para Popper, o Mundo 3 é sobretudo constituído por teorias, conjecturas, obras, e não por realidades metafísicas (ao modo platónico, admitindo que a posição de Platão é, neste capítulo, simples) como os universais parecem tender a ser. Mas nada nos impede de desenvolver uma teoria dos universais que não os esvazie, pelo menos parcialmente, dos seus aspectos metafísicos mais notórios. Eles podem ser concebidos como dependendo intrinsecamente de teorias e de conjecturas, e receberem assim uma espécie de legalidade popperiana. Sob este aspecto, como disse, o realismo *a posteriori* de Armstrong não parece incompatível com uma posição de tipo popperiano.

A evolução da taxonomia científica pode ser analisada a partir de muitos aspectos. Mencionarei alguns: a natureza da taxonomia no "pensamento selvagem"⁸; a passagem dos "nomes frásicos" da tradição aristotélica, possuindo uma função diagnóstica e descritiva, aos nomes triviais de Lineu, com uma função designativa⁹; o estatuto da taxonomia evolucionista¹⁰; a taxonomia neo-positivista¹¹; e a controvérsia entre a taxonomia numérica e a não-numérica. Em todos os casos, a criação das taxonomias parece depender de particulares entendimentos da relação entre a linguagem e a realidade. Estudos como o de M. M. Slaughter¹², por exemplo, procuram ainda mostrar a solidariedade entre a tentativa de constituição de uma linguagem universal no século xvii e a criação de nomenclaturas taxonómicas. O problema das taxonomias é, de resto, um problema que deve ser estudado dentro do contexto mais vasto do problema do estatuto das classificações e da relação destas com o conhecimento¹³, e mesmo em relação com o conceito de colecção¹⁴.

2. Aspectos antropológicos

Passemos à questão antropológica por excelência: existirão ou não invariantes no comportamento humano? A palavra "universal" tem aqui o sentido preciso de "aquilo que é comum a todos os seres humanos", por oposição a "aquilo que não é comum a todos os seres humanos".

Haveria que considerar primeiro o estatuto da controvérsia acerca dos universais antropológicos. A sua permeabilidade àquilo que podemos chamar, à falta de uma melhor expressão, "preconceitos ideológicos" — tais como o etnocentrismo (e a sua crítica), o relativismo (e a sua crítica) e o universalismo (e a sua crítica) — tornam o seu estudo, num certo sentido, mais difícil do que aquele que versa sobre as questões lógico-gramaticais e classificatórias. O delírio contemporâneo em torno dos *gender studies* dá bem a dimensão do estado das coisas.

O exemplo da linguística é, neste caso, significativo.

O relativismo não é uniforme. A hipótese Sapir-Whorf — o paradigma por excelência do relativismo linguístico — pode ser considerada a quatro níveis. Seguirei de perto um excelente artigo de Joshua A. Fishman¹⁵. O *nível mais fraco* da hipótese Sapir-Whorf é o nível da *codificabilidade lexical*. Não há um equivalente exacto em Português para a palavra alemã *Gemütlichkeit* [comodidade, conforto?], tal como não há, presumivelmente, um equivalente exacto em Hopi ou em Navajo para a palavra portuguesa *saudade* (um exemplo inevitável). O Português (tal como o Francês) possui apenas um termo (*consciência*) para designar aquilo que o Inglês cinde em *conscience* (com significado moral) e *consciousness* (com significado mental). Certos fenómenos são mais fáceis de referir nalgumas línguas do que em outras, certas línguas são mais capazes de captar determinadas *nuances* — ou, se se quiser, matizes, porque aqui não há problema — dos fenómenos (físicos ou psicológicos) do que outras. As diferenças aumentam evidentemente se certas populações se encontram mais intimamente dependentes de certos fenómenos do que outras: não é motivo para excessiva estranheza se os esquimós — ou, como parece ser mais correcto dizer, os inuis — possuem mais palavras para designar a neve do que os guineenses. Um *segundo nível* é o nível da *codificabilidade semântica*. Ele tem a ver com a relação entre a estrutura semântica das línguas e os comportamentos não-linguísticos dos indivíduos. Dito de outra maneira, o segundo nível diz respeito à maneira como se estabelece a relação entre a diversidade lexical das diversas línguas e a efectiva capacidade discriminatória dos falantes dessas diversas línguas. O exemplo mais fácil é o da discriminação do contínuo das cores. O *terceiro nível* respeita à relação entre *gramática e cultura*. A gramática de uma língua forma as ideias, programa e guia as actividades mentais dos indivíduos. Trata-se, sem dúvida, de um nível mais profundo da relatividade linguística. A ausência de tempos verbais em Hopi, por exemplo, determina indubitavelmente a estrutura do pensamento, por exemplo, a concepção da duração dos acontecimentos. No sistema dos verbos dos índios Navajos — um outro exemplo — parece não haver uma separação nítida entre os actores, as suas acções e os objectos dessas acções. Ou, se se quiser ficar pela Europa, tomemos o facto relevante de o adjectivo preceder vulgarmente o nome em inglês, enquanto que o inverso acontece em francês (tal como, de resto, em português); segundo certos autores, isso conduziria, no primeiro caso, a um pensamento tendencialmente descritivo e indutivo, e, no segundo, a um pensamento primacialmente classificatório e dedutivo. O *quarto nível* da hipótese Sapir-Whorf seria o mais forte. Diz ele respeito à *relação entre a estrutura verbal e os seus concomitantes comportamentais*, ou, se se quiser, a maneira como a diferença da estrutura gramatical determina não só os comportamentos cognitivos dos indivíduos mas o desenvolvimento das suas capacidades práticas (artísticas ou científicas, por exemplo). Fishman, reflectindo sobre os quatro níveis da hipótese Sapir-Whorf que acabámos de enunciar, pôde concluir: "Apesar de existirem indícios probantes

favorecendo a hipótese whorfiana a cada um destes níveis, parece verosímil que a relatividade linguística, apesar de afectar o nosso comportamento cognitivo, é no entanto apenas um factor moderadamente poderoso, e, de facto, um factor neutralizável¹⁶.

As implicações filosóficas da hipótese Sapir-Whorf, pelo menos nos seus três primeiros níveis, no pensamento de um filósofo tão influente como Quine são bem conhecidas, nomeadamente na sua teoria da relatividade ontológica¹⁷. Elas deram mesmo lugar a um dos mais célebres exemplos filosóficos da segunda década deste século. Não se pode saber se um conjunto de expressões de referência em duas línguas diferentes denotam os mesmos indivíduos. Como é que um antropólogo pode saber — dado o relativismo linguístico e a subdeterminação das teorias pela experiência — se a palavra *Gavagai*, pronunciada por um indígena, designa “coelhos”, “estádios de coelho” ou “partes de coelho”?¹⁸.

A reacção ao relativismo linguístico é, no entanto, significativa. Vimos já que a conclusão de Fishman, na sua análise dos quatro níveis da hipótese Sapir-Whorf, aponta para a relativização desse mesmo relativismo. As duas mais importantes expressões da tendência universalística, a escola generativista¹⁹ e a escola tipologista²⁰, com os seus pontos de contacto e de divergência²¹, negam ambas a tese de uma incomensurabilidade radical entre línguas e sistemas de pensamento diferentes. Um artigo célebre de Burt W. Aginsky e Ethel G. Aginsky havia antecipado tais conclusões²².

Os resultados da escola generativista, sobretudo as obras de Chomsky, são bem conhecidos. Notemos apenas que eles deram lugar a um dos mais importantes programas de investigação no quadro das ciências cognitivas: a ideia de uma “língua da mente”, o “mentalês”, desenvolvida por Jerry Fodor²³. No contexto dos trabalhos da escola tipologista, emergiram três tópicos de discussão particularmente importantes:

- a) a existência de termos básicos de cor²⁴;
- b) a natureza e a evolução das categorias biológicas populares²⁵;
- c) a importância da etno-anatomia²⁶.

Não tenho aqui espaço para detalhar os resultados desta investigação. Limitar-me-ei a dizer que todas elas apontam para a existência de invariantes (por vezes extraordinariamente surpreendentes) no domínio das classificações populares, e que constituem poderosas infirmações das doutrinas relativistas. Acrescente-se que, como foi várias vezes notado, mas merece ser sublinhado, o relativismo, tal como o cepticismo radical, incorre naquilo que Karl-Otto Apel gosta de chamar uma “auto-contradição performativa” (dito de outro modo, é auto-refutatório, na medida em que, para estabelecer as suas afirmações, necessita de pressupor aquilo que refuta), ou, pelo menos, envolve paradoxos

díficeis de eliminar. Afirmar, por exemplo, a radical incomensurabilidade das línguas (ou, num outro contexto, das teorias científicas, à maneira de um certo Kuhn ou de Feyerabend), pressupõe justamente a possibilidade de uma comparação prévia e o diagnóstico das dificuldades. *Pathei mathos*, na fórmula célebre de Êsquilo, “é preciso sofrer para aprender” — mas isso não significa que se não possa aprender, significa exactamente o contrário, independentemente do facto de um estado pré-Babel ser certamente mais confortável. *Il n’y a pas d’amour heureux*.

Todos estes aspectos nos parecem indicar (com toda a prudência que se deve ter nestas questões) que o relativismo não constitui já um programa de investigação interessante e que os universais linguísticos devem ser encarados, à maneira de Marshall Sallins, como estruturas simbólicas²⁷ emergindo de um fundo biológico, ao modo de René Thom²⁸.

3. Aspectos ontológicos

A determinação de “aquilo que existe” é o assunto da ontologia. É igualmente uma das mais cruciais questões da filosofia. Em nenhum outro domínio a oposição particular/universal foi tão importante na criação de “programas de investigação metafísicos”.

Os exemplos são inúmeros. A oposição entre o realismo transcendente de Platão, em que a maior realidade objectiva é atribuída aos universais, e o realismo imanente aristotélico, com a ênfase nos particulares considerados como substâncias primeiras²⁹; a controvérsia entre as escolas de pensamento Nyaya e Budista³⁰; a oposição entre Duns Escoto e Ockham³¹, e, mais geralmente, várias controvérsias medievais, sobre as quais Alain de Libera publicou, não há muito, um livro notável³²; a crítica de Berkeley a Locke; o conflito entre os programas metafísicos de Peter Frederick Strawson e de Willard van Orman Quine, ou de Gustav Bergmann e Bertrand Russell, de que falarei mais adiante. A oposição particular/universal permaneceu sempre — mesmo quando insuspeitada — o núcleo duro dos desacordos filosóficos.

A influência da ontologia é notória em dois dos estratos conceptuais diferentes (o estrato lógico-gramatical e o estrato classificatório), mas não parece desempenhar um papel importante no que diz respeito às questões antropológicas.

É possível, no espírito dos trabalhos de Armstrong³³, defender, como já disse, um realismo *a posteriori*. Este realismo deve no entanto ter em conta a tese humeana do carácter “propensitário” dos universais³⁴ e a afirmação popperiana do primado das disposições³⁵. Dito de outra maneira: deve ter em conta que o espírito determina, por uma propensão interna (um apetite, poder-se-ia dizer), que se

fortifica através do hábito, os universais existentes; e que essa propensão é de natureza disposicional, isto é, é prévia à experiência e formadora da experiência.

O realismo no que diz respeito aos universais depende do realismo relativamente às teorias. Quaisquer que sejam os seus problemas (e há um problema essencial nunca resolvido por Popper, que consiste na relação do Mundo 3 com o Mundo 2, o mundo das disposições mentais), algo como um Mundo 3 popperiano é necessário para afirmar a realidade objectiva dos universais.

4. Aspectos lógico-gramaticais

Passemos agora às questões lógico-gramaticais.

Abordarei a oposição entre termos particulares e gerais no contexto da tradição fregeana³⁶. O paralelo entre, por um lado, a assimetria entre sujeito e predicado e, por outro lado, a distinção entre particular e geral — se bem que já presente, por exemplo, em São Tomás³⁷ — foi, de facto, objecto de várias discussões e controvérsias a partir da obra de Frege.

Esquecerei nesta discussão toda a dimensão que esta questão adquiriu na filosofia inglesa dos finais do século XIX, e nos prolongamentos das correntes idealistas britânicas que sobreviveram ao advento da chamada “filosofia analítica”. Tal debate desenrolou-se sobretudo no contexto de um extraordinário florescimento do estudo da teoria das relações internas. Basta citar os nomes de Samuel Alexander, Bernard Bosanquet, F. H. Bradley, Cook Wilson, T. H. Green, H. H. Joachim, J. E. McTaggart e A. N. Whitehead. As posições destes autores não eram em muitos aspectos concordantes, mas havia, por assim dizer, uma maneira de pensar que lhes era comum. O célebre artigo de G. E. Moore “External and Internal Relations” (*Proceedings of the Aristotelian Society*, 1919) representa de algum modo um golpe decisivo nesta tradição e um momento significativo no estabelecimento de uma nova maneira de pensar.

As teses de Frege encontram-se sobretudo expostas num texto de 1892, *Sobre conceito e objecto*. Para Frege, os conceitos possuem uma função essencialmente predicativa, são a denotação de um predicado gramatical, enquanto que os objectos, designados pelos nomes próprios, que são signos de objectos, não podem ser usados como predicados gramaticais: ocupam, antes, o lugar do sujeito da frase. Os objectos são introduzidos por artigos definidos, os conceitos por artigos indefinidos. “O Pedro é um homem.” Os objectos denotam sujeitos, mas não podem nunca ser a denotação total de um predicado: Pedro não esgota o conjunto dos objectos representado pelo conceito “homem”. É verdade que, se se quer explicar um conceito, ele deve ser colocado na posição de sujeito: “o conceito de homem é o conceito de um bípede sem penas”. Mas, como escreve Frege, o conceito enquanto tal não pode desempenhar este papel, devido à sua natureza predicativa; deve

primeiro ser convertido num objecto, ou, melhor, deve ser substituído por um objecto. A expressão “o conceito «homem»” não designa um conceito, mas um objecto. Há hierarquias de conceitos: assim, por exemplo, “homem” pertence a um nível hierárquico inferior a “ser vivo”. “Ser vivo” é um conceito de segunda ordem, ou de segundo nível, por relação a “homem”. Os conceitos de segundo nível *contêm* outros conceitos, enquanto que os conceitos de primeiro nível *reunem* objectos. A característica fundamental dos conceitos, aquilo que determina a sua natureza intrinsecamente predicativa, é o facto de, na terminologia de Frege, eles não serem saturados; dito de outro modo: são funções (por oposição aos objectos, que são argumentos dessas funções). A relação entre objectos e conceitos representa um pensamento. Os pensamentos seriam impossíveis caso os elementos que os formam fossem ambos saturados: é, portanto, necessário, que um dos elementos — o conceito — não seja saturado. Pensar, capturar um pensamento, é sempre estabelecer uma relação entre um objecto saturado e um conceito não-saturado. Ou, dito de outra maneira: entre um particular e um universal³⁸.

A caracterização fregeana marcou decisivamente os trabalhos filosóficos que se lhe seguiram. Tome-se o exemplo do artigo de Russell, datado de 1911, “On the Relations of Universals and Particulars”³⁹. No seu artigo, Russell procura legitimar a existência de um dualismo irredutível entre universais e particulares, opondo-se quer a certas versões do idealismo, que negam a existência de particulares, quer às formulações clássicas do empirismo, sobretudo em Berkeley, que recusam a existência dos universais. A distinção entre particulares e universais não é, no entanto, fácil. Russell aborda vários tipos de distinções. De acordo com uma *distinção psicológica*, os particulares seriam perceptos, e os universais seriam conceitos. De acordo com uma *primeira distinção metafísica*, os particulares seriam coisas existentes no tempo, os universais coisas não existentes no tempo. Uma *segunda distinção metafísica* situa os particulares como entidades que se encontram num lugar, e não em mais do que um lugar, de cada vez (os corpos, por exemplo), e os universais como entidades que não se encontram em lugar nenhum (as relações, por exemplo) ou que se encontram em vários lugares ao mesmo tempo (qualidades gerais, como a brancura). Uma *primeira distinção lógica* associa os particulares a entidades que não são relações e os universais a puras relações (nesta distinção, note-se, os universais da tradição filosófica — a brancura, por exemplo, ou a beleza — seriam de facto, dado o seu estatuto não relacional, particulares). Uma *segunda, e última, distinção lógica*, conferiria o estatuto de particulares aos objectos denotados por substantivos, enquanto que aos universais corresponderiam os objectos denotados por verbos. A tese de Russell, alcançada através de uma laboriosa discussão da segunda distinção metafísica, relativa à existência espacial temporalmente determinada dos particulares, é a de que a distinção entre particulares e universais é pertinente e logicamente fundada. Um particular é “uma entidade que não se pode encontrar em, ou pertencer a, mais

do que um lugar ao mesmo tempo”, e um universal é “uma entidade que ou não se pode encontrar em, ou pertencer a, um qualquer lugar, ou se pode encontrar em, ou pertencer a, vários lugares simultaneamente”. Esta definição é coerente com a distinção psicológica acima mencionada entre perceptos e conceitos: “a brancura universal é um conceito, enquanto que uma mancha branca particular é um percepto”. Do mesmo modo, como o requer a primeira distinção metafísica, os particulares encontram-se no tempo, os universais não: uma mancha branca é temporalmente determinada, mas a brancura não o é. Finalmente, por relação à segunda distinção lógica, relativa aos substantivos e aos verbos, a coerência manifesta-se igualmente: os substantivos designam substâncias particulares, os predicados e as relações designam universais. É apenas a primeira distinção lógica que se revela inadequada: os universais não se limitam às relações, incluem igualmente os predicados; as não-relações são de dois tipos: ou sujeitos ou predicados; e os predicados são universais. *A doutrina de Russell revela-se assim solidária com a de Frege*, apesar de ter seguido um percurso que não é estritamente lógico-gramatical, já que faz apelo a considerações espaço-temporais (que tenta, é verdade, reduzir a uma estrutura lógica), e de ter definido os universais como sendo constituídos não apenas pelos predicados como também pelas relações: *a relação de predicação é uma relação em última análise simples, os particulares são “entidades que só podem ser sujeitos de predicados ou termos de relações”*, isto é, são, num sentido lógico, substâncias. Como escreve Russell: “Temos assim uma divisão de todas as entidades em duas classes: (1) particulares, que entram em complexos apenas como sujeitos de predicados ou termos de relações, e, no caso de pertencerem ao mundo do qual possuímos experiência, existem no tempo, e não podem ocupar mais do que um lugar de cada vez no espaço a que pertencem; (2) universais, que podem ocorrer como predicados ou relações no interior de complexos, não existem no tempo, e não têm com um lugar relação alguma que não possam simultaneamente ter com outro”. É necessário acrescentar que a posição de Russell variou através dos tempos, e, muito mais tarde, em 1940 e 1948, ele veio a conceber a possibilidade de uma linguagem onde os singulares seriam eliminados, uma linguagem que não conteria referências a particulares mas apenas a universais, onde os particulares seriam complexos de universais⁴⁰. Voltarei ao primeiro destes dois textos — *An Inquiry into Meaning and Truth* — no final da minha exposição.

A tradição fregeana foi, no entanto, criticada. Uma das mais poderosas críticas da posição fregeana encontra-se no artigo “Universals”, de Frank P. Ramsey⁴¹, concebido directamente como uma crítica de Russell. Uma das objecções de Ramsey incide sobre a hipótese do carácter incompleto (não-saturado, na terminologia de Frege) dos universais. “Sócrates” implica tanto a forma de uma proposição quanto “sábio”. De acordo com Ramsey, pode-se sustentar que todos os objectos (supostamente identificados com os particulares) são incompletos,

na medida em que contém as formas de proposições de que são constituintes. O erro principal, o *proton pseudos*, consistiria em fundar a distinção entre particular e universal na distinção entre sujeito e predicado, em assumir uma assimetria fundamental entre os dois termos de uma proposição (sujeito e predicado): “não há qualquer distinção essencial entre o sujeito de uma proposição e o seu predicado, e nenhuma classificação fundamental dos objectos pode ser baseada numa tal distinção”; “toda a teoria dos particulares e dos universais deve-se tomar por uma característica fundamental da realidade aquilo que é apenas uma característica da linguagem”. Devemos então procurar “sentidos de sujeito e predicado que não sejam puramente gramaticais, mas possuam um genuíno significado lógico”. A atitude de Ramsey consiste em mostrar que várias proposições, nomeadamente as proposições compostas, isto é, proposições contendo palavras tais como “e”, “ou”, etc., mas mesmo as proposições atômicas, contendo apenas nomes e eventualmente uma cópula, não são analisáveis em termos da relação entre sujeito e predicado. Não há, de acordo com Ramsey, qualquer assimetria entre indivíduos (particulares) e qualidades (universais). A escolha de um determinado termo como particular resulta do nosso interesse, daquilo sobre o qual escolhemos reflectir.

A tradição fregeana, representada pelo Russell de 1911, conhece no entanto, apesar das críticas de Ramsey, uma fecunda herança. As obras de Peter Geach⁴², Williard van Orman Quine⁴³ e Peter Frederick Strawson⁴⁴, situam-se nesta linha.

Geach, por exemplo, escreve: “Um nome tem um sentido completo, e pode bastar-se a si mesmo *<stand for itself>* no simples acto da nomeação; um predicável, por outro lado, é um predicado potencial, e um predicado nunca tem um sentido completo, já que não mostra aquilo sobre o qual incide a predicação *<what the predication is about>*; é aquilo que sobra de uma proposição quando o sujeito é afastado, e assim contém essencialmente um espaço vazio destinado a ser preenchido por um sujeito”⁴⁵. Geach prolonga a sua análise, tipicamente fregeana, da assimetria entre sujeito e predicado — a ausência de sentido completo de um predicável significa evidentemente a sua não saturação — através de várias considerações sobre o modo como a negação opera relativamente aos sujeitos e aos predicáveis, mas não me ocuparei aqui desta questão.

Strawson, em *Individuals*, procura, de um modo curiosamente reminescente de Russell, fundar a distinção entre particular e universal em dois planos que se interpenetram⁴⁶. Em primeiro lugar, trata-se de analisar o modo como identificamos os particulares, essencialmente corpos materiais (os particulares básicos) e pessoas; e, de acordo com Strawson, identificamo-los por meio de um sistema espaço-temporal que tem em nós a sua origem. Em segundo lugar, os particulares são sempre sujeitos, e os universais sempre predicados⁴⁷. A doutrina geral da relação sujeito-predicado em Strawson, permanece, como Gustav Bergmann o sublinhou, herdeira da teoria das funções proposicionais de Frege, bem como do

parágrafo 3.333 do *Tractatus* de Wittgenstein⁴⁸. Os argumentos lógico-gramaticais de *Individuals* haviam já sido esboçados em artigos anteriores, e serão igualmente retomados posteriormente. Os textos principais encontram-se coligidos no volume intitulado *Logico-linguistic Papers*⁴⁹. A noção de «frases de colocação» *<feature-placing sentences>*, por exemplo. Dado que, para Strawson, a noção de particular não é logicamente simples, é possível reduzir todas as frases em que ela aparece a frases de colocação⁵⁰, isto é, a frases que determinam a colocação espacial do particular em questão (do tipo: "Está aqui uma caixa de fósforos"). "A noção de um indivíduo particular inclui sempre, directa ou indirectamente, a noção de colocação *<placing>*, enquanto a noção de uma coisa geral não."⁵¹ Enquanto que um universal pode ser determinado unicamente através do seu sentido, o mesmo não acontece com um indivíduo: "Quando nos referimos a coisas gerais, fazemos abstracção da sua distribuição efectiva e dos seus limites, no caso de estes existirem, de um modo que nos é impossível quando nos referimos a particulares. Dai resulta que, no que diz respeito às coisas gerais, o sentido basta para determinar a referência. E com isto está relacionada a tendência, globalmente dominante, para atribuir uma realidade superior às coisas particulares. No caso destas, o sentido não basta para determinar a referência das suas designações; o elemento extra, contextual, é essencial. Elas são, num sentido assaz preciso, menos abstractas; e nós somos, geralmente, constituídos de maneira tal que identificamos o menos abstracto com o mais real⁵²." Os termos singulares *identificam* os objectos: "A diferença característica [entre os termos singulares e os termos gerais] (...) é que o termo singular é utilizado com o propósito de *identificar* o objecto, de fazer com que aquele que nos ouve (ou, mais geralmente, a audiência) saiba de *qual dos objectos* ou de *qual objecto* se trata; enquanto que o termo geral não é assim utilizado. Basta que o termo geral se aplique de facto ao objecto; não é necessário que igualmente o identifique. (...) Esta tarefa de identificação é a tarefa característica dos termos singulares definidos."⁵³ Já num célebre artigo de 1956, "Singular Terms, Ontology and Identity" — artigo a que voltarei quando referir a crítica de Strawson à tentativa de eliminação dos termos singulares por Quine — Strawson havia insistido na importância da função identificatória dos termos singulares: os termos singulares não se limitam a referir um objecto, servem igualmente para o *identificar*⁵⁴. Para Strawson, a tese de um paralelismo entre a distinção sujeito/predicado e a distinção particular/geral é igualmente válida. Há uma assimetria entre o sujeito e o predicado no que diz respeito à negação e à composição. Pela negação de um predicado, escreve Strawson, retomando os termos de Geach, podemos obter a negação da proposição na qual ele for inicialmente predicado; claramente, nada há de análogo no que diz respeito aos termos que designam o sujeito⁵⁵. Do mesmo modo, há predicados compostos, mas não há sujeitos compostos⁵⁶. Há uma harmonia entre estas duas características, e para descrever esta assimetrias subjacentes entre sujeito e predicado

devemos utilizar uma “terminologia mais extensa do que a simples terminologia da lógica formal”⁵⁷. As assimetrias subjacentes são de dois tipos. *Em primeiro lugar*, existe uma assimetria entre os termos particulares e gerais no que diz respeito à posse de extensões de incompatibilidade⁵⁸. *Em segundo lugar*, existe uma assimetria entre particulares e termos gerais de particulares no que diz respeito à posse de condições suficientes e/ou necessárias⁵⁹. Estas assimetrias explicam as assimetrias entre sujeitos e predicados no que diz respeito à negação e à composição⁶⁰. Como escreve Strawson, o “aparecimento de um qualquer outro tipo de item que não um particular no papel de sujeito, depende de, ou pressupõe, a sua capacidade de aparecer num outro papel proposicional (...) O papel proposicional do particular, por outro lado, é — com uma excepção duvidosa — sempre o de sujeito. (...) Mesmo admitindo essa excepção duvidosa, devemos acrescentar que a capacidade de um particular para aparecer neste tipo de casos como um predicado, depende de, ou pressupõe a sua capacidade para aparecer num outro lugar como um sujeito”⁶¹. Um livro posterior — *Subject and Predicate in Logic and Grammar*⁶² — prolonga e desenvolve as indicações principais contidas nos textos anteriores.

Abordemos agora a posição de Quine. Concentrar-me-ei sobre o seu influente *Word and Object*⁶³. Os termos podem ocupar dois lugares nas frases: uma posição referencial e uma posição predicativa. Esta distinção é equivalente à distinção entre termos singulares e termos gerais em posição predicativa. As frases da linguagem vulgar servem-se da união destes dois termos. Os termos singulares podem ser termos singulares definidos (“leão”, “aquele leão”, “o leão”), e termos singulares indefinidos (“tudo”, “alguma coisa”, “qualquer leão”, “algum leão”). Os primeiros são termos singulares num sentido fundamental, os segundos são-no apenas num sentido derivado. A definição dos termos singulares não é uniforme em Quine: em *Methods of Logic*, um termo é singular se procura definir um e apenas um objecto, abstracto ou concreto; ou, alternativamente, se se trata de um termo que se encontra em posições em que seria coerente utilizar variáveis — x , y , etc. (ou, na linguagem vulgar, pronomes)⁶⁴. Em *Word and Object*, a caracterização dos termos singulares torna-se gramatical. A distinção entre termos singulares e termos gerais em posição predicativa não consiste no facto de os termos singulares referirem apenas um objecto e os termos gerais em posição predicativa referirem muitos objectos (“Pégaso”, por exemplo, um termo singular, não refere qualquer objecto, enquanto que “satélite natural da terra”, um termo geral, refere um único objecto). Ela não consiste também no facto de os termos particulares terem a intenção *⟨purport to⟩* de se referirem apenas a um objecto, diferentemente dos termos gerais. *É apenas pelo seu papel gramatical que os termos gerais e os termos particulares devem ser distinguidos*: “A combinação básica na qual termos gerais e singulares se encontram em posição de contraste é a da *predicação* (...) A predicação junta um termo geral e um termo singular de modo a formar uma frase que é verdadeira ou falsa consoante o termo geral é

verdadeiro ou falso do objecto, no caso de este existir, ao qual o termo singular se refere⁶⁵.

O que é importante na doutrina de Quine — algo que não se encontra de modo algum em Frege, mas que corresponde a um prolongamento, e a uma radicalização, da teoria das descrições definidas de Russell⁶⁶ — é a tese da *superfluidade teórica dos termos singulares*. Os termos singulares podem e devem ser eliminados, através de paráfrase, numa notação canónica: devem transformar-se em variáveis de quantificação⁶⁷. O modelo é, obviamente, como se disse, a teoria das descrições de Russell. O projecto de Quine desenvolve-se contra a possibilidade de uma lógica da linguagem vulgar <ordinary language>⁶⁸, cara aos filósofos de Oxford (a chamada *new analysis*), tradição na qual Strawson, embora marginalmente, e com alguma distância, se inscreve. A transformação dos termos singulares em variáveis de quantificação traz-nos indiscutíveis vantagens ontológicas, servindo como uma navalha de Ockham que impede o desenvolvimento de entidades supérfluas⁶⁹. Ela permite igualmente uma simplificação das regras de inferência em lógica⁷⁰.

O facto de haver um terreno comum a todas estas obras — o elas se encontrarem na linhagem fregeana — não significa, evidentemente, a eliminação das controvérsias. Entre estas, sem dúvida que a mais importante é aquela que opôs Strawson e Quine no que diz respeito à possibilidade de eliminar os termos particulares numa linguagem ideal. Ela exprime bem a maneira como os argumentos ontológicos infiltram as discussões lógicas.

A crítica fundamental de Strawson a Quine incide sobre o facto de Quine não sublinhar suficientemente a função *identificadora* dos termos singulares⁷¹. Quine repete assim, de acordo com Strawson, o erro *princeps* de Russell no seu célebre artigo *On denoting*: também na análise das descrições singulares oferecida na teoria das descrições, é suprimida a função identificatória dos termos singulares⁷². Quine propõe, no Capítulo V de *Word and Object (Regimentation)*, através de um programa de paráfrase, a eliminação dos termos singulares definidos, que seriam substituídos por variáveis. Mas, de acordo com Strawson, o nosso entendimento teórico da natureza da notação canónica baseia-se no nosso entendimento teórico da função identificatória dos termos singulares. E, por isso, pesa sobre o programa de Quine a acusação de ele não ter elucidado suficientemente tal função, limitando-se a julgá-la vaga e pitoresca⁷³. Os termos singulares, para Strawson, não se podem reduzir a variáveis. Para começar, a posição predicativa (a dos termos gerais) não é inacessível aos quantificadores⁷⁴. Como Strawson o mostra, servindo-se daquilo que apelida critério dos tipos <type-criterion>, que ecoa o critério categorial <category-criterion> de *Individuals*⁷⁵, “um termo que designa um particular não pode nunca ocupar uma posição predicativa. Um termo que significa uma espécie ou uma propriedade pode, no entanto, ocupar uma posição referencial ou predicativa, dependendo do facto de se encontrar ou

não em emparelhado <coupled> com um termo de um tipo superior⁷⁶. Deste modo, para Strawson, a "posição referencial de um termo é a posição primeira e fundamentalmente ocupada por um termo que identifica claramente um particular espaço-temporal numa frase que junta esse termo a um outro que significa um princípio de agrupamento de particulares com base em propriedades ou espécies. O termo identificador de particulares é o caso fundamental de um termo singular definido. O outro termo ocupa uma posição predicativa. Em segundo lugar, a posição referencial pode ser ocupada por um termo que signifique um princípio de agrupamento de particulares com base em propriedades ou espécies, desde que esse termo seja ele mesmo emparelhado <coupled> com um outro termo que signifique um princípio mais elevado de agrupar tais princípios de agrupamento. O primeiro destes termos é assim um caso secundário de um termo singular definido. O outro termo ocupa de novo a posição predicativa."⁷⁷ O critério dos tipos é coerente com o critério identificatório, que afirma que cabe aos termos singulares definidos a identificação dos particulares: o critério identificatório, em última análise, pressupõe o critério dos tipos⁷⁸. O resultado do critério dos tipos é mostrar que a regimentação quineana por via da notação canónica não exclui a possibilidade de os próprios termos gerais se transformarem em variáveis, no caso de o sujeito da frase ser ele mesmo um termo geral de tipo inferior àquele que se encontra em posição predicativa⁷⁹. As regras da quantificação devem obedecer ao critério dos tipos⁸⁰. E, fundamentalmente, os particulares, os particulares espaço-temporais, são os objectos primeiros⁸¹. Sendo objectos primeiros, eles são, de direito e de facto, *não elimináveis*. E "uma linguagem que contém referências a particulares tem necessariamente de conter termos singulares para particulares"⁸². De facto, como Strawson o mostrou, Quine oscila entre duas teses, uma tese forte e uma tese fraca: a tese forte afirma que os termos singulares são teoricamente supérfluos, isto é, inexistentes; a tese fraca afirma que eles podem ser dispensados por paráfrase⁸³. Apenas a tese forte concebe a efectiva possibilidade de uma linguagem sem termos singulares; a tese fraca limita-se a propor uma linguagem onde os termos singulares existem, mas onde podem sistematicamente ser parafraseados de forma a serem artificialmente substituídos por frases que os não contém. E certamente que a tese forte não é derivável da tese fraca: a compreensão da paráfrase exige a suposição dos próprios termos singulares que são parafraseados⁸⁴, a eliminabilidade não decorre da parafrasabilidade. O que Strawson mostra em seguida é que os argumentos de Quine favorecem apenas a tese fraca, e que as vantagens que ele pretende recolher da eliminação dos termos singulares são apenas efectivas caso a tese forte seja verdadeira⁸⁵.

A resposta de Quine procede em dois tempos. Em primeiro lugar, trata-se de mostrar que a oposição entre geral e singular é redutível à distinção entre o papel de "F" e o papel de "x" em "Fx"⁸⁶, isto é, é redutível à distinção entre função e argumento da função. Em segundo lugar, Quine procura colocar a tese strawsoniana

relativa à capacidade identificatória dos termos singulares no contexto da sua própria teoria da indeterminação da tradução radical. Conclui assim que a distinção particular/geral é paroquial: "A distinção entre geral e singular é clara dentro da nossa língua ou dentro das suas regimentações. (...) Por outro lado, a distinção entre geral e singular é expressamente talhada para uma linguagem global <full-size language> adequada à ciência. Aquilo que falta à distinção entre geral e singular é uma outra qualidade (...): a qualidade de aplicabilidade a todas as línguas, uma qualidade de que gozam a sinonímia estimular e a analiticidade estimular"⁸⁷. Para não entrar no detalhe dos propósitos teóricos de Quine, basta dizer que não há nenhuma necessidade absoluta que governe a distinção entre singular e geral: ela é apenas pragmaticamente aceitável. Num certo sentido, ecoam nas suas palavras os propósitos de Frank Ramsey que acima mencionei.

A possibilidade de interpretar a oposição entre Strawson e Quine como sendo uma oposição puramente lógica e ontologicamente neutra, no sentido de Carnap⁸⁸, não é satisfatória. Ela deve, pelo contrário, ser entendida — num sentido que o próprio Strawson parcialmente apontou⁸⁹ — à luz da oposição mais geral entre uma espécie de realismo imanente aristotélico e uma paradoxal mistura de nominalismo e de um particular platonismo. É neste contexto que deveria ser encarada a teoria quineana da ontogênese da referência⁹⁰, e a relação entre os "termos sortais" de Strawson e os "termos de referência dividida" de Quine. Não terei no entanto espaço para discutir aqui esta questão.

Saliente-se, para terminar com esta discussão que já vai longa dos aspectos lógico-gramaticais do par particular/universal, que a posição de Strawson, no seu debate com Quine, repete, em muitos aspectos, a crítica de Gustav Bergmann⁹¹ a um dos últimos livros importantes de Russell, *An Inquiry into Meaning and Truth*⁹². Neste livro, Russell propõe uma análise dos *sense data*, dos dados dos sentidos, sem referência a particulares. Na sua crítica, Bergmann começa por distinguir entre "Particular", com maiúscula, e "particular", com minúscula. "Particular" (com maiúscula) possui um sentido não-linguístico: na frase "isto é verde", o referente de "isto" é um particular, um dado dos sentidos, um *sense data*; com minúscula, "particular" possui um sentido linguístico, designa as expressões que, numa proposição, apenas podem aparecer como sujeitos e nunca como predicados⁹³. Ora, o propósito de Russell é o de imaginar uma linguagem em que os referentes dos particulares (no sentido linguístico) sejam universais, e não Particulares (com maiúscula). Escreve Russell: "Proponho-me abolir aquilo que usualmente se chama "particulares", e contentar-me com certas palavras que habitualmente seriam tomadas por universais, tais como -vermelho-, -azul-, -duro-, -mole-, e por aí adiante"⁹⁴. Os motivos que levam Russell a esta tentativa de eliminação dos Particulares são, pelo menos, de dois tipos. *Em primeiro lugar*, uma atitude anti-substancialista: na frase "isto é vermelho", "isto" designa um Particular, e cai-se na tentação de considerar os particulares como substâncias; ora, uma

substância é “um algo incognoscível ao qual inerem predicados, mas que, no entanto, não é idêntico à soma dos seus predicados. Tal perspectiva encontra-se aberta a todas as objecções familiares à noção de substância”⁹⁵. A solução consiste em interpretar a frase como significando “a vermelhidão está aqui”, o que des-substancializa o “isto”, a “coisa”, e a substitui por “um feixe de qualidades coexistentes tais como a vermelhidão, a dureza, etc.”⁹⁶. Livramo-nos assim da coisa incognoscível. Como escreve Russell: “Temos a experiência de qualidades, mas não do sujeito ao qual elas são supostas inerir. A introdução de um incognoscível pode geralmente, e talvez sempre, ser evitada através de artifícios técnicos convenientes, e deve claramente ser evitada sempre que possível”⁹⁷. As qualidades — os universais — são suficientes para o conhecimento científico, “sem termos de supor que elas possuem instâncias”⁹⁸, isto é, Particulares entendidos como substâncias que exemplificam essas mesmas qualidades. O *segundo motivo* que leva Russell a procurar a eliminação dos Particulares reside na sua preocupação de estabelecer as regras de um conhecimento científico universalmente partilhável, e aqui a sua oposição dirige-se à utilização daquilo que designa por “particulares egocêntricos”, isto é, termos que referem directamente o conhecimento ao sujeito cognoscente, à sua posição no tempo e no espaço (“eu”, “aqui”, “agora”). “Todas as palavras egocêntricas podem ser definidas em termos de «isto»”⁹⁹. “Isto” corresponde a “Eu-agora”. A tese de Russell consiste em dizer que “isto” é “uma palavra que não é necessária para uma descrição completa do mundo”, o mesmo valendo para “eu” e outras palavras egocêntricas¹⁰⁰. Os particulares egocêntricos “não são necessários em qualquer parte da descrição do mundo, seja ela física ou psicológica”¹⁰¹. Porque é que Russell considera os particulares egocêntricos prejudiciais ao conhecimento científico, ao “conhecimento empírico impessoal”? A sua resposta é a seguinte: se todas as palavras empíricas forem “definidas em termos de particulares egocêntricos, então, já que duas pessoas não podem atribuir o mesmo significado às mesmas palavras egocêntricas, nunca duas pessoas podem atribuir o mesmo significado a *qualquer* palavra empírica, e não há nenhuma proposição empírica em que duas pessoas diferentes possam acreditar simultaneamente”¹⁰². Gustav Bergmann identificou perfeitamente estes dois motivos subjacentes à tentativa russelliana de eliminação dos particulares, e procurou fazer a sua crítica. Russell encontra-se na situação aporética de ter de fazer coabitar um fenomenalismo subjectivista (decorrente da sua negação de qualquer substancialismo) e um realismo que sancione tudo aquilo que aceitamos “ao modo do senso comum, como os ensinamentos da física e da fisiologia”¹⁰³.

Notar-se-á que esta oposição antecipa por uma década a discussão entre Strawson e Quine, se bem que esta última se desenrole sobretudo em termos lógico-gramaticais, e que aquela que opõe Bergmann a Russell seja sobretudo formulada em termos epistemológicos. Mas em ambos os casos, trata-se de uma oposição entre uma atitude particularista (de Bergmann e de Strawson), que

salienta a importância do sujeito no conhecimento, através da insistência no carácter fundamental da localização espaço-temporal na identificação dos objectos, e uma atitude universalista (de Russell e de Quine), que procura, através da eliminação dos particulares, por via lógico-gramatical ou por via epistemológica, o estabelecimento de um conhecimento impessoal. Para utilizar uma tipologia célebre de Strawson¹⁰⁴, encontramos aqui a oposição entre, por um lado, uma “metafísica descritiva”, e, por outro, uma “metafísica revisionária”, isto é, entre uma metafísica que procura esclarecer os esquemas conceptuais mais ou menos universalmente aceites e uma metafísica que procura substituir esses mesmos esquemas por outros que chocam com os primeiros.

5. Particular/universal e maneiras de pensar

Procurei até aqui estabelecer uma hierarquia que poderia chamar vertical entre as diversas modalidades do par universal/particular, e que se encaminharia idealmente do mais preciso para o mais vago (volto a lembrar que, por razões de comodidade de exposição tratei em último lugar do aspecto mais preciso, o aspecto lógico-gramatical, que, para ser fiel ao meu plano, deveria ter abordado em primeiro lugar).

Gostaria agora, muito brevemente, de referir um outro modo, por assim dizer horizontal, de abordar o problema, através do conceito de maneira de pensar (*Denkungsart*, em Kant).

Parto de uma constatação: não pensamos da mesma maneira quando pensamos sobre os objectos da natureza (como, por exemplo, o faz a física), sobre a beleza, ou sobre a moralidade (ou a política, ou a história — em geral, sobre tudo que faça intervir a questão da liberdade humana). Estas diferentes maneiras de pensar divergem em muitos aspectos. A intencionalidade do pensamento, por exemplo, não é do mesmo tipo nas três maneiras de pensar. Do mesmo modo, o modelo de rigor, de exactidão — de *akribeia*, como diria Aristóteles — varia de uma maneira de pensar para outra. Como varia igualmente o modelo da relação entre o particular e o universal.

Muito rapidamente. A relação entre um electrão particular e o universal “electrão” é uma relação de instanciação: o electrão particular é um exemplo concreto do conceito “electrão” — não se confunde com ele nem é indeterminado por relação a ele. A relação do *Anjo* de Memling no Louvre com o universal “beleza” não é uma relação de instanciação: não há, neste caso, distinção entre universal e particular — o particular é o universal (e o mesmo se pode dizer da *Mulher do turbante* de Vermeer, etc.). Por fim, a relação do capitalista individual com o tipo ideal (universal) do capitalista, segundo Weber, ou a relação de um qualquer regime despótico particular com o tipo ideal (universal) do regime despótico

estabelecido por Montesquieu, não são nem relações de instanciação de um universal por um particular, nem relações de identidade entre um particular e um universal: elas estabelecem-se de uma forma que é, de direito e de facto, razoavelmente indeterminada. Os universais da sociologia, por exemplo, ou da teoria política, são válidos na medida em que o seu potencial heurístico e descritivo é efectivo: mas não determinam por inteiro os seus objectos.

Estas breves notas limitam-se a indicar uma outra linha possível de analisar a relação particular/universal: através da diferença entre as maneiras de pensar.

6. A diversidade cultural e a comunicação filosófica

Procurei mostrar que a oposição entre particular e universal se deixa abordar através de vários pontos de vista que não são coincidentes nem nos seus objectos, nem nos métodos de tratamento, nem nos objectivos.

Resta-me, para concluir, dizer algumas breves palavras sobre a relação entre a diversidade cultural e a tradição filosófica.

Existem, sem dúvida, tradições filosóficas distintas. Fala-se, por exemplo, de filosofia anglo-saxónica e de filosofia continental, e essa distinção (se bem que tenda nitidamente a esbater-se) possui sem dúvida alguma pertinência. O grande historiador das ciências Pierre Duhem sugeriu igualmente, em páginas célebres, nos primeiros anos do século que agora finda, a existência de um *estilo de pensamento* inglês e de um *estilo de pensamento* francês, diversos um do outro, que conduziam a aproximações diferenciadas dos factos científicos¹⁰⁵.

Convém, no entanto, esclarecer um aspecto. A existência de tradições filosóficas nacionais é coisa inteiramente distinta da existência de filosofias nacionais, expressão que encerra em si uma contradição. A filosofia fala para toda a gente, tem uma linguagem técnica que é assimilável por toda a gente, e é assim que deve ser. Nem Aristóteles, nem Leibniz, nem Hume, nem Kant, nem Bertrand Russell foram “filósofos nacionais”. A única realidade que a expressão “filosofia nacional” designa é a má filosofia. “Filosofia nacional” quer sempre dizer “filosofia paroquial”.

Frege escreveu que “quanto mais uma comunicação é científica, menos a nacionalidade do autor nela transparecerá e mais fácil será a tradução”¹⁰⁶. Sem dúvida que a filosofia não é uma ciência, mas a frase de Frege deve servir-lhe de guia.

Dizer isto não é negar a riqueza do semantismo natural de cada língua, e o direito (ou mesmo o dever) dos filósofos explorarem os recursos que as diferentes línguas lhes oferecem. Mas isso também não significa que o seu pensamento esteja pré-determinado pela língua adoptada. Um linguista eminente pôde um dia afirmar que as dez categorias aristotélicas nada mais eram do que a “projecção conceptual de um dado estado linguístico”, nomeadamente o da língua grega do

século iv antes da nossa era¹⁰⁷; e um filósofo pôde mostrar quão abusiva era tal afirmação: Aristóteles havia operado uma selecção sobre o material que tinha à sua disposição, não o havia servilmente copiado¹⁰⁸. O pensamento filosófico opera uma selecção sobre o pensamento natural da língua¹⁰⁹, não o imita — ou projecta, ou decalca — servilmente. De resto, como Heidegger infelizmente no-lo mostrou, é preciso ter cuidado com o génio da língua.

A filosofia encontra-se por definição aberta à diversidade cultural. Leibniz, que escrevia regularmente em três línguas — o francês, o latim e o alemão — e para quem o irenismo era um traço de carácter filosófico, gostava de citar uma expressão de um autor hipocrático: *sumpnoia panta*, tudo conspira¹¹⁰ — quer dizer: tudo se encontra relacionado. A boa filosofia, a única, é a que se abre a essa conspiração universal da diversidade. No interior de uma linguagem que é técnica e partilhada.

Bibliografia

- Aaron, R.I. — (1941) "Hume's Theory of Universals", P.A.S., New Series, XLII, 117-140.
- Abraham, W.E. — (1975) "Predication", Studia leibnitiana, VII, 1, 1-20.
- Aginsky, B.W. e Aginsky, E.G. — (1948) "The Importance of Language Universals", Word, IV, 168-172.
- Armstrong, D.M. — (1978) Universals and Scientific Realism, 2 vols., Cambridge University Press, Cambridge.
- Bach, E., e Hans, R.T., eds. — (1986) Universals in Linguistic Theory, Holt, Rinehart and Winston, Nova Iorque.
- Bambrough, R. — (1961) "Universals and Family Resemblances", P.A.S., New Series, LXI, 207-222.
- Bealer, G. — (1982) Quality and Concept, Clarendon Press, Oxford.
- Benveniste, G. — (1966) Problèmes de linguistique générale, I, Gallimard, Paris.
- Bergmann, G. — (1947) "Russell on Particulars", Philosophical Review, 59-72.
- (1960) "Strawson's ontology", The Journal of Philosophy, LVII, 601-622.
- Berlin, B., Breedlove, D. E., Raven, P.H. — (1968) "Covert Categories and Folk Taxonomies", American Anthropologist, 70, 290-299.
- Berlin, B. e Kay, P. — (1969) Basic Color Terms, University of California Press, Berkeley.
- Berlin, B. — (1972) "Speculations on the Growth of Ethnobotanical Nomenclature", Language in Society, I, 51-86.

- Berlin, B., Breedlove, D.E., Raven, P.H. — (1973) "General Principles of Classification and Nomenclature in Folk Biology", American Anthropologist, 75, 214-242.
- Brown, C. — (1977) "Folk Botanical Life-Forms: Their Universality and Growth", American Anthropologist, 79, 317-342.
— (1979) "Folk Zoological Life Forms: Their Universality and Growth", American Anthropologist, 81, 791-817.
- Brown, C. e Witkowsky, S.R. — (1981) "Figurative Language in a Universalist Perspective", American Ethnologist, VIII, 596-615.
- Cain, A.J. — (1958) "Logic and Memory in Linnaeu's System of Taxonomy", Proc. Linnean Soc. of London, 144-163.
- Carnap, R. — (1928) Der logische Aufbau der Welt, Weltkreis Verlag, Berlin.
- Casullo, A. — (1984) "The Contingent Identity of Particulars and Universals", Mind, XCIII, 527-541.
- Chakrabarti, K. — (1975) "The Nyaya-Vaisesika Theory of Universals", Journal of Indian Philosophy, 3, 363-382.
- Chomsky, N. — (1965) Aspects of Theory of Syntax, The MIT Press, Cambridge, Mass.
— (1980) Rules of Representation, Blackwell, Oxford.
- Clarke, F.P. — (1962) "St. Thomas on 'Universals'", The Journal of Philosophy, LIX, 720-725.
- Dahlstrom, D.O. — (1980) "Signification and Logic: Scotus on Universals from a Logical Point of View", Vivarium, XVIII, 2, 81-111.
- Dascal, M. — (1982) "Universal Language Schemes in England and France, 1600-1800. Comments on James Knowlson", Studia Leibnitiana, XIV, 1, 98-109.
- Davidson, D. — (1984) Inquiries into Truth and Interpretation, Clarendon Press, Oxford.
- Duhem, P. — (1993) La théorie physique. Son objet, sa structure (1914), Vrin, Paris.
- Dulckeit, K. — (1986) "Can Hegel Refer to Particulars?", The Owl of Minerva, 17, 2, 181-194.
- Fishman, J.A. — (1960) "A Systematization of the Whorfian Hypothesis", Behavioral Science, 5, 323-339.
- Fodor, J. — (1979) The Language of Thought (1975), Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Frege, G. — (1892), "Über Begriff und Gegenstand", Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie, 16, 192-205.
— (1919) "Der Gedanke", Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus, 1, 58-77.

- Frisch, J. A. — (1972) "Mohawk Color Terms", Anthropological Linguistics, 14, 306-310.
- Geach, P.T. — (1950) "Subject and Predicate", Mind, 461-482.
 — (1980) Reference and Generality (1962), Cornell University Press, Ithaca.
 — (1981) Logic matters (1972), Blackwell, Oxford.
- Gil, F. — (1984) Mimésis e negação, IN/CM, Lisboa.
 — (1989) "Como pensa a língua", Análise, 12, 179-199.
- Gilmour, J.S.L. — (1951) "The Development of Taxonomic Theory since 1851", Nature, 168, 400-402.
- Goodman, N. — (1983) Fact, Fiction and Forecast (1979), Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Greenberg, J.H. — (1963), ed., Universals of Language, Mit Press, Cambridge, Mass.
 — (1975) "Research on Language Universals", Annual Review of Anthropology, 75-94.
- Greenberg, J.H., Ferguson, Ch. A., Moravcsik, E.A. — (1978), eds., Universals of Human Language, Stanford University Press, Stanford.
- Heinrich, A.C. (1972) "A Non-european System of Color Classification", Anthropological Linguistics, 14, 220-227.
- Heller, J.L. — (1964) "The Early History of Binomial Nomenclature", Huntia, 1, 33-68.
- Kay, P. e McDaniel, C.K. — (1978) "The Linguistic Significance of the Meanings of Basic Color Terms", Language, 54, 610-646.
- Lehmann, W.P. — (1972) "Converging Theories of Linguistics", Language, 48, 266-275.
- Leibniz, G. W. — (1966) Essais de Théodicée, ed. J. Brunschwig, Garnier-Flammarion, Paris.
- Levi-Strauss, C. — (1962) La pensée sauvage, Plon, Paris.
- Libera, A. de — (1996) La querelle des universaux. De Platon à la fin du Moyen Age, Seuil, Paris.
- Maitra, S.K. — (1974) Fundamental Questions of Metaphysics and Logic, Calcutá.
- McClure, E.F. — (1975) "Ethno-Anatomy: The Structure of the Domain", Anthropological Linguistics, 17, 78-88.
- Mill, J.S. — (1973) A System of Logic (1843), in Collected Works, Vol. VIII, Routledge and Kegan Paul, Londres.
- Moore, G.E. — (1959) Philosophical Papers, Allen and Unwin, Londres.
 — (1962) Common-Place Book, ed. C. Lewy, Allen and Unwin, Londres.

- Owen, G.E.L. — (1978) "Particular and General", P.A.S., 1-21.
- Palmer, G.B. e Nicodemus, L. — (1985) "Coeur d'Alene Exceptions to Proposed Universals of Anatomical Nomenclature", American Ethnologist, 12, 341-359.
- Pomian, K. — (1978) "Entre le visible et l'invisible: la collection", Libre, 3, 3-56.
- Popper, K.R. — (1972), Objective Knowledge, Claredon Press, Oxford.
— (1980), The Logic of Scientific Discovery (1959 (1934)), Hutchinson, Londres.
— (1983) Realism and the Aim of Science, Hutchinson, Londres.
- Popper, K. R. e Eccles, J. (1981) The Self and Its Brain, Springer Verlag, Berlin.
- Pratt, V. — (1972) "Biological Classification", Brit. J. Phi. Science, 23, 305-327.
— (1977) "Foucault and the History of Classification Theory", Stu. Hist. Phi. Sci., e, 2, 163-171.
- Quine, W.v.O. — (1940) Mathematical Logic, Harvard University Press, Cambridge, Mass.
— (1953) From a Logical Point of View, Harvard University Press, Cambridge, Mass.
— (1960) Word and Object, The M.I.T. Press, Cambridge, Mass.
— (1969) Ontological Relativity and Other Essays, Columbia University Press, Nova Iorque.
— (1974) The Roots of Reference, Open Court, La Salle, Illinois.
— (1981) Theories and Things, Belknap Press, Cambridge, Mass.
— (1984) Methods of Logic (1950), trad. f. M. Clavelin Méthodes de logique, Armand Colin, Paris.
- Ramsey, F. P. — (1925) "Universals", Mind, XXXIV, 401-417.
- Randall, R.A. e Hunn, E.S. — (1984) "Do Life-forms Evolve or do Uses for Life? Some Doubts About Brown's Universals Hypotheses", American Ethnologist, 329-349.
- Rossi, P. — (1993) Clavis Universalis (1960), trad. F.P. Vighetti Clavis Universalis, Jérôme Millon, Grenoble.
- Russell, B. — "On Denoting", Mind, XIV, 479-493.
— (1911), "On the Relations of Universals and Particulars", P.A.S., XII, 1-24.
— (1912) The Problems of Philosophy, Oxford University Press, Oxford.

- (1914) Our Knowledge of the External World, Allen and Unwin, Londres.
- (1940), An Inquiry into Meaning and Truth, Allen and Unwin, Londres.
- (1948) Human Knowledge: Its Scope and Limits, Allen and Unwin, Londres.
- (1959) My Philosophical Development, Allen and Unwin, Londres.
- Sahlins, M. — (1976) "Colors and Cultures", Semiotics, 16, 1, 1-22.
- Sanford, D. H. — (1980) "Armstrong's Theory of Universals", Brit. J. Phil. Sci., 31, 69-79.
- Simpson, G. C. — (1989) Principles of Animal Taxonomy (1962), trad. p. F. A. Ilharco Princípios de taxonomia animal, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Slaughter, M. M. — (1982) Universal Languages and Scientific Taxonomy in the Seventeenth Century, Cambridge University Press, Cambridge.
- Strawson, P.F. — (1956) "Singular Terms, Ontology and Identity", Mind, LXV, 433-454.
- (1959) Individuals, Methuen, Londres.
- (1971) Logico-Linguistic Papers, Methuen, Londres.
- (1974) Subject and Predicate in Logic and Grammar, Methuen, Londres.
- Thom, R. — (1980) "Predication and Grammaire Universelle", Fundamenta Scientiae, 1, 23-34.
- Thompson, W.R. — (1952) "The Philosophical Foundation of Systematics", The Canadian Entomologist, LXXXIV, 1, 1-16.
- Tweedale, M.M. — (1984) "Alexander of Aphrodisias Views on Universals", Phronesis, XXIX, 279-303.
- Urmson, J. O. — (1961) "*Critical Notice de Individuals*", Mind, 258-264.
- Vuillemin, J. — (1967) De la logique à la théologie. Cinq études sur Aristote, Flammarion, Paris.
- Wittgenstein, L. — (1984) Philosophische Untersuchungen, Suhrkamp, Francforte.
- Yates, F. A. — (1984) The Art of Memory (1966), Ark Paperbacks, Londres.

Notas

¹ O texto desta comunicação é, em parte, a tradução do relatório de uma investigação levada a cabo na Universidade de Cambridge de Março a Setembro do já longínquo ano de 1986, graças a uma bolsa do *British Council*. Reduzi as secções 2 e 3, ampliei a secção 4, e acrescentei as secções 5 e 6. Pouco acrescentei à bibliografia de que me servi na altura: apenas no que diz respeito à secção 2 tal poderia constituir um defeito redibitório, mas não creio, dada a generalidade dos argumentos aqui propostos (sobretudo nesta versão condensada), que assim seja.

² Pratt, 1972.

³ Thompson, 1952.

⁴ Armstrong, 1978. Para uma visão de conjunto da posição de Armstrong, cf. Sanford, 1980.

⁵ Wittgenstein, 1984.

⁶ Bambrough, 1961.

⁷ Popper, 1972; cf. igualmente Popper e Eccles, 1981.

⁸ Levi-Strauss: 1962. Levi-Strauss insistiu enormemente, como se sabe, no *prazer de classificar*. Várias páginas de *La pensée sauvage* ecoam os propósitos de Aristóteles no livro Alfa da *Metafísica*.

⁹ Heller, 1964; cf. igualmente Slaughter, 1982: 79.

¹⁰ Simpson, 1989, que aborda igualmente um vasto número de outras questões postas pela taxonomia científica.

¹¹ Gilmour, 1951.

¹² Cf. Slaughter, 1982; para questões aparentadas a estas, cf. igualmente, entre uma vasta bibliografia, Yates, 1984; Rossi, 1993; Dascal, 1982.

¹³ Cf. Gil, 1984: 125 sgts..

¹⁴ Cf. Gil, 1984: 131 sgts., e Pomian, 1978.

¹⁵ Fishman, 1960.

¹⁶ Fishman, 1960: 337.

¹⁷ Cf., por exemplo, Quine, 1969.

¹⁸ Quine, 1960: 52; cf. igualmente Quine, 1969: 30 sgts.

¹⁹ Chomsky, 1965; Bach e Hans, 1968.

²⁰ Greenberg, 1963; Greenberg *et alli*, 1978.

²¹ Lehman, 1972.

²² Aginsky e Aginsky, 1948.

²³ Cf., por exemplo, Fodor, 1979.

²⁴ Berlin e Kay, 1969; Frisch, 1972; Heinrich, 1972; Sahlins, 1976; Kay e MacDaniel, 1978.

²⁵ Berlin, Breedlove e Raven, 1968, 1973; Berlin, 1972; Brown, 1977, 1979; Randall e Hunn, 1984.

²⁶ McClure, 1975; Brown e Witkowski, 1981; Palmer e Nicodemus, 1985.

²⁷ Sahlins, 1976.

²⁸ Greenberg, 1975; Thom, 1980.

²⁹ Owen, 1978.

³⁰ Maitra, 1974; Chakabarti, 1975.

³¹ Dahlstrom, 1980.

³² Libera, 1996.

³³ Armstrong, 1978.

³⁴ Aaron, 1941. Popper defenderá, de resto, uma interpretação da probabilidade em termos de propensão (cf. Popper, 1983). Cf. tb., numa outra perspectiva, os conceitos goodmanianos de *projectibilidade* e *entrincheiramento* (Goodman, 1983: Capítulos III e IV).

³⁵ Popper, 1980.

³⁶ Frege, 1892.

³⁷ Clarke, 1962. Cf. tb. Geach, 1950: 465.

³⁸ Frege, 1892.

³⁹ Russell, 1911. Cf. igualmente Russell, 1912, Capítulos X e XI; e 1959: Capítulo XIV.

⁴⁰ Russell, 1940: Capítulos VI-VIII; 1948: Parte IV, Capítulo VIII. Cf. igualmente Casullo, 1984.

⁴¹ Ramsey, 1925. Para uma crítica da posição de Ramsey, cf. Geach, 1950: 474 sgts.

⁴² Geach, 1950, 1980, 1981.

⁴³ Quine, 1940, 1953, 1960, 1984.

⁴⁴ Strawson, 1956, 1959, 1971, 1974.

⁴⁵ Geach, 1980: 57. Cf., em geral todo o Capítulo II. E, sobretudo, Geach, 1950, que contém uma versão mais completa dos seus argumentos. Para uma crítica deste artigo, cf. Strawson, 1959: 143 sgts. Para uma defesa da posição de Geach relativamente ao ataque de Strawson, cf. Urmson: 263-264.

⁴⁶ Strawson, 1959. Para algumas análises críticas de *Individuals*, cf. Bergmann, 1960, e Urmson, 1961.

⁴⁷ Strawson, 1959.

⁴⁸ Bergmann, 1960: 620.

⁴⁹ Strawson: 1971.

⁵⁰ Strawson, 1971: 36-43. Sobre as frases de colocação, cf. 1959: 202 sgts.

⁵¹ Strawson, 1971: 49.

⁵² Strawson, 1971: 51-52.

⁵³ Strawson, 1971: 59.

⁵⁴ Strawson, 1956: 438-439.

⁵⁵ Strawson, 1971: 96.

⁵⁶ Strawson, 1971: 101. Sobre os critérios da negação e da composicionalidade, cf. Abraham, 1975: 14.

⁵⁷ Strawson, 1971: 101.

⁵⁸ Strawson, 1971: 102.

⁵⁹ Strawson, 1971: 102-103.

⁶⁰ Strawson, 1971: 104. Sobre a assimetria relativa à negação, cf. as págs. 104-107; sobre a assimetria relativa à composição, cf. as págs. 107-111.

⁶¹ Strawson, 1971: 114-115. Sobre a excepção em questão, cf. Strawson, 1959: 167 sgts.

⁶² Strawson, 1974.

⁶³ Quine, 1960.

⁶⁴ Para uma crítica da definição dos termos singulares em *Methods of Logic*, cf. Strawson, 1956: 437 sgts.

⁶⁵ Quine, 1960: 96.

⁶⁶ Cf. Russell, 1905.

⁶⁷ Quine, 1984: 246 sgts.; Quine, 1953: 146.

⁶⁸ Quine, 1960: 158-159.

⁶⁹ Quine, 1984: 234; Quine, 1958: Capítulo I, sbtd. págs. 12-13.

- ⁷⁰ Quine, 1953: 167. Para uma exposição das vantagens da eliminação dos termos singulares segundo Quine, cf. Strawson, 1956: 441-444.
- ⁷¹ Strawson, 1971: 62.
- ⁷² Strawson, 1971: 63-64. Para os elementos da controvérsia entre Russell e Strawson, cf. Russell, 1905; Strawson, 1971, Capítulo I (que retoma o artigo "On Referring", de 1950); e Russell, 1959, 175-180.
- ⁷³ Strawson, 1971: 64. Cf. igualmente p. 55.
- ⁷⁴ Strawson, 1971: 65.
- ⁷⁵ Cf. Strawson, 1959: 167-173.
- ⁷⁶ Strawson, 1971: 69.
- ⁷⁷ Strawson, 1971: 70.
- ⁷⁸ Strawson, 1971: 69-70.
- ⁷⁹ Strawson, 1971: 71-74.
- ⁸⁰ Strawson, 1971: 72.
- ⁸¹ Strawson, 1971: 73-74.
- ⁸² Strawson, 1956: 453. Cf. igualmente 1956: 451
- ⁸³ Strawson, 1956: 433 sgts.
- ⁸⁴ Strawson, 1956: 434 sgts.
- ⁸⁵ Strawson, 1956: 435 sgts. Para uma discussão das críticas de Strawson no seu artigo de 1956, cf. Davidson, 1985: 4-7.
- ⁸⁶ Quine, 1969: 320.
- ⁸⁷ Quine, 1969: 322.
- ⁸⁸ Carnap, 1928.
- ⁸⁹ Strawson, 1956: 454; cf. tb. p. 449.
- ⁹⁰ Quine, 1960, 1974.
- ⁹¹ Bergmann, 1948.
- ⁹² Russell, 1940.
- ⁹³ Bergmann, 1947: 60.
- ⁹⁴ Russell, 1940: 94-95.
- ⁹⁵ Russell, 1940: 97.
- ⁹⁶ Russell, 1940: 97.
- ⁹⁷ Russell, 1940: 98.
- ⁹⁸ Russell, 1940: 103.
- ⁹⁹ Russell, 1940: 108. Sobre a eliminação dos "particulares egocêntricos", cf. igualmente Russell, 1948: 100-108.
- ¹⁰⁰ Russell, 1940: 113.
- ¹⁰¹ Russell, 1940: 115.
- ¹⁰² Russell, 1940: 126.
- ¹⁰³ Bergmann, 1947: 69.
- ¹⁰⁴ Cf. Strawson, 1959.
- ¹⁰⁵ Duhem, 1993.
- ¹⁰⁶ Frege, 1919.
- ¹⁰⁷ Benveniste, 1966: I, 70.
- ¹⁰⁸ Vuillemin, 1967: 76-77.
- ¹⁰⁹ Sobre esta questão ("como pensa a língua"), cf. Gil, 1989.
- ¹¹⁰ Leibniz, 1966: 39.

LA MODERNIDAD COMO ESTÉTICA DE LAS IDENTIDADES NACIONALES IBERICAS

JOSÉ LUIS MOLINUEVO
UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

Lo que planteo con el presente título no es un hecho al modo del viejo modelo de historia, sino más bien algo por hacer, un proyecto, pero que enraíza en nuestra tradición. Es, pues, un futuro pasado y, por ello, también un presente. Una posibilidad que tenemos en el presente los pueblos ibéricos y que estamos empezando a desarrollar. Se trata, para decirlo brevemente, del camino de nuestra genuina modernidad distinta de la anglosajona. Las tecnologías de la comunicación, que tantas discusiones han generado en la oposición de palabra e imagen, se nos aparecen ahora como una propuesta imaginativa desde el punto de vista social y razonable desde el punto de vista económico, es decir de una razón imaginativa. Corresponden a la doble estética de la modernidad, la de la razón y la de la imaginación, la del atrevete a saber, pero también atrevete a sentir. Intentar recuperarlas prosiguiéndolas equivale a ser un conservador partidario de la modernidad, pero no un reaccionario que piensa el presente como ya siendo pasado. Creo que el reto de los países ibéricos está en cobrar una herencia pendiente, la de la modernidad. En ese sentido es un futuro pasado. Pero que no debe entenderse como una vuelta al pasado, sino como un proyecto futuro.

Imagen de la modernidad y modernidad de la imagen.

Esto implica no sólo un cambio en la conciencia histórica sino una revisión de la propia historia. De hecho, siempre que se ha proyectado el futuro se ha acabado reescribiendo la propia historia. De Portugal y de España se ha dicho que no hemos tenido modernidad. Es cierto que no hemos tenido la de otros pueblos, pero hemos tenido la

nuestra. Se inscribe dentro del contexto de la modernidad latina, distinta de la anglosajona. Es fruto de un estilo y de un talante, más que de una cuestión meramente geográfica, de la llamada "modernidad del Sur". Ese es un talante dialéctico en el que los opuestos no se excluyen sino que permanecen en tensión. Se trata de un modelo de modernidad consistente en una síntesis entre el saber y el sentir. El ideal moderno del saber no consiste en una educación en las ideas, sino en la sabiduría: es una educación en el saber pero también en los sentimientos. En la tradición de la modernidad kantiana nos plantearon una alternativa: o conocimientos sin sentimientos o sentimientos sin conocimiento. Pero también la posibilidad de una síntesis, de una mediación. Precisamente la Estética nace como tal disciplina ante la insuficiencia de caracterizar al ser humano como "animal rationale", de definirle sólo por el conocimiento racional. Y también de que el método para llegar a conocerle sea precisamente ese, la definición. Pues su ser no consiste meramente en una substancia, algo subsistente (según el ideal cartesiano) separado de lo demás y de los otros. Por el contrario, va prevaleciendo la creencia en el ser humano como un ser natural y social, es decir, que su ser no tiene un carácter substancial sino relacional; que uno consiste en sus relaciones. La Estética nace, pues, tanto como reivindicación de la sensibilidad como de la solidaridad. En eso consiste la Estética desde su nacimiento: la sensibilidad solidaria.

El siglo xx se abre con el clamor de la generación de 1914: necesitamos una nueva sensibilidad porque hemos sido educados en un siglo y tenemos que vivir en otro. Estoy convencido de que a comienzos del siglo xxi nos encontramos con la misma necesidad de otra sensibilidad. Nos la exige ese elemento que ha hecho irrupción en siglo xx transformando lo cuantitativo en cualitativo: la técnica. No se trata ya de que sea un fenómeno general: es que somos seres técnicos. Y no sólo eso: el salto cualitativo del siglo xx al siglo xxi está ya en las nuevas tecnologías, que han cambiado la visión tradicional e instrumental de la técnica. Fundamentalmente a través de las imágenes. Los discursos que se han venido oyendo en las últimas décadas tienen a veces un tono apocalíptico profetizando la sustitución de la palabra por la imagen. Hemos sido educados en el sentido de la palabra (oral o escrita) y necesitamos la sensibilidad para las imágenes. Al comienzo fue el logos y al final será la imagen. Pero hay un intermedio fáustico. Hoy hay un retorno al logos, pero como imagen-acción, es decir, como pensamiento en imágenes. Creo que nuestra modernidad, la de los países ibéricos ha sido eso, debe ser eso, un pensamiento en imágenes. No tanto en el sentido de imágenes del pensamiento, ilustradoras, sino como sensibilidad de lo real, de las cosas. Nuestra tarea ahora consiste en cobrar la herencia y no tener complejo desarrollando esa identidad. Mi tesis es que estamos bien capacitados para vivir este final de siglo: vivimos en una época tecnológica, vivimos en un mundo de imágenes. Nuestra situación está entre el símbolo y lo virtual. Lo que quiero decir es muy simple, demostrarlo ya es

más difícil. Estamos en el tránsito de una época técnica a otra tecnológica. Esta es el mundo en imágenes. Hace falta una nueva sensibilidad, no tanto nuevas teorías para vivir en ella. Es una cuestión estética.

Mito, límite, frontera

¿Cómo estamos preparados respecto a ello?

En Marzo de 1942 llega Ortega a Lisboa proveniente de Argentina. Se instala en la calle 5 d'Outubro, número 10. Trae muebles y libros de España y no se mudará de la casa, hasta que después de su muerte en 1955 la levante su hija Soledad. Portugal es el lugar tranquilo en el que acomete su última obra: la revisión del pensamiento occidental, para en esa Europa en crisis, en guerra, ver qué es lo que se puede salvar. Ha quedado en el camino su proyectada "historia del mito portugués" de la que se conservan en el Archivo de la Fundación José Ortega y Gasset algunas notas de trabajo. En otras Notas de Trabajo, que edité hace unos años, Ortega recurre a la Filosofía de la mitología de Schelling: "Cada pueblo existe como tal sólo desde el momento que ha decidido y fijado su mitología". Y apostilla: "Ciertamente, cada pueblo es una mitología diferente, un repertorio exclusivo de maneras intelectuales y afectivas". Las Notas de trabajo referidas a Portugal han sido tituladas así.

"Hipótesis a la Saudade
un estudio de mitología"

"La Saudade no es un tema portugués, sino el tema portugués por excelencia. Si algún otro puede situarse a su vera es, acaso, la "Descoberta". Ambos polarizan la realidad histórica que es Portugal. Y resulta que son una contraposición: la "Descoberta" es el ansia de irse, la "Saudade" el ansia de volver. La ex-patriación (una vez) y la re-patriación permanente: antes y después de la Descubierta. Portugal es el "hijo pródigo" de sí mismo. ¿Qué es en él lo más auténtico, el irse o el volver?. Aquello lo hizo una vez: Esto lo ha hecho y lo está haciendo siempre. Cada día, cada hora el portugués vuelve a sí.

Nótese lo que hay de grave en esto. La Descubierta es un quebrar el horizonte y un buscar el imprevisto más allá, es "mares nunca d'antes navegados", la radical abertura. Saudade es solidificación de todo horizonte dado: un quedarse en lo viejo, en la costumbre. Una hermetización y el mayor no a la aventura"².

Somos dos países en los que la tradición se da la mano con la modernidad en la constitución de una identidad a través de los mitos. El mito ibérico es límite y frontera; lo segundo separa, encierra dentro de uno mismo, mientras que lo primero es una invitación permanente a sobrepasarla; la segunda divide, el primero relaciona, nos hacer reconocer que somos menesterosos, necesitados unos

de otros para ser. Esa manera de salir como forma de ser cada vez se refiere menos al espacio físico. Han desaparecido las fronteras administrativas, integrados en una comunidad superior. Hoy día el límite se vive no como la capacidad de autoafirmarse sino de relacionarse. Y aquí es donde nuestra modernidad pueda ser contemporánea: a través del lenguaje, a través de las imágenes.

Somos países pequeños que hemos tenido un imperio, que tenemos una lengua que nos hace más extensos de lo que somos geográficamente, pero que, sin embargo, culturalmente, tenemos un cierto complejo de inferioridad histórica frente a otros países latinos y especialmente frente a lo anglosajón. En el mito portugués está perfectamente el mito latino y, para ser más precisos, el mito peninsular. Se trata de "pueblos viejos" (no de "pueblos jóvenes" como los latinoamericanos), en una dialéctica constante entre historia y porvenir. Por una parte tenemos que revisar nuestros mitos, pero por otra parte en la época de las nuevas tecnologías se están construyendo otros. Y eso revela esa tensión que vivimos en esta época de transición y fin de siglo. En lo que se refiere al primero: la situación de Portugal y España entre Europa y África les convierten a juicio de Ortega en pueblos fronterizos que no se identifican exclusivamente con ninguno de los dos anteriores. En estos momentos quieren que seamos frontera con África y límite con una Europa que cada vez tiene más problemática su identidad cultural, justamente por haberse empezado a construir en lo económico sin haber cimentado lo otro. El problema que se presenta es si esa identidad tiene que ser universalista o multicultural. Parece que lo primero corresponde al proyecto moderno, mientras que lo segundo formaría parte de nuestra condición posmoderna³.

La historia de nuestros dos países es distinta a la de las europeas, y esto les crea una tensionalidad en el carácter⁴, les da una textura dramática a la existencia, antes de toda consideración individual. Ello configura (frente a tópicos de idealismo) un carácter sintético, de síntesis de contrarios, en una aportación original a la cultura europea que consiste precisamente en el mestizaje. Modernidad, límite son los dos temas que configuran una forma de ser propia de personas que habitan lugares fronterizos. De ahí que la meditación sobre la circunstancia se desplaza, a la del paisaje y esta a la del lugar, a la construcción de lugares que hagan habitable el espacio de lo humano.

Volver a la caverna platónica

La pregunta es si nosotros, que no hemos tenido esa modernidad de la razón, podemos incorporarnos al siglo XXI mediante la otra modernidad, la de las imágenes. El final de esa aventura, en la que estamos todavía al cabo del siglo es el reto del pensamiento en imágenes. Pero antes de afrontarle tenemos todavía que resolver un problema que nos viene de la tradición del pensamiento occidental.

Se nos ha cruzado un mito, el mito platónico de los orígenes. Ha habido un mito de los orígenes que ha mediatizado la recepción de los otros: es el mito platónico de la caverna, donde se nos invita, se nos obliga, a abandonar las imágenes, las sombras de las cosas, para salir a la luz del sol, y contemplar la realidad, las cosas tal como son en sí mismas. No deja de ser paradójico que Platón introduzca así su discurso sobre la verdad de la condición humana: "Después de esto -añadí-, representate la naturaleza humana en la siguiente coyuntura, con relación a la educación y a la falta de ella. Imaginate una caverna subterránea..." "Imaginate"... Un discurso sobre la verdad contra las imágenes que sólo es posible a través de ellas, de la mano de ellas. Es paradójico. Para los griegos la *doxa* era la opinión común, fundada en las apariencias, las imágenes de las cosas y no en las cosas mismas. Pero era el discurso de la costumbre, el quicio sobre el que giraba la vida cotidiana. La *paradoxa*, la filosofía, el discurso de la verdad tenía lugar cuando le rompían ese discurso, cuando le sacaban de quicio, le hacían salir de sí y de ahí. Platón ha narrado mediante un mito esa condición humana. ¿Tiene esto sentido hoy en la era de las estéticas digitales y de la realidad virtual? Totalmente. Platón ha acertado con el método, la narración, con lo narrado, la condición humana. Sólo se trata de hacer todo lo contrario de lo que él ha recomendado. Es decir, de retornar a la caverna, para no salir de ella, y de resistirse a quienes nos obligan a hacerlo. No de matarles, como pronostica Platón, como acepta Heidegger en el sentido del amor fati nietzscheano.

La condición del hombre en la caverna es la de un prisionero de sombras de artefactos. Es el hombre sin educación. Por el contrario su condición educada consiste en hacerle volver al mundo natural, no de las imágenes, sino de las cosas. Dice Platón: "—Y finalmente, según yo creo, podría ver y contemplar el sol, no en sus imágenes reflejadas en las aguas, ni en otro lugar extraño, sino en sí mismo y tal cual es". Obsérvese que el hombre en la condición primera vive en un mundo de artefactos y de las imágenes producidas por ellos. Se trata de un mundo a abandonar. Y sin embargo, es nuestro mundo hoy, después de épocas de ilustración. Mientras que el llamado mundo natural ya no existe. Esto tiene unas graves consecuencias: todavía seguimos planteando en el terreno del pensamiento la relación sujeto-objeto como si los objetos fueran naturales y el hombre un ser adánico, cuando en realidad nuestro mundo es un mundo de artefactos. Y lo que vemos no son sólo las imágenes de esos artefactos sino las que producen esos artefactos. La mediación no tiene un carácter instrumental sino constitutivo. La imagen no es símbolo de una realidad, sino la realidad misma. Efectivamente, nuestra situación es la que describe Platón: hemos estado en la caverna, hemos salido de ella, y ahora después de las teorías y su crisis estamos en la decisión.

Al mundo de las Ideas platónico se accede por el razonamiento lógico, pero sólo se permanece en él en virtud de la seducción estética. En Platón la Idea de Belleza queda reducida a la belleza de la Idea. Las Ideas de Verdad, Belleza y Bondad

van unidas, y así ha sido durante siglos. Ha hecho falta una nueva sensibilidad para que se disocien esos ordenes y ese es el gran hallazgo de Schopenhauer: que lo verdadero no es ni bueno ni bello. Le corresponde lo denominado en Estética como artes-ya-no-bellos. Por otra parte, se ha pasado de la tesis del arte como irrealización-idealización, propia del romanticismo y del neokantismo a la de la "transfiguración de lo banal", por utilizar el título de Danto.

Se propone (porque se nos impone) un retorno a la caverna como retorno a la experiencia. No significa reconocer el predominio de la imagen visual sobre la textual, tampoco caer en el textualismo y la hermenéutica y situarse ante el arte haciendo una "lectura del arte" que acaba reduciéndole al arte de la lectura. Se trata, más bien, de una experiencia poliéstética, de síntesis corporales y temporales. El retorno a las imágenes significa reconocer la configuración estética de lo real, y que hemos pasado (parafraseando a Heidegger) de la época de la imagen del mundo al mundo como imagen. Se trata, en definitiva, de recuperar la re-presentación como expresión de las síntesis temporales.

En Platón lo estético es expulsado de lo real, los poetas de la ciudad, el arte de la ciencia. El arte no es conocimiento sino fábrica de ilusiones y, por ello, peligroso. Las famosas uvas pintadas que intentaban picotear los pájaros son un ejemplo del poder de la imagen, pero también de lo peligroso de no distinguir entre apariencia y realidad. Pero en la sociedad mediática actual no hay lugar para esa distinción que se revela como sofisticada: no basta con crear la apariencia de realidad sino que lo único que hay es la realidad de la apariencia. En los anuncios, en los videoclips, no se ofrece sólo un producto sino una forma de vida asociada a él, en la que la realidad ya no sólo es embellecida a través de la apariencia sino sustituida por ella. No sólo no se ha expulsado a lo estético de lo real, sino que lo real es lo estético. La paradoja es que ahora la realidad tiene un carácter estético, que las imágenes son las cosas y no la copia o ficción de las mismas, y que el arte tiene así una función cognoscitiva. Y todo ello al margen de si es acertado o no que se le haya cargado con las hipotecas de las crisis del pensamiento.

Vivir en un mundo de imágenes, de síntesis corporales, es decir, de sentimiento y de conocimiento equivale a vivir en una cultura de la piel frente a una cultura exclusiva del concepto. Es la cultura del límite, de la relación. Pero ello implica, no sólo cambiar la noción de frontera sino también, y sobre todo, las de espacio y de lugar. En la modernidad los espacios ya no son ni globales ni totales, sino cosmopolitas, en lugar de nacionales. Con ello estamos yendo a una concepción del espacio distinta de la física y de la territorial. Lo físico y lo territorial están ligados todavía a un esencialismo sustancialista. Paradójicamente ligada a la de lo global o total. Frente a ello, se trata de lograr construir espacios cosmopolitas en lugares nacionales, es decir, de proyectos con vocación universal, en el sentido de solidaria, pero desde comunidades individuales. Lo nacional no es entendido ahora como algo basado en la tierra o en la sangre, sino en el trabajo y los proyectos vitales de

los individuos. En definitiva, y para retomar en palabras de Ortega la idea de Nación de Renán, se trata de concebirla como un plebiscito cotidiano. Es decir, fundada en la idea del ser humano como proyecto, como futuro. Y es ahí donde se inserta la técnica. La técnica significa un progreso y un salto cualitativo en las nuevas tecnologías en las que se produce una realidad a través de la imagen. Desaparece, pues, la dicotomía platónica, sin que en modo alguno se diga que comporta afirmar que sólo existe esta nueva realidad. Estamos en una profunda mutación de lo real y lo que es no necesariamente tiene que ser real con una única acepción de la palabra.

Mi tesis en lo que vengo desarrollando es que buena parte de una nuestra identidad radica en el cambio de la imagen de la modernidad, pero también en destacar la modernidad de la imagen. Y ello nos lleva a una revisión más del discurso platónico en el sentido de valorar positivamente lo que él hacía negativamente, a saber, la retórica de la imagen.

La retórica de la imagen

En buena medida lo que hoy se puede decir sin desdoro sobre la retórica de la imagen es posible por el cambio experimentado en la imagen de la retórica. Asociada a la palabrería alejada de las cosas o bien al discurso que mueve los sentimientos, pero que ignora la razón, la retórica ha sido sinónimo en el lenguaje cotidiano (y aun culto) de artificio, cuando no de engaño. Los viejos sofistas, más calumniados que estudiados, son un ejemplo de ello. Y, por otra parte, la imagen ha gozado siempre de mala imagen en la tradición del pensamiento occidental. Ha pesado el mandato bíblico de "No harás imágenes de Dios", y la tradición platónica que nos manda salir de la caverna en que vivimos y que hoy más que nunca es la caverna de la imagen. Ha ido asociada a la apariencia, a ser algo desprovisto de ser propio, todo lo más como representación o símbolo de algo. Y así tenemos la imaginaria medieval, la biblia para los iletrados. Ha sido utilizada también como sirvienta de la palabra, como ilustración suya. De ahí el éxito del libro con ilustraciones, ya sea para niños o iletrados.

La minusvaloración de raigambre platónica, unida a la prohibición judía, ha chocado siempre con la realidad de que somos seres imaginarios. Y la recuperación del hombre como individuo, como ser sensible, ha sido pareja a la recuperación y revalorización de la imagen. La crisis de los idealismos ha tenido lugar cuando el ser humano se han negado a ser sólo una apariencia, cuando no se acepta que Dios haya creado el mundo a su imagen y semejanza. Ya no se trata, como antes, de querer ser como Dios, o ser Dios, es decir, ángeles caídos, sino que el hombre quiere ser él mismo, ser sensible, finito y perecedero. Y la facultad por excelencia, mediadora, entre lo sensible y lo intelectual es la imaginación.

El poder de las imágenes consistía en su rebelión, en negarse a ser sólo apariencias y convertirse en ídolos. Desde entonces ha habido una relación de amor y odio con la imagen. De amor, porque la imaginación ha sido siempre la facultad más potente, de modo que somos seres imaginarios a los que siempre se les ha querido poner límites diciendo que somos seres racionales. Y de odio, porque la imaginación fuera de sus límites tiene la tendencia natural a extraviarse y convertirse en fantasía. De ahí que se haya traducido el logos como ratio, como cálculo. Y, sin embargo, fue la recuperación humanista del logos en sentido originario, rompiendo con esa traducción, lo que llevó en la unidad pensar-decir-hacer, a una recuperación de la retórica, en la que el lenguaje era un lenguaje del ser, y no era concebible pensar y hacer bien sin hablar bien. Todo ello descansaba en una concepción integral del ser humano, no como animal racional, sino como el animal que tiene y es tenido por la palabra. Ese humanismo es un modelo de pensamiento en imágenes que sigue vigente hoy. Incluso se llega a una primacía de la imagen frente a la palabra. Y así, en el Tratado de pintura de Leonardo leemos:

"Dime entonces: ¿qué es más próximo al hombre, su propia palabra o su precisa imagen? La palabra que designa al hombre varía según las naciones, pero la forma no varía sino con la muerte ... Escribe el nombre de Dios en algún lugar y sitúa su imagen frente a frente; verás cuál, si el nombre o la imagen, mueve a mayor reverencia.

Mientras la pintura comprende en sí todas las formas de la naturaleza, vosotros, los poetas, no teneis sino sus nombres, que no son universales como aquellas formas. Si vosotros tenéis los efectos de las demostraciones, nosotros tenemos las demostraciones de los efectos"⁵.

La primacía de la pintura sobre la escritura consiste en la primacía de la imagen sobre la palabra. El dicho popular lo ha recogido asegurando que más vale una imagen que mil palabras. Imagen y palabras tienen en común que proceden del hombre y se refieren a la naturaleza. Pero mientras que aquella posee las formas inmutables de la naturaleza, esta sólo tiene los nombres variables. Lo importante de ese texto son sus supuestos. El primero que la pintura es la teoría, la narración, el discurso de la forma. Y segundo, que la imagen que se expresa en el cuadro es todo lo contrario de una imagen fugaz, que es una imagen esencial. Luego el cuadro es el producto de la imaginación creadora del artista que hace presente en la imagen la realidad de las cosas. Dicho de otro modo: la realidad sólo se entrega en la ficción creadora. Y esto sólo sucede cuando la imagen es una imagen esencial, es decir, de las cosas.

Esto me parece de extraordinaria importancia para hoy. La imagen es el modo como la naturaleza se ve a sí misma y nos mira, lo que Jünger ha caracterizado muy bien como *radiaciones*. La imagen es el modo como un ser sensible conoce a lo sensible, se trata, pues de un conocimiento objetivo, que requiere, además, el

manejo de unas técnicas. Por ello no es descabellado pensar en Leonardo como uno de los mentores hoy de un humanismo tecnológico.

Esa dialéctica entre imagen y palabra se mantiene en el diálogo que hay entre pintura y escritura en las bibliotecas barrocas: encontramos en las imágenes del techo, en que el estuco se disfraza de marmol, la superficie plana de bóveda, en las esculturas que observan atentas todo el programa del saber que leemos en los libros. Ambos están hechos de miradas. Por eso el mismo libro en distintas bibliotecas es ya un libro distinto, aunque nos parezca el mismo. Aquí pintura y escritura, ambos, crean una realidad virtual mediante el artificio de la ilusión.

Hasta aquí la imagen iba asociada a la belleza. Esta armonía se rompe con el romanticismo de dos modos igualmente atractivos como peligrosos. Me refiero al sentimiento de lo sublime y al paradigma de obra de arte total. En el sentimiento de lo sublime tiene lugar el sacrificio de las facultades sensibles en su intento de presentar lo impresentable y la imaginación acaba cediendo ante una razón que la eleva, pero la deshumaniza. Es lo que he llamado el lado oscuro de lo sublime. Y otra parte, ese sacrificio de lo sensible lleva a un refugio en la imagen como elemento compensatorio ideal del déficit de lo real. Y así llegamos a unos paradigmas de obra de arte total en los cuales lo que se gana en verdad se pierde en libertad. La verdad se encarna en el Estado, pero entonces ya no queda la libertad de la palabra.

Cuando en los años treinta se produce ese retorno a lo griego en Alemania diversos modelos entran en liza. Está el famoso "tercer humanismo" de Jaeger que no llega a imponerse y autores como Baeumler, uno de los mayores ideólogos de la estética del nazismo, que remitiéndose a Platón afirma que es preciso pasar del "servicio de la palabra" al "servicio de los símbolos". Se justifica una retórica del símbolo. Las palabras son equívocas y se discute sobre ellas, pero los símbolos son inequívocos ya que no piden comprensión sino adhesión. Ya Schelling en su *Filosofía del arte* había dicho: "La retórica puede tener la finalidad de hablar mediante imágenes para hacerse intuible o para engañar y despertar pasión"⁶. Pocas veces se cumple esto tan exactamente como cuando uno ve deternidamente el video de Ray Muller sobre Leni Riefenstahl "El poder de las imágenes", tan comentado ahora. Se trata de un ejercicio de persuasión a través de la imagen.

¿Cómo? Se habla poco, en filmes que son prácticamente documentales. Ya no se trata de la palabra, sino de las imágenes creadas por la técnica. De ahí, ese "romanticismo de acero" de que hablaba Göebbels y que está tan próximo a la ideología de las nuevas tecnologías de finales del siglo xx. La retórica es aquí todo el aparataje técnico del que se siente orgullosa la autora para crear el discurso de imágenes de "montañas nevadas", o de "banderas al viento" en el caso de su film "El triunfo de la voluntad", de una artificiosa vida natural, que por su misma complejidad técnica dista mucho de estéticas rurales al uso. Al mediar la técnica en esa retórica del símbolo, la palabra es una ilustración de la imagen, y no al revés como sucedía antes.

La imagen en los idealistas y románticos ha servido para sensibilizar las ideas, ha servido para embellecer un mundo real inexistente. Y ahora, que estamos en plena ideología tardoromántica, para sustituir un mundo real. El actual esteticismo, presente en los medios de comunicación consiste en que la realidad de la imagen ya no es ser imagen de la realidad, sino que no hay más realidad que la imagen. Y de este modo, la retórica de la imagen no es sino el cálculo al servicio de la pasión. Se manifiesta de modo patente en la publicidad, pero también en la creación de la realidad virtual en las nuevas tecnologías. Visto desde una perspectiva histórica, el siglo xx aparece como la culminación de eso que Heidegger veía como característico de la modernidad: la época de la imagen del mundo o el mundo como imagen. Es lo mismo, porque la creencia del pensamiento esencial que se desarrolla y encuentra su acomodo en el arte es que el ser es tiempo, que somos tiempo. Lo que el arte intenta expresar desde comienzos del siglo es la imagen del tiempo como tiempo de la imagen. Esto es el reto del siglo XX que pasa al siglo XXI.

Palabra, imagen

Nuestra situación es que hemos sido educados en un mundo de la palabra y tenemos que vivir en un mundo de la imagen. Ya en el año 1961 George Steiner titulaba un trabajo suyo como "El abandono de la palabra". Comenzaba así: "El Apóstol nos dice que en el principio era la Palabra. No nos da garantía alguna sobre el final". Pero constata que "...hasta el siglo xvii, la esfera del lenguaje abrazaba casi la totalidad de la experiencia y de la realidad; hoy su ámbito es mucho más estrecho". Y concluye que hoy buena parte de nuestras experiencias tienen lugar fuera del lenguaje verbal. A ello se han unido los discursos catastrofistas sobre la pérdida de la palabra. Casi cabría finalizar la cita anterior diciendo que al principio fue la palabra y al final será la imagen. No tiene por qué ser un dilema y no hay que renunciar a ninguno de los dos. A ello contribuye que, hoy día, la recuperación de la retórica en los terrenos éticos y sociales es todo un hecho. Pero yo quisiera fijarme especialmente en los estéticos. Si la Estética es un teoría de la sensibilidad desde su nacimiento en la modernidad, entonces, su discurso, su retórica, es la de las imágenes. La retórica iba asociada a la palabra, pero no siempre, mientras que en el caso de la estética va asociada necesariamente a la imagen.

Dice uno de los llamados filósofos posmodernos, Gianni Vattimo: "Ahora la filosofía es el esfuerzo por componer una visión unitaria del mundo, que no esté fundada de forma realista en la conciencia objetiva... sino en la conciencia de estar componiendo una obra retórica; de ajustamiento, de persuasión, de dulcificación de las diversidades..."³ La famosa caída de los grandes relatos lleva a que la verdad

no reside en la argumentación sino en la retórica de la comunicación, en la persuasión y el diálogo, en definitiva, no tanto en la subjetividad moderna, sino en la intersubjetividad posmoderna.

En la publicidad televisiva no se intenta convencer mediante argumentos sino gustar mediante imágenes. La mayor parte de lo que ahí se promete no resiste el menor análisis y, sin embargo, gusta. Ahora bien el gusto es cuestión de sentimientos y de sensibilidad. Como se ha dicho "la televisión habla al cuerpo y no a la mente" (Derry de Kerckhove). Los anuncios son un bosque de miradas donde se realiza aquello que ya vió Baudelaire, las correspondencias: "La naturaleza es un poema donde pilares vivientes / dejan a veces salir confusas palabras; / el hombre pasa por ahí a través de bosques de símbolos / que le observan con miradas familiares ... Como largos ecos que a lo lejos se confunden / en una tenebrosa y profunda unidad, / vasta como la noche y como la claridad, / los perfumes, los colores y los sonidos se responden".

Los anuncios, los escaparates son bosques de símbolos, de objetos que intercambian miradas familiares, que te miran para ser mirados, que reclaman la mirada, la correspondencia. Y son esos objetos precisamente los que proporcionan experiencias únicas o auráticas. El mismo Benjamin decía comentando a Baudelaire: "Si llamamos aura a las representaciones que, asentadas en la memoria involuntaria, pugnan por agruparse en torno a un objeto sensible, ese aura corresponderá a la experiencia que como ejercicio se deposita en un objeto utilitario". Esa experiencia en la que tiene lugar la correspondencia, no es ya la mimética originaria hombre-naturaleza, que Schiller calificaba como "poesía ingenua", sino de objetos que nos rodean, y que son útiles en la actual sociedad industrial. En ese momento el objeto forma parte del "bosque de símbolos" en que se convierte al ser captado en su singularidad en un instante irrepetible. Y ese es el momento del consumo, Hoy día el lugar de la belleza como armonía de proporciones ya no está en el arte sino en la publicidad, que se declara heredera suya. El anuncio hoy trae eso, una anunciación, una promesa de felicidad. En ese diálogo corporal que mantiene con el aparato, el televidente apalancado en su butaca mantiene la actitud de pasmo y arrobamiento que vemos en los cuadros deliciosos de los renacentistas, donde una serie de figuras silentes mantiene las "sacra conversazione". Estamos en una época de Apóstoles sin misión, de personajes a la búsqueda de autor, y todo anuncio exige que se transmita a los demás la buena nueva. Y cada uno es un Mesías del consumo, de la felicidad de consumirse consumiendo ese producto.

La retórica de la imagen crea en el esteticismo del embellecimiento de lo real, en la creación de una realidad virtual que sustituye a la otra una comunidad que, antes, era una comunidad estética humana, y ahora es una comunidad de consumidores. La identificación en el producto crea una identidad que es la del consumidor. A las figuras de la modernidad, del flâneur y del dandy, habría que añadir

la del consumidor, que practica la no siempre fácil ascesis de la entrega. Nunca puede haber una promesa de felicidad en este mundo, sino en el otro, pero ahora ya está en la tierra, es una nueva realidad.

Y, sin embargo

Está la posibilidad de un humanismo tecnológico cuyo núcleo sería el pensamiento en imágenes, la retórica de la imagen. La continuidad con el clásico es primordial, pero no en una retórica de lo bello o sublime, sino en una retórica de la imagen desprovista de sentido alegórico, simbólico. Estoy de acuerdo con Boehm en que parece un camino sin salida unir imagen y lenguaje verbal en un teoría general de la imagen. Hace falta una "lógica de las imágenes", pero en sentido distinto de la platónica. Hay una determinada "ontología de la imagen" de rai-gambre platónica que separa el ser de las cosas reales de sus manifestaciones. En el caso de la imagen no habría justamente esa separación. Pero en la línea platónica su ser consiste en desaparecer. Toda esa tradición cree que lo icónico puede decirse de forma no icónica, porque se piensa que las imágenes son lenguaje. En la línea de lo platónico (imagen como apariencia de una realidad) aquí, en la "semiótica de la imagen", la imagen es la mera apariencia del lenguaje.

Así, pues, una lógica de las imágenes. Y ¿cómo las interpretaríamos?

*"Una característica inquietante de las ilusiones es que nos pueden engañar perceptivamente sabiendo, al mismo tiempo, que ello es así, de modo que no nos engañan conceptualmente. Mientras estudiamos los fenómenos ilusorios experimentamos una ilusión que sabemos ilusoria. Esta extraña realidad de las ilusiones apenas la tienen en cuenta los filósofos; sin embargo, es muy significativo que la percepción pueda diferir fácil y drásticamente de nuestras creencias y conocimientos. Puede ser una desgracia para la filosofía y para la ciencia, y un peligro, el que el conocimiento no pueda corregir los errores de percepción o que las percepciones no puedan corregir nuestras creencias erróneas"*⁹.

Tenemos que vivir en nuestro tiempo, y el tiempo de la percepción es distinto, más rápido que las ideas. Se trata de mantener la separación y hacer que nuestras ideas se adapten a nuestras percepciones y no al revés. Para adaptarse a lo nuevo no basta ya con cambiar de ideas, sino que hace falta cambiar de percepciones. De lo contrario sólo veremos lo que queremos ver, sólo conoceremos lo que queremos reconocer. Y esto nos lleva a revisar la otra función de la imaginación que es la memoria, a configurar de distinta forma no sólo la imagen sino también el recuerdo.

Tiempo y memoria

El tiempo es una conquista del siglo xx y también la memoria asociada a él. Es obvio que antes existían, y eran tenidos en cuenta, pero no de la misma manera. Con el siglo xx el tiempo y la memoria se hacen humanos. Por ello parece perfectamente natural decir: somos tiempo, y también, somos memoria. Y así la memoria aparece como una estrategia del tiempo, a la búsqueda del tiempo, de la identidad perdida, en la construcción de una nueva. En esa distinción entre memoria voluntaria e involuntaria comienza un cierto quijotismo de la memoria, ese ir a la aventura, como una actividad poliestética, de la memoria del cuerpo, como recuerdo, encuentro consigo mismo. La memoria se convierte así en el museo imaginario de instantes. Del mismo modo que los museos obedecen a una estrategia, a una decisión institucional, así también la memoria. Es la economía individual y colectiva de la vida. Quizá la tarea de la memoria hoy sea, efectivamente, crear lugares de encuentro, pero elaborando estrategias de dispersión.

Es quizá esa demanda de concreción a finales de siglo la que nos deja insatisfechos cuando volvemos a leer la antigua creencia: somos tiempo, somos memoria. ¿Qué tiempo? ¿Qué memoria? Hoy día, el pasado ha perdido su prestigio en favor de la búsqueda de los orígenes. Y constatamos que para llegar a éstos con frecuencia hay que destruir aquél. Y frente a la fe moderna en el progreso parece que existe un consenso generalizado de que el futuro ya no es lo que era. Y, por otra parte, ¿qué es el presente? Si, como ya se descubrió a comienzos de este siglo, el presente no tiene meramente un carácter físico, sino vital, la asimultaneidad de los tiempos vitales de los que viven en mismo presente físico, ha dado lugar a la abundante literatura de la convivencia y los conflictos generacionales. Pero se puede descender más, e ir del terreno social al personal, y quizá uno de los mayores problemas hoy está precisamente en ser contemporáneos del presente, y si es verdad eso de que somos tiempo, en estar a la altura de nosotros mismos.

Se trata de determinar qué tiempo y qué memoria. Porque las palabras se han vuelto ambiguas. Y el ser y el hablar se han convertido en una estrategia, del tiempo que nos ha tocado vivir, del tiempo en que hemos elegido vivir. En mi caso, lo he dicho al comienzo, se trata de la opción de intentar ser contemporáneo de lo moderno. Tras releer el libro de Danto *Después del fin del arte*, encuentro que mi propuesta no tiene mucho futuro, pues me parece que seguir hablando del fin del arte hoy es una majadería y, además, que el arte es algo demasiado serio como para dejarlo en manos de los filósofos. Es verdad que hace tiempo que hemos dejado de ser contemporáneos de lo moderno. De una cierta modernidad. Y dada su pluralidad cabe decir que qué modernidad se elige depende de qué persona se es. Ya lo decía el gran Goethe: "Lo que Ustedes, queridos señores, llaman espíritu de las épocas pasadas no es en definitiva otra cosa que vuestro propio espíritu, en el que

esas épocas se reflejan¹⁰. De ahí la necesidad de hacer tres breves calas en la modernidad filosófica, la estética y la de las vanguardias.

En la *modernidad filosófica*, no es que antes no existiera el tiempo y no se contara, pero no se contaba con él; no es que antes no hubiera algo así como la memoria, pero era o formaba parte de una facultad. La gran facultad de la modernidad es la imaginación, no la razón; lo es en su triple faceta de reproductora, productora y anticipadora de imágenes. Guarda y reproduce las imágenes del pasado, produce las del presente e imagina y sueña el futuro en ellas. En cualquiera de estas tres vertientes la imaginación está transida de temporalidad, es tiempo. Pero en el sentido de que le tiene, no de que es tenida por él. Es la "señora" del tiempo. De este modo, la memoria es siempre una memoria de imágenes. Pero no como algo muerto, pasado, sino que es el tesoro simbólico del presente. Ciertamente, la memoria conserva, pero no es conservadora, ya que es una parte de la imaginación, es un pasado que avanza hacia el futuro, es un futuro pasado, es un presente. La memoria asociada así a la historia se configura como una "maestra de la vida", educadora a través de una cultura de imágenes que son, a su vez, imágenes de la cultura. Pero entonces, en esa modernidad filosófica, no se puede decir que seamos memoria, sino que tenemos la memoria como elemento de construcción del futuro. El sujeto tiene la memoria, forma parte de sí. Y en ese contexto burgués en que ser es poseer, el olvido significa la pérdida de la identidad. A esa memoria se opone el olvido, cuando se produce no sabemos quienes somos. El paradigma arquitectónica de esta modernidad es la casa, a la que se refieren unos y otros, incluido en romanticismo. Este es el lugar y el viaje romántico, la salida, no es en definitiva más que la vuelta a casa.

En la *modernidad estética* el proceso es el contrario. Desde la tradición clásica, conocer, ser, es recordar. Enseñar, despertar el recuerdo en otros. La cultura platónica de la caverna es la del conocer como reconocer, hasta las vanguardias. Ya no se reconocen los cuadros, las esculturas, no se sabe lo que dicen. Y todo porque se sabe demasiado. Las vanguardias están hartas de cultura y de teorías. Aquí se trata fundamentalmente de olvidar como tarea cultural. El pintor de la vida moderna que corre detrás de la novedad en Baudelaire es el nuevo héroe que no enlaza un instante con otro, que rompe la cadena de la imaginación y no encuentra la novedad en sí, en la vida interior del romántico, sino fuera. De Chirico se pregunta qué pasaría si hubiéramos perdido la memoria y entráramos en una habitación. Veríamos por primera vez las cosas, pero no sabríamos lo que son, no las reconoceríamos, y no sabríamos qué hacer con ellas. Pero nuestro saber es instrumental, no sabemos lo que es algo si no sabemos para qué sirve. Se trata, como dice Rilke refiriéndose a Cézanne, de lograr una objetividad desprovista de recuerdos. Lo llamativo es que el giro al objeto en que consiste la literatura y el arte contemporáneos viene dado por la constatación cada vez más dolorosa de que frente a las teorías hermeneúticas contemporáneas, las cosas no nos necesitan,

precisamente cuando más las necesitamos. Y esto adquiere caracteres alarmantes en la sociedad del consumo.

El fracaso de la vanguardia (si se puede hablar así) no estriba menos en que la tarea de prescindir de la cultura se ha revelado como una tarea cultural y que hoy día es muy fácil ser bestia (como lo vemos a diario) pero muy difícil ser un primitivo. Que tener una mirada inocente requiere unas gafas culturales muy sofisticadas. Pero la vanguardia ha introducido un tema, una forma de experiencia, el olvido, del que ya no puede desasirse lo contemporáneo, de modo que hoy tener experiencias no es sólo recordar como nos enseña nuestra tradición griega, sino olvidar, como nos pide nuestra condición moderna. Y esto consiste en que la memoria no guarda lo eterno, el tiempo que no somos, sino el instante, lo efímero, es decir, lo que somos. Tiempo y memoria empiezan a cobrar importancia cuando dejan de ser instrumentos ya sea de un absoluto o providencia o se utilizan para contar y medir, y se asocian en la constitución de una identidad individual. Esa identidad no tiene un carácter substancial sino que se trata de una identidad móvil.

Y de este modo, ahora como antes, la memoria como estrategia de un tiempo entendido como sucesión es la metamorfosis. Algo se conserva o permanece en el cambio. La vida entendida como metamorfosis no se nos ofrece en los conceptos sino en las imágenes. La metamorfosis, ignorada en la historia de la filosofía occidental, es la experiencia de lo ordinario bajo la figura de lo extraordinario, es la "astucia de la vida", que busca la permanencia en el cambio, frente a la "astucia de la razón" que busca lo mismo negándole, negándose". Por eso la metamorfosis es la imagen de una vida sin fin como vida solidaria. Es la imagen de la aventura. Pero...

"Para nosotros, atrofiados por la información, es casi imposible concebir la aventura como algo más que una forma positiva del expolio, o la sobredosis de disfraz que precisa toda empresa codiciosa. Pero si la aventura sólo fuera negocio y latrocinio, no perviviría. La imaginación es la hermana eterna de la memoria mortal; es el recuerdo de lo que nunca sucedió, porque nada sucede como es debido. Ojalá este relato renueve la vida de un cruzado que peregrinó a Tierra Santa movido por la codicia, sin duda, pero también por la imaginación" (Félix de Azúa, Mansura, Planeta, Barcelona, 1996, pp. 7-8).

En *La arqueología del saber*, Foucault habla de una historia que memorizaba los documentos del pasado y los transformaba en documentos, haciéndolos hablar. Por el contrario, se refiere una historia de ahora, que transforma los documentos en monumentos. Estos son los lugares de la memoria. ¿Cómo hacer para no caer en el textualismo? ¿Dónde se construirán los lugares de la memoria, ¿en las ciudades históricas o en la red? ¿Qué ocurre cuando ciudades históricas, como Oporto y Salamanca, son declaradas capitales culturales europeas? ¿Qué estrategia o estrategias de la memoria se van a seguir en el 2000? Como se puede

ver, la cuestión de la construcción del lugar es una cuestión de arquitectónica, de principios, pero también de arquitectura, de cómo construir el espacio habitable de lo humano, y ese es el lugar. Esto nos lleva a a una discusión en la que entran diferentes variables: emancipación, refugio etc.

Un diálogo con Fernández Alba

F.A. tiene una idea clara de lo que quiere hacer y es un magnífico exponente de las dificultades para llevarla a cabo. Constata que en la arquitectura contemporánea hay un desplazamiento del tema del espacio a favor del lugar. Siguiendo a Merleau Ponty entiende que el espacio no es el lugar donde se ponen cosas sino el medio que permite que se pongan. En otros términos, y si lo relacionamos con Chillida, el espacio no es el lugar donde se ponen objetos sino la posibilidad misma de que existan. Entendido de esta forma el espacio se configura como "lugar de acontecimientos"¹². Se trata de lugares del tiempo y de la vida.

El problema consiste en cómo llevar a cabo esto en la arquitectura, en integrar arte y técnica, la razón compositiva y la razón constructiva: "...síntesis de una técnica que edifica el espacio y de un arte que pretende resolver el enigma del lugar donde habita el hombre ... A la arquitectura le queda la certeza de encontrar y construir los lugares de nuestro tiempo en el espacio de la época"¹³. Tomando prestada una cierta jerga heideggeriana apostilla "...la construcción del lugar la finalidad última del espacio arquitectónico; es decir, hacer posible el habitar del ser en un territorio de belleza. Concibo la arquitectura como la estructura inicial que "ordena el espacio de aquel lugar que ha de edificar el ser"¹⁴.

Pero dónde y cómo. Su magnífico libro *La metrópoli vacía* es una respuesta. Se remite al prólogo de Emilio Lledó "El lugar de la memoria" a su libro *Antipoemas del espacio y papeles del lugar*. Siguiendo la tesis de Lledó afirma que "no resulta extraño que el espacio de la arquitectura hay surgido en la penumbra de la historia, de un pacto entre la materia(necesidad) y el símbolo (recuerdo)". Y añade: "Pero semejante adecuación no parece que responda a nuestra mirada actual"¹⁵. ¿Por qué? El libro me parece un espléndido ejemplo de eso que denomina como título de un capítulo "el malestar urbano". Por una parte, hay que reconocer que las ciudades actuales están degradadas, pero que tampoco se trata de entender la construcción del lugar como una labor restauradora, porque, dice con toda razón: "Una sutil conciencia neoconservadora amanece sobre los espacios abandonados de la historia, con signos inequívocos de apartar el <proyecto utópico> y devolver el presente a los resecos itinerarios de la memoria, una memoria que oscurece la utopía: simular el hoy con los reductos del ayer" (p. 132). Y, efectivamente, F.A. es partidario de construir lugares como "utopías limitadas".

Y aquí el papel de la memoria-añado yo- es ambiguo. Si unimos (como a veces hace F.A.) el lugar con el habitar, entonces hay que reconocer que en la ciudad los lugares de la memoria son aquellos en los que nadie habita. Y queda para el debate el tema de los cascos históricos de las ciudades. Es un hecho que las ciudades son lugares de tránsito, más que puntos de encuentro.

Por otra parte, la reivindicación de lugares de la memoria (observa también F.A.) nos podría llevar a una arquitectura aurática (manifestación irrepetible de una lejanía), exponente de un tardoromanticismo neoconservador. Además, tengo mis dudas de que una vez superada la dicotomía ciudad-campo, no estemos entrando ahora en la de ciudad-red, o ese tercer entorno del que habla Javier Echeverría en su magnífico libro *Los señores del aire*. Según Philippe Quéau lo virtual cambia nuestra concepción de lugar y la elimina en sentido clásico. Estamos acostumbrados a asociar el lugar con lo real, pero hay que empezar a hacerlo con lo virtual

Pero ahora, la noción de límite es confusa. No existen fronteras. En lo virtual hay una continua metamorfosis y el artista cobra otra vez el papel de demiurgo en la creación de seres de "síntesis", tales, como por ejemplo se daban en el sueño y la imaginación, pero ahora interactúan. Según feliz expresión de Quéau: "El lugar se hace lenguaje, movimiento, tropo y metáfora. El <topos> se convierte en <tropos>"¹⁰. Mi postura es: Los lugares de la memoria no existen para nosotros sino que tienen que ser construidos y eso se llama construir tradiciones y ese movimiento es parejo a la destrucción de las tradiciones. O dicho de otro manera, al olvido de los lugares. Es decir, hay que vaciarlos. Están demasiado llenos. La arquitectura hoy más que en la ocupación de lugares consiste en la distribución de vacíos.

Vacío y olvido

El 29 de febrero de 1940 le escribía Adorno a Benjamin en el contexto de la referencia a la famosa magdalena de Proust: "Que un hombre pueda tener experiencias o no es cosa que en última instancia depende de cómo olvida"¹¹. Y ponía en relación el olvido con la cosificación y el aura. Sin memoria no había experiencias en la modernidad filosófica y en el pensamiento clásico que, como es sabido, tenía horror al vacío. Ahora se reconoce que la memoria tiene un carácter selectivo y se ejerce bajo la forma del olvido, es decir, mantiene una unidad dispersa.

En una entrevista Chillida confiesa (*ABC*, "Cultural" 17-XII-989: "No me preocupa la vejez; lo que me preocupa es que se me olviden las cosas". Pero hay alguna relación. Bergson en *Materia y memoria* señala cómo la memoria se sitúa en el punto de intersección entre la materia y el espíritu. Y ahí el papel del cuerpo es decisivo. De modo, dice Bergson que "llamo materia al conjunto de imágenes, y percepción de la materia a esas mismas imágenes relacionadas con la posible

acción de una cierta imagen determinada, mi cuerpo". Se olvidan las cosas porque se olvidan las imágenes y no las percibimos ya porque el cuerpo empieza a dejar de actuar. Y a eso se le llama vejez. Es la reconciliación de lo que vuelve a la naturaleza con ella misma.

La memoria como estrategia de la dispersión, incorpora, pues el olvido. Y así, hay autores como Kundera para quien la memoria no es sino la cara positiva del olvido. Porque el pasado no vuelve, ni como recuerdo ni como hecho, y de ahí que se ponga en duda la asociación entre memoria y resistencia:

"Si, de repente lo vi así: la mayoría de la gente se engaña mediante una doble creencia errónea: cree en el eterno recuerdo (de la gente, de las cosas, de los actos, de las naciones) y en la posibilidad de la reparación (de los actos, de los errores, de los pecados, de las injusticias). Ambas creencias son falsas. La realidad es precisamente al contrario; todo será olvidado y nada será reparado. El papel de la reparación (de la venganza y del perdón) lo lleva a cabo el olvido. Nadie reparará las injusticias que se cometieron, pero todas las injusticias serán olvidadas" (La broma).

La memoria histórica como forma de resistencia, o de mesianismo del pasado, se ve cuestionada también en el *Angelus Novus* de Paul Klee. Es la mirada y la lucidez que no remedian. Esto replantea el papel del arte que, según Jean Clair, ha perdido identidad porque no tiene memoria. Su carácter abstracto abonaría esa huida del presente y complicidad con la injusticia. Pero cabe otra lectura.

En un trabajo que es la contrafigura del de Scholem, Peter von Haselberg cita un fragmento del diario de Klee de 1914 en el contexto de la experiencia de la guerra y en el que concluye, "Por ello, soy «abstracto con recuerdos»". Y apostilla von Haselberg: "Abstracción es el movimiento del «Angelus Novus» que ha dibujado Paul Klee"³⁸. El texto del diario de Klee escrito en la experiencia de la guerra parte de la convicción de que cuanto más horroroso es este mundo más abstracto se vuelve el arte. Los recuerdos son de la ruina y la abstracción el movimiento, dice Klee, de "volar", liberándose de la ruina. Ciertamente la interpretación que hace Benjamin del cuadro en la línea de la "dialéctica en estado de detención" revela una sintonía con estos apuntes del diario de Paul Klee de 1914-15. Efectivamente, el cuadro es una intersección de lo abstracto y lo figurativo. Lo figurativo es la mirada al pasado del que se aleja, y al que quiere volver, el recuerdo. Lo abstracto es ese movimiento que le empuja hacia el futuro, desvaneciéndose. Lo abstracto es el olvido, el recuerdo lo concreto, la fijación en los objetos.

¿Es posible ser abstracto con recuerdos? Si, seguimos este consejo:

"Habría que salvar la tradición salvándola de la maldición de la intimidad. Las grandes obras del pasado jamás crecieron en la intimidad. Casi

todas se exteriorizaron e hicieron reventar la interioridad. Cualquier obra de arte, si hablamos con propiedad, representa, al ser algo externo, una crítica a la interioridad y es una enemiga de esa ideología que concibe la tradición como un asilo de recuerdos subjetivos" (Adorno, Teoría Estética).

Notas

¹ José Ortega y Gasset, *Temas de viaje*, O.C. (1983) II, p. 382 y 383.

² Para el tema de la *saudade* cfr. la tesis doctoral de la Profesora Maria Teresa Noronha, *A Saudade. Contribuição fenomenológica, lógica e ontológica para a saudade e trágico ibéricos*. Universidad de Salamanca 1999.

³ Esta es, por ejemplo, la tesis de Josep Picó. *En Cultura y modernidad. Seducciones y desengaños de la cultura moderna*. Alianza, Madrid, 1999.

⁴ "...En consecuencia humanidad infinitamente dramática en que colindan perpetuamente dos inspiraciones y como dos destinos antagónicos, lo que da a nuestras almas esa incomparable tensión..." (VIII, 561).

⁵ *Tratado de Pintura*. Ed. de Angel González García. Editora Nacional, Madrid, 1976.

⁶ F.W.J.von Schelling, *Filosofía del arte*. Estudio, traducción y notas de Virginia López-Domínguez. Tecnos, Madrid, 1999, p.369.

⁷ En *Lenguaje y silencio*, Gedisa, México, 1990.

⁸ Citado por Teresa Oñate en *La sociedad transparente*, Paidós, Barcelona, 1990, p. 26. Corresponde a la entrevista hecha por la editora al autor en *10/Suplementos*, Anthropos, diciembre de 1988,

⁹ Richard Gregory. "¿Cómo interpretamos las imágenes?" En *Imagen y conocimiento*, Horace Barlow, Colin Blakemore, Miranda Weston-Smith ed., Drakontos, Grijalbo, Barcelona, 1994, p. 131.

¹⁰ Citado por Praz, M.: *Mnemosyne. El paralelismo entre la literatura y las artes visuales*, Trad. Pochtar, R., Taurus, Madrid, 1970, p. 41.

¹¹ Estas ideas sobre la metamorfosis han sido expuestas por J.Jiménez a lo largo de su denso libro *Cuerpo y tiempo (La imagen de la metamorfosis)*, Destino, Barcelona, 1993. La metamorfosis es la imagen de la memoria. Una memoria entendida como "memoria del sufrimiento compartido". Y así: "Esta sería la clave más profunda de identidad que la imagen contemporánea de la metamorfosis nos proporciona: el sufrimiento compartido y su carácter recurrente", *La vida como azar (Complejidad de lo moderno)*, Mondadori, Madrid, 1989, pp. 24, 196.

¹² *En las gradas de Epidauro*, Libertarias, Madrid, 1987, p. 77.

¹³ *Los axiomas del crepúsculo. Ética y estética de la última arquitectura*. Hermann Blume, Madrid, 1990, p. 73.

¹⁴ Fernández Alba, Antonio: *La metrópoli vacía. Aurora y crepúsculo de la arquitectura en la ciudad moderna*. Anthropos, Barcelona, 1990, p. 169.

¹⁵ *La metrópoli vacía. Aurora y crepúsculo de la arquitectura en la ciudad moderna*. Anthropos, Barcelona, p. 77.

¹⁶ Philippe Quéau. "La presencia del espíritu", R.O. n.º 206, p. 49. Cabría hablar incluso de una existencia metafórica.

¹⁷ *Correspondencia 1928-1940*. Theodor W. Adorno y Walter Benjamin. Edición de Henri Lonitz. Trad. de Jacobo Muñoz Veiga y Vicente Gómez Ibáñez. Trotta, Madrid, 1998, p. 307.

¹⁸ Peter von Haselberg. "Benjamins Engel". *En Materialien zu Benjamins Thesen "Über den Begriff der Geschichte"*. Hg. Peter Bulthaup. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1975, p. 353.